



**O Ecomuseu Municipal do Seixal no movimento renovador
da museologia contemporânea em Portugal (1979-1999)**

Maria da Graça da Silveira Filipe

Mestrado em Museologia e Património

**Universidade Nova de Lisboa
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
2000**



069.01

T 64
- R -

53877

*Aos que, por terras de Seixal, no estuário do Tejo,
me levaram a apreender um sentimento de pertença.*

Palavras prévias

Uma vez que a nossa formação académica em história e a nossa especialização em museologia se ligou, ao longo dos últimos dez anos, ao desempenho profissional numa só instituição museal, tornou-se praticamente incontornável que o presente trabalho se relacionasse com a mesma experiência global e que em parte a reflectisse, complementando-a com o conhecimento e o resultado das reflexões decorrentes da pesquisa de fontes e da recolha de alguns testemunhos orais, e conferindo-lhe um enquadramento de carácter conceptual e teorizante, baseado em bibliografia adequada.

O propósito de realização de um mestrado em museologia, com a consequente elaboração de uma dissertação final, foi configurado a partir da nossa pós-graduação em Museologia Social (1989-1991), com a qual se iniciou a já referida especialização profissional. A abordagem da museologia, nas suas diversas vertentes e como campo de aplicação prática de estudos e de reflexões interdisciplinares, e o confronto com o questionamento teórico acentuado pelas correntes da *nova museologia*, de que aquele curso de pós-graduação foi porventura uma projecção, no contexto renovador da museologia contemporânea em Portugal, encaminhou-nos decisivamente para um campo simultaneamente de aprofundamento e de diversificação da nossa formação disciplinar de base, em história. Mas, segundo a nossa própria avaliação, foi sem dúvida a integração no meio profissional e a participação, com responsabilidades específicas, na vida e no desenvolvimento de uma instituição, concretamente o Ecomuseu Municipal do Seixal, que nos permitiu rentabilizar de uma forma particular as formações em museologia, proporcionadas, em âmbitos académicos e contextos universitários relativamente distintos, pela pós-graduação inicial e pelo mestrado em Museologia e Património, de que decorre o presente trabalho.

O espectro diversificado de atribuições funcionais, no plano museológico, a par do multifacetado campo temático do museu, em que nos empenhámos nos últimos dez anos e, conseqüentemente, a dispersão de anteriores pesquisas, embora sendo factores essenciais de uma escolha de tema de dissertação, contribuíram, durante algum tempo, para a nossa dificuldade em tomarmos uma opção entre dois ou três projectos de trabalho a que gostaríamos de dar desenvolvimento no futuro, e a que só uma demorada investigação poderia dar uma possível consistência. A decisão definitiva sobre o tema a tratar resultou, finalmente, da conjugação entre o parecer favorável dos nossos

orientadores, ainda que associado ao reconhecimento de possíveis riscos pelo nosso posicionamento no próprio objecto de estudo, e da clara pertinência, ou mesmo da suposta utilidade, em proceder à análise, detalhada e crítica, com um suporte conceptual adequado, da experiência museológica do Seixal, tanto pela sua reconhecida importância no contexto museológico português dos últimos vinte anos, como pela necessidade emergente de uma reperspectivação e de uma redefinição programática do respectivo museu municipal. Quando, em 1998, encontrando-nos ainda numa fase preliminar de delimitação do nosso tema de dissertação, tivemos de preparar uma conferência sobre o Ecomuseu Municipal do Seixal, que fomos convidados a apresentar no *II Curso de patrimonio cultural – museos y colecciones: el patrimonio expuesto*, organizado pela *Universidad de Valladolid (Cátedra de Estudios sobre la Tradición)*, aplicámos-lhe o título de “O Ecomuseu Municipal do Seixal no movimento renovador da museologia em Portugal”. Após a realização da conferência e do debate que a mesma motivou junto dos participantes no curso, incluindo museólogos, e no prosseguimento da preparação da nossa tese, aquela ideia abrangente veio a ganhar uma maior consistência e também nos ajudou a assumir a convicção pessoal da pertinência da nossa anterior modificação do âmbito do tema, que começámos por centrar numa área museológica mais especificamente ligada ao património industrial e ao projecto da fábrica *Mundet*, embora fosse desde logo nosso objectivo fazer emergir a questão da reperspectivação do museu municipal.

A preparação e a escrita desta dissertação envolveram-nos assim numa situação de dualidade e de confronto entre, por um lado, uma relativa liberdade que este tipo de trabalho poderia proporcionar, ainda que obrigados a uma reflexão obviamente fundamentada na investigação da realidade e, por outro lado, um dificilimo distanciamento dessa realidade e do objecto de estudo, que nem sequer podemos minorar através de um hipotético afastamento físico temporário, dadas as nossas obrigações permanentes na instituição.

Para além de sucessivas interrupções a que nos vimos obrigados, particularmente prejudiciais na fase de escrita e de uma constante falta de tempo, entre as dificuldades sentidas em consequência daquelas obrigações institucionais, tornou-se frequentemente perturbador o facto de a elaboração do nosso trabalho ter ocorrido precisamente numa fase de bastantes transformações na vida da instituição, em que se registou, por um lado, um significativo movimento de incorporações, alterando quantitativa e qualitativamente

o respectivo acervo museológico, e, por outro lado, um reforço e alargamento da equipa técnica e científica, complexificando as nossas atribuições, tanto de gestão, como do trabalho de museu propriamente dito. Tal conjuntura restringiu ainda mais a nossa capacidade de recuo face aos problemas do momento. Apesar do nosso esforço em sentido contrário, receamos que tal restrição tenha indevidamente acentuado, sobretudo numa parte do nosso trabalho, o carácter inerente à nossa posição participante, factor que, à partida, e calculadamente, assumíramos como um elemento capital.

Apesar de uma sensação de alguma penosidade a que a nossa dissertação fica associada, queremos sublinhar o carácter enriquecedor, porventura insubstituível por outro tipo de experiência pessoal e profissional, do processo de trabalho que nos obrigou a dissecar a nossa história e a vida quotidiana – quase poematicos fizê-lo – do Museu/Ecomuseu Municipal do Seixal, até finais de 1999, e que nos deu o privilégio da orientação académica dos Professores Maria Olímpia Lameiras-Campagnolo e Henrique Coutinho Gouveia, com a motivação e estímulo inerentes ao seu nível e estatuto de investigadores.

Agradecimentos

Pelo seu papel na orientação da presente dissertação, expressamos um agradecimento especial aos Professores Henrique Coutinho Gouveia e Maria Olímpia Lameiras-Campagnolo.

Expressamos o nosso reconhecimento pela amizade e dedicação dos que nos apoiaram e acompanharam ao longo de um período de tempo ainda mais repartido do que aquele em que habitualmente já temos de conciliar as exigências profissionais e os apelos familiares. À Clara Camacho, em particular, agradecemos o diálogo paciente e o encorajamento constante.

Registamos o nosso agradecimento a Eufrásio Filipe Garcez José, a Fernando António Baptista Pereira e a António Nabais, pelas entrevistas concedidas e por nos terem transmitido os seus testemunhos e visões pessoais sobre a criação e parte da vida da entidade estudada.

Agradecemos ainda à equipa do Centro de Documentação e Informação do Ecomuseu Municipal do Seixal (nomeadamente ao Pedro Estácio e à Maria da Luz Correia), à Fátima Afonso, ao Jorge Raposo pelas suas colaborações no decurso do nosso trabalho.

Com afecto particular, agradecemos ao Fredericc Filipe de Jesus e à Irina Filipe de Jesus por nos terem acompanhado solidariamente na elaboração desta dissertação.

Lista de abreviaturas utilizadas

AAIRL – Associação de Arqueologia Industrial da Região de Lisboa
ACMS – Arquivo da Câmara Municipal do Seixal
AEMS – Arquivo do Ecomuseu Municipal do Seixal
AHM. – Arquivo Histórico Municipal (Seixal)
AML – Área Metropolitana de Lisboa
APAI – Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial
APH – Associação de Professores de História
APOM – Associação Portuguesa de Museologia
CAA – Centro de Arqueologia de Almada
CAAS, CRL – Cooperativa Agrícola de Almada e Seixal
CDU – Coligação Democrática Unitária
CLA – Companhia de Lanifícios de Arrentela
CMS – Câmara Municipal do Seixal
CNRS – *Centre National pour la Recherche Scientifique*
DBAH – Divisão de Biblioteca e Arquivo Histórico
DCEDJ – Departamento de Cultura, Educação, Desporto e Juventude
DGEMN – Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais
DPHN/EM – Divisão de Património Histórico e Natural/Ecomuseu Municipal
EMS – Ecomuseu Municipal do Seixal
GIDC – Grupo de Investigação e Divulgação Científica de Almada
GT - Gabinete Técnico
GALHC – Grupo de Apoio para o Levantamento Histórico-Cultural
IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional
ICOM – *International Council of Museums* (Conselho Internacional de Museus)
IPM – Instituto Português de Museus
IPPC – Instituto Português do Património Cultural
IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico
LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil
MMS – Museu Municipal do Seixal
PDMS – Plano Director Municipal do Seixal

REN – Reserva Ecológica Nacional

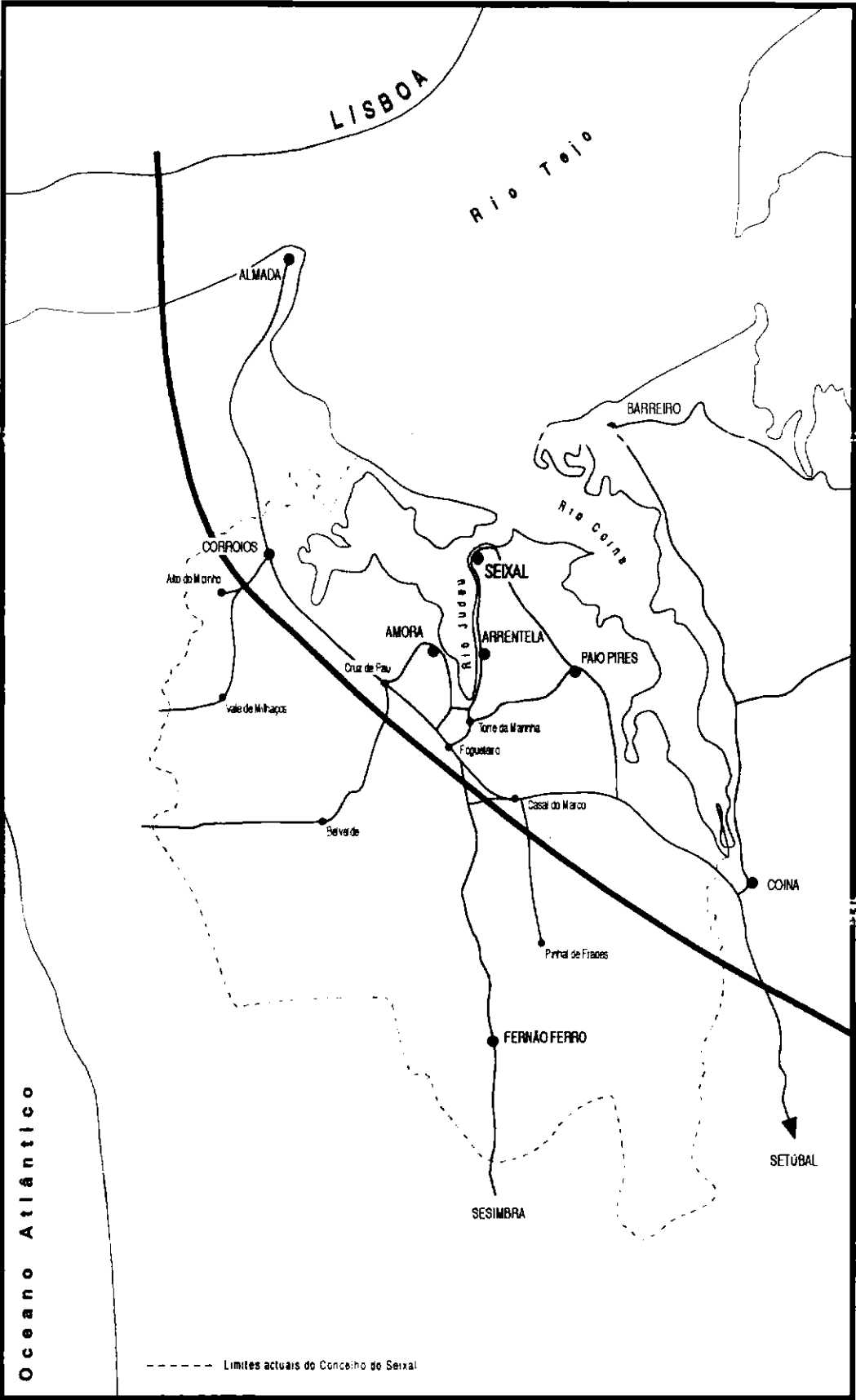
SALPA – Associação para a Salvaguarda do Património Cultural e Natural da Região de Setúbal

SAP – Sociedade Africana de Pólvora

SFUA – Sociedade Filarmónica União Arrentelense

SPEL – Sociedade Portuguesa de Explosivos

SPHC – Sector do Património Histórico e Cultural



ÍNDICE GERAL

Índice de organigramas, quadros, mapas e diagrama	VI
1. Introdução	1
1.1. Definição do tema	1
1.2. Enquadramento teórico	3
1.3. Objectivos	25
1.4. Estrutura da dissertação	28
2. Criação do museu municipal do Seixal (1979/1989)	30
2.1. Antecedentes	31
2.1.1. Enquadramento geográfico, histórico, ecológico	31
2.1.2. Enquadramento social e político	39
2.1.3. A ideia de museu no concelho	42
2.1.3.1. Acções dispersas anteriores a 1974	42
2.1.3.1.1. Da ideia de museu arqueológico (1912)	
à ideia de museu regional (1935)	42
2.1.3.1.2. Dos anos 40 aos anos 60: iniciativas	
particulares face ao imobilismo oficial	50
2.1.3.2. Institucionalização da intervenção	
patrimonial e da ideia de museu na	
sociedade pós-25 de Abril	57
2.1.3.2.1. Emergência de uma política	
patrimonial	57
2.1.3.2.2. Levantamento histórico-cultural	
do concelho e afirmação de uma	
“identidade urbana”	62
2.2. Processo de programação do museu: objectivos, delimitação e inscrição	
territorial das “áreas de actuação”	72
2.2.1. Exposição “O Trabalho na História do Concelho do Seixal”	72
2.2.2. Criação do museu	81
2.2.3. Designação de ecomuseu, em 1983: encontro entre a	
nova museologia e a experiência do Seixal	87
2.2.4. Análise das linhas-mestras da programação inicial do Ecomuseu	92
2.2.4.1. “Campo temático”	93
2.2.4.2. “Funções primárias”: áreas de aplicação	

das funções preservação, difusão, investigação	95
2.2.4.3. “Funções secundárias”: áreas de aplicação	
das funções secundárias intendência e gestão	113
2.2.4.4. Pessoal, qualificações e formações	115
2.2.4.5. Meios logísticos	119
2.2.5. Núcleos museológicos	122
2.2.5.1. Principais fases de programação inicial e concretizações	122
2.2.5.2. Núcleos instalados de facto (génese e localização; campo temático e perfil funcional e disciplinar)	130
2.2.5.3. Projectos (re)formulados fora da estrutura do Ecomuseu	153
2.2.5.4. Núcleos não concretizados e/ou projectos possivelmente a retomar	157
2.3. Do período de programação ao período de consolidação: continuidades e descontinuidades no percurso do Ecomuseu Municipal do Seixal	164
3. Crescimento e consolidação da experiência museológica do Seixal e reformulação evolutiva do Ecomuseu (1989/1998)	170
3.1. Envolvente político-social	171
3.1.1. Anos 90: um concelho em mudança	171
3.1.2. Lugar ocupado pelo museu (relativamente ao território, à população e às outras instituições)	177
3.2. Organização funcional e territorial após a mudança de responsável pelo Ecomuseu: fase de transição (1989/1993)	182
3.2.1. Detecção de carências, com reforço ou reformulação de áreas funcionais	185
3.2.2. Reformulação e redelimitação de núcleos	198
3.3. Organização e funcionamento do Ecomuseu: fase de estabilização, face a questões persistentes de estruturação e de programação (1993/1995)	200
3.3.1. Núcleos museológicos	203
3.3.1.1. Núcleos museológicos consolidados	203
3.3.1.2. Núcleos não concretizados	216
3.3.2. Projectos de valorização de património	225
3.3.3. Serviços	230
3.3.3.1. Serviço de museografia e conservação	232
3.3.3.2. <i>Serviço Educativo</i>	233
3.3.3.3. <i>Centro de Documentação</i>	235

3.3.3.4. Serviço de museografia, grafismo e edições	236
3.3.3.5. Serviço de apoio administrativo	237
3.3.4. Importância da função de estudo-investigação e da programação científica	238
3.3.5. Gestão: processos e práticas para a activação de funções e para o funcionamento de serviços	242
3.4. Extensão das competências do Ecomuseu: novos desafios (1995/1998)	246
3.4.1. Papel do Ecomuseu na política cultural descentralizada do município	246
3.4.2. Situação institucional no quadro da tutela e face a outras instituições	248
3.4.3. Projectos museológicos marcantes	252
3.4.3.1. Exposição e manifestações culturais sobre o ciclo cereal-pão	253
3.4.3.2. Inventário do património industrial do concelho do Seixal	258
3.4.4. Situação interna do Ecomuseu (funções e serviços; pessoal e meios logísticos)	262
3.4.4.1. “Serviços-museu”	264
3.4.4.1.1. Serviço de conservação	265
3.4.4.1.2. <i>Centro de Documentação e Informação</i>	270
3.4.4.1.3. Serviço de património náutico	272
3.4.4.1.4. <i>Serviço Educativo</i>	273
3.4.4.1.5. Serviço de exposições	274
3.4.4.1.6. Serviço de edição	274
3.4.4.2. Serviços museológicos alargados/”de ecomuseu”	276
3.4.4.2.1. Serviço de arqueologia	276
3.4.4.2.2. Serviço de inventário e estudo de património industrial	278
3.4.4.2.3. Estudo-documentação de património natural e educação ambiental	280
3.4.4.3. “Serviços-património”	280
3.4.4.3.1. Preservação de património imóvel	280
3.4.4.3.2. Valorização da memória social e colectiva	282
3.4.4.4. Pessoal, formações e qualificações	284
3.4.4.5. Meios logísticos	285
3.4.4.6. Avaliação do desempenho do Ecomuseu	

no desenvolvimento cultural local	287
3.4.4.6.1. Comunidade e população;	
públicos e utilizadores	290
3.4.4.6.2. Território vs. região	294
4. Emergência do projecto <i>Mundet</i> no processo de reperspectivação do Ecomuseu	299
4.1. Contexto da questão: as experiências de museologia centradas no	
património industrial do concelho e nos fenómenos industriais	301
4.1.1. Património industrial e museologia	301
4.1.2. Balanço sumário de experiências e projectos anteriores	306
4.1.2.1. Património <i>in situ</i>	306
4.1.2.2. Património deslocado do sítio industrial	313
4.2. A fábrica face à estrutura e à missão do Ecomuseu	315
4.2.1. Do Ecomuseu para a <i>Mundet</i> : potencialidades e limitações	
(o que o museu traz à <i>Mundet</i>)	318
4.2.1.1. Papel do museu na patrimonialização da fábrica	318
4.2.1.2. Trabalho do museu na fábrica (projecção das áreas	
funcionais e dos serviços do museu, na <i>Mundet</i>)	324
4.2.2. Da <i>Mundet</i> para o Ecomuseu: potencialidades e limitações	
(o que a <i>Mundet</i> traz ao museu)	331
4.2.2.1. Planificação da fábrica no contexto da reprogramação	
do Ecomuseu	332
4.2.2.2. Outras ocupações: uma questão determinante	334
5. Considerações finais	338
5.1. Fisionomia previsional do museu	342
5.1.1. Património industrial entre vários projectos	348
5.2. Questões fundamentais para a museologia em Portugal identificadas na	
experiência do Ecomuseu Municipal do Seixal	349
Referências bibliográficas	353
Documentos de arquivo	353
Periódicos	357
Bibliografia geral	358
Anexos	A-1
Anexo 1 – “Por um Museu do Concelho do Seixal”	
(texto subscrito por Fernando António Baptista Pereira).	
In <i>Catálogo da exposição O Trabalho na História do Concelho</i>	
<i>do Seixal</i> . Câmara Municipal do Seixal, 1981	A-2

Anexo 2 – <i>Programa para o Museu Municipal do Seixal (museu polinucleado).</i> António Nabais, Câmara Municipal do Seixal, Abr.1982	A-6
Anexo 3 – <i>Proposta de criação do Museu Municipal do Seixal.</i> Câmara Municipal do Seixal, 3 Maio 1982	A-22
Anexo 4 – <i>Museu Municipal do Seixal, inauguração – dia 18.</i> <i>(Dia Internacional dos Museus: Comunicado à População).</i> Câmara Municipal do Seixal, 18 Maio 1982	A-28
Anexo 5 – Transcrição de correio electrónico de Hugues de Varine a Graça Filipe, de 13 de Agosto de 1999, sobre a aplicação do conceito e da denominação de ecomuseu no caso do museu municipal do Seixal	A-30

ÍNDICE DE ORGANIGRAMAS, QUADROS, MAPAS E DIAGRAMA

Organigrama 1 – <i>Áreas de actuação</i> do Museu Municipal do Seixal segundo a Proposta de criação/Regulamento de 1982	96
Organigrama 2 – Núcleos museológicos previstos na fase de criação/instalação do Museu Municipal do Seixal – Proposta de criação/Regulamento, 1982	125
Organigrama 3 – Núcleos museológicos do Ecomuseu Municipal do Seixal e programação em 1986 (fase de definição de espaços antes da abertura ao público do Moinho de Maré de Corroios)	129
Mapa 1 – Localização, no concelho do Seixal, dos núcleos do Ecomuseu Municipal do Seixal instalados de facto (1982-1989)	131
Mapa 2 – Localização, no concelho do Seixal, dos projectos (re)formulados fora da estrutura do museu (1982-1989)	154
Mapa 3 – Localização, no concelho do Seixal, de núcleos não concretizados no Ecomuseu Municipal do Seixal/projectos a retomar eventualmente (1982-1989)	158
Mapa 4 – Projectos propostos e/ou possivelmente a retomar para núcleos museológicos (1993-1995)	218
Mapa 5 – Núcleos não concretizados e descontinuados (1993-1995)	222
Mapa 6 – Projectos de valorização do património (1993-1995)	224
Quadro 1 – Organização e funcionamento do Ecomuseu Municipal do Seixal (1993-1995)	238
Quadro 2 – Pessoal do Ecomuseu Municipal do Seixal: composição entre 1990 e 1995	243
Quadro 3 – Organização e funcionamento do Ecomuseu Municipal do Seixal (1998/1999)	263
Quadro 4 – Pessoal do Ecomuseu Municipal do Seixal: composição entre 1995 e 1998	285
Diagrama 1 – Ecomuseu Municipal do Seixal: espaços de aplicação de funções museológicas primárias – 1995-1998	286
Quadro 5 – Resumo e tipificação de anteriores experiências e de projectos de conservação de património industrial, no território do concelho do Seixal	306
Quadro 6 – Análise retrospectiva sumária das fases de programação do EMS e documentos-programa	339
Quadro 7 – Fisionomia previsional do Ecomuseu do Seixal: funcionamento e organização territorial de base (interface com os utilizadores e o meio envolvente)	346
Quadro 8 – Fisionomia previsional do Ecomuseu do Seixal (entidade museológica de tutela mista): estrutura orgânica e funcional de base	347

1. INTRODUÇÃO

Começando por centrar e definir sucintamente o nosso objecto de estudo, este primeiro capítulo destina-se a constituir um breve enquadramento teórico e metodológico das nossas pesquisas e do trabalho de síntese que elaboraremos nos capítulos seguintes. Apontaremos os objectivos principais que nortearam o tratamento do tema escolhido para a presente dissertação, assim como algumas questões a que atribuímos particular significância no plano museológico nacional, às quais aludiremos em diferentes momentos da dissertação. Enunciaremos quer o sistema conceptual que nos servirá de referência na análise da instituição museal e na tentativa de parametrização dos diferentes períodos da sua evolução, quer os diferentes conceitos e noções de cariz teorizante, por nós utilizados ou que possamos explicitar por via da nossa própria reflexão, directamente relacionados com a experiência descrita. Quanto às noções e conceitos, propriamente ditos, que não queremos dissociar do respectivo contexto de aplicação, a sua inserção far-se-á ainda ao longo dos capítulos centrais, onde serão apresentados subordinadamente ao fio condutor da descrição e em coerência com o tom de análise dos diferentes assuntos. Por fim, procuraremos justificar a organização do nosso trabalho, bem como a estrutura que imprimimos à sua apresentação.

1.1. Definição do tema

O desenvolvimento atingido pelo museu municipal do Seixal¹, frequentemente considerado como um dos casos de referência na vida museológica contemporânea nacional, assim como a projecção que lhe tem sido reconhecida no quadro do movimento renovador da museologia em Portugal, levou-nos a escolhê-lo como objecto de estudo e como tema da nossa dissertação, em função da nossa posição, simultaneamente privilegiada e arriscada, de observadores envolvidos naquele mesmo objecto de estudo.

No tratamento do tema escolhido, abordaremos a história do museu a partir dos antecedentes da sua criação, intrinsecamente ligados ao quadro político local, até à sua situação actual, a que faremos reportar a emergência da reperspectivação do EMS². Procuraremos as principais linhas de compreensão da entidade museal, antes e depois de

¹ No nosso trabalho, sempre que citarmos o nome Seixal sem o reportarmos explicitamente a nenhuma entidade administrativa ou geográfica, como o fazemos aqui, referir-nos-emos ao concelho do Seixal.

² EMS: abreviatura utilizada para Ecomuseu Municipal do Seixal.

configurada no Ecomuseu, e os eixos de acção que deram ressonância à ideia de renovação, ao longo da sua evolução, no tempo e no espaço. Servindo-nos de conceitos essenciais à interpretação das principais questões em análise, tanto no domínio da tecnologia do museu, como no da produção de conhecimento sobre o mesmo³, tentaremos dar coerência e estruturar uma série de dados e de reflexões, alguns dos quais em conotação com testemunhos e experiências pessoais, no sentido de construir um possível instrumento de avaliação para intervenientes futuros no processo de programação, antevendo um quadro de situações em que o retomar de tal processo se coloque com premência na vida da instituição.

A problemática em causa é, assim, através da experiência concreta de um museu de criação recente, no quadro da museologia portuguesa contemporânea, a especificidade do desenvolvimento duma instituição museal de âmbito local e de tutela municipal, isto é, um caso habitualmente identificado com o movimento da nova museologia e cuja fisionomia nos interessa conhecer (e dar a conhecer) como contributo para a compreensão do alcance, dos significados e das limitações da renovação museológica.

Do nosso ponto de vista, deve-se colocar a seguinte questão fundamental: devido à conjugação de uma série de factores, uns deles de conjuntura histórica, outros mais ou menos fortuitos, o Ecomuseu Municipal do Seixal (EMS) terá correspondido a uma espécie de experiência museológica piloto, útil para a experimentação e a reflexão de profissionais?

Complementarmente a esta, deverá ainda colocar-se a seguinte questão: poderá a experiência do EMS servir como demonstração pública, a ter em conta noutros casos, das repercussões e do impacto deste tipo de museu e da aplicação prática de algumas ideias do corpo teórico da nova museologia junto das populações/comunidades e dos públicos/utilizadores?⁴

³ Referimo-nos a dois domínios ou duas orientações reconhecidas na museologia. Ainda que a nossa abordagem seja limitada e fortemente ligada à disciplina da história, à partida foi nossa preocupação abarcá-los, tanto na fase de pesquisa e selecção de dados, como na fase de interpretação e de síntese. Entre outras limitações, reconhecemos porém que o próprio carácter académico e a individualização da elaboração do trabalho, restringem o resultado do mesmo e o próprio conhecimento que se pretende produzir sobre o museu e sobre a relação deste com o meio social em que se insere. Cf. DAVALLON 1995: 154-155.

⁴ Recordamos que Hugues de Varine preconizou, em 1976, na Conferência do ICOM/CECA, em Umeå, na Suécia, na comunicação que apresentou sobre “O papel do museu numa política cultural descentralizada”, a criação de sectores museológicos piloto em cada país, referindo-se à “quarta dimensão do museu: a dimensão social”, acrescentada ao objecto, ao tempo e ao espaço, e afirmando a necessidade de renovação da instituição museológica. V. GJESTRUM 1995: 201-212.

Quer em textos e documentos difundidos pela própria tutela do EMS, quer noutros que se lhe referem, nomeadamente ensaios ou estudos na área da museologia, com frequência pudemos ler notas ou afirmações respeitantes ao seu carácter inovador e às circunstâncias da sua criação e “programa” inicial, mas até ao presente não foi dada a conhecer de maneira sistemática a fisionomia da instituição, nem no plano da sua estrutura funcional e orgânica, nem da sua estrutura territorial, por forma a fornecer dados de avaliação relativamente imparcial sobre o seu percurso, no contexto da museologia contemporânea e, em particular, da realidade sócio-cultural portuguesa ligada à prática democrática, ao exercício da cidadania e ao poder autárquico.⁵

Emergindo este estudo da aplicação de conceitos e duma experiência no campo museológico, esperamos que, quer a nível da aplicação dos dados recolhidos, quer a nível do tratamento de fontes necessárias ao conhecimento da realidade investigada, o tornem um contributo para a história da museologia das duas últimas décadas. Por outro lado, considerada a influência que os princípios e os conceitos da ecomuseologia tiveram na museologia recente – desde meados dos anos 70 – reconhecemos a importância de aprofundar e de continuar a estudar esse papel, sabendo-se que o mesmo não passa apenas pelos denominados ecomuseus. Conquanto em Portugal, na prática e institucionalmente, esses estejam reduzidos ao caso do Seixal, vários outros museus se podem justamente reivindicar autênticos campos de aplicação de alguns dos mesmos princípios e conceitos.

1.2. Enquadramento teórico

Constituindo-se, na origem, como entidade museal comparável com muitos outros “museus locais”⁶, que foram criados em situações porventura também comparáveis – no

⁵ O EMS tem sido objecto de muitas referências em diversos trabalhos, mas a abordagem mais aprofundada que conhecemos, de 1986, ainda que reportada a um período limitado de vida da instituição, intitula-se “O Seixal no Museu: contribuição para o estudo do fenómeno sócio-cultural dos recentes museus locais em Portugal. Estudo de um caso: Museu Municipal do Seixal – Ecomuseu de desenvolvimento”. É da autoria de Maria Manuela de Abreu Borges DOMINGUES.

⁶ Referimo-nos à noção de “museu local” dada por LAMEIRAS-CAMPAGNOLO em 1984 (“As Relações entre Antropologia e Museologia no Diálogo entre Museus Locais e Museus Centrais”, comunicação apresentada no Seminário Museus e Etnologia em Portugal – História, Realidades e Perspectivas” do Departamento de Antropologia da Universidade Nova de Lisboa), citada por GOUVEIA 1985b: 319-328 – “Um museu local tem a sua justificação na necessidade e na vontade por parte de uma comunidade de exprimir, através de bens representativos, a coerência cultural e a diversidade de uma dada realidade humana e natural, urbana ou rural, na sua globalidade ou através de um aspecto dominante (ou de um conjunto de aspectos dominantes) da vida dessa comunidade, susceptível de fazer pressentir os seus demais aspectos. Numa perspectiva intensiva e largamente interdisciplinar, um museu local – cuja implantação territorial não corresponde obrigatoriamente a uma das divisões administrativas do país – é

tempo e no espaço – o EMS foi, desde logo, portador de um elemento formal que o particularizou: a sua designação. A abordagem da sua história e a análise do seu percurso de vida tornam pertinente, por seu lado, um enquadramento teórico e o recurso tanto à ecomuseologia, como a conceitos que habitualmente se associam ao movimento difundido com o nome de nova museologia. Consideramos, porém, que tais conceitos não são suficientemente precisos para que o seu campo de aplicação seja compreendido ou delimitado de forma dissociada relativamente a outras realidades e práticas museológicas.

O que nos interessa através do estudo do EMS é também o contributo que possamos dar para a compreensão e a interpretação da instituição museal, como meio ou como uma das formas de relação do homem com a realidade, e que se insere nos objectivos da própria museologia.⁷

Na nossa perspectiva e reconhecendo o papel do museu como expressão e ao mesmo tempo como instrumento do processo de identificação e de interpretação das marcas do passado, bem como da sua integração no presente dos grupos humanos/da sociedade, torna-se pertinente reter a definição de museologia dada por Marc Maure, como “a ciência que tem por objecto o estudo do papel do museu nos fenómenos de fabrico e de representação de um património”. Segundo este autor, enquanto ciência social, a museologia pode assumir uma de três formas – ciência pura, ciência aplicada e ciência de acção - consoante a utilidade prática da investigação e o distanciamento entre o investigador e o objecto de estudo. A nova museologia - ela própria expressão - duma mudança na concepção do papel social do museu, produto de importantes movimentos culturais e sociais que marcaram o final dos anos 60 e o início dos anos 70 – poderá ser considerada uma museologia de acção, dado o envolvimento pessoal do investigador, com vista a encontrar respostas e soluções práticas para os problemas estudados.⁸

O termo nova museologia foi monopolizado pela *Association Muséologie Nouvelle et Expérimentation Sociale* (MNES, fundado em 1982) e pelo MINOM (Movimento

simultaneamente instrumento e agente de compreensão interveniente da população e do território com os quais se encontra em permanente diálogo, testemunho atento do seu comum devir”.

⁷ Reportamo-nos à museologia na sua qualidade de estudos de museu, corpo teórico e coerente de conhecimentos gerado por uma reflexão continuada acerca do trabalho de museu. Cf. GOUVEIA 1991: 199-208.

⁸ V. MAURE 1995: 127-132.

Internacional da Nova Museologia, fundado em 1985).⁹ A nova museologia consistirá numa “filosofia”, num sistema de valores e numa atitude ou predisposição para uma intervenção de cariz social.

A nova museologia reflectiu-se noutras formas de investigação sobre museus e o seu papel na sociedade, tanto na situação de ciência aplicada, com o objectivo de atingir um melhor conhecimento dos fenómenos sociais, como na de ciência pura, tendo o conhecimento teórico por objectivo essencial, por parte de investigadores sem envolvimento pessoal nos fenómenos tomados por objecto de estudo.

À França coube um papel piloto no movimento da nova museologia no qual muitos encontraram inspiração na experiência do Ecomuseu do Creusot, terreno industrial e operário em que pela primeira vez se desenvolveu uma larga acção cultural desenhada com carácter participativo, a partir da instituição museal.¹⁰ Em grande parte, foi aquele movimento e, particularmente, a ecomuseologia, que associaram ao domínio museal ideias e palavras que anteriormente não lhe estavam associadas, tais como identidade, territorialidade, participação, comunidade e desenvolvimento.

Hugues de Varine considerou o ecomuseu (entendido como tipo de entidade) “a maior oportunidade de adaptação do museu ao mundo contemporâneo”, antevendo que podia “tornar-se um assunto de estudos e de investigações, um desafio aos museólogos do nosso tempo”.¹¹

*“O museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, investiga, comunica e exhibe para fins de estudo, de educação e de deleite, testemunhos materiais do homem e do seu meio envolvente.”*¹²

O ecomuseu, assumindo um sentido que ultrapassa o de um museu “normal” (com o objectivo de servir o conhecimento e a cultura), é um museu comunitário, que tem por objectivo servir uma comunidade e o seu desenvolvimento.

⁹ VAN MENSCH (1995: 138) lembrando este facto, fez o historial do aparecimento do termo nova museologia e da sequência de acontecimentos internacionais que se lhe têm associado, nos quais alguns portugueses tiveram um papel destacado, vindo a envolver a experiência museológica que despontava, quase simultaneamente, no Seixal.

¹⁰ V. BELLAIGUE 1995: 31.

¹¹ V. VARINE 1992: 446-487.

¹² Enunciamos o conceito universal de museu definido nos estatutos do ICOM de 1974, ratificados na 16ª Assembleia Geral de Haya, em 1989.

O ecomuseu é assim um processo, que deverá acompanhar o desenvolvimento local. Este pressupõe uma relação directa, uma comunicação, entre a comunidade e os poderes instituídos, processo pelo qual um território detecta, identifica e utiliza os recursos disponíveis, humanos, culturais e naturais, através da mobilização das forças activas da comunidade. Este processo supõe planeamento técnico, *input* de fontes e de recursos exteriores, integração nas economias e sistemas aos níveis regional, nacional e internacional, mas tem de ser controlado localmente.

Em 1971, Hugues de Varine, então sucessor de Georges Henri Rivière na direcção do ICOM, utilizara pela primeira vez a palavra (inventando o vocábulo) "ecomuseu", em Dijon (França), numa sessão do Conselho Internacional dos Museus, na presença de Robert Poujade, Ministro do Ambiente, que desde então adoptou a noção e a palavra. Isso passou-se no âmbito da Conferência Geral do ICOM realizada em Grenoble (França), "que traria modificações substanciais ao conteúdo e à forma da cooperação internacional entre os museus: revisão dos Estatutos e da definição de museu, afirmação da importância do meio ambiente na vocação dos museus, surgimento da dimensão "política" no conceito de museu, etc."¹³.

O conceito geral de ecomuseu não parou, até hoje, de ser objecto de reflexão e a sua aplicação não parou de incorporar novas ideias, mais ou menos coerentes, decorrentes do conhecimento ou da interpretação do corpo de conceitos aplicados à museologia que Georges Henri Rivière e Hugues de Varine delinearão e a que, acompanhadas ou não de experiências práticas, se seguiram sucessivas contribuições teóricas dando corpo ao que se poderá denominar uma filosofia ecomuseológica.

Na palavra, em si mesma, Hugues de Varine distinguiu "o factor «museu», exclusivamente reportado à linguagem das coisas reais" e "o prefixo «eco» referindo-se a uma noção de *ecologia humana* e às relações dinâmicas que o homem e a sociedade estabelecem com a sua tradição, o seu meio envolvente e os processos de transformação desses elementos, ao atingirem um certo estágio de consciência da sua responsabilidade de criadores".¹⁴

Se a invenção da palavra se destinou a qualificar uma inovação e a contornar o efeito negativo que podia ter a "clássica" designação de museu, quando os museus de ar-livre

¹³ Cf. VARINE 1995.

¹⁴ V. VARINE 1992: 457.

franceses, procurando reconstituir ambientes, se centravam nas relações do homem com o meio envolvente, o conteúdo para que o novo termo de “ecomuseu” serviu, revelou-se, de facto, muito dinâmico, aliando-se a uma concepção de “conservação dinâmica do património”, tendo a função de proteger a natureza, revelar as identidades e favorecer o ambiente e o desenvolvimento económico sustentado.

Aproximadamente desde 1967, Georges Henri Rivière desempenhara um papel de guia no desenvolvimento dos museus de ambiente nos quadro dos Parques Naturais Regionais (França), nos quais, progressivamente, se promovia a noção de participação da população e se introduziu a noção de *museu do tempo*, sede administrativa de antenas museais e de caminhos de observação atravessando o território.

A partir de 1971 e até ao final da década, Georges Henri Rivière fez evoluir o conceito, introduzindo e estruturando a componente do tempo, a da participação da população e uma dimensão territorial. O ecomuseu foi progressivamente concebido como um museu integral, onde se multiplicaram os domínios de investigação e de intervenção, adquirindo muitas vezes um estatuto associativo. Em 1972, a Assembleia do ICOM reunida em Santiago do Chile definiu o Museu como “uma instituição ao serviço da sociedade, que adquire, comunica e nomeadamente expõe, com objectivos de estudo, de conservação, de educação e de cultura, testemunhos representativos da evolução da natureza e do homem”.

Expandindo-se para além da França, com o desenvolvimento de experiências diferentes das dos Parques franceses, enriquecida com a concepção de museu do tempo de Georges Henri Rivière, a ecomuseologia conheceu um notável período de aplicação, entre 1971 e 1980.¹⁵ Os ecomuseus definiram-se na convergência do espaço e do tempo.

A experiência, entre 1971 e 1974, na Comunidade urbana do Creusot-Monceau-les-Mines, região onde a tradição rural permanecia viva, apesar das marcas de mais de um século de actividades industriais, com o projecto de criação de *um museu do Homem e*

¹⁵ Em correspondência pessoal recentemente trocada entre nós e Hugues de Varine, a propósito das circunstâncias em que este, em 1983, teve conhecimento directo do museu municipal do Seixal e do trabalho que o antecedeu, considerando-o comparável à experiência inicial, que tivera lugar, anos antes, com a Comunidade Urbana do Creusot-Montceau, aquele lembrou-nos a sua hipótese sobre tais iniciativas, consistindo em que “circonstances politiques et culturelles analogues, une analyse similaire des objectifs poursuivies, une même volonté de démocratie culturelle et une même absence de compétence scientifique et technique en muséologie peuvent produire des actions quasi-identiques, à des milliers de kilomètres de distance” (texto de Hugues de Varine, de 13 de Agosto de 1999).

da Indústria (que em 1974 tomou o nome de *ecomuseu*¹⁶ - o Ecomuseu do Creusot, cujos princípios foram estabelecidos por Hugues de Varine, Marcel Evrard e Georges Henri Rivière). veio a constituir, por bastante tempo, o modelo de referência dos ecomuseus¹⁷. Sobre isso escreveu Hugues de Varine:

“Nous fûmes d'accord pour tenter d'imaginer un musée d'un type nouveau, très éloigné du musée municipal classique et adapté aussi étroitement que possible à la réalité locale qui était, à ce moment-là, la mise en place d'une communauté urbaine, formule de regroupement administratif de collectivités locales voisines (...) Cette institution nouvelle serait l'émanation de cette communauté et de sa population; elle s'intéresserait à la totalité de son environnement, de son patrimoine et de son développement (...) C'est dans ces essais de définition de ce qui devait devenir le Musée de l'Homme et de l'Industrie, Écomusée de la Communauté Urbaine Le Creusot-Montceau-les-Mines qu'il faut chercher la première application de l'idée, alors nouvelle et sans grande substance, d'«écomusée»¹⁸.

Pela definição aprovada pela Assembleia Geral da Federação dos Parques Naturais de França, em Outubro de 1978, ao ecomuseu cabia assegurar “les fonctions de recherche, de conservation, présentation, explication, sur un territoire donné, d'un ensemble cohérent d'éléments naturels et culturels, représentatifs d'un milieu de vie et de travail”; o ecomuseu expressaria “les relations entre l'homme et la nature à travers le temps et à travers l'espace de ce territoire”. Compunha-se de bens de interesse científico e cultural reconhecidos como representativos do património da comunidade que lhe competia servir: bens imóveis não construídos (espaços naturais selvagens e espaços naturais humanizados); bens imóveis construídos; bens móveis e bens fungíveis (isto é, bens naturais perecíveis, geradores de bens análogos, que podem ser transferidos do meio de origem para outro em que se possam reproduzir e multiplicar-se.¹⁹

Na filosofia dos ecomuseus, três pontos se tornaram essenciais: a relação do museu com a comunidade, ocupando esta um papel dinâmico dentro do museu; a “incorporação”,

¹⁶ Segundo a bibliografia consultada, concluímos que na adopção do nome de “ecomuseu” pelo museu do Creusot também influenciou um factor administrativo, em função do patrocínio do ministério do ambiente. Cf. *La muséologie selon Georges Henri Rivière. Textes et témoignages*, Paris, Dunod, 1989: 150.

¹⁷ Cf. WASSERMAN 1984: 55.

¹⁸ V. VARINE 1992: 450-451.

¹⁹ V. Fédération des Parcs Naturels de France 1979: 23.

pelo museu, dos objectos do quotidiano, constituindo um património “vivo”: a ideia de territorialidade, indissociável da conservação *in situ* daquele mesmo património. Num tal projecto, a equipa do museu detém um importante papel catalisador a desempenhar. A partir da enriquecedora experiência do Creusot, quanto à definição de ecomuseu, o prefixo *eco* passou a designar tanto a sua envolvente social, como a sua envolvente natural, estando ambas, portanto, abrangidas nos alargados domínios de intervenção deste tipo de entidade museal.

Em 1980 (22 de Janeiro), Georges Henri Rivière redigiu a terceira versão da definição evolutiva de ecomuseu, adoptada pela *Association des personnels des écomusées* no mesmo ano:

« Un écomusée est un instrument qu'un pouvoir et une population conçoivent, fabriquent et exploitent ensemble. Ce pouvoir, avec les experts, les facilités, les ressources qu'il fournit. Cette population, selon ses aspirations, ses savoirs, ses facultés d'approche.

Un miroir où cette population se regarde, pour s'y reconnaître, où elle recherche l'explication du territoire auquel elle est attachée, jointe à celle des populations qui l'ont précédée, dans la discontinuité ou la continuité des générations. Un miroir que cette population tend à ses hôtes pour s'en faire mieux comprendre, dans le respect de son travail, de ses comportements, de son intimité.

Une expression de l'homme et de la nature. L'homme y est interprété dans son milieu naturel. La nature l'est dans sa sauvagerie, mais telle aussi que la société traditionnelle et la société industrielle l'ont adaptée à leur image.

Une expression du temps, quand l'explication remonte en deçà du temps où l'homme est apparu, s'étage à travers les temps préhistoriques et historiques qu'il a vécus, débouche sur le temps qu'il vit. Avec une ouverture sur les temps de demain, sans que, pour autant, l'écomusée se pose en décideur, mais en l'occurrence, joue en rôle d'information et d'analyse critique.

Une interprétation de l'espace. D'espaces privilégiés, où s'arrêter, où cheminer.

Un laboratoire, dans la mesure où il contribue à l'étude historique et contemporaine de cette population et de son milieu et favorise la formation de spécialistes dans ces domaines, en coopération avec les organisations extérieures de recherche.

Un conservatoire, dans la mesure où il aide à la préservation et à la mise en valeur du patrimoine naturel et culturel de cette population.

Une école, dans la mesure où il associe cette population à ses actions d'étude et de protection, où il l'incite à mieux appréhender les problèmes de son propre avenir.

Ce laboratoire, ce conservatoire, cette école s'inspirent de principes communs. La culture dont ils se réclament est à entendre en son sens le plus large, et ils s'attachent à en faire connaître la dignité et l'expression artistique, de quelque couche de la population qu'en émanent les manifestations. La diversité en est sans limite, tant les données diffèrent d'un échantillon à l'autre. Ils ne s'enferment pas en eux mêmes, ils reçoivent et donnent. »²⁰

Puseram-se então os problemas da conciliação entre o reconhecimento institucional deste novo tipo de realidade, no campo patrimonial e museológico, e o desenvolvimento do seu carácter inovador, particularmente ao nível da gestão e da formação de pessoal. Quanto à gestão, à falta de outros critérios tomou-se por modelo o sistema de três comités, congregando as componentes administrativa e científica e os utilizadores/população.

Assinalando mais de dez anos de existência do Ecomuseu da Comunidade do Creusot, o qual se tornara largamente conhecido em França e no estrangeiro, Mathilde Bellaigue-Scalbert fazia notar, na oitava edição do respectivo jornal (*Écomusée Informations*), dedicada aos ecomuseus e publicada em Dezembro de 1983, que aquele não poderia ser tomado como modelo em mais nenhuma experiência no mesmo domínio, pois que cada ecomuseu deveria decorrer de um projecto específico, inserido num dado meio, nascido de iniciativas específicas e variadas e ligado a uma realidade viva. A singularidade de cada projecto, de cada iniciativa ecomuseológica, bem como a valorização dos recursos de um território, com a sua população, eram sublinhados por aquela museóloga:

“L'existence d'un écomusée en un lieu donné peut démontrer que la culture se situe déjà où l'on est, faite de ce qu'on fait à chaque instant du travail ou du repos de notre vie et de la conscience qu'on en prend. «Pro-poser» signifie littéralement «poser devant», c'est-à-dire désigner à d'autres, dans le désir d'en être reconnu, en signe d'identité ou de dignité, en signe d'accueil, en désir d'échange. Tout écomusée vit de ce mouvement de «re-connaissance», de propositions d'échanges.

²⁰ V. *La Muséologie selon Georges Henri Rivière* 1989 :142.

... Chaque écomusée ci-après évoque des moyens d'investigation et de maîtrise de la culture technique: prolongations possibles – sinon techniquement du moins dans la démarche créatrice – du génie de l'artisan contre la standardisation contemporaine, solutions novatrices de développement social, économique, touristique, éveil d'une conscience inventive critique de la société industrielle”.²¹

Max Querrien identificava, em 1982, as contradições intrínsecas à natureza dos ecomuseus – que emergiam de um património protegido como forma de referência e de enraizamento, mas que encontravam a razão de ser numa memória colectiva, que dá lugar a uma identidade, essencialmente ligada à história presente – e sublinhava as exigências a que se sujeitavam os seus iniciadores ou administradores. Em primeiro lugar, a territorialidade do seu campo de investigação, bem como o papel da respectiva população local (mediante uma estrutura adequada), nas actividades do ecomuseu e a participação dos trabalhadores nas actividades de investigação, fazendo-se reconhecer o seu estatuto (qualidade) científico(a). Por outro lado, o ecomuseu, preocupado, sobretudo, com a “salvaguarda do saber-fazer”, recolhe e conserva objectos, preferencialmente ligados à vida quotidiana, mas deve privilegiar as doações ou os depósitos permanentes, em lugar de uma política de aquisições capaz de suscitar o interesse do circuito comercial. Nada havendo a impedir que um ecomuseu possua colecções geridas “segundo as regras tradicionais” – comportando, assim, uma secção “museu” - deve porém distinguir e diferenciar os métodos aplicados em cada caso, a cada categoria de objectos, tanto mais que o ecomuseu pode substituir ou alienar alguns daqueles que são utilizados quotidianamente, em função desse mesmo uso ou do desgaste que a sua utilização possa provocar. Um terceiro aspecto é o da constituição de um banco de dados acessível, abrangendo o património na sua globalidade, e em cuja elaboração estariam implicados os responsáveis do ecomuseu, os utilizadores e os investigadores (confrontando diversos tipos de saber: erudito, “popular” e técnico). Outra exigência é a diversificação das formas de expressão do ecomuseu – em que, por exemplo, as exposições permanentes tomam lugar, mas assegurando um carácter evolutivo – prosseguindo a ideia de construção/renovação de um projecto, em vez de imitar qualquer modelo exterior. Querrien equacionava ainda o problema do enquadramento jurídico, no caso francês, nomeadamente, da instituição ecomuseal, inerente à participação orgânica das entidades administrativas locais, ou dos utilizadores

²¹ V. BELLAIGUE-SCALBERT 1983: 1.

e de associações, advertindo para fórmulas restritivas da verdadeira missão dos ecomuseus, ou seja, do desenvolvimento da comunidade a que cada ecomuseu se reporta, através de acções com alcance social, económico e cultural. A tutela era apontada, de forma precisa, como uma questão discutível e de inegável importância. Partindo-se do princípio que a actividade dos ecomuseus “mesmo tendo um carácter científico (investigação) e subversivo (participação em acções transformadoras no terreno) é fundamentalmente cultural (restituição de uma identidade)”, o autor defendia que aquela tutela devia ser exercida, no plano administrativo, por um serviço responsável pelo património antropológico. Em conclusão e tendo ainda em conta a questão, importantíssima, do seu financiamento, “o ecomuseu deve ser apreendido como uma experiência constantemente criativa, podendo desenrolar-se segundo os mais diversos estatutos, fugindo às regras administrativas tradicionais mas desenvolvendo uma relação geradora de boa convivência com um grande número de parceiros, incluindo a administração, e beneficiando de um apoio financeiro, administrativo e técnico que respeite a sua originalidade”.²²

Confirmando que os ecomuseus se haviam tornado uma realidade de domínio público e com base na definição-síntese proposta por André Desvallées, quer a *Encyclopedia Universalis* (*Universalis* 1980), quer o grande dicionário enciclopédico *Larousse* (1983) definiam esse tipo de entidade museal:

“institution culturelle assurant sur un territoire donné les fonctions de recherche, de conservation, de présentation et de mise en valeur d’un ensemble de biens naturels et culturels représentatifs d’un milieu et des modes de vie qui s’y sont succédé”.²³

Em França, coexistiam ecomuseus com diferentes formas de dependência administrativa: ora de organismos públicos territoriais, ora com estatuto associativo. Foi esta modalidade, que facilitava a participação da população, a que predominou nos anos oitenta, enquanto um número crescente de realizações museais tomava, porventura com alguma arbitrariedade, o nome de *ecomuseu*, tanto mais que a filosofia que lhe estava subjacente, valorizando a especificidade territorial e a singularidade de cada projecto, favorecia a abertura de aplicação do conceito, ganhando cada vez mais o domínio industrial. Ocupando com alguma frequência os espaços fabris que a falência

²² V. QUERRIEN 1982: 62-67. (tradução/adaptação da nossa responsabilidade).

²³ Cf. *La muséologie selon Georges Henri Rivière...* 1989: 152.

das empresas deixava “vazio”, alguns ecomuseus foram qualificados de “museus da crise”. Conquanto se pudessem apontar situações de relativa disparidade financeira entre si, muitos ecomuseus sofreram, eles próprios, os efeitos da crise económica, sujeitos a orçamentos reduzidos, quando se supunha requererem orçamentos e investimentos muito mais volumosos do que os museus tradicionais, para um funcionamento coerente com os princípios de um alargado domínio de acção.

Sem abandonarem os objectivos ecológicos e as preocupações reportadas à envolvente natural, os ecomuseus de “terceira geração” privilegiaram a ideia de envolvente social, ao mesmo tempo que se propunham pôr em prática uma filosofia de participação, considerando elemento motor da intervenção do ecomuseu no território e do seu contributo para o desenvolvimento da comunidade que visam representar.

Na prática do desenvolvimento dos ecomuseus, sobretudo em França, valorizou-se cada vez mais a componente da investigação, com um predomínio tendencial da etnologia, por vezes em detrimento da história (que terá um papel fundamental a desempenhar segundo o conceito fundamental de “museu do tempo”). Acentuando-se a falta de unidade entre diferentes iniciativas, os seus métodos e os seus objectivos, as equipas científicas dos ecomuseus franceses puseram em marcha a organização de encontros nacionais²⁴, enquanto a ecomuseologia se tornava um dos eixos principais do movimento de debate e de reflexão sobre o papel dos museus na sociedade contemporânea, proporcionando as correntes denominadas de uma nova museologia, tomou lugar o primeiro atelier internacional dos ecomuseus e da nova museologia no Québec, em 1984, e um segundo encontro, em Lisboa (e Seixal), em 1985, com a criação do MINOM (Movimento Internacional para uma Nova Museologia) - eventos a que também faremos referência no próximo capítulo do nosso trabalho, sobre as origens e criação do Ecomuseu Municipal do Seixal.

Em 1991, a partir do primeiro colóquio nacional dos *museus de sociedade* de França, a *Fédération Nationale des Écomusées* tornou-se a *Fédération des écomusées et des musées de société*, a qual, agrupando cerca de cem instituições em 1992, divulgava, em 1998, um universo de cerca de um milhar de entidades enquadráveis no conceito geral de museu de sociedade. O termo foi justificado por se querer acentuar um propósito e

²⁴ Os Primeiros Encontros Nacionais dos Ecomuseus tiveram lugar, em *Isle d'Abeau* (França), em Novembro de 1984. Em 1991, a associação *Écomusées en France* transformou-se na *Fédération des écomusées et des musées de société*, a qual veio a agrupar várias dezenas de estabelecimentos museais.

reunir os museus com o objectivo comum de “estudar a evolução da humanidade nas suas componentes sociais e históricas, e transmitir os pontos de referência para a compreensão da diversidade das culturas e das sociedades”. Apesar das diferenças entre instituições e organizações museais, era intenção não “opor os museus de artes e tradições populares aos museus de etnografia ou aos ecomuseus, os museus de etnografia aos museus de história ou aos museus industriais...”²⁵, suscitando, pelo contrário, uma maior comunicação entre investigadores e a exploração interdisciplinar, necessárias a uma visão real da sociedade. Actualmente, a federação continua a pôr a tónica em pontos-chave como: a descentralização dos ecomuseus e dos museus de sociedade; a diversidade de colecções e o carácter dos patrimónios conservados “desde os mais modestos testemunhos aos mais prestigiados, por vezes imateriais”; uma política de preservação e de interpretação *in situ* dos elementos patrimoniais seleccionados; o acento nas culturas, mais do que nos objectos incorporados nos ~~em~~ ecomuseus e museus de sociedade; a importância da investigação e da experimentação museográfica; o papel social do museu, com reconhecimento pleno, nomeadamente face às comunidades em crise; a capacidade de atracção destes museus, motivando públicos numerosos, diversificados e, frequentemente, constituindo o motivo e o objecto de descoberta, pela primeira vez, de uma instituição cultural, para alguns sujeitos desses públicos.²⁶

Se, por um lado, este tipo de instituição museal continua a suscitar um vivo interesse tanto no plano da investigação e da reflexão museológica, como junto de entidades promotoras de novos museus com um âmbito de intervenção de carácter territorial ou definido por critérios geográfico-culturais, por outro lado há um número crescente de intervenientes em experiências ligadas à nova museologia e, em particular, à ecomuseologia, que, tal como nós, considera necessário ajustar a utilização da designação de ecomuseu à orientação programática das organizações que efectivamente a justifiquem. Ainda assim, cremos que essa utilização deve assentar numa espécie de convicção e de uma clara afirmação da entidade ou do projecto museológico, por parte não só da respectiva tutela, como, e essencialmente, da comunidade que nele esteja estreitamente envolvida.²⁷

²⁵ V. *Musées et sociétés*1991: 37.

²⁶ Cf. LA FÉDÉRATION DES ÉCOMUSÉES ET DES MUSÉES DE SOCIÉTÉ 1998.

²⁷ V. DAVIS1999: 237-238.

Relativizando o significado que tem hoje a leitura dos textos de referência da nova museologia, concordamos com Hugues de Varine, quando este, ao afirmar que aqueles “envelheceram, tanto na forma quanto no conteúdo”, considera que é sempre possível reencontrar “o seu sentido verdadeiramente inovador, senão revolucionário”. Concordamos ainda com a sua perspectiva, quando escreveu que

“o que existe de mais inovador . . . fora do contexto da época, são sobretudo duas noções, que aparecem melhor, mas às vezes mal colocadas, nas “considerações” das resoluções, e não nelas mesmas: aquela de museu integral, isto é, levando em consideração a totalidade dos problemas da sociedade; aquela do museu enquanto acção, isto é, enquanto instrumento dinâmico de mudança social. Esquecia-se assim aquilo que havia se constituído, durante mais de dois séculos, na mais clara vocação do museu: a missão da coleta e da conservação. Chegou-se, em oposição, a um conceito de património global a ser gerenciado no interesse do homem e de todos os homens”²⁸.

A experiência do Seixal mostra-nos uma realidade na qual, fazendo uso de algumas das tais ideias e da teoria que se supôs trazerem inovação à prática museológica, foi construída uma entidade singular, inerente ao meio envolvente e cuja definição tipológica se torna difícil quando nos baseamos nas características do acervo constituído. Esta experiência e o percurso da instituição museológica ao longo de perto de duas décadas não pode ser interpretada sob a perspectiva de comparação com nenhuma outra em particular, ou na expectativa de nela reconhecer a adaptação a um modelo concreto, que nos parece nunca ter realmente existido.

Não é nosso intuito, de resto, determo-nos na questão da definição tipológica do museu municipal do Seixal, mas sim, como já referimos, na análise e, até certo ponto, na avaliação da experiência, quanto às funções museológicas abrangidas, a sua aplicação, o campo ou espectro temático e a incidência disciplinar, os recursos e as formas de organização e de funcionamento.

Em evidente continuidade de princípios e em sintonia com a teoria museológica difundida a partir de Georges Henri Riviére, foi-nos proporcionado o conhecimento dos parâmetros de construção e de análise da instituição museal, tratados por Maria Olímpia

²⁸ Cf. VARINE 1995: 18.

Lameiras-Campagnolo²⁹, no seu trabalho de 1980, *O Museu de História Natural e Humana de Alcobaça (Coutos Cistercienses)* e de que alguns aspectos foram posteriormente retomados em várias ocasiões, tais como o VII Encontro Museologia e Autarquias e as Actas a cuja publicação este deu lugar, em artigo intitulado *Analisar e comparar entidades museológicas e paramuseológicas*.³⁰ Para além da sua coerência como sistema conceptual, oferecia-se-nos a rara possibilidade de abordagem directa e pessoal com quem o elaborara, razão, também, por que tentámos apreendê-lo e, numa perspectiva de certa forma experimental, por nós assumida, tentámos utilizá-lo.

A nossa própria experiência, quer pelo contacto com a organização museal em questão, quer pelo conhecimento que detínhamos dos textos da nova museologia e da informação reunida sobre outras investigações, preveniu-nos sobre a necessidade de uma visão ampla e abrangente ao abordarmos o caso do Seixal, tornando possível ultrapassar a perspectiva de um museu dito tradicional, mas não o colando ao rótulo abstracto de agente da nova museologia.

Foram fundamentais para a nossa própria reflexão as noções de “campo temático”, “funções museológicas” e “serviços”, que nos servem de ponto de partida para caracterizar o museu/EMS e descrever quer a sua fase de programação inicial, quer os períodos subsquentes do seu desenvolvimento.

A par da restante bibliografia que nos serviu de referência, o sistema conceptual daquela investigadora, inscrevendo-se, apesar da sua singularidade, na mesma linha didáctica de pensar e de ver a instituição museal que já se nos abria pelo estudo do pensamento de Georges Henri Rivière³¹ teve assim para nós um papel particular³², ao permitir uma aplicação, de utilidade não só académica, como de exploração prática, o que se poderá evidenciar em dois momentos distintos do nosso trabalho e em dois enquadramentos diversos, no plano funcional e de organização territorial do museu, cujas leituras aquele corpo de conceitos nos permitirá respectivamente traçar.

²⁹ A investigadora foi aluna de Georges Henri Rivière no curso de *Muséologie Générale et Contemporaine* – Institut de l’Art et Archéologie – Université Paris I.

³⁰ LAMEIRAS-CAMPANOLO 1998: 97-112.

³¹ No nosso estudo temos por referência a obra de compilação intitulada *La muséologie selon Georges Henri Rivière*, a par de textos incluídos noutras edições, nomeadamente em *Vagues, Une anthologie de la nouvelle muséologie*.

³² O trabalho de Maria Olímpia Lameiras-Campagnolo, de 1980, de que fizemos uma primeira leitura em 1995, mas que só em 1998 pudemos estudar, constituiu, assim como os outros trabalhos da mesma

– da maior importância no processo de patrimonialização. Esta implica métodos cada vez mais exigentes e onerosos, com suporte técnico e científico adequado, quer do ponto de vista dos objectos preservados, quer na perspectiva dos projectos de salvaguarda a que se associam certos saberes indispensáveis à gestão do património, com vista a manter vivos traços culturais a que a comunidade reconhece valor específico.

Acompanhando as mudanças da sociedade contemporânea, a evolução e o alargamento do conceito de património, a que se associou o de objecto museológico, repercute-se nas políticas de investigação e de aquisições dos museus, no seu âmbito funcional e, evidentemente, na sua programação.

Aboirdemcs brevemente o conceito de património, na perspectiva da sua evolução, como foi caracterizado por Davallon, Micoud e Tardy: “Un triple mouvement semble affecter aujourd’hui la conception que l’on se fait du patrimoine: un mouvement d’élargissement de sa définition, une modification du rapport au temps et enfin un recours de plus en plus grand accordé aux savoirs pour assurer la gestion du patrimoine.”³³ Com Desvallées³⁴, recordamos que foi a partir de 1930 que a palavra passou a ser bastante utilizada nos textos emanados dos organismos que precederam a UNESCO e o ICOM - respectivamente pela Comissão internacional de cooperação intelectual (CICI), órgão consultivo da Sociedade das Nações criado em 1922, pelo Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (IICI), criado por uma lei francesa de 1925 e posto à disposição da SDN e pelo *Office International des Musées* (OIM), emanção do anterior, e criado em 1926. Ao mesmo tempo que o conceito se ia distinguindo do conceito de *bens* - ligado à posseção -, e do conceito de *herança* - ligado à sucessão -, estendia-se o seu campo, a toda a humanidade - no sentido da *universalização* - e em breve abrangeria tanto a natureza, como os monumentos culturais. As grandes transformações das décadas seguintes e as acrescidas ameaças constantes a que o património esteve sujeito, remeteram para um alargamento do conceito e para uma *patrimonialização* das marcas culturais da humanidade, na sua relação com a natureza e o meio. Entendemos por patrimonialização o processo pelo qual certos bens ou elementos são apreendidos pelos membros duma comunidade ao ponto de decidirem salvaguardá-los ou preservá-los,

³³ V. DAVALLON, MICOUD e TARDY 1997: 195-205.

³⁴ Cf. DESVALLÉES 1995.

O que particularizou, em primeiro lugar, a política patrimonial e o processo museológico do Seixal, foi o património identificado, num dado meio social e natural, e as circunstâncias que levaram à sua selecção, interpretação e apropriação colectiva, sob a acção de elementos que se tornaram protagonistas daquele processo e de cuja intervenção, ancorada numa estreita relação com a comunidade, mas em crescente aproximação à museologia profissional, emergiu a necessidade de recorrer à programação museológica. Esta, na verdade apenas iniciada e deixada em aberto, pela tutela e pelos responsáveis técnicos, permitiu que prevalecessem as ideias, de profundo e indelével cunho renovador, que se afirmaram como cerne da aproximação à nova museologia, dando lugar à inclusão de conceitos como território, população, participação e ecomuseu, ou museu para o desenvolvimento.

A noção de território, em primeiro lugar reportada à incidência concelhia definida pela tutela administrativa do museu, será analisada, nomeadamente no capítulo 3, face à sua abrangência temática e disciplinar.

Quanto à noção de participação das populações, consideramos essencial a sua relativização e a compreensão dos mecanismos práticos com que na realidade é possível observá-la. Esta questão opõe-se e pretende esclarecer a nossa posição à sistemática teorização em que diversos autores têm persistido, anunciando-a, em abstracto, como panaceia de desenvolvimento local, porventura capaz de conferir à entidade museológica uma eficácia para além da sua dimensão patrimonial e da sua capacidade técnica.

Pela forma como definimos o nosso objecto de estudo, o conceito de património, assim como o de objecto museológico, que encontraremos frequentemente interconectados, atravessam também toda a nossa reflexão e análise.

Para além das investigações e da reflexão sobre tais conceitos, importa-nos compreender como se processa a apropriação e o reconhecimento de certos bens, em particular os casos que contam com a intervenção directa ou indirecta do museu, com a comunidade a assumir a responsabilidade ou a atribuir aos seus representantes a incumbência de gestão do património ou dos bens que, por essa via, se configuram como tal. Pensamos que ao museu cabe um papel - no plano cognitivo e no plano simbólico, que consideramos indissociáveis do plano administrativo e jurídico-político

autora que constam nas nossas referencias bibliográficas, um instrumento de enquadramento conceptual essencial para esta dissertação, como noutros pontos se voltará a referir.

assegurar-lhes continuidade, passando ou não a integrá-los num museu e a atribuir-lhes um estatuto particular como património – o de objecto museológico.

A crise industrial e o desenvolvimento da arqueologia industrial, por seu lado, proporcionaram que fábricas e sítios industriais se tornassem importantes testemunhos patrimoniais. A importância do património industrial no EMS justifica que no capítulo 4 o abordemos mais detalhadamente.

Assiste-se a uma universalização do património, ocorrendo frequentemente a valorização dos bens - culturais ou naturais - duma comunidade e dum território limitado, pela sua importância para a humanidade em geral.

À dimensão estética do património sobrepõe-se a dimensão cognitiva, em função das memórias e saberes que aquele integra. Acompanha-as a dimensão jurídica, relacionada com as formas de intervenção e com a gestão do património.

O património decorre da memória colectiva, porque é ela que define o seu conteúdo - mantendo ou acrescentando uma herança cultural. O verdadeiro critério do património "não é nem a arte, nem a história, mas a consciência íntima do grupo social de que um dado objecto pertence efectivamente ao seu património"³⁵.

A distinção entre património cultural e património natural tornou-se cada vez mais imprecisa e polémica, sublinhando-se o ponto de vista culturalista de Jacques Cloarec, para quem a paisagem é entendida como uma interpretação contínua e renovada das relações do homem com o meio. "Le paysage est d'abord un objet culturel, et nous sommes attentifs aux paysages par référence à une histoire culturelle de la nature, car il n'est en vérité de nature que ce que l'histoire humaine en dit."³⁶

Annette Viel, para quem o património se define como o conjunto dos bens transmitidos com o fim de lhes assegurar uma continuidade, também sublinhou a continuidade entre a vertente cultural e a vertente natural do património: "cette continuité ne saurait exister sans que soit prise en compte la reconnaissance de la nature qui modèle l'appartenance culturelle. Nos paysages nous créent et nous propulsent dans un univers culturel qui demeure profondément marqué par le territoire auquel nous appartenons"³⁷. Portanto, para a autora, a distinção entre património natural e património cultural perdeu razão de

³⁵ Cf. DESVALLÉES 1995: 22 (citando Olivier Eugène, 1987).

³⁶ V. CLOAREC 1994: 81-89.

³⁷ V. VIEL 1994: 216.

ser: “le patrimoine naturel m’apparaît dans ce que j’entends comme la nostalgie d’un patrimoine sauvage. La terre est toujours un élément naturel même s’il n’y a plus de contrées inexplorées.”³⁸

Numa perspectiva utilitária, diz-nos Desvallées, poderíamos talvez concluir pela passagem de monumento/suporte de memória a património/suporte de identidade.

Isaac Chiva define identidade como “capacité que possède chacun d’entre nous de rester conscient de la continuité de sa vie à travers changements, crises, ruptures. Elle se traduit en une interaction entre individus et en un sentiment de conformité ou de non-conformité avec le reste du groupe qui propose à l’individu des règles de comportement, valeurs, normes, buts et modèles communs”.³⁹

"O património é talvez o mais importante dos elementos quer permitem ao homem, enquanto espécie, ultrapassar um destino individual e encontrar a sua própria continuidade. (...) O património pode entender-se como um processo de criação e de renovação que assegura a continuidade entre a matéria, a vida, o espaço e o tempo".⁴⁰

O fenómeno a que Yañez Casal deu relevância, da redefinição de património - não o tesouro constituído e transmitido de forma supostamente inalterada, mas tudo o que confere identidade, a que se reconhece valor patrimonial e que se projecta conservar e salvaguardar, na sua relação com a vida, torna pertinente repetir também a sua citação de Henri Pierre Jeudy⁴¹: "o património começa a ser mais *o reflexo do nosso futuro que do nosso passado*".

Sublinhemos o papel de ligação entre o passado e o presente que o património cultural exerce num dado espaço, face à realidade que nos envolve e à importância de podermos reconhecer os significados de que aquele é portador, através do tempo:

“Cultural heritage establishes very close links with the space it lives in, so its cultural qualification is the result of various social processes through which it has acquired the designation ‘cultural’. Culture is, among other things, ‘the ability of a community to recognize, identify and produce symbols in identical ways’ (Tudman 1983: 137). . . the material world with its physical substance and the way it is shaped carries over all the layers of meaning deposited through time,

³⁸ V. VIEL in *Patrimoine culturel, patrimoine naturel* 1994: 135.

³⁹ Cf. Isaac CHIVA citado por BELLAIGUE 1995: 29.

⁴⁰ Cf. Pedro RAMIREZ-VASQUEZ, "L'avenir du patrimoine et le patrimoine de l'avenir", 1981, citado por DESVALLÉES 1995: 24.

⁴¹ Cf. CASAL 1994: 21.

many of which are illegible or incomprehensible because the cultural contexts of the objects' life have been changed.”⁴²

Chegamos assim à questão, da maior importância para os ecomuseus, da permanência e da conservação e interpretação do património *in situ*, isto é, não o retirando ou deslocando da sua envolvente e do ambiente juntamente com o qual aquele se transformará, transferindo para o espaço parte do seu significado e valor simbólico, o que lhe conferirá uma certa estabilidade, em oposição ao património cultural móvel, cuja estabilidade está sobretudo ligada à sua estrutura material:

“Resistance and the long duration of communications in space or the existence of toponyms, the continuity of sacral spaces and their titulars are but examples which confirm that in space the continuity of material forms is not very often crucial or decisive for the continuity of symbolic values. The continuity of material forms is often covered by shells of new forms or functions. On the other hand, movable cultural heritage, including museum objects, has different characteristics. Here the stability is not so much linked with the given space, but rather with the material structure of objects. An object carries its symbolic and other semantic values within its structure, and the context of a new environment enables it to state these values or to have them settle as part of its own history, and reveal them to all those able to understand them.”⁴³

Para ser efectivamente utilizado como um documento da realidade a que pertenceu antes da sua transferência para o museu, um objecto ou elemento do património cultural móvel requer estudo, interpretação:

“The museum object is an object of reality, a part of the movable cultural heritage. Transferred to the museum, the object becomes a document of that reality from which it was selected (Stransky 1970: 35). Thereby it becomes a document of those realities in which it lived earlier, but in a way which is not obvious or intelligible at first sight but only after closer study. The study shows the multiple layers of the museum object and its multilayered identities ranging from the conceptual, through the factual, the functional and the structural, to the actual identity (van Mensch 1989: 90). This multilayered nature of meanings and symbolic values, which can be identified in the study of the museum object, constantly changes the field of its museal definiteness.”⁴⁴

Sabemos pois que o destino do objecto depende geralmente do estatuto que a instituição lhe atribui, perante o reconhecimento social do seu valor, e do tratamento que lhe reserva ou da forma que o gere, no quadro de funções museológicas que se possam prever. É esse tratamento – correspondente às funções de investigação, de conservação e

⁴² V. MAROEVIĆ 1995: 24-36.

⁴³ V. MAROEVIĆ 1995: 24.

⁴⁴ V. MAROEVIĆ 1995: 25.

de difusão – que o define tradicionalmente como objecto de museu⁴⁵. Mas, à semelhança do que acontece com o património cultural, o alargamento do tipo de objectos e da sua natureza (dependendo do seu lugar, da função e do estatuto que lhe é conferido pela sociedade ou por uma comunidade) leva-nos à questão da necessidade de renovação e do desenvolvimento de conhecimentos teóricos e do saber técnico profissional pela instituição museal, pretendendo-se chegar ao ponto de manter o objecto na função que lhe garanta a ligação à vida da comunidade e ao seu quotidiano.

O valor documental de um objecto de museu é expresso numa dimensão temporal, porque o objecto acumula certos traços, na sua estrutura material e na sua forma, durante o tempo em que exerceu ou existiu com a sua função. Por sua vez, através da sua estrutura material, o objecto transmite os valores que se querem preservar com a sua incorporação no museu e cuja continuidade só uma conservação adequada pode garantir.

Ligado ao valor documental de um objecto de museu no contexto museológico, emerge o conceito de colecção:

“Objects are implicit in social action, which cannot happen without them, and explicit in that social practice can be ‘read’ from them. They are, therefore, always, both active and passive; we make them, and they influence us. Like all other human manifestations they are only significant in groups or sets to which meaning can be attached: a sentence needs all its words, a room all its things, for sense to be made and life to go on.”⁴⁶

Aos objectos e às colecções associa-se a investigação, essencial como uma base do critério de selecção que confere pertinência aos objectos e como meio de aquisição de conhecimentos baseados naqueles.⁴⁷ O próprio acto de coleccionar consiste em juntar objectos pertencentes a uma dada categoria que se julga apreender.⁴⁸

” The notion of selection and of the selective process is crucial in the creation of a collection, because, although it may take a while for an individual to recognize his or her collection as such, the dawning of this recognition is the moment when the

⁴⁵ Cf. DAVALLON 1996: 69-87.

⁴⁶ V. S. PEARCE 1995: 15.

⁴⁷ Cf. FENTON 1995: 224-232 – “Since collections are basic to the existence of museums and galleries, it follows that without them museums could not exist. . . but in general we do not really apply the concept of collections research which illuminates the objects, and give perspectives which, on the one hand, can guide us towards selectivity rather than random in-gathering and, on the other hand, open up new paths of knowledge.”

⁴⁸ V. PEARCE 1995: 15-23.

collection takes formal shape and the notion of deliberate selection is then projected both backwards and forwards.”⁴⁹

A criação e a manutenção de um museu pressupõe uma política patrimonial por parte da entidade promotora, e se esta actuar a nível local, pressupõe ainda uma articulação a nível regional e nacional. No Seixal, a emergência de uma política patrimonial, na sociedade do pós-25 de Abril, esteve associada ao processo de programação inicial e à consolidação do museu municipal.

Uma política patrimonial, longe de se confinar à ideia de conservação do passado, necessita da memória e de elementos geradores e activadores dessa memória, que reforcem os sentimentos de pertença das comunidades, no presente em que se reinterpreta aquele passado. Sendo, como a história, uma relação com o tempo, a memória difere daquela disciplina científica. A memória é passado, mas o passado incorporado no presente e estruturando-o. Sem memória, não existiria presente.⁵⁰

As políticas do património organizam e ocupam-se da transmissão da tradição e da memória, para dar continuidade às sociedades presentes, sujeitas à mudança.

A investigação deverá ser uma actividade basilar em qualquer política patrimonial, nomeadamente quando nela se desenvolver uma vertente museológica, pressupondo a recolha de objectos portadores de informação ou valor documental e de um significado simbólico, reportado à sociedade a que pertencem e que o museu interpreta.

A aquisição de objectos deverá inscrever-se no processo de investigação do museu, assumindo-se como acto científico, subordinado aos resultados da avaliação do saber num domínio considerado, reportado a uma disciplina de base ou de carácter interdisciplinar. O papel do programa científico é essencialmente definir a filosofia e as estruturas fundamentais do museu que se visa criar.⁵¹

“Dès sa naissance, tout musée reçoit un programme inhérent à sa discipline de base, à la position qu’il occupe dans le monde ou dans son pays, à sa taille. Quels que soit ces paramètres, un musée digne de ce nom ne saurait en effet se gouverner au hasard: il suivra une politique générale qu’on peut dire structurelle et qui constitue le cadre explicite des recherches qu’il accueillera. Son programme d’acquisition dépend étroitement de ces grandes lignes directrices, réalisables à long terme autour d’objectifs prévus.”⁵²

⁴⁹ V. PEARCE 1995: 17.

⁵⁰ V. MICOUD 1994: 28-29.

⁵¹ V. O’BYRNE e PECQUET 1979: 74.

⁵² V. *La Muséologie selon G.H. Rivière* 1989: 170-171.

Das várias situações que podem ocorrer, poderíamos considerar duas hipóteses: ou um projecto de investigação e a existência de uma colecção dão lugar a um processo de programação museológica e à criação de um museu; ou existe uma determinação ou vontade de promover a criação de um museu e, em consequência duma programação delineada para esse fim, se desenvolve a recolha de objectos tendente à constituição de uma colecção ou de um acervo. Em qualquer dos casos, a programação deverá aparecer claramente como um processo básico de criação e/ou de desenvolvimento do museu.

Considerando-a essencial no processo museal, a noção de programa advém, com G.H.Rivière, da relação estrutural entre o museu e as disciplinas de base da investigação. É a partir dessa relação fundamental que o museu evolui, é nela que se fundamenta a política de aquisição “par la quête non seulement d'objets, et de collections, mais de tout ce qui constitue leur environnement signifiant”.⁵³ O programa geral do museu é o conjunto de parâmetros, inerentes à disciplina ou às disciplinas de base do museu, à sua dimensão e âmbito de intervenção e à posição que ocupa territorialmente, numa região, num país ou no mundo, dotando-o de uma política estrutural.

A programação, ou o processo de planificação do museu foi também tratada por M. Lehmbruck, que equacionou com grande rigor os problemas que, nesse processo, se colocam no quadro de relações entre o dono da obra e o mestre da obra, ou seja, entre o promotor do museu e a entidade (empreiteiro ou outra) a quem é confiada a concretização da obra de construção ou de instalação, ou de remodelação, passando pelo programador, pelo conservador e pelo arquitecto.⁵⁴

Sob tal perspectiva, tentaremos compreender a criação do museu municipal do Seixal, identificando quer os parâmetros a que os promotores do museu – políticos e comunidade - submeteram a sua evolução, quer o papel dos técnicos intervenientes no processo de programação correspondente, e a importância relativa entre disciplinas de base, museologia e arquitectura.

Segundo Patrick O'Byrne e Claude Pecquet, a programação deve ser concebida como um processo de reflexões permitindo, sucessivamente, analisar os objectivos formulados pelo conservador/museólogo, traduzir esses objectivos em termos de funções a

⁵³ *La Muséologie selon G.H. Rivière* 1989: 170.

⁵⁴ V. M. LEHMBRUCK 1979: 94-96.

preencher e, enfim, formular o enunciado das necessidades correspondentes a três domínios: a arquitectura, o funcionamento e os equipamentos. Assim concebida, como processo dinâmico, a programação elabora uma sequência de “documentos-programa”, correspondendo a cada etapa do processo uma fase de estudos (análise) e um documento de referência (síntese) que deverão permitir o controle permanente e eficaz do desenvolvimento da operação. Aqueles documentos de referência são o “pré-programa”, o “programa de base” e o “programa definitivo”. O primeiro deverá conter uma síntese das diferentes pesquisas, permitindo traçar as linhas de força da operação e um esboço de intenções no plano da arquitectura. Quanto ao “programa de base”, permitirá estabelecer o esquema geral de organização da operação, bem como elaborar o ante-projecto sumário de arquitectura. Tanto a concepção dum ante-projecto detalhado como a do projecto final de arquitectura serão apoiadas no “programa definitivo”. O “documento-programa”, ou programa propriamente dito, constitui uma síntese contendo os resultados e as consequências das análises feitas aos diversos níveis. A sua redacção deverá ser da responsabilidade do programador, devendo traduzir fielmente as necessidades do conservador, a quem cabe, conjuntamente com o promotor (ou dono da obra) o papel de acompanhamento, o primeiro dos quais na qualidade de utilizador. Será esse o documento que se submete ao arquitecto, a quem cabe a concepção do projecto, com base nas suas informações e directivas. A arquitectura, o funcionamento e os equipamentos formam um todo indissociável, pelo que a sua abordagem deve ser feita na globalidade e simultaneamente.⁵⁵

1.3. Objectivos

O nosso trabalho tem por objectivo fazer uma síntese da história da experiência museológica do Seixal, evidenciando os aspectos que verdadeiramente identificam o museu municipal/EMS. Relacionado com essa ideia de identidade do próprio museu, é nosso objectivo valorizar o facto de que os museus adquirem um perfil cuja explicitação se torna uma mais valia na comunicação com os públicos e, na medida em que se formule uma identidade resultante da inserção do museu no meio envolvente, a instituição museal torna-se um recurso acrescido de desenvolvimento local. Aquele perfil resulta da articulação entre áreas funcionais (ou áreas de aplicação de funções museais), consoante uma dada definição de prioridades no tratamento do acervo/das colecções e na comunicação entre o museu e os públicos, o que, em nossa opinião, no

⁵⁵ V. O'BYRNE PECQUET 76-77.

caso do Seixal, se subordinou ao envolvimento com a comunidade, tendo-se admitido que o museu explorasse por vezes campos que não eram especificamente museais, mas que ajudaram a que essa interacção com a comunidade tivesse projecção, por seu lado, nos planos específicos da preservação e da musealização/incorporação de património.

É assim nosso objectivo contribuir para um melhor conhecimento da experiência do Seixal, reunindo elementos e abrindo pistas e perspectivas para aprofundamentos ulteriores e estudos particulares, que aqui ficarão mais superficialmente tratados, como é o caso da vertente educação da função difusão, ou do saber-fazer e sua transmissão no museu. Através dos traços fisionómicos da instituição, só possível mediante a análise minuciosa que tentaremos apresentar, é nosso objectivo fazer emergir o amplo espectro de intervenção e de interacção social que aquela instituição activou.

Pretendemos também mostrar a emergência duma política patrimonial, no final dos anos 70, estabelecendo a comparação com a omissão do período anterior. Evidenciaremos o lugar da investigação e o papel atribuído aos profissionais, papel esse que foi essencial à criação do museu e ao processo de programação museológica, mesmo que este tenha sido rudimentar, tanto por razões de uma precária assunção dos conceitos utilizados, como pela conjuntura política, a que aquela programação se subordinou claramente.

Outro objectivo é o de contextualizarmos a denominação de ecomuseu e até certo ponto analisarmos as razões da sua utilização (passada, presente e futura), considerando que o que se procurou seguir foi um corpo dinâmico de conceitos e uma filosofia, para responder a necessidades culturais e de índole político-social. Caberá questionarmo-nos, a este propósito, sobre se um tal processo se mantém ainda em aberto e se a adopção da designação de ecomuseu, representando uma atitude política, se mantém ou não como decisão incontornável para a existência da entidade museal.

É nosso objectivo reunir dados para compreender e avaliar até que ponto o EMS desempenhou o papel de um “ecomuseu para o desenvolvimento”, para usar a expressão de Hugues de Varine, que assim distinguia o movimento ecomuseológico das instituições de desenvolvimento comunitário, dum movimento ecomuseológico “clássico”, que fora em grande medida ecológico.

Numa experiência em que o mais frequente é a sobrevalorização exterior de bens patrimoniais que, apesar de incorporados/musealizados e de constituírem importantes marcas identitárias do território com que o museu se relaciona e que procura

representar, não são, em si mesmos, suficientemente ilustrativos da amplitude do trabalho de museu, sobretudo ao longo dos últimos anos, tentaremos assim definir a identidade do museu do Seixal e antever as razões da adesão dos públicos a este tipo de “modelo” ou de tipologia museal.

Traçando a evolução e reconstituindo detalhadamente as diversas iniciativas ou incursões do Ecomuseu no território e as suas sucessivas reconfigurações, temos por objectivo ajudar a definir melhor as possibilidades de futuro, ora a possibilidade de continuar a manter em aberto o processo de programação do museu, ora de dar lugar ao aprofundamento de programas científicos e de investigações disciplinares/interdisciplinares, articulando os diversos projectos existentes numa espécie de sistema museológico.

Face à ausência de um estudo de viabilidade e face ao défice de investigação quando se acrescentaram recursos/acervos e se alargou ou foi intenção alargar o número de unidades do Ecomuseu no território, o nosso estudo tem por objectivo constituir um instrumento de trabalho para a selecção e identificação de meios para um processo de (re)programação futuro. Pretendemos sublinhar a necessidade de repensar a política cultural municipal, em que se integra a política patrimonial, cujo cunho ideológico-político, terá evoluído e certamente evoluirá de acordo com os valores culturais da comunidade, os níveis de participação e de comunicação com os órgãos de poder e a prática da cidadania.

Destacamos ainda algumas questões, com particular significância para a museologia portuguesa, decorrentes da experiência do Ecomuseu do Seixal e que na parte final do nosso trabalho procuraremos retomar, ponderadas no âmbito das considerações finais.

Com o nosso trabalho esperamos contribuir para futuras análises comparativas, passando pelo caso do Seixal, no quadro da museologia contemporânea, assim como para a avaliação e comparação de diferentes “modelos” de análise de museus.

Sobre o Seixal, poderemos reflectir na articulação entre museu e património cultural, que podem ser vertentes indissociáveis, em que o património resulta duma apropriação cognitiva e afectiva, decorrente da aplicação e da formulação dum conceito muito amplo. Mas a gestão desse património requer critérios, e a explicitação desses critérios junto da própria população/comunidade, que passam por uma certa normalização de

procedimentos ligados às funções museológicas, colocando assim a importância do papel do(s) museu(s) e da sua relação com os públicos.

É nosso objectivo que a experiência do Seixal permita evidenciar o papel e a importância das disciplinas de base essenciais em museus da mesma “geração” como a história e a arqueologia, colocando em aberto o lugar ou o vazio necessariamente a preencher pela antropologia, pelas ciências da natureza e pelas disciplinas técnicas.

Finalmente, o nosso trabalho tem também por objectivo lançar um olhar pelo exercício profissional e por aspectos da formação nos museus ligados a processos de desenvolvimento local ou museus de território, abrangendo as diferentes especialidades, por forma a fazer ressaltar a sua importância na vida e na renovação museológica a nível geral.

1.4. Estrutura da dissertação

Utilizando uma sequência cronológica, o nosso trabalho foi sistematizado segundo critérios de análise que anteriormente justificámos, apresentando-se estruturado de acordo com uma periodização relacionada com a vida da instituição museal e o seu relacionamento com o meio envolvente.

Os antecedentes do museu fazem-nos obrigatoriamente recuar às primeiras iniciativas municipais que anunciam uma política cultural para o património. Pareceu-nos então que seria útil demarcar os diferentes contextos e consequências do aparecimento da ideia de constituir um museu no concelho do Seixal, pelo que procurámos aprofundar o mais possível até que ponto se poderiam encontrar na sociedade local, posteriormente ao 25 de Abril de 1974, expressões ligadas ao surgimento daquela ideia em períodos anteriores.

Localizada no tempo, a iniciativa museológica do Seixal remeteu-nos então para a sua localização no espaço, devido ao carácter identitário e à representatividade de um território que se pretendeu atribuir-lhe: em teoria ou à luz dos princípios programáticos iniciais consignados pela sua designação de Ecomuseu. O espaço que lhe foi destinado corresponde ao concelho do Seixal, embora na prática o espaço se vá delimitando pela acção do museu, em primeiro lugar sob a forma de “núcleos”, ou unidades museológicas, que constituíam um “percurso museológico” de partida.

Para além da contextualização do nosso objecto de estudo no espaço/território, de acordo com o quadro conceptual de referência dos ecomuseus, era necessário abranger

também as outras componentes activas do seu funcionamento: o património, a população e a memória colectiva.

Uma vez que o nosso estudo visava precisamente analisar o processo evolutivo e dinâmico duma instituição museal e o trabalho teve um seguimento cronológico, procurou-se simultaneamente dar a devida nitidez a uma espécie de progressão que caracterizou o crescimento e consolidação daquela, através de diferentes ritmos de descrição em cada um dos capítulos seguintes. Os próximos capítulos foram elaborados como uma espécie de sub-unidades de leitura de diferentes períodos ou fases de vida da instituição, pelo que se procurou conferir-lhes também uma estrutura interna correspondente.

Quanto à série de informações complementares a remeter para notas de rodapé, a par das referências bibliográficas, procurar-se-á preencher o quadro relativamente minucioso de descrição do funcionamento e da história (por vezes quase quotidiana) do museu, aproveitando ao mesmo tempo o contacto com a documentação e com as fontes orais (que nos preocuparemos em confrontar e em comparar).

No conjunto de anexos incluem-se os documentos, amplamente citados e referenciados por nós, que se podem considerar fundamentais para a criação do museu em estudo, bem como um outro documento, também a citar, mas que, apesar da sua origem e carácter exterior à instituição, poderá substituir, de certa maneira, uma lacuna das nossas fontes, no que concerne à passagem a ecomuseu.

Pretendemos afirmar aqui o nosso propósito de vir a desenvolver algumas reflexões sobre aspectos precisos e sub-temáticos deste trabalho, o qual, com o seu objecto principal de estudo, ficará necessariamente em aberto, podendo em qualquer altura ser retomado por novas perspectivas de análise, uma vez que se encontrará disponível para consulta e investigação uma considerável documentação de arquivo utilizada por nós e devidamente identificada e referenciada.

2. CRIAÇÃO DO MUSEU MUNICIPAL DO SEIXAL (1979/1989)

Este capítulo do nosso trabalho começa pela caracterização, em linhas gerais, da envolvente geográfica, histórica, ecológica, social e política da iniciativa museológica que tomámos por objecto de estudo, procurando contextualizar o processo de institucionalização da intervenção patrimonial no concelho do Seixal, na sociedade democrática do pós-25 de Abril, distinguindo aquele processo, e a criação de uma entidade museológica sob tutela municipal, de um conjunto de tentativas em torno da ideia de museu, ocorridas em diferentes momentos da história local ao longo do nosso século.

A abordagem das anteriores tentativas dispersas à volta de diversas ideias de museu – espécie de prolongamento da envolvente social e política na respectiva época – tem também por objectivo evidenciar o carácter organizado e institucional do processo de criação do museu municipal, primeira iniciativa no campo da museologia verificada no concelho.

Centrar-nos-emos, então, no processo de programação do museu, denominado, depois de 1983, por Ecomuseu Municipal do Seixal. Para tal, é indispensável recuarmos até à deliberação camarária de promoção de um levantamento histórico-cultural do concelho, por proposta do seu Presidente, Eufrásio Filipe Garcez José, personagem cujo perfil cultural e político nos ajuda a compreender a prática de governo local ao longo de mais de duas décadas, no território administrativamente correspondente ao Seixal. Podendo apontá-lo não só como interveniente, mas também como um dos principais protagonistas na criação do museu municipal, recorreremos ao seu depoimento sobre esta matéria, a par dos depoimentos de dois técnicos – António Nabais e Fernando António Baptista Pereira – os quais, com diferentes níveis de envolvimento, incluímos entre as figuras principais daquele período, no que concerne o movimento de estudo e de salvaguarda patrimonial, para que se definiram em seguida objectivos museais.

Entre os factores que determinaram a selecção daqueles protagonistas na nossa recolha de depoimentos e de análises pessoais sobre a criação e a história da primeira etapa do museu, destacamos a importância do papel que desempenharam, de uma ou de outra forma, na divulgação e, até, numa certa “mediatização” da experiência museológica do Seixal, contribuindo em parte para que a sua projecção pública, habitualmente associada

a um movimento renovador da museologia em Portugal, se tornasse tão controversa como prestigiante.

Para explorarmos a etapa da vida do museu de que trata este capítulo – e antevendo a necessidade e a importância do seu interrelacionamento com a etapa a tratar no capítulo seguinte – torna-se fulcral a selecção de um “aparelho conceptual” adequado, que nos permita uma análise demarcada das noções e designações que os próprios intervenientes na programação e na orientação do museu usaram, ora no processo de criação, ora no processo seguinte, de consolidação.

A título de curiosidade, refira-se o facto de o principal interveniente na programação inicial do museu ter então podido consultar, sob a forma de manuscrito, a principal obra donde emanam tais instrumentos conceptuais, agora utilizados e por nos citados com um propósito académico.

Realçando que a perspectiva diacrónica do nosso estudo sobre o Ecomuseu do Seixal se constrói precisamente a partir do tipo de análise delineada neste capítulo, assinalamos ainda a nossa diferença de estatuto, relativamente a cada período em que se reparte essa mesma análise: não-participante no primeiro, participante no seguinte.

2.1. Antecedentes

2.1.1. Enquadramento geográfico, histórico, ecológico

O Concelho do Seixal, com uma área de 93,6 Km², localiza-se na margem esquerda do estuário do Tejo, na Península de Setúbal, em frente a Lisboa, confrontando com os concelhos de Almada, Sesimbra e Barreiro.

As formações geológicas aflorantes, de origem sedimentar, foram depositadas nesta região pelas paleocorrentes do Pré-Tejo, que há cerca de 1 milhão de anos desembocava em estrutura deltaica próximo da actual lagoa de Albufeira.

Areias e seixos foram carregados e depositados em espessa série, datada do Pliocénico e do Quaternário, respectivamente. Aceita-se que a origem do nome Seixal provenha precisamente daqueles clastos de maiores dimensões.⁵⁶

⁵⁶ Apesar de ser comum relacionar as origens do topónimo “Seixal” com a abundância de seixos nas praias fluviais desta localidade, também é conhecida a existência de outros topónimos idênticos, mas provenientes, etimologicamente, do nome de árvore salgueiro (proveniente de *salice* em latim). A

Concelho ribeirinho, o Seixal é banhado pelo chamado Mar da Palha e sulcado pelos esteiros de Corroios, do Judeu e do Coina. Tratando-se de um concelho onde a altitude média é das mais baixas do país, cerca de 35 metros, apresenta-se recortado por numerosos braços de água - os esteiros -, braços do Tejo que entram terra adentro. Este facto e os seus 30 km de margens, conferem-lhe um carácter acentuadamente influenciado pelo rio.

O Concelho detém uma área húmida de 1300 ha, ficando em parte rodeado de água salgada na preia-mar e de vasas lodo-argilosas na baixa-mar. Tem cerca de 5 Km de praias fluviais, espalhadas pelo arco que se desenvolve entre o Alfeite e a Ponta da Azinheira. São também características as áreas de sapal (cerca de 150 ha), em particular nas regiões de Corroios, Ponta do Mato, Talaminho – do lado do Rio Judeu – e na faixa ocupada pela Siderurgia até ao Zeimoto – no Rio Coina. Ali, os solos são salinos e as argilas apresentam-se, de modo geral, na razão de dois para um em relação aos sedimentos arenosos. No fundo dos esteiros encontram-se algumas manchas de caniçal, nomeadamente a Torre da Marinha e Coina.

Constituindo o rio/estuário do Tejo um elo importantíssimo de ligação e de atracção, ao longo de séculos e em diferentes períodos históricos, as povoações ribeirinhas que cresceram nas suas margens assinalam-se como contexto espaço-temporal de processos de mudança e de acontecimentos de grande importância, tanto à escala regional como na vida e na história nacional.⁵⁷

Uma série de linhas de água temporárias, de caudais sazonais mas por vezes de carácter torrencial, na maioria originárias do Sul do Concelho, drenam para o interior dos sapais, tornando-se decisivas para o assoreamento verificado ao longo do tempo, contribuindo, entre outros factores, para a inutilização de muitos portinhos e cais que durante séculos funcionaram no fundo dos esteiros.

toponímia local, apesar de estar frequentemente ligada às tradições orais, não tem aqui sido objecto de uma pesquisa científica. A título de curiosidade, refira-se a intrigante e não esclarecida similitude do topónimo Arrentela (de uma das povoações ribeirinhas e piscatórias mais antigas do concelho) com a palavra “arrantzales”, que em basco significa “pescadores”.

⁵⁷ A breve síntese de tópicos reunidos neste ponto, sobre a envolvente geográfica, histórica e ecológica reportada às iniciativas de carácter patrimonial e histórico no concelho do Seixal, é uma síntese de dados resultantes, em grande medida, de pesquisas que levámos a cabo ao longo dos últimos anos, por necessidade de produção de textos de natureza diversa, os quais só pontualmente pontualmente objecto de divulgação. Optámos pela apresentação de tópicos ou pela selecção de aspectos que consideramos essenciais para o enquadramento do nosso tema central, omitindo outros, cujo desenvolvimento, apesar do seu inegável interesse histórico, ultrapassaria o âmbito deste ponto do capítulo.

Mediante achados ocasionais ou através algumas pesquisas orientadas, a arqueologia comprovou a ocupação humana da região a partir do período Paleolítico.

O período histórico ligado à ocupação romana está documentado no território do Seixal - até hoje, em Corroios e na Arrentela – entre os séculos II e IV da nossa era.

Da ocupação árabe, para além das fontes escritas, considera-se testemunho a origem de alguns topónimos, incluindo o de Almada⁵⁸, que é praticamente certo dever-se à abundância de palhetas de ouro nas margens banhadas pelo rio Tejo, arrastadas e depositadas pelas suas águas.

D. Afonso Henriques deu foral aos mouros forros de Almada, em 1170, através do qual sabemos que cultivaram a vinha, a oliveira e a figueira. D. Sancho I concedeu também foral a Almada, em cujo termo se incluía o Seixal, e doou, ou pelo menos confirmou anterior doação daquela aos cavaleiros da Ordem de Santiago. D. Paio Peres Correia, que foi eleito mestre dos Espatários em 1242, terá dado origem ao topónimo da Aldeia de Paio Pires, povoação quase à beira do Coina.

O povoamento intensificou-se à beira do rio, devido à força atractiva da vida fluvial e marítima, através das actividades da pesca, de exploração de sal, da construção naval, dos transportes fluviais e do aproveitamento da energia das marés, nomeadamente na moagem.

A progressiva configuração administrativa da região em que por sua vez se organizou, séculos mais tarde, o concelho do Seixal, remonta pelo menos ao século XII, quando eram já reconhecidos atributos importantes ao lugar e povoação de Almada, com o seu castelo.

No reinado de D. Fernando, o almoxarife das Alfândegas, o judeu David Negro⁵⁹, tornou-se proprietário da Quinta do Alfeite e de outras terras na região, fruto também das boas relações com a rainha D. Leonor Teles, à qual o rei atribuíra Almada.⁶⁰ Muitos

⁵⁸ Almada significa, etimologicamente, “mina, lugar onde uma coisa abunda”.

⁵⁹ A designação de Rio Judeu é tradicionalmente relacionada com David Negro, judeu e proprietário, no século XIV, de muitas terras ou quintas no termo de Almada, nomeadamente no esteiro de Corroios.

⁶⁰ Almada foi incorporada na coroa de Portugal desde o reinado de D. Dinis.

daqueles bens foram posteriormente atribuídos pelo rei D. João I⁶¹ ao Condestável do Reino, D. Nuno Álvares Pereira, em reconhecimento do seu papel nas lutas de 1383-1385 contra os castelhanos. A ele se ligarão os primórdios do conjunto moageiro com que se aproveitou a energia das marés na região do Seixal, pois mandou construir em 1403 o moinho de Corroios, doado em 1404 ao Convento do Carmo, de Lisboa. Será ainda uma sobrinha do Condestável, D. Brites Pereira, a doar em testamento à Ordem da Santíssima Trindade⁶² uma Quinta no Seixal (Azinheira) que, a partir de 1488, proporcionará àquela substanciais rendimentos.

Com a preparação dos Descobrimentos e durante a Expansão Portuguesa, o rio do Seixal e as suas praias tornaram-se locais importantes para o desenvolvimento da construção naval. No mesmo período intensificou-se a actividade moageira, com a instalação de moinhos de maré em quase todos os esteiros, desde Corroios até Coina. Começaram a desenvolver-se os principais núcleos urbanos da região - e do actual Município -, com o aumento da população e das actividades produtivas ligadas ao rio e ao mar.

Para o interior, numa faixa intermédia entre o rio e os pinhais, outrora extensos, praticou-se a agricultura, formando-se pequenos núcleos rurais e edificando-se importantes quintas senhoriais ou pertencentes a ordens religiosas (Carmelitas, da Santíssima Trindade, Paulistas, Jesuítas e Jerónimos de Belém).

Das matas e pinhais, extraíam-se madeiras para a construção naval e lenha, para alimentar os fornos de Lisboa.

Numerosos cais garantiam as condições de transporte e de troca dos produtos da região: lenha, fruta, legumes, vinho, peixe, farinha.

Se é indiscutível a importância e força atractiva do rio, do ponto de vista de povoamento e de viabilidade económica, quando abordamos a história e o desenvolvimento das localidades e povoações ribeirinhas desta região, não é menos claro e evidente que a sua localização geográfica, face ao oceano e em relação com Lisboa, assim como as suas

⁶¹ Na Crónica de D. João I (1384), Fernão Lopes fez referência, entre algumas localidades do termo de Almada, à Barca de Martim Afonso (que as poucas investigações existentes fazem corresponder à localização de uma albergaria instituída para acolher e transportar pobres e viajantes), a Arrentela e a Amora.

⁶² A história da Quinta da Trindade no Seixal (séculos XV-XIX) foi recentemente objecto de um trabalho de investigação da autoria de Edite Alberto, editado pela Câmara Municipal do Seixal em 1999 - *A Quinta da Trindade. História da Ordem da Santíssima Trindade no Seixal*.

características morfológicas e os seus recursos naturais, constituíram razões de fundo daquele mesmo desenvolvimento e do contexto definidor das suas especificidades. Também não podemos perder de vista a excepcional articulação - de recursos e de meios - entre espaços ribeirinhos directamente marcados pelas actividades fluvio-marítimas e as outrora vastas áreas interiores de matas e pinhais, ligadas pelas importantíssimas quintas e áreas agrícolas, durante séculos rentabilizadas, em primeiro lugar, através da exploração da vinha e dos pomares.

Em nossa opinião, deu-se uma lenta e progressiva afirmação das localidades e povoações mais próximas e acessíveis, por via fluvial, relativamente a Lisboa, enquanto outras, mais “próximas” de Almada, se continuaram a articular com o centro administrativo ali constituído desde muito cedo. Os factores associados à proximidade, por via fluvial, de Lisboa - nomeadamente o facto de as marés não condicionarem da mesma forma a utilização de embarcações a partir do Seixal, como acontece noutras localidades do rio Judeu/baía do Seixal (para não falar do próprio rio Coina) - terão contribuído significativamente para o reforço da importância do lugar, posteriormente vila e depois sede de concelho. Devidamente entendido o contexto histórico, económico e geográfico da região, deve ainda ser sublinhada a relevância da localização do Seixal face ao Mar da Palha, na confluência entre vias internas de navegação/de ligação no estuário do Tejo - incluindo o rio Coina⁶³. Não poderemos ignorar a importância estratégica do “triângulo” Ribeira (Nova/das Naus, em Lisboa)-Azinheira-Telha (Ribeira Velha⁶⁴, em Coina) do ponto de vista da história marítima portuguesa, muito para além das repercussões locais decorrentes das funcionalidades dos espaços e das instalações da marinha nos mesmos.

Na organização do termo de Almada, onde se inscreveram, nomeadamente, Amora, Arrentela, Seixal e Paio Pires, terão sido muito importantes as ordens religiosas que aqui foram detentoras de importantes propriedades de rendimento, com as suas quintas e conventos, assim como os senhores e fidalgos, proprietários de outras quintas, onde se conciliariam os espaços agrícolas e de rendimento com os espaços de retiro e de lazer.

⁶³ Na Outra Banda, Coina recebeu foral do rei D. Manuel I em 1516, a seguir a Almada, a Alhos Vedros, a Aldeia Galega e a Alcochete e antes do Barreiro.

⁶⁴ Encontra-se documentada a intensa laboração, nos finais do século XVI, dos estaleiros navais e de um arsenal de marinha à beira do Coina, no local designado por Ribeira Velha.

Nos séculos XV e XVI várias ordens religiosas e conventos - tais como o Convento do Carmo (instituído por D. Nuno Álvares Pereira), a Ordem da Santíssima Trindade (que permaneceu no concelho até à sua extinção, no século XVIII), o Convento de Belém⁶⁵, entre outros - concentraram importantes propriedades, integrando meios de produção essenciais, na economia da época (por exemplo moinhos de maré e lagares).

O incremento económico, acompanhado de um correspondente crescimento demográfico, proporcionou uma crescente afirmação social, religiosa e, de certa forma, também administrativa, dos núcleos ribeirinhos de Arrentela, do Seixal e de Amora, no termo de Almada, ao longo dos séculos XVII e XVIII.

A unidade do território foi proporcionada pela diversidade dos seus recursos, sublinhando-se a função articuladora e de união conferida pelo rio e a constante ligação fluvial. Ou seja, tão importantes seriam as matas e os seus produtos, como os lugares de embarcadouros e as praias acessíveis e apropriadas às actividades da construção naval; as lenhas, como os barcos que as transportavam até aos fornos de Lisboa; as artes de pesca como as técnicas de navegação à vela; o rio por onde se recebiam os trigos de riba-Tejo, como as marés e os moinhos onde se farinavam; os pomares, as vinhas e os olivais, como a excelência dos ares e das águas.

O período dos Descobrimentos e das grandes viagens marítimas marcou profundamente o desenvolvimento e a identidade destas terras, em função do papel que desempenharam como suporte material e logístico ao crescimento demográfico de Lisboa e aos próprios empreendimentos náuticos e marítimos.

O papel do Tejo enquanto meio de ligação do interior com o litoral e o da *Outra Banda* como região de prolongamento e efectivação das trocas comerciais destinadas à capital terão ainda uma importância estruturante na dinâmica da industrialização a partir do século XIX.

O município do Seixal tem origem, do ponto de vista histórico, na reforma administrativa liberal donde resultou, no ano de 1836⁶⁶, a criação deste concelho, entre muitos outros novos concelhos no nosso país.

⁶⁵ Os frades Jerónimos adquiriram a Quinta da Palmeira, nas margens do rio Coina, em 1507.

⁶⁶ O decreto de 6 de Novembro de 1836 instituiu o Concelho do Seixal, constituído pelas freguesias da Amora, de Arrentela, de Paio Pires e do Seixal.

A criação do concelho do Seixal enquadra-se historicamente nas reformas do liberalismo e na sucessão de acontecimentos que envolveram a extinção das ordens religiosas⁶⁷. As arrematações dos bens nacionais em hasta pública iniciaram-se no 1º de Julho de 1835, tendo sido marcante a Carta de lei de 15 de Abril de 1835, entre uma série de diplomas com idêntico fim. Em cerca de duas dezenas dos maiores compradores (em valor de arrematação), pelo menos um está conotado com o concelho do Seixal - ao nível do actual conhecimento que detemos deste período na história local.⁶⁸ A desamortização, resultante de uma necessidade histórica - de dimensão europeia - , ainda que os seus resultados práticos no plano nacional fossem discutíveis, teve uma evidente repercussão e importância política, financeira, social e económica.

Foi uma condição histórica inevitável para a implantação da nova sociedade liberal, capitalista e burguesa. A história regional e local também deverá ser entendida a esta luz.

A configuração assumida administrativamente na primeira metade do século XIX, quando da criação do concelho do Seixal - 6 de Novembro de 1836 - prevaleceu após algumas vicissitudes políticas e económicas conjunturais que ditaram a abolição do concelho, entre 1895⁶⁹ e 1898. Digamos que as razões históricas e culturais fundamentaram uma unidade assente nas complementaridades e nas ligações profundas que sustentam raízes identitárias comuns às populações de Corroios, Amora, Arrentela, Seixal e Paio Pires.

Com a introdução da máquina a vapor, estabeleceram-se algumas importantes indústrias, de meados do século XIX em diante - lanifícios na Arrentela, vidros na Amora, pólvora em Vale de Milhaços -, até que, já no século XX, se confirmaria, ainda dependente do rio e dos transportes fluviais para o porto de Lisboa, a industrialização da região - cortumes, sabões, cerâmicas, cal, cortiça.

⁶⁷ O decreto de 30 de Maio de 1834 extinguiu em Portugal todas as ordens religiosas masculinas e nacionalizou os respectivos bens

⁶⁸ Domingos José de Almeida Lima tornou-se um dos principais proprietários da região - e um grande proprietário a nível nacional - mediante a compra, por arrematação em hasta pública, de bens provenientes da extinção das ordens religiosas em Portugal.

⁶⁹ O decreto de 30 de Setembro de 1895 extinguiu o Concelho do Seixal. A freguesia de Amora ficou anexada a Almada; as freguesias de Arrentela e de Paio Pires foram anexadas ao Barreiro. Em 1898 o Concelho do Seixal foi restaurado por decreto de 15 de Janeiro.

Embora conciliando, por bastante tempo, as actividades transformadoras, a cabotagem e a agricultura, será a indústria que delineará progressivamente a identidade do concelho do Seixal no nosso século. A implantação de importantes fábricas e o desenvolvimento industrial do concelho tornam-no pólo de atracção migratória e de crescente fixação de mão-de-obra de proveniências diversificadas, frequentemente motivadas pela própria especificidade das indústrias - como nos casos dos lanifícios na Arrentela; da construção naval em Amora e no Seixal; dos vidros em Amora; das conservas no Seixal e em Arrentela; da cortiça no Seixal e em Amora, entre muitas outras.

De 6784 habitantes na viragem do século (1900), repartidos por quatro freguesias, das quais as mais populosas eram as do Seixal e da Amora (com cerca de 2000 habitantes cada uma), a população do concelho foi registando acréscimos mais ou menos regulares até 1950 aproximadamente. Passaram então a verificar-se diferentes dinâmicas demográficas, com destaque para o acréscimo exponencial da população da freguesia de Amora⁷⁰, face à queda de poder de atracção da freguesia do Seixal.

Alterações estruturais e um largo ciclo de mudança, que se saldou numa progressiva desindustrialização duma frente ribeirinha até aí dependente das ligações fluviais - quer interiores ao estuário e margem sul, quer directas ao porto de Lisboa - e da via ferroviária com o sul e o interior, conduziram, por outro lado, a uma nova dinâmica de industrialização, que avassalaria em poucas décadas espaços até então preservados, de quintas e de pinhais. Na Península de Setúbal, o Seixal deteve, em diferentes momentos, um lugar específico no desenvolvimento industrial, designadamente pelos casos da corticeira Mundet e da Siderurgia Nacional. Esta foi o palco privilegiado do processo da industrialização moderna de Portugal, decidido nos anos 50: instalação da Siderurgia Nacional, expansão da Companhia União Fabril, estaleiros de reparação naval (Lisnave) e de construção naval (Setenave), metalomecânicas pesadas, montagem de veículos automóveis. É nesse contexto, aliás, que se dá a construção da principal infra-estrutura de transportes dos anos 60: a ponte sobre o Tejo, inaugurada a 1966. Apoiando o desenvolvimento industrial da margem sul, viria também provocar um processo de suburbanização a partir do Norte, tendência dominante e muito custosamente contrariada pelas políticas de desenvolvimento postas no terreno pelo poder local democrático, após

⁷⁰ O crescimento demográfico da freguesia de Amora justificou a criação da freguesia de Corroios em 1976, mediante o Decreto-Lei nº 241/76 de 7 de Abril.

1974, que se defrontaram, na primeira metade dos anos 80, com o colapso do modelo industrial preconizado para a península de Setúbal.

Com a agonia do sector primário e a subalternização da faixa ribeirinha, o ecossistema estuarino sofreu em grande medida danos irreparáveis, perdendo-se os recursos naturais que durante séculos garantiram a subsistência das populações. Das actividades tradicionais, sobrevivia, com as adaptações possíveis, a construção e reparação naval. Assim, é na paisagem das margens ribeirinhas que encontramos ainda os principais testemunhos materiais daquelas e de outras actividades, verdadeiras marcas duma identidade histórica e cultural.

2.1.2. Enquadramento social e político

A situação decorrente do colapso do modelo industrial da península de Setúbal, que entrara em ruptura desde o primeiro choque petrolífero do início da década de 80, veio a sofrer alterações com a Operação Integrada de Desenvolvimento, implementada com o apoio da Comunidade Europeia, mas os sinais de crise continuaram a emergir, num pano de fundo em que a resolução dos problemas estruturais está dependente de um planeamento globalizado para toda a região e mesmo no âmbito nacional. No campo dos equipamentos sociais, perduraram diversas carências, nomeadamente nos domínios do ensino superior e de serviços culturais de nível mais elevado.

Fazendo parte duma sub-zona da Área Metropolitana de Lisboa, a que Jorge Gaspar deu a designação de Arco Ribeirinho,⁷¹ o Concelho do Seixal registou, entre 1960 e 1991 uma variação percentual da população das mais elevadas naquela região metropolitana e a nível nacional⁷².

⁷¹ Cf. GASPAR 1993 –Na Margem Sul, de Almada a Alcochete, apoiados na navegação fluvial, desenvolveram-se vários centros que pouco a pouco adquiriram expressão urbana, quase sempre mais articulados com Lisboa que entre si. O crescimento urbano da orla ribeirinha para o interior, visivelmente limitado pela auto-estrada do Sul, tem contribuído para incrementar a ligação entre esses centros, que todavia ainda é limitada. Trata-se de uma faixa urbanizada, com uma população de cerca de meio milhão de habitantes, fortemente industrializada . . . bem equipada a nível local, mas com ausência de alguns equipamentos . . . e de serviços de apoio à produção que aquele volume populacional e o peso da base industrial instalada justificariam: o Arco Ribeirinho, sobretudo nos seus pólos urbanos mais importantes, contribuirá a curto e médio prazo para a desconcentração de Lisboa-cidade."

⁷² Cf. *Cadernos Temáticos de Caracterização e Análise. 1 População*. Plano Director Municipal/ Câmara Municipal do Seixal: 1991: 1-4 – "A dinâmica de crescimento, bem como a evolução dos indicadores

Quanto à sua origem, a população provém minoritariamente do próprio distrito de Setúbal (dados do Censo de 1991) - 38,3 %. Das outras proveniências, seguem-se, por ordem decrescente, o Distrito de Lisboa 16 %), o Centro do país (14,2 %), o Alentejo (12,4 %), os países africanos de língua oficial portuguesa (8,7 %), o Norte do país (5,5 %) e outras regiões e países (4,9%).

O acentuado crescimento demográfico das últimas décadas e um desenvolvimento local baseado nesse crescimento demográfico, num forte surto de urbanização e na concentração de populações resultantes de migração das mais variadas proveniências originaram processos de aculturação e de perda de identidade, ainda mal compensadas, apesar de um significativo investimento em políticas e projectos de integração social e de cariz identitário.

As transformações estruturais do país, associadas ao crescimento económico, durante a década de 60 e no período até 1973, repercutiram-se no concelho do Seixal, num acelerado crescimento demográfico e urbanístico, no avanço da industrialização, com a mudança do meio natural e do tecido social. De 15.746 habitantes em 1950, chegou-se a 1970 com 37.630 habitantes.⁷³

demográficos do Concelho do Seixal estão fortemente associados à dinâmica da Área Metropolitana de Lisboa que engloba os concelhos da margem Norte e da margem Sul. . . . Em 1981 a população da AML representava já 26,1% do total da população do Continente, tendo registado, até então, acréscimos regulares e constantes. Esta situação é alterada de 1981 para 1987, já que neste último período regista um acréscimo de apenas 0,7%.” Assim, no período de 1970/81 o Seixal foi o concelho que apresentou, na margem Sul, a mais elevada taxa de variação anual da população residente: 8,0%, face a uma taxa de 3,4 para a AML-Sul e 2,9 para toda a AML.

⁷³ Cf. *Cadernos Temáticos de Caracterização e Análise. 1. População*. Câmara Municipal do Seixal, Plano Director Municipal 1991: 1-7 – “Associada ao forte crescimento populacional que esta área sofreu, estão os processos de industrialização e terciarização e a consequente migração proveniente do interior do país. Contudo o processo de metropolização da AML em termos de distribuição do crescimento demográfico do seu território fez-se por etapas. Assim, nas primeiras décadas deste século a concentração populacional faz-se sobretudo na margem Norte, que apresenta de modo geral valores totais de variação populacional superiores à média das duas margens. A partir da década de 40 até aos nossos dias, as taxas de variação da AML-Sul revelam uma dinâmica muito superior aos da AML-Norte. . . Em meados da década de 60 aumentou significativamente a acessibilidade à margem Sul, como consequência da construção da ponte sobre o Tejo e da melhoria geral da rede de transportes. Estes factores permitiram, por um lado, a fixação da população nesta área mantendo o local de trabalho em Lisboa e por outro facilitou as migrações com origem no Sul do país, provocadas pelo desenvolvimento industrial da Península de Setúbal. Como consequência, assiste-se, neste período, a um crescimento populacional muito elevado na AML-Sul.

No início deste século o Concelho do Seixal tinha pouco mais de 6000 habitantes repartidos por quatro freguesias. As mais populosas eram as do Seixal e Amora com cerca de 2000 habitantes cada uma. A freguesia de Paio Pires era a de menor dimensão com uma população que não atingia 1000 habitantes.

De 1900 a 1950 a população do Concelho sofreu acréscimos mais ou menos regulares sem grandes “sobressaltos” revelando as freguesias dinâmica demográfica semelhante.

A partir da revolução democrática, o poder de atracção da migração interna não só não abrandaria como se iria acentuar, no concelho, tendo por efeito a explosão urbana e a degradação ambiental. Às autarquias locais colocava-se um crescente desafio, em primeiro lugar de resposta a necessidades e problemas imediatos no quotidiano das populações, em segundo lugar de ordenamento e de planificação do respectivo território – um território cada vez mais partilhado por gente de diversas proveniências e por múltiplas experiências culturais.

Em 1980 já o concelho tinha 89.169 habitantes. Perante uma taxa de crescimento médio anual da população no país de 0,51% e de 2,82% ao nível do distrito, o concelho do Seixal sobressaía com uma taxa de crescimento médio anual de 7,64%.

Município rural de 1ª classe até 1984, o Seixal viu então reconhecida, finalmente, a sua justificada aspiração à classificação de município urbano de 1ª classe.⁷⁴

Da revolução democrática do 25 de Abril e da nova experiência autárquica no Concelho resultou um significativo desenvolvimento local, perfeitamente quantificável do ponto de vista económico, demográfico, social e cultural⁷⁵, com profundas transformações na paisagem, no ambiente, nos quotidianos. É neste período da história nacional e local que o município do Seixal é projectado para uma nova posição e lhe é reconhecida a dinâmica de progresso, que em grande medida foi e é consequência dum assumido investimento sócio-cultural e, tendencialmente, num modelo de desenvolvimento integrado que tentou preservar aspectos da identidade ligados às tradições locais e valorizar as circunstâncias da sua renovação, num quadro social multicultural.

Depois de 1950, a freguesia de Amora regista um acréscimo exponencial, sobretudo nas duas últimas décadas, sendo este de tal modo elevado que justifica em 1976 a criação de uma nova freguesia – a freguesia de Corroios – que apresenta no Recenseamento Geral da População de 1981, 25499 habitantes.

Neste período a freguesia do Seixal inicia uma queda do poder de atracção de população residente que tinha representado nas primeiras décadas do século. A partir do período de 1950/60 apresenta mesmo variações percentuais negativas que atingem o valor máximo entre 70 e 81.

⁷⁴ O Seixal foi classificado como município urbano de 1ª classe, em 1984, por Decreto-lei de 8 de Março.

⁷⁵ A título de exemplo, referimos a variação da despesa municipal com a educação, entre 1974 e 1988, em que registou um aumento de 4164%, ou seja, de 3,1 milhares de contos passou para 132,2 milhares de contos, passando a reter cerca de 5,2% do orçamento municipal. No campo da “cultura, desporto e tempos livres”, a despesa municipal teve um acréscimo de 179400% entre 1974 e 1988, ou seja, de 0,2 milhares de contos de despesa passou-se a 359 milhares de contos, significando um percentagem de 23,8% do orçamento municipal em 1989. V. *15 Anos de Poder Local Democrático* 1989: 93, 98.

2.1.3. A ideia de museu no concelho

2.1.3.1. Acções dispersas anteriores a 1974

A experiência museológica dos últimos vinte anos não recuperou a memória das anteriores intenções e tentativas de criação de entidades designadas por museu, no município do Seixal. Parece-nos contudo que o assunto merece alguma atenção, até por motivos de comparação e de contextualização social e política dessas intenções ou das iniciativas a que deram lugar.

O Concelho do Seixal, recorde-se, foi instituído em 1836, no quadro da reforma administrativa liberal e é a esta data que se reporta habitualmente a fundação do município, conquanto o concelho se tenha extinguido em 1895 e restaurado em 1898.

Nesses tempos em que apenas emergia a experiência municipal no Seixal, no concelho de Alcácer do Sal era criado, no ano de 1894, o Museu Municipal, um dos mais antigos do actual distrito de Setúbal.⁷⁶

Remonta à segunda metade do século XIX o surgimento, em Portugal, de um número considerável de museus de âmbito regional e local, com particular incidência no domínio da arqueologia. Esses museus viriam a ligar-se, em grande parte, às autarquias, ligação que se manteria até aos nossos dias. No último quarto de século, reintensificou-se essa ligação, sobretudo fruto de uma nova conjuntura política, económica e social, sobretudo - e não propriamente em resultado de um novo quadro legal.⁷⁷

2.1.3.1.1. Da ideia de museu arqueológico (1912) à ideia de museu regional (1935)

De tudo o que pesquisámos ao nível das fontes da história local, foi em 1912 que publicamente se falou em museu, pela primeira vez, no município do Seixal. A 10 de Janeiro, o *Diário de Notícias*⁷⁸ publicava numa notícia, por sinal a mesma que podemos ler no *Archeólogo Português*⁷⁹: “A antiga e histórica vila do Seixal vai também ao que nos consta possuir um museu arqueológico.[...]Será para aquela vila mais um dia de festa, em que tomará parte a União Seixalense”. A iniciativa centrava-se na existência

⁷⁶ O concelho do Seixal, como o de Almada, esteve integrado no distrito de Lisboa até passar a fazer parte do distrito de Setúbal, em 1926.

⁷⁷ V. GOUVEIA 1985: 147-184.

⁷⁸ V. *Diário de Notícias*. 16.581 (48º ano): 5.

⁷⁹ V. *Archeólogo Português*. Vol. XVII: 293-294.

de “uma lápide com uma inscrição que existe à entrada do antigo cemitério, mencionada pelo Sr. Sebastião Joaquim Baçam na sua interessante monografia do Seixal”.⁸⁰ A lápide teria sido encontrada mediante esforços da Câmara local e a sua inscrição reportar-se-ia à figura de D. Nuno Álvares Pereira, bastante importante no quadro de referências históricas do património cultural concelhio.

A este propósito, leia-se a referência de Henrique Coutinho Gouveia⁸¹ ao papel daquela publicação na museologia local e regional e que nos ajuda a compreender o desígnio de um museu para o Seixal: “Com a criação do «Museu Ethnographico Português», em 1893, e o início da publicação da sua revista *O Archeologo Português*, cerca de dois anos depois, o movimento museológico regional e local passa a ter ampla cobertura e mesmo encorajamento () A documentação inserida nesta revista constitui um repositório de muito interesse para se poder acompanhar esse movimento, permitindo também analisar as características de muitos desses museus e o pensamento que presidiu à sua orientação. (...) Pode assim verificar-se que a arqueologia se encontra sempre presente como sector constitutivo desses organismos, que em muitos casos se designam apenas como arqueológicos”. O mesmo investigador sublinha, por outro lado, a importância e repercussão da implantação da República no plano museológico nacional, nomeadamente através de acção legislativa, criando “a estrutura de enquadramento do movimento museológico regional que irá constituir um dos aspectos mais salientes do período da I República”.⁸²

Apesar da falta de efeitos práticos daquela primeira ideia de museu, em 1917 veio a público, pelo menos ao nível de uma elite local, a preocupação de um “museu municipal”. Se efectivamente chegou a ter algum espaço ou sítio destinado, desconhecemo-lo. O que é certo é que no jornal *A Voz d'Amora* de 16 de Setembro daquele ano podemos ler⁸³: ...”o busto de José Estêvão que se encontra na Fidalga [Quinta da Fidalga], vai ser retocado pelo Sr. Joaquim dos Santos Boga preparando-se grandes festejos para o dia da sua transladação para o museu municipal”.

⁸⁰ Apesar de termos dados sobre a sua existência, a monografia sobre o Seixal, de Sebastião Joaquim Baçam, continua desconhecida por nós, mesmo após pesquisa na Biblioteca Nacional, onde encontramos outras obras do mesmo autor.

⁸¹ V. GOUVEIA 1985: 160-161.

⁸² V. GOUVEIA 185: 163.

⁸³ V. *A Voz d'Amora*. 30 (1º Ano): 3.

Não obstante a implantação de diversas indústrias importantes, o Seixal permanecia profundamente rural, a par de uma vertente de ocupação sazonal dos proprietários de quintas, que às suas potencialidades agrícolas juntavam a excelente localização geográfica e a qualidade do enquadramento paisagístico. Em 1924, na 1ª edição do volume I do *Guia de Portugal*⁸⁴, Silva Teles considerava o Seixal, a Arrentela e a Amora merecedores de uma visita: “Um barco permite-nos com toda a segurança uma digressão agradável(...)” “Densa população industrial e marítima, movimentada as suas margens planas e de farta arborização e cultura: numerosos barcos cruzam-se de um lado a outro lado onde estão Arrentela e Amora. É um trecho excepcionalmente alegre(...)”.

“Mas ao turista que preferir o trajecto a pé – escrevia Raul Proença noutra passagem do mesmo volume do *Guia de Portugal*, – recomendamos antes que o faça por um atalho que sobe até aos altos da Atalaia e de aí desce à Barroca, para subir novamente até às quintas. Esse caminho, em plena Primavera, é um verdadeiro deslumbramento (...). Toda esta região central da Outra Banda é uma nesga de terra mimosa e fértil. Os terrenos perdem a dureza que caracteriza a maior parte dos arredores de Lisboa e adquirem um belo sabor campestre e uma fisionomia mais nobre”.⁸⁵

Em 1927, a imprensa local valorizava, como digno de visita, o depósito do estabelecimento naval da Azinheira, no Seixal, referido como museu.⁸⁶ Não dispomos contudo de dados concretos que nos permitam justificar a alusão a um museu naquele espaço ou a explicar a intenção da sua criação.

A Azinheira⁸⁷ situa-se na margem esquerda do Rio Coina (na actual freguesia do Seixal), próximo do lugar da Telha⁸⁸, na margem oposta do mesmo rio, atribuindo-se a ambos um papel correlativo importante na história marítima e da construção naval desta

⁸⁴ V. DIONÍSIO (Apresentação e Notas, 1924). *Guia de Portugal. I Generalidades. Lisboa e Arredores* 1991: 456-457.

⁸⁵ V. DIONÍSIO, *ibidem*: 638-639.

⁸⁶ V. *A Voz do Seixal*. I (24 de Junho, 1º ano): 3 [“O que o Concelho possui”]

⁸⁷ O topónimo de Azinheira encontra-se em vários documentos, pelo menos desde o século XIV.

⁸⁸ O estaleiro naval denominado Feitoria da Telha ou Ribeira da Telha – que é suposto ser a primitiva sede do Arsenal de Marinha – recebeu, nalguns documentos, nomeadamente cartas geográficas e topográficas, a designação de Fábrica da Telha e de Ribeira das Naus, o que se reportava às suas funções, atribuídas por Regimento de 1674 até ao século XVIII, tendo o terramoto de 1755 provavelmente concluído uma destruição antes iniciada.

região. O estabelecimento pertencente à Marinha e com as atribuições de depósito de madeiras para construção (armazenagem e conservação), para além de armazém de material fora de uso do Arsenal e de ter albergado um paiol de pólvora, foi descrito com grande precisão em 1844, por António Lopes Costa e Almeida.⁸⁹ O Depósito da Azinheira, mantendo-se com as mesmas funções no nosso século⁹⁰, foi alvo de um projecto, em 1918, de instalação de uma casa de reclusão naval, que não se chegaria a concretizar. Em 1924 recebeu o Serviço de Minas da Marinha e nos anos 40 ainda ali foram construídos novos edifícios.

Já em ambiente de preparação nacional das comemorações dos Centenários, surge um processo de que foram relatados alguns pormenores, com vista à criação de um Museu Regional do Seixal, o qual determinou vários eventos públicos e até mesmo a recolha de peças, mediante uma intencionada organização, com a tentativa de sensibilização dos munícipes para possíveis achados arqueológicos, dando lugar à constituição de uma colecção embrionária que se pretendia representativa das tradições e das realidades do concelho.

Henrique Coutinho Gouveia analisou a evolução da concepção museológica ao longo do período em questão, identificando, “no plano teórico e no domínio do trabalho de museu”, um “processo de revisão crítica (...) que (...) só virá a concretizar-se plenamente já nos anos trinta”, tratando-se de “diversificar o domínio de representação do «museu regional», procurando-se que venha a congregar um conjunto de sectores que traduzam de forma pluridisciplinar os aspectos culturais mais significativos da sua área de intervenção”.⁹¹

Citando outra autora que também se ocupou de alguns aspectos da história dos museus naquele período: “A evolução do panorama museológico português no plano regional

⁸⁹ V. ALMEIDA 1844: 359-360. O autor foi responsável pela Comissão Hidrográfica de Vale do Zebro e Azinheira, criada em 1834, cuja missão consistia no levantamento topográfico de toda a área do Coia e na conservação das instalações da Marinha aí situadas. Cf. SANTOS e DUARTE 1994/95: 15.

⁹⁰ A partir da reorganização do Arsenal de Marinha, em 1900, o Depósito da Azinheira passou para a dependência da 4ª Secção da Direcção Técnica Fabril. Por via de informações facultadas pelo Comandante Encarnação Gomes, o qual se tem dedicado à investigação histórica da Azinheira, sabemos que a transferência das galeotas reais, guardadas num dos pavilhões do estabelecimento do Seixal desde o advento da República, para o Museu de Marinha, se decidira precisamente no âmbito das Comemorações Henriquinas, mas que só ocorreu em 1963. A partir de então o Pavilhão das Galeotas, na Azinheira, entrou em degradação contínua.

⁹¹ V. GOUVEIA 1985: 166.

tem de ser compreendida à luz das iniciativas museológicas ligadas às Comemorações de 1940”. E Isabel Moreira acrescenta: “O Estado Novo empenhou-se numa forte demonstração da unidade e coesão presentes. Em nome desta unidade, pretende recuperar os elementos da denominada tradição nacional, localizada nas formas de vida pré-industrial: o folclore, o artesanato, as tradições locais, etc.. Define-se por esta via uma identidade através das glórias das figuras, de datas, de costumes, arrancados ao passado, como se tentasse construir uma galeria de imagens heróicas da fundação e da existência da nação”.⁹²

No distrito de Setúbal fora entretanto criado, em 1930⁹³, o Museu Municipal de Santiago do Cacém.

No ano de 1935, a 12 de Maio *O Seixalense*,⁹⁴ noticiava a existência de uma “Comissão Pró-Museu”: (...) “uma comissão composta por três “Seixaleiros” que à sua terra natal dedicam todo o seu amor, está empenhada em levar a efeito no Seixal um Museu Regional.” A iniciativa reportava-se a uma elite local e procurava apoios institucionais, tendo também em vista uma projecção para o exterior, preocupação que nos é fácil de entender conhecido o atractivo da região em matéria de quintas rurais associadas à função de lazer: “A Comissão conta já com o apoio de várias pessoas de destaque no meio Social e espera também o importante apoio da Câmara Municipal, reconhecendo-se pois que um Museu Regional do Seixal, não só se torna curioso para nós Seixaleiros como serve para chamar a atenção dos nossos melhores forasteiros, que durante o verão nos visitam e saberem o que somos e o que valemos.” O desenvolvimento do Seixal era também invocado: “a divisa é trabalhar e pugnar pelo desenvolvimento do Seixal. Todas as pessoas que tenham quaisquer obras, objectos ou valores e que queiram contribuir para este fim, podem desde já fazerem as suas inscrições”⁹⁵.

⁹² V. MOREIRA 1989: 64.

⁹³ O Museu Municipal de Santiago do Cacém foi criado “por doação do espólio de arqueologia e numismática de João Gualberto da Cruz e Silva que coordenou as escavações de Miróbriga, sendo as primeiras colecções do museu o acervo proveniente dessas escavações, que entretanto foi oferecido à Câmara”. V. *Guia de Museus Costa Azul*, (s.d.): 48.

⁹⁴ V. *O Seixalense*, 10º Ano, nº 198: 2

⁹⁵ A adaptação ortográfica desta transcrição é da nossa responsabilidade.

No mesmo ano, a 29 de Junho, *O Seixalense* ⁽⁹⁶⁾ publicava uma lista de ofertas recebidas e informações diversas sobre a “Comissão de Iniciativa”, nomeadamente quanto à criação e organização do museu. Eram várias as ofertas recebidas⁹⁷. Entre as “Resoluções” recentemente tomadas pelos promotores constava: “organizar mostruários de miniaturas dos aparelhos de pesca e barcos usados no nosso rio e das actuais actividades do concelho”; “solicitar, directamente e por intermédio dos jornais, a confecção gratuita dos mesmos, registando a oferta do sr. Manuel Rego de Almeida para a manufatura de alguns dos primeiros.”

A 25 de Agosto o mesmo jornal local⁹⁸ noticiava que o Museu Regional do Seixal se apresentava com um “logotipo” ou “emblema” - onde estava inscrita a divisa do Museu: “É coração da Pátria a terra que nos foi berço” - simultaneamente dando conta do projecto que animava a Comissão de Iniciativa do Museu e apelando aos habitantes do concelho que nele participassem. A Comissão de Iniciativa do Museu anunciava a nomeação de delegados nos lugares mais populosos do concelho.

Ainda sob o título “Museu Regional”, lemos no mesmo jornal informações interessantes sobre a Comissão de Iniciativa do Museu, nomeadamente a enumeração dos materiais recolhidos para o mesmo. O administrador do Concelho também aparecia ligado às referidas iniciativas.

Solicitava-se a inscrição de amigos do museu “com uma cota mensal cuja importância é facultativa”.

Por outro lado, a Comissão Organizadora do Museu Regional do Seixal levava a efeito no Seixal, a 14 de Agosto, uma romagem comemorativa da Batalha de Aljubarrota ao túmulo de Pedro Annes Lobato⁹⁹, cujos restos mortais se encontram depositados na

⁹⁶ V. *O Seixalense*, 2ª série, 11º ano, nº 200: 2.

⁹⁷ O jornal enumerava os seguintes doadores do pretendido Museu Regional: Srs. António Maria Rodrigues, José Policarpo Ferreira, José Pinto Soromenho, João Calixto Grilo, António Policarpo Ferreira e Alberto Jorge. Não se conhecem iniciativas de carácter institucional ou público que tenham permitido determinar o paradeiro de nenhum dos objectos, também enumerados na notícia, que então foram doados ao futuro Museu Regional. Entre tais objectos, destacamos “o risco dum barco da muleta de 1834”, “dois estudos a óleo, rubricados pelo falecido pintor seixalense Hermenegildo Pereira Simões”, “uma planta do Porto da Raposa (Amora) com data de 1873 (...)”, “um exemplar do antigo jornal deste concelho *Correio do Sul*”.

⁹⁸ V. *O Seixalense*, 2ª série, 11º ano, nº 201: 2.

⁹⁹ Pedro Annes Lobato foi interveniente, com o Condestável Nuno Álvares Pereira, nos acontecimentos de 1382-1385 e defensor da causa de D. João I, pelo que viria a ser recompensado, recebendo bens no

Igreja Matriz da freguesia de Amora. Entre os intervenientes citados, contava-se o Presidente da Câmara, Leopoldino de Almeida, e Calixto Grilo, em nome do Museu Regional do Seixal.

No ano seguinte, *O Seixalense*¹⁰⁰ noticiava, sob o título “Museu Regional”, que a Comissão de Iniciativa se passara a chamar Comissão Organizadora, decidindo “estabelecer a organização seguinte: Secções de Arqueologia e História, Zoologia, Navegação e Indústria, e de Cultura e Turismo”, assim como registar, mediante a cotização trimestral de cinco escudos vários “Amigos do Museu” e dirigir-se ao Sindicato dos Pescadores, a fim de utilizar dependências da sua sede para instalar provisoriamente o Museu, e ao Grémio Recreativo¹⁰¹ para realizar festas nas suas salas. Do ponto de vista arqueológico, a importância da sensibilização junto da população não era esquecida: “Aos que se dedicam a trabalhos de cava lembra-se o cuidado de verificarem a existência de pedras com inscrições ou objectos com formas irregulares ou menos correntes. Faz-se igual pedido aos que se dedicam a abrir caboucos ou a escavações para esgotos, poços, etc.”

As “curiosidades regionais” que se projectava reunir no museu eram enumeradas, com a recomendação de que se confeccionassem: “cabazinhos de cana e objectos de cortiça” pelos seixalenses ou por “aqueles que no Seixal constituíram o seu lar”; “trabalhos em vime” pelos amorenses; “curiosidades em lã” dos arrentelenses; “caixas e molduras cobertas de palha, coloridas”, dos “Paio Pirenses”.

Também *A Voz do Seixal*¹⁰² publicava, sob o título “Museu Regional”, as decisões da “Comissão pró-museu”.

Em 1936, *O Seixalense* recordava a pedra histórica que fora idealizada por um seixaleiro¹⁰³ como ponto de partida para um museu no Seixal: “Foi Eduardo de

termo de Almada, mais precisamente em Amora, onde se constituiria a Quinta do Palácio, a que se passaria a associar o nome dos Lobatos, no lugar de Cheiraventos.

¹⁰⁰ *O Seixalense*, 2ª série, 11º ano (1936), nº 202 (1 Janeiro): 3.

¹⁰¹ A sede do Grémio Recreativo Seixalense, associação a que estiveram ligados pelo menos dois nomes comuns à comissão organizadora do Museu Regional (António Policarpo e João Calixto Grilo), foi adquirida em 1930 pela firma corticeira Mundet & Cº. Lda. Mas entre aquele ano e 1935, até começarem obras de adaptação a Refeitórios da fábrica do Seixal – razão da compra por parte daquela – o edifício continuou a servir as actividades do Grémio, apoiadas pela própria firma proprietária.

¹⁰² V. *A Voz do Seixal*, 15 Janeiro de 1936, nº 176, 9º ano: 2..

Figueiredo, que então me escrevera a desabafar comigo o pouco interesse que aos nossos conterrâneos mereciam as coisas do bairro e do espírito. (...) Confiamos que a indiferença dos homens não nos deixará morrer sem esse seu sonho se realizar.”

Em *A Voz do Seixal* de 15 de Agosto de 1940 retomava-se o assunto da pedra histórica, mas a ideia, que remontava a 1912, de criação de um museu arqueológico, fora ultrapassada pelos factos, nomeadamente porque a Câmara oferecera a lápide ao Museu Arqueológico do Carmo. Ali a encontrara, aliás, J.M. Cordeiro de Sousa, cuja descrição se fizera publicar, em 1936, nas “Inscrições Portuguesas do Museu do Carmo”.¹⁰⁴ Quem de novo trazia a público o assunto era J. Calixto Grilo, redactor e dinamizador da imprensa e dos interesses locais, e que se preocupara em rever a pedra no já referido museu, em Lisboa, lamentando-se então de que não se tivesse conservado a peça histórica¹⁰⁵ no concelho do Seixal.

Retomando o mesmo estudo de Henrique Coutinho Gouveia e, sublinhemos, sem esquecermos a envolvente social e os limitados recursos locais em que emergiram as tentativas de criação de um museu no Seixal na década de quarenta, parece-nos interessante referir, a título de comparação, o “importante contributo teórico para a problemática dos museus regionais (...) prestado por Vergílio Correia, em 1930 (...)”, nomeadamente apontando “o Museu como uma «escola para ricos e pobres», um «verdadeiro relicário de civismo de um país ou de uma região», e ainda como um «espelho fiel desse país ou dessa região».

Não conseguimos saber o que terá provocado a suspensão e o esquecimento, pelo menos aparente, da iniciativa no Seixal, atrás descrita e condicionada pelos interesses políticos e sociais da época, diluindo-se provavelmente, após as comemorações centenárias promovidas pelo Estado Novo, face à relativa vitalidade de algumas

¹⁰³ Coluna intitulada “Museu Regional”, assinada por José Calixto Grilo em *O Seixalense*, 2ª série, 24 de Julho de 1936 (12º ano): 2.

¹⁰⁴ Segundo SOUSA 1936: 115-116, na lápide tinha sido inscrito: “Neste lugar do Barco do Martin Afonso principiam as terras que o Santo Condestável D. Nuno Álvares Pereira doou ao Real Convento de Nª Sra. do Monte do Carmo da Cidade de Lisboa”.

¹⁰⁵ O título da notícia, em *A Voz do Seixal* de 15 de Agosto 1940:1-2, era precisamente “À margem dos centenários. A pedra histórica”. Calixto Grilo, para além de descrever minuciosamente, quer a inscrição, quer o episódio de origem, decorrido na Sociedade Filarmónica União Seixalense – sociedade de que ele próprio fazia parte – quer ainda as circunstâncias em que encontrou e observou a pedra em Lisboa, demora-se a fazer a análise e possível interpretação histórica da inscrição, que remontava ao século XVIII.

entidades do associativismo local, como as sociedades filarmónicas, impulsionadas na relação directa da afirmação de grupos sociais sobretudo ligados aos sectores economicamente ascendentes, ligados ao comércio e à indústria locais.

2.1.3.1.2. Dos anos 40 aos anos 60: iniciativas particulares face ao imobilismo oficial

Uma outra iniciativa, de carácter bastante diferente, mais espontânea e até, supomos, eminentemente popular, terá surgido no ano de 1940. Conhecemo-la através do periódico local *Tribuna do Povo*¹⁰⁶, quando noticiou, alguns anos mais tarde, o aniversário do denominado Museu Evocativo Particular Vitória. Será ainda através do mesmo jornal e das notícias que vai publicando sobre o assunto, que nos é dado saber alguns pormenores da sua existência. O museu instalara-se na Avenida Marginal Silva Gomes, em Amora, na residência do seu proprietário e director¹⁰⁷ José Inácio Rodrigues Costa. Em 1956 o museu abria ao público diariamente entre as 12 e as 19 horas. Quanto às “coleções” e forma de apresentação, as notícias são relativamente esclarecedoras¹⁰⁸: “Em casa do Sr. José Inácio Rodrigues Costa, encontra-se em exposição um presépio, que o nosso jornal teve a honra de visitar no dia da sua inauguração. Tivemos igualmente o prazer de percorrer demoradamente as várias instalações do Museu Evocativo Particular Vitória, que é um repositório variado e amalgamado dos mais díspares produtos de arte e de folclore. Aos que apreciam antiguidades e gostam ao mesmo tempo de ver fotografias de homens da política, do cinema, da tauromaquia e da actualidade, aconselhamos uma visita a este museu”.

Através duma entrevista com o promotor daquela iniciativa que tomou o nome de museu e que o jornal publicava em 1969¹⁰⁹ sabemos que “Tudo começou por altura (...) da Segunda Grande Guerra. Eu via serem destruídas tantas coisas que poderiam ter muito interesse...(...) panfletos, papéis de propaganda e outras coisas assim. Fui às embaixadas dos países aliados e eles deram-me todas as coisas que puderam. Foi assim que nasceu o meu museu no dia 8 de maio de 1940. E olhe que vieram já cá os

¹⁰⁶ *Tribuna do Povo* de 6 de Maio de 1956 (6º ano, nº 132): 2.

¹⁰⁷ Sob o título “Aniversário”, o jornal *Tribuna do Povo* de 6.5.1956 (6º ano, nº 132): 2 informava: “No próximo dia 8, festeja o seu 16º aniversário, o Museu Evocativo Particular Vitória, fundado pelo seu actual proprietário e director, Ex.mo Sr. José Inácio Rodrigues Costa, a quem cumprimentamos.”

¹⁰⁸ V. “Noticiário Regional” in *Tribuna do Povo*, 22.12.1956 (6º ano, nº 146): 2.

¹⁰⁹ V. *Tribuna do Povo*, 3.8.1969 (19º ano, nº 448): 3.

“americanos” e eles gostaram muito. (...) Depois vieram as outras salas. Como já tinha esta, tudo sobre o estrangeiro, tinha de ter também alguma coisa sobre o meu país”. O repórter descrevia então os espaços em visita: “Deparou-se-nos uma policromia de cores e objectos difíceis de descrever. Aqui quadros dos nossos principais descobridores, acolá a árvore genealógica de uma família real portuguesa (...) ao lado caixas de sabonetes de determinada marca, mais ao alto fotografias de alguns artistas....)Na outra sala um móvel cheio dos mais variados copos”¹¹⁰. O proprietário do dito museu, por seu lado, justificava os poucos visitantes por não se encontrar numa região turística e mostrava-se disposto a integrar um clube de coleccionadores que o havia convidado para sócio, conquanto ele nunca se tivesse disposto a coleccionar obras de arte.

No distrito, desde 1949 abriu ao público e funcionava provisoriamente nos Paços do Concelho o Museu de Setúbal. O Museu Oceanográfico da Assembleia Distrital, por sua vez, fora criado em 1955¹¹¹.

Em 1952, a imprensa local faz eco e ela própria toma parte de nova intenção de criação de um museu no concelho¹¹²: “Está em organização o Museu Paroquial de Amora [título] (...) onde as gerações futuras possam ter o relicário histórico da localidade. (...) Os artigos a expor no Museu terão apenso o nome do ofertante. Aceita-os a direcção do nosso jornal. Depois se marcará o lugar do Museu”. O desejo de afirmação das instituições locais atravessava também as colectividades. Na mesma notícia se dava a conhecer uma anunciada intenção de se organizar o museu da Sociedade Filarmónica Operária Amorense.

Correspondendo ao crescimento demográfico, essencialmente devido ao fôlego industrial da década de 50 e a uma perspectiva de melhoria das infraestruturas básicas dos principais núcleos populacionais, emergiam as preocupações com o turismo e a

¹¹⁰ A par da pesquisa documental, procurámos recolher e registar, junto da comunidade local, algumas memórias e informações ligadas ao “Museu Evocativo Particular Vitória”, o que conseguimos, inquirindo pessoas mais idosas e residentes em Amora naquela época. A par disso, note-se que um morador local ofereceu ao Ecomuseu, em 1986, algumas publicações então identificadas como provenientes e recolhidas “aquando do abandono do projecto de Museu da Amora”, como consta no Registo de Entrada de Espólio nº 180.

¹¹¹ O Museu Oceanográfico da Assembleia Distrital de Setúbal foi criado com o espólio doado por Luis Gonzaga do Nascimento um naturalista setubalense, até que foi entregue, em 1978, ao Parque Natural da Arrábida que, em 1991, o instalou no Forte de Santa Maria da Arrábida.

¹¹² V. *Tribuna do Povo* nº 40, ano II, 20 Julho. Era então seu director o fundador do jornal (1950), Padre Manuel Marques.

possibilidade de aproveitamento de recursos naturais da região¹¹³. Ao jornal *Tribuna do Povo* coube um interessante papel de sensibilização cultural¹¹⁴ e mesmo de esclarecimento, sobretudo tendo em conta o acanhado contexto social e político em que se inseria. Tornou-se um espelho reflector – por muitos anos praticamente o único, na cena pública –, quer de um certo pensamento crítico, de um meio próximo do poder e mais esclarecido, sendo simultaneamente bem acolhido no seio popular, quer dos próprios sinais de desenvolvimento económico.

Estranhámos que na mesma imprensa local tenha passado despercebido um importante achado arqueológico, de sepulturas romanas na Quinta de S. João, em Arrentela, documentado e publicado em 1950 pela sua autora, Maria de Lourdes Costa Arthur¹¹⁵, discipula do Prof. Doutor Manuel Heiêno, ambos se tendo deslocado ao local. Segundo a publicação, “Todos os objectos desta estação foram oferecidos ao Museu Etnológico de Belém à excepção das duas moedas que estão em poder do Dr. Delegado de Almada”. Tratava-se, segundo a investigadora, de moedas do século I d.C.

Em 1959, através de uma edição do autor, o Seixal tinha a “sua” monografia, escrita por um filho da terra, Manuel d’Oliveira Rebelo: *Retalhos da Minha Terra (Monografia do Concelho do Seixal)*. Trabalho que se manteria até aos nossos dias de um interesse inquestionável, cumprindo-se a intenção de Manuel Rebelo, expressa nas palavras de abertura: “Do meu parentesco com a terra nasceu esta ideia de lhe ser útil”. Sabendo-se que na altura lhe foram praticamente vedados os acessos à documentação e arquivos locais, a obra reflecte as memórias duma época e as “impressões” de um homem que, auto-didacta, poeta e escritor, com uma notável sensibilidade cultural, se inseria profissionalmente num meio industrial dinâmico¹¹⁶ e, se assim se poderá dizer, numa

¹¹³ Em 1957, lia-se na *Tribuna do Povo* (nº 168, 17 Novembro): 2 “Vale de Milhaço [título]. Turismo – “. . . temos perspectivas bem mais risonhas a considerar, tais como sejam, as possibilidades turísticas da nossa terra. (...) belezas invernais da nossa povoação e arredores.(...)esta maravilhosa região dos lagos. São mais de três quilómetros de lagoas ininterruptas, onde se alia a profusão com os mais variados cambiantes.(...) Continuará assim a nossa região a ser uma espécie de museu onde avaramente se têm guardado as relíquias de antanho, e onde se capricha em não mudar o passado, para não perder o gosto subtil de arcaísmo.(...)”

¹¹⁴ Entre Dezembro de 1958 e Fevereiro de 1959, a *Tribuna do Povo* publicou dois extensos artigos, de carácter didáctico, sobre “A Cultura e os Museus”, de Adriano Rodrigues (respectivamente a 21 Dezembro, nº 194, p. 4 e a 15 de Fevereiro, nº 199, p. 6).

¹¹⁵ V. ARTHUR 1950: 676-683.

¹¹⁶ Manuel d’Oliveira Rebelo foi por várias décadas trabalhador na firma Mundet, onde ascendeu a funções de reconhecida importância e responsabilidade. É neto de um importante industrial que exerceu

das “frentes” do associativismo que contrariava, por baixo, o tendencial imobilismo intelectual de um concelho rural e periférico.

O panorama museológico no distrito evoluía lentamente. Em 1960 era inaugurado o Museu Arqueológico de Sesimbra¹¹⁷ e em 1961 o Museu de Setúbal abria ao público no Convento de Jesus¹¹⁸, por iniciativa da Santa Casa da Misericórdia de Setúbal e sob a direcção do engenheiro João Botelho Moniz Borba, que desempenharia essas funções até ao fim da sua vida (1977). O Museu assumia então a vocação de museu de arte e de história local.

Um facto curioso que cabe aqui assinalar é o de, por esta altura, se efectuar uma doação ao Museu de Setúbal proveniente do Seixal, precisamente dos proprietários da Quinta da Trindade, que assim lhe confiam a mobília histórica do salão nobre da sua residência.¹¹⁹

A Câmara Municipal do Seixal, presidida pelo Tenente José Joaquim Bramão de Morais Magro, iniciou em 1961 a publicação de um periódico próprio, um *Boletim Municipal* de informação e de propaganda, que o Editorial do seu primeiro número, intitulado “Razão de ser” justificava da seguinte forma: “A recente elevação de concelho rural de 2ª ordem a rural de 1ª ordem, mais acentuou as responsabilidades municipais, mormente no sector cultural, onde incumbe efectivar uma obra que se nos afigura, a todos os níveis, justificada. Assim, decidiu-se publicar, periodicamente, através do pelouro respectivo, um boletim de divulgação cultural e histórica, ao mesmo tempo que se pretende a propaganda das belezas naturais e turísticas da região seixalense,

actividade no sector das moagens na primeira metade do século XX. Desde muito jovem foi sócio activo da Sociedade Filarmónica Democrática Timbre Seixalense, onde desempenhou, entre outras, as funções de músico e de dinamizador da biblioteca.

¹¹⁷ Inaugurado a 26 de Maio, o Museu Arqueológico de Sesimbra foi instalado numa sala anexa à Igreja de Nossa Senhora da Conceição, no Castelo de Sesimbra.

¹¹⁸ O Museu de Setúbal abriu ao público no Convento de Jesus em 5 de Fevereiro de 1961, na sequência das exposições do Centenário da elevação de Setúbal a Cidade, depois do Hospital sair do edifício, que assim conhecia um destino “mais consentâneo com a riqueza e o valor do monumento em questão, para além da necessidade, sentida por diversas gerações, de dotar Setúbal do Museu de Arte a que o seu passado tinha direito” – Cf. PEREIRA 1984: 28.

¹¹⁹ Esta informação foi por nós recolhida junto do actual Director e Conservador do Museu de Setúbal, Dr. Fernando António Baptista Pereira. A doação foi feita, segundo este, dadas as relações entre Martins Gomes e o então Director do Museu de Setúbal. Tratar-se-á de uma mobília de 1897, cuja proveniência estará relativamente documentada, tendo pertencido ao historiador-publicista Brito Rebelo e provavelmente adquirida pelo proprietário da Quinta da Trindade, de que já eram conhecidos os gostos supostamente coleccionistas, associados à sua actividade comercial por que se tornou conhecido como o “rei do lixo”.

encaminhada, nesse aspecto, para novas realidades. Pretende-se, ainda, por intermédio deste boletim, um maior e melhor contacto entre a Câmara e os municípios, informando pormenorizadamente de todos os assuntos camarários.”¹²⁰

Em 1961 voltava a *Tribuna do Povo* ¹²¹a anunciar para breve um “museu regional” no Seixal, sustentando que “De há muito que no espírito de alguns naturais do concelho, ou seus filhos adoptivos baila a esperança de verem montado um museu, que albergue todas as antiguidades e recordações da história das terras concelhias. A pobreza em documentos históricos, quer em escritos, quer em espécimes de arte é notória, mas o pouco que existia foi-se perdendo por desinteresse ou ignorância de várias gerações”. A ideia recrudescia graças a um proprietário e conhecida figura local, que se dispunha a ceder instalações na sua Quinta de Nossa Senhora da Soledade¹²², na Torre da Marinha, e ao já conhecido investigador local João Calixto Grilo. Era reafirmado o apelo “a todas as pessoas que possam colaborar nesta iniciativa, afim de que cedam todos os elementos válidos para a documentação, quanto possível completa, nos campos da arqueologia, vida industrial do passado e do presente, marinharia, etc.” Simultaneamente, tomava voz a defesa do património arquitectónico e artístico da povoação de Arrentela. A recomendação, com notável sentido crítico face à realidade local, era expressa da seguinte forma: “À direcção futura do Museu, a que se deveria agregar uma Comissão de Defesa do Património Arrentelense, competiria – em nosso entender – a guarda zelosa e porfiada da arquitectura desta maravilhosa terra. (...)Na Arrentela – embora já bastante danificada pelo aparecimento de construções anacrónicas ao ambiente – ainda se poderá salvar o essencial, valorizando-o e principalmente limpando-o. Para já, - repetimos o que temos escrito várias vezes – deveriam ser absoluta e rigorosamente proibidos todos os acrescentos modernos, sem qualquer gosto, à base de marmorites ou pinturas.”

Sob a Presidência do mesmo Tenente J. Bramão Magro, em 1961-62, a Câmara providenciou junto do Serviço de Bibliotecas da Fundação Calouste Gulbenkian a

¹²⁰ V. *Boletim Municipal*, nº 1, 1961 (Maio), Câmara Municipal do Seixal: 1.

¹²¹ V. *Tribuna do Povo* de 19.2. 1961 (11º ano, nº 246): 1.

¹²² A Quinta da Soledade localizava-se em Arrentela e foi adquirida, no início dos anos 80, pela Câmara Municipal do Seixal, a qual não impediu contudo a rápida degradação da propriedade e dos seus imóveis, acabando por proceder à demolição dos mesmos, propondo-se manter unicamente os últimos vestígios dos jardins.

instalação de uma Biblioteca Fixa na vila do Seixal, propondo para bibliotecário o Sr. António Lopes Ferreira¹²³, indicado como “pessoa bastante estudiosa e com prática de investigação e bibliotecas”.¹²⁴ Aquele funcionário municipal levou a cabo um trabalho cuidadoso e sistemático, apesar de condicionado pelos meios de que dispunha, mediante o qual deixou inventariados os fundos documentais e bibliográficos da Câmara, existentes na época, ou que ele próprio terá ajudado a recolher.

Em 1962, foi a vez de Sines ter o seu Museu Arqueológico Municipal¹²⁵.

Em 1965, davam-se novos passos no plano museológico nacional, com evidentes repercussões a nível regional. Era promulgado¹²⁶ o Regulamento geral dos Museus de Arte, História e Arqueologia e instituído o Curso de Conservadores de Museu¹²⁷.

Em consequência disso, no Seixal, em 1966 o Presidente da Câmara toma a iniciativa¹²⁸ : “A fim de poder ser constituída a comissão municipal de arte e arqueologia, rogo o obséquio de me indicar o nome do sacerdote/do professor que fará parte da respectiva composição”. A Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes¹²⁹ por sua vez solicita ao Presidente da Câmara que “se digne sugerir o nome de um professor que possa ser nomeado vogal da Comissão Municipal de Arte e Arqueologia desse concelho”. A sugestão recaiu no Sr. Teodomiro Dias Martins Costa, professor primário

¹²³ António Lopes Ferreira ou António Lopes Ferreira Júnior (1903-1983) trabalhou na Câmara Municipal do Seixal entre 1959 e 1977, exercendo na prática as funções de arquivista-bibliotecário, sendo encarregado da Biblioteca Municipal pelo município desde 1963 até, provavelmente, 1974. Apesar de até a folha de ponto ou de assiduidade o registar como Bibliotecário, reformou-se e morreu sem que lhe fosse reconhecida outra categoria diferente de servente do serviço de obras.

¹²⁴ Cf. Ofício do Presidente da Câmara Municipal do Seixal ao Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian, 18/11/60, in Arquivo Intermédio da CMS, Instrução-Escolas, Pº 28/02 (Instalação de uma Biblioteca Municipal da Câmara Municipal do Seixal).

¹²⁵ O Museu Arqueológico Municipal de Sines foi criado por iniciativa de um arqueólogo local, a partir de achados arqueológicos da região.

¹²⁶ Foi o Decreto-Lei nº 46.758 de 18 de Dezembro de 1965, que promulgou o Regulamento geral dos Museus de Arte, História e Arqueologia.

¹²⁷ O Curso de Conservadores de Museu instituído pelo Decreto-Lei nº 46.758 de 18 de Dezembro só viria a ser suspenso em Agosto de 1974.

¹²⁸ Os ofícios a que nos reportamos foram dirigidos, nos termos do artº 113º do Código Administrativo, pelo Presidente da Câmara do Seixal, Engº José Francisco Leal Agostinho Dias, com data de 4 de Outubro, ao Cardeal Patriarca de Lisboa e ao Ministro da Educação Nacional. [Arquivo da Câmara, Processo nº 54 – Comissão Municipal de Arte e Arqueologia].

¹²⁹ Ofício da Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes ao Presidente da Câmara do Seixal, com data de 10 de Outubro de 1966.

e delegado escolar do concelho¹³⁰, o qual será efectivamente designado para o cargo, por despacho ministerial¹³¹. Quanto ao sacerdote destinado à mesma Comissão, o Senhor Cardeal Patriarca indicou¹³² o nome do Padre José Augusto Pereira, pároco do Seixal¹³³. Finalmente constituída a Comissão – pelos dois elementos já referidos e pelo Sr. Francisco da Cruz (Rua Paiva Coelho, Seixal) – a mesma foi convocada, pelo Presidente da Câmara, em Abril de 1967. A nossa pesquisa não teve porém um desenvolvimento que nos permita a partir de então descrever o seu papel, aparentemente de resultados bastante reduzidos ou pelo menos não repercutidos publicamente.

Em 1971, do quadro legislativo português terá interesse ressaltar alguns efeitos com repercussão no distrito de Setúbal, nomeadamente a delimitação de uma reserva a constituir pela área abrangida pela Serra da Arrábida¹³⁴ e a constituição de uma reserva botânica na Mata Nacional dos Medos. Progrediam, de resto, as preocupações com o ordenamento do território, também pela obrigatoriedade de as câmaras municipais do Continente e das então denominadas Ilhas Adjacentes promoverem a elaboração de planos gerais de urbanização das sedes dos seus municípios e de outras localidades.¹³⁵

Foi precisamente em 1971, por razões e com objectivos que não nos foi possível apurar com precisão, que os proprietários da Quinta da Trindade, no Seixal, apresentaram uma proposta à Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes e obtiveram a

¹³⁰ O professor Teodomiro Dias Martins Costa foi empossado Vereador do Pelouro da Cultura e Assistência para o quadriénio 1964-1967, cargo que deixou de ocupar por ter sido a seguir empossado como Vice-Presidente do Município, também em 1964, sendo a Câmara presidida pelo Engº José Francisco Leal de Agostinho Dias.

¹³¹ A 4 de Novembro de 1966, o Director-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes oficiou o Presidente da Câmara a “comunicar [...] que, por despacho ministerial de hoje, foi designado Teodomiro Dias Martins Costa, professor do ensino primário oficial e delegado escolar do concelho do Seixal, para fazer parte na Comissão Municipal de Arte e Arqueologia do mesmo concelho”.

¹³² Ofício de 20 de Março de 1966 enviado pela Secretaria Particular do Patriarcado de Lisboa ao Presidente da Câmara do Seixal.

¹³³ A partir de 1979 e ainda pároco do Seixal, o padre José Augusto, tal como outros párocos das restantes freguesias do Concelho, participou nas reuniões e acompanhou visitas levadas a cabo pela equipa técnica já referida, no âmbito do levantamento histórico promovido pela Câmara e que deu origem à criação do Museu Municipal.

¹³⁴ O Decreto-Lei nº 355/71 de 16 de Agosto delimitou essa reserva a constituir pela área abrangida pela Serra da Arrábida.

¹³⁵ O Decreto-Lei nº 560/71 de 17 de Dezembro estabeleceu a obrigatoriedade de as câmaras municipais do Continente e das então denominadas Ilhas Adjacentes promoverem a elaboração de planos gerais de urbanização das sedes dos seus municípios e de outras localidades.

classificação do edifício da respectiva residência, tornando-o o primeiro imóvel classificado no concelho do Seixal e o único no período anterior ao 25 de Abril¹³⁶.

No Seixal e a nível nacional será no período seguinte que se definirá, com a afirmação do poder local democrático, a vertente cultural das políticas autárquicas, tanto ao nível do património como de iniciativas de carácter museológico, projectando numerosos museus locais, numa perspectiva identitária, para o plano do aproveitamento dos recursos endógenos e do desenvolvimento local.

2.1.3.2. Institucionalização da intervenção patrimonial e da ideia de museu na sociedade pós-25 de Abril

2.1.3.2.1. Emergência de uma política patrimonial

Com a eclosão de projectos sócio-culturais após o 25 de Abril, desenvolveu-se o movimento de defesa de património e de dinamização sócio-cultural. Esse movimento, essencialmente “levado a cabo por grupos de cidadãos, comissões, núcleos, ligas ou centros e associações”, como o caracterizou Jorge Custódio¹³⁷, “é um movimento que se inscreve no tempo, tem uma implantação europeia e surge como consequência em Portugal (...) de forma algo espontânea e como resposta à incapacidade institucional portuguesa, face naturalmente ao alheamento visceral dos poderes públicos”. Segundo o mesmo autor, no nosso país “o momento de arranque do movimento associativo em prol da defesa do património cultural e natural” deve situar-se concretamente entre 1977 e 1979, com a institucionalização, através de escritura notarial, de um elevado número de associações, disseminadas pelo país¹³⁸.

Foi nesse contexto, frequentemente marcado por devoções quase militantes à causa patrimonial, mais ou menos ligadas a aspirações revolucionárias que se projectaram no plano cultural, que poderemos fazer remontar o processo de criação de novos museus

¹³⁶ As razões que levaram os proprietários da Quinta da Trindade a propôr a classificação do imóvel principal da Quinta decorreram muito provavelmente das intenções de alargamento da zona afectada aos Caminhos de Ferro Portugueses, que poriam em causa a propriedade da Quinta e as suas edificações. A classificação foi efectuada pelo Decreto nº 516/71, de 22 de Novembro.

¹³⁷ Cf. CUSTÓDIO 1981: 33. O próprio autor era, simultaneamente, investigador em ciências históricas e arqueologia industrial e activista/promotor deste movimento associativo de defesa do património cultural. Este artigo, em que analisou e, sucintamente, identificou as origens e principais causas de tal movimento, correspondeu à sua comunicação, enquanto representante do Secretariado Coordenador das Associações de Defesa do Património, no Encontro sobre a Salvaguarda do Património Cultural, em Coimbra, de 18 a 30 de Novembro de 1980.

¹³⁸ V. CUSTÓDIO 1981: 32. No I Encontro Nacional de Associações de Defesa do Património, em Janeiro de 1980, estiveram presentes cinquenta e duas associações.

locais a políticas autárquicas experimentalistas e inovadoras, interconectadas, ou não, com o movimento associativo de defesa de património¹³⁹.

Apesar de apontar o insuficiente ~~de~~ conhecimento sobre os “pequenos museus portugueses”, em 1985 Henrique Coutinho Gouveia relacionava a “multiplicação de museus de âmbito local” (fenómeno que designava por “explosão”), por um lado, com a “influência transmitida pela difusão das correntes transformadoras da museologia de âmbito regional, tornando-se patentes em diversos casos a adopção de alguns dos pressupostos do movimento internacional genericamente conhecido por “nova museologia”. Por outro lado, e “sob uma perspectiva mais vasta”, relacionava-a “com outros fenómenos sociais a cuja intensificação se tem também assistido, sendo de investigar a hipótese do seu inter-relacionamento traduzindo manifestações de uma realidade presente mais profunda”.¹⁴⁰

Ainda que inseridas numa estratégia mais ampla de exercício de poder, emergente da nova sociedade democrática, parece-nos imprescindível distinguir eventuais particularidades.

No caso do Seixal, a materialização da ideia de museu tornou-se possível a partir de uma vontade política e de um processo assumido por essa mesma orientação política, no plano sócio-cultural. Esse processo foi dirigido em direcções e áreas de intervenção múltiplas, mas a sua particularidade original terá consistido na valorização da vertente patrimonial e identitária, na qual a história tomou um lugar determinante. Particularidade essa muito oportunamente incentivada e reorientada pelo contacto com outras experiências e com o meio profissional, pela possibilidade de reflexão teórica e de formação especializada simultâneas à prática e à aplicação em projecto, sem prejuízo de uma relação estreita com o poder político e com sectores destacados da sua base social de apoio, bem como outros sectores mobilizados pela realização de objectivos comuns ou de uma certa matriz cultural comum.

Tendo nós percorrido com algum detalhe o fio cronológico de intenções e das tentativas de criação de “um” museu “do” Seixal, e, em plano secundário, das modestas incursões locais no coleccionismo, caberá então abordarmos o contexto, as origens e os

¹³⁹ Este assunto, que apenas afloramos nesta parte do nosso trabalho, foi objecto de estudo de Clara Camacho, no âmbito da sua dissertação de mestrado (1999), subordinada ao tema “Renovação museológica e génese dos museus municipais na Área Metropolitana de Lisboa (1974-90)”.

¹⁴⁰ V. GOUVEIA 1985: 319.

antecedentes imediatos do museu municipal que enformou a entidade museológica seguidamente denominada Ecomuseu.

Em 1974, a Comissão Administrativa da ex-Junta Distrital de Setúbal decidiu criar o Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal¹⁴¹.

No Seixal, era eleita em Plenário de Moradores, efectuado numa colectividade local, a Comissão Democrática Administrativa da Câmara Municipal do Seixal, sendo seu Presidente Eufrásio Filipe G. José, o qual foi também eleito Presidente nas primeiras eleições democráticas para as Autarquias Locais, em 1976.

Desde Abril de 1975 reiniciara-se a publicação do *Boletim Municipal*, em nova série. Ainda como suplemento do jornal *Margem Sul*, publicava em Julho¹⁴² uma notícia intitulada “Museu Distrital”, pela qual se dava conta de uma intenção que cremos totalmente isolada e que não passaria disso mesmo: “Por iniciativa da Comissão de Moradores da Cruz de Pau foi ocupado, em meados de Junho, o Paço da Amora. Com esta tomada de posição (...) ficou a Comissão de Moradores a dispor de óptimo e abundante mobiliário de diversos estilos, na maioria [de século] XIX. Para além do mobiliário, outros objectos de valor artístico e cultural passaram também a ficar à ordem da mesma Comissão. (...) esta Comissão de Moradores tomou a decisão de promover a criação de um museu. (...)”

Porém, ainda alguns anos se tinham de passar, até que o *Boletim Municipal* reflectisse as preocupações de defesa do património cultural numa forma coerente com as acções de entidades locais – e uma destas seria a própria Câmara¹⁴³.

No Estuário do Tejo foi desde 1976 criada a respectiva Reserva Natural, mas não abarcava nenhuma área do concelho do Seixal. Contudo, em 1978¹⁴⁴ o Serviço Nacional

¹⁴¹ O Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal foi aberto ao público em 1976.

¹⁴² V. *Boletim Municipal* da CMS, nº 3.

¹⁴³ O programa eleitoral (Programa da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal) da força política que saiu maioritária das primeiras eleições democráticas para as autarquias do Concelho do Seixal (Frente Eleitoral Povo Unido), em 1976, não integrava nenhum ponto subordinado ao património, inscrevendo apenas, num ponto dedicado ao “Lazer”, a seguinte afirmação: “Lutaremos para que as excepcionais condições naturais do concelho, perto do mar, zonas densamente arborizadas, esteiro do Rio Judeu, sejam devidamente aproveitadas”.

de Parques, Reservas e Património Paisagístico mostrava-se atento a esta sub-zona do estuário, ao escrever: “Entre as muitíssimas zonas, sítios ou objectos que ainda interessaria salvaguardar encontra-se a zona húmida de Corroios, na qual se incluem alguns dos raros moinhos de marés outrora em funcionamento em Portugal (moinhos do Galvão, do Capitão, da Passagem e da Torre).[...] “A salvaguarda e revitalização acima referidas poderiam ser objectivadas através da criação de uma “Paisagem Protegida”, ao abrigo do Decreto-Lei nº 613/76, para o que haverá que constituir um grupo de trabalho constituído por representantes das várias entidades com jurisdição no local ou ligadas ao assunto”.

Ao nível do património arquitectónico e artístico, deu-se em 1977 um passo importante, com a classificação da Igreja Paroquial de Arrentela como Edifício de Interesse Público, por iniciativa da própria Paróquia.¹⁴⁵

Num concelho como o Seixal, em que a vida cultural tinha fortes raízes nas sociedades musicais e nas colectividades locais, a dinamização dessas e de outras linhas de animação não tardou em revelar uma notável pujança, a que o poder local se ligou estreitamente. O *Boletim Municipal* dá-nos bem conta dessa situação, constatando-se que ao Presidente da Câmara coube um papel praticamente sistemático de liderança, não só política, mas, se assim podemos dizer, ideológica e de sensibilização, quer da população naturalmente apoiante, quer de sectores que o escutariam, quanto mais não fosse, pelo seu estatuto de poder, para já não referir a sua efectiva capacidade de se fazer escutar e de comunicar uma mensagem com um conteúdo intelectual distinto da grande maioria dos autarcas.

Em 1978¹⁴⁶ realizou-se a 1ª Semana Cultural do Concelho, promovida pela Câmara Municipal.

A legislação nacional reflectia de alguma forma a necessidade de definição do quadro democrático da administração local. Segundo o artigo 2º, alínea d) da Lei nº 79/77,

¹⁴⁴ Reportamo-nos ao ofício do Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico de 23 de Janeiro de 1978, dirigido ao Presidente da Câmara Municipal do Seixal, consultado no Arquivo de Correspondência da DPHN/Ecomuseu.

¹⁴⁵ A Igreja Paroquial de Arrentela foi classificada de Interesse Público pelo decreto nº 129/77. O Decreto-Lei nº 613/786 havia reformado a Lei 9/70, introduzindo a definição de objectos, sítios, conjuntos e lugares classificados.

¹⁴⁶ A 1ª Semana Cultural do Concelho do Seixal realizou-se entre 23 de Junho e 2 de Julho de 1978.

competia às autarquias locais a definição da política cultural a nível local. As competências das assembleias distritais inscreviam-se no artigo 87º da mesma Lei.

Em 1979, apesar de existente (e com origem remontando aos anos 74/76 e a uma “Comissão de Arte e Arqueologia”), a Associação para a Salvaguarda do Património Cultural e Natural da Região de Setúbal (SALPA)¹⁴⁷, tinha uma acção vocacionada para a “área que é abrangida pelos concelhos de Palmela, Sesimbra e Setúbal e as zonas dos concelhos de Alcácer do Sal e Grândola que envolvem o estuário do rio Sado e seus afluentes” – considerada a “região de Setúbal”¹⁴⁸ - não se reflectindo portanto no concelho do Seixal.

1979 foi o ano em que se esboçaram verdadeiramente as futuras iniciativas museológicas do município, mesmo que tal acontecesse por formas bem diferentes e com origem institucional distinta. Referimo-nos, por um lado, ao lançamento do que se poderia vir a descrever como uma vertente patrimonial da política cultural, no que toca à própria Câmara¹⁴⁹ e, por outro lado, ao que se tornará o primeiro e até hoje único museu de empresa no concelho.

Foi naquele ano (a 19 de Outubro) que a Direcção Industrial da Sociedade Portuguesa de Explosivos (SPEL), em consonância com a Administração da Empresa, “decide informar os Órgãos da SPEL de que pretende implementar o seu Museu. É nomeado o colaborador Carlos Maria para iniciar a recolha da documentação, fotografias, equipamentos, etc., com interesse para a história da Empresa. A partir desta data, não

¹⁴⁷ A Associação para a Salvaguarda do Património Cultural e Natural da Região de Setúbal (SALPA) constituiu-se em escritura notarial de 6.6.79 publicada em DR III Série 21-9-1979.

¹⁴⁸ V. *Património Cultural III* 1983: 69.

¹⁴⁹ Em 1979, o programa eleitoral da Aliança Povo Unido para a Câmara e a Assembleia Municipais do Concelho do Seixal referia, na Introdução, entre as preocupações daquela força política, o “estudo para a recuperação do estuário do Tejo”, a “recuperação dos moinhos de maré”, a “defesa e recuperação do património histórico-cultural” e inscrevia o objectivo de um Museu Municipal no capítulo dedicado à Educação, Cultura e Desporto (sub-ponto 2. Cultura, p. 11): “A APU continuará a defender e a apoiar todas as iniciativas culturais do concelho e a fornecer meios técnicos e financeiros para que tais iniciativas sejam organizadamente integradas em planos de desenvolvimento concelhio, com a participação das populações, na perspectiva de valorizar, preservar e reconstituir o património municipal, apontando para um futuro Museu Municipal e uma Biblioteca Municipal com a dignidade que merecem os trabalhadores.”

podem ser destruídos ou alienados documentos, fotografias, equipamentos etc., sem a decisão do colaborador acima indicado”.¹⁵⁰

A política cultural do Município foi profundamente influenciada pela personalidade e pela intervenção política de um homem com uma particular visão sobre a matéria. Trata-se de Eufrazio Filipe G. José, a que já nos referimos antes e que desempenhou as funções de Presidente da Câmara até Dezembro de 1997. Entrevistado por nós, ele próprio reconheceu o seu papel num processo que se iniciou com um levantamento histórico-cultural do concelho e que proporcionou a instituição do museu municipal.: “Quando entra o 25 de Abril em pujança, na rua, com outro tipo de preocupações, de poderes, nacionais, centrais, locais e eleitorais, eu quase que diria que alguns de esquerda, mesmo dentro do meu partido, não deram a importância à cultura que nós aqui continuávamos a dar. E eu mantive-me fiel à tradição cultural da esquerda”.¹⁵¹ Identificando-se como um homem e um político de esquerda, lembra que desde sempre atribuiu um lugar importante à cultura: “Num período de transformações sociais e políticas, o processo cultural não pode ficar imune como motor que é da vida (...)A actividade cultural foi compreendida como prioridade no investimento municipal e creio ter influenciado práticas em municípios da área metropolitana.”¹⁵²

2.1.3.2.2. Levantamento histórico-cultural do Concelho e afirmação de uma “identidade urbana”

Foi em Maio de 1979¹⁵³ que, a convite do Presidente da Câmara, se iniciou a colaboração de António Nabais com a Câmara Municipal, fazendo parte de um grupo de licenciados em história contratados para realizar o levantamento histórico-cultural do

¹⁵⁰ V. “Museu SPEL” in *APOREM*, 1999.

¹⁵¹ Transcrevemos parte da entrevista realizada com Eufrazio Filipe Garcez José, a 17 de Fevereiro de 1999, no Seixal.

¹⁵² Trata-se da transcrição de notas manuscritas por Eufrazio Filipe G. José para a entrevista já referida, as quais nos foram entregues no decurso da mesma.

¹⁵³ Recordamos que foi no ano de 1979 que se colocou pela primeira vez em Portugal a ideia de criar um ecomuseu, para o Parque Natural da Serra da Estrela. Acompanhada pelo arquitecto Fernando Pessoa, uma equipa dirigida por Georges Henri Rivière desenvolveu o projecto, que infelizmente não viria a ser concretizado.

O *Boletim Municipal* de Julho/Agosto de 1979¹⁵⁵ permite-nos concluir que a ideia de museu estava subjacente à iniciativa da Câmara, já nessa altura. Aquele publicava, em artigo intitulado “Pela defesa do património cultural” e assinado pelo Grupo de Trabalho para o Levantamento Histórico-Cultural do Município: “A Câmara Municipal do Seixal sentindo necessidade de dar uma resposta adequada ao problema cultural – defendendo, zelando e divulgando as riquezas do património, daquilo a que pertence a todos os habitantes do concelho - recorreu a pessoas ligadas ao ensino da História, a fim de realizarem o levantamento histórico-cultural do Município. (...) O grupo de historiadores contactados pela Câmara Municipal do Seixal terão como tarefa principal recolher e arrumar todos esses materiais a fim de torná-los públicos em textos (jornais, revistas e/ou livros) e na criação de um museu”.

Entre as “Pequenas notícias” do *Boletim Municipal* de Junho de 1979 [nº 33, p.5], lê-se, lado a lado com a breve informação sobre o levantamento histórico-cultural, a notícia de uma visita ao concelho realizada pelo Secretário de Estado do Ambiente, a convite da Câmara, tendo “por objectivo sensibilizar o governo para o tratamento e aproveitamento como património cultural dos Moinhos de Maré existentes, que constituem raridades na Península Ibérica”.

O interesse pela história local e pelo património não constituía, em si, um dado isolado do resto do país e muito menos da região, sobretudo à dimensão da área metropolitana de Lisboa, com as instituições e os poderes locais a procurarem acompanhar o movimento de renovação da sociedade portuguesa, após a queda do regime ditatorial de meio século, e, nesse contexto político e sócio-cultural, em função da intensificação do associativismo pelo estudo e a defesa do património cultural.¹⁵⁶

Não se apoiando cientificamente em qualquer tipo de parceria com nenhuma universidade ou entidade vocacionada para a investigação, as pesquisas então iniciadas por aquele grupo de professores tinham também de ser precedidas pela recolha e compilação de fontes locais, uma vez que não existia propriamente um arquivo histórico

¹⁵⁵ *Boletim Municipal* da CMS nº34 de 1979 (Julho/Agosto): 7.

¹⁵⁶ Sobre o incremento da história local neste período, particularmente a história urbana, citemos TENGARRINHA 1996: 47 – “Algumas obras aparecidas nos últimos anos têm sido em boa parte motivadas pelo crescente interesse no conhecimento e preservação do património cultural urbano, a partir de incentivos e apoios das câmaras, que se encarregam da edição dos trabalhos. (...) contrariamente ao que tem vindo a verificar-se com os arquivos distritais, a situação dos arquivos municipais é, porém, muito deficiente.”

respectivo concelho. Segundo a Acta da Reunião Ordinária da CMS de 27/4/1979, o executivo camarário aprovou unanimemente uma proposta do Presidente para a realização do Levantamento Histórico-Cultural do Concelho do Seixal e a contratação de um grupo de quatro historiadores (sic): Maria Adelaide da Fonseca, Maria da Conceição Araújo Soares, António José Castanheira Maia Nabais e Manuel António Pereira, todos eles professores de História do Ensino Secundário. A proposta referia, na sua fundamentação, o conhecimento da Câmara sobre a “evolução demográfica do concelho, nos últimos anos e perspectivas futuras” e a sua sensibilização “para as questões do património cultural, que, se urgentemente não for preservado, investigado e registado, recorrendo-se a fontes históricas ainda disponíveis, poder-se-ão perder irremediavelmente”. Propunha-se e foi aceite, conforme o que foi registado em acta, “o programa de trabalho dos quatro historiadores contactados, que deverão ter em conta os recursos humanos disponíveis no concelho (autarquias e organizações populares), cujos trabalhos, à medida que [evoluiem], serão publicados em fascículos e distribuídos à população”. Dava ainda conta da “metodologia proposta pelo grupo de trabalhos”, em que se enunciava a “Recolha - Plenário (sensibilização e recolha de testemunhos); entrevistas.” e a “Divulgação – Imprensa local (Boletim Municipal...); contactos orais: participação em iniciativas das colectividades ou sob a iniciativa do grupo; nível nacional (hipóteses: entrevista, artigo, fascículo...)”.¹⁵⁴

Sublinhando o facto de ter compreendido a necessidade de especialistas, de técnicos capazes de apoiarem a acção política e a gestão municipal em áreas específicas, como era o caso da história e do património, Eufrásio Filipe G. José disse-nos, reportando-se à experiência de final dos anos 70 e assumindo o auto-reconhecimento e o auto-elogio da sua prática política: “Passámos essa fase de quê tudo quanto era operário era bom, operário é que sabe, o técnico é um auxiliar e até prescindível... Outra ideia que nós introduzimos aqui foi esta: nós temos que acrescentar à nossa vontade o saber especializado nesta matéria, naquela matéria...[...] Aliás os técnicos começaram a criar estes instrumentos de trabalho cultural e de grande influência política na sociedade municipal. (...) Os nossos técnicos foram motores ao serviço desta orientação central. (...) Trabalharam como operários no museu e noutras áreas de intervenção. E foram reconhecidos depois. Na altura não. Houve um período de rejeição.”

¹⁵⁴ Acta da Reunião Ordinária da CMS de 27/4/79: 21-22.

municipal, no sentido em que estivesse logisticamente instalado e preparado para o acesso de investigadores. Importante, sem dúvida, foi o trabalho desde logo iniciado, sobretudo em relação à documentação e arquivo da Câmara Municipal, o qual permitiu, mais tarde, instalar associadamente o museu e o arquivo histórico municipal. Tal trabalho beneficiou, inquestionavelmente, duma realidade praticamente ignorada e que até hoje não foi publicamente reconhecida, consistindo numa criteriosa organização do antigo arquivo e da biblioteca da Câmara, devida ao desempenho de funções de um funcionário municipal, António Lopes Ferreira, a que já nos referimos anteriormente. Fruto do seu cuidado e capacidade, provavelmente como autodidacta, foi possível reunir um espólio fundamental para as primeiras pesquisas e estudos locais efectuados a partir de final da década de 70.

À distância, contudo, a nossa experiência levou-nos a considerar que a improvisação de meios, o voluntarismo e a necessidade de mostrar resultados num curto espaço de tempo prejudicaram bastante o tratamento da informação, tanto histórica, como de carácter etnográfico e antropológico, resultante do trabalho do grupo de professores e do levantamento cultural daqueles anos. Supomos que se tenham perdido muitos dados e um conhecimento então adquirido, directamente ligado ao terreno, que na altura foi incorporado no trabalho cultural/patrimonial, mas que posteriormente se tornou irrecuperável para uma “segunda” investigação ou interpretação.

Inovador foi o envolvimento organizado da comunidade, verdadeira mais-valia que consideramos da maior importância em todo o processo a desenvolver a partir da decisão da Câmara/poder político, com o esforço e a orientação prática dos técnicos. Na edição do Boletim de Novembro/Dezembro¹⁵⁷, um artigo intitulado “Património Cultural: Tesouro a descobrir e preservar” dava-se conta duma reunião do Grupo de Apoio para o Levantamento Histórico-Cultural do Concelho do Seixal com a presença das Juntas de Freguesia, convocada pela Câmara: “No sentido de motivar e incentivar a população a dar o seu apoio, foi delineado um projecto de constituição de comissões culturais a nível de freguesias, com a finalidade de constituírem núcleos de dinamização a nível local. Segundo este projecto já se realizaram reuniões nas sedes de freguesia, onde mais uma vez se pode constatar o entusiasmo das populações”. Em seguida, era lançado o apelo às pessoas para que procurassem na respectiva Junta de Freguesia os

¹⁵⁷ V. *Boletim Municipal da CMS* n.º 36 de 1979 (Nov/Dez): 3.

elementos dos grupos de dinamização já constituídos. Também era expressa a ideia de um “espólio” a constituir, mesmo sem que se definisse precisamente o objectivo ou o destino do mesmo: “Colabora na recolha de testemunhos que, preservados, constituirão um espólio importante e um património inestimável”.

António Nabais não deu relevância particular, nos seus diversos artigos sobre a experiência e o museu do Seixal, às metodologias e à organização dos dados resultantes do levantamento. Aliás, temos dificuldade em definir, com precisão, a partir da pesquisa documental, o período de tempo e pessoas que nele terão participado. Da documentação disponível, consistindo em fichas manuscritas e apontamentos ora manuscritos ora dactilografados, quer de observação directa, quer do que supomos ser transcrição de breves entrevistas ou depoimentos orais dos inquiridos, concluímos que em 1981 (entre Julho e Setembro) foram constituídas equipas por Junta de Freguesia, ocupando-se num “Recenseamento de pessoas idosas” e numa “Localização de material etnográfico, arqueológico e artístico”, relacionada com o primeiro, para o que utilizavam duas fichas de registo de dados distintas¹⁵⁸. Tal como em 1982, essa actividade terá sido desempenhada com a participação de jovens integrados em programas de ocupação de tempos livres.¹⁵⁹

Para a recolha de objectos foi elaborada uma folha de registo identificando os “Serviços de Dinamização e Planeamento Culturais. Património Histórico-Cultural” e intitulado “Elementos de Património Cultural do Concelho para o Museu Municipal”, com os seguintes campos: *Número, Freguesia, Local, Designação, Descrição sumária, Estado de conservação – satisfatório/ médio/ mau/ ruína, Observações, Oferta/Empréstimo, Data de entrega, Proprietário (Origem) – nome, morada, assinatura, Recebido por – nome (legível), assinatura.*

¹⁵⁸ Da referida ficha, reportada ao “Recenseamento de pessoas idosas”, constavam os seguintes campos: *Nome, Idade, Naturalidade, Residência actual, Outras residências, Actividades (profissões) desempenhadas, Locais de trabalho, Situação profissional actual, Observações, Data, Assinatura.* Da ficha “Localização de material etnográfico, arqueológico e artístico”, constavam os seguintes campos: *Conjunto, peça (risque o que não interessa), Descrição sumaria, Datação – expressa, provável, proveniência da informação, Autoria, Estado de conservação, Localização, Entidade proprietária – nome, morada, telefone, “Croquis”, Data, Assinatura.*

¹⁵⁹ Em 1982 foram efectuados inquéritos a pessoas idosas e registos de património edificado, mas de que apenas conhecemos elementos dispersos, por vezes na forma manuscrita e não datados.

citada entrevista: “foi sempre uma prática aqui na nossa actividade municipal, foi a envolvimento das pessoas. As pessoas em determinado momento entenderam que elas eram imprescindíveis para fazer aquilo. As pessoas gostam de ser imprescindíveis. Não basta o técnico, não basta o político. Não basta uma casinha para fazer o primeiro núcleo do museu. São necessários vocês que têm lá as coisas em casa, não são nada coisas velhas, são as nossas memórias, colaborem. Participem. E quando nós dissermos que temos as estradas esburacadas e que temos de fazer um museu, vocês não nos batam. Porque isto é para os nossos filhos, para os nossos netos, isto é a nossa identidade. (...)”

Participação e identidade eram questões-chave da política autárquica: “Havia esta ideia clara. A evolução política na sociedade nacional tinha um ritmo tão acelerado que eu, é evidente que em comunhão com os outros cidadãos, adquiri para mim esta ideia: isto vai-se perder tudo. O ritmo em termos de transformações políticas e sociais era tão grande a nível nacional e, simultaneamente, a vinda acelerada de pessoas residentes no concelho e oriundas de todo o país era tão grande, que acelerou também esta compreensão(...). Um dia nós não sabemos se somos beirões, se somos alentejanos, se somos algarvios. Quando nós somos do Seixal, desta terra, destas tradições, destas culturas, destas práticas. (...)e depois o problema também da identidade: (...) não sermos colonizados por outras culturas populares, oriundas de todo o país. Por outro lado afirmar a identidade municipal, sempre permitindo evoluções ao receber outras culturas, mas fazendo com que os outros por esta via se integrassem melhor na nossa própria estrutura social.”

Sem que houvesse uma base teórica de carácter museológico, o propósito de criar o museu inseriu-se perfeitamente nessa estratégia, como reconhece Eufrásio Filipe G. José: “O museu fez parte do processo de consolidação da identidade municipal existente, aglutinador de novas gentes (...), ponto de referência participado, a memória viva que em consciência os naturais não quiseram perder. Um museu polinucleado em permanente construção, agente transformador e também bandeira política da sensibilidade da esquerda. No processo museológico se integraram não apenas vontades pessoais e colectivas, mas saberes técnicos de investigação, movimentos imparáveis partilhados por todas as classes sociais e camadas da população oriundas de outros pontos do país que se integraram no espaço, que também passou a ser o seu. (...) E tentei imprimir esta ideia do município do Seixal, da comunidade municipal, a todos os

Num texto sem data, mas que reportamos ao início do levantamento cultural no concelho, policopiado e de que António Nabais é subscritor, pelo Sector de Património Histórico-Cultural, intitulado “Património Histórico Cultural”, apelava-se à participação “activa de todos os munícipes”, mas sublinhando que em particular os jovens “têm um papel importante a desempenhar na defesa do património concelhio”. Do texto faziam parte considerações sobre as actividades económicas e a cultura locais, decerto destinadas a orientar o trabalho de recolha de objectos e de registo de informação em curso:

“As manifestações culturais estão intimamente ligadas às actividades desenvolvidas pelos homens ao longo dos tempos, quer pelos que se fixaram nestas terras para trabalhar, quer ainda por aqueles que se procuravam para veranejar (...).A História do concelho do Seixal prende-se a variadíssimas actividades, tais como a pesca, a agricultura, o transporte (terrestre e fluvial), a indústria: têxtil, cortiça, explosivos, construção naval, moagem...

Associadas a estas actividades, nasceram bastante cedo no concelho, em relação a outras partes do país, várias colectividades, onde a música ocupou um lugar de importância.

Encarando a cultura como a totalidade das manifestações, individuais e colectivas, das sociedades, o domínio do património a conservar é muito vasto”.

Enunciavam-se, finalmente, sem seguir uma classificação, mas abrangendo os testemunhos materiais - móveis e imóveis, incluindo paisagens - e os testemunhos imateriais, diversos tipos de “manifestações das sociedades passíveis de registo ou de recolha”.

O Presidente da Câmara tinha seguramente um conjunto de objectivos neste campo e procurava lançar várias pontes convergindo num sentido que ele pretendia integrador da sociedade e de salvaguarda da identidade cultural. A própria Igreja foi abrangida na intervenção da Câmara, quer beneficiando de apoio para obras de conservação de edifícios - caso das Igrejas Paroquiais de Arrentela¹⁶⁰ e da Aldeia de Paio Pires -, quer relacionando-se com elementos exteriores às paróquias, abrindo as suas portas a eventos culturais, como concertos de Natal. Como nos foi dito por Eufrásio Filipe G. José. na

¹⁶⁰ Em 1979 a Câmara Municipal do Seixal participou financeiramente nas obras de conservação da Igreja Paroquial de Arrentela (classificada de Interesse Público em 1977, pelo decreto-lei nº 129/77, de 29 de Setembro), promovidas pela própria Igreja e pela Paróquia.

cidadãos – os que cá estavam e aos outros. E a responsabilizar tanto quanto possível o indígena. E a dizer: tu tens obrigação, nós temos obrigação de, aos vindouros, recebê-los e ajudá-los a integrá-los. Tu é que conheces esta terra e esta terra também há-de ser deles, mas se eles a aceitarem. A área da cultura foi fundamental. A questão do museu aqui foi uma bandeira”.

O antigo Presidente da Câmara sublinhou ainda a importância do tipo e da estrutura do museu criado: “Nunca quisemos que o museu fosse o tradicional museu depositário de peças que seriam visitáveis. Queríamos as pessoas a participarem num museu, nunca dar o museu como acabado, sempre em construção e polinucleado.”

Confirmado pelo próprio António Nabais¹⁶¹, nem os técnicos – em primeiro lugar ele próprio – nem os políticos estavam ligados a nenhum meio de reflexão e de debate sobre teorias e práticas museológicas, numa fase inicial do trabalho de levantamento histórico e do envolvimento da comunidade local. A relação de Nabais com os museus decorria da sua profissão de professor e do facto de os utilizar, visitando-os com os seus alunos. Atribui também muita importância aos ensinamentos recolhidos em seminários que frequentou, na Universidade Nova, dos professores e historiadores Magalhães Godinho e Oliveira Marques. Quanto ao primeiro, recorda como a sua maneira de ver a História e o seu conceito de tempo foram fundamentais e o levaram “a ver o património cultural, o tempo, o objecto cultural”. Quanto ao segundo, associa-o, em termos de metodologia, ao plano da sua investigação histórica sobre o Seixal e ao levantamento que efectuou no concelho.

Entre o património construído que melhor identificava a tradição local e que mais se destacava na paisagem ribeirinha concelhia, sem dúvida que os moinhos de maré tiveram sempre um papel de destaque.

Em 1980, o Grupo de Investigação e Divulgação Científica (GIDC), fundado por um grupo de estudantes de Almada¹⁶², influenciado pela proximidade com o professor

¹⁶¹ Reportamo-nos a informações fornecidas por António Nabais em diversas conversas anteriores e durante a preparação da presente dissertação.

¹⁶² O principal elemento fundador do GIDC foi José Manuel Romão. Entre outros membros do Grupo, contava-se Ana Isabel Borralho, que nos forneceu recentemente diversas informações sobre a actividade do Grupo, tendo ela própria participado na produção de um documentário que foi então divulgado na Rádio Televisão Portuguesa, realizado por Margarida Gil, sobre os Moinhos de Maré do Seixal, particularmente o de Corroios, que ainda estava a funcionar. O Ecomuseu Municipal do Seixal dispõe, desde 1999, de uma cópia desse documentário, adquirido à RTP e que está disponível para visionamento do público no Centro de Documentação e Informação (no núcleo sede).

universitário Jorge Custódio (um dos fundadores da primeira), efectuou um levantamento dos moinhos de maré do Seixal, que apresentou, nesse mesmo ano, no IV Congresso Nacional de Arqueologia, realizado em Faro¹⁶³.

No *Boletim Municipal* do Seixal, o Grupo de Apoio para o Levantamento Histórico-Cultural (GALHC) assinava, em Agosto, um artigo intitulado “A defesa dos moinhos de maré”.¹⁶⁴

O património industrial, num sentido mais amplo, foi dos principais objectos de pesquisa por parte de estudiosos/investigadores exteriores à própria autarquia.

No final de 1980, a Associação de Arqueologia Industrial da Região de Lisboa¹⁶⁵ iniciou o trabalho de levantamento e pesquisa da importante documentação iconográfica e fotográfica do arquivo da Companhia de Lanifícios de Arrentela, contando com a cooperação dos responsáveis da empresa para o acondicionamento desse mesmo arquivo, nas próprias instalações da fábrica, uma vez que se procurava garantir a sua salvaguarda.

Na SPEL, em 1980 prosseguia a implementação do futuro museu, iniciando-se a reconstrução de equipamento fora de uso e com interesse para aquele fim.

Em 1981, foi a própria Associação Portuguesa dos Amigos dos Moinhos¹⁶⁶, por solicitação da Secretaria de Estado da Cultura¹⁶⁷, a requerer à Câmara do Seixal a colaboração de António Nabais para um levantamento dos moinhos de maré.

¹⁶³ Não foram editadas actas do IV Congresso Nacional de Arqueologia, que teve lugar de 19 a 25 de Maio em Faro. Pela primeira vez num congresso de arqueologia realizado no nosso país, foram apresentadas comunicações reportadas à arqueologia industrial. A comunicação apresentada pelo GDIC intitulava-se “Os Moinhos de Maré da zona do Seixal”. Uma das autoras informou-nos que, quando da dissolução do Grupo, tinham sido oferecidos todos os materiais decorrentes do levantamento dos moinhos à Biblioteca Municipal de Almada, mas tal não foi confirmado em contacto que efectuámos junto daquela instituição, em 1999.

¹⁶⁴ V. *Boletim Municipal* da CMS nº 41, de 1980 (Agosto): 2.

¹⁶⁵ A AAIRL, constituída em Fevereiro de 1980, foi legalizada em Abril do mesmo ano.

¹⁶⁶ Ofício da Associação Portuguesa dos Amigos dos Moinhos ao Presidente da Câmara do Seixal, em Março de 1981. Refira-se que a constituição desta associação remontava a 1964.

¹⁶⁷ Recordar-se que no quadro do forte incremento legislativo nacional do 6º Governo Constitucional, com repercussão sobre o património e os museus, se efectuou uma reestruturação da Secretaria de Estado da Cultura mediante o Decreto-Lei 59/80, de 3 de Abril (Presidência do Conselho de Ministros), rectificado pelo Decreto Regulamentar de 245 de 22 de Outubro). Naquela Secretaria integrava-se o Instituto Português do Património Cultural.

Em Junho desse ano, a Câmara anunciou a aquisição de dois moinhos – o Moinho de Corroios e o Moinho Novo dos Paulistas -, assim como a tomada de medidas de protecção de todos os moinhos existentes no concelho, com a colaboração da respectiva Associação Portuguesa dos Amigos dos Moinhos, já referida, nomeadamente através da elaboração de um relatório a ser apresentado ao IPPC, solicitando a classificação daqueles.

Depois da criação, em 1980, dos Serviços Culturais da Câmara do Seixal, estruturaram-se, em 1981, os seus contactos com as Juntas de Freguesia e as organizações populares, enquanto o GALHC continuava, entre outros contactos, a realizar reuniões com os Conselhos Directivos das Escolas concelhias, “a fim de garantir a sensibilização das populações para a defesa do património”¹⁶⁸. Em Fevereiro de 1981, o *Boletim Municipal* anunciava, nos horários do atendimento público da Câmara, os da Cultura, que se efectuavam semanalmente – quer a “coordenação-dinamização cultural”¹⁶⁹, quer o Património Histórico-Cultural, a cargo de António Nabais. Na mesma altura era difundido o programa municipal de recuperação de exteriores de edifícios antigos nas zonas de Amora, Arrentela, Paio Pires e Seixal, com o apelo “Defenda o património arquitectónico”.¹⁷⁰

Constituindo um instrumento importantíssimo e um verdadeiro marco iniciador da historiografia do concelho, foi editada em Abril de 1981 e amplamente divulgada pela Câmara Municipal a *Cronologia do Concelho do Seixal*, da autoria de António Nabais, que se começava assim a consagrar como investigador de história local e regional de recurso praticamente obrigatório, face à inexistência de outro instrumento de apreensão histórica do Seixal para além da monografia de Manuel Rebelo, de 1959.

Em seguida foi editado o livro “Barcos do Tejo”, o qual serviu para fundamentar a decisão de aquisição de duas embarcações tradicionais: uma fragata e um varino, por deliberação unânime da Câmara¹⁷¹ a partir de proposta do Sector de Património

¹⁶⁸ V. *Boletim Municipal* da CMS nº 45 (Janeiro), 1981.

¹⁶⁹ António Durão, organizador e coordenador dos Serviços Culturais da Câmara do Seixal tinha a seu cargo a área de dinamização cultural.

¹⁷⁰ V. *Boletim Municipal* da CMS nº 46 (Fevereiro), 1981.

¹⁷¹ A aquisição de duas embarcações tradicionais - uma fragata e um varino – foi objecto de deliberação na reunião de Câmara de 26 de Junho de 1981.

Histórico-Cultural. O Boletim Municipal noticiou¹⁷² o facto sob o título “Salvaguarda do Património: A Câmara adquire 2 barcos típicos”, salientando que se manteria a decoração tradicional das embarcações em vias de serem conservadas e “transformando-as em museu vivo”. Uma terceira embarcação tradicional foi oferecida à Câmara por um estaleiro local, destinada a ser recuperada para navegar no Tejo.¹⁷³

2.2. Processo de programação do museu: objectivos delimitação e inscrição territorial das “áreas de actuação”

2.2.1. Exposição “O Trabalho na História do Concelho do Seixal”

A par das aquisições anteriormente referidas, consistindo em bens a que a Câmara Municipal atribuía valor patrimonial, outras aquisições foram efectuadas, segundo um evidente programa de recolha e de incorporação de património, destinado, talvez a médio prazo, a um museu¹⁷⁴ e, a curto prazo, a uma exposição cujo fio condutor era a história local, com base na investigação já concretizada e que teve lugar de 6 a 22 de Novembro de 1981, nas instalações da Associação Náutica do Seixal, sobre a temática “O Trabalho na História do Concelho do Seixal”, inserida no programa municipal das comemorações do 145º aniversário do Concelho.

A “Nota explicativa” da Câmara Municipal do Seixal¹⁷⁵ inserida no Catálogo da exposição coloca como seu objectivo “sensibilizar a população do concelho para a defesa do património histórico-cultural e oferecer a todos os munícipes um conhecimento do Seixal real e histórico”, apresentando-a “como que uma amostra da 1ª pedra do futuro Museu Municipal”. Faz a correspondência dos objectos expostos ao “resultado da pesquisa sobre o património histórico do concelho, que está a ser efectuado pelo Sector do Património Histórico-Cultural dos Serviços Culturais da

¹⁷² V. *Boletim Municipal* n.º 50 (Julho), 1981: 5.

¹⁷³ Apesar de se tratar de um barco de tipo bote de fragata, a embarcação “Gaivotas” foi naquela altura divulgada como “falua” – tipo que se continuaria a referir em todos os documentos, até praticamente 1990.

¹⁷⁴ António Nabais participou, na qualidade de consultor da CMS, em Outubro de 1981, em Almada, na Conferência do Partido Comunista Português sobre o Poder Local. No texto da sua intervenção, “A Câmara e o património cultural no Seixal”, que consta da edição respectiva, pp. 100-102, lê-se que a Câmara “lançou a campanha para a criação do museu municipal”.

¹⁷⁵ V. Catálogo da exposição “O Trabalho na História do Concelho do Seixal”: 6 de Novembro de 1981.

Câmara, com a participação da população local”. Justifica a selecção de uma parte do material até então inventariado por razões de limitação de espaço da exposição. Anuncia a passagem da exposição, até com mais objectos, para instalações municipais na Torre da Marinha.

No catálogo da exposição inscreveram-se 258 entradas, abrangendo reproduções de documentos e objectos tridimensionais, basicamente repartidos pelos seguintes núcleos: História Antiga; Agricultura e Pesca; Moinhos de Maré; Transportes Fluviais; Transportes Terrestres; Indústria Fábrica de Lanifícios de Arrentela¹⁷⁶, Fábrica de Vidros da Amora; Outras indústrias - Mundet (Seixal), Wicander (Seixal), Fábrica de Explosivos (Vale de Milhaços)¹⁷⁷, Sociedade Portuguesa de Explosivos (SARL), Siderurgia Nacional EP - Tempos Livres.

Na preparação da exposição participou um outro investigador – ao nível do inventário e da programação -, durante algum tempo colaborador da Câmara, Fernando António B. Pereira, professor de História na Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa e que, tal como António Nabais, ingressou nessa altura no curso de Conservadores de Museu promovido pelo IPPC¹⁷⁸.

Ao contrário de António Nabais, professor e morador em Lisboa, Fernando António B. Pereira vivia no concelho desde 1978 – era portanto munícipe naquela altura – e foi a partir das relações políticas então mantidas com o Presidente da Câmara que se proporcionou a sua colaboração no trabalho autárquico, mais precisamente na já referida preparação da exposição “que desse conhecimento à população do estádio em que se encontrava esse levantamento cultural”. Na nossa entrevista, Fernando António B. Pereira recorda a sua participação na inventariação, porque havia espólio que tinha sido recolhido mas não tinha sido verdadeiramente inventariado e, sobretudo, na programação, em que faz o desenho-base do percurso, a partir de discussões com António Nabais: “O Nabais ia-me dizendo que recolha já tinha sido feita. E eu estruturei os núcleos temáticos, digamos assim, para criar um percurso coerente dentro da

¹⁷⁶ Segundo nos informa o próprio catálogo da referida exposição (p. 15), “As legendas referentes à Fábrica de Lanifícios de Arrentela são da responsabilidade da Associação de Arqueologia Industrial da Região de Lisboa”.

¹⁷⁷ A referência reporta-se à Fábrica de Pólvora – Sociedade Africana.

¹⁷⁸ O curso a que nos reportamos – Curso de Conservadores de Museu - promovido pelo IPPC decorreu entre 1981 e 1984.

exposição. Ainda nessa altura não se falava rigorosamente em museu. É muito importante isso ser dito. Quando se escreve, é um desafio à autarquia”.

O curso de conservadores de museu em que António Nabais e Fernando António B. Pereira, entre um grupo de cerca de trinta pessoas, ingressaram em 1981 terá em nosso parecer uma relativa importância no rumo do projecto do Seixal. Referiu-nos Fernando António B. Pereira que “O primeiro ano, o ano teórico, é muito intenso a nível dos debates. Até porque o IPPC vai fazer nessa altura uma política muito interessante, que foi trazer, para apresentar em conferências no curso, grandes museólogos internacionais(..). entre os quais o Hugues de Varine, que é nessa altura era o Presidente do *Institut Franco-Portugais*”. Na entrevista reconheceu assim que dos contactos e do conhecimento museológico que então ~~lhes~~ começava a ser transmitido resultou uma influência no trabalho do Seixal, “porque começamos a ter contacto com toda a bibliografia e é essa bibliografia que suscita o amadurecimento das ideias. Digamos que numa primeira fase e quando eu faço o exame em Julho, (...) o que é que está em jogo? As ideias que nós discutimos, o levantamento que está a ser feito, muito na perspectiva de animação cultural, do trabalho sócio-cultural, que era aquele que se fazia nessa altura, final de anos 70, a nível de autarquia, num certo contexto político de esquerda e neste caso APU ... e portanto tem que ver com uma forma de estar da esquerda na política e na sociedade, e na cultura. A necessidade que os levantamentos culturais viessem de facto de encontro às realidades culturais das populações, quer das autóctones, quer das chegadas por migração interna, que era o caso do Seixal, tentar encontrar um fio condutor que desse sentido ao Seixal. E aí a cronologia que o Nabais faz é extremamente importante porque através das datas que ele realmente recolheu ele conseguiu encontrar esse fio condutor e por isso é que nós dizemos o trabalho na história do concelho do Seixal. Porque o fio condutor da exposição era o trabalho”.

Fernando António B. Pereira sintetizou-nos a sua visão deste processo, realçando o papel da história e da formação disciplinar dos principais intervenientes ao nível técnico e científico: “primeiro há sem dúvida esse movimento no sentido de fazer um levantamento, pensamento de esquerda, atitude de esquerda, câmara de esquerda, a tentar de facto aproximar-se das populações, da cultura delas, dos estratos culturais mesmo mais desfavorecidos, a procurar uma identidade própria. Um trabalho de levantamento sócio-cultural que o Nabais inicia e que eu depois acompanho, a redacção dele da cronologia, que é extremamente importante porque me deu a mim a noção da

sequência histórica que podíamos dar na exposição. A História a ter aqui um papel, para mim até decisivo. Até porque ele é historiador e eu sou historiador. E a recolha de objectos...Aliás ele fartou-se de trabalhar também para procurar documentar todos estes passos que a exposição de alguma maneira cumpria.”

Os dois técnicos subcreveram o “Plano para 1982” do Sector do Património Histórico-Cultural¹⁷⁹, de que sintetizamos os seus 13 pontos e onde mais uma vez se reconhece a importância atribuída à abordagem histórica do concelho e do património: 1. Publicações – com 8 propostas¹⁸⁰; 2. Exposição permanente – antevisão do Museu Municipal “Museu do Trabalho e das tradições populares do Concelho do Seixal”; 3. Exposições Temporárias; 4. Lançamento do concurso sobre a defesa do património cultural e natural do Concelho; 5. Levantamento fotográfico dos azulejos; 6. Colocar o Moinho Novo dos Paulistas a funcionar, com um carácter de secção do Museu Municipal; 7. Adquirir peças para o Museu, particularmente nos sectores etnológico e tecnológico; 8. Organizar o Arquivo em colaboração com a Biblioteca¹⁸¹; 9. Restaurar os barcos com vista à sua possível utilização para passeios no rio ; 10. Restaurar a Ermida de Sta. Marta de Corroios; 11. Encomenda de miniaturas de barcos típicos do concelho com vista ao enriquecimento do fundo do futuro Museu Municipal; 12. Recuperação do Lagar de Azeite, sito na Quinta do Pinhalzinho, freguesia de Paio Pires, com um carácter de secção do Museu Municipal; 13. Organização do arquivo fotográfico.

Fernando António B. Pereira sintetizou o seu papel no projecto do Seixal: “a minha participação e a minha colaboração é exclusivamente a de ter acompanhado a recolha, um. Dois, de alguma maneira estruturado com ele as grandes linhas de investigação que deveriam ser prosseguidas para que o museu fosse possível e desde logo insisti que era necessário fazer um conjunto de textos e um conjunto de redacções para divulgar junto da população a ideia de museu. E finalmente a exposição como plataforma de arranque

¹⁷⁹ V. *Plano para 1982* do Sector do Património Histórico-Cultural, de 27 de Outubro de 1981, no Arquivo do Ecomuseu Municipal do Seixal.

¹⁸⁰ Das oito propostas enunciadas, não chegariam a realizar-se todos os 3 volumes dos “Forais de Almada”, nem a “Monografia dos Azulejos do Concelho do Seixal”, nem o “Roteiro da documentação relativa à História do Concelho constante dos Arquivos Paroquiais, Municipal e Distrital”.

¹⁸¹ A Câmara Municipal admitiu em 1981 uma bibliotecária (Vera Silva) “a fim de reorganizar e dinamizar a Biblioteca e o Arquivo Histórico”, in *Boletim Municipal* n.º 51 (Agosto/Setembro), 1981: 5.

para a experiência museu. Porque eu considerei e aliás em Setúbal repeti isso: uma exposição deve ser o balão de ensaio para uma experiência museológica”

A colaboração de Fernando António B. Pereira acabou por se ficar pela exposição de 1981, em parte devido a algum desentendimento centrado na forma de apresentação do texto destinado ao Catálogo e intitulado “Por um museu do concelho do Seixal”, o qual, segundo nos explicou, ele escrevera recuperando a sua própria prova/proposta destinada ao exame de admissão no curso de conservadores de museus, alguns meses antes.¹⁸²

Foi no referido texto¹⁸³, que teve até hoje uma divulgação muito restrita, basicamente limitada à versão fotocopiada existente no Centro de Documentação do museu municipal, que se centrou alguma polémica sobre o papel de Fernando António B. Pereira no trabalho em curso. O próprio António Nabais considera que, fruto da capacidade de comunicação daquele, foram passadas ao texto ideias previamente discutidas entre ambos e nas quais consistia afinal o projecto desenvolvido até aí pelo primeiro.

O texto organiza-se em três pontos: 1. *Da exposição ao Museu* – ligando a exposição, enquanto meio de “sensibilização da população do concelho para a salvaguarda do seu património histórico-cultural”, a uma velha aspiração local, de um museu do Seixal, finalmente tornada possível pelo poder local democrático -; 2. *Que tipo de Museu?* – confrontando os tipos de museu possíveis com a realidade, a história e os recursos patrimoniais do concelho, para concluir que “as raízes comuns da população que vive e que viveu em épocas recuadas no Concelho é o trabalho nas suas diferentes formas” – e 3. *Para um Museu do Trabalho e das Tradições Populares do Concelho do Seixal* – onde se traça a) a vocação do museu que melhor se pensa corresponder à situação analisada: “museu das técnicas e dos costumes, das peças e dos homens e mulheres que trabalharam ao longo dos séculos na área do concelho”, “das actividades económicas e da vida social do concelho”, da autarquia local”; b) a localização do Museu, que iria “viver de uma pluralidade de lugares de grande interesse histórico-cultural disseminados pela área do concelho”, os quais “podem e devem ser entendidos e arrançados como

¹⁸² Tal como nos disse Fernando António Baptista Pereira, em entrevista concedida durante a elaboração desta dissertação, em Janeiro de 1999, em Setúbal: “Houve um exame de admissão para o curso de conservadores e uma das perguntas era para nós tentarmos propôr a existência de um museu . E eu fiz uma proposta baseada numa experiência que já tinha nessa altura no Seixal.”

¹⁸³ V. Anexo 1.

secções/sectores do futuro museu”, recolhendo-se na sua sede “as espécies que já não podem integrar-se nos locais de origem, que aconselham cuidados especiais de conservação ou que se afiguram indispensáveis à perspectiva histórica global que deverá ser apresentada didacticamente”; c) a dependência administrativa da Câmara Municipal, “embora se possa prever o apoio de técnicos do Instituto Português do Património Cultural no processo de instalação e montagem e na organização dos serviços de conservação”; d) as colecções: de tipo variado e diversificado, a partir da recolha local, admitindo também a solicitação de depósitos a Museus Nacionais ou Regionais; e) a acção cultural do museu, abrangendo a vertente educativa, as oficinas de técnicas artesanais, as exposições temporárias, um plano de publicações, a dinamização cultural junto da população local.

Fernando António B. Pereira valoriza bastante o texto escrito para o catálogo da exposição de 1981, na dupla perspectiva: por um lado a do futuro do projecto do Seixal; e, por outro lado, a da sua própria carreira de museólogo. “O projecto do museu do Seixal que está implícito naquele texto e o texto que eu escrevo para o museu do século XIX¹⁸⁴ são realmente as minhas primeiras propostas programáticas em termos de museologia ... O do Seixal, antes do [outro] do século XIX. Antes disso, eu não tinha tido nunca, efectivamente, ideia de me dedicar aos museus como profissão ... eu até então era um historiador, ligado às mentalidades, mais do que à história de arte, deve dizer-se, até pela minha formação e por ter sido discípulo do António José Saraiva e do Joaquim Barradas de Carvalho que me marcaram muito, como grandes professores que foram sobretudo também amigos e intelectuais com quem privei, também poderia referir o Padre Manuel Antunes, tudo gente que me orientou no sentido da história da cultura e das mentalidades. O meu interesse pela história da arte começa a progredir nessa altura, nomeadamente porque eu dava a história das mentalidades na Faculdade de Letras e dedicava sempre um espaço à arte e à iconografia e é exactamente quando eu faço o curso de conservadores que eu me interesso decisivamente pela realidade museológica e percebo que a realidade museológica pode ser um complemento ao grande fascínio que eu tenho pela comunicação e que se espelha na forma como eu sou professor. E, portanto, sendo professor e sendo museólogo, eu acho que são duas profissões que são rigorosamente complementares e que me definem. Mas sou essencialmente um homem

¹⁸⁴ Fernando António Baptista Pereira referiu-se a um trabalho elaborado por si no curso de conservadores, apresentado ao professor Lixa Filgueiras.

da comunicação. E essa comunicação é a do ensino e aquela que é feita através da museologia. Por isso eu não concebo nunca a museologia apenas como investigação. É algo que considero que é amputar da museologia aquilo que é a sua realização concreta, que é o modelo de exposição. Por isso, eu o disse ao Nabais...mais do que a recolha, mais do que um inventário e ainda mais do que os projectos de investigação. Porque fazer uma exposição, é mostrar às pessoas que estamos a trabalhar, suscitar mais recolha, sobretudo por incorporações de doação e em seguida caminhar ...para o museu. E foi isso que se fez. Só que eu saio exactamente após a exposição ser feita”.

Fernando António B. Pereira sublinhou-nos várias vezes que não se falava em museu até ao momento de ele apresentar o texto “porque a autarquia considerava que era talvez demasiadamente prematura a ideia de museu.” Mas reconhece que, como as suas relações de trabalho eram directamente com António Nabais, podia não saber “na realidade o que a autarquia pensava”. Crê contudo que na altura o texto “é um pouco provocatório. Destinava-se a suscitar uma reacção da autarquia.” Reacção essa que terá afinal surgido: “é evidente que uma coisa é apresentar um papel e outra coisa é fazer uma exposição. Uma exposição apresenta uma realidade concreta de objectos recolhidos, mesmo que alguns deles fossem meramente cedidos por empréstimo temporário. Até porque ela foi imensamente visitada e logo durante a exposição houve as primeiras doações de objectos ao museu”.

Perante a análise cronológica dos factos e de alguns documentos que achámos interessante ter em conta, aqueles contradizem a afirmação de que não havia uma ideia ou um projecto de museu antes da exposição de Novembro de 1981. Parece-nos assim de evidenciar a existência de uma dinâmica em que a dita exposição se inseriu como factor acelerador e polarizador de um salto qualitativo do trabalho dos técnicos, com a devida correspondência no plano das decisões políticas.

Quanto ao contexto de inserção de toda a experiência que antecedeu o museu municipal, também achamos importante o que Fernando António B. Pereira nos realça¹⁸⁵: “É mais um contexto político, enfim, de discussão sobre a animação cultural, os levantamentos sócio-culturais, o trabalho sócio-cultural”. Para ele, o aspecto inovador da experiência “era essencialmente o contacto com a população, a procura das raízes comunitárias e da identidade comunitária. Nessa altura não se falava em termos de identidade.”

¹⁸⁵ Informações retidas na mesma entrevista com Fernando António Baptista Pereira, em Janeiro de 1999.

A exposição de 1981, tal como o próprio levantamento que lhe esteve subjacente, reflectia ainda um outro aspecto que permaneceria marcante no projecto museológico do Seixal. Trata-se da designada “arqueologia industrial” ou, digamos antes, do património industrial como área interdisciplinar de investigação e recurso cultural que se revelaria verdadeiramente pertinente nas futuras iniciativas patrimoniais e museológicas no concelho. Tanto António Nabais como Fernando António B. Pereira recordaram o papel de Jorge Custódio, o qual, à época do levantamento histórico-cultural já se interessava pelo património industrial da região, nomeadamente pela fábrica de lanifícios de Arrentela e pela fábrica de pólvora de Vale de Milhaços. Com ele, aliás, António Nabais foi um dos fundadores da já referida AAJRL.

Enquanto decorria a exposição, António Nabais apresentou uma comunicação no 1.º Congresso Nacional de Antropologia Social e Cultural (realizado de 23 a 26 de Novembro de 1981, em Sintra) sobre o tema: “O Homem e o Trabalho na História do Concelho do Seixal”. Meses antes, no I Encontro de Folcloristas do Distrito de Setúbal (realizado a 27 e 28 de Junho), apresentara uma comunicação intitulada “Subsídios Históricos para a Recolha Etnográfica e Folclórica da região denominada Outra Banda”. Divulgavam-se assim alguns resultados da sua investigação histórica e, ao mesmo tempo, difundia-se exteriormente o projecto de dinamização cultural em curso.

Por seu lado, o *Boletim Municipal* ia dando conta à população dos avanços do trabalho, informando-a, nomeadamente, dos objectos recolhidos na sequência da exposição de Novembro, sensibilizava-a para o património e procurava envolvê-la na sua salvaguarda. Enquanto o Sector do Património Histórico Cultural (Serviços Culturais) promovia visitas guiadas¹⁸⁶, antecedendo, de certa maneira, um serviço museológico de educação, escrevia-se explicitamente¹⁸⁷: “Esta exposição teve como objectivos principais sensibilizar a população do Concelho para a defesa do património histórico-cultural, oferecer a todos os munícipes um conhecimento do Seixal real e histórico e apresentar como que a primeira pedra do futuro Museu Municipal . . . Brevemente esta exposição passará para as instalações Municipais na Torre da Marinha..”

¹⁸⁶ V. *Boletim Municipal* da CMS nº 52 (Dez), 1981: 3.

¹⁸⁷ V. *Boletim Municipal* da CMS nº 52 (Dez), 1981: 8.

Foi em plena formação no curso de conservadores que António Nabais definiu a programação do museu municipal e que se procedeu à sua abertura. Ele próprio nos recordou, a propósito desta fase crucial de decisão política sobre a criação de um museu, a começar, na prática, pela disponibilização de um espaço¹⁸⁸ para instalar permanentemente uma exposição, o importante papel do Vereador que tinha na altura o Pelouro respectivo.

A escolha de um espaço fisicamente desadequado a museu e supostamente destinado à sua instalação provisória, na cave da escola primária da Torre da Marinha, na freguesia de Arrentela, leva-nos a referir um problema mais abrangente ao nível da instalação de serviços municipais, problema esse que, a par do da sede do museu, ficaria, por longos anos, a aguardar ~~resolução~~. Contudo, lembramos o facto de a Câmara ter reconhecido, desde 1979 pelo menos, a necessidade de reinstalar centralizadamente os serviços “dispersos por seis edifícios”, perspectivando a construção de um novo edifício para os Paços do Concelho. Nesse âmbito, o Presidente da Câmara apresentara a sugestão em reunião de Câmara de 5/1/79 de que “quando tal obra estiver concretizada, o antigo edifício (...), de grande interesse monumental, poderia ser utilizado como Biblioteca Municipal ou mesmo Museu, atendendo às suas características”.¹⁸⁹

Quanto ao local de instalação inicial de um futuro museu, ao descrever o seu envolvimento na exposição do Seixal, Fernando António B. Pereira disse-nos que “não é por acaso que a capa do Catálogo é a gravura da fábrica dos lanifícios. Porque o nosso sonho, o meu sonho pessoal era que o museu fosse na fábrica de lanifícios de Arrentela. Porque acho que era o edifício histórico mais marcante até para a história da industrialização do concelho era a fábrica da Arrentela (...), porque achava que esse sim a meu ver é que tinha que ser a futura sede do museu. (...) É a grande relíquia histórica da industrialização do Seixal, tirando a fábrica de Vale de Milhaços. Não é inocente a publicação desta gravura”.

Nem a Câmara adquiriu o edifício, nem talvez se tenha realmente colocado um objectivo tão ambicioso para a instalação do museu e o “sonho” não se realizou. Ter-se-á assim optado por valorizar a rapidez de concretização de um projecto, por “mostrar

¹⁸⁸ Como nos contou António Nabais, na altura reconhecia-se sobretudo a necessidade de se arranjar um espaço (“para as velharias”, utilizando as palavras de alguns, naquela altura), o que se concretizou numa área da cave de uma escola primária na Torre da Marinha, recém-construída pela Câmara Municipal.

¹⁸⁹ Acta da reunião da CMS de 5 de Jan. 1979: 25.

obra” à população, decerto entusiasmada por esse novo passo do projecto, em detrimento do amadurecimento de condições e do recrutamento de recursos para um avanço qualificado, na instalação do museu municipal? Ou, simplesmente, o objectivo enquadrou-se na estratégia de desenvolvimento dum projecto mobilizador, não passando este por instituir um espaço museológico formal ou tradicionalmente adaptado às funções museológicas? Mas, neste caso, era suficientemente coerente o suporte conceptual da criação do novo museu, tanto mais que a tutela desconheceria as implicações de investimento e de gestão inerentes à alteração qualitativa do rumo inicial? Para a equipa envolvida no levantamento e na realização da exposição, acreditamos que não houvesse lugar a hesitações, considerando decerto a hipótese oferecida pela Câmara uma mais-valia, cujos inconvenientes se procurariam a curto prazo resolver.

Aliás, apesar de avaliar o museu do Seixal como “um processo exemplar na forma, como parte de um levantamento, como parte duma recolha, no fundo resultante de pesquisa científica” Fernando António B. Pereira considera que “houve sempre impasses no processo do museu que não foram ultrapassados”.

2.2.2. Criação do museu

António Nabais relatou-nos que na perspectiva de criação de um museu municipal procurou informar-se sobre outras experiências em curso, em autarquias na área metropolitana de Lisboa. Segundo ele, Sintra, por exemplo, tornara-se uma referência, mediante o trabalho de Vítor Serrão e de Cardim Ribeiro. Mas, na verdade, concluiu que as outras experiências não serviam de modelo para a realidade e o processo em desenvolvimento no Seixal.

Independentemente, ou pelo menos a par, da decisão de criar um museu, o Sector do Património Histórico-Cultural dos Serviços Culturais da Câmara prosseguia a sua actividade nas frentes de trabalho já conhecidas. No início de 1982 era adjudicada ao estaleiro naval da Moita a obra de restauro da chamada falua. A Mundet oferecia “várias máquinas que irão enriquecer a secção de Arqueologia Industrial do futuro Museu”¹⁹⁰. Incluindo recepção pelo Presidente da Câmara e acompanhadas de textos de apoio, realizavam-se visitas de professores: “à Mundet; visita às freguesias do concelho

¹⁹⁰ V. *Boletim Municipal* da CMS nº 53 (Janeiro), 1982: 5.

(núcleos históricos e zonas industriais)”¹⁹¹. O Mercado Velho do Seixal foi destinado a um futuro centro de exposições¹⁹². Desta vez a um estaleiro do concelho, nos mouchões da Ponta dos Corvos, era adjudicada a obra de reparação de duas embarcações tradicionais (a fragata e o varino já anteriormente adquiridas pela Câmara).

A recolha de objectos para o museu, para a qual se apelava à participação das entidades e população local, prosseguia: “A Câmara Municipal do Seixal, em estreita colaboração com as Juntas de Freguesia, colectividades, comissões de moradores, fábricas, estaleiros navais, paróquias, escolas e a população em geral, tem reunido uma colecção importante de utensílios usados nas principais actividades económicas do concelho. (...) Nesta fase de instalação do Museu Municipal, para além da recolha e conservação de testemunhos da ~~cultura material e espiritual do Homem da região, já se vão realizando algumas~~ actividades, tais como exposições nas escolas e divulgação de documentos escritos e iconográficos referentes ao concelho, que são próprias da dinâmica de um museu local”¹⁹³. Mas a formalização dessa dinâmica e a abertura ao público da primeira exposição permanente, na anunciada sede provisória, ia ter repercussões logísticas e funcionais relevantes, apesar da precaridade e da inadequação óbvia dos espaços. No mesmo mês da instalação provisória do museu era adquirida a Quinta da Trindade, no Seixal, destinada à futura sede. A ideia de coordenação e de sistemático avanço em diversas frentes por parte dos serviços municipais é corroborada pelo exemplo das edições de mais um volume da série “História do Concelho do Seixal.3-Elementos para a História das Colectividades”, elaborado a partir da recolha de dados junto das próprias instituições¹⁹⁴ e “Ruas do Seixal”, uma publicação sobre a toponímia local, cujo lançamento foi feito coincidir com a própria inauguração do Museu Municipal, no dia 18 de Maio de 1982 (Dia Internacional dos Museus)¹⁹⁵. Anunciava-se também a classificação dos Moinhos de Maré do Seixal, a partir de um relatório elaborado pelo Sector do Património Histórico-Cultural, com a colaboração da Associação Portuguesa

¹⁹¹ V. *Boletim Municipal* da CMS nº 53 (Janeiro), 1982: 6.

¹⁹² V. *Boletim Municipal* da CMS nº 54 (Março), 1982: 8.

¹⁹³ V. *Boletim Municipal* da CMS nº 55 (Abril), 1982: 5.

¹⁹⁴ A publicação intitulada “História do Concelho do Seixal.3-Elementos para a História das Colectividades” teve origem na solicitação da Câmara às diversas colectividades locais, em Fevereiro de 1980, de dados sobre as suas origens, fundadores, sócios e experiências.

¹⁹⁵ V. *Boletim Municipal* da CMS nº 56 (Maio), 1982: 6.

dos Amigos dos Moinhos, numa altura em que se pretendia vir a refuncionalizar um segundo moinho (o dos Paulistas) na sua actividade original e destinado à abertura ao público. Para o antigo Presidente da Câmara terá sido, como nos disse na entrevista: "aquilo que nós considerámos uma vitória municipal, uma conquista municipal, termos feito com que o Ministro da Cultura reconhecesse os moinhos de maré como de utilidade pública. Vitória, de alguma maneira, também política, mas, à conta deste trabalho cultural ligado ao museu, temos a seguir um pequeno subsídio da UNESCO, que foi ao mesmo tempo transformado num reconhecimento internacional."

Em Abril de 1982, António Nabais¹⁹⁶ elaborou o Programa do Museu Municipal do Seixal (museu polinucleado). Também elaborada por ele, por parte do Sector do Património Histórico-Cultural, a proposta de criação do Museu Municipal do Seixal foi apresentada em Sessão Administrativa de 7 de Maio de 1982¹⁹⁷, tendo sido aprovada por unanimidade. O documento consistia simultaneamente no futuro regulamento do museu, como aliás se infere do Artigo 12º¹⁹⁸, consultada a versão dactilografada e com correcções manuscritas que foi apresentada à Câmara: "As dúvidas que se suscitarem na execução do presente Regulamento serão esclarecidas por decisões camarárias".

Segundo informação recolhida pessoalmente junto de António Nabais, o documento era "em parte baseado na orientação do professor Sérgio Andrade (que ensinara, no curso de conservadores, como se organizava um projecto de decreto-lei e dera exemplo da experiência de Santa Maria da Batalha, onde estava como responsável).¹⁹⁹

António Nabais também nos disse que, apesar de consultado, o IPPC não deu nenhum contributo para a organização do museu, em 1982. Segundo a legislação²⁰⁰, era àquele

¹⁹⁶ No referido documento, António Nabais era identificado como: Licenciado em História, responsável pelo Sector do Património Histórico-Cultural da CMS, elemento da Associação de Arqueologia Industrial da Região de Lisboa e da Associação Portuguesa dos Amigos dos Moinhos, professor da Universidade Internacional da Terceira idade.

¹⁹⁷ A proposta de criação do Museu Municipal do Seixal foi apresentada em reunião do executivo camarário de 7 de Maio de 1982 – V. Anexo 3.

¹⁹⁸ V. *Proposta de criação ...* 1982: 6.

¹⁹⁹ Trata-se de uma informação dada por António Nabais numa das nossas conversas durante o período de preparação da dissertação.

²⁰⁰ Segundo o Decreto Regulamentar do IPPC de 1980, Artigo 26: "Compete ao Departamento dos Museus, Palácios e Fundações: a) Superintender e orientar (...) tecnicamente todos os museus dependentes de outros serviços do Estado, autarquias locais, (...); j) Pronunciar-se sobre a criação de novos museus, a transformação dos já existentes e sobre os projectos de localização, construção, aquisição e adaptação ou modificação de instalações a museus".

Instituto que competia aprovar a criação de novos museus, mas na prática a existência do museu municipal do Seixal foi comunicada posteriormente. Com efeito, nem em 1982, nem em 1983, localizámos qualquer referência ao Seixal nos relatórios anuais do IPPC, relativamente aos anos respectivamente anteriores.²⁰¹

Apesar disso, o Artigo 1º da proposta de criação/regulamento do Museu Municipal do Seixal inscrevia, na alínea c), um ponto essencial²⁰² a orientação técnica: pelo Instituto Português do Património Cultural.

A proposta de criação/regulamento também consagrava outros pontos essenciais²⁰³: a) a tutela - Câmara Municipal do Seixal; b) a vocação - museu de localidade. O museu ficava enquadrado no Sector do Património Histórico-Cultural, cujo responsável passaria a assegurar a sua direcção.²⁰⁴

Quanto ao financiamento, o Artigo 10º também o atribuiu à Câmara Municipal do Seixal.²⁰⁵

²⁰¹ A 27 de Maio de 1982 o Presidente da Câmara dirigiu um ofício à Presidente do Instituto Português do Património Cultural (Dra. Natália Correia Guedes) informando sobre a inauguração, no dia 18 do mesmo mês, do Museu Municipal e enviando cópia da proposta de criação do Museu, aprovada a 7 de Maio de 1982 pela Câmara e em seguida pela Assembleia Municipal. O mesmo ofício [nº de registo de saída 4850, consultado no Arquivo do Ecomuseu] justificava a criação do museu, devida “à recolha de materiais que o Sector do Património Histórico-Cultural da Câmara tem efectuado, desde 1979, em colaboração estreita com as juntas de freguesia, colectividades, escolas, paróquias, comissões de trabalhadores e administrações de empresas e à vontade expressa da população local, que tem sido manifestada com a oferta de variadíssimas peças representativas da História do Concelho”. Em resposta, a Presidente do I.P.P.C. oficiou o Presidente da Câmara a 7 de Setembro de 1982 [ofício com ref. 259.1/M e com registo de entrada na C.M.S. nº 7642, de 8 de Set. 82; consultado no Arquivo do Ecomuseu]. Informando que aquele Instituto “se congratula com a criação do Museu Municipal do Seixal, estando à disposição [da] autarquia para acompanhar tecnicamente a iniciativa”, também chamava a atenção “Para casos futuros de criação de museus (...) para o facto de ser necessário previamente obter um parecer [do] Instituto sobre o assunto, de acordo com o disposto na alínea j) do artigo 26º do Decreto-Regulamentar nº 34/80, de 2 de Agosto (...)”. O *Relatório sucinto de actividade do Instituto Português do Património Cultural* – 8. Departamento de Etnologia e Museus (Janeiro de 1982): “Elaboração de pareceres técnicos sobre exposições etnográficas, de colecções de museus, no país e no estrangeiro” – não contém qualquer referência ao Seixal. De Janeiro de 1983, o *Relatório sucinto de actividade do Instituto Português do Património Cultural* – Departamento de Museus, Palácios e Fundações – também não contém qualquer referência ao Seixal.

Cremos que, por razões circunstanciais, no processo de programação inicial e de criação do Museu Municipal do Seixal não foram convergentes o propósito de um pedido de apoio ao IPPC por parte da Câmara Municipal ou dos seus protagonistas e a intenção de conceder tal apoio por parte do referido Instituto.

²⁰² V. *Proposta de criação...*, 1982: 2.

²⁰³ V. *Proposta de criação...*, 1982: 2.

²⁰⁴ V. *Proposta de criação...*, 1982: 5.

²⁰⁵ V. *Proposta de criação...*, 1982: 5: “Os provimentos serão feitos pela Câmara Municipal do Seixal”.

As razões da criação e a necessidade de criação do museu eram expostas nalguns parágrafos introdutórios do documento, dos quais se inferem os grandes objectivos - ou a missão - do próprio museu²⁰⁶:

- "preservação do património cultural e sua animação";
- valorização das actividades operárias "com vista a uma posterior real humanização do trabalho";
- "evitar o desaparecimento de profissões tradicionais";
- "consciencialização e defesa de valores culturais concelhios" face à enorme explosão demográfica da última década".

Era também indicada a base de trabalho do museu, reportado ao Sector de Património Histórico-Cultural, em que se apoiava a sua criação²⁰⁷:

- "investigação científica";
- "uma colecção importante de utensílios usados nas principais actividades económicas do concelho (pesca, construção naval, moagem; transporte fluvial e terrestre, agricultura e indústria)" reunida "com a participação da população".

No artigo 2º da proposta indicaram-se os objectivos, a linha programática e definiu-se o Museu Municipal do Seixal como "uma instituição permanente, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, sem fins lucrativos e aberto ao público, que tem por objectivo contribuir para a defesa, conservação e estudo, compreensão e animação do património cultural concelhio, com especial incidência no campo pré-industrial e industrial, utilizando todos os meios legítimos para uma correcta prossecução destes objectivos".²⁰⁸

Quanto à estruturação funcional, a proposta de criação do museu estipulava sete áreas, chamadas "áreas de actuação": de museografia, de investigação, documental, de extensão cultural, de conservação e restauro, oficinas e de administração.²⁰⁹

²⁰⁶ V. *Proposta de criação ...*, 1982: 1-2.

²⁰⁷ V. *Proposta de criação...*, 1982: 2.

²⁰⁸ V. *Proposta de criação ...*, 1982: 2.

²⁰⁹ V. *Proposta de criação...*, 1982: 3-4.

A inauguração do Museu Municipal – no 18 de Maio, Dia Internacional dos Museus – foi objecto de um “Comunicado à População”²¹⁰, da Câmara Municipal do Seixal, apresentando o lema “Autarquias ao serviço do povo”. A informação abrangia parte do conteúdo do regulamento/proposta de criação do museu, explicando assim com bastante detalhe quer a estrutura polinucleada que se antevia, quer a organização da exposição permanente e as intenções de a reformular no futuro, “quando o Museu se instalar num edifício definitivo e se estabelecerem os vários núcleos”.

Aquele documento decorria e era o seguimento, no processo de institucionalização do museu, do “Programa para o Museu Municipal do Seixal (museu polinucleado)”, elaborado por António Nabais em Abril de 1982. Estruturado em sete pontos (*Introdução, Como nasceu um museu municipal, Finalidade do Museu Municipal do Seixal, Fundamentos do Museu Municipal do Seixal, Organização, localização de espaços e funções, Conclusão, Bibliografia*), citava orientações museológicas de Irisalva Moita e de Mário Tavares Chicó e incluía Georges Henri Rivière na bibliografia.

Com data imediatamente a seguir à abertura ao público das instalações e exposição permanente na Torre da Marinha, António Nabais descrevia o processo de criação e, com base no respectivo Programa, caracterizava o museu no *Boletim APOM*²¹¹: “como um museu regional, assim também o Museu Municipal do Seixal é essencialmente misto, fundamentando-se nas várias manifestações que rodeiam as duas grandes realidades: meio e homem”.

Até ao final de 1982, o Museu registou 8.007 visitantes. Continuou a recolher objectos oferecidos por pessoas e por entidades locais. Em Dezembro, inaugurou as viagens no Tejo, transformando a embarcação “Gaivotas” em barco de recreio.

Lançando um olhar breve sobre o panorama museológico internacional e mesmo sobre a documentação desse ano da Associação Portuguesa de Museologia²¹², não poderemos deixar de considerar que os acontecimentos culturais do Seixal e o processo de criação

²¹⁰ V. *Comunicado à População. Museu Municipal do Seixal, inauguração – dia 18 (Dia Internacional dos Museus)*, Câmara Municipal do Seixal, 18 de Maio de 1982 – Anexo 4.

²¹¹ V. “Museu Municipal do Seixal” [26 de Maio de 1982] in *Boletim APOM* nº 26 (1981-1982): 11-15.

²¹² Cf. *Conclusões do Colóquio APOM 82: Museologia e Património Monumental* (Évora, 29 de Outubro/ 1 de Novembro).

do Museu Municipal se ligavam muito bem às reflexões e debates de maior actualidade, colocando no plano das experiências e das práticas as implicações de um conceito alargado de património, da estrutura polinucleada de museu local, da relação estreita entre a actividade do museu e a escola, entre várias outras questões que, dentro de pouco tempo, a nova museologia trataria insistentemente num plano teórico e interdisciplinar.

2.2.3. Designação de ecomuseu em 1983: encontro entre a nova museologia e a experiência do Seixal

Detemo-nos aqui numa breve análise da passagem da denominação de Museu Municipal do Seixal para Ecomuseu Municipal do Seixal, tendo em conta os conceitos de ecomuseu e de ecomuseologia já abordados na Introdução do nosso trabalho e os dados cronológicos então enunciados, indispensáveis a uma perspectiva comparativa, ao procurarmos enquadrar a experiência do Seixal no movimento museológico renovador que ocorreu noutros países, no plano teórico e no campo das suas aplicações práticas.

Oficialmente e tanto quanto podemos inferir por via de pesquisa documental e de inquérito oral, a adopção, em 1983, da designação de ecomuseu pelo Museu Municipal do Seixal deve-se a Hugues de Varine que, segundo António Nabais²¹³, o identificou como "um museu que possui as verdadeiras características de um ecomuseu com o espírito dos ecomuseus de desenvolvimento, com um território bem definido, uma comunidade que participa de várias formas, com a preocupação global de estudo histórico, constituindo actualmente uma das experiências mais originais e inovadoras da museologia portuguesa".

Hugues de Varine teve também, como sabemos, um papel muito importante na difusão e na aplicação dos princípios da ecomuseologia, nomeadamente em Portugal. Foi precisamente durante a sua participação, em 1983, a convite da Presidente do IPPC, que era então Natália Correia Guedes, num seminário realizado no Museu do Traje, em Lisboa, que o próprio Hugues de Varine teve conhecimento e se interessou pela experiência do Seixal, a qual lhe foi descrita por António Nabais.

Quanto iriam supor, no próprio concelho e até no largo círculo de intervenientes no processo gerador do museu municipal, que o Seixal se encontrava na trajectória das reflexões e construções teóricas e práticas da museologia contemporânea? Por que

forma capitalizar, localmente, a mediatização exterior do museu? Confirmou-se, neste caso, a regra geral de que as experiências e as fórmulas decorrentes da ideia de ecomuseu trouxeram um aprofundamento do papel dos museus e de que, no plano das práticas, a ecomuseologia contribuiu decisivamente para novas respostas e ensaios na museologia e na museografia contemporâneas?

Fernando António B. Pereira recorda que, apesar da palavra já fazer parte do léxico a que António Nabais e ele tinham acesso na altura da primeira exposição, não a tinham aplicado à experiência do Seixal. No entanto, considera que "Passa a ser um conceito formador ou formativo, digamos assim, do empreendimento (...). Mas isso devido, depois da visita, penso eu, à colaboração com Hugues de Varine, que deve ter identificado as preocupações que levaram à constituição do museu do Seixal com as idênticas à problemática dos ecomuseus."

Esse encontro convergiu com o entusiasmo manifestado por António Nabais e por outros colegas seus do curso de conservadores, entre os quais José Luís Guerra Soares - participante directo na equipa de trabalho do museu do Seixal -, face à ecomuseologia e às novas correntes de pensamento museológico. Ambos participaram na viagem de estudo a França, no final daquele curso, tomando contacto quer com diversos museus, e ecomuseus, incluindo o de Creusot, e participaram, em 1983, em Grenoble, num estágio organizado pelo *Mouvement Muséologie Nouvelle et Expérimentation Sociale* (MNES). Em 1984, António Nabais deslocou-se e participou, no Canadá, no I Atelier Internacional de Ecomuseus,²¹⁴ de onde saiu a "Declaração do Quebec" (Princípios de base da Nova Museologia). Daquela participação resultou a sua inclusão na Comissão Organizadora²¹⁵ do II Atelier Internacional, que veio a ter lugar em Lisboa e em que também participou o Seixal.

Fernando B. Pereira sublinhou, porém, um aspecto que também nos parece importante: a realidade e as ideias já expressas no seu texto de 1981 ("Por um museu do concelho do Seixal") "mostram que havia um reflexão independente desse movimento, prévia à

²¹³ V. NABAIS 1984: 71 e 1987: 4.

²¹⁴ Entre 7 e 13 de Outubro de 1984, António Nabais participou no I Atelier Internacional de Ecomuseus, cujos trabalhos decorreram em Montreal, Haute Beauce e Quebec. Nesse evento participaram outros portugueses, igualmente ligados ao movimento da Nova Museologia: Manuela Carrasco, Mário Moutinho (ambos do Museu Etnográfico de Monte Redondo) e Lino Rodrigo.

²¹⁵ Da Comissão Organizadora do II Atelier Internacional de Nova Museologia faziam parte Hugues de Varine, António Nabais, Manuela Carrasco, Mário Moutinho.

constituição dessa ideia de ecomuseu. E isso é muito importante sublinhar, porque embora pudesse haver alguma informação, não era seguramente uma informação derivada da ecomuseologia, se assim lhe quisermos chamar. Era, sim, de museus polinucleados, que aliás precedem a existência dos ecomuseus. Como é evidente, há também muito trabalho de reflexão sobre a realidade existente".

Ainda citando Fernando António B. Pereira, este pensa que o efeito da nova designação se veio situar "meramente a nível da clarificação teórica", a qual talvez tenha permitido a António Nabais sustentar melhor as suas propostas, mas "que se não tivesse havido a interferência dessa clarificação teórica se teria feito qualquer coisa de muito semelhante, dentro das linhas mestras que estavam definidas". Quanto às repercussões do facto no meio museológico, já considera que "Foi a grande novidade. Ali, é ao contrário e a novidade da proposta teórica ou da aplicação duma proposta teórica estrangeira à realidade museológica portuguesa que se constitui como o carácter emblemático do museu". Ao meio museológico e profissional, por seu lado, terá agradado a designação de ecomuseu, segundo B. Pereira "por ser o primeiro que se ia fazer em Portugal nessa altura, dentro do género. É muito a ideia da ruptura (...) e o ecomuseu passou a ser uma entidade mediática. Era a primeira vez que se falava desse conceito em Portugal... Havia projectos muito interessantes, mas que nunca foram levados a cabo. Este foi o primeiro que se apresentou como tal e que se fez."

A Presidente da Direcção da Associação Portuguesa de Museologia dirigiu em Outubro de 1983, na sequência de uma visita ao Concelho e ao museu municipal um ofício de agradecimentos em que salienta "o louvor que nos merece a actuação do pelouro cultural. [...] Salientamos também a actuação e dedicação do Dr. António Castanheira Maia Nabais e da equipa que com ele trabalha. Graças aos seus conhecimentos e ao seu entusiasmo, o Seixal possui em embrião um dos primeiros ecomuseus do País, bem planeado, com actividades já em curso e numerosas outras projectadas, que o tornarão um foco de atracção cultural dentro e fora do município [...]"

Em 1983 o museu recebeu também a visita de Keneth Hudson, que encorajou a sua candidatura ao Prémio europeu de museu do ano.²¹⁶ O boletim referente ao prémio desse ano considerava "Au Portugal, nous avons été fortement impressionnés par le style et l'efficacité des nouveaux musées de Seixal et de Santiago do Cacém (...). Dans

²¹⁶ Cf. NABAIS 1985: 212.

tous ces endroits, un talent, un enthousiasme et une originalité exceptionnels, associés à l'acceptation de très loongs horaires de travail, ont donné des résultats que des personnes travaillant dans des musées de type plus classique et dans des pays oplkus riches pourraient juger impossibles à obtenir".

Para além do impacto mediático, tratava-se na prática dum certo êxito de uma iniciativa autárquica, o que trouxe um efeito estimulante junto de outras autarquias, algumas das quais passaram a solicitar a colaboração do responsável técnico pelo museu do Seixal, que nalguns projectos recorreu mesmo a outros elementos daquela equipa.

No final do curso de conservador, António Nabais foi convidado a trabalhar na Divisão de Museus do IPPC, o que aceitou, enquanto continuou a colaborar com a Câmara Municipal do Seixal. Nessa nova situação, desenvolveu contactos e experiências museológicas com outras autarquias, sem que tenham contudo atingido o mesmo tipo de repercussão que teve o do Seixal. Encontramos uma síntese e apresentação daquelas diversas experiências no artigo "Le développement des écomusées au Portugal"²¹⁷, em que António Nabais as reporta ao quadro de iniciativas culturais locais emergentes após a revolução de 25 de Abril de 1974, reflectindo o carácter de cada comunidade, e procura estabelecer um pano de fundo favorável à ecomuseologia no panorama museológico português, à dimensão das iniciativas autárquicas: "La conception et la pratique de l'écomuséologie ont été d'autant mieux acceptées par la population et par de nombreux responsables locaux qu'en période de crise elles offrent des instruments de réflexion et d'étude pouvant leur servir à résoudre les problèmes qu'ils rencontrent tout en les aidant à découvrir les ressources économiques, énergétiques, technologiques, touristiques et culturelles de la région". Nabais enumerou as diversas experiências portuguesas no campo da ecomuseologia, ainda que só no Seixal se tivesse adoptado a designação de ecomuseu, conservando todos os outros a denominação do município ou da localidade respectivos - Ecomuseu Municipal do Seixal, Museu Municipal de Alcochete, Museu Rural e do Vinho do Concelho de Cartaxo, Museu Municipal de Benavente, Museu de Escalhão, Museu Etnológico de Monte Redondo, Museu de Mértola - e referiu finalmente a criação de uma comissão organizadora do Museu Municipal de Portimão.

²¹⁷ Cf. NABAIS 1985: 211-216.

Por seu lado, a Câmara, em geral, terá demorado um reconhecimento explícito da nova designação do museu, progressivamente correspondente a uma linha programática assumida no plano teórico e de desenvolvimento da própria instituição. Em primeiro lugar, supomos que fosse mais lenta e até difícil a apropriação dos conceitos e a avaliação das repercussões do museu, nos planos nacional e internacional, tanto mais que não se projectavam de forma imediata e directa à dimensão local.

O *Boletim Municipal* continuou a divulgar sistematicamente as actividades e os projectos em que o Sector de Património Histórico e Cultural estava envolvido, de forma bastante articulada com as necessidades e apostas políticas da Câmara. Na edição de Janeiro/Fevereiro de 1983²¹⁸ anunciava que ia apresentar proposta de classificação de concelho urbano, tendo-se encarregue António Nabais "do estudo sumário da história do concelho na perspectiva da inserção na estrutura administrativa do Estado". Quanto ao Museu, utilizava-se, em título, a expressão "um museu em crescimento", enumeravam-se as recentes ofertas de objectos por parte da população, salientava-se a ausência "de apoio de instituições culturais do Poder Central" e apresentava-se a estrutura do museu polinucleado. Notamos nesse artigo o facto de se utilizar a palavra "identidade" para exprimir um conceito implícito desde há muito no trabalho autárquico: a autarquia e a população (...) estão empenhadas na salvaguarda da sua identidade local".²¹⁹

Em Outubro de 1983 a Câmara fazia representar no I Encontro regional do Sul sobre Património, em Setúbal, com uma comunicação sobre a experiência realizada no âmbito da Defesa e Reutilização do Património.

No artigo publicado na revista *Museum*²²⁰ (1984) António Nabais integrou na definição do museu o conceito de "património cultural e natural": "Le Musée municipal de Seixal a pour objectif principal la préservation et la mise en valeur du patrimoine culturel et naturel - chaque fois que possible, là où il se trouve et tel qu'il est utilisé - dans le but de fournir à la population locale les moyens d'une analyse critique qui l'aidera à prendre conscience de ses valeurs culturelles."

Como disse Hugues de Varine, o vocábulo "ecomuseu" surgiu quase por acaso: Quant à son contenu, malgré les efforts de Georges Henri Rivières pour lui donner une forme et

²¹⁸ V. "De Concelho rural a Concelho urbano" (1983) - *Boletim Municipal* da CMS. 64: 4.

²¹⁹ V. *Boletim Municipal* da CMS 1983 (64): 6.

une signification, il varie d'un site à l'autre, du centre d'interprétation à l'outil de développement, de la maison de parc au musée artisanal, du conservatoire ethnologique au centre de culture industrielle".²²¹ Retenhamos ainda as suas palavras quanto à "riqueza" da ecomuseologia, residindo na sua diversidade e no desenvolvimento de interpretações e de experiências a partir de um mínimo de ideias comuns.²²²

2.2.4. Análise das linhas-mestras da programação inicial do Ecomuseu

O propósito de interrelacionar as duas etapas da vida do Ecomuseu Municipal do Seixal de que tratam os dois primeiros capítulos da presente dissertação – a etapa de criação e a etapa de consolidação do Ecomuseu – levou-nos a colocar desde o início a questão, a que já aludimos no capítulo de introdução, questão quanto a nós fundamental, da escolha dos instrumentos conceptuais que permitissem explorar, a um tempo individualmente e conjugadamente, essas duas etapas.

Para além das razões já invocadas inicialmente (em que assume lugar decisivo o debate directo sobre o sistema conceptual e a sua aplicação), as similitudes pontualmente detectadas entre o trajecto empreendido no Seixal – reconhecido o seu carácter frequentemente aleatório e fragilmente fundamentado do ponto de vista programático – e o rumo antevisto na programação traçada com precisão para o *Museu de História Natural e Humana de Alcobaça*, conduziram-nos a uma perspectiva de análise da entidade museológica que tomámos por objecto de estudo inseparável dos conceitos estruturantes apresentados por Maria Olímpia Lameiras-Campagnolo para a caracterização deste tipo de entidades. Confrontados outros recursos bibliográficos, foi ainda a necessidade de estudarmos interactivamente o processo de criação, o desenvolvimento e o funcionamento do museu municipal do Seixal, como entidade dinâmica, exigindo-nos rigor de análise, ora na perspectiva diacrónica, ora na perspectiva sincrónica, que nos aproximou da primeira ideia de nos servirmos do corpo conceptual construído nos referidos trabalhos daquela investigadora.

Baseado essencialmente em dois trabalhos de investigação de mesma autoria conferindo uma importância central à definição de conceitos estruturantes no campo da programação museológica, o aparelho conceptual considerado toma – em associação

²²⁰ Cf NABAIS 1984: 71-74.

²²¹ V. VARINE 1985: 185.

²²² V. VARINE 1992: 469.

com o conceito de *linguagem museológica* – três noções como primeiros eixos de análise e de comparação de entidades museológicas: *tema/campo temático*, *agenciamento funcional e disciplinar*, *modelo de gestão*²²³.

O aparelho conceptual utilizado na análise da primeira etapa mencionada não emerge pois directamente, na opção metodológica retida, do conjunto de noções e de designações elaborado pelos principais intervenientes no processo de criação do museu embora lhe faça frequente referência.

As “áreas de actuação”, tal como foram delineadas pelos responsáveis da pré-programação e da primeira programação do Ecomuseu (em número de sete e designadas por “museografia”, “investigação”, “documental”, “extensão cultural”, “conservação e restauro”, “oficinas” e “administração”)²²⁴, serão nesta metodologia reequacionadas à luz e no seio desse universo conceptual.

2.2.4.1. “Campo temático”

A noção de tema/campo temático aqui utilizada “singulariza [o museu], relativamente a outros museus e instituições afins, conectando-o com as envolventes natural e humana de implantação do museu e/ou de proveniência das suas colecções (constituídas ou em vias de constituição ou de criação) e servindo de fio condutor à concretização dos objectivos gerais e sectoriais do museu, através das actividades desenvolvidas no âmbito das diferentes áreas funcionais e disciplinares”²²⁵.

²²³ Como já foi explicado por nós, é de Maria Olímpia Lameiras-Campagnolo o modelo conceptual que utilizamos no presente trabalho, nomeadamente no que toca à definição do tema/campo temático, à caracterização e ao inter-relacionamento das funções/disciplinas, e a uma dada interligação de serviços e de órgãos em cada modelo de gestão. Investigadora do *Centre National de la Recherche Scientifique de Paris* (CNRS) na área da antropologia e da museologia, foi membro, desde a admissão nesse organismo, da equipa de Tecnologia Comparada do Museu do Homem dirigida por André Leroi-Gourhan e em seguida por Hélène Balfet, tendo sido paralelamente aluna do Curso de Museologia Geral e Contemporânea de Georges-Henri Rivière. Para além dos seus textos publicados (em frequente colaboração com Henri Campagnolo, também investigador do CNRS), e em particular do recente artigo “Analisar e comparar entidades museológicas e paramuseológicas” integrado nas já citadas *Actas do VII Encontro Museologia e Autarquias*, realçamos a importância do manuscrito *O Museu de História Natural e Humana de Alcobaça (Coutos Cistercienses)*, cuja consulta nos foi facultada em várias ocasiões.

²²⁴ V. Anexo 3 - *Proposta de criação e Regulamento do Museu Municipal do Seixal* 1982.

²²⁵ Nos dois ensaios mencionados, Maria Olímpia Lameiras-Campagnolo faz notar que o cariz unificador desta noção teve, relativamente às práticas da época, implicações visíveis no que toca à abordagem dos diferentes ramos de saber e, correlativamente, à estruturação dos diversos espaços museológicos; no tratamento do tema periodizado “conduzindo” a exposição permanente - encarada como uma ilustração directa do campo temático em que o museu se inseria - surgiam interligadas as diferentes disciplinas, até então frequentemente individualizadas nas diferentes secções do museu.

O campo temático do Museu Municipal do Seixal foi circunscrito, como vimos na descrição das circunstâncias da sua criação, a partir dos testemunhos da “cultura material e espiritual do Homem da região” que foram recolhidos ao longo de um processo de conjugação da afirmação de uma vontade política, do envolvimento da equipa técnica que liderou o processo e da participação da população ou de membros da comunidade local. Tais testemunhos reportavam-se, na sua maioria, às principais actividades económicas do território/concelho do Seixal²²⁶, ao longo de diferentes épocas da sua ocupação humana. A esse campo temático esteve subjacente um conceito alargado de património cultural.

A delimitação do tema do museu foi-se impondo na sequência quer do prévio levantamento histórico-cultural, quer da recolha de objectos/testemunhos provenientes do território do concelho do Seixal, quer ainda da aquisição de bens patrimoniais que se decidira preservar mesmo antes da criação do próprio museu. Assim, e a título de exemplo, era suposto que o museu iria “explicar as razões da instalação dos moinhos de maré na Idade Média através das características físicas locais e dos fenómenos político-sociais da época”.²²⁷ Iria “explicar a industrialização que teve lugar a partir do século XIX com a introdução da máquina a vapor”²²⁸ e a evolução político-social do concelho daí decorrente. O museu procuraria paralelamente “evitar o desaparecimento das profissões tradicionais, nomeadamente de moleiros, carpinteiros de machado e calafates”.

Este propósito prevalecera também na elaboração do texto intitulado *Museu do Trabalho e das tradições populares do Concelho do Seixal* que acompanhou a preparação da exposição de 1981 (*O Trabalho na História do Seixal*).²²⁹

²²⁶ A *Proposta de criação do Museu Municipal do Seixal* (1982: 2), enumerava as seguintes actividades económicas caracterizadoras do território/concelho do Seixal: pesca, construção naval, moagem, transporte fluvial e terrestre, agricultura e indústria.

²²⁷ V. *Proposta de criação ...*, 1982: 1.

²²⁸ A *Proposta de criação ...*, 1982:1, referia a relação entre industrialização e meio ambiente, por um lado, e entre industrialização e movimento associativo, por outro lado.

²²⁹ A designação de *Museu do Trabalho e das tradições populares do Concelho do Seixal*, como antevisão do Museu Municipal do Seixal, aparece-nos pelo menos em dois documentos de 1981, de carácter distinto, mas ambos reportados à actividade do Sector de Património Histórico-Cultural: o primeiro, datado de 27 de Outubro de 1981, foi o Plano daquele Sector para 1982, subscrito por Fernando António Baptista Pereira e por António José Castanheira Nabais; o segundo é um texto assinado por Fernando António Baptista Pereira em Novembro de 1981, intitulado “Por um Museu do Concelho do

O tema do museu centrava-se com particular interesse sobre o conhecimento do território/concelho do Seixal nos períodos pré-industrial e industrial, mas, tratando-se de um museu “misto”²³⁰, reportava-se, em geral, “à história do município, na multiplicidade dos seus aspectos, de tal modo que garantam a identidade colectiva do concelho”.²³¹

O texto elaborado em 1986 para o Encontro de Museus Locais da Área de Lisboa, destacava no campo temático do museu e a par de “uma panorâmica geral da região (geográfica, histórica, económica, cultural, etc.)”, o conhecimento “de determinada área ou matéria específica – construção naval, moagem, indústria, património edificado, etc.”, assente nos diferentes núcleos distribuídos pelo concelho. Nele se inscrevia também o princípio de “salvaguarda e valorização do património cultural e natural, sempre que possível *in situ* e em actividade”²³².

2.2.4.2. “Funções primárias”: áreas de aplicação das funções preservação, difusão, investigação

No que toca às “funções primárias”²³³ do museu - às que, no universo conceptual considerado, se consubstanciam “nas duas vertentes da *preservação* (*conservação, documentação*) e nas vertentes axiais da *difusão* museológica (*exposição, interpretação*) ou na *investigação* quando esta, pela sua autonomia e consistência, não surge como um mero cimento inter-funcional, como uma mera função de ligação\de coordenação” - a estrutura funcional apontada na proposta de criação do Museu Municipal do Seixal e no programa de 1982²³⁴ fazia-lhes corresponder as seis já mencionadas “áreas de actuação”: “museografia”, “investigação”, “documental”, “extensão cultural”, “conservação e restauro”, “oficinas”. Veja-se o **Organigrama 1** :

Seixal” e destinado ao catálogo da exposição “O Trabalho na História do Concelho do Seixal”, ao qual já nos referimos amplamente noutra parte deste capítulo.

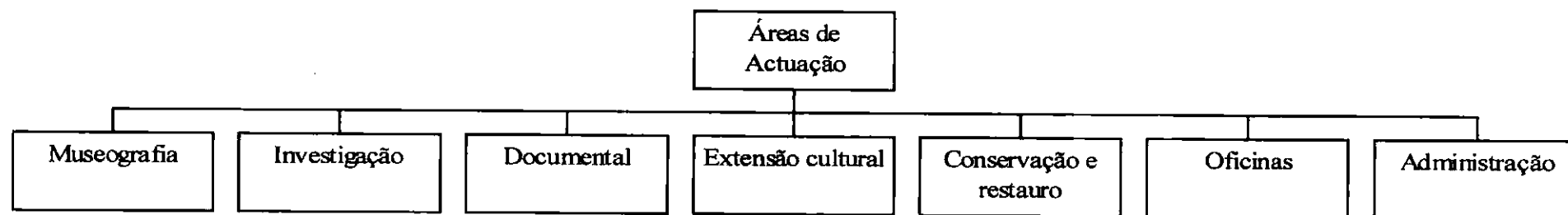
²³⁰ V. Anexo 2 - *Programa do Museu Municipal do Seixal*, Abril de 1982: 1.

²³¹ Cf. *Programa do Museu Municipal do Seixal*, 1982: 1 e *Comunicado à População – Museu Municipal do Seixal: inauguração dia 18 (Dia Internacional dos Museus)*, Câmara Municipal do Seixal, 18 Maio 1982 (nosso Anexo 4).

²³² V. *Organização e Gestão de Museus. A experiência do Ecomuseu Municipal do Seixal*, 1985:1.

²³³ Retomamos aqui o aparelho conceptual introduzido no nosso trabalho, da investigadora Maria Olímpia Lameiras-Campagnolo, autora dos trabalhos já anteriormente referenciados.

²³⁴ V. *Proposta de criação ...*, 1982: 3-4.



ORGANIGRAMA 1 - “Áreas de actuação” do Museu Municipal do Seixal segundo a Proposta de criação/Regulamento:1982

Conservação. Na sua vertente material a função preservação (conservação) repartia-se, segundo o regulamento, por duas áreas de actuação: a área de museografia²³⁹, a área de conservação e restauro.

A componente conservação inscrevia-se por um lado na área de museografia:

- "a conservação de todo o conjunto de espécies que formem o património do Museu";
- "a aquisição de novas espécies", o que entendemos não apenas como os processos técnicos e administrativos de incorporação de acervo, mas também como os procedimentos de recepção, tratamento sumário e acondicionamento das próprias espécies.

A componente conservação inscrevia-se por outro lado, em parcial sobreposição, na área de conservação, que pressupunha recursos bastante especializados. Competia-lhe:

- "a preservação e restauro das espécies que constituem o acervo do Museu";
- "apoiar a oficina de preservação e reconversão das técnicas tradicionais".

Ao consagrar²⁴⁰ a orientação técnica do Instituto Português do Património Cultural, o Artigo 1º da proposta de criação/regulamento do Museu Municipal do Seixal colocou certas limitações ao funcionamento dos serviços, por um lado, pela não concretização dessa orientação e, por outro lado, pelo facto de o museu não ter sido dotado de meios técnicos capazes de responder aos quesitos inerentes a essa orientação, pelo menos nos primeiros tempos da sua existência.

Analisando os relatórios de actividades, compreendemos que a inclusão na equipa de uma técnica que dispunha de formação em conservação e restauro veio permitir iniciar novos métodos de trabalho, relativos à preservação e à apresentação do acervo museológico, respondendo às necessidades, quer de conservação dos objectos que

²³⁹ A área de museografia do Ecomuseu Municipal abrangia funções de conservação, de documentação e de exposição: - "a conservação de todo o conjunto de espécies que formem o património do Museu"; "a aquisição de novas espécies" (o que deverá ser entendido como os processos técnicos e administrativos de incorporação de acervo); "a catalogação e classificação das espécies" (o que deverá ser entendido como a documentação do acervo museológico); as exposições permanentes, temporárias e itinerantes "das espécies do património".

²⁴⁰ V. *Proposta de criação ...*, 1982: 2.

Em 1988, a reestruturação de serviços da Câmara Municipal do Seixal²³⁵ instituiu o Departamento de Cultura, Desporto e Juventude²³⁶ e, neste Departamento, a Divisão de Património Histórico e Natural/Ecomuseu Municipal. O Artigo 50º do Regulamento pretendia definir as atribuições funcionais e as actividades a desempenhar pela Divisão de Património Histórico e Natural/Ecomuseu Municipal²³⁷.

A discriminação das atribuições funcionais conferidas pelo artigo 50º do Regulamento à DPHN/Ecomuseu Municipal, se era suficiente para lhe dar existência, não constituía uma base suficiente para dotar o museu do conjunto consolidado de funções, a partir das quais seria viável dar corpo às correspondentes unidades organizacionais ou serviços do museu. As atribuições cometidas, por regulamento dos serviços municipais, à DPHN/Ecomuseu Municipal correspondiam no entanto aos vários imperativos a que o museu tinha de dar resposta.

Áreas de aplicação da função preservação. A "preservação do património cultural e sua animação" inscrevia-se entre necessidades fundamentando a criação do museu, expostas nalguns parágrafos introdutórios do documento, dos quais se inferem os grandes objectivos - ou a missão - do próprio museu²³⁸.

²³⁵ A reestruturação orgânica da Câmara Municipal do Seixal, tal como o Regulamento dos serviços municipais, foi publicada em Diário da República – II série nº 37, de 13-2-1988.

²³⁶ Do Departamento de Cultura, Desporto e Juventude faziam parte, além da DPHN/Ecomuseu Municipal, as Divisões de: Animação Cultural; Biblioteca e Arquivo Histórico Municipal; Desporto e Equipamentos Desportivos; e os Sectores de Educação para a Saúde e Acção Social; do Ensino. Segundo o Artigo 46º, 2- a) [ao Departamento cabe, nomeadamente] "Promover a democratização da cultura e do desporto, incentivando a participação das populações nas suas diversas manifestações, proporcionando a fruição de bens e serviços culturais, fomentando a prática desportiva e inventariando e protegendo o património histórico e natural do concelho; [...] e) Organizar processos e elaborar propostas e pareceres sobre matérias relacionadas com a sua área de competências: planeamento e concepção de equipamentos municipais na área da cultura e desporto, projectos municipais de urbanização que afectem o património edificado e natural do concelho, áreas disciplinares e temáticas, etc."

²³⁷ Eram as seguintes as atribuições funcionais da DPHN em 1988: "a) "inventariar, proteger, conservar e restaurar o património histórico e natural do Município; b) Promover a reutilização e recuperação funcional de vestígios e testemunhos do património histórico e natural municipal; c) Promover acções e programas de investigação, designadamente nos domínios da história regional, arqueologia e antropologia; d) Desenvolver acções e programas diversificados de animação, designadamente itinerários culturais e turísticos na área do Município"; e) Manter uma intensa e regular colaboração com a comunidade escolar do concelho, de forma a potenciar a sua relevante função educativa; f) Emitir pareceres sobre projectos municipais que possam afectar o património edificado do Município; g) Promover a realização e actualização regulares de exposições permanentes e temporárias itinerantes; h) Propor a edição de publicações e de materiais representativos do espólio museológico e do património local (miniaturas, reproduções iconográficas, etc.); i) Apresentar mensalmente o relatório das actividades desenvolvidas.

²³⁸ V. *Proposta de criação ...*, 1982: 1-2.

faziam parte da exposição permanente, quer de tratamento do espólio arqueológico exumado nas escavações entretanto promovidas pelo museu.²⁴¹

Finalmente, um campo de trabalho intrinsecamente relacionado com a preservação inseria-se numa área de actuação particular, e de certa forma inovadora²⁴², na orgânica de um museu: a área de oficinas. Competia-lhe "a preservação e reconversão das técnicas tradicionais", devendo abranger a actividade de carpintaria e construção naval e a actividade moageira.

Documentação. À área da museografia estava igualmente associada a documentação sobretudo no que se referia à "a catalogação e classificação das espécies".²⁴³

São de 1981, os primeiros registos de objectos existentes em arquivo, sob a designação de Elementos do Património Cultural do Concelho para o Museu Municipal, efectuados em formulário²⁴⁴ identificando a Câmara Municipal do Seixal - Serviços de Dinamização e Planeamento Cultural – Património Histórico-Cultural. Indicando a freguesia e o proprietário (origem) do objecto, tais registos, em número de trinta e cinco, indicam a recolha de instrumentos musicais provenientes de sociedades filarmónicas locais em estado de conservação “médio” ou “mau”. Entre 1981 e 1983 os registos de entrada continuaram a ser feitos no mesmo tipo de formulário, correspondendo a uma recolha de objectos maioritariamente feita em estaleiros, não só do concelho, mas também no exterior e na qual participaram diferentes elementos da equipa do museu municipal²⁴⁵. A informação sobre os objectos é, em regra, muito sumária e na maioria dos casos há indicações pontuais de que não correspondem à data da sua recolha ou do próprio ingresso no museu.

²⁴¹ V. “Relatório de 1995” do Ecomuseu Municipal, nomeadamente o ponto sobre “Trabalho interno” onde são enumeradas as acções de “Início da conservação e restauro de material exposto”(..);lavagem e marcação de materiais arqueológicos”.

²⁴² Recordemos, a propósito da relação dos museus com a preservação das técnicas tradicionais, que em 1976 foi criada, por Decreto 805/76 de 8 de Novembro [Ministério da Administração Interna e Finanças], uma oficina-escola de bordados regionais no Museu de Francisco Tavares Proença Júnior, em Castelo Branco.

²⁴³ V. Proposta de criação ..., 1982: 4.

²⁴⁴ As folhas de registo de “Elementos do Património Cultural do Concelho para o Museu Municipal” constituíam um livro de formulários, em duplicado, destacáveis - sendo a folha de preenchimento (original) destinada a circulação ou entrega à entidade de origem e a cópia destinada aos serviços.

²⁴⁵ Os elementos da equipa do museu a que nos referimos, tendo participado na recolha de objectos foram António Nabais, Luís Barros (técnico de museografia) e, pontualmente, José Pires (arraís).

Dada a sua importância, algumas doações foram objecto de informação nas actas das sessões administrativas, como foi o caso da oferta, em 1982, pela Associação Náutica do Seixal, de dois barcos: um snipe e um dori, que se manteriam contudo nas reservas do museu, não chegando a ser exibidos ou reutilizados.

Nos anos de 1983 a 1986, entre diversos registos (quer quanto à proveniência, quer quanto ao contexto do objecto), o museu continuou a receber espólios das sociedades filarmónicas, na sua maior parte, em depósito.

Destaque-se a importância dada à fotografia, facto manifestado pela atribuição de funções correspondentes ao registo fotográfico de património (ainda que partilhado com o de outras frentes de trabalho autárquico) a um elemento da equipa, em acumulação com outros trabalhos museográficos.

A seguir ao acervo fotográfico – paisagem, vida associativa e actividades tradicionais –, o contexto de recolha mais importante nesse período é o dos estaleiros navais. Neste período foram sobretudo dois os técnicos²⁴⁶ que se ocuparam do preenchimento do “livro de registos”, notando-se um maior cuidado no campo de descrição do objecto, mas permanecendo insuficiente a restante informação.

Decorrendo das primeiras escavações arqueológicas promovidas pelo museu, colocaram-se novas necessidades de resposta a uma outra frente de trabalho de incorporação e de tratamento de espólio. O processo tendo por objecto a pesquisa arqueológica teve início em 1983, com as exumações de materiais da antiga fábrica de garrafas de Amora, da Igreja Paroquial de Corroios²⁴⁷ e da Quinta de S. João²⁴⁸, de Arrentela, por exemplo.²⁴⁹

²⁴⁶ Ana Luísa Duarte e Rui Brito ocuparam-se, enquanto técnicos auxiliares de museografia, dos procedimentos de registo de entrada de objectos recolhidos para o museu.

²⁴⁷ Nas escavações arqueológicas de emergência realizadas na Igreja Paroquial de Corroios em 1983, por motivo de obras de ampliação daquela, detectaram-se cerca de duas dezenas de enterramentos de uma necrópole dos séculos XV-XVI, exumando-se perto de três dezenas de moedas desse período, rosários com contas e crucifixos em osso, alfinetes de cabelo, fragmentos de cachimbo em cerâmica, faiança dos séculos XVII-XVIII, entre outro espólio arqueológico.

²⁴⁸ Do espólio recolhido da prospecção arqueológica de superfície na Quinta de S. João Arrentela, onde achados do início da década de 50 já haviam deixado em aberto a possibilidade de eventual localização de uma *villa* romana, faziam parte fragmentos de loiça doméstica e de ânforas, uma lucerna e duas moedas.

²⁴⁹ Em 1986 o Ecomuseu Municipal, em colaboração com a Câmara Municipal de Loulé, organizou e realizou nas suas instalações um estágio de conservação e restauro de materiais arqueológicos em que participaram técnicos daquela entidade museológica algarvia.

Os registos de entrada efectuados em 1989 são ainda indicadores da falta de critérios e de ausência de uma política coerente quanto à recolha e incorporação de objectos, amalgamando situações abrangidas pela orientação de base do museu e casos em que o museu se restringia ao papel de receptor de doações dos munícipes ou de ofertas institucionais irrelevantes para a história do município. A título excepcional, registou-se uma oferta de documentos de um antigo músico duma filarmónica local, decorrente da realização de um projecto de “recolha oral” junto de antigos profissionais da construção naval.²⁵⁰

A documentação era encarada, para além do acervo museológico, numa perspectiva de alargamento do trabalho do museu, em duas direcções complementares:

- a história local, posto que lhe competia "a recolha e tratamento de informação relativa à história do concelho";
- o Arquivo Histórico Municipal, uma vez que lhe competia a sua "organização e investigação".

No organigrama de funcionamento de 1986²⁵¹ passou a concentrar-se mais nitidamente a preservação numa sequência funcional abrangendo a “recepção de peças”, “inventário e catalogação”²⁵², “conservação e restauro” e “reservas”, a partir da qual se equacionavam as exposições, por sua vez articuladas com uma “oficina de museografia”.

No Regulamento de 1988 inscreviam-se, como vimos, as atribuições de “inventariar, proteger, conservar e restaurar o património histórico e natural do Município”, de “promover a reutilização e recuperação funcional de vestígios e testemunhos do

²⁵⁰ O projecto de recolha oral de memórias de antigos operários da construção naval, incluindo o tema da “vida quotidiana” foi levado a cabo em 1989 pela Coordenadora Concelhia da Educação Básica de Adultos, com acompanhamento técnico do museu, o qual recebeu todo o material resultante do trabalho de campo. Os inquiridos emprestaram documentos que nalguns casos o museu reproduziu, a fim de serem devolvidos aos seus proprietários.

²⁵¹ Cf. “Organização e gestão de museus. A experiência do Museu Municipal do Seixal”, 20 de Março de 1986.

²⁵² Ao longo destes anos, tanto a selecção e recolha como o inventário de objectos constituíram um problema do museu. Numa documento de trabalho de 13.9.1985, intitulada “Estruturação do Ecomuseu Municipal do Seixal”, o técnico de museografia Rui Brito assinalava que só então iria começar a funcionar um sector de “inventariação e catalogação”, esperando-se que fosse “arrumar a casa”, enquanto se referia à “recolha de peças e objectos” como “função que já vem a decorrer há vários anos, porém convém estabelecer limites e corrigir defeitos para que não aconteça a recolha desordenada e anárquica, como no momento presente”.

património histórico e natural municipal” e de “emitir pareceres sobre projectos municipais que possam afectar o património edificado do Município” reportadas, por diferentes formas, à preservação.

Áreas de aplicação da função difusão. Serão distinguidas, nesta área, quatro valências que adquiriram desde início uma progressiva importância na acção do Ecomuseu do Seixal: extensão cultural, exposição/interpretação, transmissão de saberes e técnicas ou ensino de cariz museológico, edição.

Extensão cultural. Considerando o seu programa museológico e os objectivos traçados para o museu, o relacionamento com a comunidade, destinado a promover a sua participação no trabalho do museu e as actividades artesanais tradicionais com vista à sua transmissão, a extensão cultural aparece-nos como uma área funcional de primeira importância no Seixal, cujo desempenho estava incompletamente delineado no regulamento.

Tem como objecto principal as relações com as diversas entidades locais, tirando benefício da participação da população, não só na recolha de objectos, mas também na organização de actividades culturais. No regulamento do museu, à área de extensão cultural competia:

- "dinamizar as relações do museu com o público", prevendo os diversos meios: exposições, conferências, visitas guiadas, concertos;
- "organizar actividades culturais em colaboração com os estabelecimentos de ensino, colectividades, juntas de freguesia, comissões de moradores e comissões de trabalhadores e paróquias".

Antes mesmo da criação do museu, o Sector de Património Histórico-Cultural realizou actividades com a comunidade educativa e prestou serviços destinados a um “público” escolar: organização de documentação e de bibliografias, visitas guiadas, exposição “O Trabalho na História do Concelho do Seixal”, publicação de obras sobre a história e o património locais.

Desde a instalação do Museu Municipal foi previsto um espaço reservado ao serviço educativo, “pois o Museu terá um papel fundamentalmente didáctico”.²⁵³

²⁵³ Cf., em particular “*Comunicado à População*. Museu Municipal do Seixal. Inauguração – dia 18 de Maio de 1982”.

Exposição/interpretação. A função aqui designada por difusão, na sua vertente de exposição, estava igualmente abrangida pela área de museografia definida na proposta de criação/regulamento do museu, sendo nela enunciadas as exposições permanentes, temporárias e itinerantes "das espécies do património".

A vertente de interpretação surge de modo disperso e na conjugação de diversas áreas de actuação do museu: museografia, investigação, documentação, extensão cultural e até das oficinas.²⁵⁴

Nesse âmbito, a par das exposições, o serviço do museu realizava essencialmente visitas guiadas – aos núcleos museológicos e em geral ao concelho – e passeios de barco no Tejo.

No organigrama de funcionamento de 1986, passamos a ver inscrita uma área de "Desenho e fotografia", com a qual estava articulada a chamada "Oficina de Museografia". Desta e do conjunto de operações de tratamento dos objectos, até às reservas do museu, dependiam as exposições e actividades do auditório, articuladas por sua vez com a "animação cultural" e a "itinerância de exposições".

Exposição permanente. A exposição permanente do museu foi instalada na Torre da Marinha e estava repartida por quatro secções, dedicadas respectivamente a quatro domínios disciplinares:

- à História e Geografia do Concelho;
- à Etnologia;
- à Arqueologia Naval;
- à Arqueologia Industrial²⁵⁵.

²⁵⁴ A vertente de "interpretação", aqui reportada à área funcional da "difusão", será retomada no segundo capítulo do nosso trabalho, em que trataremos da etapa de consolidação do Ecomuseu.

²⁵⁵ Neste período, em Portugal, a "arqueologia industrial" ganhava uma importância crescente, mas ainda limitada a círculos delimitados de investigadores, entre os quais se contavam os promotores da AAIRL, a que já nos referimos e de que António Nabais fazia parte. Poucas foram as iniciativas precedentes que se possam apontar: em 1978, a organização de uma exposição de arqueologia industrial na Fábrica de Fiação de Tomar; em 1981, a investigação realizada em Lisboa, no Bairro de Alcântara, por Jorge Custódio, Isabel Ribeiro e Luísa Santos e um primeiro levantamento de diversos monumentos industriais na cidade de Coimbra; em fevereiro/Março de 1982, na Covilhã, uma exposição de arqueologia industrial levada a efeito pela Associação de Defesa do Património Cultural do concelho. Em Dezembro de 1981, por despacho governamental, foi classificado de imóvel de interesse público o edifício da "Central Tejo", na zona de Brelém, Lisboa. Cf. MENDES 1982: 3-11. O mesmo autor define (p. 4) arqueologia industrial, com base em Keneth Hudson: como "a descoberta, o registo e o estudo dos vestígios materiais das indústrias e das comunicações do passado". "Uma das características mais marcantes do método utilizado

O desenho da exposição permanente não tinha sofrido alterações apreciáveis relativamente ao Programa do museu, onde estava assinalado que “as espécies a expor nunca poderão ser mais do que simples “chamadas”, a propósito das quais se dará uma explicação”²⁵⁶. Comparando a exposição com o referido Programa, vemos que o único núcleo expositivo que foi omitido foi o de “Aspectos da vida actual do Concelho”.

Sujeita a uma remodelação em 1987, a exposição do Núcleo Sede reabriu, ainda incompleta, a 18 de Maio desse ano, acompanhada da divulgação de um comunicado, “para que o público possa assistir aos trabalhos finais e compreender melhor o funcionamento do Ecomuseu nas diversas áreas de intervenção”. Quanto ao seu programa, baseado no “cariz industrial que, em todas as épocas históricas, dominou a vida económica do território”, optou-se “pelo desenvolvimento da exposição em três grandes momentos principais: pré-industrialização, proto-industrialização e industrialização.”

Esta exposição é complementada através dos núcleos museológicos, de testemunhos materiais existentes em todo o território do município e de exposições temporárias e itinerantes.”

Exposições temporárias. De acordo com a proposta de criação do museu (artº 3º) eram-lhe destinados os seguintes espaços de exposições temporárias:

- no Seixal, no antigo mercado;
- em Amora, no espaço anexo ao Centro Comercial;
- no Alto do Moinho e Vale de Milhaços (Corroios), na cave de uma escola primária (em construção).

O museu realizará contudo as suas exposições temporárias no próprio Núcleo Sede, em colectividades e em escolas e, a partir de 1986, num espaço do Moinho de Maré de Corroios.

O Regulamento Municipal de 1988 privilegiou nitidamente, aliás seguindo preocupações de renovação/inação museológica, as atribuições funcionais de difusão

pela arqueologia industrial é a interdisciplinaridade. Efectivamente, ele é subsidiado, tanto no domínio científico como no metodológico, por diversos ramos da história, em particular pela história das técnicas, da arte, da arquitectura e, naturalmente, pela história económica e social, sem esquecer os contributos da geografia e da engenharia”.

²⁵⁶ Cf. *Programa para o Museu Municipal do Seixal (museu polinucleado)*, 1982:14.

do museu, enumerando as diversas actividades naquela área: “Promover a reutilização e recuperação funcional de vestígios e testemunhos do património histórico e natural municipal; (...)Desenvolver acções e programas diversificados de animação, designadamente itinerários culturais e turísticos na área do Município; Manter uma intensa e regular colaboração com a comunidade escolar do concelho, de forma a potenciar a sua relevante função educativa; (...) Promover a realização e actualização regulares de exposições permanentes e temporárias itinerantes; (...)Propor a edição de publicações e de materiais representativos do espólio museológico e do património local (miniaturas, reproduções iconográficas, etc.)”.

Exposições itinerantes. Às exposições temporárias do museu esteve frequentemente associada a realização de itinerâncias²⁵⁷, sobretudo em espaços de escolas e de colectividades locais, conjuntamente com a edição de brochuras e de folhetos²⁵⁸. Nalguns casos, foi mesmo notável a divulgação que a própria Câmara promoveu neste campo, como por exemplo em 1983, sobre as sucessivas exposições: “1383/1385: a revolução e a margem esquerda” ou em 1985 “O Seixal e os Descobrimentos”²⁵⁹ e “Dos Vidros de Coima à Fábrica de Garrafas e de Vidros da Amora (1888-1930) - 5 séculos de indústria do vidro em Portugal”.²⁶⁰

Com a abertura ao público do núcleo museológico do Moinho de Maré de Corroios em 1986 e em função da existência de um novo espaço de exposição – no 1º andar do imóvel – o museu passou a acolher numerosas exposições exteriores ou a organizar iniciativas dedicadas quer a temas diversos superiormente propostos, quer às artes plásticas. Essa orientação teve uma ampla incidência no seu funcionamento, tendo o carácter “experimental” dessas actividades entre 1988 e 1989 prejudicado, em nossa

²⁵⁷ O Relatório de actividades de 1985 do Ecomuseu Municipal, por exemplo, fornece-nos elementos sobre exposições itinerantes do museu.

²⁵⁸ V. mais adiante, no mesmo sub-ponto da área funcional de “difusão”, os parágrafos respeitando a “edição”.

²⁵⁹ A exposição “O Seixal e os Descobrimentos” foi apresentada no Museu Municipal do Seixal entre Maio e Junho, integrada nas comemorações do 1º aniversário do museu e do Dia Internacional dos Museus (18 de Maio). Escrevia-se no *Boletim Municipal* 67 (Maio) 1985:4-5 - “Com esta iniciativa cultural (...) pretendeu-se apresentar à população local materiais que testemunham o papel que coube à região do Seixal na época dos Descobrimentos”.

²⁶⁰ A exposição sobre a indústria do vidro e a fábrica de garrafas de Amora teve lugar no Museu Municipal do Seixal entre 30 de Setembro e 30 de Outubro de 1983, organizada com a AAIRL no âmbito de Campo de Arqueologia Industrial que teve lugar numa área ocupada por aquela antiga fábrica.

opinião, um tipo de programação mais coerente com a disciplina que servira de base à investigação do museu (história) ou a homogeneidade do seu campo temático.²⁶¹

Transmissão de técnicas e saberes/ensino de cariz museológico. À área de oficinas competia "a preservação e reconversão das técnicas tradicionais", devendo abranger a actividade de carpintaria e construção naval e a actividade moageira. No Museu era criada uma oficina-escola de carpinteiro de machado e calafates²⁶² cujas actividades "consistem na formação profissional de pessoal especializado que possa conservar, revitalizar e divulgar as técnicas da arte de construção naval tradicionais do concelho".

O cumprimento de tais objectivos implicaria assim, quer a existência de espaços de trabalho adequados, quer um trabalho de pesquisa e de acompanhamento técnico-científico, interdisciplinar e onde deveria tomaria lugar a antropologia (não mencionada, contudo, no documento orientador da criação e do funcionamento do Museu Municipal do Seixal), quer ainda o recurso a estaleiros e/ou a profissionais desse sector industrial.

A transmissão de técnicas e de saberes aqui designada igualmente por "ensino museológico", a par dos aspectos de preservação cabendo na "área de actuação" das oficinas, em particular na oficina-escola de carpinteiro de machado e calafates²⁶³, cujas actividades "consistem na formação profissional de pessoal especializado que possa conservar, revitalizar e divulgar as técnicas da arte de construção naval tradicionais do concelho".

No seguimento de iniciativas pontuais, como foi o caso do estágio de conservação e restauro de materiais arqueológicos com a Câmara Municipal de Loulé (1986) e de uma presença marcante no campo da investigação arqueológica, através da disponibilização de meios para as campanhas realizadas em Portô dos Cacos/Alcochete (anterior e/ou

²⁶¹ Na área de exposições temporárias e itinerantes, à semelhança do que aconteceu noutras frentes de trabalho cultural, o museu tomou durante um certo tempo o lugar que viria a ser ocupado por serviços que a Câmara foi criando, para responderem a necessidades cada vez mais específicas, à medida que se foram também constituindo públicos e se especializaram as suas exigências (a par, naturalmente, da disponibilidade de recursos e de meios logísticos). No Plano de Actividades do Ecomuseu Municipal para 1989 a "Extensão Cultural" era equiparada a "uma área [que] engloba todo o trabalho museográfico: desde programação, realização e divulgação de exposições permanentes, temporárias e itinerantes à preparação de publicações, cartazes, desdobráveis, painéis e todo o material de divulgação". Note-se que, para além disso, eram técnicos do museu que então se ocupavam da gestão dos autocarros municipais, destinados a todo o tipo de visitas de escolas do concelho e não apenas às utilizações relacionadas com o museu municipal.

²⁶² V. Artigo 6º da *Proposta de criação* ..., 1982: 5.

²⁶³ Idem.

simultânea com a actividade arqueológica necessária no próprio concelho do Seixal), uma vertente de ensino museológico directamente associada à formação profissional assumiu um peso significativo no funcionamento do museu por intermédio de uma sucessão de cursos de “qualificação” e de “especialização” no âmbito de parcerias com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, nos anos 1987/1989.²⁶⁴ Conquanto se devam reconhecer aspectos positivos daí resultantes, tais cursos ter-se-ão repercutido de forma gravosa no plano administrativo e no da gestão, prolongando-se por tempo demasiado, também tendo em conta a absorção (certamente em quase exclusividade) de meios técnicos relativamente especializados para eles canalizados e que não eram abundantes no museu.

Edição. Comparativamente com situações de alguns outros museus em que a edição se encontrava funcionalmente no prolongamento ou em articulação com a investigação levada a cabo na instituição ou em colaboração com investigadores exteriores à instituição, a edição inscrevia-se à partida, no Ecomuseu Municipal do Seixal, na difusão “grande-público”. Dado o objectivo de “divulgação das espécies” e de publicação de “estudos sobre a história local” esta área de trabalho do museu, pressupondo um estudo sistemático do acervo museológico, requeria recursos significativos, tanto no plano da difusão audio-visual, como da edição escrita.

A divulgação promovida pelo Museu Municipal ou em que este participou, por via de alguns membros da sua equipa, situou-se sobretudo no campo da produção de artigos e de trabalhos de história local relacionados com o campo temático do museu. De facto, a série de edições municipais dedicada genericamente à divulgação da história e das tradições locais inscreveu-se na continuidade do trabalho de difusão do SPHC antes da criação do museu, tal como tivemos oportunidade de referir anteriormente. Em 1981 ocorreu a publicação da *Cronologia*, primeiro volume da colecção *História do Concelho do Seixal*, a que se seguiram mais alguns, a um ritmo regular, projectando um evidente dinamismo autárquico também neste campo. Tal facto parece-nos sobretudo resultante do esforço e da coordenação dos técnicos dos serviços culturais (incluindo o museu), bem como de um sentido prático de rentabilização imediata de materiais das

²⁶⁴ A partir de 1986 o Ecomuseu Municipal promoveu candidaturas junto do IEFP, ao abrigo dos Programas de Conservação de Património Cultural, para o acolhimento e a organização de cursos de “Conservação e Restauro de Azulejos”, de “Construção Naval – miniaturas de embarcações tradicionais em madeira”, de “Construção naval (real)” e de “Artesanato em cortiça” – cursos efectuados entre 1987 e 1989. Em 1988 o museu também acolheu uma “oficina de cerâmica”, destinada à produção de materiais cerâmicos – azulejos, com o aproveitamento dos meios logísticos que a instituição proporcionava.

pesquisas históricas em curso. Assim, a publicação de *Barcos* ocorreu em 1982 (antes da inauguração do museu). Em 1983 a Câmara do Seixal associou-se à de Almada na edição da obra de autoria conjunta de Alexandre Flores e de António Nabais intitulada *Os Forais de Almada e seu termo – 1. Subsídios para a história de Almada e Seixal na Idade Média*. As edições da *Carta Histórica do Concelho do Seixal* e dos *Apontamentos sobre ...1383/1385. A Revolução e a margem esquerda* (a que também nos referimos noutros pontos do nosso trabalho) tiveram lugar em 1985. No ano seguinte (1986), foi editado o livro *Moinhos de Maré*, de António Nabais, quarto volume da colecção atrás indicada.

No campo editorial, a política patrimonial e a actividade museológica municipais projectavam-se noutras edições mais abrangentes de divulgação mais abrangente do município, como foi o caso, em 1989, da brochura *Seixal, um concelho diferente!*, dedicada, no seu essencial, a uma caracterização sumária de aspectos históricos e do património das diferentes freguesias, onde se incluía a informação relativa ao Ecomuseu Municipal.

Quanto aos seus núcleos e às suas exposições, o museu também assegurou uma regular divulgação de materiais que, apesar de se apresentarem com diferentes níveis de aprofundamento no que toca aos seus conteúdos e qualidade gráfica, desempenharam confirmadamente um papel muito importante de informação e de sensibilização da comunidade local, face às actividades municipais na área do património.

A partir de 1988, fruto da introdução de um novo campo temático na actividade do Ecomuseu – a história natural – teve lugar a edição de uma série de materiais destinados a ampla divulgação (cartazes e folhetos), acompanhando sempre a realização de eventos ligados à comunidade educativa, de carácter lúdico e/ou comemorativo.²⁶⁵

Área de aplicação da função investigação. Embora as carências em meios humanos, técnicos e financeiros tenham acentuado o carácter de "liame inter-funcional" da investigação desenvolvida na primeira fase da existência do museu, é de reconhecer que à área de actuação da investigação era conferido, no regulamento de 1982, um papel de primeira grandeza, situação de que deriva a sua inclusão nas aqui designadas "funções

²⁶⁵ As edições promovidas no âmbito do Ecomuseu Municipal sobre "Árvores do Concelho" e "Sapais", resultantes de levantamentos de campo de um técnico contratado pela Câmara, Manuel Lima, foram em geral acompanhadas de actividades com professores e alunos das escolas do concelho, uma vez que o seu próprio dinamizador exercia a actividade docente no concelho.

A investigação arqueológica também se viria a revelar um campo essencial para o conhecimento do concelho, apesar de não ter feito parte do plano de trabalho, nem na fase de levantamento desenvolvida de 1979 a 1981, nem no lançamento das bases do museu municipal. Por outro lado, constatamos que, apesar da contínua e por vezes intensa actividade do Museu Arqueológico e Etnográfico do Distrito de Setúbal e de em 1982 ter sido criado o respectivo Centro de Estudos Arqueológicos, sob a direcção de Carlos Tavares da Silva, os eventuais contactos entre as instituições não se repercutiam evidentemente no plano técnico, da investigação ou da planificação museológica.²⁶⁹

Ainda em 1982²⁷⁰, o museu e a AAIRL organizaram em Amora, entre Setembro e Outubro, no local onde esteve instalada a Fábrica de Vidros de Amora, a 1ª fase preparatória do 1º Campo de Férias de Arqueologia Industrial realizado no país. Os seus responsáveis, em nome daquela Associação,²⁷¹ apontaram o carácter inovador atribuído, à iniciativa: “a AAIRL procedeu a uma metodologia-piloto, visto que se [tratou] de uma primeira experiência de campo no âmbito da arqueologia industrial, no nosso país. É óbvio que, independentemente do método clássico de prospecção arqueológica que pressupõe um conjunto de regras universalmente reconhecidas, há, nesta nova ciência, aspectos diferentes e sobre os quais importa ainda reflectir. Assim um dos primeiros problemas foi precisamente o contacto com uma estratigrafia recente transformada em primeira condição para a obtenção de dados, levantando questões inerentes a épocas contemporâneas”.

Em 1983, o SPHC propôs à Câmara²⁷² a participação no Campo Arqueológico de Amora “Para dar continuidade aos trabalhos iniciados no Verão de 1982, em

²⁶⁹ Segundo dados que pesquisámos, realizou-se em 1982 um Encontro Inter-Museus do Distrito de Setúbal, mas não tivemos acesso a nenhum documento ou acta do mesmo. O assunto mereceria contudo uma pesquisa sistemática, mas que considerámos ultrapassar os nossos objectivos.

²⁷⁰ A 1ª fase preparatória do 1º Campo de Férias de Arqueologia Industrial da Região de Lisboa realizou-se em Amora (concelho do Seixal) na segunda quinzena de Setembro de 1982. O *Boletim Municipal* (59/Agosto) noticiava, p. 7: “1º Campo de férias de Arqueologia industrial”.

²⁷¹ V. *Campo Arqueológico de Amora. Fase preparatória. Setembro 1982. Conclusões*. [Arquivo do Ecomuseu Municipal do Seixal]. Os responsáveis pela intervenção e subscritores do Relatório eram: Jorge Custódio, Luisa Santos, Isabel Ribeiro, Constança Rosa e António Nabais. As *Conclusões* foram distribuídas à comunicação social, por ofício circular do Presidente da Câmara [27 Outubro 1982].

²⁷² Na reunião de Câmara de 21 de Janeiro de 1983 apreciou-se a proposta do SPHC no sentido da participação e apoio no Campo de Arqueológico de Amora a promover com a Associação de Arqueologia Industrial da Região de Lisboa, na sequência dos trabalhos iniciados no Verão do ano anterior. Enunciavam-se, entre os apoios a prestar: “6. cinco jovens de Ocupação dos tempos Livres; 7. Apoio

primárias". Aliás, era indicada como uma base de trabalho, reportado ao Sector de Património Histórico-Cultural, em que se apoiava a criação do museu²⁶⁶ a "investigação científica".

À área de investigação competia "conduzir acções de estudo e pesquisa, visando a identificação e conhecimento das espécies, tendo em vista a sua conservação e divulgação".

Entre os diferentes ramos do saber, que foram objecto de investigação, o papel da história foi fundamental na preparação do museu, como ficou claramente mencionado no Programa e tudo mostra que continuou a sê-lo no desenvolvimento das suas actividades.

Esperar-se-ia contudo ver contempladas outras disciplinas de investigação, com vista ao aprofundamento do conhecimento das realidades e dos problemas locais, sobretudo lembrando as razões da criação e a necessidade de criação do museu, expostas nalguns parágrafos introdutórios do documento em que nos temos estado a basear²⁶⁷, como por exemplo:

- valorização das actividades operárias "com vista a uma posterior real humanização do trabalho";
- acções para "evitar o desaparecimento de profissões tradicionais";
- "consciencialização e defesa de valores culturais concelhios face à enorme explosão demográfica da última década".

Pensou-se, segundo nos parece, explorar a via da colaboração e interdisciplinaridade entre serviços municipais, por vezes manifestada nalguns projectos de trabalho - envolvendo, para além da história e do património, por exemplo o planeamento urbano e a arquitectura, a sociologia e o direito.²⁶⁸ Apostar-se-ia, por outro lado, nos recursos exteriores e em parcerias com outras entidades.

²⁶⁶ V. *Proposta de criação ...*, 1982: 2.

²⁶⁷ V. *Proposta de criação ...*, 1982: 1-2.

²⁶⁸ A propósito do trabalho de colaboração e interdisciplinaridade entre serviços municipais refira-se o exemplo da elaboração do Plano de Salvaguarda do Património Urbano e Natural do Concelho do Seixal, sendo seu responsável o arquitecto João Sousa Morais. Na ficha técnica, inscreviam-se as áreas de Planeamento Urbano (também de J.S.Morais); a História (de António Nabais); a Sociologia (de Lino Paulo); o Direito (de António Babo) e o Desenho (de Jorge Raposo/Museu Municipal).

No final de 1985, o Ecomuseu enviou ao Departamento de Arqueologia do Instituto Português do Património Cultural uma série de dezasseis fichas de *Levantamento Arqueológico*, correspondendo a outros tantos lugares ou vestígios com significado patrimonial²⁷⁵.

Do ponto de vista institucional tais actividades colocaram simultaneamente em contacto os serviços do Ecomuseu e os do IPPC/Departamento de Arqueologia e acompanharam a inserção de técnicos em projectos de investigação exigindo parcerias com entidades exteriores e desenvolvimentos metodológicos e práticos muito importantes para o próprio funcionamento interno do museu.

A partir de 1985 Ana Luísa Duarte e Jorge Raposo promoveram, com outros arqueólogos, o projecto de investigação sobre “Ocupação Romana na Margem Esquerda do Estuário do Tejo”. Em Outubro de 1988 os mesmos técnicos/arqueólogos participaram e apresentaram resultados da sua investigação arqueológica na Olaria Romana da Quinta do Rouxinol (Corroios) e em Porto dos Cacos (Alcochete) no Encontro Nacional sobre Ânforas Lusitanas, promovido pelo Museu Monográfico de Conímbriga.

A investigação arqueológica desenvolvia-se, porém, segundo uma planificação sazonal, assente em recursos que não poderiam corresponder à perspectiva que lhe era dada por A. Nabais, no final de 1988, abrangendo “a arqueologia tradicional (pré-história e romana, medievál e moderna), arqueologia náutica e arqueologia industrial”.²⁷⁶

Outros aspectos da função investigação do museu eram remetidos para a área documental, a que já nos referimos anteriormente, salientando a sua especificidade. A ligação entre essas duas áreas derivava da responsabilidade do museu sobre o

²⁷⁴ V. RAPOSO 1986: 81-85.

²⁷⁵ O levantamento arqueológico efectuado em Dezembro de 1985 a nível do concelho do Seixal e enviado pelo Ecomuseu ao IPPC/Departamento de Arqueologia, no âmbito do *Levantamento Arqueológico* a nível nacional, é de autoria de Jorge Raposo. Inscreve os vestígios imóveis dos moinhos de maré do Breyner, do Capitão, da Torre, do Galvão, da Passagem, do Zeimoto, da Palmeira, dos Paulistas - o Velho e o Novo - e de Corroios, da necrópole romana da Quinta de S. João, da necrópole da Igreja Paroquial de Corroios, da fábrica de lanifícios de Arrentela, ruínas da antiga fábrica de vidros de Amora, “de porto e/ou forno de produção de ânforas” da Quinta do Rouxinol e da Quinta da Trindade.

²⁷⁶ Cf. “Organização e funcionamento da Divisão de Património Histórico-Natural – Ecomuseu Municipal do Seixal”, Dezembro de 1988, subscrito por António Nabais.

conformidade com o Relatório entregue à Câmara e de acordo com o pedido formulado pelo Presidente da Associação de Arqueologia Industrial da Região de Lisboa, a quem vai ser incumbida a direcção do campo arqueológico no plano geral das escavações arqueológicas para o ano de 1983". Para além do trabalho de campo, a intervenção arqueológica anunciada compreendeu um levantamento de carácter sociológico e de pesquisa documental.

Também em 1983, a CMS organizou uma intervenção arqueológica de emergência na Igreja Paroquial de Corroios, recorrendo pela primeira vez ao Centro de Arqueologia de Almada, a fim de obter apoio técnico, prestado aliás por intermédio de um arqueólogo que era simultaneamente membro da equipa do Ecomuseu²⁷³ e que recentemente passara a integrar o quadro da Câmara nas funções de desenhador.²⁷⁴

Em 1985, o Ecomuseu participou, mediante o empréstimo de peças do seu acervo museológico, na exposição "Um mundo a descobrir, um mundo a defender", que teve lugar na Central Tejo, em Lisboa.

Naquele mesmo ano e nos seguintes, a vertente arqueológica da investigação ganhou uma importância crescente no Ecomuseu Municipal, ligada sobretudo a campos de estudo e projectos de investigação sobre o período da romanidade e, com menor relevância, sobre o período medieval-moderno.

Para além das prospecções arqueológicas efectuadas em Coima, no Talaminho, em Amora e na Arrentela, foi o trabalho implicado pela descoberta da Olaria Romana da Quinta do Rouxinol que interpelou a Câmara Municipal do Seixal e exigiu resposta técnica e científica ao Ecomuseu, levando-o na altura a prosseguir a linha de cooperação com o Centro de Arqueologia de Almada. Remetemos porém este assunto para o ponto dedicado ao respectivo núcleo museológico que ali se veio a estabelecer.

fotográfico e museológico para a exposição final a realizar no mês de Setembro. 8. Publicação dos resultados das escavações num estudo monográfico editado pela Câmara Municipal do Seixal durante o ano de 1984. A organização e redacção é da responsabilidade da AAIRL, cujo projecto será apresentado oportunamente."

²⁷³ Foi Jorge Raposo, simultaneamente membro e dirigente do Centro de Arqueologia de Almada, que prestou o enquadramento técnico necessário às escavações arqueológicas de emergência, em 1983, na Igreja Paroquial de Corroios. Pode consultar-se, sobre este assunto: RAPOSO, Jorge (1986) — "Intervenção Arqueológica na Igreja Paroquial de Corroios". *I Encontro de Arqueologia Urbana* (Setúbal/1985). Trabalhos de Arqueologia 03. Lisboa: IPPC: 81-85.

certa fragilidade orgânica, inerente ao incipiente modelo de gestão dos próprios serviços culturais em que o Sector de Património Histórico-Cultural (correspondente ao Museu Municipal) se enquadrava e cujo responsável passaria a assegurar a sua direcção.²⁸¹

A proposta/regulamento não previu assim dois aspectos relativamente importantes: o facto de o próprio Sector de Património Histórico-Cultural ter um responsável hierárquico na cadeia de relações com o órgão máximo da tutela, por um lado e, por outro, como se articularia a "direcção" do museu com a própria Câmara, a quem cabia o poder de decisão, nomeadamente, sobre a gestão do acervo museológico.

Por exemplo, o Artigo 4º²⁸² incluía, no Ponto 3: "qualquer espécie (...) não poderá sair do Concelho sem a devida autorização da Câmara Municipal do Seixal".

Em 1985, as novas *Estruturas orgânicas da Câmara*²⁸³ mantiveram o Sector de Património Histórico-Cultural, correspondente ao Ecomuseu Municipal.

Quanto à gestão, o documento²⁸⁴ que serviu de base, em 1986, à comunicação apresentada no Encontro de Museus Locais da Área Metropolitana de Lisboa, indicava que o museu "depende, como qualquer serviço autárquico, do Vereador do respectivo pelouro e do executivo camarário que aprovam ou não as propostas (de actividades, aquisição de materiais e equipamentos, etc.) que lhe são apresentadas" e "apresenta regularmente relatórios mensais e anuais da sua actividade".

Em 1988, a reestruturação de serviços da Câmara Municipal do Seixal²⁸⁵ instituiu, como já vimos, a Divisão de Património Histórico e Natural/Ecomuseu Municipal e definiu, entre as suas atribuições, a apresentação mensal do relatório das actividades desenvolvidas, obrigação que se reportava à função de gestão.

Da nova estrutura orgânica da Câmara ressalta o papel e a importância dos serviços culturais e, entre eles, dos museológicos, entendendo-se a criação de uma Divisão

²⁸¹ V. *Proposta de criação ...* 1982: 5.

²⁸² V. *Proposta de criação ...* 1982: 3.

²⁸³ As referidas *Estruturas orgânicas da Câmara* foram aprovadas em sessão de Câmara de 8 Fevereiro de 1985 e publicadas em *Diário da República* em 17-4-1986.

²⁸⁴ V. *Organização e gestão de museus: a experiência do Ecomuseu Municipal do Seixal* 1986: 6.

²⁸⁵ Entre 1987 procedeu-se a uma reestruturação dos serviços municipais e à revisão do seu regulamento, processo que culminou com a publicação de novo regulamento em *Diário da República* – II série nº 37, de 13-2-1988.

tratamento do Arquivo Histórico Municipal, competindo-lhe a sua "organização e investigação", "a recolha e tratamento de informação relativa à história do concelho".

2.2.4.3. "Funções secundárias": áreas de aplicação das funções secundárias intendência e gestão

Área de aplicação da função intendência. A intendência,²⁷⁷ outra das funções secundárias, de interligação, não-exclusivamente museológica, e que, ao contrário da gestão, não é necessariamente hierárquica, recaía parcialmente na área de administração, à qual competia "a execução das tarefas administrativas correntes" do museu, execução partilhada aliás com outros sectores municipais.

O conceito de intendência englobava também as actividades de manutenção inerentes à totalidade dos espaços museológicos (sede e núcleos).

Área de aplicação da função gestão: expressão orgânica do museu na sua fase inicial. Entre os pontos essenciais definidos pelo artigo 1º da *Proposta de criação/Regulamento do Museu Municipal do Seixal*²⁷⁸, figurava a tutela da Câmara Municipal do Seixal, associada, aliás, ao financiamento, que, pelo Artigo 10º, também era atribuição da Câmara.²⁷⁹

O regulamento de 1982 não continha uma orientação quanto ao modelo de gestão ou sobre as diversas vertentes da função de gestão²⁸⁰ no museu: não indicava a forma de interligação entre as diferentes áreas de actuação ou de circulação de recursos e de informação; também não referia o relacionamento entre órgãos de decisão (museu/tutela), nem as relações entre a instituição e comunidade (organizações e entidades exteriores).

O modelo de gestão, diz-nos Maria Olímpia Lameiras-Campagnolo "pode ser analisado e valorizado (...) enquanto agente ímpar de diagnóstico, revelador de limitações e de potencialidades no tempo e no espaço". O caso em estudo pode ser expressão duma

²⁷⁷ "Intendência" é a designação adoptada do corpo conceptual de Maria Olímpia Lameiras-Campagnolo para uma função abrangida pelas entidades museológicas e afins.

²⁷⁸ V. *Proposta de criação ...*, 1982: 2.

²⁷⁹ V. *Proposta de criação ...*, 1982: 5, sobre o financiamento do futuro museu: "Os provimentos serão feitos pela Câmara Municipal do Seixal".

²⁸⁰ Sobre a gestão, função de interligação, não-exclusivamente museológica, hierárquica, cf. LAMEIRAS-CAMPAGNOLO 1998: 108.

Com dois técnicos auxiliares (de BAD e Museus e um auxiliar técnico de BAD e Museus), teriam certamente de se antever acumulações ou mesmo o desempenho alternado (até “sazonal”) de funções enumeradas e caracterizadas nas várias áreas de actuação.

Face às áreas de actividade e funções programadas, é de estranhar também que não se previssem inicialmente técnicos de conservação e restauro, por um lado, nem animadores culturais ou técnicos com formação indicada para o trabalho da área de extensão cultural, por outro.

Finalmente, o quadro do museu não antevia o pessoal necessário à actividade das embarcações, nem às oficinas.

À equipa técnica constituída pelo próprio responsável, por um técnico auxiliar de educação, uma técnica auxiliar de BAD, um desenhador e dois técnicos auxiliares de museografia²⁸⁸, juntou-se, em 1985, uma técnica auxiliar de museografia que se ocuparia, por alguns anos, da área de conservação do museu²⁸⁹.

Analisando a evolução do trabalho do museu e do seu quadro de actividades, é notória a importância dessas “incorporações” humanas, que projectaram na organização uma mais-valia de experiência e de formação previamente adquirida noutras instituições²⁹⁰, permitindo, por sua vez, o recurso e a rentabilização de outros meios, do tipo de estagiários ou jovens, portadores de formação média, em ocupação de tempos livres, os

²⁸⁸ Preenchendo lugares do quadro de pessoal em diferentes carreiras/categorias profissionais, desempenharam funções no Museu/Ecomuseu Municipal os seguintes técnicos: Fernando Falcão (técnico auxiliar de educação), Graça Pimentel (técnica auxiliar de BAD), Jorge Raposo (desenhador), Luis Barros e Rui Brito (técnicos auxiliares de museografia). Luis Barros saía da instituição para integrar a equipa inicial do Museu Municipal de Almada (1984). Fernando Falcão seria transferido para outro serviço municipal, assim como Rui Brito, mas este só uns anos mais tarde, na segunda etapa da vida do museu, a que nos referiremos no próximo capítulo. Manter-se-iam assim na equipa do museu os técnicos Graça Pimentel e Jorge Raposo.

²⁸⁹ Ana Luísa Castanheira Duarte entrou para a equipa do Ecomuseu Municipal em 1985 e deixou a instituição em 1988 (regressando mais tarde, em 1991). Desde 1981, estava ligada a áreas técnicas de conservação e arqueologia de campo (Museu Nacional de Arqueologia e Etnografia e IPPC). Em 1982/83 fizera formação em exercício no Museu Monográfico de Conímbriga, em conservação e restauro de materiais arqueológicos (cerâmica, vidro e metais). E em 1983/85 trabalhara no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, em conservação e restauro de cerâmicas arqueológicas.

²⁹⁰ Entre as pessoas que trouxeram uma mais-valia de experiência ao trabalho do museu, incluímos os técnicos Jorge Raposo (integrado em 1983) e Ana Luísa Duarte (integrada em 1985).



específica como o reconhecimento do papel até então assumido no campo do património, no município do Seixal. No mesmo departamento, foram criadas divisões para a Animação Cultural, para a Biblioteca e Arquivo Histórico e para o Desporto e Equipamentos Desportivos. Ficavam no nível orgânico de sectores, quer a Educação para a Saúde e Acção Social, quer o Ensino. No contexto autárquico nacional, a Câmara do Seixal foi uma das primeiras a criar uma Divisão para integrar as funções correspondentes a um museu municipal. Os efeitos práticos de funcionamento e de gestão não se fizeram sentir na mesma altura, pois só a médio prazo se tomaram as medidas destinadas à nomeação da chefia respectiva, que só veio a acontecer a longo prazo, tendo em conta os ciclos de actividade duma Câmara.

2.2.4.4. Pessoal, qualificações e formações

Quanto ao pessoal correspondente às funções primárias, a proposta de criação/regulamento do museu, ainda que prevendo o alargamento dos meios, à medida do desenvolvimento da actividade do Museu, era manifestamente desajustada aos objectivos e à estruturação instituída, sobretudo tendo em conta a estrutura territorial descentralizada simultaneamente prevista. Mesmo sabendo-se que o responsável pelo Sector de Património Histórico-Cultural, a quem passou a estar atribuída a direcção do museu, não se integraria no quadro de pessoal²⁸⁶, subsistia a precaridade de meios técnicos humanos, quer em número, quer em formação específica e especializada.

Parece-nos um facto a salientar esse aspecto da dedicação parcial de especialistas ou elementos da equipa com formação específica e com responsabilidades técnico-científicas essenciais numa dada fase de concepção e de instalação do museu. De acordo com o que já referimos anteriormente, para além de António Nabais, foi o caso de Guerra Soares, cujo nome se inscreve como co-responsável dos trabalhos museológicos²⁸⁷ na ficha técnica da exposição permanente do Núcleo Sede reformulada em 1987, assim como entre a equipa associada ao programa museológico de recuperação e intervenção museográfica do Moinho de Maré de Corroios.

²⁸⁶ Inicialmente, António Nabais desempenhara as suas funções na Autarquia enquanto professor requisitado ao Ministério da Educação. Quando foi equiparado a bolseiro pelo Instituto Nacional de Investigação Científica, a fim de concluir o estágio do curso de conservadores, a Câmara estabeleceu com ele, a partir de Outubro de 1982, um contrato de prestação de serviços.

²⁸⁷ Guerra Soares constituiu equipa em trabalhos museológicos no Seixal com António Nabais e Jorge Raposo.

técnicos, não se podendo dissociar as acções de formação, propriamente ditas, das participações – individuais e colectivas (nestes casos, de representação institucional) – em iniciativas ou encontros técnicos e de carácter científico.

Com a reestruturação de serviços de 1988, a par da criação da Divisão de Património Histórico e Natural//Ecomuseu Municipal, foi alargado o quadro de pessoal da Câmara com lugares que lhe eram destinados.²⁹⁵

Perspectivando o alargamento do quadro de pessoal da DPHN/Ecomuseu e a integração de um técnico superior, a Câmara avaliou em parte as carências diagnosticadas quanto a pessoal em 1989²⁹⁶: “A Câmara Municipal do Seixal tem vindo a desenvolver uma relevante acção na área do património histórico-cultural traduzida, nomeadamente, na criação do Ecomuseu Municipal constituído por diversos núcleos que testemunham algumas das actividades mais típicas do concelho. Entretanto, a intervenção autárquica neste campo, apesar do prestígio nacional e internacional que granjeou, tem sido limitada pela inexistência de técnicos de nível superior a tempo inteiro de forma a garantir em termos mais efectivos a coordenação e orientação dos serviços”.

Quanto às funções secundárias, já vimos que o museu não gozava de recursos em exclusividade para as tarefas de gestão, apesar da formação especializada do técnico que a desempenhava em assessoria (licenciado em história, conservador de museu). Para as tarefas administrativas, o quadro de pessoal inicial do museu não previu nenhum lugar adequado a essas funções. Supõem-se que fossem partilhados recursos municipais exteriores ao próprio museu e Sector em que o mesmo se inseria.

²⁹⁵ A reestruturação de serviços da CMS dotou o seu quadro de pessoal com novos lugares reportados à museologia, nomeadamente um de Conservador de museu, dois lugares de Monitor de museus-Principal, um lugar de Assistente de conservador de museus de 1ª classe; três de Técnicos auxiliares de museu de 1ª classe (técnico-profissional), dos quais 2 preenchidos e um vago; três de Auxiliares técnicos de museografia de 1ª classe (estando preenchido um lugar de 2ª classe). O documento de Nabais a que anteriormente já fizemos referência, de 1988 (“Organização e funcionamento da DPHN/Ecomuseu Municipal do Seixal”) previa o exercício de funções de três assistentes de conservador: um, para que, contraditoriamente, se apontava o perfil de técnico superior licenciado, a admitir, Jorge Raposo, “arqueólogo conceituado, especialista na área do património cultural e desenhador”, era apontado para as funções de “assistente de conservador para as áreas da museografia, extensão cultural e investigação arqueológica”; e para Graça Pimentel, técnica de BAD/Arquivo, previam-se as funções de assistente de conservador para a área de investigação e Centro de Documentação.

²⁹⁶ Na reunião de Câmara de 89/11/30 foi tomada a deliberação de celebração de contrato a prazo certo com um técnico superior, na sequência da abertura de concurso para Conservador de Museu. A prova escrita que constituiu parte do processo de avaliação dos candidatos requereu uma dissertação temática sobre dois pontos: *A função Social dos Museus; O Poder Local e as identidades culturais*.

quais, ainda que temporariamente, se mostraram essenciais para o avanço de projectos do Ecomuseu.²⁹¹

O organigrama de funcionamento de 1986²⁹² decorreu de algumas modificações de estrutura funcional e também de alguma melhoria de recursos.

Nos anos imediatamente a seguir à sua criação foi assim necessário, por um lado, recrutar mais algumas pessoas para a equipa do museu e, por outro, como vimos, recorrer pontualmente a meios exteriores. Para desenvolver projectos de animação e um levantamento de património natural, a Câmara contratou os serviços de um professor do ensino secundário, em tempo parcial.²⁹³

Nos anos 1987/1988, o Ecomuseu Municipal do Seixal colaborou, através da realização de módulo prático e da colaboração na parte técnico-científica, no Curso de Técnicos Auxiliares de Museografia, em que fizeram formação dois técnicos seus²⁹⁴. A entidade hospedeira do curso era a Associação de Municípios do Distrito de Setúbal, e como colaboradores nos estágios também participaram os Museus do Convento de Jesus de Setúbal e de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal. Uma técnica fora anteriormente participante na “1ª Semana de Trabalho de Conservação e Restauro” do Museu Monográfico de Conímbriga (1986).

A formação fez parte das preocupações da equipa do museu durante este período que considerámos o da sua criação, como se constata através dos currículos dos seus

²⁹¹ Em 1986, por exemplo, o museu desenvolveu candidaturas para OTL'S destinados, em 1987, a “Apoiar o Ecomuseu” em diversas áreas: 1/ em Escavações Arqueológicas-Tratamento de materiais arqueológicos-prospecção arqueológica (bibliográfica, cartográfica, toponímica, de campo); 2/ Organização do Arquivo Histórico Municipal 3/ Animação Cultural 4// a) Trabalho de campo: Inquérito/entrevista; b) Organização e sistematização de informação; c) Planeamento e organização de exposição.

²⁹² V. Organigrama 3: *Núcleos museológicos do Ecomuseu Municipal do Seixal e programação em 1986* (fase de definição de espaços antes da abertura ao público do Moinho de Maré de Corroios).

²⁹³ Como já referimos anteriormente, o Ecomuseu Municipal integrou Manuel Lima como colaborador fora do quadro da Câmara (contratado como avençado), para trabalhar em projectos de animação patrimonial/ambiental e em levantamentos de património natural. Este técnico, embora não licenciado, mas com formação universitária em Geologia, era professor do ensino secundário e, para além da docência, tinha uma considerável experiência de dinamização de actividades lúdicas e de ocupação de crianças e jovens, numa organização local de Escuteiros. Num documento de Dezembro de 1988 sobre “Organização e funcionamento da DPHN-Ecomuseu Municipal”, António Nabais referia-se a ele como “investigador na área do Património Natural”.

²⁹⁴ No Curso de Técnicos Auxiliares de Museografia promovido pelo IPPC (portaria 493/86) em 1987/88 participaram os técnicos Ana Luísa Duarte e Rui Brito.

Equiparado a bolseiro pelo Instituto Nacional de Investigação Científica, a fim de concluir o estágio de Museologia, António Nabais passou em 1982 à situação de contratado pela Câmara Municipal, por forma a “continuar a desenvolver as actividades prestadas junto da CMS como sejam a continuação do levantamento Histórico Cultural, coordenação e dinamização do Museu Municipal, organização de visitas guiadas ao Museu e Concelho, organização de exposições temporárias e publicação de monografias do Concelho”.

No final de 1989, como veremos, a Câmara contratou e incumbiu da gestão corrente do museu uma técnica superior a tempo inteiro, reconhecendo assim as exigências acrescidas quanto à gestão e coordenação dos serviços do Ecomuseu, por um lado porque “a DPHN/EM estão cometidas importantes atribuições no domínio da inventariação, protecção, conservação e restauro do acervo patrimonial concelhio, bem como no desenvolvimento de iniciativas, programas e acções complementares de informação e animação cultural e pedagógica” e “Por outro lado e de acordo com a perspectiva descentralizadora da Câmara, o Ecomuseu Municipal tem uma estrutura dispersa por diversos núcleos, com vista a permitir a preservação e reutilização nos locais respectivos dos testemunhos materiais mais significativos da história do concelho”.²⁹⁷

Quanto ao trabalho administrativo, não se verificou neste período a existência de um serviço devidamente montado, mas, apesar disso, as necessidades básicas impostas pelo funcionamento do museu foram minimamente superadas através duma desconcentração de procedimentos pelos diversos técnicos e membros da equipa.

2.2.4.5. Meios logísticos

Começamos por analisar os meios logísticos destinados às funções primárias. Segundo a proposta de criação e regulamento inicial, os espaços inerentes do museu que lhes eram correspondentes consistiam em instalações centrais, em núcleos constituintes dum percurso museológico - quer edifícios, quer conjuntos de edifícios ou espaços urbanos, quer ainda embarcações flutuantes - e em espaços de exposições temporárias, dispersos pelas várias freguesias. Contudo, para além da ausência de uma intervenção de adaptação à função a que estavam destinados – nos casos do antigo mercado do Seixal e da cave de escola primária no Alto do Moinho - ou da exiguidade do espaço – junto do

centro comercial de Amora – não se chegariam praticamente a concretizar as exposições, acabando mesmo por se demolir o antigo mercado do Seixal.

Para o núcleo sede provisório²⁹⁸ era destinado ao Museu Municipal do Seixal um espaço duma escola primária na Torre da Marinha (artigo 3º da Proposta), cuja manutenção ficava a cargo da própria Câmara (artigo 11º).

Volvidos quase dezassete anos e continuando nas instalações provisórias o núcleo sede do museu municipal, o antigo Presidente da Câmara procurou, na nossa entrevista, justificar-nos o facto: “isso estava no centro das nossas preocupações iniciais: primeiro vamos fazer núcleos, primeiro vamos fazer experiências e vamos consolidar vontades, saberes, participação das populações. (...) um dia teremos de fazer a síntese do núcleos... (...) foi um critério... (...) A Quinta da Trindade foi sempre indicada como o núcleo sede. Independentemente do investimento com os vários núcleos, tínhamos já a ideia do, núcleo sede.”

O Programa do museu de Abril de 1982, repartia o espaço do edifício-sede em espaços públicos, semi-públicos e privado – contemplando teoricamente os diversos meios logísticos destinados às funções antes enunciadas.²⁹⁹

Quanto aos meios logísticos necessários à área de conservação e restauro, só com a admissão de uma técnica que acumulava, entre outras, essas funções³⁰⁰, é que o museu se equipou minimamente. Como já referimos, a mesma técnica deixaria contudo a instituição uns anos depois.

Quanto à área de oficinas, foi num espaço anexo ao da exposição permanente do núcleo sede que se instalou o carpinteiro naval, ali executando os modelos de embarcações, nos primeiros tempos do museu, até à criação do Núcleo Naval Histórico, em Arrentela. A actividade moageira em contexto museológico iniciou-se, por seu lado, com a

²⁹⁷ V. Acta da reunião de Câmara de 29 de Dezembro de 1989.

²⁹⁸ O *Boletim Municipal* de Junho de 1982 (nº57), informava, em 1ª página, a propósito da inauguração do Museu Municipal: “Futuramente o Museu será instalado, no Seixal, no Palácio da Quinta da Trindade, edifício de Interesse Público que a Câmara adquiriu no passado dia 17 de Maio”.

²⁹⁹ V. *Programa para o Museu Municipal do Seixal (museu polinucleado)* 1982: 14 – Espaços públicos: Recepção-acolhimento, exposição permanente, etc.; Espaços semi-públicos: sala de reuniões, biblioteca e sala de leitura, sala de audio-visuais e conferências, investigação; espaço privado: reservas, conservação, apoio técnico, oficina/armazém, Arquivo Histórico Municipal.

³⁰⁰ A referida técnica, com funções de conservação, era Ana Luísa Castanheira Duarte.

recuperação do Moinho de Maré de Corroios, em 1986, uma vez que a Câmara contratou os serviços do filho dos antigos moleiros que detinha conhecimento do seu funcionamento, tornando-se ele próprio³⁰¹ o "moleiro" do moinho transformado em equipamento museológico.

No que toca aos orçamentos e meios financeiros, o museu foi dotado sistematicamente de verbas, através do orçamento municipal anual³⁰², constatando-se contudo, também neste campo, uma desproporção entre os projectos e os meios logísticos que lhe foram atribuídos, sobretudo ao nível de intervenções e obras estruturais, como de recuperação de imóveis e adaptação de espaços, na sua maior parte sucessivamente adiados para planos de actividade seguintes. Cremos porém que a justificação o défice de concretização dos projectos museológicos e/ou de recuperação e valorização patrimonial carece de uma análise mais complexa, envolvendo os aspectos de programação e de gestão, associados pois às diferentes funções do museu e às prioridades estabelecidas em cada momento.

Pontualmente, a Câmara procurou meios financeiros exteriores com vista à concretização de projectos de instalação do museu. Em Janeiro de 1983, o SPHC, face à dimensão do plano de actividades em curso, propôs e a Câmara aprovou³⁰³ "que seja solicitado o apoio à UNESCO e à Fundação Calouste Gulbenkian, no sentido de colaborarem com a autarquia na concretização global do Museu Municipal que é polinucleado, portanto também passa pela recuperação dos Moinhos de Maré e da instalação do Núcleo Naval e do edifício para a instalação definitiva da sede do Museu (Quinta da Trindade)". Em 1984, a Comissão Nacional da UNESCO comunicava a atribuição de um subsídio para o biénio de 1984-1985 destinado ao projecto de recuperação e melhoramento dos moinhos de maré e do estaleiro naval de Arrentela.³⁰⁴

³⁰¹ O moleiro do Moinho de Maré de Corroios era Guilherme Almeida.

³⁰² Consultando os Planos de Actividade e Orçamentos anuais, constata-se, a título de exemplo, em 1989 e em regra, salvo variações técnicas de pouco significado, nos outros anos, que é atribuída uma dotação orçamental, no quadro dos Programas da Cultura, ao Projecto Ecomuseu, abrangendo as várias Acções específicas aprovadas para esse ano. Tal dotação – que em 1989 totalizou 44.800.000\$00 (quarenta e quatro mil e oitocentos contos) – não abrange as componentes de Pessoal e outras despesas consideradas correntes. No contexto nacional, reconhece-se pois a correspondência financeira a uma política autárquica apostando decididamente na frente cultural.

³⁰³ A solicitação de apoio à UNESCO foi deliberada em reunião de Câmara de 21 de Janeiro de 1983.

³⁰⁴ O subsídio da UNESCO que foi atribuído à Câmara Municipal do Seixal tinha o montante de USD 15.000. Concluído o projecto, a Câmara enviou à UNESCO o respectivo relatório, em Abril de 1986.

No que toca às funções secundárias de gestão e de intendência (administrativa), o núcleo sede (Torre da Marinha) incluía os espaços necessários, segundo o Programa do museu.³⁰⁵

Em geral, o museu dispunha de meios logísticos adequados à sua gestão e administração corrente, semelhantes aos de qualquer dos outros serviços municipais, mediante dotações orçamentais e financeiras regulares e provavelmente acima da média no contexto do meio autárquico nacional.

2.2.5. Núcleos museológicos

2.2.5.1. Principais fases de programação inicial e projectos

Da análise dos documentos institucionais e de alguns artigos publicados naquele período, podem ser distinguidas três fases principais na vida do museu municipal do ponto de vista do seu processo de programação inicial, através do qual se desenhou o *Ecomuseu Municipal do Seixal* com uma base suficientemente estabilizada para uma progressão qualitativa, tanto no campo da selecção de conteúdos programáticos, como na passagem da fase de projectos à da construção do próprio museu:

- a fase de pré-programação ou de “antevisão do futuro museu” (1980/1981),
- a fase de criação/instalação ou de museu “pré-polinucleado” (1982-1984) e
- a fase de definição de espaços/abertura de núcleos ao público ou de museu polinucleado (1984/1986 em diante).

Recuando até ao momento de concepção e de pré-programação do museu, de “antevisão do futuro museu”, em 1981, relembramos que o “Plano para 1982” do Sector do Património Histórico-Cultural identificava como possíveis “secções” do Museu Municipal o Moinho Novo dos Paulistas e o lagar de azeite da Quinta do Pinhalzinho. Previa ainda o restauro da Ermida de Santa Marta de Corroios, não a incluindo, contudo, na mesma categoria (de secção do museu). Nesse primeiro momento do museu, inscreveu-se também a elaboração do documento que já tivemos oportunidade de referir, “Por um museu do concelho do Seixal”, escrito por Fernando António Baptista Pereira no contexto de reflexão e de balanço que acompanhou a realização da exposição “O Trabalho na História do Concelho do Seixal”. Este texto espelhava, como

³⁰⁵ V. *Programa para o Museu Municipal do Seixal (museu polinucleado)* 1982: 14 – Espaços semi-públicos: direcção, serviços administrativos; espaço privado: arquivo.

vimos, uma ideia adquirida até então, a da pertinência de um museu polinucleado, que vivesse “de uma pluralidade de lugares de grande interesse histórico-cultural disseminados pela área do concelho”, o qual seria constituído pelo “edifício sede central” e por “todo um conjunto de percursos e lugares” que “podem e devem ser entendidos e arrançados como secções/sectores” do museu³⁰⁶.

Nesse momento, resultando pois da investigação histórica de António Nabais e do levantamento levado a efeito desde 1979, estavam pré-inventariados, para além do acervo móvel, diversos sítios e edifícios com valor histórico-cultural sobre os quais poderiam incidir projectos municipais futuros, tanto no plano patrimonial, como no plano especificamente museal: moinhos de maré (particularmente o de Corroios, por se encontrar em funcionamento), fábrica de pólvora (Vale de Milhaços), forno de cal (Azinheira), lagar de azeite (Quinta do Pinhalzinho), Porto da Raposa, Quinta da Trindade, fábrica de lanifícios de Arrentela. E também os barcos tradicionais do Tejo.

No segundo momento da criação do museu, e quanto à sua estruturação territorial dispersa pelas várias freguesias, o Museu Municipal do Seixal tinha uma estrutura descentralizada³⁰⁷, cuja composição era a seguinte:

A. *Instalações centrais* constituídas por espaços *públicos* (espaço de exposição permanente e casas-de-banho), espaços *semi-públicos* (espaço polivalente, sala de leitura e de reunião e espaços de direcção, de serviços administrativos e de apoio técnico) e espaços *privados* (espaço de armazém e de acondicionamento de acervo museológico em reserva e Arquivo Histórico).

B. *Percurso museológico* constituído por edifícios, por conjuntos de edifícios e espaços urbanos e ainda por embarcações flutuantes. Foi dado o nome de “núcleos” a todos os elementos desse “percurso museológico” independentemente do nível de tratamento que lhes estava atribuído ou do grau de aprofundamento de uma ou das várias funções museológicas em presença. Os elementos ou *núcleos* que, à partida, fariam parte do percurso museológico³⁰⁸ eram os seguintes:

³⁰⁶ V. PEREIRA, Fernando António Baptista —“Por um museu do concelho do Seixal” in *Catálogo da Exposição O Trabalho na História do Concelho do Seixal*, 1981: 3 (Anexo 1).

³⁰⁷ V. Organigrama 2: *Núcleos museológicos previstos na fase de criação/instalação do Museu Municipal do Seixal – Proposta de criação/Regulamento*, 1982.

³⁰⁸ V. *Proposta de criação...* 1982: 3. No *Programa para o Museu Municipal do Seixal (museu polinucleado)* 1982: 20, António Nabais apontava ainda para a constituição de um Núcleo de Arte Sacra

- núcleo antigo da povoação de Arrentela;
- núcleo antigo da vila do Seixal;
- núcleos antigos de Amora;
- núcleo naval, a estabelecer no Seixal, para onde eram destinadas as embarcações falua³⁰⁹, fragata e varino;
- forno de cal da Azinheira³¹⁰;
- Moinho Novo dos Paulistas;
- lagar de azeite na Quinta do Pinhalzinho (Paio Pires);
- Moinho de Maré de Corroios.

C. *Espaços de exposições temporárias*³¹¹: o antigo mercado do Seixal, um espaço junto do Centro Comercial em Amora e o espaço de cave duma escola primária (em construção) no Alto do Moinho e Vale de Milhaços (Corroios).

Em síntese, veja-se o organigrama do Museu Municipal do Seixal segundo a *Proposta de criação/regulamento* de 3 de Maio de 1982, a que corresponde o nosso **Organigrama 2** :

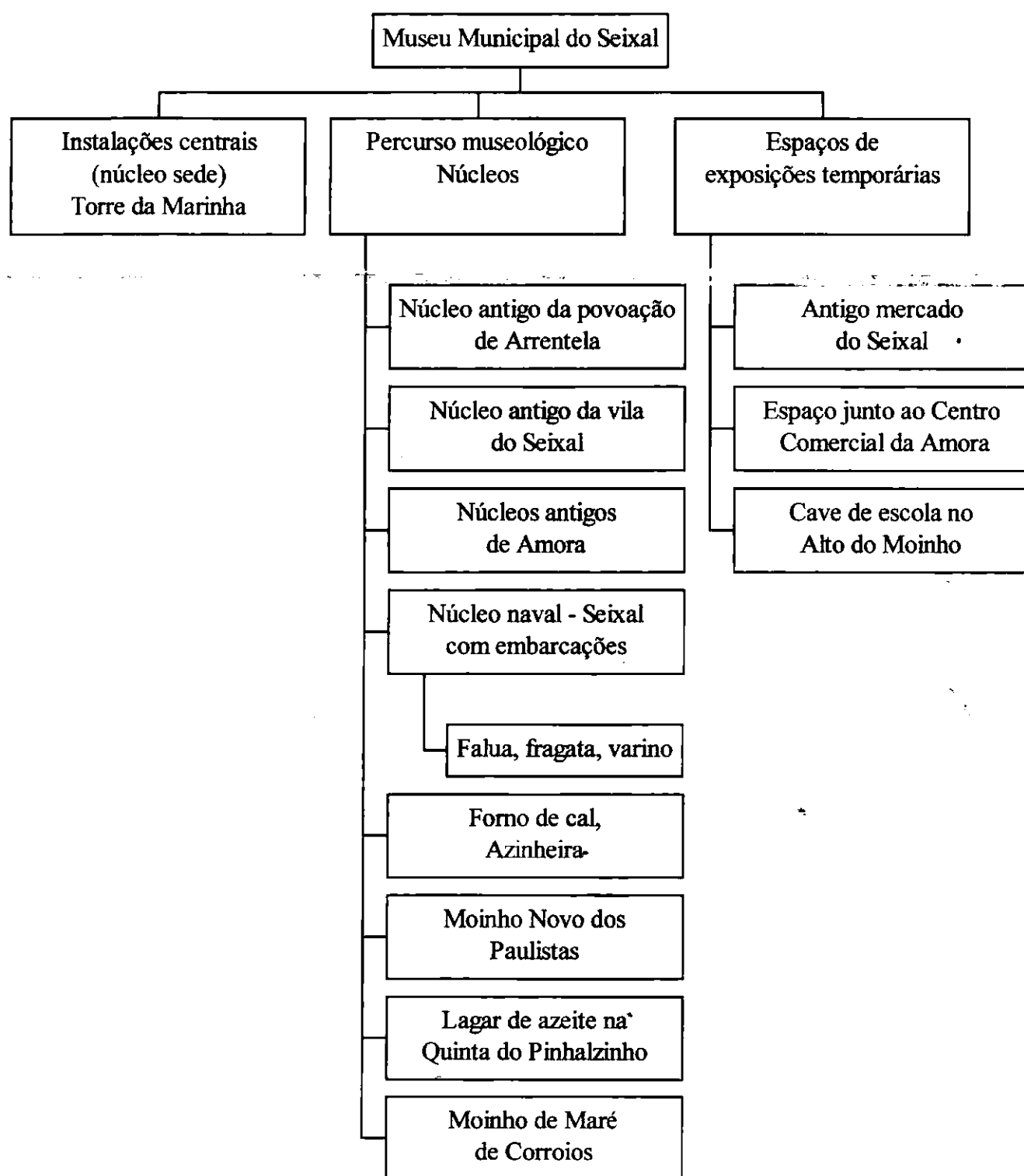
destinado à “exposição das peças de arte sacra do concelho”, o qual seria instalado na Igreja de Arrentela (Imóvel Classificado de Interesse Público) “em colaboração com os párocos”. A este propósito, lembramos que o SPHC havia proposto, para o plano de actividades de 1982, o “restauro” da Ermida de Santa Marta de Corroios, intenção que não se projectou na perspectiva museológica.

³⁰⁹ Apesar da embarcação tradicional adquirida pela CMS e integrada no Museu Municipal ser sempre referida como “falua”, trata-se, como já anteriormente referimos, duma embarcação com as características e tipologia de um bote de fragata. O nome com que foi registada foi “Gaivotas”.

³¹⁰ António Nabais atribuía o forno de cal da Azinheira ao século XIX, apesar de não conhecermos uma descrição ou a sua caracterização. Por vezes, os documentos daquele período referiram-no como forno de cal da Quinta da Trindade, dada a proximidade da área daquela Quinta, no lugar de Azinheira.

³¹¹ V. Artº 3º da *Proposta de criação/regulamento* do Museu Municipal do Seixal, 1982.

ORGANIGRAMA 2 - Núcleos museológicos previstos na fase de criação/instalação do Museu Municipal do Seixal – Proposta de criação/Regulamento, 1982.



Ao museu destinavam-se numerosos espaços de intervenção, numa óbvia desproporção, não só relativamente aos recursos técnicos e humanos previstos, mas também

relativamente à importância dada às formas de gestão desses mesmos recursos. Note-se que, mesmo abstraindo das questões ligadas ao património móvel, a suposta articulação entre núcleos colocaria problemas de conservação, de estudo e de documentação, de interpretação e de apresentação, de complexidade tanto maior quanto, por um lado, se estava em presença de uma exposição permanente e, por outro, de uma “sequência” não só de imóveis, como de conjuntos urbanos e ainda de embarcações (a conservar/gerir como objectos flutuantes). Tratava-se de um conjunto de bens requerendo uma programação museológica sistematizada, que teria justificado pesquisas e metodologias interdisciplinares.

A partir de 1982, apenas alguns bens e espaços “perspectivados” sobre os quais se planeava intervir foram objecto do trabalho museológico e/ou museográfico. A diferença entre os diversos documentos de intenção e a realidade foi no entanto conjugada com condicionantes no campo das realizações, até que se configuraram, na prática, os núcleos museológicos que a vida da instituição foi capaz de manter ou de fazer perdurar como projectos de futuro. Por se terem constituído para além de uma planificação previamente anunciada, foram excepção o Núcleo Naval Histórico de Arrentela, inaugurado em 1984 e o Núcleo da Água (na estação elevatória da Cruz de Pau, freguesia de Amora), cuja exposição foi aberta ao público em 1985.

Parece-nos aqui interessante confrontar a sucessão das realizações com os objectivos referidos nos textos.

Em 1983 António Nabais enunciava, num artigo de apresentação do museu publicado na revista *Al-madan* a par dos núcleos já instalados (Núcleo Sede e Núcleo Naval Histórico) os núcleos a constituir, começando pelo património municipalizado que se pretendia vir a recuperar (Moinhos de Maré de Corroios, da Passagem e dos Paulistas). Nesta enunciação estava incluída uma série heterogénea de realizações em perspectiva: “núcleos que se pretendem concretizar em todo o concelho, desde um estaleiro naval, os moinhos de maré, forno de cal, lagar de vinho, lagar de azeite, até aos núcleos antigos das povoações e das quintas; desde os portos antigos, até aos painéis de azulejos; dos aquedutos de água até às estações arqueológicas; da paisagem natural até à fábrica; da igreja paroquial à ermida; do coreto à estação de caminho de ferro”. A essa intenção António Nabais acrescentava: “pretende-se deste modo o aproveitamento do património

global do concelho, onde toda a população possa participar activamente na construção do seu espaço e no desenvolvimento comunitário”.³¹²

A referência a um lagar de vinho sempre apareceu de forma mais vaga do que nos outros casos de intenções quanto a núcleos museológicos e só a encontrámos associada à sua possível localização – Quinta de Cheiraventos, em Amora – num documento interno do museu de 1984.³¹³ A edição de Janeiro/Fevereiro de 1983 do Boletim Municipal³¹⁴ também mencionava esse núcleo, mas a aquisição não se veio a confirmar.

Data de Fevereiro de 1983 o documento programático, também de António Nabais, onde foram enumeradas mais sistematicamente, embora sucintamente, as intervenções projectadas para cada um dos seguintes núcleos museológicos, que descreveremos adiante: Quinta da Trindade, Moinhos de Maré (de Corroios, Novo dos Paulistas e da Passagem), Núcleo Naval Histórico e embarcações.

Num artigo que também citámos anteriormente, publicado em 1984, na revista *Museum*, António Nabais apresentou o museu com a mesma estrutura bastante alargada, mas sendo então nítida a discriminação entre uma componente realizada e uma componente perspectivada³¹⁵.

O propósito de “reformulação do programa” do museu apareceu inscrito no Plano de Actividades de 1984.

Em 1985, na sua comunicação sobre “Museus Locais” ao 2º Atelier Internacional da Nova Museologia³¹⁶ António Nabais sustentava: “a defesa da identidade cultural tornou-se objectivo das populações, por todo o país, a partir da Revolução do 25 de Abril, enquanto se multiplicaram as iniciativas culturais de âmbito local”; e “de um modo geral, os museus locais, que se criaram durante os últimos dez anos, beneficiaram dos

³¹² V. NABAIS 1983: 37-38.

³¹³ Num documento interno do Ecomuseu Municipal/Sector de Património Histórico-Cultural contendo as propostas de trabalho para o Plano de Actividades de 1984 inscreve-se um ponto 5, sobre “Preservação dos lagares (...)”. O lagar de vinho identificado é o da Quinta de Cheiraventos, que era (e ainda é) propriedade privada.

³¹⁴ V. *Boletim Municipal* da CMS nº 64, 1983: 6: “O museu Municipal – um museu em crescimento”.

³¹⁵ V. NABAIS 1984: 71-74.

³¹⁶ O 2º Atelier Internacional da Nova Museologia realizou-se, em 1985, de 3 a 5 de Novembro, em Lisboa e no Seixal.

efeitos da vida democrática e, em especial, da gestão democrática das autarquias, tornando-se instrumentos úteis às comunidades que os criaram e animam na actualidade.” Sublinhava, por um lado, o alargamento da “noção de espaço museológico” e, por outro lado, a adjunção nesses museus de

“novos elementos aos adoptados pela museologia tradicional, embora não desprezando os objectivos gerais que definem um «Museu», tais como recolher, conservar, investigar, expor e divulgar os testemunhos materiais e espirituais do Homem e do seu meio ambiente. Os objectivos destes novos museus não se traduziram na simples acumulação de colecções, mas antes na utilização dos testemunhos materiais e imateriais que ajudem a compreender, a explicar, a experimentar a realidade social, económica e histórica das diversas comunidades. Os motivos sociais ocupam um lugar de relevo, quer a nível da investigação, quer da interpretação. A participação da população, o diálogo entre técnicos e a população, a identidade local, a memória colectiva, a territorialidade, a interdisciplinaridade, a descentralização, a participação dos eleitos das autarquias, constituem os novos elementos da prática museológica dos museus locais, que escolheram uma museologia activa, atenta aos problemas concretos da comunidade e, por isso, aberta a todos os seus membros.”

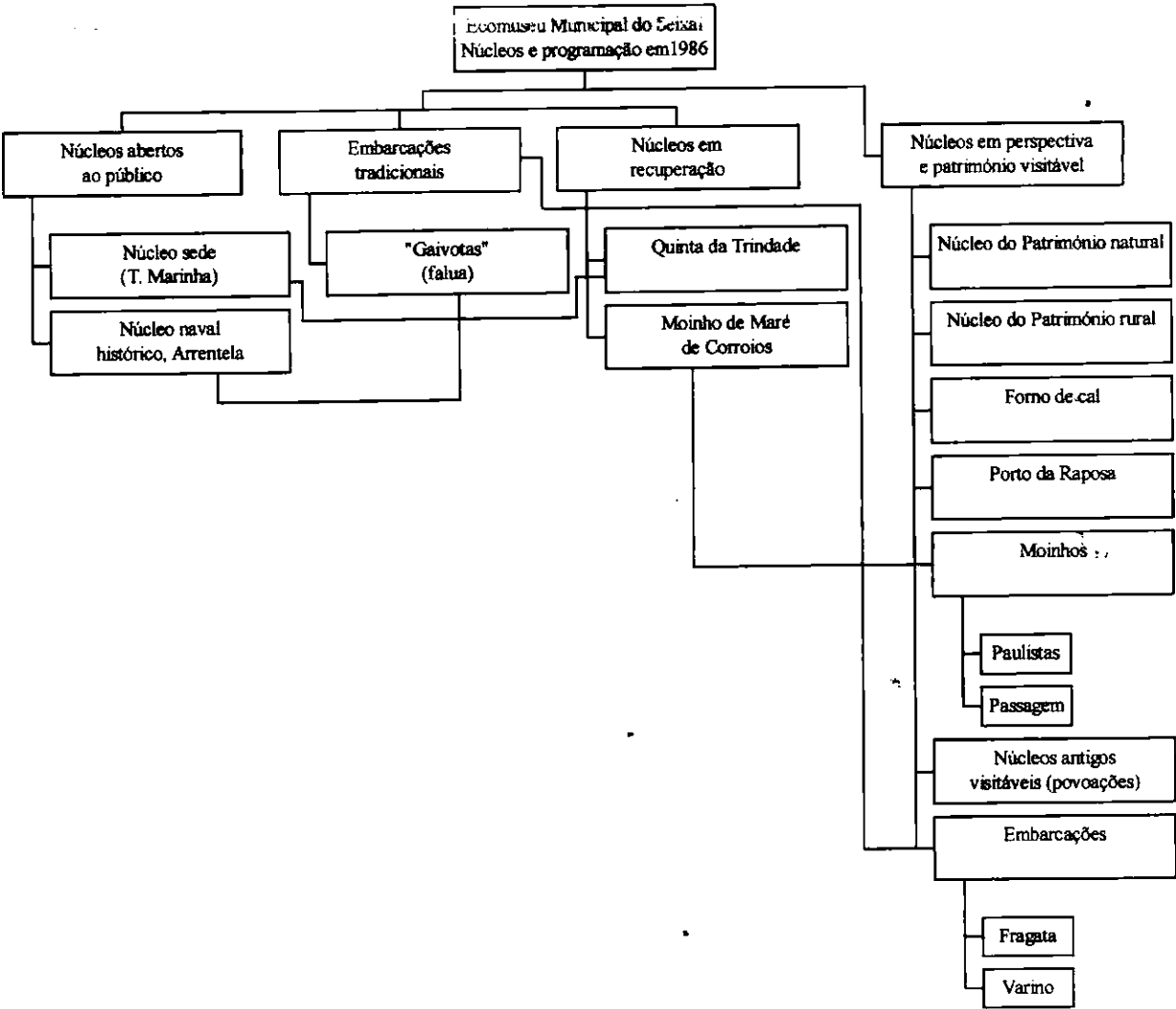
António Nabais sublinhava ainda a boa aceitação das novas concepções e práticas museológicas, tanto pelas populações, como por numerosos autarcas e técnicos.

O organigrama da estrutura e dos núcleos do museu de 1986, anexo à comunicação³¹⁷ apresentada no encontro de Museus Locais da Área de Lisboa ajuda a estabelecer uma clara distinção entre diferentes fases de intervenção do museu, em cada núcleo ou projecto de núcleo. O Núcleo Sede era repartido pelas instalações ditas provisórias da Torre da Marinha e da Quinta da Trindade (indicadas como “em recuperação”). Em funcionamento era apresentado o Núcleo Naval Histórico de Arrentela, abrangendo a exposição, a oficina/escola e as embarcações típicas. Quanto aos Moinhos de Maré (de Corroios, dos Paulistas e da Passagem), o de Corroios era o único indicado como “em

³¹⁷ V. “Organização e gestão de museus. A experiência do Museu Municipal do Seixal”, 1986. À semelhança de outros textos desta época ou posteriores e até de documentos administrativos, torna-se evidente o esforço de organização e de rigor na elaboração de informação, ao qual não é certamente alheia a contribuição concreta de alguns membros da equipa (num quadro interno de funcionamento bastante alargado), nomeadamente de Jorge Raposo, cujas tarefas excederam largamente o conteúdo funcional e as atribuições correspondentes à sua categoria profissional.

recuperação”³¹⁸. Os *Núcleos Antigos das Povoações Ribeirinhas* eram destinados a visitas guiadas. Finalmente, os “núcleos em perspectiva” eram: o de Património Natural (abertura então prevista para 1988), o do Património Rural, o forno de cal e o Porto da Raposa (ambos indicados como visitáveis). Veja-se o **Organigrama 3**.

ORGANIGRAMA 3 – Núcleos museológicos do Ecomuseu Municipal do Seixal e programação em 1986 (fase de definição de espaços antes da abertura ao público do Moinho de Maré de Corroios).



³¹⁸ Provavelmente por lapso, o organigrama de 1986 indicava o Moinho Velho dos Paulistas, mas a Câmara era e é proprietária do Moinho Novo dos Paulistas.

A redacção do texto “Ecomuseu Municipal do Seixal”, em Outubro de 1986, antecedeu a inauguração do núcleo museológico do Moinho de Maré de Corroios. Consistindo numa breve resenha da instituição e das suas actividades, enunciava os seguintes núcleos museológicos: Núcleo Sede, Núcleo Naval Histórico (sendo-lhe associada a “falua”), Núcleo dos Moinhos de Maré e Quinta da Trindade (futuro Núcleo Sede).

Conquanto não tenha existido formalmente, até final do período em questão (1989), um momento de reprogramação ou de avaliação explícita da organização e de funcionamento, podemos concluir, a partir da análise dos relatórios mensais de actividade, designadamente dos anos 1986-1989, que a estabilização da estrutura do Ecomuseu emergiu em coincidência com a utilização pelo público dos bens e dos núcleos reutilizados/instalados: Núcleo Sede, Núcleo Naval, Moinho de Maré de Corroios, embarcação “Gaivotas” e Núcleo da Água.

Essa estabilização conviveu paralelamente com uma segunda série de núcleos em vias de programação ou em previsão de reutilização, em que a intervenção museológica tinha lugar através da função de preservação (ainda que não sistemática) e/ou através das funções de investigação e de preservação: Quinta da Trindade, Olaria Romana da Quinta do Rouxinol (sítio arqueológico).

Permaneceram porém nos folhetos e nas demais edições do museu³¹⁹ as informações relativas aos espaços perspectivados mas não musealizados: Quinta do Rouxinol/Núcleo do Património Natural, forno de cal, Porto da Raposa e Moinho de Maré Novo dos Paulistas.

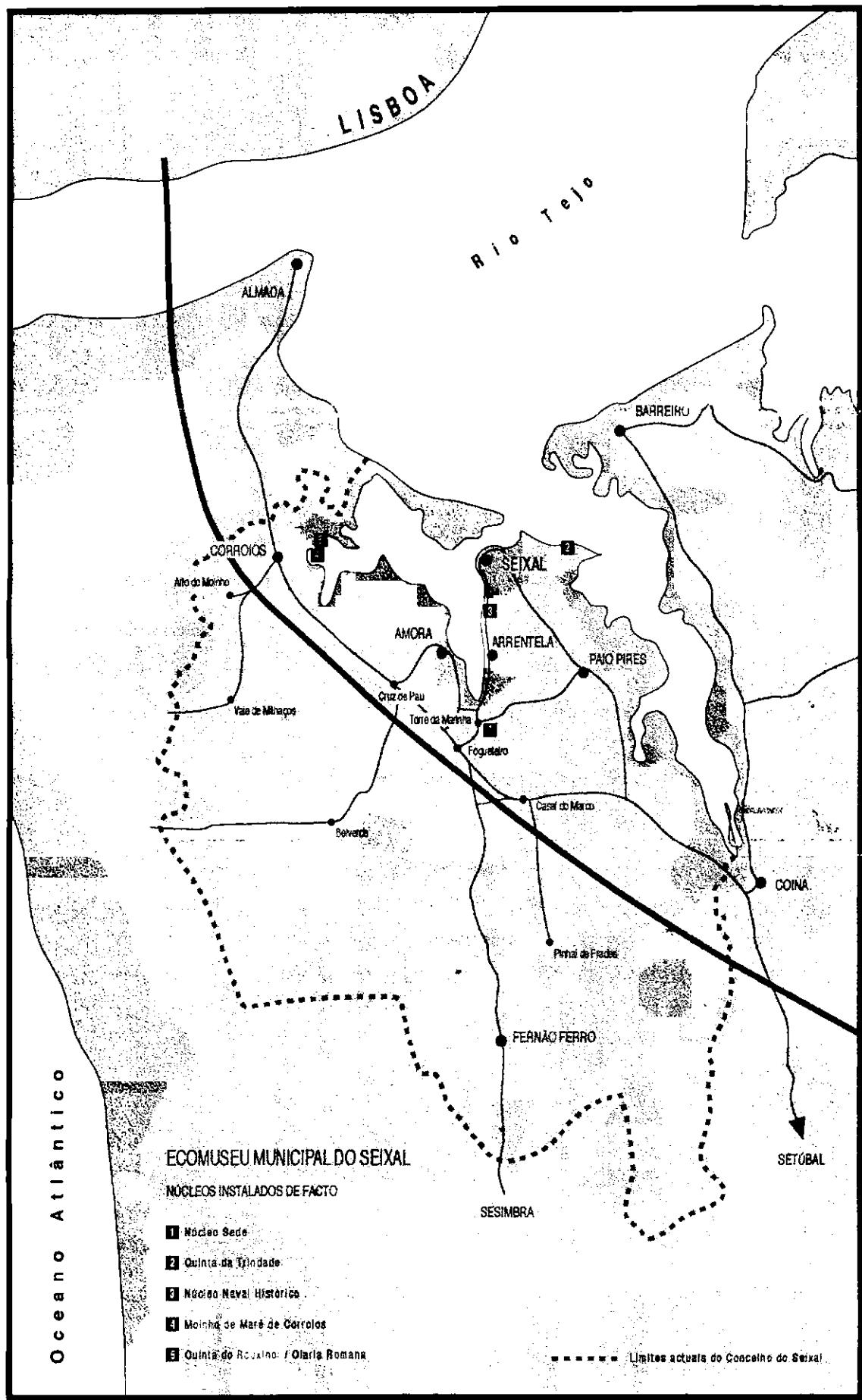
2.2.5.2. Núcleos instalados de facto (génese e localização ; campo temático e perfil funcional e disciplinar)

Faremos a seguir uma breve caracterização da génese e localização dos núcleos efectivamente instalados neste período, do seu campo temático e do perfil funcional e disciplinar de cada um.

No **Mapa 1** encontram-se localizados estes cinco núcleos museológicos :

³¹⁹ Cf. *Catálogo-guia do Ecomuseu* (1987)[réformulação da exposição permanente do Núcleo Sede]: compare-se, por exemplo, com a informação da p. 5 e respectivo mapa de localização.

Mapa 1 – Localização dos núcleos do Ecomuseu Municipal do Seixal instalados de facto (1982-1989)



Núcleo Sede

• **Génese e localização.** Como foi referido e em função de decisivas condicionantes orçamentais foi em 1982 destinado ao museu para a sua instalação³²⁰, anunciada como provisória,³²¹ um espaço disponível numa escola primária da Torre da Marinha, cuja manutenção ficava a cargo da própria Câmara.³²² O Programa do museu, por sua vez, sublinhava o facto de aquele espaço se situar “no centro do Concelho e de fáceis acessos para toda a população”.³²³

Numa área consideravelmente ampla mas estruturalmente desadequada ao fim provisório que lhe era destinado, foram instalados os *espaços públicos*, nomeadamente a exposição permanente, os *espaços semi-públicos*³²⁴ e os *espaços privados*, nos quais se incluíam o Arquivo Histórico Municipal e as Reservas.³²⁵

• **Campo temático e perfil funcional e disciplinar.** No plano temático este núcleo destinava-se a apresentar - no momento da sua instalação, coincidente com a criação do Museu Municipal - quer o conhecimento decorrente da investigação prévia, essencialmente histórica, sobre o concelho do Seixal, quer o acervo a ela reportado, recolhido com a participação da população, uma parte do qual tinha sido exposto em 1981 no âmbito da exposição sob o tema “O Trabalho na História do Concelho do Seixal”.

A primeira exposição de carácter permanente montada neste núcleo tinha por objectivo “representar o município, histórico e actual,, na multiplicidade dos seus aspectos:

³²⁰ Cf. *Proposta de criação/regulamento do Museu Municipal do Seixal*, 1982, artigo 3º.

³²¹ A propósito do carácter provisório das instalações do Museu Municipal do Seixal (Núcleo Sede), o *Boletim Municipal* de Junho de 1982 (nº57), informava, em 1ª página, no seguimento da inauguração do Museu Municipal: “Futuramente o Museu será instalado, no Seixal, no Palácio da Quinta da trindade, edifício de Interesse Público que a Câmara adquiriu no passado dia 17 de Maio”.

³²² Cf. *Proposta de criação/regulamento do Museu Municipal do Seixal*, 1982, artigo 11º.

³²³ V. *Programa para o Museu Municipal do Seixal (museu polinucleado)*, 1982: 13 [Organização, localização de espaços e funções].

³²⁴ Segundo o *Programa para o Museu Municipal do Seixal*, 1982, esses espaços abrangiam: direcção, sala de reuniões, biblioteca e sala de leitura, sala polivalente (audio-visuais, conferências), serviços administrativos, investigação, lavabos.

³²⁵ Segundo o *Programa para o Museu Municipal do Seixal*, 1982, os *espaços privados* também alojavam a conservação, o arquivo, o apoio técnico e a oficina/armazém.

geográficos, geológicos, históricos, económicos, sociais, políticos e culturais.”³²⁶ Estava organizada por secções, mais ou menos delineadas segundo um critério disciplinar e dedicadas à *História e Geografia Locais* (incluindo o tempo geológico, a Zoologia, a Botânica e a Arqueologia e História), à *Etnologia*, à *Arqueologia Naval*, à *Arqueologia Industrial* e aos *Aspectos da vida actual do concelho*.

O campo temático do Núcleo Sede acolhia a construção naval artesanal e os barcos tradicionais, assim como os moinhos de maré, aspectos que seriam tratados mais aprofundadamente, por um lado, no Núcleo Naval e na “falua” e, por outro lado, no Moinho de Maré de Corroios.

Esse tema endossou os principais aspectos incluídos no Programa do Museu Municipal, em que António Nabais delimitou o território e o que designamos por campo temático do Museu Municipal – “procurará representar o concelho na multiplicidade dos seus aspectos. Será um museu misto”³²⁷ – e em que valorizou, entre as actividades desenvolvidas até ao momento, a recolha de peças “desde os utensílios do carpinteiro de machado e do calafate até máquinas da indústria corticeira e máquinas de impressão; desde alfaías agrícolas e instrumentos de pesca aos instrumentos musicais, fotografias antigas, azulejos...”³²⁸

Correspondendo a expectativas reconhecidas da população, a proposta de criação do museu indicava simultaneamente como fundamento do próprio museu e como base de trabalho, reportado ao Sector de Património Histórico-Cultural³²⁹, “uma colecção importante de utensílios usados nas principais actividades económicas do concelho

³²⁶ V. António Nabais, “Introdução” do Catálogo-guia *O território, o homem, a história*. Câmara Municipal do Seixal-Ecomuseu Municipal do Seixal, 1987: 4. Em 1982, no Programa para o Museu Municipal do Seixal [p. 2], o mesmo museólogo citava Mário Tavares Chicó, para, no mesmo sentido, “definir o âmbito” dos museus municipais: “são museus destinados a documentar, no domínio da geografia humana, da história e da arqueologia, a formação e desenvolvimento do concelho”.

³²⁷ V. *Programa para o Museu Municipal do Seixal*, 1982: 1.

³²⁸ V. *Programa para o Museu Municipal do Seixal*, 1982: 4. A esta época correspondeu um tipo de recolha raramente precedida de selecção assente em critérios orientados para a constituição de colecções coerentes e representativas. A recolha ou a recepção de numerosos objectos teve por fim a sua suposta preservação, constatando-se porém numerosas situações controversas, nas quais os objectos foram retirados de um dado contexto, não registado, sem que tenha sido garantida a sua conservação física ou a sua documentação.

³²⁹ V. *Proposta de criação ...*, 1982: 2.

(pesca, construção naval, moagem; transporte fluvial e terrestre, agricultura e indústria" reunida "com a participação da população".³³⁰

Referindo o acervo do museu, o Artigo 4º do seu regulamento inicial³³¹ indicava:

- que era "constituído por colecções de materiais referentes à História do Concelho, peças de etnografia, de arqueologia naval e de arqueologia industrial";
- que poderia "ser permanentemente aumentado por objectos que a população continue a oferecer ou por aquisição feita pela Câmara Municipal do Seixal desde que sejam espécies importantes para a definição de entidade da população do Concelho".

Só uma parte desse acervo museológico foi utilizada na exposição permanente do Núcleo Sede: "as espécies a expor nunca poderão ser mais do que simples «chamadas», a propósito das quais se dará uma explicação"³³². À excepção de pequenas adaptações de carácter essencialmente museográfico, a exposição manteve-se até 1987³³³.

Com uma equipa técnica responsável pelos trabalhos museológicos³³⁴ constituída por António Nabais, Jorge Raposo e José L. Guerra Soares, a exposição foi então reformulada, introduzindo uma maior clarificação temática e marcando "uma nova etapa na história do Ecomuseu Municipal do Seixal: se, por um lado, é o resultado da reflexão e avaliação de toda a actividade museológica concretizada desde a inauguração do Ecomuseu; por outro, a existência de novos materiais e de novos elementos de

³³⁰ Sobre a colecção de objectos que o Museu Municipal do Seixal incorporou no momento da sua criação, não conseguimos determinar com precisão, através da documentação disponível, que fracção do espólio apresentado na exposição de 1981 (*O Trabalho na História do Concelho do Seixal*) é que transitou para o museu. Sabe-se que parte do espólio reunido para a exposição pertencia e regressou às entidades respectivas, nomeadamente empresas ou fábricas em funcionamento.

³³¹ V. *Proposta de criação* ... 1982: 3.

³³² V. *Programa* ... 1982:14.

³³³ Informação sobre a exposição do núcleo sede recolhida junto do técnico Jorge Raposo, que inquirimos pontualmente, ao longo do nosso trabalho, sabendo-o um interveniente directo no dia-a-dia da instituição, a partir de 1983 e apelando aos seus registos de memória ou de arquivo de trabalho, sobre aspectos pontuais nem sempre detalhados na documentação institucional organizada e disponível e sistematicamente por nós consultada.

³³⁴ A ficha técnica da exposição permanente do núcleo sede, inscrita no respectivo catálogo, informa-nos que o trabalho de conservação dos objectos foi da responsabilidade da técnica Ana Luísa Duarte.

investigação impuseram uma diferente apresentação das espécies museológicas de modo a dar a conhecer melhor o concelho do Seixal histórico e actual.”³³⁵

Organizada em “três grandes momentos principais”, “dado o cariz industrial que, em todas as épocas históricas, dominou a vida económica do território” - pré-industrialização, proto-industrialização e industrialização – a exposição tentava inserir simultaneamente os aspectos geográficos e geológicos, repartindo transversalmente a informação por alguns períodos históricos – pré-história, romanização e actualidade.

O “catálogo-guia”³³⁶ da exposição editado pela Câmara apresentava-se de certa forma como guia geral do Ecomuseu.

No plano da estruturação funcional e disciplinar, acabámos de referir, em ligação com o tema, a importância da exposição permanente em coabitação com as exposições temporárias no Núcleo Sede.³³⁷

O carácter provisório e precário da instalação do Museu Municipal viria a comprometer a evolução futura das suas actividades e a apreensão do projecto museológico pela população, bem como o processo comunicativo entre o museu e os seus públicos e utilizadores. Mas a abertura desse espaço, o Núcleo Sede, revelar-se-ia em contrapartida de grande importância estratégica e de um notável sentido de oportunidade o aproveitamento da disponibilidade e da iniciativa política de então. Esta decisão materializou não apenas a ideia de museu municipal, imediatamente passada a projecto, mas também o “serviço”, existindo até aí em interdependência no quadro dos serviços culturais municipais. Logisticamente, foi este núcleo que acolheu e permitiu sediar praticamente em exclusivo até 1984 e a partir daí até ao fim do período em análise, as áreas e actividades correspondentes às “áreas de actuação” ligadas à preservação, à difusão, à investigação e à gestão.

No que toca à conservação, o armazenamento de objectos recolhidos pelo museu e a aguardarem tratamento, assim como de todo o acervo guardado em “reserva museológica”, começou por ser feito neste núcleo central, remetendo para a Quinta da

³³⁵ Cf. NABAIS 1987: 4.

³³⁶ Tal como temos vindo a referir, a edição referente ao núcleo sede consistia num guia, com textos temáticos e informação sobre os temas/assuntos correspondentes aos diversos núcleos expositivos. A publicação não incluía informação sobre os objectos ou os documentos apresentados na exposição.

³³⁷ As exposições temporárias do museu neste período são analisadas num ponto anterior, quando se aborda a difusão.

Trindade as peças de grande porte, por razões evidentes das áreas e do tipo de edifícios disponíveis.³³⁸

Os objectos em exposição recebiam um tratamento condicionado pelos meios técnicos do museu, os quais, como vimos, foram acrescidos a dado momento, proporcionando uma certa adequação de procedimentos mínimos de preparação e de apresentação daqueles³³⁹.

Até à abertura do Núcleo Naval Histórico de Arrentela, o carpinteiro de machado e construtor naval incumbido da construção de modelos de barcos do Tejo em madeira exerceu a sua actividade num espaço anexo à exposição permanente do Museu Municipal/Núcleo Sede. Essa actividade permitiu simultaneamente documentar e divulgar – enquanto prolongamento da exposição – aspectos importantes sobre as embarcações tradicionais do Tejo e a construção naval artesanal.³⁴⁰

No que diz respeito à documentação saliente-se que foi instalado neste núcleo o Arquivo Histórico Municipal, trabalho empreendido pelo Sector de Património Histórico-Cultural³⁴¹ e mantido ainda durante alguns anos sob a responsabilidade da DPHN, apesar da atribuição de competências, nessa matéria, à Divisão de Biblioteca e Arquivo Histórico.

³³⁸ A instalação de reservas museológicas do Museu Municipal do Seixal foi um problema por resolver ao longo de todo este período, dada a falta de edifícios e de meios logísticos adequados. Para além do armazenamento de peças de maior porte na Quinta da Trindade, desde finais de 1988 passou-se a guardar ali parte do acervo móvel do museu.

³³⁹ Saliente-se mais uma vez que, entre 1985 e 1988, o museu municipal integrou ao seu serviço uma técnica auxiliar de museografia com preparação em conservação e restauro.

³⁴⁰ O trabalho do carpinteiro de machado e construtor naval Arnaldo Cunha, no contexto do museu, consistiu em construir modelos de barcos tradicionais do Tejo, a maioria deles a partir de uma colecção de planos adquirida no Museu de Marinha e procurando respeitar a escala respectiva. Na construção de cada modelo o executante incorporava evidentemente o seu conhecimento, saber técnico e memória decorrente da sua própria experiência, como carpinteiro naval e construtor de barcos, ainda que reformado. O principal material utilizado nestas construções era a madeira.

³⁴¹ A propósito da relação entre o Museu Municipal e a organização do Arquivo Histórico Municipal, em 1986, por exemplo, a CMS oficiou a Associação Portuguesa de bibliotecários, arquivistas e documentalistas, no âmbito do estudo que esta levava a cabo sobre a situação dos arquivos municipais portugueses, informando que António Nabais era o responsável pelo SPHC, estando a organização do arquivo – “em fase de organização”, “instalado no Museu Municipal do Seixal” e que “não se [encontrava] aberto ao público” – a cargo da técnica auxiliar de BAD Maria da Graça Pimentel Lemos.



Ao Arquivo Histórico associava-se, também para efeitos de serviço prestado aos utilizadores do museu, o Centro de Documentação³⁴². Desde 1982 foram feitos registos de material fotográfico produzido pelos próprios técnicos do museu, documentando não só aspectos da sua actividade, mas também as diferentes frentes de intervenção municipal, desde o saneamento básico à animação cultural e desportiva. A par da sua identificação sumária, aquele material foi acondicionado e arquivado, por forma a permitir a sua consulta e utilização, como *arquivo fotográfico*, sobretudo no âmbito do próprio museu, mas sem nunca excluir o acesso aos utilizadores exteriores, a começar por outros serviços municipais. A outra principal componente do Centro de Documentação foi a *biblioteca*, constituída por um fundo bibliográfico e por um fundo de material não-livro, correspondendo a cada um um livro de registo de entrada, no primeiro caso iniciado em 1985 e no segundo caso em 1989.³⁴³

Apesar da existência de outro serviço municipal com algumas atribuições claramente coincidentes³⁴⁴ com as que o SPHC e o museu assumiram na prática desde 1979, apesar da expectativa de que outros serviços passassem eles próprios a acautelar arquivos inerentes às suas frentes de trabalho³⁴⁵ e apesar das carências atestadas no plano das normas orientadoras de selecção ou de tratamento de temas e de conteúdos, foi ao Ecomuseu Municipal e à Divisão de Património Histórico e Natural que ficaram a dever-se as rotinas de recolha, registo e incorporação, incluindo a conservação de um espólio documental importante. Salientamos desde já e antecipando sobre o desenvolvimento conferido mais adiante a esta questão, um aspecto que nos parece

³⁴² O *Catálogo-guia* da exposição permanente do Núcleo Sede do Ecomuseu, de 1987, incluía, nas informações sobre “Funcionamento do Ecomuseu do Seixal” o Centro de Documentação e Arquivo Histórico.

³⁴³ O termo de abertura do “Registo de entrada de livros na Biblioteca” do Ecomuseu Municipal foi subscrito por Jorge Raposo, a 24 de Junho de 1985. O primeiro registo de material não-livro, a que foi atribuída uma distinta numeração de entrada, é de Março de 1989.

³⁴⁴ O Regulamento dos serviços municipais de 1988 incumbiu a DBAH, entre outras actividades enumeradas no Artigo 48º, de “Promover a conservação e inventário dos fundos documentais pertencentes ao Arquivo Histórico Municipal”, “Promover o levantamento do património bibliotecário e arquivístico do Município” e “Incentivar e coordenar programas de investigação no âmbito da história e cultura regionais”. Esperaríamos que um conjunto tão importante de aspectos tivesse sido alvo de apreciação e de avaliação, desejavelmente sumariadas num relatório de base para as medidas ulteriormente tomadas por decisão camarária, o que na verdade não se verificou.

³⁴⁵ Ao longo dos anos, por exemplo os serviços municipais que produziram o boletim municipal remeteram ao museu municipal, destinada ao seu centro de documentação, uma grande quantidade de material fotográfico resultante do registo geral de actividades e de realidades centradas no concelho do Seixal.

essencial para compreender a filosofia da criação e do funcionamento do museu: a sua capacidade de realização, de resposta às necessidades colocadas “no terreno”, face ao propósito essencial de salvaguardar patrimónios e memórias, bem como de procurar soluções práticas, em conformidade com um enquadramento técnico garantindo minimamente a projecção e o reconhecimento da sua utilidade, no plano social e no plano dos públicos/utilizadores do museu.

Devido sobretudo à utilização da exposição permanente, mas globalmente da conjugação da difusão (exposição, educação³⁴⁶) e da documentação, o Núcleo Sede registou ao longo dos anos 1982-1985 um afluxo crescente de público³⁴⁷, apesar dos espaços pouco atractivos e do reduzido conforto proporcionado aos seus utilizadores e visitantes. Nos anos de 1986-1987 o nível de afluência decresceu durante o período de encerramento relativo à remodelação da exposição permanente, tornando o Núcleo Sede a ser alvo da mesma atenção do público, após a sua reabertura³⁴⁸. Atendendo à natureza essencialmente escolar desse público, o horário de abertura da exposição aos fins-de-semana e à noite revelou-se injustificado e foi em consequência modificado.

A partir da reformulação da exposição permanente, o núcleo passou a dispor de uma sala de actividades temporárias.

No quadro de *centralização funcional*³⁴⁹ que caracterizou o Ecomuseu, o Núcleo Sede desempenhou um papel importante no plano da gestão interna, distribuindo recursos e fazendo circular informação pelos vários núcleos museológicos (*unidades territoriais*).

³⁴⁶ O Núcleo Sede serviu de base logística, nas sucessivas modalidades de funcionamento, dos técnicos que se ocuparam das actividades de extensão cultural e de educação na vertente de comunicação com os utilizadores e de acolhimento dos públicos – o que se foi designando por “serviço educativo”.

³⁴⁷ Segundo os dados estatísticos registados e disponíveis no Centro de Documentação e Informação do Ecomuseu, para os visitantes da exposição do Núcleo Sede do museu, temos: 1982 – 179 dias abertos ao público; 45 visitantes por dia; 1983 – 280 dias aberto ao público; 31 visitantes por dia; 1984 – 271 dias aberto ao público; 50 visitantes por dia; 1985 – 311 dias aberto ao público; 57 visitantes por dia.

³⁴⁸ A exposição permanente encerrou ao público entre Outubro de 1986 e Abril de 1987. Segundo os dados estatísticos registados e disponíveis no Centro de Documentação e Informação do Ecomuseu, para os visitantes da exposição do Núcleo Sede do museu, temos: 1986 – 219 dias aberto ao público; 42 visitantes por dia; 1987 – 150 dias aberto ao público; 53 visitantes por dia.

³⁴⁹ Cf. LAMEIRAS-CAMPAGNOLO 1998: 97-112. Quanto ao enquadramento tipológico das instituições museais, a autora distingue “modos diferentes de enraizamento territorial e modos diferentes de relacionamento entre as diferentes unidades territoriais, configurando, em combinação, diferentes graus de centralização ou descentralização territorial e diferentes graus de centralização ou de descentralização «funcional»”, exemplificando as seguintes combinações: *centralização territorial e centralização funcional*, *centralização territorial e (relativa) descentralização funcional*,

Saliente-se o facto de o museu se ter “construído” no plano disciplinar com uma ligação preferencial à história, continuando esta a ser a sua disciplina de base. Apesar da recolha das colecções e da constituição de um acervo crescentemente reportado às técnicas artesanais e à indústria, a verdade é que ele não foi estudado nesse período, até porque a equipa não dispunha dos meios técnicos e científicos para tal. Pelo contrário, no que toca à arqueologia, a composição e o alargamento dessa equipa indiciava uma apetência para o desenvolvimento de uma linha de pesquisas, que a curto prazo se começou a consolidar em projectos de investigação, eles mesmos potenciadores duma útil ligação do museu com o exterior. Ainda que tão cedo não se possa falar de um verdadeiro estudo das colecções arqueológicas, podemos distinguir claramente o aproveitamento que delas é feito, nomeadamente na difusão através da edição, assim como das colecções etnográficas e técnicas – utilizadas um pouco aleatoriamente, pontuando uma interpretação essencialmente histórica e sumariamente identificadas na exposição³⁵⁰, como, na formulação já citada, “simples chamadas a propósito [das] quais se dá uma explicação”.

Quinta da Trindade

• **Génese e localização.** O regulamento inicial do museu era omissivo quanto ao estatuto de incorporação dos bens imóveis e do património correspondente aos núcleos que fariam parte do “percurso museológico”³⁵¹, não os considerando no mesmo plano da colecção móvel, essa sim, definida como acervo museológico. No entanto, o Museu Municipal assentou empiricamente num conceito alargado de património, a partir do qual se desenvolveram também os projectos de musealização de património imóvel.

A Quinta da Trindade foi adquirida pela Câmara para ser destinada a sede do Museu Municipal do Seixal³⁵². O edifício principal (habitualmente designado como palácio), os seus anexos e o jardim ofereciam, segundo um texto/programa subscrito por António

descentralização territorial (relativa), centralização funcional – exemplo aplicado, no contexto do referido artigo, ao museu do Seixal – e *descentralização territorial, descentralização funcional* (p. 103).

³⁵⁰ A exposição de 1987 não foi concluída, digamos, ao nível do projecto museográfico, evidenciando-se, entre outros aspectos, a falta de legendas de ilustrações e de tabelas de objectos.

³⁵¹ V. *Proposta de criação* ... 1982: 3.

³⁵² A propriedade a que se continuou a chamar Quinta da Trindade veio à posse da Câmara por cedência ao domínio privado municipal decorrente de um alvará de loteamento de áreas envolventes, em 1982. A Quinta da Trindade é um imóvel classificado de Interesse Público pelo Decreto nº 516/71, de 22.11.1971

Nabais em Fevereiro de 1983, “boas condições para as exposições permanentes e temporárias, reservas e serviço educativo”.³⁵³

O primeiro levantamento dos imóveis municipais foi feito em 1986³⁵⁴, seguido de um ante-projecto de ocupação de espaços e de conservação da azulejaria. O programa museológico para o Núcleo Sede do Ecomuseu na Quinta da Trindade, elaborado pelo seu responsável e apresentado à Câmara em 1988 antevia como sua “função principal oferecer um conjunto de serviços à comunidade que dependem da recolha, conservação e restauro, estudo e animação do património cultural e natural do concelho”, “simultaneamente um centro de serviços museológicos e um centro de documentação, de investigação e animação onde se privilegia a história local através do documento gráfico e do objecto cultural”.³⁵⁵

• **Campo temático e perfil funcional e disciplinar.** A Quinta da Trindade introduziu, no plano temático do Ecomuseu, a importância do acervo arquitectónico e artístico, com uma ampla projecção cronológica, a exigir um futuro esforço de investigação interdisciplinar e particularmente histórica. No documento de 1983 anteriormente citado, retomando dados históricos que pontualmente já tinham sido publicados por António Nabais (1981)³⁵⁶, fazia-se uma caracterização histórica muito sumária do espaço, adiantando-se, sobre a sua musealização: “deve-se ter em conta a história da Quinta, que é um testemunho da presença de instituições religiosas no território do concelho do Seixal.” e que “Outro valor cultural a ter em atenção [...] consiste no património azulejar, que o palácio e anexos exibem: azulejos do século XVI, XVII, XVIII, XIX e XX. Património este de grande valor, que representa um tipo de material muito utilizado nos edifícios do concelho e que merece ser destacado no Museu, como elemento característico da construção civil local.”

No plano da estruturação funcional e disciplinar, este núcleo museológico desempenhou um papel de complemento logístico do núcleo da Torre da Marinha, devido

³⁵³ V. *Museu Municipal do Seixal (Museu polinucleado)*, Sector do Património Histórico-Cultural/Câmara Municipal do Seixal [subscrito por António Nabais, 8.02.1983] [10 p.].

³⁵⁴ O único levantamento da Quinta da Trindade disponível até 1998, foi executado de modo “artesanal” – como os próprios desenhos indicam – pelo técnico Jorge Raposo. Só entre 1998 e 1999 foi elaborado o levantamento arquitectónico exaustivo do conjunto classificado.

³⁵⁵ V. “Introdução” do *Programa museológico para o Núcleo Sede do Ecomuseu Municipal do Seixal – Palacete da Quinta da Trindade*, 1988.

³⁵⁶ V. NABAIS 1981b.

essencialmente à disponibilidade de espaços e às características da sua localização. Proporcionou especificamente uma série de actividades ligadas à conservação e à documentação do acervo azulejar, implementadas a partir de 1987³⁵⁷, enquanto primeiras tentativas de resposta às necessidades de uma intervenção para cuja complexidade e grandiosidade os meios disponíveis se revelavam insuficientes.

Não obstante se considerar à partida indispensável a preservação dos imóveis, apenas se verificaram intervenções cautelares de conservação do edifício principal, enquanto se garantia a segurança da propriedade através de um funcionário permanente (residente na Quinta).

A exposição – sob uma forma permanente ou temporária – era outra das funções previstas para aquele núcleo desde 1983³⁵⁸, implicando obras de recuperação e de adaptação dos espaços.

Embora reconhecendo que não existiam ainda “elementos históricos suficientes para se fazer a história da Quinta da Trindade” e, logo, que “durante as obras de restauração dos edifícios será necessário o acompanhamento de arqueólogos e historiadores a fim de registarem todos os vestígios que se forem encontrando”, o programa de 1988 apontava para a organização dos espaços – edifícios e jardim – “em função das actividades museológicas do Ecomuseu que se repartirão pelas exposições, actividades criativas, programas pedagógicos ou de formação profissional, serviços e acolhimento”. A essas actividades esse programa fazia corresponder espaços *públicos* (salas de exposição de carácter permanente – uma área fixa dedicada à azulejaria e outras com exposições de longa duração dedicadas à História do Concelho -, uma sala de exposições temporárias e uma cafetaria, para além do jardim e das instalações sanitárias), espaços *semi-públicos* (“sala de conferências, de projecção e concertos”, “sala de leitura da biblioteca e do centro de documentação”, sala de reuniões, gabinetes de investigação, “atelier de artes plásticas”, reservas visitáveis, além de diversos gabinetes de trabalho) e espaços

³⁵⁷ Em 1987, a Câmara Municipal, através do Ecomuseu Municipal do Seixal, organizou com o Instituto de Emprego e de Formação Profissional um Curso de Formação Profissional sobre Azulejaria, no decorrer do qual os formandos procederam à documentação e ao levantamento, limpeza e tratamento de espécimes azulejares do concelho, nomeadamente da Quinta da Trindade.

³⁵⁸ V. “Museu Municipal do Seixal (Museu Polinucleado)” [documento de António Nabais/Sector PHC], 8 de Fevereiro de 1983.

privados (essencialmente correspondentes a áreas técnicas de conservação e de documentação).³⁵⁹

Núcleo Naval Histórico de Arrentela

• **Génese e localização.** Como antes referimos, remontou a 1981 a aquisição pela Câmara ³⁶⁰ de uma fragata e de um varino, com vista à sua ulterior recuperação. No mesmo ano, um estaleiro do concelho ofereceu à Câmara uma embarcação típica, que então foi classificada como “falua”, a qual foi, por encargo da autarquia, recuperada por um outro estaleiro³⁶¹. Bastante mais pequena do que os outros dois, foi mais facilmente preparada para viagens e passeios no Tejo. Quanto aos dois primeiros, foram objecto de trabalhos de conservação, em 1982³⁶²

A partir de 1981 estabeleceram-se relações de trabalho muito específicas com os estaleiros navais dos concelhos do Seixal e da Moita, onde permaneciam activos alguns mestres e profissionais quer de carpintaria naval artesanal e de calafeto, quer de velas e de pintura, nomeadamente os pintores-decoradores tradicionais. Para além do envolvimento comum centrado na salvaguarda de embarcações - que eram ainda bastante numerosas no estuário do Tejo, em inevitável abandono desde que haviam perdido a sua funcionalidade - aquelas relações proporcionaram a recolha de muito espólio (sobretudo de ferramentas de mestres reformados ou já falecidos) e de uma abundante informação, verdadeiramente indispensável para o processo de salvaguarda do património náutico que se veio depois a desenvolver.

³⁵⁹ V. *Programa museológico para o Núcleo Sede do Ecomuseu Municipal do Seixal – Palacete da Quinta da Trindade*, 1988. [p.3 – “História do sítio” e p. 2 - “Introdução”].

³⁶⁰ Os barcos referidos – uma fragata e um varino - foram adquiridos à firma *Transpormar*, por decisão camarária de 26 de Junho de 1981, mediante proposta do SPHC. Tratava-se de duas embarcações de tráfego local, utilizadas durante algumas décadas no transporte de mercadorias. Recorda-se que a Câmara anunciou então que ia conservar as embarcações “mantendo toda a decoração tradicional, transformando-as em museu vivo” (Boletim Municipal nº 50 (Julho) 1981: 5).

³⁶¹ A embarcação oferecida pelo estaleiro da família Venâncio tinha características tipológicas correspondentes a um bote de fragata, contudo a designação de falua parece consonante com a nova utilização, de transporte de pessoas. A par dos trabalhos de recuperação, feitos no estaleiro do Gaio (de mestre José Francisco Lopes), foi registada na Capitania do Porto de Lisboa – LX 1874 - com o nome de “Gaivotas” (correção, por questões de inscrição, do primeiro nome, “Gaivota”).

³⁶² A deliberação de Câmara que antecedeu esses trabalhos foi tomada a 12 de Março de 1982, por proposta do SPHC, anterior, portanto, à criação do Museu Municipal. O estaleiro encarregue da obra foi o António Cravidão Lda., no Seixal (Mouchões, Ponta dos Corvos).

O lançamento da edição do livro “Barcos”, o segundo da colecção “História do Concelho do Seixal”, editada pela CMS, teve lugar a 25 de Abril de 1982. Da autoria de António Nabais, “Barcos”³⁶³ consistiu numa compilação de materiais de investigação, elaborados para a fundamentação, junto da Administração da Câmara, das propostas de musealização do Núcleo Naval Histórico.

A proposta de criação do Museu Municipal e o seu Programa (1982)³⁶⁴ previam a integração dos três barcos típicos do Tejo adquiridos pela Câmara (falua, fragata e varino) no núcleo naval, com localização prevista para o Seixal, junto a um antigo cais. No Programa, já lhe era atribuída a designação de Núcleo Naval Histórico, sendo as embarcações, a par das “ferramentas dos operários da construção naval”, incluídas na “colecção” em que assentava a programação do núcleo. Planeava-se a reparação dos barcos em estaleiro e a sua conservação “na água, junto ao cais, onde poderão ser facilmente visitados”.³⁶⁵

Em Abril de 1983 deu-se a viagem inaugural da “falua” (embarcação “Gaivotas”) com que se iniciou a reutilização do património fluvial,³⁶⁶ passando as embarcações a ser consideradas como uma extensão cultural do Núcleo Naval Histórico do Museu Municipal.

Foi em 1983 que se desencadearam diligências por parte da CMS, junto da Administração do Porto de Lisboa no sentido de aproveitar o antigo estaleiro de Arrentela,³⁶⁷ para instalar o Núcleo Naval Histórico do Ecomuseu Municipal.

³⁶³ V. NABAIS (1982) — *História do Concelho do Seixal 2. Barcos*. Seixal: Câmara Municipal do Seixal.

³⁶⁴ V. *Programa para o Museu Municipal do Seixal (museu polimucleado)*, 1982: 3.

³⁶⁵ V. *Programa para o Museu Municipal do Seixal (museu polimucleado)*, 1982: 18.

³⁶⁶ Segundo a acta da reunião de Câmara de 18 de Março “A partir deste dia serão realizadas viagens, de carácter cultural, nos esteiros do rio Tejo, situados na zona do concelho do Seixal. Durante a semana serão realizadas viagens para os alunos das escolas do concelho e, nos fins de semana, para a população em geral. Estas viagens fazem parte da extensão cultural do Núcleo Naval Histórico (núcleo do Museu Municipal), que, para além de proporcionarem viagens em barco à vela, típico do rio Tejo, permitirão um conhecimento das técnicas da construção naval artesanal e da própria estrutura arquitectónica deste tipo de embarcações, bem como o conhecimento do concelho visto dos esteiros”.

³⁶⁷ Na sequência da transferência dos estaleiros da empresa Socarmar para o Seixal, o espaço que aquela utilizava na Arrentela ficava sem ocupação.

O texto-programa de António Nabais³⁶⁸ voltava a justificar a pertinência de um núcleo museológico dedicado ao tema da construção naval e ao tráfego fluvial, fundamentando-se no conhecimento e nas pesquisas históricas anteriores: “A existência, na região do Seixal, de vários esteiros, que formam braços do rio Tejo, que entram pela terra dentro, permitiu, desde tempos muito antigos (época romana, Idade Média, época dos Descobrimentos com maior intensidade) a ocupação de toda a zona ribeirinha e o desenvolvimento de actividades ligadas à construção naval (estaleiros navais) e ao tráfego fluvial (existência de muitos portinhos). Assim se justificava a criação dum Núcleo Naval Histórico “no concelho do Seixal, onde se desenvolveu intensa actividade naval (tráfego fluvial e construção naval) com a presença de todos os barcos típicos do rio Tejo(...)”.

O mesmo texto estabelecia a ligação e procurava dar coerência, no plano museológico do momento, a medidas que a Câmara assumira em momentos diferentes, abrangendo também o acervo reunido: “Foi com o objectivo de defender e valorizar o património naval do rio Tejo que a Câmara Municipal do Seixal já adquiriu embarcações: fragata, varino, falua, dori e snipe³⁶⁹”.

A desactivação do estaleiro naval de Arrentela pela empresa Socarmar proporcionou assim a possibilidade de “aproveitamento” de um antigo equipamento, argumento que a Câmara tratou de sublinhar junto da própria Administração do Porto de Lisboa, a par de uma localização adequada à instalação de um núcleo naval do Museu Municipal.³⁷⁰

• **Campo temático e perfil funcional e disciplinar.** Pré-programado em 1983, o Núcleo Naval deveria “ser constituído pelo estaleiro naval artesanal de Arrentela”, onde se exibiriam os diversos materiais, assim enumerados: embarcações típicas do rio Tejo (fragata, varino, falua, dori e snipe), modelos de barcos³⁷¹, desenhos e fotografias de

³⁶⁸ V. *Texto de fundamentação para um núcleo dedicado à construção naval* - documento do Sector do Património Histórico-Cultural de 8 de Fevereiro de 1983, subscrito por António Nabais, p. 9-10.

³⁶⁹ O documento alude aqui à doação à Câmara, para o Museu Municipal do Seixal, em Dezembro de 1982, pela Associação Náutica do Seixal, de duas embarcações - um dori e um snipe.

³⁷⁰ O ofício de 2-02-1983 (do Presidente da Câmara) ao Presidente do Conselho de Administração do Porto de Lisboa referia “O local mais apropriado para a concretização deste núcleo (Núcleo do Museu Municipal), onde serão exibidas ao público as embarcações típicas do rio Tejo já adquiridas pela Câmara Municipal do Seixal (fragata, varino e falua) e objectos ligados à construção naval e ao tráfego fluvial, será o aproveitamento dum estaleiro antigo”.

³⁷¹ Nesta altura, já tinham sido construídos na oficina instalada provisoriamente na sala de exposições do Núcleo Sede, pelo mestre carpinteiro de construção naval Arnaldo dos Reis Cunha, diversos modelos de

embarcações, ferramentas dos construtores navais (carpinteiros de machado e calafates), materiais e equipamentos das embarcações e da construção naval, textos documentando a história naval da região, a oficina onde o carpinteiro de machado executava modelos de barcos típicos do rio Tejo.

Foi então devidamente valorizada de facto, como uma componente fundamental de intervenção patrimonial no trabalho autárquico e no museu, a activa participação dos estaleiros e dos profissionais que se envolveram em todas as acções de recolha de informação, de doação de objectos e, há que referi-lo, em vários casos, de prestação de serviços enquanto empresas.

No que toca às embarcações que não se encontravam a navegar, há que distinguir, por um lado, a fragata e o varino, que receberam trabalhos de beneficiação, uma vez que não foram obtidos meios financeiros para as equipar com fins de navegação e, por outro lado, as duas pequenas embarcações oferecidas pela Associação Náutica do Seixal, as quais não voltariam a flutuar, mantendo-se nas reservas museológicas, no núcleo da Quinta da Trindade.

As reduzidas estruturas construtivas dos estaleiros artesanais de construção de barcos de madeira serviam para guardar ferramentas e alguns materiais. Os elementos mais marcantes do estaleiro tradicional - mesmo que parcialmente reconvertido no trabalho do ferro, como foi o caso do de Arrentela - são as carreiras e o plano inclinado, a cábreia ou guindaste, os guinchos e, evidentemente, algumas estacarias e cais de acostagem. Nenhum desses elementos foi preservado ou recuperado, no âmbito da instalação do Núcleo Naval do Ecomuseu, inaugurado em 1984.

Uma deficiente coordenação dos níveis “programa-projecto” e “conservador-arquitecto”, comprometeu irreversivelmente a leitura do espaço, destruindo os elementos característicos de trabalho e da envolvente. Apesar de as construções do estaleiro desactivado serem comuns e se repetirem ainda, à época, num ou noutro local das zonas ribeirinhas do concelho do Seixal³⁷², eram, do ponto de vista dos materiais e

barcos tradicionais do Tejo, à escala, baseados em planos do Museu de Marinha e no conhecimento e experiência do próprio carpinteiro.

³⁷² Apesar disso, foi no concelho da Moita – estaleiros do Gaio/Rosário e de Sarilhos Pequenos – que se encontraram os estaleiros mais interessantes do ponto de vista das técnicas tradicionais e conservados em moldes de funcionamento muito idênticos aos da construção naval artesanal em madeira, com poucos equipamentos modernos introduzidos.

da forma, uma marca característica da função e do sítio.

Instalada a exposição permanente e inserida a oficina de construção de modelos num espaço do mesmo edifício, de toda a área envolvente apenas se manteve o velho barracão de madeira e telhado zincado, onde se continuaram a guardar materiais relacionados com as embarcações – as que o museu integrara entre o seu acervo e que os funcionários encarregues da tripulação da “falua” tinham por incumbência acautelar.

Aberto ao público em Novembro de 1984, o Núcleo Naval de Arrentela passou a atrair um público bastante numeroso, aproximando-se, aliás, do nível de visitantes do Núcleo Sede.³⁷³ Mesmo descontextualizado, o sítio continuou a ser denominado “estaleiro artesanal de Arrentela” e no folheto de apresentação (de 1986) pode ler-se que o núcleo museológico “permitiu a recuperação do antigo estaleiro artesanal de Arrentela, local onde agora se apresentam testemunhos históricos da organização e evolução da vida naval na área do estuário do rio Tejo”.

A exposição permanente baseava-se numa série de painéis informativos sobre o estuário do Tejo e localização das principais infraestruturas flúvio-navais, incluindo os estaleiros das povoações ribeirinhas da Outra Banda, a história naval dos últimos oito séculos, os materiais, as técnicas e as profissões tradicionais da construção naval em madeira, os aspectos da navegação e os diferentes tipos de barcos do Tejo, fazendo ainda referência à introdução do ferro. Conjugados com os painéis, os objectos tridimensionais eram exibidos em quatro conjuntos (sobre plintos de madeira ou dentro de vitrinas): um engenho de furar, ferramentas de carpinteiro de machado e de calafate, miniaturas de embarcações típicas do rio Tejo, dando destaque à da muleta de pesca.

O percurso expositivo inserido no pequeno pavilhão recuperado do antigo estaleiro resumia-se ao espaço mínimo indispensável ao carpinteiro naval, executante de modelos de barcos à escala, que anteriormente trabalhara no Núcleo Sede e que no núcleo de Arrentela desempenhava um papel essencial na comunicação com os visitantes.

Quanto às embarcações tradicionais, só a fragata e o varino se mantiveram fundeados

em Arrentela, uma vez que o local não detinha condições de acostagem para navegação.

Se no caso dos conjuntos edificados dos núcleos urbanos antigos era praticamente impossível o museu deter uma responsabilidade directa sobre a sua preservação e a sua divulgação, em sentido amplo, o mesmo já não deveria acontecer no caso das embarcações - bote de fragata (“falua”), fragata e varino.³⁷⁴ Assim, o museu teve a seu cargo a conservação e a gestão da reutilização, em passeios no Tejo, do “Gaivotas” e a reconstrução, entre 1988 e 1989, de um segundo bote de fragata, a que foi dado o nome de “Baía do Seixal”³⁷⁵. As outras duas embarcações ficaram sujeitas a uma manutenção precária, servindo apenas para enquadrar de certa forma a envolvente do próprio núcleo museológico.

A conservação dos objectos em exposição ressentia-se de uma visível limitação de recursos.

No plano da difusão, à temática deste núcleo do Ecomuseu Municipal esteve associada a publicação de diversos textos e artigos, de iniciativa ou com a participação do responsável científico, António Nabais, revertendo, a par das colaborações frequentes em eventos científicos e museais ligados ao património náutico, numa continuada divulgação do trabalho museológico municipal.

Por iniciativa da Associação de Municípios do Distrito de Setúbal, foi promovida em 1985 uma “Exposição Itinerante Distrital de Arqueologia Naval”, inaugurada em 25 de Abril em Setúbal. “[Organizada] mercê da cooperação intermunicipal” - que se pretendia aprofundar “com as acções que decorrem e se projectam nos vários concelhos” – essa exposição itinerante era destinada a “tornar pública a depredação a que foi sujeito o património naval, o que aqui foi salvaguardado e refuncionalizado,

³⁷³ Em 1984, registou-se uma média diária de 76 visitantes no Núcleo Naval de Arrentela – em 26 dias que o núcleo abriu ao público. Nos anos seguintes, esse número foi crescente – por exemplo em 1987, em 321 dias aberto ao público, o núcleo registou uma média diária de 60 visitantes.

³⁷⁴ Esta questão do âmbito de responsabilidades do museu quanto à conservação de bens patrimoniais imóveis, imobilizados - ou, no caso do património náutico, flutuantes - aplicava-se também aos imóveis a cuja função produtiva original se atribuía importância e que eram objecto de interpretação, eventualmente conservando o equipamento funcional - forno de cal da Azinheira, Moinho Novo dos Paulistas, lagar de azeite na Quinta do Pinhalzinho (Paio Pires) e Moinho de Maré de Corroios.

³⁷⁵ Quando em estaleiro, nos Mouchões (Seixal), para trabalhos de manutenção, a embarcação “Gaivotas” sofreu um grave acidente, no Verão de 1989, que impediu a sua utilização nos tempos que se seguiram. Entretanto, estava a decorrer a reconstrução de outro bote de fragata, num estaleiro de Amora (“Venamar”), no âmbito dum curso de construção naval, ao abrigo de um programa do Instituto de Emprego e Formação Profissional.

algumas medidas para proteger e recuperar o património arqueológico naval ligado aos rios Tejo, Sado, Coia, Enguias, ... braços de rios e lagoas de Santo André e Albufeira; a costa de Sesimbra a Sines; preservar a fauna e a flora actuais e alertar as populações para a luta contra a destruição dos esteiros do Tejo e toda a orla marítima do Distrito de Setúbal”.³⁷⁶ Condicionada ao único espaço adequado à mesma, no concelho do Seixal, a exposição foi apresentada no Moinho de Maré de Corroios, dissociada portanto do contexto museográfico que lhe estaria mais adequado.

Em 1988 foi iniciado e desenvolvido, através de uma equipa da Comissão Coordenadora Concelhia da Educação de Adultos, um projecto de “recolha oral” que permitiu, durante cerca de dois anos, um registo de informação junto de antigos operários da construção naval (abrangendo aspectos profissionais e da vida quotidiana), trabalho este que não seria tão cedo rentabilizado pelo museu.³⁷⁷

Moinho de Maré de Corroios

• **Génese e localização.** O programa de 1982 previa a musealização de dois moinhos que eram propriedade municipal – um no Seixal (Azinheira) e outro em Corroios – antevendo nos dois casos “espaços para moagem e celeiros”, “espaço para exposição”, “lavabos” e “espaço para habitação do moleiro que garantirá o seu funcionamento”.³⁷⁸

Em 1983³⁷⁹ afirmava-se – relativamente aos dois moinhos, de Corroios e dos Paulistas – que a autarquia tinha “como objectivo principal transformá-los em núcleos museológicos, mantendo o seu funcionamento, com as características tradicionais, isto é, aproveitando a energia das marés”. A Câmara contratara os serviços de um antigo moleiro que participaria no trabalho de montagem e de equipamento dos engenhos de moagem – e fazia corresponder as futuras obras de restauro a uma segunda fase de salvaguarda e de valorização dos moinhos. Quanto às caldeiras dos moinhos, preconizava-se que “poderão, de novo, vir a funcionar como viveiros de peixes e de

³⁷⁶ V. MARQUES 1985: 3 e 5.

³⁷⁷ No capítulo seguinte abordaremos este assunto, uma vez que os materiais resultantes da “recolha oral” sobre “Operários da construção naval e vida quotidiana”, completada em 1989, só em 1998 foram retomados e dado início à transcrição e análise sistemática dos registos sonoros e da documentação escrita. Anteriormente, fora necessário devolver aos entrevistados uma série de objectos temporariamente cedidos, sem que houvesse a possibilidade de organizar e proceder à sua documentação prévia.

³⁷⁸ V. *Programa* ... 1982: 19.

³⁷⁹ Cf. Texto programático de Fevereiro de 1983, de António Nabais/SPHC, p. 4.

ostras”. Não era avaliado contudo o que tal implicaria do ponto de vista da obra de limpeza³⁸⁰ e de conservação, assim como dos meios necessários à sua manutenção.

Os moinhos de maré de Corroios e Novo dos Paulistas incluíam-se entre os núcleos que constituíam o percurso museológico inscrito no regulamento inicial do museu. Recordemos que desde 1980 a Câmara Municipal do Seixal mostrara o seu interesse por aquele património, adquirindo ambos os edifícios e promovendo a sua classificação através de proposta apresentada ao IPPC conjuntamente com a Associação dos Amigos dos Moinhos. Parece-nos que, por parte da Câmara Municipal do Seixal, o objectivo de preservação do Moinho de Maré de Corroios terá antecedido a programação do museu municipal e, mais ainda, o projecto de transformação do moinho em núcleo museológico. Com efeito, seguindo o princípio da correspondência entre os programas de intenções e as políticas realizadas pelos autarcas, e ao analisarmos os programas eleitorais da força política maioritária na autarquia do Seixal, verificamos que em 1979 se preconizava “Reparar o moinho de marés de Corroios e mantê-lo em funcionamento de forma a transformá-lo em elemento de interesse cultural e turístico e lutar para que os [moinhos] do Seixal possam servir os mesmos objectivos”.³⁸¹

Como já referimos, todos os (10) moinhos do concelho do Seixal foram classificados “de interesse público”, num processo de classificação iniciado em 1982 e publicado em 1984.³⁸²

No folheto “Moinhos de Maré do Concelho do Seixal”, editado pela Câmara com a identificação do Ecomuseu Municipal, pode ler-se: “Herança cultural dos nossos antepassados, [os moinhos] constituem um valioso património a defender e conservar: a sua classificação como Imóveis de Interesse Público foi um primeiro passo nesse sentido. Consciente de tudo isso a Câmara Municipal do Seixal adquiriu já o Moinho de Corroios e o Moinho Novo dos Paulistas, visando a sua transformação em núcleos do

³⁸⁰ O mesmo texto de 1983 apenas refere a “Caldeira que, depois de limpa, poderá servir de viveiro de peixes”.

³⁸¹ V. *Programa eleitoral da Aliança Povo Unido para o Concelho do Seixal* (1979) Capítulo 5 [Equipamento Urbano]: 21-22.

³⁸² A classificação dos moinhos de maré do concelho do Seixal foi efectuada por Decreto do Governo n.º 29/84, de 25 de Junho.

Ecomuseu Municipal do Seixal, o que permitirá o aproveitamento museológico dessas estruturas, revitalizando-as e mantendo-as «vivas» para a sociedade futura”.³⁸³

No mesmo ano (1986) era editado pela Câmara o quarto volume da “História do Concelho do Seixal”, a obra de António Nabais “Património industrial: Moinhos de Maré”, onde se dava conta da investigação levada a cabo e se aprofundava e desenvolvia a informação relativa aos moinhos de maré do Concelho, que sumariamente já tinha sido divulgada, no ano anterior (1985), na brochura, igualmente editada pela Câmara, “Carta Histórica do Concelho do Seixal”.

Nas Jornadas de Arqueologia Industrial realizadas em Coimbra alguns dias após a inauguração do núcleo museológico do Ecomuseu Municipal do Seixal do Moinho de Maré de Corroios, Jorge Custódio referia-se ao trabalho do Seixal da seguinte forma: “O desenvolvimento dos estudos dois moinhos de maré, sob o ponto de vista do património industrial, vai pertencer, a partir de 1980, a três entidades, no nosso país. Em primeiro lugar, à Câmara Municipal do Seixal que em boa ora soube arrancar a partir do embrião deixado pelos pioneiros do G.D.I.C.. Pela mão de António Nabais, o município conseguiu em seis anos estabelecer as bases essenciais da classificação e recuperação dos moinhos de maré do concelho. O estímulo que vem exercendo nos concelhos vizinhos e noutras regiões do país é, aliás, de enaltecer”.³⁸⁴

• **Campo temático e perfil funcional e disciplinar.** António Nabais perspectivou as acções de salvaguarda dos moinhos de maré, por parte da CMS, em duas fases de intervenção: uma primeira fase de inventariação de todos os moinhos e de aquisição de dois (o de Corroios e o dos Paulistas), de organização do processo de classificação de imóveis de interesse público e do seu estudo, quer histórico, quer arqueológico³⁸⁵, uma segunda fase de recuperação do moinho e de transformação em núcleo museológico do Ecomuseu Municipal, considerada “uma excelente experiência de recuperação do património arquitectónico industrial e de todo o seu espaço fabril”, em que era afirmado que “pela 1ª vez, em Portugal, se recuperou totalmentè um edifício industrial para fins didácticos”.

³⁸³ V. folheto “Moinhos de Maré do Concelho do Seixal”, Câmara Municipal do Seixal, 1986.

³⁸⁴ V. CUSTÓDIO 1989: 345.

³⁸⁵ V. NABAIS 1990: 321-324.

O facto de o moinho de Corroios ainda se encontrar em funcionamento, ou pelo menos num estado de conservação que lhe permitia funcionar, foi decisivo na evolução da intervenção museológica e patrimonial.

Apesar disso, parte do equipamento de moagem, e fundamentalmente o sistema motor – rodízios e rodas dentadas de transmissão – foi desenhado³⁸⁶ e executado de novo, sob a orientação do anterior moleiro.

O projecto museográfico atribuía ao rés-do-chão, repartidas pelos espaços existentes, as funções de exposição e de moagem, destinando o 1º andar a auditório. Durante a realização das obras procedeu-se a algumas alterações, que incidiram numa configuração do circuito expositivo e num aproveitamento dos espaços, diferentes do plano museográfico inicial.

Em 1986 o Moinho de Corroios, depois de beneficiar de obras importantes, incluindo a recuperação do sistema de moagem,³⁸⁷ foi inaugurado como “núcleo do Património Industrial” do Ecomuseu, no âmbito das comemorações do 150º aniversário do Concelho, recomeçando o seu funcionamento com três pares de mós.

Aberto ao público em Novembro de 1986, este núcleo do Ecomuseu suplantou os outros dois – Núcleo Sede e Núcleo Naval Histórico – na capacidade de atrair o público³⁸⁸, (mais notoriamente do que o núcleo de Arrentela, repartido em público local e público exterior, o que se manifestou também pela acréscimo de afluência de visitantes aos fins-de-semana).

A partir de 1987, o espaço destinado a actividades temporárias (1º andar) do núcleo museológico de Corroios passou a ser utilizado para a apresentação de exposições de pintura e outras iniciativas culturais da Câmara ou de parceria com outras organizações, alargando o leque e tipo de públicos que o visitaram, mas desviando-se seguramente de um programa de divulgação especificamente museal ou de uma programação inserida no âmbito temático do Ecomuseu, para servir de “sala de visitas” e substituir a “galeria

³⁸⁶ O trabalho técnico de desenho e de acompanhamento de execução de peças do moinho, no processo de musealização, foi feito pelo desenhador do museu, Jorge Raposo.

³⁸⁷ A recuperação do sistema de moagem do Moinho de Maré de Corroios para musealização implicou a elaboração de projecto e execução de parte do sistema de transmissão e de oito rodízios de ferro.

³⁸⁸ Em 1996, com 22 dias aberto ao público, o Moinho de Maré de Corroios (núcleo do património industrial) teve uma média diária de 110 visitantes. Em 1987, aberto ao público 262 dias, essa média subiu para 152 visitantes.

de exposições” que a Câmara não detinha ainda, fora do âmbito do trabalho museológico.

Quinta do Rouxinol

• **Génese e localização.** Desde os anos 60 que, segundo informações orais, se tinham verificado os primeiros achados de espólio romano na Quinta do Rouxinol, localizada em Corroios, junto de um esteiro do estuário do Tejo. Por essa razão, o museu efectuara no local prospecções de superfície, entre 1982 e 1983, confirmando indícios de funcionamento antigo de uma olaria.

Em 1986 foi necessário o museu proceder a escavações de emergência na Quinta do Rouxinol, devido à descoberta de importantes achados arqueológicos romanos, no decurso de uma obra de saneamento³⁸⁹. O trabalho realizado a partir de então contou com o apoio do Centro de Arqueologia de Almada, uma vez que se considerou que o museu não detinha recursos suficientes, adequados ao tipo de intervenção que se impunha.

• **Campo temático e perfil funcional e disciplinar.** O sítio já fora incluído, desde 1985, no projecto de investigação regional *Ocupação Romana na Margem Esquerda do Estuário do Tejo*, da iniciativa de um grupo de arqueólogos (Clementino Amaro, Jorge Raposo, Ana Luísa Duarte e Armando Sabrosa), que compreendia dois técnicos do museu e tendo por entidade coordenadora o Centro de Arqueologia de Almada (de quem também faziam parte aqueles técnicos), envolvendo simultaneamente sítios com potencial arqueológico de outros concelhos (Alcochete, Almada e Benavente)³⁹⁰.

Na sequência do achado, foi deliberado dar continuidade à investigação arqueológica, criando as condições para a sua preservação no sítio. A fim de proteger os fornos e tornar possível a continuação dos trabalhos arqueológicos, a Câmara implantou em 1986 e ampliou à medida das necessidades uma estrutura de protecção e de cobertura,

³⁸⁹ Consistindo na alteração do emissário de Corroios, a obra estava a ser vigiada por técnicos do Ecomuseu, devido a estarem prevenidos de achados anteriores, de superfície. Os técnicos intervieram quando uma retroescavadora pôs à vista uma mancha vermelha, com numerosos tijolos e tijoleiras.

³⁹⁰ Os sítios com potencial interesse arqueológico em Almada e em Alcochete eram, respectivamente, a fábrica de salga de peixe de Cacilhas, as olarias do Porto dos Cacos.

disponibilizando paralelamente uma sala de apoio num dos edifícios das instalações municipais anexas.³⁹¹

Em 1987, o museu fez acompanhar da edição de um folheto “Arqueologia na Quinta Rouxinol” a realização da segunda campanha arqueológica na Olaria Romana, em Corroios.

O sítio arqueológico passou a estar integrado nos circuitos e/ou em visitas temáticas específicas, com o acompanhamento de técnicos do museu, considerando-se um dos seus núcleos museológicos.

O sítio foi objecto de sucessivas campanhas arqueológicas: a terceira em 1988 e a quarta em 1989.

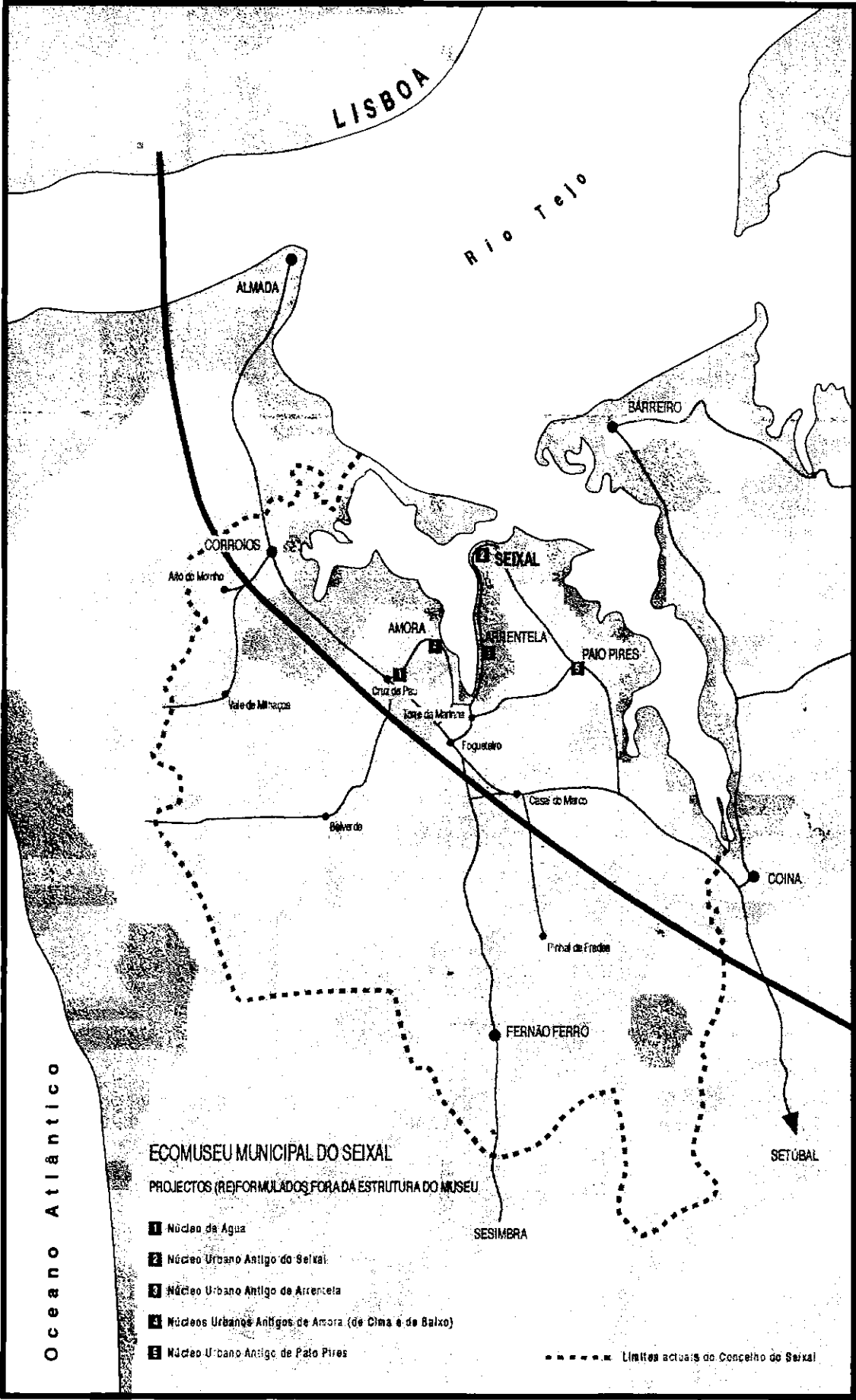
2.2.5.3. Projectos (re)formulados fora da estrutura do Ecomuseu

Analisaremos em seguida a série de projectos, localizados, no concelho do Seixal, através do Mapa 2, os quais, embora denominados por núcleos, se configuraram ou vieram a ser reformulados fora da estrutura de museu.³⁹²

³⁹¹ A Divisão de Águas e Espaços Verdes e Jardins tinha instalações na Quinta do Rouxinol, em Corroios, em espaço envolvente dos achados arqueológicos romanos de uma olaria.

³⁹² Apesar de não se tratar de uma iniciativa museológica de tutela municipal, cabe fazer uma nota sobre a concretização, neste período, ao Museu de empresa da SPEL. Em 1984 a Direcção Industrial solicitou ao Conselho de Administração a criação do Museu, propondo a sua instalação no edifício nº 1 da Fábrica de Pinheiro da Cruz, em Santa Marta de Corroios. O Conselho de Administração aprovou nesse mesmo ano a criação do Museu, decidindo em simultâneo a edificação de um novo laboratório, para ser possível a libertação do espaço a ocupar por aquele. No ano seguinte (1985), o colaborador responsável pela execução do projecto, encarregue da recolha dos documentos e dos equipamentos a incorporar, passou a ocupar-se de tal tarefa a tempo inteiro e iniciou a construção de maquetas das oficinas/instalações não existentes, mas de grande importância para a história e a representação da fábrica. Considerado disponível o edifício do antigo laboratório, nele se deram início, em 1987, às obras de adaptação ao Museu da SPEL, a que se atribuiu, em 1988, o nome do Senhor Major Engenheiro João Victor Ferreira da Fonseca, como patrono, tendo em consideração a sua contribuição para o desenvolvimento da Empresa na dupla qualidade de accionista e de director técnico. Aproveitando a comemoração do 60º aniversário da constituição da empresa, o Museu da SPEL foi inaugurado em 1988 (4 de Dezembro).

Mapa 2 – Localização dos projectos (re)formulados fora da estrutura do museu (1982-1989)



A proposta de criação do museu e o seu programa, ambos de 1982, inscreviam entre os núcleos do seu percurso museológico, os núcleos antigos da vila do Seixal e das de Arrentela, Amora e Paio Pires. O programa enunciava, para a maior parte dos núcleos, a respectiva delimitação ou as medidas preconizadas:

- No núcleo antigo da povoação de Arrentela seriam “percorridas as ruas típicas com as casas do século XIX”;
- No núcleo antigo da vila do Seixal – “toda a vila do Seixal” – continuar-se-iam “a tomar medidas para evitar a ruína dos edifícios, procurando manter as características arquitectónicas iniciais”;
- do núcleo antigo da povoação de Amora, delimitava-se, na zona ribeirinha o “bairro operário do final do século XIX (Fábrica de Vidros da Amora), “o coreto e o largo com as casas típicas que o rodeiam; na “zona da Igreja”, “as pequenas casas típicas”

Entre 1987 e 1988, uma equipa de técnicos municipais em que participou o Ecomuseu Municipal elaborou um trabalho interdisciplinar de grande interesse, intitulado *Plano de Salvaguarda do Património Urbano e Natural do Concelho do Seixal*, que consideramos conter os antecedentes da delimitação e regulamento dos núcleos urbanos antigos, representando o assumir desta área de gestão urbanística, com o progressivo distanciamento e a omissão de funções no plano patrimonial, por outros serviços municipais. Apesar de não se terem ainda realizado inventários sistemáticos de conjuntos edificados ou da envolvente natural, o *Plano de Salvaguarda..* dava conta de um levantamento e um conhecimento sobre a realidade concelhia bastante completos, e apresentando-se devidamente fundamentado quanto aos princípios teóricos e metodologia preconizada para as intervenções a serem desencadeadas no território.

Em 1988, a Câmara Municipal do Seixal tomou parte na assinatura do Protocolo de Adesão de Municípios para a constituição da Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico.³⁹⁴

³⁹⁴ Foram dezasseis os Municípios que estabeleceram, através dos respectivos representantes, a 2 de Julho de 1988, o Protocolo de Adesão de Municípios para a constituição da Associação de Municípios com Centro Histórico. Na deliberação da Câmara Municipal do Seixal que antecedeu a sua tomada de posição, pode ler-se: “A salvaguarda, recuperação e revitalização dos núcleos históricos do concelho exigem estudos e projectos, meios técnicos e financeiros que mais facilmente se poderão obter através de uma instituição cuja vocação e dinâmica se volte para os problemas que hoje afectam as populações locais que fruem dos centros históricos. Assim, uma associação será um instrumento cultural que poderá dar uma resposta aos problemas que grande parte dos municípios portugueses possuem na área da protecção e revitalização dos centros históricos” (Reunião de 89/6/17, Anexo nº 13).

Núcleo da Água

Na sequência da elaboração e da montagem, pela Divisão de Águas da Câmara, de uma exposição Central de Águas da Cruz de Pau/Depósito elevado, em 1985 o Ecomuseu Municipal interveio para a melhorar.

Centrado no tema da água, enquanto recurso natural, enquadrado na informação sobre um serviço urbano essencial ao bem-estar da população, este núcleo resultou portanto da instalação de uma exposição, precisamente no espaço de uma central elevatória de água da rede de abastecimento municipal (Cruz de Pau, freguesia de Amora) decorrendo de uma iniciativa conjunta de serviços municipais – DPHN/Ecomuseu e Divisão de Águas (Departamento de Saneamento Básico).

Em 1989, o Ecomuseu apresentou uma proposta de circuito expositivo (elaborado por Jorge Raposo, com o acordo de António Nabais), com vista à sua actualização, com carácter permanente a partir duma lista de temas a abordar elaborada por António Nabais., proposta essa que não chegou a ter concretização prática. Nesses temas incluía-se: 1. Fixação dos povos junto da água. Utilização da água: na vida, no transporte, na indústria, na agricultura. 2. Da linha de água, poço até ao fontanário e chafariz. 3. Do aguadeiro e da tulha à água canalizada. 4. Água ao domicílio. 5. A água é vida (sob a forma da projecção de diapositivos sobre o tema).

Apesar de alguma aceitação por parte do público escolar, a falta de actualização e de renovação do tratamento temático após a sua abertura ao público e, a par disso, uma sustentação logística precária, determinaram o abandono do projecto já nos anos 90. Retomaremos contudo a questão do tema e da sua pertinência entre os conteúdos de exposições do ecomuseu, quando abordarmos a realização da exposição permanente “A Terra e o Homem – aspectos geológicos do concelho do Seixal” (1993).

Núcleos urbanos antigos

Em 1980 a CMS promoveu um programa de recuperação de exteriores de edifícios antigos nas zonas de Amora, Arrentela, Paio Pires e Seixal, sensibilizando a população através do apelo “Defenda o património arquitectónico”.³⁹³

³⁹³ Desta campanha de sensibilização dirigida à salvaguarda do património arquitectónico dava conta, por exemplo, o *Boletim Municipal* nº 46 (Fevereiro), 1981.

A área temática dos núcleos urbanos históricos e algumas atribuições funcionais que lhes eram reportadas continuaram associadas ao Ecomuseu e à Divisão de Património, a qual coordenou e acompanhou, em 1989, um levantamento geral de património edificado³⁹⁵, conquanto o mesmo não se tenha repercutido na prática dos serviços. Confirmando-se as dificuldades de diálogo e a conciliação de prioridades municipais, esta linha de trabalho do museu teria continuidade na participação de técnicos do museu em reuniões, no âmbito do Plano Director Municipal, a que nos referiremos no capítulo seguinte.

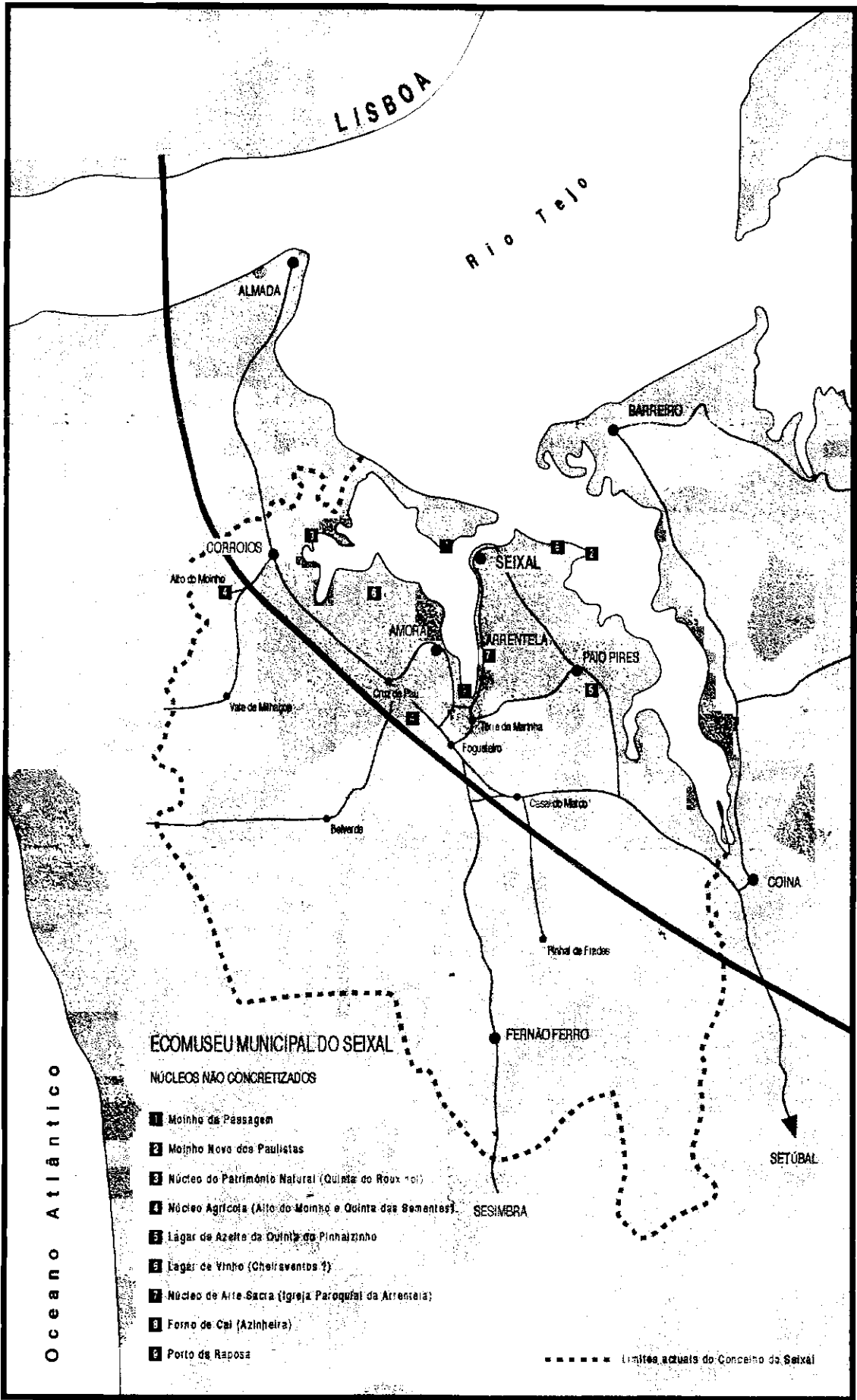
Em Fevereiro de 1989, António Nabais apresentou uma comunicação ao Colóquio APOM 89 sobre “Musealização de Espaços Urbanos” em que enunciava diversos aspectos de alguma forma relacionados com a experiência do Seixal, desde o conceito de “musealizar” a temas relativos ao património cultural e à aplicação dos princípios básicos da museologia a todos os campos do património, ao papel dos museus de região, aos museus locais e ecomuseus, ao território como “área geográfica de influência” do museu, aos pólos museológicos e aos museus de sítio.

2.2.5.4. Núcleos não concretizados e/ou projectos possivelmente a retomar

Finalmente, caracterizaremos e localizaremos, no concelho do Seixal, através do **Mapa 3**, os núcleos não concretizados no Ecomuseu Municipal do Seixal, alguns dos quais corresponderam a projectos retomados ulteriormente ao período em análise, como veremos.

³⁹⁵ Em 1989 a Câmara do Seixal encomendou um trabalho de levantamento de património edificado do Concelho do Seixal, destinado à Divisão de Património Histórico-Natural/Ecomuseu, o qual foi executado pela arquitecta Maria José Ferreira. O levantamento consistiu, no fundamental, numa compilação de dados mínimos de identificação, assim com de localização cartográfica e, ainda que sumariamente, dados bibliográficos, registados em “fichas” de imóvel, em que os campos “Descrição” e “Estado de conservação”, supostos essenciais num tal levantamento, se encontram precariamente preenchidos. Cada ficha inclui uma fotografia geral do imóvel. O preenchimento das fichas e a sua arrumação em dossier seguiu a classificação por freguesia e baseou-se numa “tipologia do património” segundo períodos histórico-cronológicos. O dossier está disponível ao público no Centro de Documentação e Informação do Ecomuseu.

Mapa 3 – Núcleos não concretizados no Ecomuseu Municipal do Seixal/projectos a retomar eventualmente (1982-1989)



Moinho de Maré da Passagem

Apesar de em 1983 ter sido anunciada a oferta à Câmara do Moinho de Maré da Passagem³⁹⁶, mais tarde deixou de aparecer referido nos folhetos, decerto por se ter concluído que a doação não se efectivara, tendo o projecto sido em consequência definitivamente abandonado. Do ponto de vista da localização, este moinho poderia ter usufruído de um estatuto privilegiado, pois situa-se em frente do Seixal, na Ponta dos Corvos, fazendo parte de um conjunto de moinhos de maré, com o Moinho da Torre, o do Capitão e as ruínas do Moinho do Galvão.

Entretanto no texto-programa de 1983 lê-se que o moinho da Passagem “poderá ficar com um espaço para apresentar aspectos históricos de todos os Moinhos da região da «Outra Banda» e do País, dando maior relevo à história da técnica moageira”. Naquela altura, reconhecia-se a necessidade de obras de restauro, mas adiantava-se que “apesar de ultimamente ter sido utilizado para fins diversos, tais como armazém de estaleiros navais e de habitação, não está muito degradado”.

No texto base da comunicação apresentada pelo Ecomuseu ao I Encontro Regional do Sul sobre Património (Setúbal, 28/30 Outubro de 1983) – “As autarquias e o património cultural. Uma experiência no concelho do Seixal”³⁹⁷ - lê-se, sobre o Moinho da Passagem que “a reutilização deste estabelecimento industrial permitirá não só desenvolver actividades à volta da tecnologia moageira tradicional e energética, mas igualmente o aproveitamento da caldeira para diversos fins, tais como marina para embarcações de desporto e recreio, e viveiro de peixe e de ostras, como outrora.”³⁹⁸

Supomos que a iniciativa de um dos seus proprietários, ao tencionar fazer a referida doação à Câmara, terá mais ou menos coincido com a suspensão da utilização do

³⁹⁶ Na reunião de Câmara de 31 de Março de 1983, o Sector do Património Histórico-Cultural informava que o Sr. António Domingues da Cruz oferecera o moinho da Passagem, por carta de 9 de Fevereiro de 1983.

³⁹⁷ O documento identifica os “funcionários do Museu Municipal do Seixal”: António Nabais, responsável; Fernando Falcão, técnico auxiliar de educação; Graça Pimentel, técnica auxiliar de BAD; Jorge Raposo, desenhador; Luis Barros e Rui Brito, técnicos auxiliares de museografia.

³⁹⁸ No texto acrescenta-se, sobre a recuperação do moinho da Passagem, que a mesma contaria com a colaboração dos alunos e professores das escolas do concelho e que também a Universidade Internacional da Terceira Idade manifestara interesse em participar na sua reutilização. Nenhuma destas perspectivas optimistas, infelizmente, se veio a definir em projecto ou a angariar financiamentos e a Câmara não chegou a tornar-se proprietária do moinho.

edifício, o que veio a contribuir manifestamente para o seu efectivo abandono e para a suairreversível ruína, à semelhança da maior parte dos moinhos de maré do concelho, não obstante a sua classificação como “imóveis de interesse público”.

Moinho de Maré Novo dos Paulistas

No ponto anteriormente reportado ao Moinho de Maré de Corroios já foi referida a inserção do Moinho de Maré Novo dos Paulistas, a partir de 1980³⁹⁹, no quadro de intenções e de intervenção da Câmara Municipal do Seixal, tanto no plano de salvaguarda de património cultural imóvel, como no que diz respeito ao seu aproveitamento museológico.

Contudo, para além da classificação como imóvel de interesse público, a par dos outros moinhos de maré do concelho e, tal como aqueles, ter sido objecto de alguma pesquisa e incluído nas edições já enunciadas, o Moinho de Maré dos Paulistas não beneficiou de nenhum programa ou acção de conservação, apesar de anunciada a inclusão, em obras a realizar, do “restauro e beneficiação geral do edifício, sem alterar as características arquitectónicas”; “limpeza da caldeira e arranjo da muralha” e “equipamento do moinho”⁴⁰⁰.

Quanto à vertente de exposição da função de difusão, programada para o Moinho Novo dos Paulistas em 1983, destinava-se-lhe o 1º andar do edifício como “sala polivalente [para] exposição de colecções referentes à actividade moageira: documentos escritos e iconográficos, utensílios, etc.” Saiba-se porém que nenhuma destas intervenções se realizou, assim como não se deu seguimento à recomendação de aquisição pela CMS do secular Moinho Velho dos Paulistas.⁴⁰¹

Outras ideias ficariam no papel, no que toca aos moinhos, como por exemplo uma, bastante ambiciosa, de aproveitamento energético designado por “Barragens maremotrizes”, pressupondo a participação da Direcção-Geral de Energia e dos

³⁹⁹ Segundo o Relatório e Contas de Gerência da C.M.S. de 1980, o Moinho de Maré Novo dos Paulistas foi adquirido, nesse ano, por 840.550\$00.

⁴⁰⁰ V. *Texto programático* de Fevereiro de 1983: 5.

⁴⁰¹ A recomendação de aquisição do Moinho Velho dos Paulistas era fundamentada por se tratar de “uma bela peça da nossa arqueologia industrial, onde simultaneamente se aproveitou a energia das marés e funcionou a máquina a vapor”. Nessa altura, do equipamento que o Moinho ainda possuía faziam parte “galgas, máquina a vapor, caldeiras” ou seja o equipamento “que foi utilizado, já neste século, para o fabrico de adubos e produtos químicos”. Desconhecemos o destino dado ou tolerado pela empresa proprietária a tais equipamentos, que já não encontramos em 1990.

Recursos e Aproveitamentos Hidráulicos e apresentada por iniciativa do SPHC, em sessão de Câmara de 31 de Março de 1983: “No processo de salvaguarda e reutilização dos moinhos de maré, sem alterar as características arquitectónicas tradicionais (...) seria possível produzir energia que poderia ser lançada na rede local”.

Núcleo do património natural

Apesar de remontarem a 1978 as primeiras preocupações oficiais com o património paisagístico – cultural e natural - do Seixal (referimo-nos à atenção explicitada pelo Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico⁴⁰²) a ideia de constituir um núcleo de património natural só aparecerá contudo entre os “núcleos em perspectiva” do organigrama de 1986.

No já citado artigo publicado na revista *Museum* ⁴⁰³(1984) António Nabais associou à definição do museu o conceito de “património cultural e natural”: “Le Musée municipal de Seixal a pour objectif principal la préservation et la mise en valeur du patrimoine culturel et naturel - chaque fois que possible, là où il se trouve et tel qu'il est utilisé - dans le but de fournir à la population locale les moyens d'une analyse critique qui l'aidera à prendre conscience de ses valeurs culturelles.”

O organigrama de 1986, a que já anteriormente nos referimos, fornecido em anexo da comunicação do Ecomuseu no Encontro de Museus Locais da Grande Lisboa, também apresentava o Núcleo de Património Natural em perspectiva.

Em 1987 deu-se início a algumas actividades de levantamento, estudo e divulgação do Património Natural do Concelho, consistindo as últimas num “desfile ecológico” e na edição do desdobrável “25 razões para proteger as zonas ribeirinhas”. As actividades reportavam-se sobretudo a um ciclo de trabalho lectivo. Uma das actividades propostas no ano seguinte foi a exposição “Esteiros e Sapais do Seixal (zonas ribeirinhas)”, para Maio 1989, que o proponente destinava ao “Futuro núcleo do Ecomuseu – Património Natural – Quinta do Rouxinol – exposição inaugurativa e provisória.”

Em 1988 a Câmara divulgava a intenção de projectar um Parque de Património Histórico-Natural para a Quinta do Rouxinol, que deveria envolver o próprio Moinho de Maré de Corroios e reutilizar simultaneamente as instalações municipais da antiga

⁴⁰² Cf. ponto 2.1.3.2. do Capítulo 2.

⁴⁰³ V. NABAIS 1984: 71-74.

Quinta, na altura já bastante degradada. O museu seguiu este projecto, cujo desenvolvimento se viria a manifestar na prática, alguns anos mais tarde.

Núcleo agrícola

Em 1987, o executivo camarário apreciou uma proposta de instalação de um Núcleo Agrícola do Ecomuseu Municipal, formulada simultaneamente pelos serviços urbanos de Parques e Jardins e pelo técnico Manuel Lima, na Quinta das Sementes (freguesia de Amora), aproveitando o pomar do espaço municipal envolvente da Casa da Juventude. Manuel Lima também propôs, em complemento, a criação de um Parque Botânico, a instalar num segundo espaço urbano municipal. Em 1988, uma proposta de Núcleo de História Natural, apresentada pelo mesmo técnico em articulação parcial com o Núcleo do Moinho de Maré de Corroios e destinada aos espaços construídos e à envolvente da Quinta do Rouxinol foi apreciada pelo Vereador do respectivo Pelouro, mas, à semelhança dos casos anteriormente referidos, não teve o desenvolvimento indispensável à sua concretização.

Em 1986, o Centro Cultural e Recreativo do Alto do Moinho oficiou a CMS, lembrando: “Num passado recente foi nesta Colectividade desencadeado um processo natural de criação de um grupo museológico mais vocacionado para os aspectos ligados à agricultura, investindo-se, então, algumas energias e valores na perspectiva da criação de um núcleo agrícola do Museu Municipal, aqui no Alto do Moinho, mais concretamente nas caves da nova Escola Primária”. Na ausência de concretização do projecto, o Clube propunha entregar as peças ao Museu Municipal, continuando a ser ele o seu proprietário. Assim se procedeu à incorporação, por depósito, sem limite fixo de tempo, de um conjunto significativo de objectos (essencialmente alfaias agrícolas), parte dos quais se vieram a integrar em exposições.

Lagar de azeite da Quinta do Pinhalzinho

Tanto na proposta de criação do museu como no seu programa (de 1982) inscrevia-se o lagar de azeite da Quinta do Pinhalzinho no percurso museológico, preconizando-se, no segundo documento, que “como o espaço é reduzido, só é possível garantir o local onde se podem observar as várias fases do fabrico do azeite”⁴⁰⁴. Também já em 1981 lhe era feita referência no texto de Baptista Pereira, “Por um Museu do Concelho do Seixal”.

⁴⁰⁴ V. *Programa ...* 1982: 21.

Contudo, não só a aquisição do imóvel nunca chegou a ser sequer equacionada junto dos proprietários, como se perdeu a oportunidade de proceder ao seu levantamento, apoiado na informação directa do último lagareiro.

Lagar de Vinho

Apesar de referido um “lagar de vinho” em diversos documentos, não se chegou, neste período, a concretizar nenhum projecto para a respectiva aquisição, como já vimos anteriormente.

Núcleo de arte sacra

O programa de 1982⁴⁰⁵ previa a criação do núcleo “em colaboração com os párocos” e a sua localização na Igreja de Arrentela (edifício classificado), sendo-lhe conferidas funções não só de preservação (“permitirá uma maior segurança do património paroquial do concelho, que tem sido bastante despojado”), mas também de exposição (“será instalado um espaço para a exposição das peças de arte sacra do concelho”⁹).

Note-se que, embora não se tenha materializado a instalação do núcleo, em 1983 foi exibida ao público na Igreja Paroquial de Arrentela, organizada por aquela e pelo Museu Municipal, uma exposição (“Alminhas”) do Museu de Lamego, Assembleia Distrital de Viseu e Centro Cultural Distrital de Viseu.⁴⁰⁶

Forno de cal

Tanto na proposta de criação do museu como no seu programa, de 1982, inscrevia-se o forno de cal da Azinheira (atribuído ao século XIX), no percurso museológico previsto, sem contudo prever qualquer tipo de intervenção. Já em 1981 lhe era feita referência no texto de Baptista Pereira, “Por um Museu do Concelho do Seixal”.

Porto da Raposa

Não constava da proposta de criação, nem do programa de 1982.

Em 1989, o Plano de Actividades do Ecomuseu propunha “obras de restauro” do Porto da Raposa, “monumento portuário testemunho da intensa actividade fluvial no Concelho do Seixal, desde épocas muito remotas”, sendo o mesmo frequentemente

⁴⁰⁵ V. *Programa...* 1982: 20.

⁴⁰⁶ A exposição “Alminhas” do Museu de Lamego, Assembleia Distrital de Viseu e Centro Cultural Distrital de Viseu decorreu, na Igreja Paroquial de Arrentela, entre 20 de Junho e 4 de Julho de 1983.

inscrito na enumeração dos núcleos do Ecomuseu, apontando-se como “sítio visitável”. As obras não chegaram a realizar-se, nem pela Câmara, nem pelo próprio proprietário, com o qual não conhecemos contactos naquele período.

2.3. Do período de programação ao período de consolidação: continuidades e descontinuidades no percurso do Ecomuseu Municipal do Seixal

No período correspondente à etapa de evolução do Ecomuseu Municipal do Seixal que acabamos de analisar, globalmente caracterizada pela sua programação museológica, assistiu-se a um surto de criação e de abertura ao público de novos museus, a maioria dos quais sob tutela municipal. Tal fenómeno registou-se quer a nível nacional, quer, especificamente, na área regional a que se reporta o museu em estudo, isto é, a Área Metropolitana de Lisboa, particularmente na zona a norte do estuário do Tejo.⁴⁰⁷

Sabendo que vários desses museus foram criados sob o pressuposto de fazerem parte de políticas de desenvolvimento local integrado, importaria saber quantos casos se podem identificar como verdadeiras entidades de gestão de património ou em quantos casos se terão tornado instituições realmente dotadas dos meios técnicos, científicos e logísticos necessários ao desempenho de funções museais, capazes de corresponderem às aspirações e interesses das comunidades envolvidas na constituição das respectivas colecções e acervos museológicos.

Num museu como o do Seixal, que, através da sua própria criação, tinha por objectivo representar o território concelhio e tomar parte de um plano de desenvolvimento sustentado, às exigências de programação e de funcionamento teriam de equivaler importantes recursos logísticos e um avultado investimento – tanto político, como técnico – por parte dos órgãos de gestão e da respectiva tutela. Ora, não nos parece que este museu, tendo emergido de um meio social “em crise”, sujeito ao impacto de um surto demográfico intensivo e de um crescimento urbanístico desordenado, se tenha equipado em conformidade com os objectivos anunciados, ao longo do período em apreço, de oito anos aproximadamente – ou seja, de dois mandatos autárquicos da Câmara.

⁴⁰⁷ Refira-se que, segundo o *Levantamento de Museus Municipais da Área Metropolitana de Lisboa* - V. CAMACHO, FILIPE e ALMEIDA 1998: 11-28 – 25% (ou seja: 7) dos 28 museus sob tutela municipal existentes, à data do levantamento, naquela área regional, abriram ao público no período de 1981-1990.

A necessidade de uma reformulação programática, ainda que fosse antevista desde finais de 1983⁴⁰⁸, não chegou a ser formalmente equacionada ou ter-se-á adiado para um período seguinte.

Eufrázio Filipe G. José, o Presidente da Câmara nessa época, argumentou, durante a entrevista que nos foi concedida, que outras prioridades e exigências se sobrepuseram ou pelo menos confrontaram o poder local com a necessidade de responder simultaneamente a outras reivindicações das populações: “(...) o crescimento demográfico criou outras pressões políticas e sociais para esta autarquia – uma coisa era estarmos a trabalhar com o núcleo, chamado núcleo indígena, minoritário, outra coisa era um concelho com um dos maiores crescimentos demográficos do país. E as pessoas quando vinham não se acomodavam, também criavam outras necessidades, outras aspirações. À medida que se iam inserindo na maneira de estar desta população também adquiriram alguns hábitos reivindicativos (...). O processo das construções ilegais [serve de exemplo] (...) Passámos a construir concelhos novos, dentro do mesmo concelho... (...) Criaram-se aqui várias dinâmicas que amorteceram o investimento e a criatividade na evolução natural que estava a ter o processo inicial. Tivemos que fazer o básico para os outros que estavam a vir de fora. (...) Já não era [suficiente] o museu polinucleado; começámos a ter aqui o ponto de encontro de culturas. Era tão forte o núcleo beirão, que traziam a sua própria cultura e queriam o seu próprio rancho. Começámos a ter que ver o concelho de outra maneira.”

A par da não execução de vários projectos anunciados, de reabilitação e de valorização de sítios e/ou de património edificado, a questão da sede do Ecomuseu, apesar da perspectiva da sua reinstalação num imóvel que, publicamente, fora adquirido com esse fim, não passou das promessas. Parece-nos, contudo, que, comparativamente com outros campos de acção cultural, desde o início da intervenção patrimonial até à estabilização do museu polinucleado, a Câmara não investiu de forma privilegiada neste último, sobretudo se tivermos em conta que a salvaguarda de património e o Ecomuseu Municipal foram eixos importantíssimos da sua implantação política junto de uma população jovem, em crescimento, carecendo de referências culturais.

Ainda assim, há que assinalar, por um lado, um ritmo mais ou menos regular da actividade do museu ao longo da sua existência, até 1989, e, por outro lado, o facto de

⁴⁰⁸ O Plano de Actividades do Ecomuseu Municipal para o ano de 1984 (elaborado em 1983) incluía a ideia de “reformulação do programa”.

nunca serem abandonados, como tal, pela própria tutela institucional, os objectivos principais e as linhas programáticas iniciais. Aliás, a tutela - Câmara Municipal - assumia o Ecomuseu (incluindo a própria denominação) como experiência museológica inovadora, no que residirá, parece-nos, um dos aspectos com que podemos definir uma certa influência renovadora, no âmbito da intervenção patrimonial e museológica das autarquias, particularmente na região.⁴⁰⁹

Enquanto o “amortecimento” no investimento político se reflectia na equipa técnica, nomeadamente no seu responsável, ora por sentir a desproporção entre as expectativas iniciais e a realidade, ora por crescentes solicitações exteriores - em parte decorrentes do prestígio institucional a que estava ligado, por outra parte devidas ao reconhecimento da criatividade aliada à capacidade de realização prática - assim a vontade política encontraria motivo de desculpa, invocando, mais tarde, a falta de “suporte técnico a dar-lhe corpo e dinâmica”⁴¹⁰.

O problema que também deve ser equacionado é pois o do modelo de gestão do Ecomuseu, considerando quer o factor de relação da sua equipa técnica com a tutela, quer o factor comunicação entre o museu e a população e o tipo de canais por que se estabelecia esse diálogo, que lhe pudesse proporcionar, na prática, um estatuto participativo.

Nem o “regulamento” do museu (1982), nem tão-pouco os documentos seguintes que de certa forma foram actualizando o seu funcionamento, retomaram uma linha de ligação com grupos de munícipes ou sectores da comunidade local, eventualmente semelhante às reuniões com os “Núcleos de Dinamização para a Defesa do Património junto das

⁴⁰⁹ A. Nabais, apoiando-se mais uma vez na apreciação de H. de Varine sobre a experiência museológica do Seixal, referia, em Dezembro de 1988 (“Organização e funcionamento da Divisão de Património Histórico-Natural/Ecomuseu Municipal do Seixal”) que o programa museológico “era inovador quer na forma de apresentação do património cultural natural do município (v.gr. núcleos museológicos distribuídos pelo território e reutilização do património), quer no estudo e conservação (participação da população e de especialistas)”. Lembremos ainda, a este propósito, que por exemplo outros projectos de ecomuseus indicados para outras regiões e localidades do nosso país no II Atelier Internacional Nova Museologia/Museus Locais (1985) - o “Centro Cultural Alargado” em Condeixa (a que se ligava Miguel Simões Pessoa) e o “projecto de reanimação do Ecomuseu da Serra da Estrela” a que se ligava Carlos Alberto dos Santos Gonçalves, do Parque Natural da Serra da Estrela - não encontraram suporte institucional para a sua realização.

⁴¹⁰ Eufrazio Filipe G. José reconheceu, na nossa entrevista, a existência de um “divórcio entre o museu e poder político”, justificando: “alguma estagnação do processo municipal relativamente à museologia” com o facto de a dado momento terem visto “o técnico central (...) disperso por auxílios a outros museus e a organizá-los ele próprio, com a experiência, a notoriedade e o prestígio que o trabalho museológico teve no município do Seixal (...). Houve um período em que ficámos quase sem uma orientação técnica. Isso também influenciou nos processos de decisão dos políticos. Quer dizer que não basta a vontade política dos eleitos se não houver um suporte técnico a dar-lhe corpo e dinâmica.”

freguesias do Concelho”, que tinham desempenhado um interessante papel no período imediatamente antecedente à criação do Museu Municipal, com o Sector de Património Histórico-Cultural. Assim, tornou-se evidente o carácter previsivelmente aleatório (remetido para o campo da aplicação das funções museais) da ligação entre técnicos e “população”/municípios motivados para a salvaguarda do património (e directamente motivados para a participação nas actividades museológicas) ou mesmo de uma relação entre aquelas duas entidades e os autarcas (“eleitos”), se quisermos enunciar as componentes de uma trilogia com que frequentemente se procurou definir o carácter inovador deste tipo de instituição museológica.

Embora se tenha mantido, pontualmente, a iniciativa de oferta de objectos para incorporação no Ecomuseu, cremos que foi no plano da difusão que residiu o estreitamento de laços entre a equipa prestadora de serviços, por parte do museu, e a comunidade local, nomeadamente sectores utilizadores, na prática, dos recursos disponíveis: espaços, exposições, edições e documentação, apoio técnico e “pedagógico”, embarcações e transportes, etc... Um sector nitidamente privilegiado foi então o da chamada comunidade educativa, ou seja, os professores das escolas do concelho, os quais se encontrariam, em apreciável percentagem, em fase de profissionalização⁴¹¹.

No panorama museológico distrital dos anos oitenta emergiram as experiências dos museus de Setúbal: o Museu de Arqueologia e Etnografia de Setúbal, com um importante papel na investigação arqueológica, sobretudo na parte sul do distrito, e o Museu de Setúbal/Convento de Jesus, onde, sob gestão da Câmara Municipal e sobretudo a partir de 1983-85, se deram passos assinaláveis no trabalho de educação patrimonial e da animação associada aos museus⁴¹². Ambos dispunham de lideranças marcantes, quer no plano científico-técnico – no que toca à Arqueologia, o Museu de Arqueologia e Etnografia de Setúbal; no que toca à Museologia, o museu municipal de Setúbal. Em relação a este, a sua implantação local e regional, acompanhada de uma crescente projecção nacional e mesmo internacional, se por um lado ajuda a confirmar a importância da profissionalização do corpo técnico do museu e a fixação de uma equipa

⁴¹¹ Note-se que o facto de muitos professores terem efectuado a sua profissionalização em escolas do concelho do Seixal, numa fase de explosão escolar, a acompanhar o surto demográfico, não significa que tais professores tenham vindo a fixar-se (a tornar-se efectivos) nessas escolas.

⁴¹² A dinâmica do trabalho educativo no Museu de Setúbal deu-se a partir do ingresso de Ana Duarte naquela instituição, em simultâneo com o desenvolvimento, ao longo de uma década, do processo que culminou com a instalação e abertura ao público, em 1995, do Museu do Trabalho.

mínima, mas permanente⁴¹³, por outro lado sustenta a hipótese de maior sucesso dos museus assentes em relações estreitas com populações locais ou criados a partir de projectos construídos com a sua participação e atentos à educação.

No Seixal, as dificuldades transitórias quanto à direcção técnica do projecto, de que se nos queixou o então Presidente da Câmara se, por um lado, ao serem detectadas pela autarquia, motivaram a decisão de reforço da equipa, por outro lado eram “amortecidas” por um núcleo técnico dedicado e solidário com um projecto museológico que se tinha habituado a gerir, no dia a dia, sem um enquadramento hierárquico muito definido⁴¹⁴. As características dessa equipa - de composição não estática ao longo deste período, mas reflectindo uma certa interdisciplinaridade, com uma formação técnica e interesses científicos que alguns elementos se empenhavam eles próprios em aprofundar - terão sido de grande importância, pensamos nós, na influência renovadora do Ecomuseu no meio museológico envolvente e, directamente, no desenvolvimento do trabalho local.

Ainda que a função investigação se tenha tornado, com toda a evidência, um ponto fraco do Ecomuseu, as necessidades de trabalho e de intervenção no território e a confluência de interesses científicos abriram um lugar incontornável à arqueologia, proporcionando um campo de exercício da interdisciplinaridade, o que talvez não fosse tão evidente por via, simplesmente, da história. A prática começou a mostrar que para a investigação eram precisos projectos devidamente elaborados e protagonizados por um corpo de investigadores em que o museu tivesse uma participação concreta.

Não ignorando o lado crítico da situação a que se chegou, pensamos porém que o esforço de adaptação à mudança, por parte do Ecomuseu, por vezes antecipando a divulgação de projectos, relativamente à sua concretização, reflectiu à sua volta uma imagem de renovação e dinamismo.

Os progressos da intervenção do museu no território e o conhecimento adquirido nos primeiros anos trouxeram novas exigências no tratamento temático, simultaneamente

⁴¹³ Recordamos que em 1985 o arqueólogo e até então professor universitário, Cláudio Torres, fixou-se em Mértola, passando a assumir com a Câmara Municipal uma relação de trabalho constante e de responsabilidades institucionais.

⁴¹⁴ Na nossa entrevista de Janeiro de 1999, Fernando António B. Pereira fez questão de salientar que noutras autarquias houve criações museológicas com dificuldades de desenvolvimento porque “não tinham normalmente os técnicos que continuassem a obra dos fundadores ou do fundador. Enquanto que no Seixal isso foi sempre garantido (...) nos outros lugares essa direcção ficou entregue ou aos responsáveis políticos, aos eleitos, ou a técnicos sem grande preparação”.

em diferentes áreas, directamente reportadas, ou não, aos núcleos museológicos instalados e em perspectiva.

Com poucos recursos científicos e uma equipa técnica que, sendo relativamente numerosa no contexto nacional, não era a suficiente, tendo em conta, para além do mais, os elevados índices de visitantes, o aproveitamento museológico do saber-fazer do moleiro, do carpinteiro de machado e do arrais, ainda que limitado pelas circunstâncias já explanadas, foi decisivo neste período do Ecomuseu Municipal, delineando-se os problemas futuros da transmissão daqueles saberes tradicionais.

Será então que a própria tutela e a equipa técnica do Ecomuseu vão conseguir no período seguinte (anos noventa), no contexto de um novo surto museológico no país e, particularmente, na Área Metropolitana de Lisboa, afirmar e justificar, na prática, o “carisma” de inovação que à força de repetido pelos seus intervenientes directos se repercutiu, porventura ainda mais no meio exterior ao museu, do que na comunidade e seu meio envolvente?

3. CRESCIMENTO E CONSOLIDAÇÃO DA EXPERIÊNCIA MUSEOLÓGICA DO SEIXAL E REFORMULAÇÃO EVOLUTIVA DO ECOMUSEU (1989/1998)

Este capítulo analisará, como o título pretende enunciar, o período de vida do Ecomuseu Municipal do Seixal subsequente a 1989, coincidente com a nossa entrada na instituição, e em que procuraremos distinguir e caracterizar os processos que levaram, quer ao crescimento e à reformulação evolutiva do museu, quer à estabilização dum modelo orgânico de funcionamento indissociável da consolidação do seu campo temático e duma implantação territorial descentralizada. As próximas páginas levam-nos assim às questões colocadas por aquele crescimento e pela extensão de competências do Ecomuseu, vistos não apenas como problemas a resolver no futuro, ~~mas também como desafios ao fôlego renovador da tutela e da equipa profissional e à~~ capacidade de envolvimento da comunidade local, num meio envolvente em transformação.

Começando por dar uma perspectiva geral da envolvente político-social e do respectivo enquadramento local do museu, seguiremos aproximadamente uma sequência cronológica de análise, face à intervenção e modificação de uma realidade existente, passando a abordar a organização territorial do museu, em que emergem, a par dos núcleos museológicos, outros projectos de cariz patrimonial, e a organização funcional, caracterizada por sucessivas adequações, incluindo de âmbito conceptual, no que toca às funções museais – polares, como a investigação, e secundárias, como a gestão - e aos serviços – entendidos numa relação de compromisso entre funções, objectivos e recursos adequados à vivência do museu e não no sentido de “funções equipadas”, como na definição de partida. Esta análise e uma breve avaliação final do desempenho do Ecomuseu no desenvolvimento cultural local - relativizando a diferenciação entre a dimensão territorial e o espectro temático e projecção regional do trabalho museal - visam colocar-nos perante os factores de um processo de reperspectivação, em que o projecto da *Mundet* assumiu um papel fulcral.

Dado o nosso estatuto de participante neste período, e como já foi referido anteriormente, o presente capítulo está incontornavelmente ligado à experiência da autora e a um fio condutor do trabalho de uma década, desenvolvido na dupla vertente da museologia e da gestão, em que nenhuma delas podia ter sido activada sem a outra. Daqui resulta, apesar do esforço de objectividade e da utilização de um mesmo corpo conceptual na comparação dos dois períodos, uma descrição bastante minuciosa,

nalguns pontos quase um testemunho, que, feita a partir de fora, ainda que recorrendo a fontes orais e à mesma documentação por nós referenciada, seria possivelmente mais depurada.

3.1. Envolvente político-social

3.1.1. Anos 90: um concelho em mudança

Procuremos, muito sumariamente, caracterizar alguns aspectos da situação política e social reflectida a partir do início dos anos 90 no país, recorrendo a alguns documentos necessariamente recentes ou a breves ensaios de síntese. Se várias das transformações económicas que resultaram das mudanças de regime político ocorridas após 1974 manifestavam os seus “efeitos benéficos e duradouros” e “algumas foram mesmo sendo reforçadas”, como foi o caso do alargamento da segurança social, da criação do serviço nacional de saúde, de uma maior prioridade atribuída à educação e duma melhoria geral das condições de vida da população, “outras das referidas transformações não puderam, porém, ser sustentadas durante muito tempo”⁴¹⁵: “passadas duas décadas [do 25 de Abril], muito pouco restava das grandes transformações estruturais na área económica com as quais (...) se tinha pretendido fazer acompanhar a mudança de regime político. Em vez de se ter conseguido o desenvolvimento mais rápido da economia, passou-se a uma fase de crescimento da produção mais lento e mais instável.”⁴¹⁶

“Em 1990 as autoridades alteraram radicalmente a política macroeconómica. A fim de se promover a convergência nominal no âmbito da CE, o combate à inflação passou a ser o objectivo prioritário. Mas esse combate, combinado com a fase cíclica de depressão por que estavam a passar quase todos os países europeus, empurrou a economia para uma crise acentuada”. Dominadas pela privatização de boa parte das empresas nacionalizadas e pela extinção do que ainda restava da reforma agrária, a política de reformas de tipo estrutural então levadas a cabo “contribuíram decisivamente para pôr termo a muitas das transformações estruturais que haviam sido introduzidas a seguir ao 25 de Abril”.⁴¹⁷

É num tal contexto global que deveremos dar o devido relevo à actuação dos Municípios e respectivas políticas locais. Apesar de definida desde 1984, em linhas

⁴¹⁵ V. LOPES 1996: 240.

⁴¹⁶ V. LOPES 1996: 241.

⁴¹⁷ V. LOPES 1996: 245-246.

gerais, uma política regional para o nosso país, o essencial da sua aplicação ficaria por realizar.⁴¹⁸ Como escreveu, em 1990, José Manuel Henriques “Na ausência de regiões administrativas os municípios surgem em Portugal, e no actual momento histórico, como as únicas entidades do Estado em posição de procurar contribuir para a atenuação das consequências negativas da expressão espacial da integração económica e de contribuir para a mobilização de recursos persistentemente subutilizados”⁴¹⁹

No Seixal, a Câmara Municipal assumia e reivindicava, “Com modéstia mas também com legítimo orgulho (...), a responsabilidade por um trabalho” que se via reflectido na satisfação de muitas necessidades essenciais à qualidade de vida da população do concelho, insistindo-se, por exemplo, na recolha domiciliária de lixo domésticos a 100%, na distribuição de água a 100%, na rede geral de esgotos a mais de 85%, em “que muitas colectividades estejam dotadas com instalações condizentes com a relevante acção cultural, desportiva e recreativa que desenvolvem; (...) que a recuperação do património histórico e natural tenha frutificado numa intervenção museológica internacionalmente apreciada (...)”.⁴²⁰

Era então a própria Câmara a reconhecer que, partindo-se de um projecto na área da salvaguarda patrimonial, se chegara a um resultado, no campo museológico, que era incluído entre as principais realizações da política municipal: “A experiência dos últimos anos demonstrou que as grandes tarefas do desenvolvimento nacional, os exigentes desafios da modernidade, a consolidação e reforço da identidade nacional, o progresso da nossa pátria, são inseparáveis da preservação e enriquecimento das culturas regionais, da vitalidade e dinamismo das comunidades locais, da consolidação e reforço do Poder Local Democrático”.⁴²¹

Quanto ao Património Histórico e Natural, em jeito de balanço e anúncio de objectivos futuros, estabelecia-se uma correspondência ao Ecomuseu Municipal, nos seguintes termos: “Fruto do esforço colectivo – eleitos, população e técnicos -, a defesa do nosso património histórico e natural é hoje uma realidade, trâduzida na criação do Ecomuseu Municipal – museu vivo, dinâmico e actuante – organizado pela C.M. do Seixal com

⁴¹⁸ Às linhas gerais da política regional corresponde a Resolução do Conselho de Ministros nº 21/84, de 29 de Março.

⁴¹⁹ Cf. HENRIQUES 1990: 83-84.

⁴²⁰ V. CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL 1989: 91.

⁴²¹ V. CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL 1989: 92.

dupla finalidade: salvaguardar e revalorizar o património cultural e natural do concelho; colocar à disposição da população instrumentos culturais que ajudem a descobrir e a conhecer o concelho do Seixal real e histórico, conservando assim, para as gerações presentes e futuras, a nossa rica herança histórica.”⁴²²

O orçamento municipal inscrevia, em 1989, por exemplo, 5,2% das suas verbas com a educação. Quanto aos “vários projectos municipais que, pela sua dimensão e importância, contribuirão de forma decisiva para uma alteração significativa da fisionomia do concelho e para a elevação da qualidade de vida dos seus habitantes”, os projectos destacados eram: “a recuperação da baía natural (...); a Biblioteca e Arquivo Histórico Municipal; o Parque Municipal de Piscinas; o Complexo Municipal de Atletismo e o Pavilhão Ginnodesportivo Municipal”. Não era aí incluída, portanto, a instalação ou o melhoramento da sede do museu municipal.⁴²³ Mas a “Sede do Museu Municipal” aliás como o “Parque Histórico-Natural de Corroios”, entre outros, constava nos “Projectos e programas municipais em curso” do *Programa Eleitoral para o Concelho do Seixal– 1989* da Coligação Democrática Unitária, força política maioritária no concelho, da qual emanava a Câmara Municipal.

A “política de inventariação e reutilização do património histórico e natural concelhio” era anunciada no referido programa, “através da cooperação com instituições nacionais e internacionais para o efeito vocacionadas, tendo em vista promover o aproveitamento das suas potencialidades turísticas e a torná-lo um factor de desenvolvimento económico e social.”

As questões do desenvolvimento local, da identidade cultural e do défice de enraizamento das populações eram preocupações inerentes a uma região sujeita, como vimos, a uma grande pressão demográfica e urbanística: “(...) a desagregação de muitos dos aspectos das ruralidades tradicionais decorreu, directa e indirectamente, do persistente recuo das actividades agrícolas como fonte principal de ocupação do tempo, emprego e rendimento.(...) No entanto, a ruralidade não se confina aos campos. (...) A história da ruralidade urbana é a história das migrações internas, do êxodo rural

⁴²² V. CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL 1989: 113.

⁴²³ V. CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL 1989: 91-92. Note-se que o Arquivo Histórico Municipal passou a estar administrativamente integrado na Divisão de Biblioteca e Arquivo Histórico, Divisão essa criada em 1988, no âmbito da Reestruturação de serviços da Câmara Municipal do Seixal que também instituiu o Departamento de Cultura, Desporto e Juventude e a Divisão de Património Histórico e Natural/Ecomuseu Municipal, entre outras.

orientado para as cidades: em 1981, por exemplo, uma em cada duas pessoas dos distritos de Lisboa e Setúbal era natural de outras áreas do país.- João Ferrão (1996)⁴²⁴.

Sucessores das deslocações temporárias associadas a ritmos sazonais da vida agrícola, nas numerosas quintas do concelho, os movimentos migratórios internos que tocaram o Seixal foram acompanhados de alterações no que se refere à sua natureza, tal como sucedeu com outras zonas do país: “numa sociedade com baixos níveis de instrução e predomínio dos mecanismos informais de aprendizagem, com forte presença de processos de industrialização local longamente sedimentados a partir de estruturas artesanais e, finalmente, com um desenvolvimento terciário reduzido e muito polarizado pela administração pública, pelo comércio e pelos serviços pessoais e domésticos, as deslocações internas tiveram, durante muito tempo, dificuldade em libertar-se de lógicas sectoriais: o migrante procurava valorizar no local de destino os conhecimentos que informalmente adquirira na sua área de origem”- João Ferrão, 1996.⁴²⁵

Em 1988, lia-se numa brochura da CMS: “O grande desafio que actualmente se coloca às autarquias consiste em contrariar a tendência para a subalternização do concelho relativamente a Lisboa, consolidando a sua coesão e identidade, dotando-o de equipamentos culturais, desportivos e lúdicos, recuperando e valorizando a zona ribeirinha e o património histórico e natural, solucionando os problemas infra-estruturais básicos”.⁴²⁶

A cultura e a educação continuaram a ser uma linha central da política que foi envolvendo ou pelo menos recolhendo o apoio eleitoral da população deste município. Assim, também estavam em evidência no *Programa Eleitoral CDU para a Câmara Municipal do Seixal e Autarquias 1993*, conquanto a formulação de objectivos e as propostas técnicas aparecessem de forma pouco concisa. Esse programa⁴²⁷ fazia referência ao património, por um lado, no ponto sobre “Ambiente e Qualidade de Vida”, anunciando a “continuação da intervenção nas frentes ribeirinhas Seixal-Arrentela-Amora-Corroios,(...) desenvolvendo as potencialidades turísticas, os desportos náuticos e a recuperação do património construído” e incluía a “salvaguarda das reservas Ecológica e Agrícola criadas no âmbito do PDM”. No ponto sobre “Cultura, Património

⁴²⁴ V. FERRÃO 1996: 176.

⁴²⁵ V. FERRÃO 1996: 181-183.

⁴²⁶ V. CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL 1988: 6 [Resenha histórica].

⁴²⁷ Cf. *Programa Eleitoral CDU – Câmara Municipal do Seixal – Autarquias 93*.

e Turismo”, por outro lado, propunha-se apoiar “o associativismo cívico de defesa e divulgação do património do Concelho”, desenvolver “a actividade do serviço educativo do Ecomuseu”. Conheciam-se assim os propósitos daquela coligação partidária: “Continuará uma política empenhada de investigação, preservação e reutilização do Património Histórico e Natural do Concelho aprofundando a cooperação com instituições nacionais e internacionais. O Palácio da Quinta da Trindade e os espaços envolventes serão abertos à fruição pública com a instalação do Núcleo Sede do Ecomuseu”; “A revitalização do Antigo Estaleiro da Arrentela (Núcleo Naval) e a conclusão do Parque do Brasileiro-Rouxinol (Moinho de Maré e Fornos Romanos) serão também uma prioridade”.

A articulação dos objectivos de desenvolvimento económico-social concelhio com o ordenamento do território deveria ter o Plano Director Municipal como instrumento privilegiado.⁴²⁸

O Plano Director Municipal do Seixal (PDMS) foi iniciado em 1989 e elaborado pela CMS através do Gabinete Técnico (GT) constituído para o efeito. Deste GT não fazia parte nenhum historiador ou arqueólogo. Contudo, através da própria estrutura de serviços municipais, verificou-se uma colaboração relativamente regular, ao longo do processo da sua elaboração, da DPHN, sobretudo por via da sua coordenadora e, pontualmente, do anterior responsável do museu. Foi publicado no *Diário da República* I Série-B, Nº 264 de 11-11-1993, com prazo de vigência de dez anos a partir dessa data, de publicação. Foi também o PDMS que em 1992 delimitou a Reserva Ecológica Nacional (REN) do concelho do Seixal, da qual fazem parte 733 hectares de áreas ribeirinhas, representando 8% da superfície concelhia.⁴²⁹

Quanto ao PDMS, a DPHN/EM apoiou o processo de elaboração do seu Regulamento, quer através de pareceres sobre o Regulamento dos Núcleos Antigos – o qual faria parte dos chamados Regulamentos Especiais – quer, sobretudo, na identificação e caracterização sumária do Património concelhio – classificado ou não – o que contribuiu

⁴²⁸ Foi o Decreto-Lei nº 206/82, de 26 de Maio que atribuiu aos municípios a criação do Plano Director Municipal.

⁴²⁹ O regime jurídico da REN, que fora estabelecida pelo Decreto-lei nº 321/83, de 5 de Julho, foi revisto pelo Decreto-lei nº 93/90 de 19 de Março, por sua vez alterado pelos Decretos-lei nº 213/92, de 12 de Outubro e nº 79/95, de 20 de Abril. Segundo o decreto-lei de 1990, a REN “constitui uma estrutura biofísica básica e diversificada que, através do condicionamento à utilização de áreas com características ecológicas específicas, garante a protecção de ecossistemas e a permanência e intensificação dos processos biológicos indispensáveis ao enquadramento equilibrado das actividades humanas” (artigo 1º).

para a classificação geral e por categorias dos “Espaços Culturais e Naturais”, no âmbito da “Classificação do uso dominante do solo” (Secção III do referido Regulamento) – nomeadamente “Núcleos Urbanos Antigos” e “Áreas de protecção Paisagística”. Entre os “Cadernos Temáticos de Caracterização e Análise” elaborados pela Câmara Municipal do Seixal/PDMS, relevamos o número 6 – *Património Natural e Construído*, de Agosto de 1991, em cuja ficha técnica/ fontes de informação se inscreveu a DPHN.⁴³⁰

A elaboração do PDMS permitiu assim que o processo de planeamento, iniciado no final dos anos 60 fosse activado, constituindo, como já o Plano do Seixal 77⁴³¹ entendia, “uma atitude, adoptada pela Autarquia Local, perante a problemática do desenvolvimento nos aspectos que envolvem a ocupação do espaço no Concelho”, atitude de planeamento a que as dificuldades intransponíveis criadas pela administração central não conferiram a correspondente eficácia” (PDMS, *Memória Descritiva*, p. 1).

“Face à situação existente, são objectivos do PDMS:

- Criar uma estrutura urbana coerente e hierarquizada que garanta um desenvolvimento equilibrado e permita aos habitantes identificarem-se com o sítio onde vivem.
- Dotar o Concelho de condições para reduzir a sua dependência face aos concelhos vizinhos (...).
- Recuperação da qualidade ambiental, quer pela redução dos níveis de poluição, quer pela manutenção de amplos espaços verdes, quer ainda pela divulgação e implementação de uma política de defesa do ambiente e preservação do património natural e construído.” (PDMS, *Memória Descritiva*, p. 2-3).

O PDMS definiu, entre os objectivos da estratégia municipal quanto ao ordenamento do território, o estabelecimento de “uma estrutura verde concelhia que integre os espaços verdes urbanos com a actividade agrícola e florestal” e o enquadramento do “desenvolvimento de actividades turísticas e de lazer tendo sempre presente a

⁴³⁰ Para além do *Caderno sobre o Património*, foram elaborados *Cadernos Temáticos* dedicados aos seguintes temas: População, Estrutura Urbana, Habitação, Infraestruturas, Equipamentos Colectivos, Estudos Económicos e Estudos Ambientais.

⁴³¹ Quanto ao Plano do Seixal 77, citemos a *Memória Descritiva do PDMS*, p. 1: “Embora não tendo sido aprovado, este Plano mantém-se até hoje como o único instrumento urbanístico de apoio ao planeamento municipal. Ambos os estudos [o Plano do Seixal 74 e o Plano do Seixal 77] foram da responsabilidade do Professor Costa lobo, urbanista consultor da Câmara Municipal durante as últimas duas décadas”.

núcleos urbanos antigos no processo de levantamento de património e de recursos locais de desenvolvimento, eminentemente associados ao rio.

Considerando-se, em diversos documentos, que o concelho era “dotado de características próprias que propiciam o desenvolvimento gradual” do turismo, a CMS inscrevia como suas principais potencialidades: “os recursos naturais: baía natural e zonas verdes; o património histórico”.⁴³⁴

O problema da delimitação do território, enquanto base de organização e de trabalho do museu, não poderá contudo ser ignorado: os limites administrativos desse território continuariam a ser transpostos pela pertinência dos objectos a preservar e/ou a incorporar no museu, necessariamente pela coerência da interpretação e da difusão.

Muito sumariamente, analisemos o **lugar ocupado pelo museu relativamente à população**. A composição do tecido social desse território, a diversidade de proveniências e de referências culturais da população também se reflectiriam no trabalho e na intervenção do museu. Problema materializado na recolha, na incorporação e na conservação de objectos pelo Ecomuseu, na maioria das situações por iniciativa ou com a participação de pessoas e/ou de entidades locais.

José Manuel Henriques (1990) considerou que

“A identidade cultural de base territorial local constitui um poderoso elemento de agregação comunitária e de facilitação do envolvimento em torno de projectos colectivos. Constitui o núcleo polarizador do “interesse territorial” e é, por isso, poderoso factor de mobilização em processos de desenvolvimento regional “endógeno”. . . A experiência do Município do Seixal não poderá deixar de ser referida. . . A actuação da Câmara tem-se orientado para uma valorização sistemática do património cultural entendendo-o muito para além do somatório dos monumentos (...). A população tem sido estimulada a participar inventariando, recolhendo e preservando testemunhos para posterior divulgação pública . . . o Ecomuseu do Seixal é um dos museus mais originais e criativos.”⁴³⁵

Nicola Ladkin (1995) é autora de uma construção teórica “com base na terminologia existente para a ecologia e os modelos destinados a explicar os processos em causa no meio natural”, para definir os mecanismos operando no interior dos museus. O conceito

⁴³⁴ V. CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL 1989: 173.

⁴³⁵ V. HENRIQUES 1990: 143-144.

salvaguarda e valorização do património e da qualidade paisagística e ambiental” – (PDMS, *Memória Descritiva*, p. 10).

3.1.2. Lugar ocupado pelo museu

Merece a nossa atenção o lugar ocupado pelo museu relativamente ao território, à população e às outras instituições.

Começaremos por abordar o **lugar ocupado pelo museu relativamente ao território**. Sob a dependência de uma tutela municipal e tendo sido criado numa convergência de objectivos que tinha subjacente uma dada filosofia de intervenção sócio-cultural e política num território definido pelas fronteiras administrativas do município, foi quase por um processo natural que o museu municipal estendeu o seu campo temático e atribuições funcionais àquele mesmo território.

Sobre os municípios e a identidade territorial dos portugueses, escreveu José Manuel Henriques (1990)⁴³²:

“são entidades autónomas de administração designadas por autarquias locais e constituem a administração local portuguesa. Com mais importância que as freguesias, os municípios constituem historicamente a entidade local de mais fortes tradições na evolução da administração pública e representam, hoje, e até à formação das regiões administrativas, a única contrapartida ao centralismo do Estado. . . O município corresponderá, portanto, à principal dimensão territorial dos portugueses”.

Nos anos 90, entrando na sua segunda década de existência, o Ecomuseu Municipal do Seixal procurará seguir um percurso ligado à filosofia ecomuseal e de museu integral, *assumindo a definição conceptual e programática de instituição cultural que assegura de forma permanente, num dado território, com a participação da população, as funções de investigação, conservação e valorização dum conjunto de bens naturais e culturais - sempre que possível “in situ”-, representativos dum meio e dos modos de vida que se lhe reportam ao longo dos tempos.*⁴³³

Do ponto de vista da sua estrutura nuclear, o Ecomuseu permaneceu com uma implantação marcadamente ribeirinha, representativa da relevância atribuída aos

⁴³² V. HENRIQUES 1990: 85.

⁴³³ Formulação definidora do museu transcrita de diversos documentos publicados a partir de 1996.

de ecologia dos museus, assim utilizado, considera-os “como uma espécie fazendo parte do meio natural, enquanto a comunidade é sinónimo de ecossistema.”⁴³⁶. Segundo aquela museóloga, os museus estão associados às suas comunidades, vivendo numa relação de equilíbrio com o meio envolvente, pelo que, “num meio ambiente sob pressão, os museus podem ser ameaçados de rápida extinção”. Há a considerar, por outro lado, o desenvolvimento de interacções simbióticas entre os museus e outras “espécies” do respectivo “ecossistema”/comunidade que partilham recursos de um dado meio global envolvente. Para N. Ladkin, *uma melhor compreensão da dinâmica ecológica das comunidades pode permitir ao museólogo a elaboração de estratégias eficazes quanto à organização, à gestão e à prática da disciplina. Ao compreenderem, por um lado, os processos em jogo na comunidade, os museólogos estarão melhor colocados, por outro lado, para avaliarem a importância que a espécie humana deve dar à manutenção de um modo de vida responsável face à relação com o meio envolvente e às questões ambientais. Por fim, ao mesmo tempo que os processos ecológicos servem para demonstrar o funcionamento dos museus no interior das comunidades, os museus preparam-se, por seu lado, para definir as suas próprias funções no meio natural, bem como as funções das comunidades em geral.*⁴³⁷

Em teoria, o Ecomuseu Municipal detinha um relativo conhecimento do meio em que estava inserido e, do ponto de vista da sua inserção na comunidade, estava em condições de alimentar relações com outros agentes locais e entidades mais ou menos representativas daquela mesma comunidade. Na prática, porém, os mecanismos de funcionamento do museu quase restringiam a ligação do Ecomuseu aos outros parceiros aos contactos e à prestação de serviços aos seus públicos - numerosíssimos, aliás⁴³⁸ - e a projecção da sua intervenção no meio envolvente estava muito condicionada ao desenvolvimento que a tutela autárquica lhe proporcionava.

⁴³⁶ V. LADKIN 1995: 57-64.

⁴³⁷ Cf. LADKIN 1995: 63 (texto com nossa tradução).

⁴³⁸ Ainda que consideremos as estatísticas da época inflacionadas, quer por registo de visitantes em excesso, quer por abrangerem utilizadores de serviços que deveriam ter sido contabilizados de formas específicas e categorizados segundo o grau de intervenção do museu, não podemos deixar de notar que, sobretudo a partir da abertura do núcleo do Moinho de Maré de Corroios, foi elevadíssimo o número total de visitas no somatório de núcleos do Ecomuseu: 27636 em 1986, 68255 em 1987, 70344 em 1988 e 61673, em 1989. Analisaremos mais adiante os resultados estatísticos e os dados registados a partir desta data. A fonte de informação considerada foi a da estatística comparada 1982/1992 – *visitantes registados nos núcleos do Ecomuseu Municipal do Seixal*, no Arquivo do museu municipal.

Finalmente, dedicamos a nossa atenção ao **lugar ocupado pelo museu relativamente às outras instituições**. Reportando-nos aos públicos do museu, mesmo tendo em conta o contexto geral da época, parece-nos de evidenciar o lugar destacado do Seixal, quer comparativamente à situação a nível nacional, quer da Área Metropolitana da Lisboa.⁴³⁹

Contrastando, aparentemente, com o amplo e diversificado público aderente ao trabalho difundido pelo Ecomuseu, não teve lugar no concelho nenhuma iniciativa ou expressão local organizada em torno do estudo e da salvaguarda de património ou da defesa ambiental, apesar de uma movimentada existência de colectividades e associações com intervenção de carácter sócio-cultural e das tradições concelhias do associativismo.

No âmbito do distrito de Setúbal, o museu irá desenvolver uma relação de cooperação, com uma associação sediada em Almada, já anteriormente referida: o Centro de Arqueologia de Almada, o qual se ia configurando, simultaneamente, como entidade dinamizadora de projectos locais e/ou regionais de intervenção no estudo e na preservação de património e como entidade prestadora de serviços tecnicamente habilitados e susceptíveis de suprir carências pontuais junto de algumas autarquias e museus.

No que toca a uma hipotética coordenação intermunicipal, os projectos do início da década de 80 foram-se reduzindo a acções pontuais, sem expressão no trabalho das instituições museológicas criadas e insuficientes para o avanço significativo de novos programas, situação que contribuiu para o isolamento das experiências, na perspectiva distrital.

As últimas reuniões de que temos nota da Comissão Museológica Distrital de Setúbal ocorreram em 1989 e em 1990.⁴⁴⁰

⁴³⁹ Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística/Departamento de Estatísticas da População, em 1996, dos 289 museus recenseados em Portugal, com 5091889 visitantes, 109 localizavam-se em Lisboa e Vale do Tejo, com 2994296 visitantes. Cf. BARRETO 1996: 51 – “a frequência de museus, assim como a própria existência dessas instituições, revelam aumentos de real significado, sendo certo que a menção de mais de 300 museus abertos durante os anos 90, longe da centena dos anos 60 e 70, deve resultar em grande parte de uma reclassificação de instituições ou de mudança de critérios utilizados para definir um museu. Assim é que, do pouco mais de um milhão de visitantes de museus em 1960, chegámos a mais de 7 milhões em 1993. O número de visitantes de museus por mil habitantes passou, no mesmo período, de 146 para 728. . . . De notar que para este aumento muito deve ter contribuído o hábito, relativamente recente, que as escolas têm de organizar visitas colectivas.”

⁴⁴⁰ A Comissão Museológica Distrital (de Setúbal) até 1989 foi coordenada pelo técnico superior Luis Marques e a partir de 1990 por Arlindo Mota.

Caberia ao Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal (MAEDS), instituição museológica a que já nos referimos no Capítulo 1, a tentativa de voltar a reunir, em 1993, os responsáveis e outros técnicos representantes dos museus distritais, mas também com pouco êxito, não chegando mesmo a divulgar-se os resultados de um inquérito aos museus, então promovido regionalmente.

Pelo Seixal passariam contudo numerosos técnicos ao serviço de outras autarquias e/ou entidades tutelando património construído e espaços de reserva natural, do distrito e não só, a fim de recolherem dados sobre a experiência local, nomeadamente relativos à recuperação e reutilização do moinho de maré e às embarcações tradicionais, assim como à gestão do museu e seus serviços.

Como se sabe, ao longo deste período, muitas iniciativas museais progrediram no distrito, proporcionando alguns novos destinos potenciais e sendo motivo de atracção para os públicos, nomeadamente escolares, que vinham demandando o Ecomuseu do Seixal.⁴⁴¹

Em 1994, o Ecomuseu do Seixal participou com uma proposta de aproveitamento de património concelhio com fins museológicos, no quadro da elaboração de um projecto de “rede museológica distrital”, destinado a uma candidatura europeia organizada no âmbito da Associação de Municípios do Distrito de Setúbal. Sem concretização ulterior, apesar do trabalho se ter arrastado por algum tempo, o projecto também não foi baseado em nenhuma articulação programática ou tentativa comum de coordenação das iniciativas e projectos museológicos no distrito, lacuna que persistirá, pois, na região.

Em planos diversos, o Ecomuseu Municipal do Seixal manteve contactos e trocas pontuais de informação entre técnicos, em várias áreas funcionais, fora e dentro do distrito, mantendo-se informado, tanto quanto possível, no contexto de funcionamento “individualizado” das instituições locais e nacionais, do que se fazia nos outros museus. Cabe sem dúvida salientar o papel dos diálogos facilitados entre equipas com lideranças

⁴⁴¹ Recorda-se, brevemente, que em Almada, em 1991, abriu ao público o Núcleo Naval Arqueológico, em Olho de Boi, do Museu Municipal; em Alcochete, em 1993, abriu ao público o Núcleo de Arte Sacra do Museu Municipal; no Montijo, deu-se a criação, no mesmo ano, do primeiro núcleo do Museu Municipal – Casa Mora e do segundo núcleo, em 1997, denominado Museu Agrícola da Atalaia⁴⁴¹. Em 1995, a Câmara Municipal de Setúbal inaugurou o Museu do Trabalho Michel Giacometti, corolário de um processo desenvolvido ao longo de vários anos, no campo museológico e de intervenção comunitária. Em 1996, a Câmara Municipal de Palmela abriu ao público o Museu Municipal, com um Espaço Arqueológico no Castelo de Palmela.

museológicas definidas e enquadradas na orgânica da respectiva tutela, mantendo um contacto facilitado, ainda que não transposto para projectos comuns.

Também pautamos entre os factores importantes para o desenvolvimento de relações do Ecomuseu com instituições exteriores, nomeadamente as museológicas e de investigação científica, as ligações e contactos académicos dos seus próprios e sucessivos responsáveis.

O que nos parece notável – e porventura excepcional no panorama museológico nacional, sobretudo de âmbito regional – é a qualidade e diversidade de entidades e de instituições, desde museus e organismos internacionais e nacionais, a organizações locais, empresas e personalidades, com que o Ecomuseu Municipal do Seixal estabeleceu contactos e laços, ora pontuais, ora perdurando no tempo, para cedência e exposição de objectos, para elaboração de trabalhos académicos, para apoio e inclusão de conteúdos em edições, para realização de iniciativas lúdico-culturais e de formações, enfim, um sem-número de casos que só razões institucionais tornam pertinente uma listagem exaustiva, que não caberia aqui descrever, mas tão-só concluir sobre a comprovada capacidade organizativa, baseada numa filosofia de serviço público, que a instituição levou rigorosamente à prática, sabendo que tal reverteria em utilidade e reconhecimento social projectados no seio da comunidade concelhia.

3.2. Organização funcional e territorial após a mudança de responsável pelo Ecomuseu: fase de transição (1989/1993)

Como vimos no capítulo anterior, ao analisarmos a área de aplicação da função secundária de gestão⁴⁴², a CMS diagnosticou a carência de uma direcção técnica e de uma coordenação permanente dos serviços museológicos municipais, depois de ter sido uma das primeiras autarquias, a nível nacional, a equiparar o museu à estrutura orgânica de *divisão*.⁴⁴³

Decorrido entre Março e Outubro do ano de 1989, o concurso para um técnico superior foi anunciado/publicado com o propósito de contratação de um conservador de museu,

⁴⁴² O assunto da contratação de uma técnica superior com funções de coordenação da DPHN/EM foi abordado no subponto “Área de aplicação da função gestão: expressão orgânica do museu na sua fase inicial” do ponto referente à “Análise das linhas-mestras da programação inicial do Ecomuseu”.

para o qual era exigida “licenciatura em História, Antropologia, Sociologia ou áreas afins”, sendo “condições preferenciais: formação complementar em museologia e experiência comprovada no campo da animação museológica e da preservação do património”. A prova escrita a que foram sujeitos os candidatos pré-seleccionados pela avaliação curricular consistiu numa dissertação sobre a dupla temática da “função social dos Museus” e do “Poder Local e as identidades culturais”. Apesar da Câmara reconhecer que vinha desenvolvendo “uma relevante acção na área do património histórico-cultural traduzida, nomeadamente, na criação do Ecomuseu Municipal” e apesar de fundamentar a celebração do futuro contrato na constatação de que essa intervenção autárquica, não obstante o “prestígio nacional e internacional que granjeou, [tinha] sido limitada pela inexistência de técnicos de nível superior a tempo inteiro”, aparentemente assumia com hesitação a referida contratação, já que, embora “visando uma eventual integração no quadro”, tinha uma duração de seis meses e o conteúdo funcional era de “coordenação progressiva das funções cometidas à Divisão”. Tal como os documentos expressam, tratava-se de uma solução de recurso, alternativa, devida ao facto de a “adequada e eficaz gestão e coordenação dos serviços do Ecomuseu” não poder ser “efectivamente exercida pelo dr. António Nabais, dada a sua indisponibilidade para assumir a tempo inteiro as funções de Conservador”. Por outro lado, parece-nos interessante ressaltar dois aspectos que os mesmos documentos a que nos reportamos também espelham: um aspecto é o da percepção da implicação que tinha, ao nível da gestão, a “perspectiva descentralizadora da Câmara” aplicada à estrutura do Ecomuseu, “dispersa por diversos núcleos”; o outro aspecto é o da identificação de duas áreas funcionais distintas, para que se previa repartição em pessoas diferentes - a da “gestão/coordenação de serviços” e a da “orientação científica”. Assim se explicaria, porventura, a não admissão, desde logo, de um técnico superior no Quadro de Pessoal, necessariamente como estagiário, abarcando as funções globalmente diagnosticadas como necessárias ao desenvolvimento do Ecomuseu e que, afinal de contas, convergiam no conteúdo funcional de um Conservador de museu.⁴⁴³ Na prática, porém, isso só seria possível se a Câmara dispusesse de candidatos nas condições para tal exigíveis pela legislação em vigor ou se quisesse prescindir de uma colaboração, ainda que pontual, do

⁴⁴³ Recorde-se que o quadro de pessoal da Câmara incluía uma vaga de conservador/assessor, na carreira técnica superior.

⁴⁴⁴ O ingresso na carreira técnica superior de conservador de museus far-se-ia ao abrigo do Decreto-lei nº 46.758, de 18 de Dezembro de 1965 e do Despacho Normativo nº 129/83, de 18 de Abril de 1983.

seu primeiro responsável técnico pelo património e pelo museu municipal. O que aparentemente não foi o caso.⁴⁴⁵

O nosso início de funções como nova coordenadora da DPHN/EM deu-se no final do mês de Dezembro de 1989⁴⁴⁶, poucos dias antes de se iniciar também o mandato da equipa recém-eleita para a Câmara Municipal, em que o pelouro da Cultura, abrangendo o Ecomuseu Municipal, era atribuído a dois vereadores em simultâneo, um, a tempo inteiro e da força política maioritária, e outro de um dos outros partidos.

Frequentando uma pós-graduação em Museologia Social⁴⁴⁷ e tendo optado pela dedicação exclusiva ao trabalho de museu, passámos pois, a partir daquela data, a assumir a progressiva responsabilidade pelo museu municipal no Seixal, concelho onde, por circunstâncias conjunturais, exercêramos o último período da anterior profissão docente⁴⁴⁸, ao longo da qual nos havíamos interessado pelas questões museais, nomeadamente através das vertentes da educação, chegando a efectuar algumas acções de formação profissional nesses domínios, sob orientação do Museu Nacional de Arte Antiga e do Instituto Português do Património Cultural.

Superficialmente familiarizados com a experiência museológica municipal e fortemente interessados pelos seus aspectos inovadores, amplamente sublinhados, não só nas

⁴⁴⁵ Eufrásio F.G. José, 17 de Fevereiro de 1999: “Quando o processo se inicia e quando evolui no sentido mais positivo havia uma comunhão permanente de acompanhamento técnico e político e, em conjunto, técnicos e políticos, faziam tudo para uma envolvimento popular, das estruturas populares, das populações (...) O problema da saída do Nabais criou ali um fosso, uma fronteira desmotivadora, porque foi quase o terminar de um casamento, houve ali um divórcio, entre o técnico e o político. Houve um período de andar à deriva, por falta de acompanhamento técnico, que motivou uma menor atenção. Para os políticos faltava-lhe esta componente técnica para uma maior envolvimento.”

⁴⁴⁶ V. Acta da Reunião de Câmara de 29 de Dezembro de 1989. A data da nossa contratação foi condicionada pelos nossos compromissos anteriores, uma vez que até aí exercíamos a profissão docente, no ensino secundário, como professora de História, com estatuto provisório.

⁴⁴⁷ Fizemos a pós-graduação em *Museologia Social* na Universidade Autónoma de Lisboa *Luís de Camões*, entre 1989 e 1991. A nossa inscrição no curso, previamente à última fase do concurso na Câmara do Seixal veio a comprovar-se facto importante (se não mesmo essencial), no processo de selecção. Entre os docentes do curso, contava-se António Nabais, responsável pela disciplina de “Organização de Património Museológico”. Foi ele, aliás, o primeiro a dar-nos conhecimento da obra de Maria Olímpia Lameiras-Campagnolo, através da bibliografia recomendada para a disciplina e, portanto, antes mesmo de aquela investigadora do CNRS ser orientadora do seminário-síntese do curso de pós-graduação.

⁴⁴⁸ Ainda nessa situação e no âmbito do Clube de Património da Escola Secundária de Corroios 1, havíamos participado na organização do debate “Reflectir sobre Educação Patrimonial”, realizado em Janeiro de 1990 no Moinho de Maré de Corroios, com a presença do conservador do Museu de Setúbal, Fernando António Baptista Pereira. Coincidentemente, essa ocasião, constituindo um retorno daquele museólogo ao Seixal, anos após a sua colaboração na exposição de 1981, segundo o próprio museólogo nos comentou na entrevista efectuada em Janeiro, proporcionou o retomar de uma relação profissional e institucional entre Fernando António Baptista Pereira e o Ecomuseu.

edições municipais, que conhecíamos, e a que tínhamos acesso regular uma vez que habitávamos há vários anos no concelho, mas também nas publicações que consultávamos sistematicamente, no âmbito da nossa candidatura, não era a componente de gestão que nos atraía ao museu. Um certo trabalho desenvolvido no contexto educativo formal e a nossa reflexão sobre as potencialidades do património cultural e das colecções museológicas nos processos de ensino-aprendizagem e de ligação do indivíduo ao meio envolvente, em geral desaproveitadas naquele contexto e porventura mais fáceis de explorar a partir dos próprios museus, predispunha-nos para atribuímos uma particular atenção à chamada “extensão cultural” do Ecomuseu, que considerávamos ter que assentar num trabalho continuado de investigação. Desde logo presenciámos a análise dos factos devida à situação de conclusão do período de um ano de estágio e de elaboração dos respectivos relatórios pelas duas monitoras que, um ano antes da nossa chegada, haviam sido integradas na equipa, constituindo, com uma terceira técnica, o núcleo “duro” do que já era chamado “Serviço Educativo”. Essas técnicas realizavam grande parte do trabalho “visível” do museu, respondendo aos diversos tipos de solicitações, tanto para visitas escolares, como para visitas supostamente turísticas, passeios de barco, acompanhamento de visitantes institucionais a quem as autarquias locais mostravam o concelho (incluindo ou não os núcleos do Ecomuseu) e apoiavam a “extensão cultural” que, segundo constava do documento interno “Plano de Actividades para 1989”, de Outubro de 1988, englobava “todo o trabalho museográfico: desde programação, realização e divulgação de exposições permanentes, temporárias e itinerantes, preparação de publicações, cartazes, desdobráveis, painéis e todo o material de divulgação”.

3.2.1. Detecção de carências, com reforço ou reformulação de áreas funcionais

Constituíam-se, por assim dizer, um “núcleo de crescimento” na equipa do museu, o que se avaliou como uma mais-valia em termos de renovação de métodos de trabalho e de funcionamento dos órgãos de gestão, não obstante os riscos, também detectados, de clivagem com o “núcleo da criação”, o qual assumia a importância do seu papel na projecção até aí alcançada pelo museu em contornos de auto-suficiência e de um certo fechamento aos “ares” exteriores.

A par das carências logísticas, a começar pelas próprias instalações da “sede administrativa” do museu, começámos a detectar as áreas funcionais mais críticas e os

problemas organizativos e de gestão, questões que nos apareciam como um todo complexo, cujas partes eram praticamente indissociáveis entre si.

No início de 1990, trabalhavam no museu vinte e quatro pessoas, das quais vinte e uma a tempo inteiro. Note-se que da equipa permanente fazia então parte uma única técnica da carreira técnica superior e seis técnicos e/ou técnicos auxiliares. No conjunto, 75% dos colaboradores estavam integrados no quadro de pessoal da CMS. Este seria um dado em princípio positivo, não fora a insatisfação de alguns dos elementos, face às tarefas atribuídas, ou aos horários, ou então à carreira, ou ao estatuto remuneratório, para não referir o sentimento mais ou menos unânime de subvalorização do museu como serviço público, abrangendo os seus próprios trabalhadores, na expectativa da concretização, por parte da tutela, da reinstalação do Núcleo Sede e de melhoria das condições de trabalho.

Atendendo ao peso e ao carácter diversificado das condicionantes da nossa tarefa de gestão e de coordenação, cientes da nossa própria falta de experiência no meio museológico e apercebendo-nos, além do mais, da especificidade daquele em que nos encontrávamos, a uma atitude de cautela procurámos associar um certo pragmatismo. Sem grandes possibilidades de comparação com outras experiências ou casos “vizinhos”, uma vez que as carências e dificuldades do Ecomuseu não tinham as mesmas proporções noutros museus próximos, designadamente nos municipais, parecia-nos essencial a afirmação de uma liderança bem conjugada com o trabalho de equipa, capaz de respeitar a sua imagem “original” mas aprofundando e desenvolvendo os conteúdos e razão de ser da sua projecção, tanto junto da comunidade local, como dos públicos exteriores e dos meios profissionais.

Quanto a meios logísticos, a detecção de carências recolhia unanimidade na equipa, a começar pela necessidade de concentrar e de organizar as reservas museológicas a partir dos recursos disponíveis, incluindo os espaços relativamente desaproveitados do núcleo da Quinta da Trindade, até para tornar razoavelmente funcionáveis os do Núcleo Sede.

A superação de carências de pessoal era vista como bastante complexa, parecendo aconselhável fazê-lo sustentadamente, dada a multiplicidade de campos de intervenção, o nível técnico de competências exercidas pela equipa existente, as próprias carências logísticas e, evidentemente, dada a transição do sistema de gestão do museu. A formação profissional/profissionalizante e a circulação/distribuição de informação foram sempre identificadas como duas componentes essenciais.

Nas diferentes áreas de aplicação das funções museológicas, e para além de estas carecerem de um reajustamento, parecia necessário estabelecer uma boa correspondência de objectivos entre as diferentes responsabilidades de funcionamento, começando por envolver a equipa na definição de uns e no reconhecimento de outras.

Outra questão especificamente colocada foi a do envolvimento da população, que tinha de ser equacionado, após a fase de criação do museu, numa fase de exigências da sua consolidação. Essas exigências eram da responsabilidade intrínseca da tutela municipal e em grande parte associadas, ou devidas, a desajustamentos entre programação museológica e modos de concretização ou de planificação, por um lado, e faseamento de projectos devidamente sustentados do ponto de vista da atenção política, dos recursos e dos orçamentos que a tutela entendesse atribuir-lhes, por outro lado. Uma notória desproporção entre o que se dizia fazer, e o que era feito, não se tornaria uma causa persistente de desinteresse e de afastamento de pessoas e de sectores da população concelhia face ao Ecomuseu Municipal?

Em poucos anos, desde que se delineara a instituição museal, o papel sócio-cultural do museu parecia ter ultrapassado o processo intencional de afirmação duma identidade “tradicional” e o Ecomuseu envolvia-se numa dinâmica municipal onde as memórias do passado, a história e as tradições locais, conviviam numa crescente desigualdade com as vivências e as iniciativas culturais que acompanhavam o crescimento demográfico e urbanístico do concelho. Houvesse ou não uma clara consciência disso e uma assumida cumplicidade entre técnicos, autarcas e elementos da comunidade, por um lado, o campo temático do museu alargava-se, ainda que lentamente, à medida da sua intervenção no território, e, por outro lado, a sua esfera de atribuições dispersava-se nesse mesmo território, para lá dos espaços e das “coleções” incorporados.

O aportamento do Ecomuseu à “nova museologia” não só não lhe conferira, por si mesmo, os instrumentos conceptuais, nem um modelo técnico de organização e de estruturação funcional adequados à sua complexidade, como poderia até certo ponto ter criado a expectativa e a miragem precoce de exequibilidade de um programa de intenções muito ambicioso, de que os próprios autores progressivamente se “cansavam”, a começar pelos políticos, talvez porque não se sentissem muito motivados para a construção “teórica” daquele programa. Isto, embora fossem eles, na verdade, os primeiros interessados e os principais responsáveis pelo centro das operações e das decisões da política museológica municipal, uma vez que foram capazes, em parte, de o

fazer noutras frentes, nomeadamente da cultura, como a educação e a animação sócio-cultural e desportiva. Mas não percamos de vista o contexto nacional, de que as realidades concelhias não poderiam isolar-se em absoluto.

A par destas e de outras reflexões que desenvolvemos na época, mantivemo-nos atentos e “fiéis” à filosofia do museu, que se “respirava” da orientação dos últimos anos e dos contactos que tínhamos a oportunidade de manter com o anterior responsável, na perspectiva de uma necessária consolidação institucional da experiência em curso.

Na falta de trabalho sistemático de investigação e de orientações definidas quanto a uma recolha de campo organizada⁴⁴⁹, o movimento de incorporações de objectos foi em 1990 praticamente inexistente, o que acabava por corresponder à situação dos meios e dos espaços disponíveis⁴⁵⁰.

Na área de aplicação da função preservação e no tocante aos aspectos da incorporação e da documentação dos acervos museológicos, um dos principais problemas do museu decorria assim da falta de registos rigorosos, capazes de espelhar critérios de aquisição, associados ou não a projectos de investigação, no contexto de um programa museológico.

⁴⁴⁹ O único projecto em curso em 1989-1990, no que toca a trabalho de campo em que o museu participava, era o que já anteriormente referimos, desenvolvido por uma equipa de professores da Coordenadora Concelhia da Educação de Adultos, sobre as profissões da construção naval tradicional. Subordinado a uma orientação geral de António Nabais, a recepção dos materiais e da documentação decorrentes dessa recolha não teve então seguimento no trabalho do museu.

⁴⁵⁰ A propósito das incorporações de objectos no museu municipal recorda-se aqui que o processo técnico e administrativo correspondente se encontra parcialmente documentado, até ao ano de 1986 (inclusivé) através dos formulários de registo preenchidos /modelo PHC-Mod 1 – de “Elementos do Património Cultural do Concelho para o Museu Municipal” /Serviços de Dinamização e Planeamento Culturais – Património Histórico-Cultural. Preenchidos ora por Rui Brito, ora por Luis Barros e, a partir de 1985 também por Ana Luísa Duarte ou, pontualmente, pelo próprio António Nabais, uma parte dos registos acompanharam as recolhas feitas por freguesia, mas não temos elementos documentados por escrito suficientes para concluir se tais registos foram simultâneos ao acto de recolha ou feitos posteriormente aos mesmos. O movimento de recolha e/ou de oferta de objectos parece ter sido particularmente intenso até 1985, mas nada nos permite localizar tais acções, no tempo, com precisão. A partir de 1987, o ingresso de objectos está documentado através dos formulários preenchidos como “Registo de Entrada de Espólio”/Ecomuseu Municipal do Seixal. Este modelo permaneceu em uso, apesar de se reconhecer a utilidade que teriam certas correcções. Ao longo dos anos não foi rigoroso o registo de objectos entrados no museu, como se constata pelo facto de existir numeroso acervo que não está documentado nos “livros de registo”, podendo até encontrar-se objectos inventariados, mas com “entrada” não registada. Em 1987 foram registadas 8 entradas. Em 1988 foram registadas 3 entradas. Em 1989 foram registadas 39 entradas, mas na sua grande maioria constituídas por objectos de representação, ofertas de grupos de visitantes ou de entidades com quem a Câmara teve contactos institucionais, portanto tratando-se de objectos que não apresentam qualquer pertinência do ponto de vista da incorporação no museu. Esta situação emergiu de um entendimento indevido da função do museu, quanto à preservação de “objectos” representativos para a história do Município que, aparentemente, não suscitou reacção imediata e obrigaria a procedimentos escusados durante vários anos. Nesse período coube sobretudo ao técnico Rui Brito a execução técnica de procedimentos nesta área de trabalho.

Com um lugar privilegiado no museu, do ponto de vista do rigor científico, à arqueologia associava-se um processo relativamente autónomo no que toca à preservação, situação essa que seria sucessivamente corrigida, até porque iria aplicar e mobilizar uma percentagem significativa dos seus recursos técnicos e logísticos.

Uma grande quantidade de objectos guardados pelo museu e que não se apresentavam em exposição, até aí dispersos por vários espaços, quer do Núcleo Sede, quer da Quinta da Trindade, foram transferidos ou acondicionados, essencialmente segundo as suas dimensões e características físicas, e concentrados naquele último núcleo, onde se iniciou a organização das reservas museológicas e dos armazéns ligados às várias vertentes museográficas, assim como, um pouco mais tarde, das salas destinadas e equipadas para o trabalho de recepção e de inventário, de conservação e de restauro. Tais medidas só foram possíveis mediante uma criteriosa gestão do pessoal auxiliar, alterando, sempre que necessário, as rotinas anteriores, incluindo a alternância de locais de trabalho e o recurso frequente a trabalho extraordinário, o que, naturalmente, só era possível mediante uma forte motivação de toda a equipa.

Entre 1990 e 1993 deu-se com efeito uma atenção muito particular à vertente da conservação, nos diversos campos de intervenção do Ecomuseu, abrangendo os imóveis correspondentes aos núcleos, as embarcações e o acervo móvel⁴⁵¹. Introduziram-se algumas rotinas de conservação preventiva, em que foi incluído o Arquivo Histórico, enquanto este esteve sob gestão do museu; foi desenvolvido trabalho de conservação de colecções cerâmicas, tanto de acervo azulejar, como arqueológico; foram preservados e incorporados (como acervo móvel) elementos arquitectónicos de edifícios que a própria Câmara, ou os particulares, não souberam ou não tiveram capacidade e meios de preservar no respectivo sítio⁴⁵²; foi restaurada uma das duas embarcações tradicionais em utilização e deu-se início ao processo de recuperação integral de uma terceira embarcação para iniciar também funções de navegação de recreio.

⁴⁵¹ O pessoal do Ecomuseu foi reforçado com três técnicos auxiliares de museografia, entre 1990 e 1993, tendo sido importante, entre eles, o regresso da técnica Ana Luísa Duarte à equipa. Apesar das dificuldades de diversa ordem observadas na estabilização da equipa ligada à conservação – e à museografia, duma forma geral – desde 1993 a existência de um “núcleo” experiente na instituição, formado por aquela técnica e por José Carlos Henrique, permitiu uma certa linha de consolidação e de desenvolvimento nesta área de trabalho, procurando responder aos consideráveis desafios que se lhe colocaram.

⁴⁵² Entre os elementos recolhidos e incorporados como acervo móvel, na ausência de projectos de preservação de património edificado, contam-se os provenientes das Quintas do Rouxinol (em Corroios) e da Quinta da Soledade (em Arrentela), ambas municipais.

A partir de 1991 elaborou-se e seguiu-se um plano de inventário retrospectivo⁴⁵³ do acervo móvel, que levou à reformulação e à normalização de critérios, e procedeu-se à criação de bases de dados informatizadas⁴⁵⁴ – inventário geral e inventário/estudo de colecções arqueológicas -, mediante meios próprios do museu, tanto ao nível informático, como dos recursos humanos. Esta experiência, não constituindo decerto uma medida definitiva, permitiu gerir correntemente o acervo museológico mais importante nesta fase e ganhar tempo para preparar com mais consistência e proporcionando tempo de estudo e reflexão, outras vias e eventuais soluções, que pudessem vir a responder ao plano de construção de um sistema integrado de documentação para o Ecomuseu.

Em 1991 reiniciou-se um ciclo de contactos com entidades locais e municipais, que tinha sobretudo os seguintes objectivos: identificar situações em que fosse pertinente o museu seleccionar objectos para o seu acervo; reactivar o interesse dos municípios pelas colecções do Ecomuseu Municipal e suscitar a sua iniciativa, nomeadamente em ligação com as exposições em preparação pelo museu; recolher objectos da fábrica *Mundet*, que fora desactivada em 1989; completar as colecções da construção naval artesanal em madeira, independentemente de os estaleiros de proveniência se localizarem no concelho ou em concelhos vizinhos, na região.⁴⁵⁵

Esse tipo de iniciativa do museu prosseguiu entre 1991 e 1993, nomeadamente com a recolha de objectos em estaleiros navais (sobretudo em estaleiros da Moita e de Sarilhos Pequenos), em primeiro lugar para completar/actualizar a exposição permanente, apesar de muitas dificuldades na definição de uma política de incorporações adequada às necessidades e recursos da instituição.

No quadro da regularização de procedimentos quanto à documentação, mas atentos ao relacionamento com os elementos da comunidade local que estavam mais próximos do

⁴⁵³ Refira-se que este mesmo plano de inventário retrospectivo do acervo móvel do Ecomuseu Municipal foi objecto de um trabalho académico nosso, no âmbito da disciplina de “Organização do Património Museológico” da pós-graduação de Museologia Social, em 1990, trabalho esse intitulado, precisamente, *Plano de Inventário do Ecomuseu Municipal do Seixal*.

⁴⁵⁴ Com a progressiva aplicação de meios informáticos às diversas áreas funcionais do museu, a partir de 1991, desenvolveram-se aplicações do programa *File Maker* destinadas quer à documentação de acervo museológico, quer ao serviço administrativo que foram extraordinariamente rentabilizadas, tendo em conta os poucos recursos que a Câmara teve de dispendir para tal.

⁴⁵⁵ A delimitação do território do museu quando se trata do campo temático flúvio-marítimo, como é o caso da construção naval, obedece, necessariamente, a critérios mais amplos e de pertinência reportada às técnicas e às tradições culturais que não se confinam ao critério administrativo.

museu, instituiu-se não só um processo sistemático de agradecimento de doações e de depósitos de objectos e/ou colecções, mas também de informação e convite dessas pessoas e entidades para participação em actividades de extensão cultural, assim como de oferta de novas edições.

Na área de aplicação da função museológica de difusão e na vertente globalmente designada por extensão cultural e educativa, emergiu com uma especificidade crescente o “serviço educativo”.

A extensão cultural desenvolvida nesta fase aproveitou a abertura da tutela e alguns recursos disponíveis e procurou explorar a projecção do museu, tanto no plano interno, como exteriormente ao concelho, dada a relativa segurança com que podíamos identificar os tipos de públicos associados a cada âmbito de actividade. As iniciativas foram projectadas de acordo com a especificidade dos espaços e dos recursos museais, procurando privilegiar caminhos inovadores ou exploratórios das particularidades relacionadas com o meio de inserção do Ecomuseu, preferindo a qualidade à quantidade ou à frequência, bem como as experiências que revertissem na formação dos próprios técnicos e em novos campos de acção quanto à valorização de património.

O serviço educativo, por seu lado, era concebido e direccionado privilegiadamente para o trabalho com a comunidade local, explorando o mais possível os interesses que alguns sectores ou grupos nos iam manifestando, ou para atender a necessidades dos públicos e utilizadores locais. Foi nossa preocupação o lado qualitativo, assumindo-o em detrimento da quantidade, tentando inverter uma tendência do período de trabalho anterior, que fora expressão de uma época e de uma certa procura, por parte do público, desproporcionada aos meios do museu. A programação das actividades, a sua organização e divulgação, ora por ciclos temáticos, ora em associação ao calendário escolar, e a atribuição de mais recursos à sua preparação, eis aspectos que ganharam uma nova importância.

Em 1993, este trabalho era sucintamente caracterizado num pequeno texto publicado na revista *Al-madan*: “partindo do próprio património museológico, em interacção com os núcleos patrimoniais identificados ao longo do território, abordando e motivando o aprofundamento de temas da história local, revelando e sensibilizando para a descoberta do património natural, sugerindo e adoptando itinerários temáticos, utilizando os saberes e técnicas artesanais – quer porque o museu as integra no seu quotidiano, quer porque

existe uma prática de colaboração com outros elementos da comunidade local – tem sido possível oferecer uma apreciável diversidade de produtos e serviços.”⁴⁵⁶

Nesta fase de transição e de consolidação do trabalho do museu procurou-se pois definir um modelo de acção do Serviço Educativo, no quadro geral da programação museológica e da estrutura territorial descentralizada do Ecomuseu, com base nos dados conhecidos, quer sobre o meio envolvente, quer sobre os principais utilizadores e públicos, articulando e rentabilizando recursos dispersos no seu território-base, por via do estudo e da interpretação interdisciplinares do património cultural e do património natural. Valorizou-se a componente prática das técnicas e saberes artesanais tradicionais e o papel do museu no processo de transmissão do saber-fazer.

Em 1993, o museu tinha vinte e oito colaboradores contratados, dos quais vinte e seis a tempo inteiro e contando com 71% de efectivos (trabalhadores do quadro de pessoal da CMS). Passara a ter duas técnicas superiores na sua equipa permanente, a segunda das quais destinada a reforçar, precisamente, a equipa do Serviço Educativo.

Num outro texto de divulgação, publicado no boletim da APH, considerava-se que “as experiências de vários anos têm revelado a importância do Ecomuseu como um centro de recursos para as escolas do concelho e mesmo, cada vez mais, para muitas escolas e instituições do exterior. Por sua vez, o património é uma temática reconhecidamente privilegiada no âmbito da Área-Escola, porque propicia e requer e interdisciplinaridade, a ligação ao meio e a abordagem dos problemas da comunidade e da sua identidade cultural.”⁴⁵⁷

No que diz respeito à exposição/interpretação, resolvidos alguns compromissos da gestão precedente, a orientação foi no sentido de programar exposições sobre temáticas reportadas ao território do Ecomuseu, ao seu acervo museológico e aos problemas e realidades locais. À medida que a autarquia ia dispondo de outros meios e que se iam equipando outros serviços culturais, assim se foi conferindo especificidade à programação cultural do museu, prevendo embora algumas repercussões no plano do seu relacionamento no meio local, que, a seu tempo, teriam de ser compensadas pelo incremento de outras actividades nesta e noutras áreas funcionais.

⁴⁵⁶ Cf. FILIPE 1993: 157.

⁴⁵⁷ Cf. FILIPE 1994: 795-799.

Entre 1990 e 1993, para além da remodelação parcial da exposição permanente do Núcleo Sede o Ecomuseu organizou e exibiu exposições temporárias sobre “A Olaria Romana da Quinta do Rouxinol”, sobre o “Património industrial: da pré-industrialização à industrialização no concelho do Seixal”, sobre “Agricultura e espaços rurais no concelho do Seixal”, sobre “A Terra e o Homem: aspectos geológicos do concelho do Seixal”, sobre o “Ecomuseu – 10 anos: um museu em construção”⁴⁵⁸ e sobre a “1ª oficina juvenil de iniciação à construção naval”.

No âmbito da transmissão de técnicas e saberes, o processo esteve activo no quadro das tripulações dos dois botes de fragata, tanto nas funções de arrais como nas de ajudante de arrais. Também no âmbito do funcionamento do moinho de maré, em Corroios, prosseguiu o processo de transmissão do moleiro para o seu ajudante. No que toca à construção de modelos de barcos em madeira, foram criadas condições logísticas e contratada uma artesã como via para proporcionar meios de continuidade ao trabalho da respectiva oficina. Em todas essas vertentes continuou-se a privilegiar o contexto de difusão e a comunicação com os públicos e utilizadores do museu. Foram detectadas, mas não superadas, as carências de estudo/investigação e de preservação, nomeadamente quanto a aspectos de documentação daquelas técnicas e saber-fazer.

No essencial, dois tipos de iniciativas de ensino de cariz museológico tiveram lugar no período em análise: um Curso de Iniciação à Arqueologia e as Oficinas de Iniciação à Construção Naval Artesanal. Avaliadas e sucessivamente reformuladas, estas últimas tomariam lugar em programações futuras do Serviço Educativo do museu, constituindo uma experiência singular nas actividades processadas a partir do Núcleo Naval de Arrentela, contando com a participação de outras entidades locais e regionais.

Assinale-se ainda a realização, com carácter sazonal, coincidindo com as férias escolares, de actividades de tempos livres remuneradas, para jovens, abrangendo diversas áreas funcionais, desde a conservação à difusão.

A edição continuou a ocupar um lugar importante na difusão do Ecomuseu, mas respondendo ainda a necessidades de carácter relativamente imediato e condicionada a um reduzido trabalho científico, para informação geral de um vasto público, por um

⁴⁵⁸ À exposição temporária “A Terra e o Homem: aspectos geológicos do concelho do Seixal” exibida no Moinho de Maré de Corroios, foi conferido o Prémio APOM de “Melhor Exposição Temporária 1993”. A par da exposição, a CMS editou, sob o mesmo título, o respectivo catálogo e um vídeo com fins educativos.

lado, e para complemento e/ou prolongamento dos conteúdos temáticos das principais exposições temporárias desse período.

As carências detectadas ao nível da investigação projectaram-se em diversos aspectos do trabalho do Ecomuseu. Tais carências condicionaram, concretamente neste período, a área de aplicação da função difusão, sobretudo a extensão cultural/serviço educativo e as exposições/interpretação: “(...) constata-se a falta de correspondência entre as acções de extensão cultural e educativa permanentemente desenvolvidas pelo museu e a investigação, por forma a renovar e a fundamentar a comunicação com os seus diversos públicos e utilizadores. Este é um problema que passa pelas insuficientes ligações com outras instituições culturais, nomeadamente universidades e centros de estudo e de investigação, mas cuja resolução também passa por um reforço de pessoal técnico-superior do próprio museu, a par do pleno reconhecimento de áreas de trabalho até agora incluídas de forma relativamente marginal, como é o caso da arqueologia”.⁴⁵⁹

Uma das vertentes específicas da área de aplicação da investigação foi a da arqueologia, a qual, protagonizada por elementos da equipa que partilhavam responsabilidades na área da preservação e da difusão⁴⁶⁰, se reconfigurou, nesta fase de transição, em correspondência com as novas exigências colocadas à DPHN/EM, à medida que esta assumia as atribuições regulamentares que excediam um âmbito museológico estrito.

No plano institucional, e consignando-se formalmente, num protocolo, a relação de cooperação entre a CMS e o Centro de Arqueologia de Almada, relação essa iniciada desde a primeira intervenção de emergência do museu⁴⁶¹, traçava-se um percurso que permitiria adiar por alguns anos a criação de um serviço de arqueologia. Entretanto, na prática, esta actividade científica tinha o reconhecimento legal exigível.

Se, comparada a situação do Seixal com a de outras autarquias, a arqueologia parecia relegada para um plano menos estruturado ou insuficientemente actuante no quadro de intervenção patrimonial e museológica, uma análise mais rigorosa releva a singularidade da experiência local resultante de um conjunto de circunstâncias em que

⁴⁵⁹ V. FILIPE 1992: 18 (Relatório de actividades desenvolvidas...).

⁴⁶⁰ Eram Jorge Raposo e Ana Luísa Duarte os elementos da equipa do Ecomuseu que detinham prática e estavam habilitados a dirigir e responsabilizar-se pela investigação arqueológica, incluindo, portanto, as escavações, no quadro legal em vigor e perante o órgão máximo de tutela da arqueologia em Portugal.

⁴⁶¹ Recordar-se que a primeira intervenção arqueológica sob responsabilidade do museu municipal teve lugar, com carácter de emergência, em 1983, na Igreja Paroquial de Corroios.

se conjugaram a investigação, a preservação e a difusão, numa convergência que, no plano municipal, permitiu realizações significativas.

A quinta e a sexta campanhas arqueológicas na olaria romana da Quinta do Rouxinol tiveram lugar sucessivamente em 1990 e 1991. No primeiro ano, acumularam-se com a sexta campanha arqueológica efectuada em Porto dos Cacos, no concelho de Alcochete, sob responsabilidade científica dos mesmos arqueólogos, mediante a cooperação da CMS. No segundo ano, para além da campanha em Corroios, o museu levou a cabo uma intervenção arqueológica de emergência na vila do Seixal, devida a obras no edifício dos Paços do Concelho, em pleno núcleo urbano antigo.

Pode considerar-se que 1991 foi um ano marcante para a arqueologia no Seixal: a par do processo de classificação, como Monumento Nacional, das estruturas arqueológicas da Quinta do Rouxinol (Olaria Romana)⁴⁶², a autarquia co-organizou e acolheu as *Iª. Jornadas sobre Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado*, as quais deram uma nova projecção às investigações em curso e contribuíram sem dúvida para fortalecer o relacionamento institucional, no plano interno e no plano externo, do Ecomuseu e da sua equipa técnica e científica, ao nível da actividade arqueológica e museológica.

Apesar de persistentemente se ter procurado estabelecer um protocolo entre a CMS e o IPPC, através de contactos institucionais com o respectivo Departamento de Arqueologia e na perspectiva do desenvolvimento de projectos por que a própria autarquia se vinha responsabilizando, tal não teve concretização, aparentemente devido ao preconceito político conjuntural daquele organismo de tutela nacional do património.

Enquanto isso, as pesquisas de história regional e local pouca expressão-prática tiveram nas actividades do museu, conquanto se tenha prefigurado, com uma nova pertinência, a investigação sobre o património industrial do concelho, particularmente no caso da cortiça.⁴⁶³

Mas foi precisamente nesta fase transitória da vida do Ecomuseu que se delinearam novos projectos de trabalho, para o inventário de património edificado, especificamente

⁴⁶² Embora em 1991 (nomeadamente por ocasião das Jornadas sobre Romanização, em Dezembro) já fosse conhecida a aceitação da proposta de classificação do sítio da Olaria Romana da Quinta do Rouxinol, foi o Decreto 26^A/92 de 1 de Junho que consignou a classificação de Monumento Nacional.

⁴⁶³ Em 1990 começámos a ocupar-nos do estudo da indústria corticeira no Seixal e particularmente da Mundet.

do núcleo urbano antigo do Seixal⁴⁶⁴, e para o inventário do património pré-industrial e industrial, assunto que retomaremos num sub-capítulo seguinte.

Quanto às ciências da natureza, apesar de um significativo trabalho de campo, esse consistiu, no essencial, num levantamento geral de espécies, que, sendo materializado na selecção de temas de animações, em sucessivas edições destinadas ao grande público e em registos fotográficos integrados em Centro de Documentação, não se podendo considerar uma investigação disciplinar e de carácter sistemático.

Virando a nossa atenção para a função secundária de intendência, estreitamente ligada à de gestão, nesta fase transitória da vida do museu, foi necessário passar pragmaticamente da detecção das carências à aplicação de diversas medidas práticas para organizar procedimentos e à adopção de rotinas, sobretudo no plano administrativo corrente, dado que se dispunha de reduzidos meios, o que era superado apenas devido à descentralização de competências nos vários técnicos e áreas de aplicação das funções primárias do Ecomuseu. Estes e outros pontos críticos diagnosticados no funcionamento do Ecomuseu, foram enunciados em documentos destinados a constituírem dados de gestão do mesmo.⁴⁶⁵

Em Novembro de 1993, seguindo-se à publicação em *Diário da República* do *Regulamento e Organigrama dos Serviços da Câmara Municipal*⁴⁶⁶ e na perspectiva de contribuir para o aprofundamento da reflexão e o balanço para medidas futuras, aproveitando a ocasião de fecho de um ciclo e de um próximo ciclo de gestão autárquica municipal, foi apresentado um “Documento-base para a elaboração de um Regulamento Interno de Serviços”, contendo uma caracterização sistemática do museu, no plano do pessoal, do ponto de vista das suas funções e das carreiras, no plano da organização e

⁴⁶⁴ A experiência dos anos recentes mostrou que, apesar do processo que levou à elaboração e à aprovação de um regulamento para os núcleos urbanos antigos, não se desenvolviam os mecanismos necessários à preservação de imóveis ou de conjuntos edificados face a efeitos da especulação imobiliária e à pretendida reconversão do centro urbano, sobretudo do Seixal, onde ganhavam espaço as actividades terciárias e administrativas. O antigo mercado da vila, por exemplo, que estivera destinado a centro de exposições na proposta de criação do Museu Municipal, fora entretanto demolido.

⁴⁶⁵ Para além de referidos em relatórios e informações de trabalho que a Divisão estava incumbida de levar a conhecimento superior, os pontos críticos de programação e de organização do museu foram, de forma sumária, mas claramente, enunciados em 1992, no nosso relatório de estágio, destinado à integração na carreira técnica superior.

⁴⁶⁶ O *Regulamento e Organigrama dos Serviços da Câmara Municipal* foi publicado em *Diário da República* – II série, nº 103, de 4.05.1993, revogando o que fora publicado em 13.02.1988. Nem a coordenadora da DPHN/EM, nem a equipa do museu, em geral, se reviram na estrutura orgânica atribuída à Divisão, por sectores de “Património Histórico” e de “Património Natural”, ambos sob coordenação daquela.

descentralização territorial e, finalmente, no plano da estrutura funcional, áreas e atribuição de competências. Esse documento, que consubstanciava parte da experiência de coordenação/direcção dos últimos quatro anos, continha ainda algumas propostas de regulamentação de serviços públicos do museu, introduzindo, nomeadamente, a ideia de uma “rede de *interessados* no património local – com um estatuto designado eventualmente por *Amigos do Ecomuseu* – por via a continuarmos a fornecer gratuitamente a maior parte dos serviços. Nos outros casos, estabelecer-se-iam compensações acessíveis – nas entradas e visitas aos núcleos e exposições – visando sobretudo a valorização dos serviços.”⁴⁶⁷

Tais propostas não tiveram, contudo, a desejada repercussão, por parte da tutela, o que lamentavelmente se constataria noutras situações, invalidando a concretização atempada de algumas ideias importantes, não apenas na área de gestão, mas também para a renovação da experiência museológica.

O regulamento municipal entrado em vigor em 1993 consagrava, nalgumas alíneas reportadas a serviços como a Divisão do Plano Director Municipal, a Divisão de Ambiente ou o Gabinete de Turismo (entretanto criado), entre outros, a repartição pontual de competências sobre aspectos diversos de gestão de património, passando pela sua reutilização, que tornavam mais complexa - e necessária - a coordenação de procedimentos e de planos de actividade com a própria DPHN/EM. Essa espécie de dispersão de atribuições relativas ao património cultural e ao património natural no quadro da estrutura e do funcionamento orgânico da Câmara correspondia, no essencial, à regulamentação, a nosso ver insuficiente e imprecisa, da responsabilização política e da especialização técnica devidas ao crescimento do aparelho municipal, em correspondência com o desenvolvimento local e com as mudanças em curso no concelho.

Relativamente ao Ecomuseu, embora não se tendo progredido na clarificação de conceitos subjacentes ao modelo de funcionamento, nem na tipificação das suas atribuições, nem mesmo na definição de uma estrutura orgânica adequada ao simples desafio de continuar a responder pelo “património histórico e natural”, o regulamento de

⁴⁶⁷ *Divisão de Património Histórico e Natural/Ecomuseu Municipal: documento-base para a elaboração de um Regulamento Interno de Serviços*, 5.11.93, Ecomuseu Municipal do Seixal/DECDJ-CMS (subscrito por Graça Filipe) [14 p.]. De acordo com a estrutura hierárquica dos serviços, aquele memorando/proposta foi apresentado ao então Director do respectivo Departamento. Na Vereação seguinte esse dirigente foi substituído, pois ele próprio fora eleito Vereador num outro município da AML.

1993 confirmava, na prática, as competências muito alargadas da Divisão, as quais ultrapassavam o património museológico.

Refiram-se, entre as funções atribuídas à DPHN, as de:

- “promover o inventário, classificação, protecção, conservação e restauro do património histórico e natural do concelho”;
- “propor a reutilização e recuperação funcional de sítios, vestígios e testemunhos considerados de interesse”;
- “propor e coordenar acções e programas de investigação em áreas disciplinares da sua esfera de competências”;
- “emitir pareceres e apresentar projectos sobre matérias relacionadas com a preservação do património histórico e natural do concelho (...)”;
- “propor e desenvolver acções e programas de informação e animação (...)”.⁴⁶⁸

3.2.2. Reformulação e redelimitação de núcleos

Sem nunca chegar a enunciar com rigor as alterações programáticas correspondentes à constituição do Ecomuseu Municipal, tal como o conhecemos em 1989, a Câmara Municipal enumerava como seus núcleos, além da sede, do núcleo naval, do moinho de Corroios e da “falua” *Gaivotas*, a “Quinta do Rouxinol: Palacete onde funcionará o Núcleo do Património Natural; Forno Romano: na Quinta do Rouxinol, um forno romano de produção cerâmica(...); Núcleo da Água: na Central de Captação e Elevação de Água da Cruz de Pau (...); Porto da Raposa: um dos portos e “portinhos” da zona ribeirinha; Forno de cal da Azinheira (...)”.⁴⁶⁹

A elaboração do PDMS e a delimitação da REN no concelho, contribuíram, entre outros factores, para uma categorização de elementos com valor cultural e/ou natural que também se repercutia nas funções atribuídas ao Ecomuseu e na delimitação dos respectivos núcleos.

A estrutura territorial e orgânica do museu deveria assentar nas funções realmente activas e/ou nos projectos em programação ou institucionalmente assumidos, em primeiro lugar face à população.

A perspectiva de reformulação programática dos núcleos museológicos viria também a alterar pontualmente as suas designações, passando estas a corresponder directamente ao contexto original do sítio ou do conjunto edificado (Moinho de Maré de Corroios,

⁴⁶⁸ *Regulamento dos Serviços Municipais* publicado no Diário da República II Série, nº 103 - 4-5-1993, Artigo 82º.

⁴⁶⁹ V. CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL 1989: 117.

Quinta da Trindade, Olaria Romana da Quinta do Rouxinol), à sua localização e ao campo temático (Núcleo Naval de Arrentela) ou ao seu papel em relação aos outros núcleos, na orgânica interna (Núcleo Sede).

Entre 1990 e 1993 clarificou-se a relação entre as potencialidades dos recursos patrimoniais com que o museu lidava mais estreitamente e a aplicação efectiva de funções museológicas, o que permitiu estabelecer a distinção entre os núcleos do Ecomuseu e o outro património, para o qual se programavam ou anteviam diferentes formas de preservação e de valorização.

Sobrepondo-se à pertinência de alguns sítios, conjuntos edificados ou elementos isolados, pelo seu contexto histórico local, a insuficiência de recursos para atender às várias situações colocava com grande premência a necessidade de estabelecer prioridades.

Com respeito ao património e aos espaços que integravam o Ecomuseu, o esforço em estruturar e em equipar os serviços correspondentes às funções museais permitiu que se consolidassem três tipos de núcleos museológicos:

- os núcleos alojando serviços equipados e/ou onde se aplicavam funções primárias, incluindo ou não a vertente exposição da função de difusão – o núcleo sede; o núcleo da Quinta da Trindade;
- os núcleos onde se aplicavam funções primárias, incluindo a vertente exposição da função de difusão e com processos activos de transmissão de técnicas tradicionais – o núcleo do Moinho de Maré de Corroios e o núcleo naval de Arrentela;
- os núcleos/recursos com aplicação de funções primárias, não incluindo a vertente exposição da função difusão - núcleo arqueológico da Olaria Romana da Quinta do Rouxinol – e, num dos casos, com processos activos de transmissão de técnicas tradicionais - as três embarcações tradicionais (botes de fragata *Gaivotas* e *Baía do Seixal* e varino *Amoroso*).

Relativamente aos núcleos não concretizados neste período, foram descontinuados aqueles a que não estavam ou deixaram de estar associados projectos de valorização de património, não constituindo objecto de aplicação de funções museais primárias, no quadro do Ecomuseu.

3.3. Organização e funcionamento do Ecomuseu: fase de estabilização, face a questões persistentes de estruturação e de programação (1993/1995)

A estabilização da organização funcional e territorial do Ecomuseu, directamente ligada ao modelo de gestão que foi prosseguido, permitia dar uma crescente atenção ao seu funcionamento e estruturação no plano especificamente museológico.

Não considerando reunidas as condições, nem no plano da gestão, nem no plano especificamente museológico, para assumir propostas possivelmente entendidas como de ruptura com a fase de criação, nem por isso se ignoravam as questões persistentes de estruturação e de programação, que já perspectivavam a necessidade de medidas e de novas propostas de fundo.

Em Fevereiro de 1994 a DPHN elaborou um documento de “Propostas de próximas classificações e de plano de desenvolvimento a longo prazo do projecto museológico municipal”, num momento em que parecia “importante fazer um balanço-síntese sobre o património construído e o património natural até [então] identificado no território correspondente ao concelho do Seixal”. Da introdução desse “balanço (...) visto sob múltiplas perspectivas de avaliação e futura intervenção” transcrevemos as principais preocupações e os grandes objectivos do momento:

“Por um lado, uma coerente política de preservação e de valorização do património concelhio deverá evitar, de forma efectiva, a perda e destruição futura de elementos ou conjuntos identificados, sabendo-se que o território não contém uma diversidade significativa de património construído, [e sabendo-se] que muito do património natural, designadamente a nível de flora e de coberto vegetal, já se perdeu irreversivelmente e que outra parte corre esse risco a curto prazo.

Por outro lado, o património construído existente, bem como o património natural, são absolutamente indispensáveis à manutenção de uma identidade paisagística e cultural do território que administrativamente corresponde ao Concelho do Seixal. Este é um aspecto de grande importância em relação aos elevadíssimos índices de crescimento demográfico e de desenvolvimento urbano.

Por último, e em reciprocidade com os aspectos enunciados anteriormente, a experiência vem mostrando a necessidade de interligar o projecto museológico e de preservação patrimonial com planos de implementação de propostas lúdicas e turísticas, decerto articuladas com as necessidades de qualificação quer ambiental, quer dos espaços urbanos. Na aplicação desta “filosofia” global de desenvolvimento residirá, em nosso parecer, a afirmação de “um concelho

diferente”, em primeiro lugar para a população residente e, de facto, motivador para o investimento – a vários títulos – de novos agentes”⁴⁷⁰.

Conhecidas as carências de investigação e de estudo dos bens patrimoniais (e do próprio acervo museológico), recomendava-se o estabelecimento de “novos protocolos com associações de estudo e de preservação do património, assim como com universidades e instituições que integram departamentos nestas áreas”.⁴⁷¹

O documento assinalava ainda a falta, quer de uma Carta Arqueológica do Concelho, quer da classificação de património natural ou de nichos ecológicos para os quais não era suficiente o quadro legal de protecção conferido através da Reserva Ecológica Nacional.⁴⁷²

Embora as propostas de Fevereiro de 1994 não tenham sido objecto de uma avaliação global e não tenham sido continuadas pela explicitação de decisões correspondentes à importância do assunto, parte delas podem reconhecer-se no desenvolvimento das actividades dos anos seguintes.

Esse foi o caso da aprovação, pela CMS e pela Assembleia Municipal do Seixal, de um conjunto de classificações de património cultural edificado, em Janeiro/Fevereiro de 1995, a apresentar ao IPPAR, após a necessária instrução dos processos respectivos, no quadro da Lei nº 13/85. Assunto que retomaremos mais adiante.

Em 1994, aceitando a proposta apresentada pela DPHN, por forma a integrar o Seixal nas comemorações nacionais das Jornadas Europeias de Património a CMS promoveu um *Encontro Municipal sobre o Património*, realizado no Fórum Cultural do Seixal, a 11 de Setembro. Nesse encontro, em que participou o vereador do respectivo pelouro, foi assistido por cerca de meia centena de pessoas, principalmente técnicos da autarquia, presidentes de juntas de freguesia e professores do concelho. Uma das comunicações mais significativas terá sido a do presidente da junta de freguesia da Aldeia de Paio Pires. Incidia, por um lado, na importância da preservação e da valorização do património na política das autarquias locais concelhias, desde a instauração do chamado poder local democrático, diagnosticando porém as insuficiências da intervenção, para

⁴⁷⁰ *Património construído e património natural do concelho do Seixal. Propostas de próximas classificações e de plano de desenvolvimento a longo prazo do projecto museológico municipal*, DPHN/Ecomuseu, 1994: 3.

⁴⁷¹ *Património construído e património natural ... 1994: 4.*

⁴⁷² Entre os sítios abrangidos pela REN do Seixal que se consideravam insuficientemente protegidos incluíam-se o sapal de Corroios e a mata da Quinta da Princesa, em Amora.

concluir, num tom assumidamente crítico, que, apesar dos progressos, continuava a “ser mais fácil evoluir noutras áreas da intervenção autárquica”⁴⁷³. Enumerava, por outro lado, os bens patrimoniais daquela freguesia, relativamente aos quais apresentava propostas de trabalho que passavam pela ampliação da estrutura territorial do Ecomuseu Municipal, nomeadamente quanto à criação de um núcleo museológico no lagar de azeite da Quinta do Pinhalzinho.

Parece-nos de ressaltar que nem se voltou a reeditar este modelo de “encontro” ou “jornadas”, em primeiro lugar por se considerar injustificada uma nova proposta que não se fundamentasse em avanços concretos de situações, face ao contexto de 1994. Quanto à atitude empenhada e crítica de um autarca local, também a destacámos em função da sua singularidade, no quadro de funcionamento e de relacionamento público do Ecomuseu com os órgãos de poder local.

Quanto à estrutura territorial, e reformulada a perspectiva de implantação do Ecomuseu, apesar das carências de programas científicos, da dispersão de recursos e das responsabilidades que lhe eram sucessivamente cometidas no campo do património em geral, procurou-se fazer corresponder ao alargamento do campo museológico uma maior clareza na sua concepção, dando lugar a diferentes processos de programação, sem perder de vista o quadro global de interligação de núcleos e de bens, inseridos em contextos musealizados ou musealizáveis.

O propósito “quimérico” da manutenção de tais bens no seu contexto natural, como testemunhos significativos duma cultura, duma população e dum território, a fim de que o “ecomuseu” permitisse aos públicos viverem uma aproximação sensível e concreta da identidade local tornava-se cada vez mais difícil de concretizar, no meio ambiental e humano, de carácter urbano, em plena transformação, de que o museu faz parte.

As incorporações de objectos móveis e as intervenções patrimoniais de tipos vários diversificaram o espectro de aplicação das funções primárias de preservação-investigação-difusão do Ecomuseu Municipal, já de si comprometido com uma complexa programação - por um lado, com uma diversidade de campos temáticos, só em parte expressos junto do grande público, ora nas exposições/interpretações apresentadas nos seus núcleos, ora nas edições e outras actividades; por outro lado, com

⁴⁷³ João Carlos Pereira, “Algumas considerações sobre o património histórico e cultural da Aldeia de Paio Pires” in Câmara Municipal do Seixal-Ecomuseu Municipal (1994), *Encontro Municipal sobre o Património* – cf. CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL 1994.

processos activos de transmissão de saber-fazer, por exemplo nas actividades tradicionais de moagem, de construção naval e de navegação à vela.

Numa área de influência que cremos ter extravasado o território administrativo do Seixal, o museu contribuiu e simultaneamente tornou-se efeito da evolução dos conceitos de património e de objecto museológico, pisando facilmente o risco da definição entre colecções e espaços museais, e sítios arqueológicos e/ou com interesse histórico ou valor patrimonial, aventurando-se a antecipar alguns projectos aos processos de representação/memorização, incontornáveis para a construção da identidade cultural.

Procuremos então sistematizar o quadro de situação quanto aos núcleos museológicos existentes ou cuja criação estava, de uma ou de outra forma, no horizonte institucional.

3.3.1. Núcleos museológicos

A experiência museológica do Seixal conteve e imanou uma perspectiva renovadora, no plano dos museus polinucleados, ao constituir, com o conjunto dos núcleos, dos bens museais e dos meios logísticos que lhe são complementares, como que uma “rede” de recursos, mais ou menos enquadrados numa política de desenvolvimento cultural de âmbito municipal, sob uma gestão unificadora, tendo a preocupação de responder quer às prioridades de intervenção/participação ligadas ao ordenamento e gestão do território, quer às necessidades e interesses dos públicos, sem perder de vista um plano museológico de “longo alcance”, no qual, precisamente, se inscrevem os núcleos museológicos por concretizar ou “possivelmente a retomar”.

3.3.1.1. Núcleos museológicos consolidados

Começaremos por enunciar e caracterizar, nesta fase, os **núcleos alojando serviços e com aplicação de funções museológicas primárias, incluindo ou não a vertente exposição da função difusão**: o Núcleo Sede e a Quinta da Trindade.

Núcleo Sede

Instalado provisoriamente, como vimos no capítulo 1, nos espaços do rés-do-chão/cave de uma escola primária na Torre da Marinha e não se antevendo a decisão da sua reinstalação definitiva, optou-se por melhorar a apresentação da exposição permanente e reformular as áreas de serviços, à medida do seu funcionamento. Com o tempo e o crescimento do museu, apesar da desconcentração logística de funções e aproveitamento

da Quinta da Trindade, o Núcleo Sede mostrava-se não só desadequado, como insuficiente para alojar exposição permanente, exposições temporárias e os vários serviços. Mesmo a transferência do Arquivo Histórico Municipal para o novo Fórum Cultural do Seixal, pouco modificou a situação, permitindo apenas acondicionar relativamente melhor os importantes fundos documentais que se mantinham no Centro de Documentação do museu. Ressaltava, isso sim, a incongruência entre duas situações: a das instalações do Ecomuseu e a do novo edifício, construído na sede do concelho, Seixal (recém-elevada a cidade) e concentrando a Biblioteca e o Arquivo Histórico e o Auditório Municipais.

Dispondo, desde a reformulação da exposição permanente, em 1987, de uma sala destinada a exposições temporárias, este núcleo albergava ainda nos espaços públicos, para além da área de consulta do Centro de Documentação atrás referido, uma sala-auditório e uma área de recepção dos utilizadores daquele ou que se dirigiam ao Serviço Educativo e aos serviços administrativos.

Apesar de se manter uma base logística minimamente preparada para as tarefas de conservação/manutenção dos objectos em exibição, este núcleo deixou de alojar o serviço de conservação, transferido para a Quinta da Trindade em 1993, a par da continuação de instalação e de organização das reservas.

Mediante as obras de melhoria e rentabilização do espaço interior⁴⁷⁴, iluminação e comunicações, acompanhadas da aquisição e instalação de equipamentos diversos e de mobiliário, as novas condições de trabalho permitiram superar, durante mais alguns anos, as carências infraestruturais.

A tendência será contudo de sucessivo desfazamento, face ao pré-programa inicial, entre a “sede” e os outros núcleos museológicos, relativamente aos quais se fazia sentir a falta de um centro de síntese, ao nível expositivo, dos diversos campos temáticos, pretensamente distribuidor de informação. Em nosso parecer, cada vez ganhava mais pertinência um programa global de reformulação do Ecomuseu, aprofundando os campos temáticos de cada núcleo/sítio, a partir da sua localização no espaço e no tempo.

⁴⁷⁴ Os serviços centrais do Ecomuseu ocupavam neste período cerca de 1820 m², dos quais 342 m² no Núcleo Sede da Torre da Marinha. Os restantes no núcleo da Quinta da Trindade, claro.

Em 1992 procedeu-se a uma actualização pontual e reformulação museográfica da exposição permanente do Núcleo Sede, sem romper com o programa museológico anterior, sob a designação geral “O Território, o Homem, a História”.

Beneficiando, por um lado, de bastante informação recuperada pelo inventário retrospectivo de acervo móvel e, por outro lado, do tratamento – de conservação e restauro – de diversas peças seleccionadas de entre o numeroso acervo armazenado em reserva, nomeadamente constituído por espólio arqueológico – cerâmico e numismático – e azulejaria, a exposição do Núcleo Sede apresentava-se com mais qualidade, no plano dos conteúdos e no plano museográfico, do que, à partida, qualquer visitante poderia esperar das instalações. Nela não se apresentava, porém, mais do que 3% do acervo móvel do Ecomuseu Municipal, num escasso 216 m².

A exposição está organizada em sub-unidades temáticas, simultaneamente sob um fio, condutor cronológico, abrangendo uma introdução geográfica e um enquadramento geológico, os vestígios pré-históricos na região, a romanidade, a pré-industrialização, a proto-industrialização e a industrialização – onde é dada uma perspectiva sumária das principais actividades e indústrias mais importantes do concelho.

A falta de colecções estudadas ou pelo menos satisfatoriamente documentadas, para não acentuarmos de novo o carácter disperso de grande parte das recolhas e incorporações efectuadas, dava lugar a uma situação de fragilidade dos programas de interpretação e de exposições temporárias a que se pretendia dar continuidade, acabando-se com os projectos e iniciativas que considerávamos dissociados do museu e para os quais estavam vocacionados outros serviços municipais.

Em 1992, após os meses de encerramento devidos à reformulação das áreas de exibição, a reabertura aos visitantes da exposição permanente do Núcleo Sede foi acompanhada da exposição temporária “Agricultura e espaços rurais no concelho do Seixal”⁴⁷⁵, completada por um catálogo, e que viria a ser explorada pelo Serviço Educativo, mediante um programa de actividades apoiado em diversos recursos didáctico-

⁴⁷⁵ Com a exposição “Agricultura e espaços rurais no concelho do Seixal” pretendia-se “em primeiro lugar complementar o núcleo da exposição permanente dedicado à agricultura e elargar a apresentação de espólio museológico até agora mantido em reserva (parte da colecção de alfaías agrícolas).” Entre os objectivos da exposição enunciados na introdução do respectivo catálogo, correspondente aos objectos tratados e apresentados, apontava-se o de “lançar uma possível perspectiva sobre as actividades decorrentes da agricultura e vitivinicultura, pela sua importância global na história e no desenvolvimento do território – lagaragem; moagem; tanoaria; produção de alfaías e utensílios; ferraria; transportes e comércio...”. V. FILIPE (coord.), 1992b: 3.

pedagógicos especificamente concebidos sobre a mesma temática e que estabelecia a ponte entre os espaços/os bens museais e um itinerário temático abrangendo diversos sítios seleccionados no território oncelhio.

Embora mantido como espaço de actividades temporárias com os públicos, sobretudo escolares, a partir da intensificação e diversificação de programas educativos e de animação, a partir daquela data e graças à estabilização das várias áreas funcionais do museu, deixou de ser viável a sua utilização para exposições.

Da exposição temporária “A Terra e o Homem: aspectos geológicos do concelho do Seixal” (1993-1994), foram integrados na exposição permanente alguns materiais que enriqueceram o núcleo introdutório, dedicado precisamente àquela abordagem temática do território.

A solução de compromisso entre um novo programa expositivo e a reformulação do anterior manteve-se contudo em aberto, razão pela qual não se concretizou a elaboração e edição de um catálogo para esta exposição permanente, na expectativa, infelizmente adiada por sucessivos anos, de que se destinasse um espaço finalmente adequado às ambições partilhadas pelos visitantes e pela equipa técnica, justificando-se então um investimento consonante com as potencialidades manifestadas nas experiências mais recentes e que o Prémio APOM de 1993 também ajudou a sublinhar.⁴⁷⁶

Quinta da Trindade

Apesar das várias condicionantes arquitectónicas e, em geral, do mau estado de conservação do imóvel, o museu dispunha na Quinta da Trindade de uma área coberta de cerca de 1466 m², que, como já referimos, foi aproveitando para a instalação de reservas e dos serviços de museografia e conservação. Assim, não obstante se ter frustrado o projecto da sua adaptação a Núcleo Sede, aquele núcleo passou a partilhar, com o da Torre da Marinha, o acolhimento e distribuição de serviços essenciais ao funcionamento de conjunto do Ecomuseu Municipal⁴⁷⁷.

⁴⁷⁶ Para o estado “em aberto” da exposição permanente do museu contribuiu ainda significativamente o problema de frequentes inundações devidas às deficientes infraestruturas da envolvente, onde não seria previsível inserir-se um espaço museológico.

⁴⁷⁷ Aos serviços já nomeados, que se instalaram nas dependências da Quinta da Trindade, interessa juntar o armazenamento de palamenta e velame das embarcações tradicionais do Ecomuseu, no que se substituiu o barracão, aliás inadequado, do antigo estaleiro da Arrentela, quando da construção, no seu lugar, da oficina artesanal.



Quanto aos espaços de ar livre, muito dificilmente se poderia garantir a sua conservação e rentabilização, dada a falta de recursos correspondentes a uma área de cerca de 6840 m².

No plano da preservação, o património azulejar aplicado nas diversas dependências e até em espaços exteriores do imóveis da Quinta foram objecto de algumas intervenções⁴⁷⁸, consistindo na sua documentação parcial e, por motivos justificados de conservação, no seu arranque, tratamento e acondicionamento nas reservas azulejares do museu. Neste trabalho, à semelhança de outras acções de conservação e restauro e das campanhas arqueológicas, foram contratados serviços de técnicos do Centro de Arqueologia de Almada, ao abrigo do protocolo de cooperação anual estabelecido com a CMS, por forma a superar a insuficiência de meios humanos para responder simultaneamente às múltiplas frentes de actuação do museu.

Tendo o cuidado de não comprometer a programação futura do conjunto edificado e espaço envolvente, a Câmara foi providenciando a sua conservação e a melhor rentabilização possível, em tais circunstâncias, no quadro de reutilização pelo Ecomuseu Municipal, em que se prepararam as obras efectuadas, nos anos seguintes, de recuperação dos telhados, de levantamento topográfico e arquitectónico e a encomenda de um estudo histórico sobre a Quinta.

No plano da difusão, através das iniciativas do Serviço Educativo e da cooperação com uma instituição de ensino especial, o “jardim” da Quinta foi logisticamente aproveitado para animações e actividades educativas, incluindo a jardinagem e horticultura.

Embora numa altura em que já se ponderavam outras alternativas à Quinta da Trindade, com vista à definição do local mais adequado à futura instalação da sede do museu municipal, em 1994 continuava a colocar-se a questão da sua programação como núcleo sede, mas propondo a reformulação do programa anterior.⁴⁷⁹

⁴⁷⁸ Relativamente à conservação do património azulejar da Quinta da Trindade, o Ecomuseu contou temporariamente com a colaboração técnica do Museu Nacional do Azulejo.

⁴⁷⁹ A primeira versão do programa museológico para o Núcleo Sede na Quinta da Trindade foi apresentada em 1986 e o seu texto reformulado em 1988, mantendo-se base da proposta que o seu autor, António Nabais, reafirmou junto da CMS em 1991. Salientando a necessidade da prévia realização de trabalhos arqueológicos e da importância da recuperação – e do projecto arquitectónico – destinado ao edifício classificado, assim como do projecto de preservação do espólio azulejar, entre outros aspectos, em 1994 propôs-se a revisão e reelaboração do programa museológico, proposta essa que ficaria em aberto nos anos seguintes, em função das indefinições de propriedade efectivamente municipal.

Continuando a analisar os núcleos museológicos consolidados, destacamos em seguida os núcleos com aplicação de funções museológicas primárias, incluindo a vertente exposição da função difusão e processos activos de transmissão de técnicas e saberes tradicionais: o Núcleo Naval de Arrentela e o Moinho de Maré de Corroios.

Núcleo Naval de Arrentela

Das duas embarcações fundeadas na praia, junto ao denominado “Núcleo Naval Histórico” de Arrentela, permaneceu, a partir de 1992, apenas a fragata, tendo o varino sido objecto de um programa de recuperação entre aquele ano e 1995.

A experiência deste núcleo museológico constituiu matéria de análise não só no seio da própria equipa técnica, como no exterior, nomeadamente no plano de trabalhos académicos, alguns dos quais eram do nosso conhecimento ou que tinham mesmo sido elaborados, sem prejuízo da sua perspectiva crítica, com recurso aos serviços do museu.

Assim, apesar de permanecer sob o mesmo tipo de enquadramento programático no folheto editado em 1992⁴⁸⁰, o núcleo de Arrentela foi reapreciado e deu-se início à discussão do projecto para a sua reformulação. Essa discussão assentava, por um lado, no facto de se terem eliminado os importantes elementos que conferiam o carácter de estaleiro ao sítio e, portanto, a sua reconstituição passar pela reconstrução de tais elementos; assentava, por outro lado, na evidência de que a oficina de construção de modelos precisava de meios logísticos adequados e que só seria possível criá-los com uma certa autonomia de funcionamento, nomeadamente por questões de conservação, face à exposição; finalmente, a nossa reapreciação levava-nos a considerar cada vez com mais pertinência a necessidade de uma gestão específica das embarcações recuperadas e a navegar, naturalmente articulada no quadro de um campo temático amplo, do património flúvio-marítimo, mas não como “prolongamento”, em particular, do núcleo de Arrentela, onde os barcos até nem podiam acostar na sua utilização habitual, em navegação de recreio.

⁴⁸⁰ O design gráfico do folheto do Núcleo Naval Histórico editado em 1992 foi encomendado à equipa de alunas da Escola Superior de Belas Artes que elaborara, sob a orientação do professor Fernando António Baptista Pereira, um trabalho de museologia, consistindo numa proposta, cuja evolução acompanháramos de perto, para a exposição permanente deste Núcleo do Ecomuseu. Um elemento da equipa, Teresa Fernandes, era colaboradora do museu, precisamente na sua área de grafismo e museografia e viria posteriormente a ser chamada a outro sector do Departamento da Cultura e a integrar o quadro de pessoal da Câmara.

Com a elaboração de um “programa de intervenção” para a remodelação do Núcleo Naval, acompanhado da síntese das propostas que até então haviam tomado por base o núcleo museológico instalado no antigo estaleiro artesanal, despoletou-se em 1992 um processo que levou à encomenda de um projecto arquitectónico. O desenvolvimento deste processo, devido a circunstâncias muito diversas, havia de se prolongar por sucessivos anos⁴⁸¹. Naquela mesma altura, porém, propunha-se que a oficina de construção naval pudesse ter uma concretização relativamente independente, o que de facto aconteceu.

No mesmo local de implantação, substituindo o velho barracão de ferramentas, praticamente arruinado e tendo por única função guardar alguma palamenta de embarcações outrora a navegar, foi construído um novo edifício, onde se instalou e equipou a oficina de construção artesanal de modelos de barcos, inaugurada a 18 de Maio de 1993.

Quanto à construção, foi utilizado o material preponderante do barracão precedente: a madeira. Mas na cobertura substituíram-se as chapas de zinco por telhas tipo “Marselha”, que foram profusamente aplicadas em idênticas construções de estaleiros tradicionais, onde ainda se podem observar. Entendeu-se privilegiar as condições de trabalho para a actividade e função que se programou no novo espaço, assim como de conservação das colecções e de acolhimento dos visitantes, uma vez que a oficina se deveria inserir no circuito expositivo do núcleo museológico.

A par da criação, em espaço específico, da nova oficina, procedeu-se a uma melhoria superficial, no plano museográfico, da exposição de carácter permanente, existente naquele núcleo museológico desde 1984.

A partir de 1993, por um lado, contando com instalações e equipamentos adequados à sua função e, por outro lado, tendo contratado uma artesã local que, desde a formação de base recebida no curso de construção de modelos organizado pela CMS/Ecomuseu com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, se dedicava àquela actividade,

⁴⁸¹ O arquitecto Cândido Chuva Gomes, autor de um projecto para a Quinta da Trindade, na década de oitenta, que ficara sem realização, voltou a colaborar com a CMS e o Ecomuseu, mediante a apresentação de um projecto de arquitectura destinado à intervenção de remodelação do Núcleo Naval de Arrentela, em 1993, só parcialmente aprovado e executado, nos anos seguintes.

deu-se início a um plano de trabalho tendo em vista completar a colecção de modelos de barcos do estuário do Tejo e restaurá-la faseadamente, para uma futura exposição.⁴⁸²

O início da obra de remodelação geral do núcleo, concretamente a reconstrução da cobertura e outras transformações de infraestruturas, obrigou à desmontagem da exposição⁴⁸³. Seguindo um critério idêntico ao de outras situações, optou-se por não encerrar a oficina, procurando conciliar as obras e a manutenção/conservação do espaço com o seu funcionamento e até com a abertura ao público e programando actividades de difusão adequadas às novas circunstâncias.

Nas paredes interiores da oficina, inicialmente destinadas à apresentação dos planos de barcos utilizados na construção dos modelos, nomeadamente dos que estivessem “em obra”, passaram a exibir-se as principais ferramentas da construção naval artesanal em madeira e, sucessivamente, enquadrou-se o espaço museológico na programação de exposições e actividades temporárias do Ecomuseu, seguindo o campo temático do Núcleo Naval.

Consubstanciando uma das matérias mais controversas quanto a programação museológica, no âmbito do Ecomuseu Municipal, a emergência de um novo projecto museológico, por um lado correlacionado com o ordenamento urbano da zona ribeirinha do núcleo urbano antigo de Amora, por outro lado com a conservação e reutilização das embarcações tradicionais, na perspectiva de criação de infraestruturas de apoio à sua manutenção dentro dos limites do concelho, aquele núcleo do museu, em Arrentela, foi a partir de 1996 considerado sob uma perspectiva bastante diferente, abandonando-se a ideia de voltar a construir, na sua envolvente, um plano inclinado e as respectivas carreiras.⁴⁸⁴

⁴⁸² Logisticamente, a Oficina foi instalada de molde a poder acolher pelo menos três construtores, pois era intenção alargar a equipa, o que veio aliás a acontecer, com a integração de um terceiro elemento, em 1996.

⁴⁸³ Recordar-se que a exposição permanente do Núcleo Naval está condicionada às dimensões do pavilhão respectivo, não dispondo mais de 96 m². A Oficina, cuja construção ampliou ligeiramente o espaço do barracão original, dispõe de 70 m², repartidos entre a oficina propriamente dita e os espaços de apoio: um pequeno armazém e um pequeno escritório, para além do sótão, também destinado a armazém.

⁴⁸⁴ No memorando elaborado pela responsável do Ecomuseu em 1996, propunha-se a construção de um ponte-cais destinada a pequenas embarcações, junto do núcleo de Arrentela, mas complementava-se este com a criação de um núcleo museológico em Amora, aproveitando várias estruturas existentes (inactivas, mas permanecendo funcionais) no antigo estaleiro naval da empresa *Venâncios*, com a qual se veio a estabelecer um protocolo abrangendo esse objectivo. V. *O Património náutico do Tejo na programação do Ecomuseu Municipal do Seixal. Breve balanço da situação actual e propostas fundamentadas de orientação da programação futura* 1996 [26 p., acompanhadas de anexos].

Moinho de Maré de Corroios

O Moinho de Maré de Corroios, integrado no Sapal de Corroios, faz parte duma importante sub-zona de REN do concelho do Seixal. Este continuou a ser o núcleo mais visitado do Ecomuseu e, com as embarcações tradicionais, aquele que a população melhor associava ao “paradigma” identitário e de preservação de um património colectivo protagonizado pela autarquia. A par disso, também constituiu um dos principais motivos de preocupação, devido aos problemas de conservação, tanto do imóvel, como da envolvente - natural e construída.

Na sequência de diversos contactos destinados à elaboração de uma proposta consistente e tecnicamente fundamentada para a realização de um programa de obras de conservação e de refuncionalização global (sistema de moagem e caldeira), o Laboratório Nacional de Engenharia Civil elaborou, para a Câmara Municipal do Seixal, um “Parecer sobre intervenções no Moinho de Maré de Corroios”.⁴⁸⁵

Apesar da discordância do museu relativamente a diversos aspectos considerados comprometedoras da autenticidade e do valor histórico do património em questão, sob responsabilidade dos técnicos de arquitectura e de engenharia, a execução do projecto de “arranjos exteriores”⁴⁸⁶, entre 1992 e 1993, conferiu uma nova dignidade ao moinho de maré, enquanto monumento local, no contexto urbano em que se insere, e proporcionou melhores condições de acolhimento aos muitos milhares de visitantes anuais que o procuram. Foi ainda a (re)construção das muralhas e de uma rampa de acesso ao rio que possibilitou às embarcações tradicionais iniciarem um novo trajecto de passeios fluviais, até Corroios, acostando ao moinho, e permitiu às pequenas embarcações desportivas e de recreio passarem a utilizar o sítio como ponto de apoio às suas actividades.

Do ponto de vista da preservação do edifício (classificado de Interesse Público) e apesar de um significativo investimento financeiro da CMS, tanto nas referidas obras como noutras intervenções menores, mas essenciais à conservação do imóvel e do sistema de

⁴⁸⁵ O parecer do LNEC sobre o Moinho de Maré de Corroios a que nos referimos foi elaborado pelo Departamento de Edifícios/Núcleo de Comportamento das Construções e o respectivo Relatório 261/93, datado de Novembro de 1993 teve a autoria dos Engenheiros Cívís Maria do Rosário Veiga e João Appleton.

⁴⁸⁶ À área imediatamente envolvente do moinho (cerca de 3325 m², foi dado um tratamento destinado a passeio pedonal e espaço de permanência de visitantes ou simples passeantes, podendo observar o rio e o exterior do moinho, onde se apresentam alguns rodízios e algumas mós suplentes ao seu funcionamento.

moagem⁴⁸⁷, muito trabalho continuava por fazer, trabalho esse que requeria pesquisa e meios técnicos especializados. O que, na prática, demoraria vários anos a concretizar.

Embora nunca se tivessem efectuado escavações arqueológicas planificadas, no decurso das obras de 1992 foi necessária uma intervenção de emergência, por ter sido colocada a descoberto uma talha cerâmica. Por se ter concluído estar associada a uma função específica e dado que não foi possível uma interpretação clara dessa função, foi decidido conservar a peça, no sítio, de forma visível, na perspectiva de se poder estudar melhor o seu contexto.⁴⁸⁸

Conquanto o plano de trabalho de inventário retrospectivo do acervo móvel do Ecomuseu tenha sido aplicado aos equipamentos do moinho, aquele ficou incompleto, em parte devido à ausência de registos prévios à sua musealização. Apesar da investigação inicial sobre os moinhos de maré do Seixal e, em particular, sobre o de Corroios, continuou a faltar uma pesquisa documental específica e um estudo arqueológico comparativo com outros moinhos e indústrias do mesmo sector, trabalho esse que só mais recentemente se esteve em condições de desenvolver.⁴⁸⁹

Tendo por objectivo essencial a interpretação do próprio Moinho de Corroios, mas contextualizando-o, historicamente, no conjunto moageiro que se erigiu a partir do século XV nesta região do estuário do Tejo, a exposição permanente – inserindo o compartimento ou sala de moagem enquanto tal e em estado de funcionamento – abrange toda a área do piso térreo, de 191 m², complementada pelo espaço envolvente de rio-comporta-caldeira.

⁴⁸⁷ Regularmente, neste período, o Moinho de Maré de Corroios sofreu intervenções de conservação e substituição de madeiras, tratamento de rodízios de ferro, etc., executado segundo projectos e planos de obras específicos e com recurso a serviços exteriores ao museu, e por vezes à CMS, para além do trabalho quotidiano, levado a cabo pelo moleiro (Guilherme Almeida) e pelo seu ajudante (Vitor Ferreira), consistindo na manutenção de todo o sistema de moagem. Em 1995, antecedendo a exposição temporária “Terra-Mãe...Terra-Pão”, foram remodeladas as instalações sanitárias, para o público e para a equipa do museu.

⁴⁸⁸ Quanto à talha cerâmica vidrada encontrada na entra do Moinho de Corroios serão necessárias pesquisas futuras para se procurar saber algo mais para além da constatação de ali ter sido colocada com alguma intenção, dado o suporte criado e o corte do fundo, provavelmente antes da ampliação do moinho, no século XVIII, quando a construção de um novo pavimento sobre a sua boca, ao nível do pavimento anterior, poupando-a, intencionalmente, pela forma como a laje foi assente sobre ela.

⁴⁸⁹ Se o conhecimento que temos sobre o Moinho é bastante reduzido, nomeadamente em aspectos técnicos e construtivos, até ao século XIX, não é menos verdade que necessitamos de aprofundar a sua história contemporânea, mesmo no século XX. Infelizmente, são pouquíssimos os registos visuais do seu estado anterior à recuperação do imóvel e sua musealização e não se dispõe de nenhum trabalho descritivo do seu funcionamento e do equipamento de moagem até àquela data.

Quanto ao 1º piso, com os seus 120 m², continuou a ser praticamente o único espaço de exposições permanentes do Ecomuseu, que neste período já seguiam uma programação sistematicamente inserida no seu âmbito temático global.

Nessa linha, o projecto mais ambicioso do Ecomuseu e sem dúvida o mais marcante a nível geral, foi o da exposição sobre o pão em Portugal, “Terra-Mãe...Terra-Pão”.

Neste núcleo do Ecomuseu, a actividade da moagem constitui uma componente essencial da comunicação estabelecida com os públicos. A apreensão dos objectos e dos instrumentos de trabalho, o contacto presencial com aqueles que desempenham as funções de moleiro, nalguns casos o apoio e as explicações dadas pelas técnicas do Serviço Educativo, mais do que a própria museografia, conferiram um nível mediático particular a este espaço e núcleo museológico.

O processo de transmissão de saberes e técnicas artesanais tradicionais da moagem, embora num contexto totalmente adaptado ao funcionamento “padrão” do museu e dos horários de abertura ao público, manteve-se activo neste período. Contudo, começou a reacear-se a sua interrupção, pela falta de um terceiro elemento, que não foi possível integrar na equipa, apesar dos esforços nesse sentido.

Concluimos a descrição dos **núcleos museológicos consolidados**, nesta fase da vida do Ecomuseu Municipal do Seixal, com os **núcleos/recursos com aplicação de funções primárias, não incluindo a vertente exposição da função difusão**: a Olaria Romana da Quinta do Rouxinol e as três embarcações à vela – botes de fragata *Gaivotas* e *Baía do Seixal* e varino *Amoroso*.

Olaria Romana da Quinta do Rouxinol

A Quinta do Rouxinol, tal como o Moinho de Corroios, faz parte da sub-zona da REN correspondente à vasta área do Sapal de Corroios. Como já referimos, em 1990 e 1991 realizaram-se, na sequência das anteriores, a quinta e a sexta campanhas arqueológicas na Quinta do Rouxinol, sob a direcção dos arqueólogos Ana Luísa Duarte e Jorge Raposo, os quais, consequentemente, elaboraram os respectivos relatórios científicos.

A exposição temporária sobre a “Olaria Romana da Quinta do Rouxinol”, apresentada em 1990 no Moinho de Maré de Corroios e depois tornada itinerante, assim como a exibição, no mesmo espaço e paralelamente às I^{as} Jornadas sobre Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado, em Dezembro de 1991, da exposição relativa ao “Projecto de Investigação sobre Romanização na Margem Esquerda do Estuário do Tejo”

divulgaram uma parte do trabalho de investigação sobre aquele sítio e do importante espólio arqueológico exumado e incorporado no Ecomuseu. A partir da reformulação de 1992, a exposição permanente do Núcleo Sede passou a apresentar um significativo conjunto de objectos seleccionados de entre esse espólio, permitindo desenvolver diversas actividades educativas centradas no período romano e por vezes associadas a visitas ao próprio sítio arqueológico, entretanto classificado de Monumento Nacional.

Este foi continuamente objecto de intervenções de manutenção e de conservação, por parte dos serviços do museu, bem como de protecção através da implantação de uma vedação adequada a uma fase de inventariação e de estudo dos materiais arqueológicos, necessária à futura elaboração de um programa científico, base da programação museológica a desenvolver posteriormente.

Os riscos colocados à sua conservação pela degradação da cobertura provisória (sobre uma área aproximada de 267 m²) e os actos de vandalismo a dada altura perpetrados, levaram contudo à decisão de recobrir as estruturas arqueológicas, até à substituição das estruturas de protecção.

No documento da DPHN/Ecomuseu já anteriormente referido, de Fevereiro de 1994, *Património construído e património natural do concelho do Seixal. Propostas de próximas classificações e de plano de desenvolvimento a longo prazo do projecto museológico municipal*, propunha-se “a instalação de infraestruturas de apoio, do tipo de um núcleo museológico «de sítio», associado à Olaria Romana, aproveitando simultaneamente a reconstrução de parte dos edifícios da Quinta do Rouxinol”.⁴⁹⁰ Este último aproveitamento seria contudo inviabilizado por não se ter antecipado e impedido a destruição, pelo tempo e pelo vandalismo, daqueles mesmos edifícios, sobretudo no ano seguinte.⁴⁹¹

Para além de diversos artigos e textos de comunicações sobre a Olaria Romana e o respectivo projecto de investigação, publicados por outras entidades e disponibilizados pelo Ecomuseu aos utilizadores do seu Centro de Documentação ou mesmo fotocopiados, alguns deles, e divulgados nos postos de venda de edições nos núcleos, a par da reedição do folheto *Arqueologia na Quinta do Rouxinol*, as *Actas das Primeiras*

⁴⁹⁰ V. *Património construído e património natural do concelho do Seixal. Propostas de próximas classificações e de plano de desenvolvimento a longo prazo do projecto museológico municipal* 1994: 6.

⁴⁹¹ Impotente face à degradação dos edifícios, sobretudo da antiga capela de Sto. António da Olaia, da Quinta do Rouxinol, o Ecomuseu acabou por recolher os principais elementos decorativos aplicados que ali permaneciam e incorporá-los no seu acervo móvel.

Jornadas sobre Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado, publicadas pela CMS com as Publicações Dom Quixote, em 1996, incluíam o trabalho dos dois arqueólogos atrás citados – “Elementos para a Caracterização das Produções Anfóricas da Quinta do Rouxinol (Corroios/Seixal)”, quer um esboço de ideias para um trabalho futuro de programação, no quadro do Ecomuseu – “Olaria Romana da Quinta do Rouxinol – Um Museu de Sítio num Parque Histórico-Natural”.⁴⁹²

Embarcações (botes de fragata *Gaivotas* e *Baía do Seixal*; varino *Amoroso*)

Neste período deve ressaltar-se o projecto de recuperação do varino *Amoroso*⁴⁹³, que culminou em dois momentos públicos, o primeiro dos quais – a chegada ao cais do Seixal, em Dezembro de 1994 proveniente do estaleiro onde se efectuara a obra – amplamente partilhado com a população local e o segundo – a viagem inaugural efectuada a 30 de Abril de 1995 – reunindo e levando a bordo, simbolicamente, grande parte dos participantes directos em todo o processo de reconstrução e de licenciamento junto das autoridades marítimas.

A partir de então, a reutilização desta terceira embarcação tradicional, recuperada pela autarquia e incorporada no Ecomuseu Municipal, passou a ser gerida, na dupla vertente de preservação e de difusão, mediante a conjugação de actividades da sua tripulação e dos elementos do Serviço Educativo.

O processo de recrutamento e de selecção destinado à integração de um quinto elemento na equipa das tripulação das embarcações foi subordinado ao propósito de fazer evoluir a forma de gestão da área do património náutico, atendendo à especificidade e à

⁴⁹² Títulos, respectivamente, do texto de Ana Luísa C. Duarte e Jorge Manuel C. Raposo e do texto de Graça Filipe, in *Actas das Primeiras Jornadas sobre Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado. Ocupação Romana dos Estuários do Tejo e do Sado*, Lisboa, Câmara Municipal do Seixal e Publicações Dom Quixote, 1996, pp. 237-247 e pp. 397-400, respectivamente.

⁴⁹³ O processo de recuperação desta embarcação tradicional, com as necessárias adaptações devidas ao facto de passar da função de tráfego local para a função de recreio e devidas à instalação de um motor auxiliar de navegação, colocou problemas específicos, numa certa perspectiva muito idênticos aos que frequentemente se colocam na recuperação de um imóvel, nomeadamente quando se pretende reutilizá-lo com funções diferentes das originais ou sendo necessário responder a determinadas regras de segurança e de circulação não abrangidas no seu projecto original. No processo de recuperação do “Amoroso” foi essencial a troca de experiências e a convergência de perspectivas, tanto do carpinteiro e construtor naval, como dos desenhadores e projectistas de especialidades, assim como do conservador (lidando com os diversos compromissos relativos à conservação de um objecto patrimonial e à sua reutilização em contexto museal) e ainda do arrais (lidando com a utilização do barco a navegar) – todos responsáveis, simultaneamente, perante as autoridades marítimas, a quem coube “validar” tecnicamente a intervenção e a reutilização do barco, flutuando e em estado de navegar.

necessidade de especialização do conhecimento técnico, indissociável da sua aplicação prática.⁴⁹⁴

No plano da conservação, aliado ao plano da sua reutilização, o Ecomuseu depende dos serviços executados por entidades exteriores, isto é, os estaleiros onde ainda se executam obras de construção e/ou reparação naval tradicional. Do processo activo da sua transmissão dependerá o futuro da preservação dos barcos, ainda que o próprio museu possa continuar a garantir, como tem feito até aqui, um processo activo de transmissão das técnicas de navegação, por meio das tripulações que também desempenham a função da sua conservação e manutenção quotidiana, necessariamente adaptada à introdução de aspectos técnicos exigidos pela segurança da náutica de recreio, na qual melhor se consegue enquadrar a sua recuperação, enquanto património náutico.

Quanto às duas embarcações anteriormente recuperadas e em reutilização para passeios no Tejo, o bote de fragata *Gaivotas*, recolhido num estaleiro do concelho, em 1994, foi remetido, na sequência de uma vistoria das autoridades marítimas, a obras profundas de substituição de madeiras do seu casco, enquanto o bote de fragata *Baía do Seixal* continuou a executar os programas anuais de viagens culturais e educativas.

Apesar do impedimento de navegação a que o museu viu forçada uma das embarcações (*Gaivotas*), a simultânea utilização das outras duas levou ao reforço das tripulações até aos seis elementos.

Dado não disporem de um espaço coberto de apoio logístico, junto ao cais frequentemente utilizado – o cais antigo do Seixal – o armazenamento de materiais e de palamentas das embarcações é feito no Núcleo da Quinta da Trindade.

3.3.1.2. Núcleos não concretizados

Da série de projectos ou intenções de criação de núcleos museológicos que foi descrita no capítulo anterior, parte significativa não teve concretização até 1997. Enquanto uns se mantiveram em aberto, independentemente de futura avaliação quanto à sua viabilidade - projectos propostos e/ou possivelmente a retomar – e outros núcleos

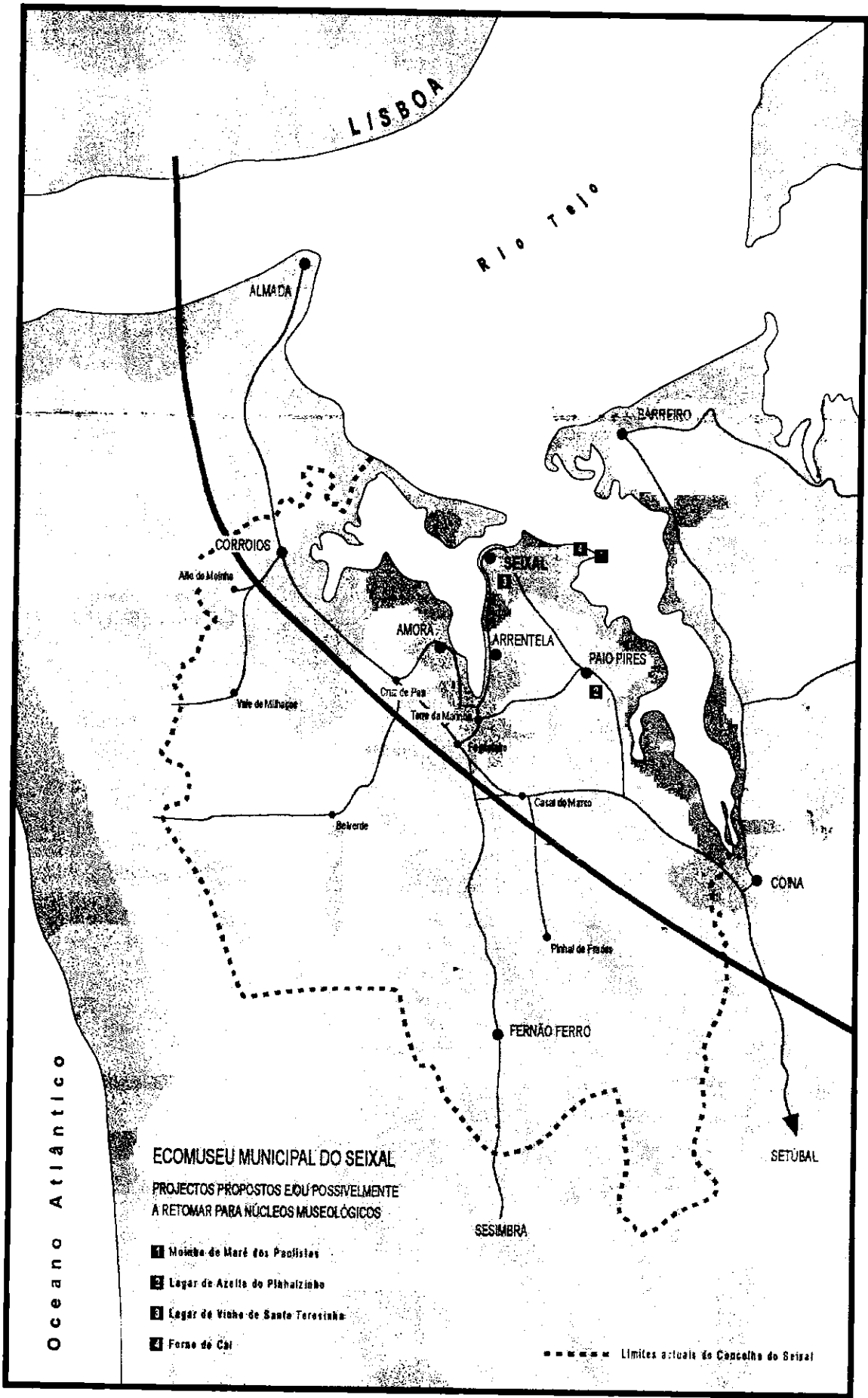
⁴⁹⁴ A integração do técnico João Martins no Ecomuseu, com duas funções inerentes ao património náutico, simultaneamente no Serviço Educativo, trabalhando com os programas e actividades ligados tanto às embarcações como ao Núcleo Naval de Arrentela, e nas tripulações, essencialmente como ajudante do arrais José Pires, deu continuidade ao processo de transmissão das técnicas tradicionais de navegação à vela, mas permitiu progredir de forma muito importante na gestão do património náutico no contexto museológico.

foram descontinuados, podemos distinguir uma série de projectos de valorização de património em que o Ecomuseu Municipal teve um papel activo neste período.

Os projectos propostos e/ou possivelmente a retomar abrangem o Moinho de Maré dos Paulistas, o lagar de azeite do Pinhalzinho, o lagar de vinho de Santa Teresinha e o forno de cal de Azinheira.⁴⁹⁵ Veja-se o Mapa 4, com as respectivas localizações no concelho do Seixal.

⁴⁹⁵ Será de referir que, em 1992 (8 Junho), quando a Câmara analisava as possibilidades de uma eventual aquisição das instalações da Marinha no cabo da Azinheira (Seixal), em alternativa à colaboração na viabilização da ocupação daquelas e transformação em Instituto Hidrográfico da Marinha, ainda se avaliaram os prós e os contras de cada possibilidade de reutilização. A DPHN, enquanto tal, foi desde sempre favorável à instalação do Instituto Hidrográfico, o que constituiria uma responsabilidade para a Marinha assegurar a manutenção daquele extenso espaço e edifícios que colocavam muitos problemas de reconstrução e de reocupação. António Nabais formulou, por si, um documento escrito apontando a proposta de criação, no local, sob responsabilidade da Câmara, de um “Parque Náutico”, “pólo de atracção turístico-cultural”.

Mapa 4 – Projectos propostos e/ou possivelmente a retomar para núcleos museológicos (1993-1995)



Moinho de maré dos Paulistas

O Moinho de Maré Novo dos Paulistas localiza-se na sub-zona da Azinheira da REN do concelho do Seixal. Continuando por concretizar qualquer das ideias anteriormente propostas para valorização deste imóvel classificado que se pretendia ver integrado no Ecomuseu Municipal, em 1994 ainda foi considerado, em alternativa à Quinta do Rouxinol, que nele se viesse a programar e instalar o Núcleo de Património Natural⁴⁹⁶. Por outro lado, no quadro da intervenção do Instituto Hidrográfico da Marinha no cabo da Azinheira e de um potencial núcleo museológico, para que não faltavam importantes colecções técnicas e científicas, também se chegou a delinear um conjunto de intenções para permitir a simultânea valorização, que nos parecia ainda mais pertinente, do ponto de vista patrimonial, do Moinho Velho dos Paulistas, mas as ideias não passaram disso mesmo, nunca se chegando ao plano concreto de eventuais negociações com o respectivo proprietário, totalmente desinteressado da conservação daquele imóvel classificado.

À semelhança do que fez com o moinho de Corroios, a CMS encomendou ao Laboratório Nacional de Engenharia Civil um “Parecer sobre a Reabilitação do Moinho Novo dos Paulistas”, cujo relatório foi concluído em Outubro de 1994.⁴⁹⁷ Contudo, ficando em aberto a concretização da obra, da necessidade de consolidação passou-se, nos últimos anos, à urgência de uma reconstrução, caso se queira impedir a perda total daquele monumento moageiro.

Lagar de azeite do Pinhalzinho

Apesar de constituir um dos primeiros sítios que se tencionou musealizar, desde 1981, só em meados dos anos noventa se começaram a estabelecer contactos com vista a um projecto nesse sentido, aliás com a intervenção da própria Junta de Freguesia local. Sob a proposta de um núcleo de sítio dedicado à temática do azeite, a DPHN/Ecomuseu inscrevia-o, em 1994, no documento a que já nos referimos anteriormente (*Património construído e património natural do concelho do Seixal. Propostas de próximas classificações e de plano de desenvolvimento a longo prazo do projecto museológico municipal*): “Indo ao encontro da vontade expressa pelos eleitos locais, teria todo o

⁴⁹⁶ Cf. *Património construído e património natural ...* 1994: 11.

⁴⁹⁷ O relatório 269/94 (Outubro), do Núcleo de Comportamento de Construções do Departamento de Edifícios do LNEC teve a autoria dos Engenheiros Cívís Maria do Rosário Veiga e João Appleton.

interesse a musealização deste pequeno conjunto patrimonial – como núcleo museológico do azeite – com características praticamente únicas no concelho”.⁴⁹⁸

O lagar do Pinhalzinho figurou entre as propostas de classificação de património cultural imóvel aprovadas pela CMS e a Assembleia Municipal em 1995⁴⁹⁹, dando origem à organização futura de um processo apresentado ao IPPAR.

Lagar de vinho de Santa Teresinha

No anterior período já se tinha a ideia de um núcleo museológico num lagar de vinho, sem se apontar, pelo menos nos principais documentos da programação inicial do museu, a sua localização provável.

Nas propostas de 1994, esse núcleo em perspectiva era o do lagar da Quinta de Santa Teresinha, embora se admitisse uma alternativa às dificuldades que os serviços argumentavam para a sua preservação *in situ*: “Pode encarar-se como viável a integração do seu equipamento num núcleo museológico a criar no Parque Urbano de Arrentela e Torre da Marinha: núcleo da vinha e do vinho do Seixal”.

O lagar de Santa Teresinha figurou entre as propostas de classificação de património cultural imóvel aprovadas pela CMS e a Assembleia Municipal em 1995.

Forno de cal da Azinheira

O forno de cal era outra dos sítios desde início inseridos na programação museológica (1982), mas nunca se chegou a intervir fisicamente para a sua preservação. Quanto à documentação, apesar de referido em folhetos e diversas publicações, só no âmbito do inventário de património industrial se virá a fazer a sua descrição e registo sistemático, a que nos referiremos sucintamente, mais adiante.

O forno de cal da Azinheira figurou entre as propostas de classificação de património cultural imóvel aprovadas pela CMS e a Assembleia Municipal em 1995, dando origem, à semelhança de outros casos, à elaboração de um processo a apresentar ao IPPAR.

Nem no plano institucional, nem formalmente, ao nível de projectos de intervenção, se conheceram medidas capazes de fazer evoluir das intenções à prática o núcleo do Moinho da Passagem e os denominados núcleo do património natural e núcleo

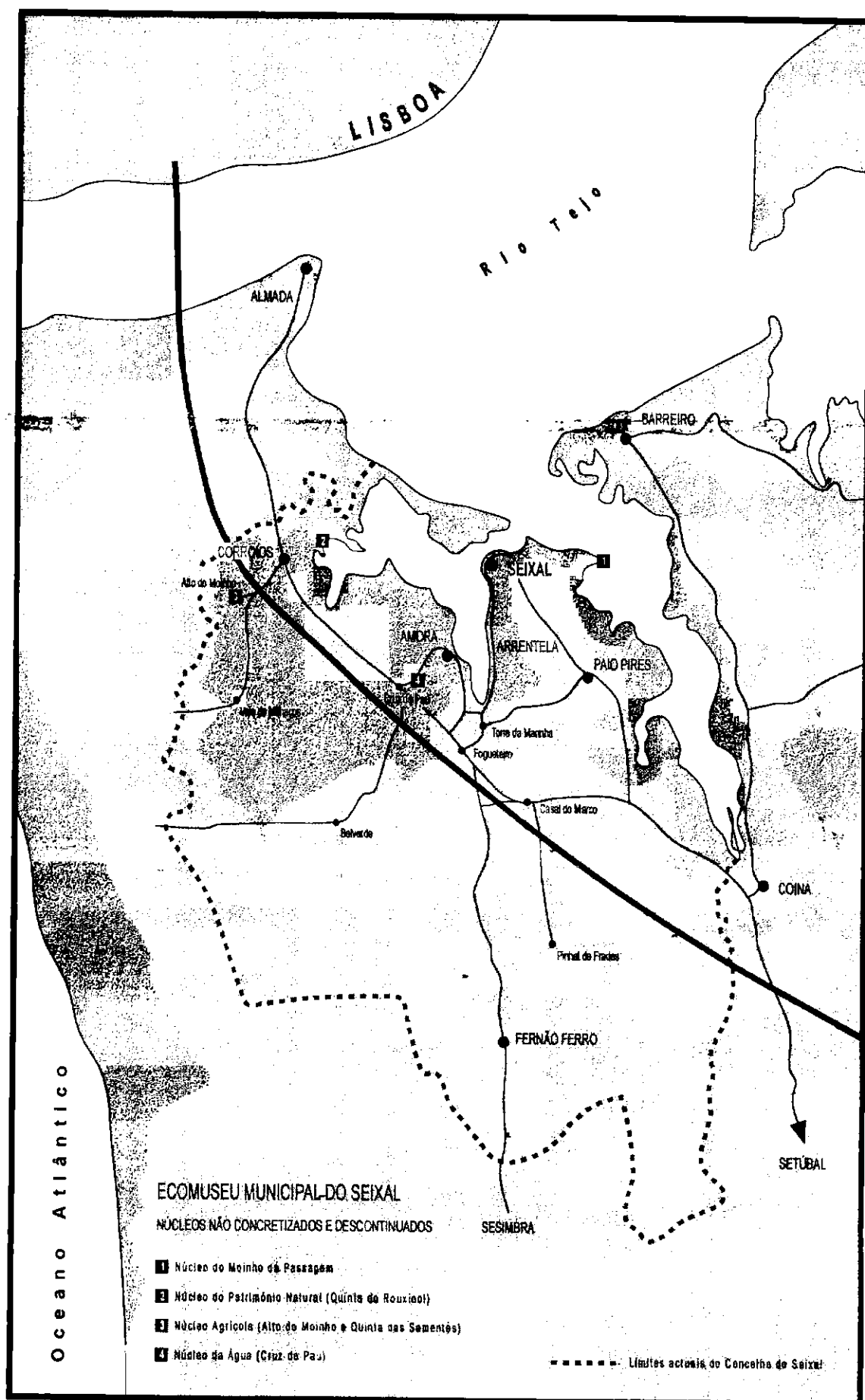
⁴⁹⁸ Cf. *Património construído e património natural ...* 1994:13.

⁴⁹⁹ Uma deliberação da CMS de 11.01.1995 e da Assembleia Municipal, de 23.02.1995, com base numa proposta da DPHN/Ecomuseu permitiu a instrução de um conjunto de processos para propostas, ao IPPAR, de classificação de património cultural imóvel.

agrícola. O núcleo da água também não voltaria a ser objecto de nenhuma actualização e a ausência de intervenção por parte do Ecomuseu significou a sua descontinuação, no quadro do serviço municipal em que tinha sido criado.

Veja-se a localização dos núcleos não concretizados e descontinuados, no período entre 1993 e 1995, no Mapa 5.

Mapa 5 – Núcleos não concretizados e descontinuados (1993-1995)



No que toca ao **núcleo do património natural** anunciado para a **Quinta do Rouxinol**, procurou-se, como referido atrás, antever uma alternativa de espaço, no Moinho de Maré dos Paulistas, a partir do qual fosse possível instalar uma estrutura museológica do tipo de centro de interpretação. Quanto àquela quinta e dado o objectivo da tutela, de criação de um “Parque Histórico-Natural” considerava-se pertinente, por parte da DPHN, uma programação assente no trabalho museal desenvolvido até ali. Em 1994 apontava-se: “O Parque Histórico-Natural da Quinta do Rouxinol integrará os dois núcleos museológicos [Moinho de Maré de Corroios e Olaria Romana], os vestígios da antiga Quinta do Rouxinol e uma área do Sapal de Corroios”.⁵⁰⁰

Ao arruinamento dos edifícios da Quinta do Rouxinol em Corroios e à falta de uma decisão sobre a programação daquele núcleo juntaram-se preocupações novas de gestão e divulgação, junto da comunidade local, das zonas de Reserva Ecológica Nacional no concelho do Seixal⁵⁰¹, que cremos terem contribuído para a indevida secundarização daquele projecto.

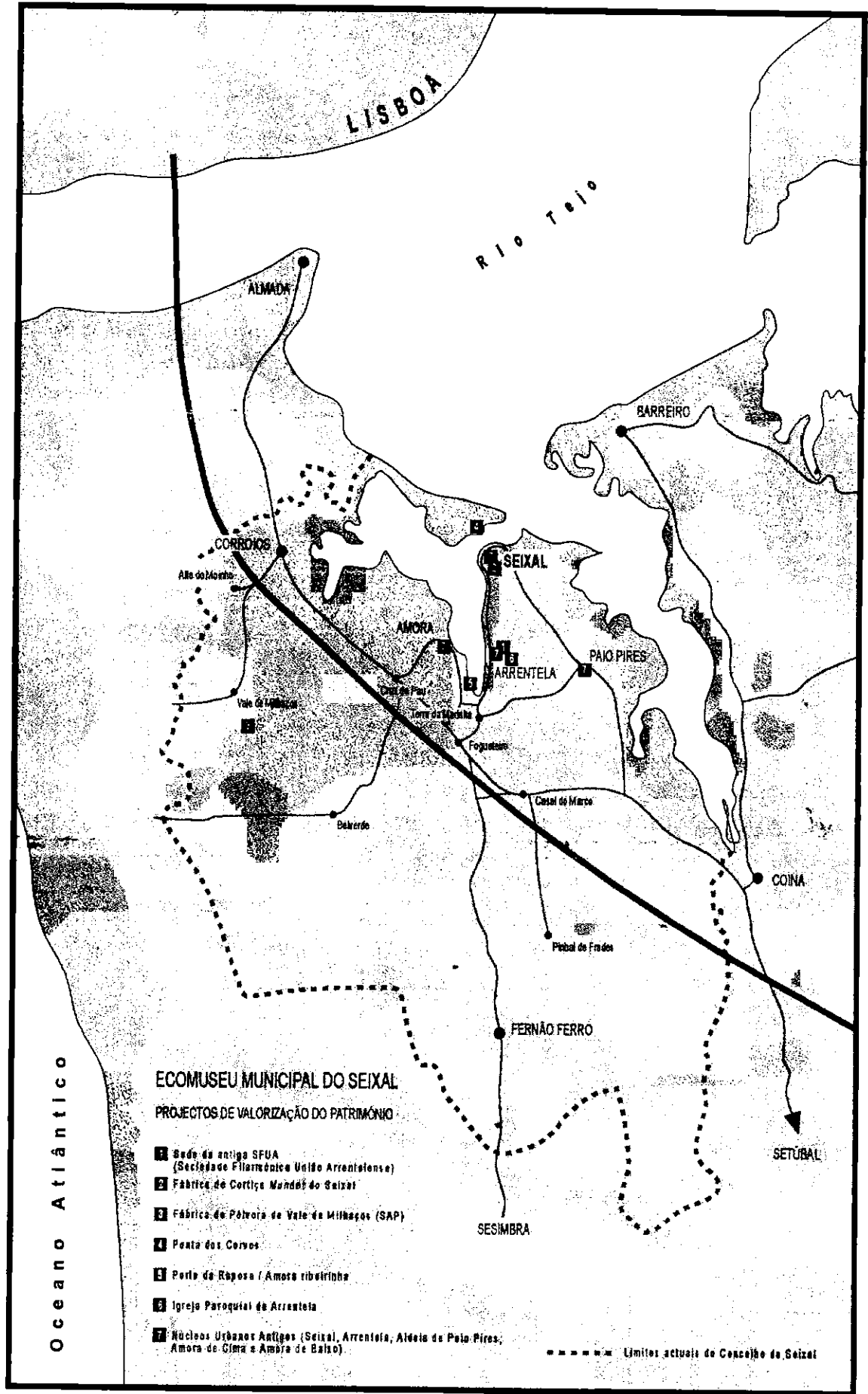
Quanto ao **núcleo da água**, na estação de captação e elevação de água da Cruz de Pau, algumas peças ali apresentadas foram retiradas para integrarem a exposição temporária exibida a partir de 1993 no Moinho de Maré de Corroios “A Terra e o Homem – aspectos geológicos do concelho do Seixal”, ilustrando precisamente os conteúdos dedicados à água. No final da exposição, não voltariam à estação da Cruz de Pau, para a qual o próprio museu tinha deixado de encaminhar visitantes, uma vez que não se tinham reunido condições mínimas de gestão do espaço numa perspectiva museológica. A par disso tinha-se reflectido sobre os critérios de localização do “núcleo”, propondo-se a “reavaliação deste caso, apontando a possibilidade de investir na musealização da central elevatória do Talaminho”, que desempenhara um papel pioneiro no sistema de captação e de distribuição pública de água no concelho⁵⁰², não causando, por seu lado, o mesmo tipo de problemas de segurança, do ponto de vista da acessibilidade de visitantes.

⁵⁰⁰ Cf. *Património construído e património natural...* 1994: 6.

⁵⁰¹ A REN do Seixal foi delimitada na sequência da elaboração do Plano Director Municipal, abrangendo vastas áreas ribeirinhas do concelho.

⁵⁰² Cf. *Património construído e património natural ...* 1994: 9.

Mapa 6 – Projectos de valorização do património (1993-1995)



3.3.2. Projectos de valorização de património

Por projectos de valorização de património entendemos os casos em que se verificou a intervenção do Ecomuseu, ultrapassando o processo de classificação, mas não configurando, necessariamente, um programa de criação de um núcleo museológico. Veja-se a localização no concelho do Seixal dos respectivos sítios e imóveis através do **Mapa 6**. Parece-nos pertinente destacar os seguintes: o edifício da antiga sede da SFUA, em Arrentela; a fábrica de cortiça *Mundet*, no Seixal; a fábrica de pólvora de Vale de Milhaços; a Ponta dos Corvos; o Porto da Raposa; a Igreja paroquial de Arrentela e os núcleos urbanos antigos.⁵⁰³

Sede antiga da SFUA (Sociedade Filarmónica União Arrentelense)

A antiga sede da Sociedade Filarmónica União Arrentelense erguia-se, num quadro paisagístico de qualidade excepcional, em pleno núcleo urbano antigo de Arrentela; debruçada sobre o estuário do Tejo, lado a lado com a Igreja matriz, de Nossa Senhora da Consolação, fazendo parte, portanto, da área de protecção deste imóvel classificado de Interesse Público e sendo unanimemente considerado um imóvel com importância simbólica e arquitectónica no concelho. Com a construção de um edifício novo, em área próxima e que a partir de 1987 substituiu a antiga sede da colectividade, a Câmara tornou-se proprietária do primeiro.

A iniciativa de um grupo de membros da comunidade local arrentelense, sócios da SFUA e familiares de antigos beneméritos e/ou dirigentes da sociedade e músicos da sua filarmónica, desde sempre empenhados na vida da colectividade e reconhecendo como seu símbolo o edifício atrás referido, despoletou, em Setembro de 1990, uma tomada de posição da então Subsecretária de Estado da Cultura, Natália Correia Guedes, junto do Presidente da Câmara do Seixal. Seguiram-se muitas diligências no sentido de recordar a história daquele prédio, construído, no início do século, com um notável esforço da população local, cujas tradições culturais estiveram profundamente ligadas à indústria de lanifícios e àquela sociedade filarmónica. Algumas dessas diligências,

⁵⁰³ Quanto ao património para classificação, a Câmara aprovou um conjunto de propostas, basicamente as que já eram enumeradas nas propostas de 1994, mas só cerca de um ano mais tarde (em 1995). Por outro lado, não se inclui neste âmbito a referência à Quinta de S. Pedro, onde em 1994 se realizou a primeira de uma série de campanhas arqueológicas de campo, seguida de estudo e investigação de materiais exumados, o que deu origem a um novo projecto de investigação arqueológica, porque, sem avançar na programação científica, seria prematuro antever um programa museológico. Caso se viesse a justificar, seria provavelmente centrado na interpretação global do sítio, uma vez que a Quinta, que é propriedade municipal, merece uma investigação histórica mais abrangente.

persistindo pelos anos seguintes, foram a certa altura coordenadas entre o próprio Ecomuseu e o grupo de arrentelenses mais empenhado na preservação do imóvel. Singularmente, pois não se conhecem no concelho outras situações do mesmo género, a Comissão de Arrentelenses recolheu e entregou à CMS mais de quatrocentas assinaturas em prol da salvaguarda da antiga sede da sua colectividade, defendendo a sua devolução a funções culturais e, se possível, recreativas.

Através do registo da memória oral e de pesquisas documentais centradas na história do edifício e suas funções originais, o museu elaborou uma proposta de reutilização como “centro de estudos, de formação e divulgação cultural”, incluindo a instalação de um posto de informação turística.⁵⁰⁴

A antiga sede da SFUA em Arrentela figurou entre as propostas de classificação de património cultural imóvel aprovadas pela CMS e a Assembleia Municipal em 1995, o que, controversamente, deixou entretanto de poder dar origem à elaboração de um processo a apresentar ao IPPAR, porque a Câmara deliberou substituir o imóvel por outro, construído de novo, supostamente evocando a arquitectura do original.

Fábrica *Mundet* do Seixal

Encerrada e inactiva desde 1989, as preocupações do museu sobre a fábrica derivavam tanto das futuras ocupações do imenso espaço que ocupava e do significativo património industrial que abarcava, como da necessidade de projectos para o ser estudo e investigação. Para além da recolha de algumas máquinas e de registos fotográficos pontuais, na última fase de laboração, era óbvia a desproporção entre a importância consensualmente atribuída ao seu lugar no território e os meios-empregues na preparação de uma intervenção, uma vez que o próprio PDMS (Decreto-lei nº 93/90 de 19 de Março) considerava grande parte da *Mundet* como área a proteger.

⁵⁰⁴ O processo de tentativa de salvaguarda do edifício sede da SFUA fez parte das actividades da DPHN/Ecomuseu desde 1990, quase como se de um projecto de futuro núcleo museológico se tratasse, uma vez que envolveu contactos intensos com um grupo da população, com serviços técnicos e com entidades várias, nomeadamente no sentido de obter informações e dados para fundamentar e promover as propostas de recuperação e de reutilização do imóvel. A proposta de 1992 apontava as principais medidas e fases de intervenção. Mas faltou praticamente tudo para a exequibilidade do projecto, vindo, anos depois, a verificar-se uma situação extremamente controversa de demolição e de reconstrução do edifício, com o assentimento do próprio IPPAR. Alguns dados da pesquisa histórica efectuada sobre este caso foram por nós publicados em 1997: “Antiga sede da Sociedade Filarmónica União Arrentelense – a construção da casa da música, a importância do associativismo na Arrentela e a memória colectiva”, *Al-madan*, II Série, nº 6 (Outubro 1997), pp.125-131.

Um levantamento sumário feito entre 1990 e 1991⁵⁰⁵, em paralelo ao trabalho do museu e na sequência do qual se deram início a algumas recolhas de objectos, ainda que de pouco significado no contexto do património em presença, serviu para fundamentar as propostas dos anos imediatamente seguintes.

Em 1994⁵⁰⁶, a DPHN/Ecomuseu propôs a classificação da *Mundet*, avançando que seria “de prever a inclusão de um núcleo [museológico] da cortiça nos projectos que venham a ser estudados para esta área, preservando-se a fachada ribeirinha, alguma oficina mais representativa, se possível a creche e, integralmente, o edifício das caldeiras de produção de vapor”.

A fábrica de cortiça *Mundet* do Seixal figurou entre as propostas de classificação de património cultural imóvel aprovadas pela CMS e a Assembleia Municipal em 1995, dando origem à elaboração de um processo apresentado ao IPPAR em 1999.

Em 1995, na perspectiva do acompanhamento da situação da *Mundet*, envolvendo também a maquinaria e todo o seu espólio móvel, a Câmara nomeou uma comissão de três técnicos, de que fazia parte a responsável do Ecomuseu, assim como um assessor jurídico e o responsável financeiro, aos quais coube a elaboração de informações e de pareceres específicos, face aos anúncios de venda do património da fábrica, através de leilão, por decisão do respectivo Administrador de Falência. Tal processo constituiu um importante antecedente para a deliberação da CMS e a aquisição da antiga fábrica, em Dezembro de 1996.

Fábrica de pólvora de Vale de Milhaços (SAP)

Desde a exposição realizada em 1981 (“O Trabalho na História do Concelho do Seixal”), eram amplamente reconhecidos o interesse histórico e o excepcional valor patrimonial da fábrica da *Sociedade Africana de Pólvora* (SAP), em Vale de Milhaços, centrados sobretudo no funcionamento do seu motor central, constituído por uma máquina a vapor. À semelhança do que acontecera com a *Companhia de Lanifícios de Arrentela* – e a par das pesquisas arqueológicas em Amora, sobre a fábrica de vidros -

⁵⁰⁵ Nesse período, começámos a desenvolver pesquisas sobre o tema da cortiça e precisamente sobre a história da fábrica *Mundet* do Seixal e o levantamento e interpretação do seu património industrial, quer com fins académicos (trabalho intitulado *A Mundet – indústria corticeira: estabelecimento na vila do Seixal*, elaborado no âmbito do Curso de Especialização em Museologia Social, na Universidade Autónoma de Lisboa, apresentado em Julho de 1990 na cadeira de Arqueologia Industrial e Museologia, orientada pelo Dr. Jorge Custódio), quer na perspectiva de um projecto de investigação. V. FILIPE 1992^a: 63-68.

⁵⁰⁶ Cf. *Património construído e património natural* ... 1994: 11.

alguns elementos da APAI também se interessaram pela fábrica da pólvora. As visitas à SAP tornaram-se relativamente frequentes, promovidas não só pelo museu municipal, mas por outras entidades a que se ligavam programas de formação em museologia e património.

Em 1994, enquanto propunha a sua classificação e se considerava justificada a futura “criação de um núcleo museológico (independentemente da forma de o implementar) em caso de desactivação da fábrica”⁵⁰⁷, o Ecomuseu promovia a execução de uma maquete da máquina a vapor, a fim de integrar a exposição permanente, no Núcleo Sede, contribuindo assim para uma melhor interpretação dos visitantes sobre o circuito de produção da pólvora negra a operar em Vale de Milhaços.

A fábrica da pólvora de Vale de Milhaços figurou entre as propostas de classificação de património cultural imóvel aprovadas pela CMS e a Assembleia Municipal em 1995, dando origem à elaboração de um processo apresentado ao IPPAR em 1999.

Ponta dos Corvos

A área de REN abrangendo as antigas secas de Bacalhau, denominada Ponta dos Corvos, localizada na Península do Alfeite, em pleno Estuário do Tejo, em frente ao Seixal foi objecto da proposta com que a CMS integrou a Candidatura ao Fundo EFTA de uma “Rede museológica do distrito de Setúbal e Instituto de desenvolvimento regional” proposta pela Associação de Municípios do Distrito de Setúbal em 1994.⁵⁰⁸

Elaborado com o propósito imediato de participação naquela candidatura, o projecto teve em conta as potencialidades turísticas do sítio, sublinhadas por diversas vezes, nomeadamente em estudos e programas de ordenamento de território e em propostas de valorização e desenvolvimento local, procurando, em simultâneo, articular a candidatura com a realidade museológica concelhia. Assim, para a Ponta dos Corvos era proposto

⁵⁰⁷ Cf. *Património construído e património natural ...* 1994: 6.

⁵⁰⁸ A candidatura da “Rede museológica do distrito de Setúbal e Instituto de Desenvolvimento Regional” (1994) foi coordenada pela agência CDR/Cooperação e Desenvolvimento Regional, S.A., envolvendo onze projectos de municípios do distrito. O documento *Rede Museológica do Distrito de Setúbal*, 9 de Outubro de 1995, Setúbal, Cooperação e Desenvolvimento Regional, S.A. [39 p.] dá-nos a conhecer que, para além do Seixal, esses projectos eram os seguintes: Museu Municipal de Arqueologia de Alcácer do Sal; Núcleo Museológico do Desporto (Alcochete); Núcleo Medieval da Rua da Judiaria (Almada); Núcleo Moageiro “Moinho Pequeno”, (Barreiro); Núcleo Museológico do Moinho de Maré (Alhos Vedros, CM Moita); Conjunto da Antiga Quinta do Saldanha e Ermida do Senhor Jesus dos Aflitos (Vale de Vagados, Montijo); Centro de Artes e ofícios Sebastião Fortuna (Quinta do Anjo, Palmela); Casa do Bispo (Sesimbra); Museu do Trabalho Michel Giacometti (Museu Municipal, Setúbal); Pavilhão da Assembleia Distrital de Setúbal/Espaço polivalente e Reservas-MAEDS (Setúbal).

um centro museológico a denominar “Museu do Tejo”, destinado a interpretar o património natural das zonas ribeirinhas e as suas actividades flúvio-marítimas, interligando-se com outras unidades museológicas locais, particularmente os núcleos do Ecomuseu Municipal do Seixal (Núcleo Naval, Moinho de Maré de Corroios e embarcações tradicionais). O projecto não teve qualquer concretização, e, tanto quanto saibamos, a candidatura não foi, de nenhuma forma, avaliada.

Porto da Raposa

O Porto da Raposa, que nunca fora objecto de nenhuma intervenção por parte do museu, apesar de figurar em algumas edições municipais como “núcleo do Ecomuseu” e/ou “sítio visitável”, foi incluído nas propostas de classificação de património cultural imóvel aprovadas pela CMS e a Assembleia Municipal em 1995 e, na sequência da oficialização da proposta junto dos proprietários, foi considerada a eventualidade dum cedência à Câmara, para a sua preservação. O assunto ficou porém em aberto.

Igreja Paroquial de Arrentela

O propósito de criação de um núcleo museológico “de arte sacra”, na Igreja de Arrentela, inscrito no programa do museu municipal de 1982, não se veio a concretizar programaticamente, nem teve materialização prática posterior.

Aquele imóvel classificado de Interesse Público incluiu-se porém, com bastante frequência, em visitas e em itinerários temáticos do Ecomuseu, mediante uma estreita relação institucional com a Paróquia.

O conjunto de propostas de classificação aprovadas em 1995 pela CMS e pela Assembleia Municipal contemplavam a reclassificação da Igreja Paroquial de Arrentela para Monumento Nacional, processo que seria relegado para segundo plano, devido à priorização dos contactos junto do IPPAR e da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais destinados a efectivas intervenções de conservação e de restauro, que a Autarquia sempre se mostrou disponível para apoiar.

Núcleos Urbanos Antigos

Sem dúvida devido ao papel do museu nos processos de identificação e de delimitação dos núcleos históricos urbanos do concelho, àquele continuou a caber um conjunto de atribuições ligadas à preservação do património cultural arquitectónico de Arrentela, Seixal, Amora e Aldeia de Paio Pires. Assim se justificou também que fosse a

DPHN/Ecomuseu a acompanhar as actividades no seio da Associação Portuguesa de Municípios com Centro Histórico, apesar da existência de um gabinete para a gestão dos núcleos urbanos antigos, inserido na Divisão de Habitação. Aquelas atribuições foram pouco valorizadas no funcionamento dos serviços e frequentemente ignoradas pela tutela, em consonância com uma visível depreciação do património edificado a que nos reportamos.

Em 1991, o Ecomuseu foi responsável por uma intervenção arqueológica de emergência em pleno núcleo antigo do Seixal, devido a obras de remodelação do edifício dos Paços do Concelho. Em 1995, no âmbito do protocolo de cooperação com o Centro de Arqueologia de Almada, em coordenação com o Ecomuseu, deu-se início a um programa de inventário sistemático do Núcleo Urbano Antigo do Seixal (património construído).

Os coretos inseridos nos núcleos urbanos de Amora (coreto da Sociedade Filarmónica Operária Amorense) e da Aldeia de Paio Pires (coreto da Sociedade Musical 5 de Outubro) figuraram entre as propostas de classificação de património cultural imóvel aprovadas pela CMS e a Assembleia Municipal em 1995, estando na base dos processos de levantamento arquitectónico e de restauro que a CMS veio a promover entre 1997 e 1998.

3.3.3. Serviços

Como já referimos, a estrutura orgânica delineada, por Regulamento Municipal, para a DPHN, consistindo na sub-divisão em *Sector de Património Histórico* e *Sector de Património Natural*, não tinha uma relação efectiva com a realidade. Esta espelhava, aliás, a complexidade da estruturação dos diferentes campos funcionais. Na prática, e num âmbito interno de organização funciona, de gestão de pessoal e de meios técnicos integrados no museu, procuravam-se soluções parcelares, adequadas ao momento, com que se ia avançando num plano de consolidação a longo prazo, para uma arquitectura dos serviços onde se enquadrassem as funções museais, tanto primárias como secundárias. Neste período, o “figurino” de trabalho por projecto foi acentuadamente aplicado, com o intuito de fazer progredir, com um mínimo de regularidade, actividades na área da difusão, materializando algumas potencialidades dos recursos museológicos, tanto ao serviço da comunidade local, como para fruição de públicos exteriores.

Procurando agregar, do ponto de vista operacional e de funcionamento, o pessoal e os meios logísticos necessários ao exercício privilegiado das funções museológicas ditas primárias e das funções que, não sendo especificamente museológicas (por isso ditas secundárias) se revelaram essenciais ao processo de consolidação do Ecomuseu, estabeleceram-se as “unidades de organização funcional” designadas, ainda que genericamente, por serviços. Cabe assim distinguir o conceito de serviço, como função equipada, definido por Maria Olímpia Lameiras-Campagnolo, da aplicação que lhe damos, baseada no facto de a fazermos corresponder a unidades operacionais em construção ou tendendo para uma organização funcional, assente no exercício técnico qualificado. Tais unidades foram alojadas em espaços repartidos pelos núcleos do Ecomuseu, nos quais se foram acentuando as dificuldades de adaptação às respectivas necessidades, tanto dos acervos, como dos utilizadores e públicos.

Foi precisamente na articulação entre a função “preservação” e a função “difusão” que se estabeleceu o eixo de organização das actividades e de estruturação de serviços, a que se atribuíram níveis de gestão diferenciados, progressivamente consolidados. Dada a carência de técnicos profissionalizados, optou-se por concentrar numa mesma equipa todas as vertentes de trabalho inerentes à preservação – abrangendo desde a incorporação e a conservação, aos procedimentos mínimos de documentação do acervo museológico. Numa área intermédia, quanto à reorganização funcional e organizativa do museu, mantiveram-se serviços de interface entre aquelas duas áreas funcionais e a de investigação e de programação científica e museológica: o serviço de museografia, grafismo e edição e o *Centro de Documentação*. A este último cabia, simultaneamente, uma vertente essencial de resposta às necessidades e solicitações de um importante sector dos utilizadores do Ecomuseu, pelo que a sua respectiva gestão se deveria aproximar bastante da do *Serviço Educativo*.

A responsabilização de técnicos profissionais, rentabilizando a sua experiência e o perfil respectivamente conferido pela sua carreira no museu, compensou, em parte, o insuficiente número de técnicos superiores com formação especializada e permitiu, neste período, configurar a área de serviços de museografia e conservação e consolidar o que já era chamado *Serviço Educativo* (SE), mantendo entretanto, sem grandes alterações, as outras duas, que já referimos: do serviço de museografia, grafismo e edição e do *Centro de Documentação*.

3.3.3.1. Serviço de museografia e conservação.

Adequado à realidade de momento, este serviço, interface com a função “investigação”, respondia às exigências da função “preservação”.

O quotidiano do museu implicava uma multiplicidade de tarefas e de operações em que era requerido o trabalho de um pessoal tecnicamente preparado para a manutenção e a conservação de objectos e de instalações, incluindo, ou não, exposições. A esse pessoal era solicitado, ora bastante esforço, ora especialização e rigor, e, frequentemente, a necessidade de aprendizagem de novos preceitos técnicos ou a adequação de procedimentos a situações menos comuns no tratamento do bens museais, relativamente a casos anteriores. A experiência do Ecomuseu poderá ampliar, mas, em geral, reproduz o tipo de exigências que se colocam a um museu misto e interdisciplinar, que recolhe e incorpora objectos e séries de objectos de contextos muito variados, criando um, espectro de necessidades logísticas, de pessoal, de qualificações e de formação para que dificilmente cada entidade de tutela, do tipo municipal, encontrará resposta isoladamente. Por outro lado, ao tratar-se da conservação em contexto de museu, parece-nos incontornável o papel da formação endógena do pessoal, tão importante como a sua criteriosa selecção, em relação com o programa do museu ou o seu processo de programação, o(s) campo(s) temático(s) e/ou os acervos em causa.

Tendo consciência de tudo isso e avaliados os anos de trabalho anteriores - sabendo-se muito bem que não tínhamos dados credíveis para uma planificação rigorosa de longo prazo e que não estava ao nosso alcance calendarizar medidas estruturais que estivessem dependentes de decisões políticas - assentámos a nossa estratégia em seis linhas essenciais: a) instalar o melhor possível, e progressivamente, as reservas, nos espaços da Quinta da Trindade; b) rever e melhorar as condições de conservação dos bens apresentados ao público, implementando medidas básicas de conservação preventiva nos respectivos núcleos; c) recorrer a serviços exteriores ao museu - municipais e outros - para tarefas de manutenção corrente, de que se pudesse libertar pessoal que já tinha alguma especialização e/ou que pudesse aprofundar competências museográficas; d) explorar a via de parcerias no plano técnico-científico (caso do Centro de Arqueologia de Almada), para o recurso a serviços exteriores especializados e dando garantias de idoneidade, face à carência de meios internos, no âmbito de intervenções de emergência (caso da arqueologia e do património azulejar); e) equipar gradualmente o museu de meios logísticos e dos equipamentos necessários à execução de trabalhos

prioritários de tratamento de acervo móvel, ao nível da conservação e mesmo do restauro; f) finalmente, mas como opção de fundo, sectorizar a conservação de forma a abranger os vários segmentos operatórios necessários à preservação essencial de bens incorporados pelo museu – isto é, abrangendo o trabalho de conservação física, de inventariação básica e de actualização dos dados de gestão desses bens museais, nomeadamente os inerentes à própria conservação, à pesquisa-investigação e à difusão.

Embora com muitas dificuldades, conseguiu-se estabilizar, a partir de 1993-1995, um “núcleo duro” para o trabalho da conservação, muito abrangente nas suas atribuições, tal como o descrevemos.

Porém, mesmo assim, aquele serviço (em configuração) excluía três vertentes muito importantes da função “polar” ou “obrigatória” de preservação do Ecomuseu. Uma vertente, inerente ao moinho de maré, era a da conservação e registo do sistema de moagem tradicional; a conservação do sistema competia essencialmente ao moleiro e ao seu ajudante. Outra vertente, inerente à oficina do núcleo naval, era a da conservação, construção e documentação de modelos de barcos tradicionais do Tejo; a construção e a conservação de modelos competia essencialmente ao antigo construtor naval/carpinteiro de machado e à artesã. A terceira vertente, inerente às embarcações, flutuantes e a navegar, era a da conservação destas e dos aspectos ligados à sua reutilização; para além dos dois arrais e dois ajudantes de arrais, envolvia, como foi dito, os estaleiros onde os barcos recolhiam para obras de manutenção e de recuperação.

Até 1995, aquelas atribuições também foram, por uma parte, acumuladas às actividades da responsável da DPHN, tanto de estudo-investigação, como de coordenação técnico-científica e de gestão, e, por outra parte, no que toca às embarcações, foram partilhadas com o *Serviço Educativo*.

3.3.3.2. Serviço Educativo

Conhecido pelo público com esta mesma designação, o *Serviço Educativo* dava resposta às exigências de momento da função “difusão”, nas vertentes de interpretação e de extensão cultural.

Foi precisamente nessa área da difusão que se integrou o segundo elemento técnico superior, a título permanente (a tempo inteiro), no Ecomuseu, em 1993. O facto de o preenchimento desse lugar, o qual era preconizado no nosso relatório de estágio de

1992, se fazer através de alguém que iniciaria carreira profissional no museu⁵⁰⁹, era encarado com naturalidade, pois previa-se, à partida, dadas as circunstâncias e o perfil curricular, uma plena integração no já dinâmico *Serviço Educativo*. Este era constituído por um “núcleo duro” de duas monitoras de museu. A par das actividades que ambas desenvolviam, um técnico não permanente tomava parte importante na divulgação do património em geral e, particularmente, do património natural. A colaboração dele com a Câmara estava muito ligada à sua profissão docente, exercida no concelho, o que, no caso concreto do trabalho no museu, foi determinante para os resultados obtidos junto dos públicos escolares, que reconheciam muitíssimo bem as suas capacidades de comunicação, tanto mais eficazes quanto ele próprio desenvolvia incansáveis levantamentos de campo, tanto sobre aspectos geológicos, como sobre a ecologia e os aspectos biológicos regionais e locais.

Tendo a sua génese na extensão cultural do Ecomuseu e passando por um funcionamento experimental na DPHN, a criação do *Gabinete de Turismo*, decidida pela tutela municipal, ocorreu com o correspondente enquadramento orgânico, através do Regulamento municipal de 1993. Este facto, apesar das insuficiências, entre outras, na definição de campos de atribuições e de qualificação de pessoal, acompanhou a evolução do funcionamento do *Serviço Educativo* do museu, a que se pretendia conferir a especificidade museológica requerida à sua programação.

Defendida foi, também, a especificidade museológica da gestão das embarcações tradicionais, assunto a que nos referiremos mais adiante, mas que neste período não recolheu consenso entre estruturas orgânicas municipais, face à coerência de uma articulação entre preservação, estudo-investigação, saber-fazer e difusão, veementemente fundamentada por parte do Ecomuseu e a que felizmente foi dada continuidade.

O reforço do SE, em termos de pessoal e de uma certa depuração de funções, correlacionado com outras medidas de gestão, permitiu: a) desenvolver e definir melhor o trabalho com sectores específicos de públicos e, em geral, de utilizadores do Ecomuseu, privilegiando decididamente o meio envolvente do próprio museu; b) aperfeiçoar o sistema de acolhimento de visitantes nos núcleos museológicos; c)

⁵⁰⁹ No processo de selecção da técnica superior para o Serviço Educativo pesou a frequência de um curso de pós-graduação em História Regional e Local, mas que a técnica superior admitida não chegou a concluir.

aprofundar métodos de interconexão com outras áreas funcionais/serviços do museu, num quadro integrado de gestão e de planificação; d) providenciar a formação profissional, explorando os poucos recursos externos disponíveis, mas também mobilizando e rentabilizando recursos endógenos ou gerados com as próprias actividades do Ecomuseu; e) integrar sistematicamente o SE em projectos destinados a aprofundar /actualizar os conhecimentos e a recolha de dados sobre o território de inserção do museu e sobre a respectiva população.

Os meios logísticos condicionaram grandemente o trabalho deste serviço, a que faltaram não apenas gabinetes adequados ao seu funcionamento interno, mas também espaços de recepção e de actividades com os públicos. Procurou-se compensar este último tipo de carências utilizando todos os espaços possíveis sob gestão da DPHN, nomeadamente num núcleo que não abria regularmente ao público, o da Quinta da Trindade, graças à articulação funcional activa com os serviços de conservação e de museografia.

3.3.3.3. *Centro de Documentação*

Sendo também identificado junto do público, o *Centro de Documentação* constituía um interface de recurso face a exigências de momento das funções “investigação”, “preservação” e “difusão”

Com a transferência orgânica do Arquivo Histórico Municipal e a sua saída física do museu, encarou-se de modo diferente a especificação das atribuições do *Centro de Documentação* (CD), ainda que não se detivessem os recursos mínimos para um salto qualitativo do seu funcionamento, como verdadeiro serviço de documentação do museu, mais do que necessário para a intercomunicabilidade entre áreas de aplicação funcionais, desde a investigação à difusão. Faltava-lhe pessoal⁵¹⁰, equipamentos – nomeadamente informáticos – e espaço. Mas, apesar da inadequação logística, o CD desempenhou um importante papel de interface com certos públicos, tanto do tipo de utilizadores escolares, dos vários graus de ensino, como do tipo de utilizadores muito menos habitual nos museus, constituído por pessoas particularmente interessadas numa informação histórica ou numa representação iconográfica local, ou numa orientação bibliográfica, entre muitas outras situações difíceis de tipificar, mas que foram

⁵¹⁰ O *Centro de Documentação* do Ecomuseu contava apenas, a tempo inteiro, com uma técnica adjunta de Biblioteca, Arquivo e Documentação (na especialidade de Arquivo), pontualmente apoiada, como acontecia com outros serviços, por um dos funcionários com funções auxiliares (gerais e administrativas) do museu.

demonstrando a facilidade de acesso ao património, numa acepção muito ampla, proporcionada pelo museu. Quanto aos utilizadores genericamente ditos escolares, deve particularizar-se o segmento de estudantes universitários e de alunos de mestrados, que assiduamente se serviram do CD do Ecomuseu, para consulta de fundos bibliográficos e documentais, para pesquisas relacionadas com o seu acervo museal, com o património concelhio e regional, ou mesmo com temáticas mais gerais ligadas ao território, quer ainda para trabalhos que tinham o próprio Ecomuseu por objecto de estudo.

3.3.3.4. Serviço de museografia, grafismo e edições

Este serviço constituía, face às realidades, o interface de recurso face a exigências de momento da função “difusão”.

O Ecomuseu não detinha pessoal e meios logísticos adequados e em quantidade suficiente para equipar a função abrangente de difusão ou, no caso concreto, destinados a um verdadeiro serviço de exposições e de edições.

As actividades museográficas resultantes de projectos de difusão – nomeadamente exposições, animações ou eventos públicos nos núcleos museológicos – e da produção de edições do museu implicavam, regra geral, uma coordenação específica, centralizada ou repartida, com vista a uma estreita ligação entre o técnico especialista a quem incumbiam os trabalhos de desenho e de grafismo, os técnicos de museografia da área funcional de conservação e a técnica do serviço de documentação. Aquela coordenação associava-se, também regra geral, à responsável pelo museu e pela programação museológica do projecto ou pelos conteúdos e orientação da edição, sendo partilhada, em casos específicos, com os investigadores/autores ligados ao programa científico e conteúdos temáticos em que assentava o projecto e/ou edição.

A eficácia e os resultados do museu estavam assim fortemente limitados pela escassez de recursos e muito dependentes, neste período, do técnico profissionalmente mais qualificado nesta área, o qual desempenhou, de facto, um papel muito importante, tanto nos processos de concepção e de definição de programas expositivos, como no plano museográfico, apesar de se repartir sazonalmente com o trabalho de investigação arqueológica.

Saliente-se, porém, o necessário recurso a meios logísticos e a pessoal exteriores, tanto municipais como privados, como era o caso da aquisição de serviços na área do design e grafismo, mas sempre com a exploração de colaborações muito estreitas com a equipa

do Ecomuseu.

Conquanto se diagnosticassem os pontos críticos atrás enunciados, também foram avaliadas a principal mais-valia da nossa experiência, na programação/produção de exposições, isto é, o desenvolvimento integrado do processo de interpretação e de projecto, até à sua execução, do processo de conservação/manutenção e do processo de apresentação/comunicação, incluindo actividades de interpretação/educação dirigidas a públicos específicos do Ecomuseu.

3.3.3.5. Serviço de apoio administrativo

Ainda que embrionário, este serviço constituiu a resposta de momento à função “intendência”.

Foi precisamente no período de evolução do Ecomuseu que estamos a caracterizar que se começaram a estabelecer as bases de um futuro serviço centralizado de intendência e administração capaz de responder às necessidades geradas nas várias áreas funcionais “obrigatórias” ou especificamente museológicas. Tais bases consistiram, por um lado, em pessoal habilitado e em meios logísticos (instalados no Núcleo Sede), e, por outro lado, na progressiva definição e aplicação de métodos de trabalho, necessariamente em coordenação com outras instâncias municipais e respeitando as normas aplicáveis, em função do estatuto orgânico institucional da própria DPHN/Ecomuseu municipal, mas tendo em conta a especificidade da organização museal. Refira-se, a título de exemplo, a importância da organização dos arquivos, que a curto prazo reverteria não só no aprofundamento dos processos de organização interna como na resposta a interesses exteriores, em particular no âmbito de pesquisas ligadas à museologia e ao património.

O *serviço administrativo* embrionário foi muito importante para o funcionamento interno do museu, na medida em que foi permitindo a execução de tarefas e de procedimentos até aí secundarizados, por força das circunstâncias, ou indevidamente acumulados com outros desempenhos técnicos. Esta situação veio assim a reflectir-se numa relativa maior disponibilidade para as funções primárias do museu e, portanto, também para a qualificação dos serviços públicos prestados. Reflectiu-se ainda ao nível da função de gestão, para a qual o serviço administrativo era essencial, sobretudo tendo em conta a dispersão territorial do Ecomuseu. O **Quadro 1** resume, muito sumariamente, o que acabámos de descrever:

**QUADRO 1 – Organização e funcionamento
do Ecomuseu Municipal do Seixal (1993-1995)**

Funções	Serviços	Outros recursos internos e externos	Nível de gestão
Investigação		Coordenadora da Divisão Arqueólogos do museu Investigadores exteriores	Coordenadora da Divisão
Preservação Conservação Documentação	Serviço de museografia e conservação Centro de Documentação	Moleiros Construtor naval e artesã Tripulações Estaleiro naval (para embarcações) CAA (protocolo)	Coordenadora da Divisão Coordenadores dos serviços
Difusão Interpretação, exposição, Extensão cultural, Ensino museológico, Edição	Serviço de museografia, Grafismo e edição Serviço Educativo	Coordenadora da Divisão Moleiros Construtor naval e artesã Tripulações Técnico para o património natural	Coordenadora da Divisão Coordenadores dos serviços
Gestão			Coordenadora da Divisão
Intendência	Serviço de apoio administrativo	Técnicos dos serviços	Coordenadora da Divisão

3.3.4. Importância da função de estudo-investigação e da programação científica

Entre as principais questões de estruturação e de programação do museu, que persistiram na fase de consolidação, contam-se as carências do trabalho de estudo-investigação e de documentação dos bens museais. Se as carências logísticas e de espaços públicos condicionaram desde o início a política de difusão do museu, sobretudo na vertente da exposição, a investigação foi também, sem dúvida, outro factor restritivo, nomeadamente da programação de exposições e de edições. Face a um espectro temático tão abrangente como o que era conferido, à partida, pela diversidade dos bens museais do Ecomuseu, só seria possível manter uma actividade regular de renovação de exposições mediante um intenso trabalho interno de pesquisa e de documentação, ou então, do recurso planificado a investigações (disciplinares ou

interdisciplinares) externas. Este foi o caso com a colaboração da antropóloga Mouette Barboff, no projecto sobre o tema geral do “pão em Portugal”, no âmbito do programa europeu *Caleidoscópio* (1995), de que se destacaram a exposição e o catálogo *Terra-Mãe...Terra-Pão*.

A par do trabalho inicial de recolha de objectos e de constituição do acervo museológico, a investigação contribuiu para o conhecimento e a compreensão do território de inserção do museu, dirigindo-se para a divulgação, tanto dos bens que aquele incorporava, como da história local. Como vimos, a primeira disciplina científica de base, no museu municipal do Seixal, foi a história, logo seguida da arqueologia. Apesar de recolhido bastante espólio etnográfico, e do peso que tiveram os inquéritos e diversas pesquisas de campo junto de comunidades locais, o museu não contara até ali com a participação de antropólogos, nem implementara o estudo sistemático daquelas colecções. Também se encontravam por documentar os acervos técnico-industrial e azulejar. Quanto às ciências naturais, as pesquisas afectas à geologia e à biologia colocaram-se num plano distinto das anteriores, praticamente ao nível de uma “investigação externa”, em primeiro lugar pela precariedade de documentação resultante da investigação a que o museu teve acesso, para além das próprias edições de divulgação geral que foram produzidas na sequência da mesma.

Por outro lado, a documentação e o estudo-investigação dos numerosos e importantes fundos documentais e arquivísticos reunidos no museu - tanto os que haviam estado, dispersos por outros serviços municipais, como os que resultaram de depósitos e/ou de doações de outras instituições - também requeriam meios humanos e logísticos de que o museu não fora suficientemente equipado. Aquele trabalho progredia assim lentamente, identificando-se a necessidade de projectos específicos, no quadro museológico, para o que seriam indispensáveis metodologias aplicadas e suportes informáticos adequados.

No que respeita à arqueologia, as pesquisas tiveram um ritmo relativamente regular, sobretudo se comparadas as situações entre os diferentes temas e respectivas disciplinas de investigação no museu, conquanto os técnicos responsáveis pelo exercício daquela disciplina científica permanecessem, como referimos antes, repartidos pelas áreas funcionais da preservação e da difusão, para além da investigação. Em parte, a situação explica-se pelo facto de as acções do museu convergirem para projectos de investigação supra-institucionais, por um lado, e pelas obrigações científicas e institucionais que lhe eram impostas no quadro legal vigente, por outro lado. Note-se

que, na prática, em nenhum outro tipo de actividade, nem os profissionais, nem o próprio museu municipal, nem a autarquia, enquanto tutela, se subordinam a uma entidade com um poder normativo supra-municipal, exercendo um controlo científico de carácter nacional, como acontece no caso da arqueologia.⁵¹¹

Tal como é salientado por Maria Olímpia Lameiras-Campagnolo, a investigação pode ser uma função primária ou uma das funções “de interligação” no museu (com carácter de “cimento interfuncional”, constituindo-se, ou não, num serviço científico autónomo), “não-exclusivamente museológica” e “não hierárquica”. Esta investigadora considera-a “um factor valorizante de todas as outras funções «polares» e «opcionais», acrescentando-lhes uma evidente mais-valia, que se repercute sobre a qualidade das prestações de serviço do museu, no seu conjunto”.⁵¹²

Georges Henri Rivière sublinhou amplamente não só a interdependência, em qualquer museu desenvolvido, entre as funções de investigação, de conservação e de acção cultural, como também o papel da função investigação, considerada base de todas as actividades da instituição, projectando-se na sua política de conservação e de acção cultural, e dela dependendo o estatuto e a legitimidade dessa mesma instituição museal.⁵¹³

Maria Olímpia Lameiras-Campagnolo considera mais apropriado designar por “estudo das colecções” a actividade desenvolvida em torno das colecções, “por se apresentar relativamente desprovida da componente teorizante inerente a toda a actividade de investigação, reconhecida como tal”⁵¹⁴. Esta questão coloca-se-nos, porém, em aberto, consoante os objectivos definidos pelo museu e os métodos nele empregues para esse trabalho, considerando que a documentação corporiza saberes diversos – alguns dos quais, por vezes, o museu pode ter dificuldade em mobilizar internamente – cuja selecção e inter-relacionamento requerem a construção de um dado modelo teórico (envolvendo uma operação epistemológica), assim como a selecção de dados para a

⁵¹¹ Pretendemos sublinhar o estatuto do exercício profissional da arqueologia, de certa forma independente da tutela municipal, uma vez que a actividade de investigação do arqueólogo está sujeita à validação da tutela científica e institucional nacional – sucessivamente IPPC, IPPAR e IPA – a quem é solicitada a autorização para realizar uma intervenção arqueológica e a quem é dirigido o respectivo relatório científico.

⁵¹² V. LAMEIRAS-CAMPAGNOLO 1998: 108-109.

⁵¹³ V. *La Muséologie selon Georges Henri Rivière* 1989: 169-182.

⁵¹⁴ V. LAMEIRAS-CAMPAGNOLO 1998: 109.

construção ou a aplicação de tipologias, no processo de catalogação dos bens museais.⁵¹⁵

Esta investigação (ou “estudo das colecções”) é considerada da maior importância e bem distinta da investigação levada a cabo por outras instituições, pois ao museu incumbe, devolver à população e à sociedade em geral, como produto cultural, os bens museais incorporados. Idealmente, isso ocorrerá quando se compatibilizam entre si as funções museológicas “obrigatórias”, e estas, por sua vez, se compatibilizam com as funções “opcionais”, o que requer recursos muito significativos e tempo suficiente para os rentabilizar.⁵¹⁶

As questões de estruturação e de programação, que já foram por nós densamente abordadas neste ponto, deixaram transparecer com evidência a insuficiência do desenvolvimento da função investigação no Ecomuseu, quaisquer que sejam as disciplinas e a combinação de objectivos propostos no seu funcionamento.

Pelo lugar ocupado no Ecomuseu do Seixal, a investigação arqueológica merece ainda uma referência específica, já que o processo de intervenção de campo e de escavação, exigindo, para a sua implementação, de uma prévia preparação teórica, é exemplo de uma estreita relação museu-investigação, constituindo o método pelo qual se recolhem os materiais e registam os dados que podem permitir a sua contextualização no museu. A documentação produzida nesse processo foi, assim, tão importante, quanto os materiais recolhidos, razão pela qual o museu empregou os recursos técnicos necessários ao tratamento de uma e de outros, de forma criteriosa, mediante a coordenação das diferentes áreas funcionais.

Colocava-se num horizonte ainda bastante afastado a necessidade de encetar um trabalho de fundo, de (re)programação global do museu municipal. Contudo, tal facto não permitia adiar por muito mais tempo a tomada de medidas – nomeadamente de recrutamento de pessoal com formação adequada – para, em primeiro lugar, documentar os bens museais cada vez mais numerosos na instituição e orientar as recolhas futuras.

⁵¹⁵ Sobre a investigação no museu e a documentação de bens museais, cf. BAL, DORADO, HERNÁNDEZ e CRISTOBO 1997: 183-194.

⁵¹⁶ V. LAMEIRAS-CAMPAÑOLO 1998: 109 - “Uma fracção expressiva da investigação finalizada levada a cabo no museu . . . vai sendo cada vez mais frequentemente afectada a uma busca de compatibilidade, por um lado, entre os dois pólos funcionais da cadeia de transformação de informação museológica e, por outro lado, entre essas duas funções polares e as funções opcionais”.

Em segundo lugar, a preocupação assentava na definição e preparação de programas científicos para as exposições a realizar a médio e a curto prazo pelo museu.

Entre 1993 e 1995, parte significativa dos recursos do museu, atravessando as diversas áreas funcionais, envolveram-se na exposição temporária sobre o pão. O seu programa científico⁵¹⁷, assim como a definição do programa museológico e, em vários aspectos, também do projecto museográfico, resultou, como vimos, da ligação a uma investigadora exterior, cujo trabalho se articulou com os recursos e a equipa técnica do museu durante cerca de dois anos. Considerada a envergadura da iniciativa, retomaremos o assunto num ponto seguinte, dedicado a projectos museológicos marcantes.

3.3.3. Gestão: processos e práticas para a activação de funções e o funcionamento de serviços

A prática de gestão do Ecomuseu do Seixal assumiu um papel muito importante neste período, configurada num binómio constituído por uma componente operacional (de tipo administrativo) e por uma componente científico-técnica (de tipo funcional). Da ponderação de ambas, num quadro concreto de especialização museológica, no espaço e no tempo, procurou-se obter uma rentabilização melhorada dos recursos a que o museu esteve limitado, com vista à execução dos objectivos programáticos a atingir e à renovação da instituição museal, reflectindo sobre a sua missão e lugar, relativamente ao território, à população e às outras instituições. Informalmente, foi-se aprofundando um “modelo” de gestão que emergiu da fase de transição de responsabilidade do museu, de António Nabais para a ~~autora~~ ^{autora}, tendo nós atribuído, desde o início de funções (e independentemente do estatuto de “coordenadora” ou de “chefe de divisão”), uma grande importância ao modo de conjugação da “organização funcional” e da “organização territorial” do Ecomuseu, atenta à intervenção do *binómio “território/população”*, pretendida e/ou efectiva, a montante e a juzante da “cadeia de transformação de informação que cada entidade museológica constitui e que o modelo de gestão sintetiza”, como nos diz Maria Olímpia Lameiras-Campagnolo.⁵¹⁸

⁵¹⁷ Tomamos como constituintes do programa científico os conteúdos seleccionados e tratados a partir de uma investigação disciplinar, ou interdisciplinar, da responsabilidade do(s) especialista(s), mas sem dispensar o diálogo com o museólogo/conservador, com quem deverão ser discutidos critérios de eventual selecção e/ou apresentação de objectos/documentos, a cargo do museu, e destinados à transmissão daqueles conteúdos. Cf. PEREIRA 1996b: 25 e 1996a: 101.

⁵¹⁸ V. LAMEIRAS-CAMPAGNOLO 1998: 106.

Para esta investigadora, o modelo de gestão, encarado como “uma expressão sistémica das relações hierárquicas e não hierárquicas que ligam as diferentes áreas da instituição museológica”, “informa sobre o modo de circulação de recursos e de informações entre os órgãos encarregados de assegurar o desempenho do museu, bem como sobre o modo de funcionamento e de relacionamento desses órgãos, tanto no plano interno como no plano externo”.⁵¹⁹

No plano interno, atente-se na importância da equipa, em particular da sua componente técnico-científica, mas sendo esta considerada indissociável dos restantes elementos e, por isso, valorizada num todo, quanto à responsabilização e à avaliação do desempenho do museu. Atente-se, por um lado, na organização territorial deste museu polinucleado, bem como na perspectiva descentralizadora da Câmara (de que o próprio museu foi projecção); atente-se, por outro lado, na especificidade de bens museais em reutilização funcional, no processo de conservação-interpretação-exposição.

Quanto ao pessoal do museu, analisando a evolução da sua composição, constata-se que o alargamento da equipa foi acompanhado da diminuição (absoluta e relativa) do pessoal integrado no quadro da CMS e que não correspondeu à necessidade de reforço de quadros técnico-profissionais, conquanto se tenha reforçado ligeiramente o nível técnico superior (de um para dois). Veja-se o quadro seguinte:

**QUADRO 2 – Pessoal do Ecomuseu Municipal do Seixal:
composição entre 1990 e 1995**

Pessoal do Ecomuseu Municipal do Seixal: composição entre 1990 e 1995	1990	1993	1995
Colaboradores permanentes (a tempo inteiro) [A]	22	27	28 ⁵²⁰
Colaboradores no quadro de pessoal da CMS	19 (86%)	22 (81%)	18 (64%)
Técnicos superiores (permanentes)	1	2	2
Técnicos profissionais (permanentes) [B]	8	8	8
Colaboradores avançados (não permanentes)	3	2	3
Total de colaboradores [A]+ [B]	25	29	31

⁵¹⁹ V. LAMEIRAS-CAMPAGNOLO 1998: 110.

⁵²⁰ Além do número de colaboradores permanentes do Ecomuseu em 1995 (28), atente-se no facto de se ter passado a contar, a tempo inteiro/permanentemente, também, com um motorista do quadro de pessoal da Câmara (para o movimento diário da viatura do museu) e de se a limpeza dos núcleos museológicos passar a ser feita por pessoal exterior (de uma empresa). Em consequência deste último facto e dado algum reforço de pessoal auxiliar, os técnicos profissionais e outros colaboradores com razoável especialização, nomeadamente na área da conservação, puderam qualificar as suas prestações no quadro geral de funcionamento do Ecomuseu.

No plano interno, exerceram-se dois níveis de gestão: o da coordenadora orgânica (chefe de divisão, a partir de Agosto de 1995) e o da equipa técnica, a quem competiu, nomeadamente, a gestão directa de funcionamento e/ou da execução de tarefas, segundo um plano de trabalho estabelecido, do *Serviço Educativo*, do *Centro de Documentação*, dos serviços de museografia e conservação, e dos serviços de museografia, grafismo e edições.

O elemento coordenador assumiu, tanto no plano orgânico e hierárquico, quanto no plano funcional, o papel de definição de estratégias – e sua articulação com outras estratégias e com as políticas municipais –, tendo em conta objectivos gerais e sectoriais e o carácter interactivo da instituição museal, face ao território, à população e às outras instituições. A par da fixação dos meios necessários ao desenvolvimento ou execução das estratégias definidas, aqueles dois níveis de gestão foram indissociáveis e de grande importância para a avaliação do funcionamento do museu, assente em dados fornecidos por cada área, alguns deles registados com objectivos estatísticos e destinados à avaliação exercida a nível hierarquicamente superior, ou seja, no plano externo da gestão do Ecomuseu/DPHN.

Nesse plano externo, a tutela da Administração da Câmara, a que corresponde o nível máximo de responsabilidade de gestão, exerce-se através de um Vereador do Pelouro e do Director de Departamento no qual se insere a Divisão correspondente ao museu.

A relação com as várias instâncias de gestão externa, bem como com diversas outras entidades – incluídos, nomeadamente, os interlocutores profissionais, os organismos científicos, as tutelas nacionais relacionadas com o património cultural, natural e arqueológico e mesmo entidades internacionais – portanto, num âmbito geográfico muito alargado – competiu ao órgão central coordenador da DPHN.

Estabelecem-se assim interacções e relações múltiplas, entre órgãos e instâncias informais de gestão, tanto na sua componente de direcção, como na componente de controlo. Para a eficácia de ambas são essenciais os instrumentos de gestão através dos quais se aplicam as funções básicas de planeamento, de organização, de liderança e de avaliação/controlo (nas vertentes científica, ética, jurídica e social).

Os principais instrumentos de gestão são os planos e os relatórios de actividades, uns elaborados e apresentados, hierárquica e obrigatoriamente, outros, de carácter científico e técnico, produzidos consoante as necessidades internas da organização museal e/ou de

relacionamento com as instituições científicas exteriores (por exemplo, o IPPAR/Departamento de Arqueologia).

Mensalmente, os coordenadores de serviço ou de área funcional elaboraram os seus relatórios sobre as respectivas actividades, os quais habitualmente serviram de referência para o relatório mensal da DPHN, elaborado pela responsável do museu e apresentado à Administração, a fim de dar conta do desenvolvimento das áreas funcionais e dos projectos enquadrados no plano de actividades anual da CMS. Tendo em vista o cumprimento de um procedimento regulamentar dos próprios serviços, a elaboração de relatórios sectoriais, correspondentes aos serviços ou áreas de funcionamento, merecem-nos particular destaque, a par das rotinas de consulta e de discussão dos problemas específicos, da planificação de actividades e da vida da organização museal em geral. À aplicação desse método de gestão e de organização interna correspondeu ainda um processo formativo, mediante um esforço de harmonização e de rentabilização de energias, saberes e experiências pessoais, fazendo sobressair as diferenças, em lugar de as procurar contrariar, para encontrar assim, através delas, resposta possíveis, às necessidades dos serviços.

Para a definição do plano anual da Câmara concorreram as propostas apresentadas pela Divisão/Ecomuseu Municipal (plano de actividades e orçamento), as quais tiveram também em conta, mais uma vez, os pareceres dos vários coordenadores funcionais e sectoriais, através de documentos de trabalho que se revelaram muito importantes nas rotinas de avaliação e se conjugaram com a reflexão crítica - individual e colectiva - não apenas sobre cada área técnica, mas sobre a programação e a missão do museu.

Para além destes instrumentos de gestão de proveniência endógena, face à organização museal, há que considerar outro tipo de “ferramentas” de gestão, de carácter exógeno, não museal: os procedimentos e normas a que o museu (e a respectiva tutela) esteve sujeito e que condicionaram o seu funcionamento e as políticas da própria tutela, que afectaram não só o funcionamento, mas também, a médio e longo prazo, o cumprimento do programa museológico ou a emergência da sua reprogramação.

A planificação geral do trabalho do museu distinguiu, por um lado, a actividade directamente decorrente da aplicação das funções primárias aos bens museais - móveis, imóveis e flutuantes (embarcações a navegar no Tejo) - e, por outro lado, as actividades ou projectos, normalmente sujeitos a uma planificação e a um processo específico de direcção e controlo (por exemplo, o projecto da “Rede europeia e manifestações

culturais sobre o ciclo cereal-pão”, do Programa *Caleidoscópio* da Comissão Europeia em 1995).

Um forte condicionamento da gestão do museu pelos procedimentos e pelas políticas municipais em geral dificultou, ou impediu mesmo, perante as prioridades da tutela, que se atingissem importantes objectivos, por exemplo quanto ao pessoal e à formação. Esse tipo de dependência, permitiu contudo, e em compensação, mobilizar meios logísticos e pessoal que o museu não tinha que gerir directamente e, portanto, não incidiam na função administrativa e de intendência.

Comparativamente com outros sectores da política cultural municipal, ficou muito aquém do necessário o investimento (com projecção orçamental) no campo museológico, e observou-se um progressivo distanciamento entre o órgão máximo de gestão do museu e o órgão intermédio, tendo sido inexpressivo o relacionamento, daquele com a respectiva equipa técnica. Assim, neste período não foram atingidas algumas metas essenciais, previamente definidas, nomeadamente a instalação do Núcleo Sede do Ecomuseu. Na prática, tais metas dependeriam, no futuro, não apenas da função de gestão, mesmo ao seu mais alto nível, mas de um retomar da programação museológica do museu municipal. Porém, para que esse processo fosse desencadeado faria falta a iniciativa daquela mesma tutela – enunciando uma política definida para o sector e estabelecendo um quadro dos investimentos a realizar.

3.4. Extensão das competências do museu: novos desafios (1995/1998)

3.4.1. Papel do museu na política cultural descentralizada do município

Ao cabo de duas décadas de gestão democrática, o município encontrava-se dotado de numerosos equipamentos sócio-culturais e desportivos, promovidos ou apoiados, no essencial, pela CMS, mesmo que se constatasse com frequência, em casos de associações e de colectividades de carácter desportivo, a expectativa de uma maior rentabilização dos mesmos por parte da população, ao nível local.

Do ponto de vista da localização dos serviços – e correspondendo à sua própria estrutura orgânica – o departamento que reunia as atribuições na área da cultura – pelouro cultural – encontrava-se disperso por vários edifícios, progredindo, a par disso, a criação e instalação de equipamentos descentralizados – do tipo “pólos” – tanto de leitura pública, como de exposição de artes plásticas ou de interface com organizações juvenis.



Sendo muito superficial esta nossa apreciação da situação, cabe ainda relevar uma inumerável quantidade de apoios prestados pela Câmara, em muitos casos com certa regularidade, a entidades e instituições concelhias – ou mesmo exteriores – para a realização de eventos ou de produtos culturais. No âmbito municipal, desdobraram-se as actividades de animação, exposições e espectáculos, quer através de programações mais ou menos consolidadas, tendo por eixo o Fórum Cultural do Seixal (e a Divisão de Acção Cultural), quer coincidentes com ocasiões e comemorações de índole institucional e política (por exemplo o *25 de Abril* ou o aniversário da elevação do Seixal a concelho), quer ainda de suposta promoção das tradições populares e religiosas (no caso das *Festas de S. Pedro*, realizadas no Verão, nas diversas freguesias).

Para além do que já referimos e apesar de não caber aqui uma avaliação sistemática e rigorosa da questão, os principais investimentos culturais da CMS privilegiaram as organizações desportivas e, com igual evidência política, a educação e os apoios à rede escolar do município. Tal facto teve uma projecção e um peso correspondentes, na estrutura orgânica e no funcionamento dos serviços, remetendo outros sectores para uma posição relativamente mais fragilizada, a diversos níveis, a começar pelo próprio relacionamento com a tutela. Para tal não terá sido indiferente, desde logo, a proveniência profissional maioritariamente representada na direcção do pelouro e nessa mesma tutela, dada a incidência de docentes destacados ou requisitados do meio escolar.

Longe, portanto, do lugar inicial nas atenções, no discurso político da Câmara e até na imprensa municipal, no que concerne a uma política cultural descentralizada, que se procurara associar à valorização dos recursos endógenos e à participação da comunidade concelhia em torno de valores identitários, o museu tornara-se um frequente protagonista de uma consciência crítica (e mesmo de uma voz dissonante) no que toca à política de ordenamento de território, às questões ambientais e ao incumprimento de promessas de valorização de património, visivelmente em recuo face ao insustentado crescimento urbanístico e num contexto em que pouco se teve em conta a qualificação da paisagem urbana. Esta última questão parece-nos ter pesado bastante, a par de razões financeiras e de prioridades orçamentais canalizadas para alguns equipamentos públicos – nomeadamente instalações desportivas, sedes de colectividades e o Fórum Cultural – no adiamento de construções e da instalação dos Paços do Concelho e do Núcleo Sede do museu municipal, cujo protelamento em simultâneo nunca poderia ser favorável à vertente museológica.

3.4.2. Situação institucional no quadro da tutela e face a outras instituições

Ao Ecomuseu Municipal do Seixal continuou então a faltar, neste período, uma sede que correspondesse às necessidades dos serviços prestados ao público e com espaços próprios capazes de acolher grupos de utilizadores e de amigos do museu, assim como um grupo emergente de voluntários, ora técnicos relativamente qualificados que, com alguma frequência, ofereceram a sua colaboração, também para enriquecimento curricular, ora pessoas ligadas a actividades tradicionais, que por alguma forma teriam materializado as suas memórias e saberes num contacto mais estreito com o museu. O problema da sede do museu, cuja mera resolução quanto à sua localização continuou, na prática, em dúvida, devido não só à estratégia de planeamento urbano, como aos factores de crescimento do próprio museu, ultrapassou pois a questão da instalação dos serviços, para condicionar todo o seu desenvolvimento e desempenho das suas funções.

Após a aquisição da antiga fábrica de cortiça *Mundet*, em pleno centro urbano da cidade do Seixal, à disponibilização de um largo espaço com localização privilegiada, acrescentava-se a necessidade de intervir na preservação e valorização do respectivo património edificado. Mas esta nova conjuntura agravou ainda o quadro de indefinição programática do museu, já de si acentuado nos últimos anos de crescimento do seu acervo e de extensão das suas competências a novos sítios, arqueológicos e outros, para que a tutela não dirigira os correspondentes recursos e face aos quais não entendera redefinir a sua política cultural.

O Ecomuseu do Seixal, persistindo em explorar o seu papel de *museu integral*, ou de museu comunitário integrado no desenvolvimento,⁵²¹ parece assim confirmar a tendência da agudização de equívocos decorrentes da aplicação dos princípios ecomuseológicos à museologia local com incidência geral no património cultural, dadas as irremediáveis contradições entre a ambição dos objectivos e a relativa precaridade de meios para os materializar. Mesmo no quadro dos núcleos museológicos consolidados, a valorização *in situ* de testemunhos como a olaria romana da Quinta do Rouxinol não teve progressos, foi-se adiando a intervenção no Moinho de Maré de Corroios e na Quinta da Trindade avançou-se para obras parciais sem um plano global de recuperação e de reutilização futura. Quanto às perspectivas de novos núcleos museológicos e projectos de valorização de património, poucos progressos se registavam também,

⁵²¹ Cf. VARINE 1998: 29-31.

apesar de continuarem inscritos nas declarações de intenção e até, nalguns casos, nos planos e orçamentos municipais.

Considerando o Programa Eleitoral de 1997 da força política maioritária (a CDU) para a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal, era esperado, no compromisso de um “desenvolvimento integrado”⁵²² que teria por base, entre outros “instrumentos de planeamento sectorial” uma “Carta do Património” que realmente não chegou a ser formalizada, um conjunto muito ambicioso de realizações para que objectivamente não se previam condições de concretização: “abertura do Núcleo Naval de Arrentela(...); criação do Núcleo Naval de Amora (nos antigos Estaleiros Venâncios); reabertura do Núcleo da Olaria Romana (projecto em curso); recuperação do Palácio da Quinta da Trindade; construção da nova sede do Ecomuseu Municipal (na Mundet); execução do projecto do Museu da Cortiça (na Mundet); projecto de recuperação do Moinho dos Paulistas; musealização do lagar do Pinhalzinho; desassoreamento da caldeira do Moinho de Maré de Corroios; recuperação do bote de fragata Gaivotas; qualificação das condições de acostagem [das embarcações tradicionais de recreio] (antigo terminal Transtejo)”⁵²³.

Note-se que estavam por cumprir os objectivos apresentados para o mandato autárquico anterior, segundo o programa eleitoral de 1993, no que toca ao museu, não só quanto à sede, mas também quanto aos núcleos museológicos de Arrentela e da Quinta do Rouxinol.

Sublinhe-se contudo a importante deliberação camarária e da Assembleia Municipal de 1995, de proposta ao IPPAR de um conjunto de classificações de património cultural imóvel em que estavam implícitas, assumidas ou não, opções de ordenamento e gestão de espaço urbano.

Em consonância com aquela deliberação, em que se incluíam diversos edifícios privados, o programa de 1997 acentuava a “cooperação com proprietários privados de património construído e classificado”. Quanto ao património natural, não se lhe encontra nenhuma referência relevante. Os “programas de educação patrimonial” eram considerados uma prioridade.

⁵²² CDU, Programa Eleitoral – Câmara Municipal e Assembleia Municipal, 1997: 3.

⁵²³ CDU, Programa Eleitoral – Câmara Municipal e Assembleia Municipal, 1997: 11.

Para além de um quadro geográfico excessivamente amplo⁵²⁴, que dificultava a planificação e a programação do Ecomuseu do ponto de vista territorial, a composição social da sua envolvente humana tinha sofrido grandes alterações nas duas últimas décadas. Estará a população concelhia da segunda metade dos anos noventa à partida menos interessada em conhecer e em compreender as anteriores ocupações humanas do território e da região, de que decorre o espectro temático do museu municipal? Estará essa população em condições de assumir, nomeadamente por via de entidades que a representem, o processo de construção ou de desenvolvimento de instituições de memória e o funcionamento de equipamentos culturais valorizadores da sua identidade? Por outro lado, ideológica e politicamente, existe no Seixal dos anos noventa uma “classe” detentora de poder interessada em manifestar-se, ou com capacidade de se projectar por via dos testemunhos que materializam uma história de desenvolvimento essencialmente baseada no trabalho, na indústria e na exploração dum operariado cuja memória se tende a perder numa vaga de desindustrialização e de terciarização a qual, assolando a região, não a torna menos subalterna face aos verdadeiros centros de poder económico?

Apesar dos problemas ligados ao reconhecimento social das suas funções e da sua utilidade, condicionantes da disponibilização de meios e da operacionalização das diferentes áreas funcionais (condicionantes que têm sido comuns nos museus de todo o país, independentemente da tutela, das formas de gestão e das fontes de financiamento), o Ecomuseu continuou a fazer prova de eficácia, quando avaliados os índices de utilizadores dos seus serviços, nomeadamente dos públicos que frequentaram os núcleos museológicos. Esses índices foram os mais elevados de todos os museus municipais da Área Metropolitana de Lisboa,⁵²⁵ não obstante a ausência de algumas das principais condições que habitualmente podem incrementar a frequência dos museus. Nenhum dos núcleos museológicos detinha uma localização central no espaço urbano, que conciliasse a sua utilização com a de outros equipamentos públicos; a Câmara não promoveu de forma sistemática a instalação de sinalética adequada à sua divulgação, conquanto o tenha feito relativamente a outras instalações municipais (e não só); os

⁵²⁴ Cf. CLAIR 1992: 439

⁵²⁵ Com base no *Levantamento de Museus Municipais da Área Metropolitana de Lisboa* (CAMACHO, FILIPE e ALMEIDA 1998), para os anos de 1996 e 1997 constata-se que o Ecomuseu Municipal do Seixal tem o mais elevado número anual de visitantes (acima dos quarenta mil), seguido de outro museu polinucleado, o Museu Municipal de Vila Franca de Xira (acima dos trinta mil), e, com níveis um pouco abaixo (mas acima dos vinte mil), do Museu do Mar de Cascais e do Museu da Cidade (de Lisboa).

cartazes e outros materiais editados com certa regularidade, para publicitar as actividades do museu, foram pouco difundidos por iniciativa da Câmara; o esforço de abertura do museu sobre o meio envolvente e de partilha de iniciativas, com outras entidades locais, sempre que associáveis ao seu próprio funcionamento, foi feito, sobretudo, à custa de um relacionamento relativamente marginal aos órgãos superiores de gestão do Ecomuseu, habitualmente pouco empenhados em potenciar uma tal via de interacção cultural, ainda que se constataste a possibilidade de envolver sectores sociais ou grupos de cidadãos especificamente sensibilizados para vertentes do trabalho do museu, em detrimento de outros, na área cultural.

A especificidade do relacionamento do museu com os seus públicos e utilizadores, em grande medida decorrente de relacionamentos pessoais e das suas extensões institucionais – equipa/visitantes/interlocutores/participantes – sem dúvida não ocorreu, por acaso, uma vez que em todas as “frentes” se procurou, ao acentuar a utilidade pública dos serviços do museu, num dado contexto social e cultural, privilegiar a relação dos próprios utilizadores (tanto do concelho, como exteriores) com o meio envolvente, levando-os a conhecer não apenas os “objectos” e os espaços museológicos, mas a estabelecer ligações e comparações com o respectivo território de inserção⁵²⁶. Para tal contribuíram o tipo de exposições, a produção museográfica e os produtos culturais em utilização através do Ecomuseu, em regra apoiados pela programação do Serviço Educativo.

Em nossa opinião, foi provavelmente nesta fase, de afirmação, que o Ecomuseu Municipal nitidamente foi “institucionalizado”⁵²⁷, o que, apesar de inalterada a dependência de tutela, se projectou tanto internamente, como junto de outras instituições⁵²⁸. Para tal também terá provavelmente contribuído a edição, iniciada em 1996 pela CMS, de um folheto trimestral de informação sobre o trabalho do museu, sob

⁵²⁶ Cf. *Publics & Musées*, “Le droit à l’existence pour des musées différents: et si on reparlait de la nouvelle muséologie?” Un entretien avec André Desvallées, nº 3 (junho) – 1993: 138.

⁵²⁷ Cf. VARINE 1995.

⁵²⁸ Como foi referido no início do capítulo, foram cada vez mais numerosas as instituições e entidades com as quais o museu estabeleceu colaborações, não apenas na concretização de projectos de âmbito especificamente museológico (por exemplo a Direcção Regional de Lisboa dos Edifícios e Monumentos Nacionais, o Parque de Serralves ou o Museu Nacional de Etnologia) ou na área da prestação de formações de incidência patrimonial (por exemplo a Universidade Portucalense, o Departamento de História da Universidade de Évora ou a Escola Profissional de Mértola), mas também em iniciativas culturais, regionais e locais (por exemplo com a Paróquia do Seixal, ou o Rotary Club do Seixal ou a Comissão de Festas de Nossa Senhora da Soledade de Arrentela), com base nos recursos museais em geral, mas acentuando o pendor, muito importante na afirmação do museu, de parceiro sócio-cultural.

a designação *Ecomuseu Informação*. Produzido pelo museu, através dele se passou a divulgar as actividades para os públicos, tanto as de carácter permanente, como as de programação temporária (nomeadamente iniciativas de Serviço Educativo e exposições). Concebido como produto de difusão, na área das edições, do tipo boletim informativo, a sua realização, nas fases de selecção de conteúdos, de elaboração de textos e de ilustração, de paginação e de grafismo, assumiu um carácter experimental no seio dos colaboradores directos, na equipa do Ecomuseu, e na perspectiva de relacionamento com um alargado número de “leitores”/utilizadores dos serviços ou participantes em projectos e actividades do museu.⁵²⁹

Aplicada através de uma linha de gestão em desenvolvimento desde a fase de vida do ~~museu municipal que anteriormente caracterizámos, e no quadro da referida~~ “institucionalização”, a política museológica situou-se, neste período, na intersecção das políticas municipais de património (essencialmente do património cultural), de gestão cultural e de educação.

3.4.3. Projectos museológicos marcantes

Ao longo do período a que nos reportamos, o funcionamento do Ecomuseu Municipal foi particularmente marcado por dois projectos que implicaram exigências acentuadas na aplicação de funções polares/primárias do museu, com uma particular incidência da investigação – sendo esta desempenhada, ora internamente, ora exteriormente.

Sob formas e perspectivas específicas, em cada caso, tais projectos recolocaram o trabalho do museu em interacção com sectores da comunidade local e, consequentemente, activaram o interesse da população relativamente ao papel do museu na sociedade e no meio envolvente, a par do reconhecimento geral de que o museu contribuiu (ou continuou a contribuir) para uma prestigiante projecção exterior do Seixal (isto é, do município, envolvendo, portanto, a sua “população”).

Trata-se, por um lado, do projecto sobre *O Pão em Portugal* e, por outro, do *Inventário de Património Industrial* – tomando este como projecto abrangente de outros sub-

⁵²⁹ O *Ecomuseu Informação*, com uma tiragem de 5000 exemplares, distribuído nos núcleos do Ecomuseu, Juntas de Freguesia e outros espaços/equipamentos públicos do Concelho, teve uma distribuição trimestral integral, abrangendo também, através de envio por correio: as entidades com quem o Ecomuseu permuta publicação; todos os doadores e “amigos” (isto é, as pessoas, do concelho ou de fora do concelho, que doam objectos destinados ao acervo museal ou que participam na sua selecção e recolha e/ou no registo de testemunhos e de documentos); todas as pessoas – munícipes ou não – que tenham solicitado ao museu a recepção regular deste boletim.

projectos que foram tratados à medida das necessidades específicas de coordenação entre serviços e áreas funcionais.

A forma como tais projectos tomaram lugar no trabalho do museu será brevemente apresentada neste sub-ponto, mas retomaremos alguns aspectos das actividades correlativas, no quadro dos diversos serviços e/ou áreas funcionais respectivas.

O trabalho arqueológico (nas vertentes relativas aos diferentes sítios de intervenção e/ou de escavação) e a valorização do património flúvio-marítimo (nomeadamente náutico) foram também marcantes, nesta fase, e tendo em conta o desenvolvimento futuro do trabalho do museu, mas situamo-los num plano resultante de medidas estruturais e da própria consolidação do Ecomuseu Municipal, ao passo que os projectos anteriores constituíram, em certa medida, opções estratégicas de programação e de gestão, cada uma com diferentes potencialidades futuras e trazendo ao museu possibilidades de aproveitamento também muito diferentes e destacadas no tempo.

3.4.3.1. Exposição e manifestações culturais sobre o ciclo cereal-pão

Nascido de uma convergência de propostas que se proporcionou a partir de um contacto nosso com a antropóloga francesa Mouette Barboff, investigadora dos temas relacionados com o pão em Portugal, em Fevereiro de 1993, em Paris, durante o *Encontro Europeu de Museus de Etnografia*, o projecto de realização de uma exposição a ter lugar no Moinho de Maré de Corroios foi enquadrado, por iniciativa do Ecomuseu Municipal, numa candidatura ao programa europeu *Caleidoscópio*, de 1995, de cooperação cultural sob a forma de redes. Face à monumentalidade do espaço no contexto local e face à sua projecção nacional no plano mediático, pareceu-nos de toda a pertinência potenciar uma investigação disciplinar de uma envergadura bastante superior ao que até ali fora permitido ao museu realizar, num campo inexplorado, mas coerente com o acervo e os recursos do Ecomuseu, aplicando-a, mediante um programa científico específico, num projecto museográfico e em manifestações culturais, que no plano museológico se pretendiam, à partida, inovadores.⁵³⁰

⁵³⁰ “Inscrita na sua planificação de actividades praticamente desde 1993, a ideia da exposição tornou-se o motivo dinamizador e congregador de um programa científico, de um programa museológico e de um programa museográfico, tendo este como espaço central de relação do museu com o público o Moinho de Maré de Corroios”. (...) “O pão, ou o ciclo cereais-pão, enquanto filão de investigação, surgiu-nos como proposta da maior pertinência, a que acrescia o interesse por uma experiência diferente, de recurso à investigação exterior e a uma dinâmica, acessível, de cooperações várias com instituições estrangeiras.(...)” – in FILIPE, “O Pão em Portugal. Tema agregador de um programa científico,

Entre 1993 e 1994, fruto de prolongadas sessões de trabalho conjuntas (de novo em Paris e depois no Seixal, já num quadro de colaboração institucional, por iniciativa e a convite da CMS) e de uma grande identidade de pontos de vista sobre as questões de participação da comunidade – local e profissional – e sobre a necessidade de articulação entre os objectivos da investigação e as outras funções museais, aproveitando, mais uma vez, a predisposição da tutela para abraçar projectos culturais ambiciosos, baseados numa forte responsabilização da própria equipa e dos meios de gestão interna do Ecomuseu, aproveitando, por outro lado, os conhecimentos pessoais da investigadora francesa, em consonância, aliás, com o prestígio internacional do museu, delineou-se uma rede europeia, inscrita, sob responsabilidade de uma museóloga, no domínio cultural da Antropologia-Museologia. No projecto foram consignadas ainda as responsabilidades de organização, a cargo do Ecomuseu Municipal do Seixal e de concepção, a cargo deste e da *Fondation de la Maison des Sciences de l'Homme* (de Paris).

Como parceiros da rede, haviam sido recolhidos os compromissos de participação de outros três investigadores, respectivamente do Conselho Superior de Investigações Científicas (CSIC)/Instituto de Estudos Sociais Avançados de Barcelona (Espanha); da Universidade de Bari/Departamento de Ciências Históricas e Sociais/Ensino de Etnologia, de Bari (Itália); da Biblioteca Municipal de Vikelaia/Iraklion, de Creta (Grécia); e do Museu Nacional de Agricultura, da Noruega, que contudo se viria a auto-excluir da rede.⁵³¹

Cumprindo as exigências formais do programa, o “carácter inovador ou exemplar do projecto e/ou da rede à escala europeia” consistia, nos termos da candidatura, nos seguintes pontos: “Apresentar um tema comum e apresentá-lo na sua diversidade e na sua unidade. Aproveitar a existência de um espaço museal importante a nível europeu, que desenvolve o conceito de conservação do património construído e de preservação da

museológico e museográfico”, *Terra-Mãe... Terra-Pão*. Catálogo. Seixal, Câmara Municipal do Seixal/Ecomuseu, 1996: 7.

⁵³¹ O afastamento do Museu Nacional de Agricultura da Noruega do projecto/Programa *Caleidoscópio* deveu-se à saída do museólogo Marc Maure daquela instituição, no período decorrente entre a candidatura e a implementação da rede.

sua envolvente ecológica. Desenvolver os contactos e relações culturais entre países europeus num domínio até ao presente pouco explorado”.⁵³²

Apresentada no final de 1994, a candidatura foi aceite pela Comissão Europeia em 1995, quando o projecto já estava em andamento, sob garantia de financiamento por parte da CMS. A sua descrição, em síntese, era a de uma “Rede europeia e manifestações culturais sobre o ciclo cereais-pão, privilegiando a investigação sobre o culto da fecundidade através da cultura dos cereais e da fabricação do pão. Realização de programas de investigação, base de dados, exposição itinerante, vídeo e publicações”. O ano de 1995 foi marcado, por um lado, pelo processo de recolha (de objectos, incluindo pães, de informações, de documentos) e de uma complexa gestão de procedimentos museográficos devidos à preparação da exposição temporária realizada no Moinho de Maré de Corroios, denominada *Terra-Mãe...Terra-Pão*, confrontando o museu com uma série de situações excepcionais. Em primeiro lugar, devido ao processo de recolha e de depósito dos objectos, das mais diversas proveniências, de materiais muito diferentes e nos mais variados estados de conservação. Em segundo lugar – não de menor importância – porque grande parte desses objectos eram pães, que o museu se propôs tratar e apresentar como objectos museais, o que requereu um competente e experimental trabalho laboratorial de conservação.

Por outro lado, o Ecomuseu organizou e levou a cabo um levantamento e um plano organizado de contactos com todos os industriais de panificação do concelho e mesmo alguns exteriores, não apenas com vista à recolha de objectos e de registos de situações para o desenvolvimento de um núcleo específico da exposição, mas ainda para a organização do programa de animação/interpretação e de educação para a saúde, em colaboração com o Centro de Saúde do Seixal, o que envolveu um elevado número de empresários, de profissionais e de empregados do sector, incluindo as áreas afins de formação.

Nesse mesmo período, e complementarmente à investigação exterior, o Ecomuseu desenvolveu uma pesquisa, de incidência regional e nacional, orientada por um questionário-base, sobre o mesmo tema, o que deu origem a abundante informação e bibliografia, as quais, além de utilizadas pela comissão científica da exposição, foram

⁵³² Candidatura apresentada à Comissão Europeia – Programa Caleidoscópio – Acção 3 – Formulário C. Projecto *Rede Europeia e Manifestações Culturais sobre o Ciclo Cereal-Pão*, subvencionado em 1995, sob referência 95/412037-K/95-III/P-185.

minimamente tratadas pelo Centro de Documentação e em grande parte tornadas acessíveis para trabalhos ulteriores (internos ou exteriores ao museu, de resto seguindo a mesma filosofia já praticada na instituição).

Com vista a reunir as séries de objectos necessários ao programa científico da exposição, da responsabilidade da antropóloga Mouette Barboff, o museu ocupou-se de múltiplas tarefas de identificação, localização, documentação e recolha de objectos ou séries de objectos, a nível nacional, tanto junto de particulares como de instituições as mais diversas, com destaque para outros museus, nomeadamente nacionais, como o Museu Nacional de Arqueologia e o Museu Nacional de Etnologia.

Se este trabalho ganhou uma dimensão desproporcionada, em função do carácter temporário da exposição, também se reconheceu o facto de a equipa ter sido confrontada com uma experiência praticamente insubstituível, dado que não se antevêem muitas outras iniciativas abrangendo, à partida, uma área temática tão vasta e de tão alargado âmbito geográfico.

Merece também ser destacado o processo de concepção e de realização de um plano de difusão, desde a elaboração de um dossier de apresentação do projecto em geral, ao projecto museográfico de toda a exposição – incluindo as actividades de animação, de interpretação e educativas – às edições e iniciativas públicas complementares. Todo esse processo pôs em contacto e a trabalhar coordenadamente pessoas com formações e sensibilidades muito diversas, técnicos com especialidades distintas e artistas/criativos – gráficos, pintor, músicos – numa situação experimental, centrada no meio museal.

Para o projecto museográfico e respectiva execução foi indispensável a participação de vários elementos – formadores e formandos – do Centro de Formação Profissional concelhio, que assumiram em parte a construção do forno de pão tradicional, assim como de colaboradores voluntários, da comunidade local.

Exibida entre Dezembro de 1995 e Julho de 1996, a exposição registou perto de vinte e cinco mil visitantes, grande percentagem dos quais participando em actividades complementares de interpretação e de animação. Quanto ao número de pessoas e de entidades envolvidas ao longo da preparação e da concretização do projecto, a documentação arquivada e os materiais editados permitem que falemos de um número elevado às centenas, o que conferiu, só por si, uma grande importância ao trabalho do museu.

Por parte da investigadora e comissária científica da exposição, acabaria por ser mais valorizada, em parte compreensivelmente, a componente da rede europeia e das potencialidades que o projecto evidenciava, para desenvolvimentos futuros, contando com o interesse de empresas e de organizações profissionais do sector, a nível nacional, ao ponto de terem aproveitado o ambiente subsequente ao projecto para uma tentativa de lançamento e constituição da Fundação Portuguesa do Pão (1996-1997), assim como para a criação de uma fundação europeia designada por *L'Europe Civilisation du Pain*, entidades a que a própria CMS foi convidada a associar-se.

Ciente do âmbito do projecto, mas delimitando com cuidado as suas extensões, na medida do seu posicionamento institucional e ético, o museu privilegiou, com o rigor possível, todos os aspectos daquele que, aprofundando o tema, pudessem reverter para a sua interpretação pelos públicos (locais e exteriores) que fruíram a exposição, e para o estabelecimento e/ou desenvolvimento de laços com sectores da comunidade, assim como de relações com entidades e instituições com pertinência no âmbito de intervenção do museu.

Resultante de um projecto ambicioso e de um grande investimento - a todos os títulos: institucional, humano, técnico e material - a exposição *Terra-Mãe...Terra-Pão* e os colóquios com que culminou o projecto, em Maio de 1996 - *Salvaguardar as tradições, ensinar a qualidade*, envolvendo técnicos e profissionais ligados à produção e ao consumo de pão; *Pão e Fecundidade na Europa*, de apresentação dos projectos de investigação desenvolvidos pelos vários parceiros - não terão, contudo, sido tão rentabilizados quanto possível, não só devido a algumas carências logísticas do museu, mas também às dificuldades de planificação e de articulação, no plano museológico específico e no plano da tutela, relativamente aos intervenientes exteriores. Reflectindo sobre toda a experiência e vendo-a na perspectiva nacional que lhe é devida, poderemos, finalmente, considerar que a mesma deveria ter merecido um aproveitamento por parte de organismos regionais e nacionais que se limitaram, quando muito, a elogiar a sua realização, apesar de se saber muito bem a singularidade deste tipo de processos/iniciativas e dos casos em que se conjugam financiamentos, poderes favoráveis e equipas técnicas capazes para a sua concretização.

Como constou do *Relatório* final, o Ecomuseu “constituiu-se como ponto de referência do projecto, não só devido à organização do projecto da exposição e manifestações culturais (...), mas também porque, dado o coincidente trabalho da antropóloga Mouette

Barboff – comissária científica daquela exposição e representante de uma das outras entidades co-organizadoras da rede – foram os seus recursos materiais e logísticos e o seu pessoal permanente que apoiaram todo o processo de troca das informações entre todos os parceiros europeus”.⁵³³

Feita uma avaliação com o pouco recuo que o tempo por enquanto nos torna possível, considera-se que faltou uma linha de continuidade, em grande parte devido a tratar-se de uma investigadora exterior ao museu e de não se ter projectado de imediato a renovação, em parte ou no seu todo, do núcleo expositivo correspondente à área temática da moagem e da tecnologia materializada no próprio Moinho de Corroios. Por outro lado, não se tendo obrigatoriamente inserido no projecto, nomeadamente no programa científico da exposição, o estudo e documentação do acervo museal, incluído o moinho, restringiu-se, digamos, a capitalização imediata a fazer pelo Ecomuseu.

3.4.3.2. Inventário do património industrial do concelho do Seixal

Reconhecido como importante campo temático do Ecomuseu e potencial objecto de ligação deste à comunidade e/ou de activação de relações com grupos específicos da população, essenciais à continuação da política museológica aplicada, o património industrial teve um lugar marcante no trabalho do museu, nesta fase, tornando-se um factor condicionante da sua reprogramação futura.

A estratégia delineada em 1993 e a proposta à tutela de um protocolo a estabelecer com a Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial (APAI), como via de mobilizar recursos exteriores, em coordenação com o museu, à semelhança de programas de inventário em curso noutros municípios da Área Metropolitana de Lisboa, sofreu de sucessivos protelamentos, o que não deixava de ser habitual, por parte dos órgãos superiores de gestão da DPHN, relativamente aos projectos por esta defendidos.

Em 1994, o Seixal acolhia um dia de realização das II Jornadas Ibéricas do Património Industrial, no decurso das quais se apresentou em nome do Ecomuseu, numa comunicação sobre o “Património Industrial do Seixal: programas e itinerários museológicos”, a síntese das grande linhas antevistas para uma futura intervenção, exigindo trabalho de pesquisa e documentação, selecção, recolha e conservação de testemunhos e também de divulgação.

⁵³³ Ecomuseu Municipal do Seixal/Câmara Municipal do Seixal, *Relatório do Projecto “Rede Europeia e Manifestações Culturais sobre o Ciclo Cereal-Pão”*, subvencionado em 1995, sob referência 95/412037-

Entre 1995 e 1996 foi constituída uma equipa, através de recrutamento de técnicos exteriores ao museu, parte dos quais participaram, conjuntamente com técnicos do próprio museu, numa acção de formação organizada com a APAI, no Núcleo Sede do Ecomuseu, tendo-se em vista o “objectivo de fazer o levantamento e registo dos imóveis ou conjuntos de construções, das máquinas, dos arquivos e de todos os testemunhos que documentem e permitam a investigação da história local e da história da indústria e das técnicas”.⁵³⁴ O programa de inventário, prevendo que a documentação recolhida fosse ulteriormente colocada à disposição dos investigadores interessados, dava grande importância à classificação dos testemunhos industriais, a serem objecto de estudos interdisciplinares, para avaliar e definir prioridades da sua preservação.

~~Previsto durar cerca de dois anos, seguindo-se-lhe uma exposição e a edição dos~~ resultados, na prática o programa de trabalho sofreria significativas alterações, não só decorrentes da evolução das actividades e do funcionamento do museu, mas sobretudo pela necessidade de adequação às prioridades impostas pela aquisição da *Mundet* pela CMS e pela deliberação desta sobre as propostas de classificação de património.

Reavaliadas as metodologias de registo de campo e de pesquisas documentais complementares que antes se tentara implementar, optou-se por uma total integração do projecto no trabalho de museu, reconfigurando o papel da equipa de inventário de património industrial (IPI) no interrelacionamento funcional que se tornou indispensável à execução daquele.

Este realinhamento do lugar ocupado pelo património industrial no campo temático do museu e de espaços de aplicação das funções museais foi feito coincidir com a incorporação da *Mundet* na gestão do Ecomuseu, com todo o peso logístico que isso representou, mas sem dúvida dando-lhe a dupla possibilidade de aproveitamento de alguns espaços para a instalação do serviço de IPI (edifício da antiga “Casa da Infância”/escritórios de administração) e de um núcleo de exposições (edifício das Caldeiras *Babcock*, de produção de vapor), inscrito formalmente como núcleo do Ecomuseu Municipal), o que teve o efeito imediato de projecção pública do museu a um nível só comparável, ainda que de efeitos distintos, com o Moinho de Maré de Corroios ou as embarcações tradicionais.

K/95-III/P-185, 1996: 2.

⁵³⁴ Folheto da Câmara Municipal do Seixal/Ecomuseu “Salvaguarda e valorização do património cultural do Concelho do Seixal”, 1995.

A actividade da nova equipa, cuja composição e espectro de competências se estabilizou no final de 1998 com a colaboração de oito elementos, para além dos meios técnicos permanentes do museu e/ou de outros serviços municipais, foi integralmente coordenada pela responsável do museu, numa perspectiva de pleno aproveitamento integrado de recursos, tanto os mobilizados, como os gerados pelo projecto.⁵³⁵

O trabalho de inventário e estudo do património industrial repartiu-se pela pesquisa documental, o levantamento oral, o levantamento de campo e o trabalho de análise e de síntese de dados, coordenado e estreitamente ligada a outras áreas funcionais do Ecomuseu e tendo por principais objectivos:

- A criação de uma base de dados, tanto ao nível do recenseamento geral de indústrias e empresas no concelho do Seixal (fundadas até 1995), como ao nível do inventário geral de sítios-fábricas no concelho, constituindo um fundo documental, composto de fichas de inventário e de documentação complementar (incluindo registos fotográficos, videográficos, digitais e magnéticos).
- A intervenção na protecção, salvaguarda e valorização de património industrial, potenciando a cooperação entre o museu, sectores da comunidade local, o meio empresarial e o meio científico, com vista à documentação de sítios ameaçados ou passíveis de reutilização; à identificação, selecção e recolha de património móvel, para incorporação no Ecomuseu Municipal; à promoção de conhecimento e da divulgação imediata junto da comunidade local (se possível rentabilizando a relação directa dos investigadores com o meio escolar e outros).
- A patrimonialização de testemunhos históricos e a constituição de um acervo museal representativos das indústrias instaladas e/ou ainda em funcionamento no concelho (sob as perspectivas e nas vertentes tecnológica, arquitectónica e social).

No âmbito deste programa de trabalho e em função das prioridades identificadas no terreno, decorrentes de factores exteriores e da política municipal no plano urbanístico e

⁵³⁵ A par da coordenação da autora, a equipa de IPI contou neste período com a colaboração permanente de cinco técnicos – uma licenciada em história e uma técnica com licenciatura incompleta em antropologia a tempo inteiro; três licenciados em história a meio tempo (uma dos quais a frequentar um curso de especialização em ciências documentais); uma licenciada em geografia a meio tempo – e a colaboração eventual de uma desenhadora e de uma fotógrafa. Contou ainda, frequentemente, com a colaboração de um fotógrafo dos serviços municipais, para além, naturalmente, dos próprios serviços do museu, entre os quais teve grande peso o de conservação e o centro de documentação (para não referir, a um nível de incidência diferente, a área de intendência do serviço administrativo).

de desenvolvimento local, a equipa ocupou-se essencialmente, neste período, entre outros casos relativamente de menor peso, dos da *Mundet*, da fábrica de pólvora de Vale de Milhaços, da antiga *Companhia de Lanifícios de Arrentela*⁵³⁶ e dos lagares de azeite, principalmente de dois, que foram objecto de um projecto específico (um, denominado do Pinhalzinho e outro, da Cooperativa Agrícola de Almada e Seixal, C.R.L., cuja preservação e proposta de reutilização, no plano museológico, deu origem a um protocolo entre aquela instituição e a CMS.

O inventário de património industrial desencadeou e acompanhou uma significativa percentagem das incorporações de espólio pelo museu ao longo do ano, permitindo mesmo, nalgumas situações, documentar acervo anteriormente incorporado no museu e por documentar ou insuficientemente documentado

Inscrito na metodologia de trabalho, desde o início, como componente essencial de abordagem do tema e das situações a que o museu precisava de dar mais atenção, o levantamento oral confirmou-se da maior importância na investigação e na preservação do património industrial, inserido este na história local e regional. Pelas suas implicações na organização dos próprios serviços e no funcionamento do museu, remetemos este assunto para os respectivos sub-pontos seguintes.

⁵³⁶ O trabalho sobre a CLA foi o tema da comunicação apresentada em nome do Ecomuseu Municipal do Seixal, em representação da Câmara, a convite da Universidade da Beira Interior, nas III Jornadas de Arqueologia Industrial que tiveram lugar na Covilhã, em Novembro de 1998: *Inventário do património da fábrica de lanifícios de Arrentela – o museu e a comunidade* – em co-autoria por Graça Filipe, Fátima Veríssimo e Laudelina Emídio.

3.4.4. Situação interna do museu (funções e serviços; pessoal e meios logísticos)

Das explanações anteriores conclui-se que a gestão do museu se debatia cada vez mais acentuadamente com a dualidade de campos de aplicação das funções museológicas, difíceis de priorizar, uma em detrimento de outra, dada a inviável descentralização de atribuições, por se corporizarem apenas na DPHN, na prática, as competências relativas ao património.

Conquanto não se distinguissem, nem formalmente, nem do ponto de vista de pessoal e de meios logísticos, à nossa caracterização adequa-se a identificação de dois tipos de campo de aplicação de funções polares, no quadro do Ecomuseu Municipal, a que correspondem a vertente de “serviços-museu” e a vertente de “serviços-património”, podendo ainda considerar-se um sub-conjunto de intersecção entre ambas, que designaríamos por “serviços museológicos alargados ao território” ou “serviços de ecomuseu”.

O Quadro 3 resume, sumária e globalmente, o funcionamento e estrutura funcional do Ecomuseu nesse período:

QUADRO 3 - Ecomuseu Municipal do Seixal: Organização e funcionamento (1998-1999)

Funções	Meios				Participação da comunidade	Órgãos de gestão	
	"serviços-museu"	Serviços "serviços alargados ao território"	"serviços-património"	Recursos Internos e externos		Formal	Informais
Investigação	Serviço de conservação ⇒ ⇒	Serviço de arqueologia Serviço de inventário de património industrial	⇒ ⇒	Investigadores contratados		Chefe de Divisão	Coordenador do serviço de arqueologia
Preservação Conservação Documentação	Serviço de conservação Serviço de património náutico Centro de Documentação e Informação	⇒ ⇒	⇒ ⇒ Estudo-documentação de património natural (e educação ambiental) Preservação de patri. Im. e da memória colectiva	Estaleiros navais Empresas/técnicos de conservação e restauro Protocolo com CAA Estúdio de fotografia Empresas de construção	Voluntários (ex-antigos operários), elementos da comunidade local Sociedade Africana de Pólvora Siderurgia Nacional-Serviços Colectividades	Chefe de Divisão	Coordenadora do serviço de conservação Coordenador do serviço de património náutico Coordenador do Centro de Documentação e Informação
Difusão Interpretação, exposição Extensão cultural, Ensino museológico, Edição	Serviço de exposições Serviço Educativo Centro de Documentação e Informação Serviço de edição	⇒ ⇒ ⇒ ⇒	⇒ (Estudo-documentação de património natural) e educação ambiental (até 98) ⇒ Valorização de património imóvel e da memória colectiva	Construtor naval e artesanais; Moleiro; Tripulações Serviços técnicos exteriores Técnico para o património natural (até 98)	Voluntários (ex-antigos profissionais tradicionais), elementos da comunidade local	Chefe de Divisão	Coordenadora do serviço de exposições Coordenadora do Serviço Educativo Coordenador do serviço gráfico e de edição
Intendência Gestão	Serviço administrativo					Chefe de Divisão Chefe de Divisão	Grupo de Coordenação (geral, por serviço ou projecto com/sem Chefe Div.)

3.4.4.1. “Serviços-museu

Respondendo às suas funções museais obrigatórias, e à medida do desenvolvimento do trabalho de museu, no território, o Ecomuseu foi reformulando a sua organização funcional. Simultaneamente a essa evolução, procurou-se aprofundar, no plano da gestão interna, o sistema descentralizado de coordenação de serviços, reforçando os níveis de gestão intermédia entre estes, e entre eles e o órgão de chefia. A organização, a dotação de meios e a instalação espacial destas unidades técnicas operacionais, destinadas a responder ao exercício funcional, não hierárquico, no âmbito da estrutura orgânica da DPHN/Ecomuseu, foram simultaneamente determinadas pelo carácter dos acervos directamente tratados e acrescentados, pelas exigências de formação dos técnicos, e pela especificidade de parcerias e de interrelacionamento com outras entidades com que o trabalho de museu foi desenvolvido.

Até final de 1998, organizaram-se oito áreas/serviços: o serviço de Conservação, o *Centro de Documentação e Informação*, o serviço de arqueologia, o *Serviço Educativo*, o serviço de património náutico, o serviço de exposições, o serviço de edição e o serviço de inventário e estudo de património industrial.⁵³⁷

A cada uma dessas áreas progressivamente designadas por serviço não correspondeu, portanto, uma só área funcional específica, conquanto fosse esse o objectivo da reformulação em curso. Esta reformulação evolutiva não foi seguida de medidas orgânicas formais, requerendo à função de gestão um papel tanto mais dinâmico. O seu carácter cimentador assentou na intercomunicação de informação e na preocupação de coesão do planeamento e das actividades do Ecomuseu Municipal.

A investigação interna esteve atribuída aos serviços de conservação, de arqueologia e de inventário e estudo do património industrial.

A preservação esteve repartida pelo serviço de conservação, pelo *Centro de Documentação e Informação* e pelos serviços de arqueologia, de património náutico e de inventário e estudo de património industrial.

A difusão repartiu-se pelo *Centro de Documentação e Informação*, pelo *Serviço Educativo* e pelos serviços de património náutico, de exposições e de edição.

⁵³⁷ No plano orgânico e na relação com os públicos, quer o *Centro de Documentação e Informação*, quer o *Serviço Educativo* foram as designações utilizadas regularmente em todos os documentos do Ecomuseu e CMS.

Cinco destas áreas encontravam-se relativamente consolidadas enquanto “serviços” ou “funções equipadas” ou em fase de instalação, cada um com seu coordenador/responsável técnico (ou técnico-científico): serviço de conservação, *Centro de Documentação e Informação*, *Serviço Educativo*, serviço de arqueologia e serviço de património náutico. Duas delas consolidaram a sua “figura pública” junto dos utilizadores e um estatuto próprio, ainda não consignado formalmente no regulamento municipal, mas reconhecido a nível institucional, no quadro da tutela, com a designação indicada: *Centro de Documentação e Informação* (CDI) e *Serviço Educativo* (SE).

Quanto à função de intendência e administração, neste período operou-se a sua consolidação e ligeiro reforço quanto a pessoal, rentabilizando-se e desenvolvendo-se a aplicação de métodos e de normas internas comuns a todos os serviços (tendo em conta a sua descentralização nos núcleos museológicos), o que representou uma evolução progressiva da situação anteriormente referida.

Não caberá aqui a descrição sistemática da actividade de cada área ou serviço. Tentaremos, sim, em seguida, caracterizar de forma muito sucinta os aspectos a que atribuímos uma importância específica, no modo de organização funcional, ou nos resultados do funcionamento integrado dos “serviços” do Ecomuseu Municipal do Seixal e, globalmente, no trabalho de museu, mais recente e em curso.

3.4.4.1.1. Serviço de conservação

Com instalação centralizada no núcleo museológico da Quinta da Trindade, mas estendendo as suas actividades a todos os núcleos do Ecomuseu, a sua estrutura e o seu funcionamento foram concebidos para responder, sob coordenação directa de uma técnica com formação e especialização adequadas, ao trabalho de: recolha de objectos e sua incorporação; inventário geral de acervos; gestão de reservas museológicas; conservação de acervos (móvel e imóvel), nomeadamente em exibição; manutenção de espaços museológicos; consultoria e apoio técnico à preservação de património fora do contexto museal.

Detendo um papel essencial na preservação dos bens museais e sendo responsável pela execução e/ou controlo técnico da maior parte das actividades logísticas, é deste serviço

que depende, em última instância, a utilização daqueles bens, com vista à execução das actividades de base que o museu destina aos seus utilizadores e públicos.⁵³⁸

A diversidade dos acervos e de patrimónios integrados na estrutura museal, a multidisciplinaridade temática decorrente e os vários projectos em que o museu se empenhou nesta fase, requereram um puzzle complexo de competências e de formações por parte da equipa, pontualmente complementada pela aquisição de serviços a entidades exteriores.

A quantidade e a composição do acervo incorporado neste período, ainda que ainda pouco utilizado nas actividades de difusão, condicionou de forma notável, não apenas o funcionamento deste serviço, mas a perspectiva de organização e futura estruturação do museu e da sua programação. Por isso nos parece merecer um análise descritiva, ainda que muito sumária.

Em 1996 a exposição temporária sobre o ciclo cereal-pão ainda se reflectiu ao nível do registo de entrada de objectos, apesar de o grande peso no trabalho do museu se ter devido sobretudo ao processo de devolução e fim de depósitos de centenas de objectos que estiveram em exibição no Moinho de Maré de Corroios. Foi sensível o recrudescimento das ofertas por iniciativa de munícipes, desde espécies numismáticas e objectos de uso doméstico a uma colecção de instrumentos musicais. Deve notar-se a participação – que já se registara em ocasiões anteriores – de Juntas de Freguesia na identificação e recolha dos objectos para o museu. Neste ano o museu recolheu uma série importante de fotografias antigas, correspondendo à recuperação de espécimes do antigo fundo municipal, no que o museu contou com a colaboração de um técnico da Câmara de outro serviço.

Pensamos que, reforçada a imagem do museu, em função de uma exposição temporária que a própria Câmara se preocupou em divulgar, tal suscitou uma pequena “vaga” de entusiasmo pelas memórias e a vontade de confiar ao museu os documentos disponíveis.

Apesar de não terem sido significativos, não deixaram de ser registados alguns objectos reportados à construção naval, comprovando ser este um campo temático do museu por excelência.

⁵³⁸ Cf. O'BYRNE e PECQUET 1979: 72-93. Os autores distinguem: actividades de base; actividades logísticas; actividades de acolhimento; actividades de coordenação.

A incorporação como acervo náutico de mais modelos executados na oficina do Núcleo Naval, remete uma vez mais para a produção de objectos pelo próprio museu, materializando o trabalho de pesquisa e de documentação que este efectua e como via de “substituição” ou de representação dos objectos originais que já não é possível encontrar e recolher.

Dispondo o Ecomuseu de uma técnica qualificada na área da conservação de azulejaria e cerâmica, foi possível concretizar a recolha (e inventariação imediata) de alguns espécimes locais, do século XX, localizados e assim preservados, face à destruição dos contextos edificados em que se encontravam aplicados.

Embora não se tenham exposto objectos recolhidos neste ano – salvo os casos da exposição temporária já referida, à qual motivou recolhas muito precisas – assinala-se a utilização, nomeadamente em edições municipais, de algumas fotografias entretanto, incorporadas.

Finalmente, apesar de as suas repercussões não se sentirem, evidentemente, no mesmo ano, a aquisição da antiga fábrica *Mundet*, com todo o seu espólio, pela Câmara, em Dezembro, prenunciou em 1996 um longo e complexo processo de incorporação de objectos e de constituição de um fundo reportado a um campo temático definido pela indústria corticeira – particularmente daquela empresa – mas muito mais vasto do que isso, como se viria rapidamente a confirmar.

Em 1997 atingiu-se o mais elevado número de registos de entrada de espólio de toda esta série de anos. Mesmo assim, nem todos os objectos incorporados, nomeadamente fotografias e documentos diversos, foram sujeitos, com rigor, aos devidos procedimentos. Por outro lado, foi-se adiando o tratamento documental do acervo da *Mundet*, o que só começou a fazer-se no ano seguinte e ainda com muitas dificuldades. Apesar de um elevado número de incorporações decorrentes do trabalho da equipa de inventário de património industrial, a falta de meios e a indefinição ainda por resolver de um sistema integrado de registo/documentação, assente numa selecção e estudo prévio em curso, impediu o museu de registar os conjuntos de documentos e objectos tridimensionais das fábricas e sítios industriais.

Para além dos novos objectos que o Ecomuseu integrou e/ou incorporou, outra situação se reflectiu neste ano nos “registos de entrada”, em função do trabalho de inventário da colecção de azulejaria, trabalho esse de uma técnica se ocupou sistematicamente.

Tratou-se de proceder ao que deveria ter sido a primeira acção de documentação e verdadeiramente o primeiro passo da incorporação administrativa dos objectos em questão: espécimes azulejares quer recebidos com a propriedade da Quinta da Trindade, em 1982, quer decorrendo de recolhas e “salvamentos” diversos, desde 1987. No momento da inventariação ou mesmo, processualmente, após a sua execução, entendeu-se adequado proceder ao respectivo registo de entrada. Este procedimento foi adoptado, como medida normalizadora da documentação de acervo, a partir desta data.

As actividades de construção naval continuaram a fornecer materiais e ferramentas diversas, podendo constatar-se, pois, ser uma constante das incorporações.

Quanto ao movimento espontâneo, digamos, de ofertas ao Ecomuseu, a sua diversidade é, a maior parte das vezes, a ausência de informações precisas de uso/contexto coloca e colocará sérias dificuldades à sua rentabilização do ponto de vista de investigações e de divulgação.

Retomando o mesmo tipo de iniciativa já anteriormente tomado pelos serviços municipais, o Ecomuseu recolheu documentos de uma área técnica da Câmara, a de planeamento e urbanismo, com interesse para o estudo do território concelhio.

À falta de mecanismos integrados, em função de reduzidos recursos e numerosas frentes de trabalho simultâneas, o acervo incorporado neste período foi todo dirigido às reservas, não se antevendo a oportunidade concreta de o tratar e expôr.

O ano de 1998 reflectiu uma mudança, ao nível do movimento de registos de entrada de objectos no Ecomuseu, apesar de este ainda continuar a ser incompleto, nomeadamente quanto aos empréstimos de curta duração e à arqueologia. Mesmo sabendo que alguns registos englobam dezenas de objectos, o simples número de registos efectuados – 102 – sobretudo comparativamente aos anos anteriores, mostra o incremento de tal procedimento, com todos os aspectos e processos técnicos que lhe são inerentes. De facto, é relevante o aumento anual sucessivo de registos de entrada, devidos quer à progressiva adequação e rigor de procedimentos, quer ao movimento real de recolhas e de ofertas, mais ou menos de iniciativa de munícipes, frequentemente com a intervenção de outros munícipes ou de autarcas/presidentes de Juntas de Freguesia. Neste último caso apontam-se os do Seixal e de Fernão Ferro.

Parte importante das recolhas reportaram-se ao trabalho de IPI, abrangendo, em primeiro e destacadíssimo lugar, o espólio da *Mundet*. As outras recolhas incluídas em

1998 foram de objectos e documentos “salvos” na *Socer* e na Quinta do Pinhalzinho (lagar de azeite). Houve outras recolhas mais importantes mas cujos processos técnicos complementares não permitiram o registo de entrada ainda neste ano.

Uma componente temática mais uma vez presente foi a construção naval, nesse ano com uma recolha mais sistemática junto de familiares de antigos profissionais, tanto de estaleiros, como de arrais e outros marítimos, em que a acção de Luciana Casanova, artesã da oficina do núcleo naval foi muito importante.

Ainda nas recolhas, assinalamos os objectos dirigidos para o museu, provenientes de outros serviços municipais, essencialmente objectos utilizados na administração local – secretarias e metrologia.

Também é relevante, até por não ter sido feito em nenhum dos anos anteriores de intensa iniciativa dos munícipes e do envolvimento de grupos da população local na constituição de um acervo do museu, a oferta de uma colecção do jornal “Seixalense”, constituída pelos números editados entre 1925 e 1936.

Quanto a aquisições por compra, só pontualmente se recorreu a esse procedimento, para um conjunto de reproduções de fotografias antigas de uma das localidades urbanas do concelho (Amora).

O procedimento de depósito foi também praticado no âmbito da preparação e exibição da exposição temporária comemorativa do centenário da fábrica de pólvora de Vale de Milhaços, relativamente aos objectos e documentos emprestados pela administração e proprietários da própria fábrica.

Partilhando parte do pessoal com o serviço de arqueologia, foi ao Serviço de conservação que continuou a caber um desempenho fundamental de apoio, quer no trabalho de campo, quer nas fases posteriores de tratamento do espólio arqueológico de cada campanha, tanto com vista à imediata realização de relatórios, quanto ao desenvolvimento das investigações. A intensa actividade na área da arqueologia, planificada e de emergência, neste período, reconfigurando a topografia de sítios arqueológicos do concelho e dando origem a uma grande quantidade de acervo a que o museu deu entrada, parte do qual com um importante potencial expositivo, também veio assim condicionar o funcionamento e a perspectiva de programação museológica futura.

Não dispondo o Ecomuseu de um órgão formalmente constituído do tipo de “comissão de acervo”, com funções de decisão ou de aconselhamento da tutela sobre incorporações, na prática, à excepção, evidentemente, dos casos decorrentes da investigação arqueológica, coube à respectiva direcção técnico-científica (coincidente, pois, com órgão de gestão intermédio entre a DPHN e a CMS) assumir as opções que em várias situações requereram a consulta e aconselhamento com outros técnicos do museu ou especialistas exteriores.

Para o inventário do acervo móvel continuou a ser utilizada a mesma base de dados informatizada pelo museu, conquanto fossem encetadas consultas prospectivas no sentido de procurar meios informáticos exteriores destinados à integração e normalização de registos e informação produzida, tratada e a disponibilizar nas várias áreas funcionais do museu, sobretudo através do CDI e tendo igualmente por objectivo o desenvolvimento da função investigação.

Quanto às interrelações com os outros serviços, cabe portanto destacar a estreita ligação de toda a área de conservação com o *Centro de Documentação e Informação*, que nesta fase, não apenas devido a questões logísticas, mas também à concepção subjacente à criação do museu, continuou a integrar parte significativa do acervo museológico, constituído por fundos documentais, cuja precária inventariação recomendou que se mantivessem em reserva.

3.4.4.1.2. *Centro de Documentação e Informação*

Este serviço do Ecomuseu enquadrrou-se no trabalho de museu tendo em perspectiva um sistema de documentação, onde são abarcados os procedimentos, normas e métodos usados na planificação, incorporação e tratamento da documentação, com vista à organização e à gestão da informação, utilizada no museu e difundida junto do público ou junto de grupos de utilizadores exteriores. Este sistema engloba, no Ecomuseu Municipal do Seixal, todo um vasto conjunto de elementos - documentos - portadores de dados que os tornam interessantes como objectos de investigação em diferentes áreas do conhecimento, utilizáveis em contexto museal, entre os quais existem uma certa coesão e uma unidade de propósito relacionadas com as funções do museu, a sua vocação e os seus objectivos programáticos.

A documentação do museu pode ser dividida em três grandes grupos. O acervo museal propriamente dito (ou os espécimes), que se reparte entre as reservas e as exposições. A

documentação científica relativa às disciplinas de base do museu, nomeadamente a história, a arqueologia, assim como as ciências naturais e certas áreas técnicas específicas; grande parte desta documentação é integrada no CDI. E os documentos associados ou produzidos no âmbito do funcionamento do museu, em primeiro lugar relativos à museologia e à museografia, que integram também o CDI.⁵³⁹

Na perspectiva da investigação – disciplinar e interdisciplinar – e do estudo/documentação dos bens museais, o CDI é um interface essencial entre serviços, recolhendo, tratando e distribuindo informação exterior e informação produzida internamente no museu.

Uma nova coordenação, por um técnico superior especializado em ciências documentais e uma reorganização do próprio serviço, a par de algumas medidas de adequação logística foram sentidos positivamente no trabalho interno do museu e permitiram, apesar das muitas carências, nomeadamente pela falta de informatização do sistema, responder suficientemente aos utilizadores exteriores. Isto, não obstante o verdadeiro impacto de informação a tratar pelo serviço, contabilizado em milhares de documentos tratados unitariamente, por um lado mediante a grande quantidade de documentação produzidas pelo movimento de incorporações e/ou de depósitos, pela investigação arqueológica e pelo inventário de património industrial e, por outro lado, através do incremento de permutas de edições com outras instituições e de aquisições bibliográficas de iniciativa do próprio museu.⁵⁴⁰

Partilhando, com o *Serviço Educativo*, a gestão de serviços prestados a públicos exteriores, o CDI responde personalizadamente às solicitações específicas daqueles, anualmente na ordem de algumas centenas, sendo de sublinhar a incidência de utilizadores em formação universitária e/ou não-visitantes das exposições e núcleos museológicos do próprio Ecomuseu.⁵⁴¹

⁵³⁹ Cf. *La muséologie selon Georges Henri Rivière* 1989: 176.

⁵⁴⁰ Quanto à aquisição e incorporação de documentação no CDI do Ecomuseu Municipal pode indicar-se, a título de exemplo neste período, os dados de 1998: um total de 470 (quatrocentos e setenta) espécimes bibliográficos e 9263 (nove mil, duzentos e sessenta e três) documentos fotográficos.

⁵⁴¹ Quanto a utilizadores do CDI do Ecomuseu Municipal, a título de exemplo neste período, indica-se, comparativamente, o número de utilizações registadas em 1996: 198 (cento e noventa e oito) e em 1998: 304 (trezentos e quatro).

3.4.4.1.3. Serviço de património náutico

Foi o recrutamento e a contratação de um técnico com um perfil e uma formação profissionais especificamente adequados às atribuições funcionais e às actividades na área do património náutico que permitiu, a partir do final de 1995, a coordenação centralizada da preservação e da utilização das embarcações tradicionais integradas no Ecomuseu, do funcionamento do Núcleo Naval de Arrentela (em que foi predominante, neste período, a actividade da oficina de construção e de restauro de modelos de embarcações), da documentação/gestão da colecção de modelos incorporada no acervo móvel.

Integrando as tripulações dos barcos à vela (de recreio) – de que o mesmo técnico/coordenador também fez parte, corporizando e dando continuidade ao processo de transmissão de técnicas tradicionais de navegação – este serviço constituiu uma área de inovação no trabalho de museu, com resultados particularmente significativos, tanto no plano dos públicos/utilizadores, como no estreitamento e aprofundamento das relações do museu com elementos da comunidade local e com as empresas e estaleiros intervenientes na preservação do património náutico, os quais são reconhecidos como apoio essencial a essa mesma preservação e à difusão, nomeadamente na vertente educativa, desse património.

Para além dos aspectos enunciados, cabe-nos sublinhar a importância da utilização e da navegação das embarcações, por um lado, no plano da inserção do museu no território e na região, e, por outro lado, na aproximação dos utilizadores/públicos ao meio ecológico envolvente, em muitos casos experimentando um conhecimento das realidades, da paisagem e do património, a que não seria possível acederem por via de outro tipo de recursos culturais.

Uma franca melhoria na gestão do património náutico - tratando integralmente um ciclo específico no trabalho de museu (também com um certo carácter anual/sazonal) desde a conservação e manutenção dos barcos, passando pela programação de actividades e passeios, até à navegação e reutilização em serviço público - permitiu qualificar e acentuar quantitativamente a sua utilização. As duas embarcações em navegação para passeios no Tejo neste período (“Amoroso” e “Baía do Seixal”) registaram, em 1995, 5006 utilizadores, em 139 viagens; em 1996, 6118 utilizadores, em 169 viagens; em 1997, 8723 utilizadores, em 203 viagens; e em 1998, 7302 utilizadores, em 181 viagens. Neste último ano, é de notar que o abaixamento dos

índices de utilização em passeios se deveu à participação mensal das embarcações na Exibição Náutica enquadrada na *Expo '98*.

3.4.4.1.4. Serviço Educativo

Sob a coordenação da mesma técnica superior que referimos na fase anterior, constituindo equipa com duas monitoras de museu e o pessoal encarregue do atendimento público nos núcleos, desenvolvendo estreita actividade conjunta com a gestão de património náutico, a oficina do núcleo naval e os executantes do trabalho de moagem no Moinho de Maré de Corroios, este serviço fez um importante interface com as actividades de interpretação/exposição, exercendo um papel essencial na comunicação com os públicos e utilizadores do museu ao nível dos diversos núcleos.

Coube-lhe a coordenação directa de gestão de funcionamento dos núcleos e serviços gerais face aos públicos e dos programas educativos e de difusão, áreas em que integrou meios técnicos diversos, de museografia e trabalho gráfico, indispensáveis à produção de variadíssimos materiais e de algumas edições de grande divulgação (folhetos sobre os núcleos e fichas de apoio às actividades e visitas).

O acompanhamento e a direcção científico-técnica do trabalho de programação/projecto de actividades coube sistematicamente à responsável do museu (Chefe de Divisão).

A planificação das acções e animações (visitas, saídas de campo, ateliers, etc.) teve uma periodicidade anual e uma divulgação trimestral, conciliando o ano civil com o ano escolar, por razões estratégicas devidas à composição etária e social/profissional dos públicos, assim como à articulação com outros sectores municipais. A concepção de projectos de médio ou de longo prazo decorre em função de objectivos que abrangem diversas áreas funcionais do museu, inseridos, por seu lado, nos planos globais de actividades, aspecto fulcral na gestão da DPHN.

Salientamos o carácter experimental, em que cada actividade ou ciclo de actividades foi objecto de avaliação, nunca se repetindo nos mesmos termos, nem para públicos diferentes daqueles para que foi especificamente concebida, requerendo por parte dos técnicos uma pesquisa e estudo sistemáticos, em prol da sua preparação e aperfeiçoamento profissional, tanto na perspectiva dos conteúdos interpretados, como dos conhecimentos psico-pedagógicos indispensáveis ao relacionamento com os interlocutores e com os públicos.

Até 1998, o Serviço Educativo integrou ainda um elemento exterior, cuja participação não permanente se concentrou no estudo e em levantamentos sobre as realidades do território ligadas ao património natural e à ecologia, e, a partir da informação recolhida, em actividades de educação ambiental, maioritariamente dirigidas para a comunidade escolar. A esse trabalho esteve ainda associada uma vertente que contou com bastante apoio e recursos técnicos municipais exteriores ao museu, a da edição ligada ao património natural.

3.4.4.1.5. Serviço de exposições

A função de interpretação/exposição não foi, ainda nesta fase, verdadeiramente consolidada e equipada para as actividades desde há muito requeridas no quadro global do Ecomuseu, em primeiro por falta de aplicação, por parte da tutela, de uma estratégia coerente com o processo (em aberto) de programação e, em segundo lugar, por carências logísticas e por falta de uma equipa estabilizada e com a constituição adequada. Esta área funcional viveu da convergência e partilha de recursos destinados à investigação e ao estudo/documentação de acervo e de património, à conservação e à edição. Em certos casos, resultou ainda da mobilização de recursos da área de património náutico, do *Serviço Educativo* e do serviço de inventário de património industrial.

Com o progressivo reforço da equipa procurou-se atender a este problema, estabelecendo uma coordenação centralizada para esta área, a fim de se vir a planificar e a constituir um serviço e a equipá-lo, mediante uma decisão futura sobre a localização de novas instalações do museu.

Apesar de tudo isso, a planificação de actividades ao longo dos anos permitiu mobilizar e organizar recursos com vista à concepção, execução e montagem de projectos museográficos que primaram quer por uma boa articulação com o programa científico e/ou conteúdos interpretados, quer pela integração nos espaços museológicos (e mesmo na sua envolvente, como foi o caso da exposição, marcante neste período, realizada no Moinho de Maré de Corroios).

3.4.4.1.6. Serviço de edição

Em relação à fase anterior da vida do Ecomuseu, persistiu um quadro de carências, porque o reforço de pessoal devido à integração de um novo técnico habilitado para o grande sector de comunicação gráfica/museográfica, foi descompensado, a partir de

1998, com o início de instalação, para funcionamento em permanência, do *serviço* de arqueologia, absorvendo totalmente o técnico que tinha mais anos de experiência e um notável trabalho realizado naquelas áreas, e em que destacamos a de edição.

Com efeito, neste período foram distintas duas “especialidades” ou tipos de edição, complementares, do ponto de vista das repercussões desta vertente da difusão junto do espectro de pessoas (da comunidade e do exterior) interessadas nas temáticas e nas actividades do Ecomuseu. Por um lado, desenvolveu-se bastante a edição de folhetos e de variados materiais de divulgação, seguindo uma estratégia planificada, quer quanto a mensagens a comunicar sobre o museu e a sua filosofia, quer quanto à projecção de temas e de questões centrais sobre o património (bens museais e outro), a sua preservação e a sua valorização. Por outro lado, editaram-se obras respeitando parâmetros de qualidade bastante elevados, mais directamente associadas à investigação disciplinar e à museologia. Umas, reportadas a duas disciplinas de base do museu – a arqueologia e a história. Outra, derivada do programa científico e da investigação aplicada à exposição sobre o ciclo cereais-pão. No âmbito da museologia, foram editadas as actas do VII Encontro Nacional de Museologia e Autarquias, realizado no Seixal, que materializaram o trabalho de reflexão e os debates de uma parte significativa dos seus participantes. Embora optando por um formato relativamente modesto, foi delineado e pôs-se em prática, com a regularidade imposta pela periodicidade trimestral adoptada, o já referido boletim de informação do Ecomuseu, que configurou um tipo de edição intermédio que se desejou fazer progredir, ulteriormente, para uma edição de carácter científico.

É de salientar que, através de uma das edições reportadas à investigação histórica, se delineou e iniciou uma colecção, denominada “Património e História”, também destinada à continuidade.

A coordenação centralizada deste *serviço*, em geral incidente sobre todos os materiais produzidos e editados pelo museu, a falta de uma equipa mais alargada e as condicionantes administrativas e no plano da intendência que extravasa as competências internas daquele, foram factores amplamente diagnosticados, restritivos desta vertente da difusão, tendencialmente interconectada com a investigação e apoiada no *Centro de Documentação e Informação*.

3.4.4.2. Serviços museológicos alargados / "de ecomuseu"

3.4.4.2.1. Serviço de arqueologia

Este seria outro assunto a merecer um ponto específico, para uma análise específica e aprofundada, mas que extravasa o âmbito do nosso trabalho.

Foi por mais de uma vez salientado o lugar ocupado pela arqueologia no trabalho de museu, desde 1983 e, progressivamente, na evolução da sua estrutura funcional e orgânica. Para tal, foi talvez determinante o perfil dos técnicos responsáveis, no plano científico e de investigação, pela arqueologia promovida a partir do Ecomuseu/CMS, em evidente consonância com estratégias de investigação e de intervenção na política cultural a nível regional, validadas, em primeiro lugar, pela pertinência de uma unidade temática e científica.

A partilha de tempo, de espaço e até, em parte, de outros recursos logísticos, com alguns serviços não impediu, como já vimos, que a arqueologia se desenvolvesse no museu municipal, tendo a seu favor, comparativamente com outras áreas de aplicação das funções museológicas, um enquadramento normativo e legal que permite uma certa ultrapassagem dos constrangimentos hierárquicos da tutela.

Com a conjugação de factores internos e de factores externos, foi neste período (concretamente, neste caso, entre 1996 e 1998-99) que se deram os passos decisivos para a definição e a instalação do serviço de arqueologia⁵⁴², com base em toda a experiência acumulada, de cerca de quinze anos.

Com efeito, a autarquia dispõe de um notável um capital científico e técnico no que toca à arqueologia – tanto no plano disciplinar, como no plano museológico - em parte graças à cooperação com a organização associativa, já por diversas vezes referida, do Centro de Arqueologia de Almada. Cooperação essa que caracterizamos por um binómio necessidade/estratégia, o qual se tornou relativamente incontornável no desenvolvimento futuro dos projectos de investigação em curso.

⁵⁴² Foi publicado em Diário da República em 21-7-1997 o Decreto Regulamentar n.º 28/97 de 21 de Julho que estabeleceu o estatuto das carreiras de pessoal específicas da área funcional de arqueologia, ao abrigo do qual a DPHN/Ecomuseu propôs superiormente a alteração ao quadro de pessoal da CMS, por forma a integrar aquelas carreiras. Em particular, uma vez que o técnico-arqueólogo Jorge Raposo tinha entretanto completado uma licenciatura em Antropologia, foi proposta a sua reclassificação como técnico superior, também ao abrigo da nova legislação e tendo em vista poder assumir a coordenação do futuro Serviço.

Neste período estiveram em fase avançada de elaboração os relatórios de campanhas arqueológicas, dirigidas pelos arqueólogos Jorge Raposo e/ou Ana Luísa Duarte, nos Paços do Concelho (Seixal, 1991), e, com a realização das respectivas escavações, na Quinta de S. Pedro (Corroios, 1996 e 1997), na antiga sede da Sociedade Filarmónica União Arrentelense/ossário da Igreja Paroquial de Arrentela (1997) e no nº 12 da Praça da República/núcleo urbano antigo do Seixal (1998).

Destaca-se a investigação sobre a necrópole medieval-moderna da Quinta de S. Pedro, por um lado, por ter configurado um projecto de particular significado para o conhecimento histórico e a compreensão da ocupação humana do território, em que se empenharam entidades exteriores do Ecomuseu, particularmente o Departamento de

Antropologia da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra.⁵⁴³ Por outro lado, porque contribuiu para a divulgação da arqueologia, tornando-a acessível a jovens participantes em campos de trabalho de Verão, ao abrigo de programas planeados e programados, por via do CAA, quer em colaboração com o Agrupamento de Escuteiros de Corroios, quer com o apoio do Instituto da Juventude.

Destaquemos ainda a olaria romana da Quinta do Roxuínol, Monumento Nacional, que situamos num patamar mais avançado, na dupla perspectiva da investigação (exterior e do próprio museu municipal) e do seu aproveitamento museológico, apesar dos muitos pontos críticos que se acentuaram neste período, na vertente da sua conservação.

Com o laboratório do Instituto Tecnológico e Nuclear (ITN), decorreu o estudo (análise) das pastas cerâmicas recolhidas na olaria romana de Corroios.

Para a descrição de peças cerâmicas (*sigillatas*), da mesma colecção, o museu contou com a colaboração do Departamento de Zoologia e Antropologia da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

No quadro de desenvolvimento da investigação em que se inseriu a olaria, os arqueólogos do Ecomuseu, com o apoio institucional da CMS, em conjunto com arqueólogos do Centro de Arqueologia de Almada e do Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, recolheram a aprovação do Instituto Português de Arqueologia para o seu projecto sobre “Olaria Romana do Estuário do Tejo: centros de produção e consumo (Porto dos Cacos, Quinta do Rouxinol e Núcleo Arqueológico da Rua dos

⁵⁴³ V. RAPOSO e DUARTE 1995: 26-33; RAPOSO e DUARTE, 1998: 38; LOPES e CUNHA 1998: 37-44.

Correios” (1999-2002)⁵⁴⁴, o que permitiu assim configurar um quadro futuro importante para o sítio e para as colecções museológicas, incorporados no museu municipal.

Finalmente, e dado o carácter de síntese deste sub-ponto, falta sublinhar a repercussão dos acervos arqueológicos recolhidos na organização dos serviços do museu, nomeadamente, neste período, do *serviço* de conservação e do *Centro de Documentação e Informação*, assim como na programação das reservas museológicas que se pretende reinstalar adequadamente numa futura sede do Ecomuseu ou em qualquer outro tipo de estrutura territorial e orgânica que se possa delinear em alternativa.

Ainda que nesta fase binómio investigação-conservação do trabalho de museu na área da arqueologia não se tenha projectado na vertente da interpretação-exposição da função de difusão, também neste sentido se dirigiram particulares esforços, de que resultou a parceria com a Direcção Regional de Lisboa dos Edifícios e Monumentos Nacionais, com vista à execução do projecto de arquitectura para o futuro núcleo museológico, com base nas orientações programáticas elaboradas pelo Ecomuseu Municipal.⁵⁴⁵

3.4.4.2.2. Serviço de inventário e estudo de património industrial

Como já caracterizámos o inventário de património industrial, entre os projectos museológicos marcantes do Ecomuseu entre 1995 e 1998, interessa aqui fazer ressaltar os aspectos mais importantes que dele resultaram, no quadro de organização funcional e na projecção do museu junto da comunidade. Tais aspectos foram ao ponto de propiciar a emergência de um novo ciclo do trabalho de museu, assente no relacionamento específico com sectores profissionais ou com pessoas detentoras de experiências representativas da vida, da cultura e das realidades locais.

Também com este projecto se pode avaliar os efeitos e eficácia de uma planificação articuladora da aplicação das funções primárias com os objectivos estratégicos do museu, face ao património em geral e, particularmente, ao património industrial, a par de um modo de coordenação (das actividades e dos projectos) centralizada nos *serviços*.

⁵⁴⁴ Projecto OREsT, coordenado pelo arqueólogo Jorge Raposo. Para além deste e de Ana Luísa Duarte, ambos do Ecomuseu Municipal do Seixal, o projecto tem a participação dos arqueólogos Carlos Fabião, Amílcar Guerra, Jacinta Bugalhão, Armando Sabrosa.

⁵⁴⁵ Ecomuseu Municipal do Seixal, “Olaria Romana da Quinta do Rouxinol. Memorando e notas para um programa de valorização”, 1998 [11p.].

Apesar do pouco tempo de recuo e de resultados insuficientes para uma avaliação global, como aspectos mais positivos emergem: a integração de uma equipa de projecto no “quadro” técnico do Ecomuseu, “renovando” perspectivas e até métodos de trabalho, por um lado, acrescentando a formação museológica/museográfica a experiências profissionais de pendor essencialmente disciplinar, por outro lado; o enriquecimento dos contactos e da comunicação entre museu e comunidade. Como aspectos mais negativos de um diagnóstico porventura ainda precoce, apontam-se os reflexos de descontinuidade do processo de investigação (nomeadamente na concepção de um modelo teórico de descrição e registo aplicado a contextos industriais e/ou produtivos específicos), em parte resultante da sobreposição de funções de gestão e de investigação, por parte da coordenadora da equipa, por outra parte decorrente da tendência de absorção de recursos em prol de prioridades de preservação e de difusão (sobretudo tendo em conta a multiplicidade de áreas de actuação e de competências atribuídas ao museu).

Apesar da sua constituição interdisciplinar, a equipa tomou consciência das suas carências, nomeadamente por uma precária componente de formação e de conhecimentos de ciência/técnica.

A progressiva instalação da equipa, constituindo um serviço embrionário, mas reconhecidamente actuante, aproveitou logisticamente alguns espaços da *Mundet* e marcou significativamente a sua utilização e ocupação pelo Ecomuseu.

A importância da componente de informação adquirida através de levantamento oral destaca-se a par da ligação dos técnicos de inventário com sectores e elementos da comunidade local, tornando aqueles, frequentemente, interlocutores privilegiados do museu, o que virá certamente a (re)colocar o seu papel na equipa e o tipo de funcionamento geral da instituição.

Constituindo matéria de bastante complexidade, que faria merecer um trabalho ou capítulo específico para sua análise, limitamo-nos a enunciar a importância e o peso, no trabalho de inventário, da concepção, aperfeiçoamento e preparação de uma futura informatização de um sistema de registo, descrição e classificação do património e de criação e alimentação de bases de dados sobre a temática da história industrial e das técnicas, aplicadas ao concelho do Seixal.

Como também já foi destacado, entre os resultados imediatos do desempenho deste serviço inclui-se o movimento de recolhas, segundo critérios em geral de maior pertinência do que anteriormente foi habitual no museu, e de incorporações provenientes de antigas fábricas ou de actividades industriais no território do Ecomuseu.

3.4.4.2.3. Estudo-documentação de património natural e educação ambiental

Estas actividades, que não configuraram uma área e muito menos um “serviço”, foram referidas anteriormente e basicamente caracterizadas no âmbito do *Serviço Educativo*, até 1998.

No essencial, as pesquisas sobre a natureza e os aspectos ecológicos, desenvolvidas pelo técnico Manuel Lima, com o apoio e/ou no quadro de actividades do Ecomuseu, foram essencialmente destinadas e canalizadas para a difusão – vertentes interpretação e exposição, edição e extensão cultural/educação.

Em 1998, porém, a CMS pôs em marcha a aplicação de uma estratégia que não decorreu de qualquer avaliação conhecida, relativamente ao trabalho anterior. Essa estratégia, embora marginal ao funcionamento do museu, a par da ausência de medidas alternativas quanto a pessoal e à programação museológica, supõe-se marcante numa futura estrutura orgânica-funcional e, mais do que isso, obrigará, em nossa opinião, à reconsideração prática de uma aplicação extensiva da filosofia ecomuseal, supostamente abraçada pela entidade de tutela, ao identificar-se com a concepção de “uma nova forma de museu” abrangendo as vertentes cultural e natural do património, no respectivo território.⁵⁴⁶

3.4.4.3. “Serviços-património”

3.4.4.3.1. Preservação de património imóvel

Em consequência das classificações deliberadas em 1995, o Ecomuseu foi incumbido de proceder à instrução dos respectivos processos, destinados à sua apresentação ao

⁵⁴⁶ Recorda-se o conceito de “ecomuseu” que nos parece ter sido abraçado a partir de 1983, com a adopção da terminologia “ecomuseológica”, como o apresentava, em 1976, Hugues de Varine: “musée écologique consacré à l’environnement, qu’il soit culturel ou naturel, intégrant l’homme, lui-même acteur plus que visiteur. Toutes les disciplines y sont représentées et le musée devient un centre de documentation ouverte à la recherche et à l’éducation, non point passivement, en recevant ce que d’autres trouvent, mais en cherchant, avec ses propres moyens, en inventant des méthodes d’investigation appropriées à l’environnement et aux conditions locales, en mettant au point des systèmes de classification adaptés à une muséologie souple et à des besoins futurs encore inconnus.” – VARINE 1976:132.

IPPAR, por um lado, e que em parte obrigariam a uma identificação muito rigorosa de situações de compromisso e de eventuais ameaças ou riscos futuros para a preservação do património listado na proposta aprovada pela CMS e Assembleia Municipal e que abrangia: a fábrica de pólvora de Vale de Milhaços, a fábrica de cortiça Mundet, a antiga sede da SFUA em Arrentela, a fábrica de lanifícios (CLA) em Arrentela, a antiga estação da CP no Seixal, a Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Conceição, no Seixal, Sujeita ainda à instrução dos respectivos processos, a proposta abrangia: a fábrica de pólvora de Vale de Milhaços, a fábrica de cortiça Mundet, a antiga sede da SFUA em Arrentela, a fábrica de lanifícios (CLA) em Arrentela, a antiga estação da CP no Seixal, a Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Conceição, no Seixal, a ermida de Santa Marta em Corroios, a capela da Quinta da Medideira, em Amora, a residência e capela da Quinta da Princesa, em Amora, o Palácio de Cheiraventos, em Amora, o jardim e lago de maré da Quinta da Fidalga, em Arrentela, o portinho da Raposa, em Amora, o lagar de azeite da Quinta do Pinhalzinho, na Aldeia de Paio Pires, o lagar de vinho da Quinta de Santa Teresinha, no Seixal, o forno de cal da Azinheira, no Seixal, os coretos de Amora (Sociedade Filarmónica Operária Amorense) e da Aldeia de Paio Pires (Sociedade Musical 5 de Outubro). Abrangia ainda as propostas de reclassificação, com pretensão a monumento Nacional, do Moinho de Maré de Corroios e da Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Soledade, em Arrentela.⁵⁴⁷

Apesar da indiferença manifestada localmente, ou mesmo da oposição pontualmente expressa pelos proprietários visados por algumas classificações, para já não falar da falta de colaboração, que se constata através da resistência em destacar um arquitecto do pelouro de urbanismo, essencial ao trabalho do museu, e da análise de documentos trocados entre serviços, com vista à elaboração dos processos, estes começaram a ser instruídos.⁵⁴⁸

O relacionamento do Ecomuseu Municipal com algumas entidades locais, nomeadamente com a Paróquia de Arrentela, acentuou a sensibilização daquelas para a questão da preservação do património edificado, apesar de se compreender não estarem

⁵⁴⁷ Na sequência da aprovação das propostas de classificação de património construído, a CMS editou o folheto de divulgação já referido “Salvaguarda e valorização do património cultural do Concelho do Seixal”, associado à comemoração das Jornadas Europeias de Património de 1995.

⁵⁴⁸ Iniciando-se o trabalho de documentação de património imóvel em 1995, com vistas à sua classificação, só em 1999, porém, viriam a ser entregues ao IPPAR os três primeiros processos (da SAP, da *Mundet* e do lagar do Pinhalzinho).

elas (mesmo as Juntas de Freguesia) preparadas, nem do ponto de vista da política patrimonial das respectivas instituições e dos seus recursos técnicos, nem ao nível do enquadramento legal, para responderem às exigências de momento.

Enquanto procurou mobilizar o interesse e o eventual apoio técnico e financeiro de entidades nacionais (IPPAR, DGEMN), o museu fez avançar, neste período, o *Inventário do Património Construído do Núcleo Urbano Antigo do Seixal*, projecto realizado através do protocolo de cooperação com o Centro de Arqueologia de Almada, mediante a aquisição de serviços a esta organização.

Servindo-se da mesma parceria, a CMS, através do museu, promoveu o levantamento arquitectónico dos coretos de Amora e da Aldeia de Paio Pires e, com base, nele, reformulou o programa para a sua recuperação, processo bastante controverso e de difícil coordenação entre serviços técnicos (Departamento de Equipamentos Colectivos) e DPHN/Ecomuseu, evidenciando, mais uma vez, o problema de fundo, quanto à política autárquica para o património construído. Não será, assim, de estranhar, que uma proposta de 1997, da Divisão de Património, devidamente fundamentada, de revisão e redelimitação dos núcleos urbanos antigos de Amora de Baixo e do Seixal tenha ficado sem resposta superior.

3.4.4.3.2. Valorização da memória social e colectiva

O museu empenhou-se, nas suas actividades, num trabalho – disperso no território – de valorização da memória social e colectiva, nalguns casos dando lugar a processos de patrimonialização de testemunhos históricos, objectos e/ou séries de objectos e de documentos. Através do processo de documentação, mesmo quando os objectos/documentos originais foram devolvidos aos seus proprietários/detentores ou permaneceram nos locais de utilização social, o museu incorporou a informação que foi possível extrair deles, no momento, procurando fazê-lo com a participação daquelas ou de outras pessoas. Estas foram sistematicamente identificadas e os respectivos dados inscritos na informação sobre aqueles “objectos” que, de certo modo, se tornaram “bens colectivos”.⁵⁴⁹ Sabendo-se que aquela informação “secundária” não substitui a “primária”⁵⁵⁰, procurou-se garantir a sua conservação e na medida do possível apoiar tecnicamente os procedimentos necessários por parte dos detentores dos documentos, o

⁵⁴⁹ Cf. RAUTENBERG 1998: 279-289.

⁵⁵⁰ Cf. VARINE-BOHAN 1976: 129.

que aconteceu quer com entidades privadas, quer com colectividades culturais do concelho (como por exemplo a Sociedade Filarmónica Timbre Seixalense ou a Sociedade Filarmónica União Arrentelense).

Com a incontornável reflexão e com o questionamento que nos merece o âmbito de intervenção do Ecomuseu/museu municipal, tendo em linha de conta o território que lhe é atribuído e a filosofia de museu comunitário, poderão colocar-se dois problemas: o da aplicação, no trabalho de museu, do conceito de património; e o da definição e distinção de competências funcionais exteriores ao museu, correspondendo a uma política cultural e de património, que integrará o(s) museu(s), mas que terá, necessariamente, um âmbito mais abrangente.

Mediante novas formas de apreensão da natureza e da história, em grande medida em consequência do trabalho de museu, o conceito cada vez mais comum de património assumiu um sentido verdadeiramente cultural, na medida em que permite a apreensão da relação do “homem local” com a natureza e o meio.

Na maioria das situações e experiências a que nos temos reportado, a uma dimensão estética do património, porventura de reconhecimento habitualmente mais comum, sobrepôs-se a dimensão cognitiva, em função das *memórias* e *saberes* que aquele integra. Quanto ao património imóvel, cremos que também se afirmou uma dimensão jurídica, relacionada com as formas de intervenção e de protecção, que neste período foram sobretudo iniciativa da autarquia.

A memória colectiva condiciona a definição de conteúdo do(s) património(s), mantendo ou acrescentando uma herança cultural. O processo de patrimonialização decorre assim, fundamentalmente, das atitudes e da consciência expressas pelas comunidades e o principal critério em que assenta “não é nem a arte, nem a história, mas a consciência íntima do grupo social de que um dado objecto pertence efectivamente ao seu património”.⁵⁵¹

A memória “é o passado, se nós o quisermos, mas o passado incorporado no presente e estruturando-o de parte a parte. Mais do que um passado que nos foi transmitido e «sem o qual o presente seria mais pobre», como se costuma dizer, a memória é algo sem o qual nem sequer poderia haver presente”.⁵⁵²

⁵⁵¹Olivier Eugène, 1987 - citado por DESVALLÉES 1995: 22.

⁵⁵² Cf. MICOUD 1994: 29. (Tradução de nossa responsabilidade).

A experiência museológica do Seixal parece, pois, poder servir de exemplo de aplicação de princípios defendidos pela “nova museologia”, ao fazer emergir uma abordagem antropológica da realidade e do conceito global de património – natural e cultural. Essa concepção de museu e o propósito de interpretar as relações do homem com a realidade, na sua totalidade, passa, naturalmente, pela aplicação e desenvolvimento da interdisciplinaridade, em que se baseia o trabalho de museu, nas suas várias vertentes.

3.4.4.4. Pessoal, formações e qualificações

Continuando a consolidar e a reforçar, em número de elementos e em qualificações, a equipa permanente, que nesta fase ultrapassou as três dezenas de pessoas, repartidas entre as diversas frentes do trabalho museal e as indispensáveis áreas logísticas e de gestão, o museu procurou por várias formas corresponder aos novos desafios colocados pelo lugar ocupado, no quadro da tutela, no território, face à população e face às mais diversas instituições.

As características da sua programação e das actividades que desenvolveu reflectiram-se na diversidade profissional e nas formações dos seus membros - desde aquelas especificamente museais, até às outras, que garantem a prática e a transmissão de técnicas tradicionais e de saberes artesanais.

De grande importância foi a profissionalização crescente da equipa, sobretudo da sua componente técnica, com vários dos seus elementos a concluírem formações universitárias e alguns prosseguindo estudos de pós-graduação, o que foi aproveitado, sempre que possível, em favor do trabalho de museu. Na nossa avaliação, esta situação e a possibilidade de “rejuvenescimento” da equipa, nomeadamente conseguida pelo seu alargamento, terá contribuído decisivamente não só para uma renovação de processos técnicos e funcionais e da gestão interna, mas também para a reperspectivação emergente da instituição museal, dando mais pertinência à necessidade de retomar a sua programação, a par da reconfiguração organizacional da DPHN/Ecomuseu.

Através do quadro seguinte, procuramos evidenciar, por anos, a variação dos pesos relativos do pessoal com a respectiva carreira profissional estabilizada, por se encontrar no quadro da CMS (oscilação regressiva em 1997 e, de novo, progressiva, em 1998); dos técnicos superiores (em número razoável, mas só se consideramos incluídos os colaboradores em prestação de serviços) e dos técnicos profissionais (manifestamente insuficientes, quer em proporção com os técnicos superiores, quer, evidentemente, no

quadro geral de funcionamento do museu). Veja-se o **quadro** seguinte:

**QUADRO 4 – Pessoal do Ecomuseu Municipal do Seixal:
composição entre 1995 e 1998**

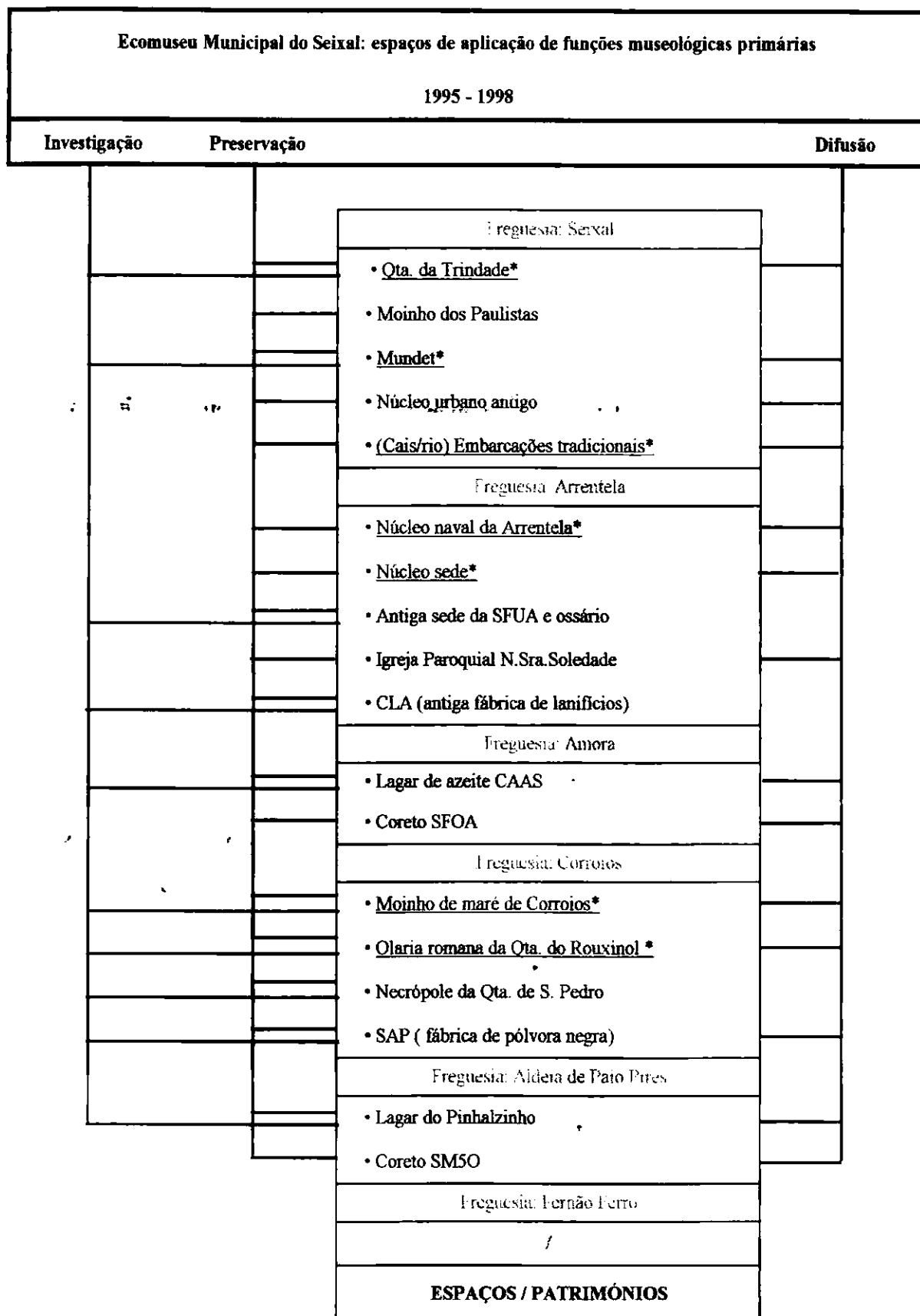
Pessoal do Ecomuseu Municipal do Seixal: composição entre 1995 e 1998	1995	1996	1997	1998
Colaboradores permanentes (a tempo inteiro) [A]	28	31	31	35
Colaboradores no quadro de pessoal da CMS	18 (64%)	19(61%)	16 (51%)	20 (57%)
Técnicos superiores (permanentes)	2	3	5	6
Técnicos profissionais (permanentes)	8	9	7	7
Colaboradores não permanentes (avencados/outros) [B]	3	7 (6 tec.sup)	10 (7 téc.sup)	8 (7 téc.sup)
Total de colaboradores [A]+[B]	31	38	41	43

3.4.4.5. Meios logísticos

Tal como referimos nos sub-pontos anteriores, as carências de instalações técnicas e a falta de uma sede centralizadora/distribuidora de recursos e de articulação entre os diversos núcleos e serviços do Ecomuseu continuou a condicionar o seu desenvolvimento.

Neste período, e face à integração de novos espaços e às crescentes responsabilidades assumidas quanto ao património concelhio, há que registar o agravamento das atribuições de gestão, incidente nas actividades de aplicação das funções museológicas primárias, sobre dezassete espaços diferentes e três embarcações de recreio. O **Diagrama 1** procura resumir tal situação:

DIAGRAMA 1



*Núcleo/Ecomuseu Municipal

Passou-se assim a uma situação de pré-ruptura, sendo reconhecida institucionalmente a incompatibilidade entre os meios logísticos e a continuidade de resposta às exigências éticas e funcionais da instituição de tutela, projectadas no Ecomuseu Municipal.

3.4.4.6. Avaliação do desempenho do Ecomuseu no desenvolvimento cultural local

A palavra *ecomuseu* - a mesma que Hugues de Varine lamentou ter inventado porque “demasiadas pessoas usaram aquela palavra para demasiadas coisas”⁵⁵³ - foi assumida pela tutela e entidade promotora do museu municipal do Seixal e, quotidianamente, foi aplicada pela população, pelos públicos e pelos utilizadores, mesmo que nem sempre fosse por eles bem compreendida. Mas foi à equipa profissional que coube, essencialmente, a procura de sucessivas explorações do conceito que Georges Henri Rivière criou e cujo conteúdo elaborou e definiu evolutivamente. Foi àquela equipa que coube também a procura de aplicações desse conceito à vida e ao desenvolvimento da instituição museal, no concelho do Seixal.

Vários autores e museólogos têm sublinhado a distinção entre *nova museologia* e *ecomuseus* (e a frequente confusão feita entre ambos), constituindo estes últimos uma via e uma tentativa de resposta, através da museologia, e com base nos princípios de uma nova museologia, a necessidades da sociedade contemporânea.

A experiência do Seixal seguiu o caminho de reflexões e de iniciativas com objectivos de ordem social, frequentemente intrusados, como vimos, com objectivos políticos, aproximando-se assim de bases comuns ao amplo movimento da nova museologia. O ecomuseu procurou tomar em consideração os dados naturais, culturais, sociais e económicos em que se inseriu e procurou acompanhar a sua evolução. Planificou as suas actividades com o fim de desempenhar um papel educativo junto das populações, e empenhou-se em motivar ou apoiar processos criativos. Explorou e criou novos laços com sectores diferenciados da população, tendo-se evidenciado o interesse e a procura, por parte desta, face ao ecomuseu, às suas exposições e aos seus serviços. Frequentemente, foi da opinião expressa por elementos duma comunidade participante, que se perspectivaram iniciativas e projectos, tendo por referência o território/concelho, potenciados pela interactividade entre museu e população.⁵⁵⁴

⁵⁵³ Cf. VARINE 1988: 62-66.

⁵⁵⁴ Cf. LASCAULT 1994: 561-564.

As entidades população e território (e respectivos conceitos) são essenciais no processo de concepção de um ecomuseu, ou entre os pressupostos de aplicação da palavra a um museu cuja programação inicial partilha daquele mesmo conceito geral

A partir das definições elaboradas por G.H. Rivière um ecomuseu é, em síntese, *um instrumento que um poder e uma população concebem, constroem e exploram em conjunto; um “espelho” onde essa população se revê, onde procura reconhecer-se e através do qual procura o conhecimento sobre o território a que está ligada, juntamente com o das populações precedentes, tendo em conta os aspectos de descontinuidade e de continuidade das gerações. É uma expressão do homem – interpretado no seu meio natural - e da natureza – no seu estado selvagem, mas também tal como foi sucessivamente adaptada pela sociedade tradicional e pela sociedade industrial. O Ecomuseu é uma expressão do tempo, abrindo-se ao futuro, e uma interpretação do espaço, tendo por base um território bem determinado.*⁵⁵⁵

O processo de criação do museu municipal do Seixal e a sua “passagem” a ecomuseu, em 1983, poder-se-á comparar, sob alguns aspectos, a percursos e iniciativas museais enquadráveis entre a segunda e a terceira gerações dos ecomuseus franceses.

Entre as características inovadoras do trabalho realizado desde então pelo Ecomuseu conta-se uma constante preocupação de avaliação interna e de tomar como questionável a sua orientação programática, em face de princípios teóricos e a uma filosofia de base, que lhe confere particulares responsabilidades num território definido e face a uma dada população. No contexto museológico português, uma tal atitude, no plano institucional e no plano técnico, poderá considerar-se consequência directa do amplo movimento teórico renovador, de que fluem as correntes da “nova museologia” e a “ecomuseologia”, com a sua capacidade crítica e desencadeadora de uma prática de experimentação, a partir da museologia, em busca do seu intrusamento com outras práticas de intervenção comunitária e explorando confluências das políticas de desenvolvimento integrado.

Como vimos, nunca se chegou a colocar a transposição, para os planos da direcção e da gestão, de uma componente representativa da comunidade, capaz de repartir efectivas responsabilidades com a componente científica, sob a tutela política institucionalizada na Câmara Municipal do Seixal.

Mas aquela capacidade crítica que referimos anteriormente e a atitude de auto-questionamento, sobre o funcionamento do Ecomuseu e sobre o desenvolvimento da filosofia subjacente ao programa museológico inicial, continuou a conduzir-nos ao problema da relação do museu com a população do concelho, assim como do lugar do Ecomuseu na comunidade local. Este será, ainda, um dos problemas centrais dum próximo processo de (re)programação, processo esse, já em aberto, e ao qual temos aludido em vários pontos da nossa dissertação, por o considerarmos inevitável à manutenção de um estatuto renovador do empreendimento museológico em causa.

A redefinição do objecto museológico, associada ao estatuto do objecto *in situ*, e, em função disso, a reperspectivação do trabalho de museu, constituíram o cerne de todo o problema da definição e organização funcional do Ecomuseu, indissociável da qualidades e competências científicas e técnicas de quantos intervêm naquele trabalho e realizam os produtos museais finais – como sejam as exposições, as animações, as valorizações de património, os colóquios, as edições, etc. – através dos quais o museu desempenha uma função específica no desenvolvimento do território e se sujeita à avaliação dos utilizadores e da sociedade.

Da análise sistemática das actividades do Ecomuseu, desde as iniciativas centradas na recolha e incorporação de objectos ou de informação, às iniciativas de reutilização dos objectos, de mediação entre os objectos/documentos e os públicos, e à aplicação e transmissão de técnicas e de saberes artesanais, concluimos que a componente *participação* se renovou, materializando, apesar de não estar institucionalizada organicamente, uma interacção de interesses e de objectivos que, de modo objectivo, conferiram utilidade ao museu, face à sociedade e tornando-o um instrumento cultural ao serviço da comunidade. Por *participação* entendemos aqui o processo ou o efeito da acção de um grupo ou de indivíduos, com algum grau de representatividade relativamente a um grupo mais abrangente (social, profissional), convergindo com o trabalho de museu ou articulado com este, que concorra para os objectivos e a missão do museu ou que lhe permita, por sua vez, contribuir, através do desempenho das suas funções essenciais, para o bem-estar da comunidade, ou a prestação de serviços específicos à população e ao público em geral.

⁵⁵⁵ Na Introdução da nossa dissertação já inserimos a definição evolutiva de ecomuseu, por Georges Henri Rivières, em transcrição integral.

3.4.4.6.1. Comunidade e população; públicos e utilizadores

A referência a uma comunidade implica que se conheça a sua constituição, que se identifique um grupo. Implica, portanto, que esteja activada a noção de identidade.⁵⁵⁶

A “comunidade” – no sentido social, conjunto de pessoas que vivem em comum, partilhando certos traços e padrões de comportamento ou então, lugar onde vivem – pode ser definida, enquanto conceito, em diferentes dimensões, consoante o âmbito epistemológico ou disciplina de referência. No presente contexto, o da museologia, o conceito tem sido tratado com bastante incidência, com contributos teóricos fundamentais de Hugues de Varine, para quem o conceito designa, a partir de critérios endógenos, explícitos ou não, “une population vivant sur un territoire, consciente des affinités et des différences qui caractérisent ses éléments ainsi que des rapports conflictuels de ceux-ci avec leur environnement, et dont l’avenir est plus ou moins partiellement commun”.⁵⁵⁷

Distinguem-se as utilizações que tendem para o sentido genérico de “público” ou, mais abrangente, de “sociedade”, enquanto outras servem para designar grupos sociais delimitados. Consideramos, por nossa parte, o conceito de “comunidade” reportado ao Ecomuseu e ao território, numa perspectiva dinâmica e abrangente – entidade viva, em mudança e em interacção com outras comunidades (que extravasam este território) -, plural – no sentido de “comunidades” ou composta de sub-comunidades, de sub-grupos culturais que interajam entre si -, e eminentemente cultural – entidade abstracta, definida em prol da demonstração de princípios teóricos, cuja aplicação é experimentada através de relações com indivíduos desse(s) grupo(s).

Para Hugues de Varine, a comunidade que constitui ao mesmo tempo o sujeito e o objecto do ecomuseu é a comunidade imediata, definida pela existência dum grupo social, heterogéneo pela sua composição mas unido por um conjunto de solidariedades herdadas e derivadas das necessidades actuais. Este grupo inscreve-se num quadro espacial determinado (bairro, cidade, etc.) e constitui uma unidade de evolução cultural pelas relações privilegiadas que os seus membros exercem entre si. Na composição do

⁵⁵⁶ Cf. BELLAIGUE 1995: 29.

⁵⁵⁷ V. VARINE 1991: 25.

ecomuseu entrará a totalidade dos elementos constitutivos desta comunidade, animados ou inanimados, concretos e abstractos, temporais e espaciais.⁵⁵⁸

Sobre o debate terminológico envolvendo o conceito de comunidade e o de público, André Desvallées defende que o papel da comunidade é função não apenas da vontade política do poder e da população, mas também da escala territorial à qual o museu tem por objectivo corresponder. Isso terá de ser avaliado por muitos museus, cujo sistema de funcionamento terá pouco de comunitário, já que, quanto mais se alarga o campo de acção dos ecomuseus/museus, menos possível se torna à comunidade tomar a seu cargo o funcionamento daqueles, a não ser por delegação indirecta. Em tais circunstâncias, a comunidade, mesmo que constituindo um agente do museu, tenderá a tornar-se *público* deste.⁵⁵⁹

No Ecomuseu do Seixal, antes de todo um potencial rol de questões que se colocam à sua inserção e relação com a(s) comunidade(s), destaca-se um problema de escala, dada a extensão – territorial e humana – do território considerado, no qual, supostamente, um número variável de pessoas se interessam pelo projecto do museu, se identificam com os seus principais objectivos e se revêem na interpretação e no conhecimento que aquele constrói/reconstrói sobre elas e sobre o território, perspectivando as mudanças no presente e no futuro.

Seria utópico considerar que o museu, dirigindo-se a toda a população, pudesse recolher o interesse, e muito menos a participação, de todo esse universo humano.

Face à comunidade, teoricamente considerada como sujeito e como objecto do ecomuseu - uma comunidade viva e em mudança, uma comunidade que necessita de estar em permanente comunicação com as comunidades vizinhas ou em que ela mesma se integra - o Ecomuseu geriu um processo de construção e de consolidação do seu papel, tendo por objectivo constituir um instrumento privilegiado do desenvolvimento comunitário, consciente de que um tal objectivo lhe colocou/colocará exigências particulares, quando comparado com os objectivos da instituição museal universalmente definida pelo ICOM.⁵⁶⁰

⁵⁵⁸ Cf. VARINE 1992: 457 (tradução de nossa responsabilidade).

⁵⁵⁹ Cf. DESVALLÉES 1994: 37.

⁵⁶⁰ Cf. VARINE 1992: 462-465.

Naquele processo, foram seguidas várias direcções de trabalho, com um carácter eminentemente pedagógico, definidas para objectivos concretos e tendo em conta a especificidade da programação do Ecomuseu do Seixal, as quais consistiram nomeadamente em: iniciativa junto da comunidade, de sensibilização e de informação sobre importância e a necessidade de realização de levantamentos sistemáticos e de inventários de património, levando as pessoas a participar nesse trabalho e a cooperarem com os técnicos, tanto na sua identificação e selecção - conforme o significado e importância que essas mesmas ou outras pessoas lhes reconhecem/atribuem - como em diversas formas de registo, de descrição e de estudo do mesmo, passando, sempre que se justificasse, pela sua recolha e incorporação no museu; organização e dinamização de contactos entre grupos, entidades e pessoas, no seio da comunidade local e/ou entre esta e o exterior, no quadro de projectos de interpretação e de valorização de património, com objectivos de desenvolvimento cultural e comunitário, suscitando o exercício do espírito crítico e acompanhados da reflexão e de acções sobre problemas da sociedade actual, reflectidos no quotidiano e nas formas de vida da população local, comparando, sempre que possível, com outras realidades e experiências; apoio e informação a pessoas e entidades, sempre que estas se revelaram interessadas ou pelo menos sensibilizadas para assumir a seu cargo responsabilidades a salvaguarda de patrimónios ou acções de valorização e de transmissão da memória social e colectiva, contando com a cooperação institucional e técnica do Ecomuseu.

Centrando os seus projectos, por exemplo, em temas como o pão, as tradições de fabrico e a inovação ligada à indústria panificadora, a alimentação e a saúde - exposição *Terra-Mãe...Terra-Pão* e iniciativas culturais sobre o ciclo cereal-pão - ou desenvolvidos em ligação com a valorização de testemunhos de uma indústria em total regressão, como a da cortiça, ou a extinguir a curto prazo, como a da pólvora e a siderúrgica, que colocam questões da maior pertinência social e económica na vida presente, a par do seu interesse histórico, tecnológico e antropológico, o Ecomuseu tem mobilizado a participação de diferentes grupos de pessoas, com ^{de}níveis/interesses distintos e suficientemente representativos, para justificarem os recursos aplicados ao seu aprofundamento, através do trabalho do museu e, simultaneamente, congregando os contributos de outras entidades, públicas e privadas.

Outro lado da mesma questão é a projecção que as actividades do Ecomuseu e, por este meio, a vida das comunidades locais, junto dos públicos, recaindo dentro e fora da população do concelho.

A falta de uma entidade que organize e reúna os membros da comunidade mais empenhados em dinamizar actividades com o Ecomuseu (mesmo que fosse do tipo das associações de “amigos”) e a ausência de um regulamento formal para utilizadores dos seus serviços, não impedem que esses níveis se distingam, tomando por vezes lugares específicos na planificação e nas formas de relacionamento com os “públicos”.

Não podendo substituir outros mecanismos, a gestão emerge contudo como um importante meio de regulação entre o poder de tutela (corporizado nos “eleitos”, políticos a quem a população confia a gestão dos destinos e recursos do município) e os interesses dos utilizadores dos serviços, dos doadores/amigos do museu e do público em geral.

Procurou-se, a este propósito, um equilíbrio, nem sempre conseguido, entre públicos escolares e não-escolares, entre públicos do concelho e do exterior. Tendencialmente, o Ecomuseu recolheu um interesse crescente, tanto ao nível das exposições, como de outras realizações suas, dos visitantes e dos utilizadores provenientes de fora do concelho do Seixal. Quanto aos núcleos/recursos museológicos, foram identificadas as diferenças de motivação relativamente a níveis etários e culturais e, mais uma vez, a públicos internos e externos, que se equilibram, em percentagens ou que se repartem desigualmente alguns serviços, com privilégio para os externos, no caso dos passeios de barco.

Para além da elaboração, análise e avaliação, mensal e anualmente, de registos para todos os núcleos e serviços públicos prestados pelo Ecomuseu, em 1997-1998 foi realizada uma pesquisa sobre os seus visitantes, através de um inquérito. Esse estudo foi orientado pela museóloga Maria Vlachou, que elaborou um relatório final, consistindo em “Um breve plano de marketing para o Ecomuseu Municipal do Seixal” (Julho 1998).

Sobre estas matérias deverão incidir estudos de avaliação futuros, nomeadamente pesquisas de não-visitantes.

Mas se estes dados pesam, numa avaliação bastante positiva do desempenho do museu no desenvolvimento cultural local, também colocam novos desafios à sua inserção futura e ao papel que poderá continuar a desempenhar, condicionado pelos múltiplos

factores externos e actuando segundo os interesses expressos da comunidade ou os da população em geral.

Poderá então o Ecomuseu Municipal do Seixal considerar-se um “museu comunitário”? E qual será a sua projecção no território/concelho do Seixal, face a uma população que tende a ultrapassar as cento e cinquenta mil pessoas, na envolvente ecológica e no quadro demográfico e urbano que sumariamente já descrevemos? Será hoje pertinente que continuemos a designá-lo e a perspectivá-lo, do ponto de vista da sua (re)programação, sob a designação de ecomuseu?

Sobre esta questão, disse-nos Hugues de Varine que, actualmente, não quer “falar mais de ecomuseu, mas de museu comunitário”. (...) este tipo de museu, fortemente ancorado no presente e numa comunidade humana viva, deve seguir o ritmo das gerações. A geração que o criou e o fez viver durante uma quinzena ou uma vintena de anos, acaba por deixar a cena política, social, cultural e mesmo económica. É substituída por uma outra, que tem outras ideias, outras necessidades e para a qual o museu se deve adaptar, escutando o que ela quer, partindo sempre do património e da cultura viva, mas segundo novos pontos de vista, porque o tempo passa e o futuro não aparece sob as mesmas cores”.⁵⁶¹

O problema, que consiste afinal na avaliação da eficácia de diversas etapas de trabalho, é o da necessidade e pertinência ou da inutilidade de aplicação duma filosofia e de uma intervenção ecomuseológica, sendo esta o reflexo da luz filtrada por uma dada apreensão das realidades, no tempo e no espaço, num território e para uma população/~~uma~~ ^{em problemas} comunidade ^{específicos}.

3.4.4.6.2. Território vs. região

A definição do conceito de ecomuseu reporta-o a um “território”, sua componente dinâmica e ao mesmo tempo condicionante.

Antes mesmo de se designar por “ecomuseu”, o museu municipal tomou por território de referência o definido pelos limites do concelho/município, coincidente com a área de incidência administrativa do poder de tutela. Esse território do ecomuseu apresentou-se assim, por um lado, com uma componente estável: a sua área/superfície.⁵⁶² Apresentou-

⁵⁶¹ Hugues de Varine, correspondência trocada connosco, a 13 de Agosto de 1999.

⁵⁶² A estabilidade da componente do território do Ecomuseu a que nos referimos, a sua área de potencial intervenção, só foi posta em causa, recentemente, devido a reivindicações de separação administrativa por parte de municípios de Amora, mas sem terem, contudo, consequências práticas.

se, por outro lado, com um dinamismo acentuado, devido aos aspectos demográficos, económicos e urbanísticos que já enumerámos anteriormente e que tornaram extremamente difícil, para o Ecomuseu, a estabilização, em diversos campos, da sua organização funcional e uma definição estratégica de objectivos adequados a esse mesmo território e à sua população.

O território definiu então uma zona de competências em função duma superfície e dos seus limites, sem que se esquecessem as origens sociais e culturais da territorialidade e a relação com o enraizamento e a identidade dos grupos humanos.

Mas é imprescindível distinguir duas vertentes da relação construída pelo ecomuseu e pela comunidade com o respectivo território: uma, de carácter administrativo, a outra, multifacetada, projectada a partir das investigações e pesquisas temáticas realizadas, disciplinar e interdisciplinarmente. É da fusão de ambas que emerge o contributo e o papel do museu no ordenamento e na transformação do território ou, pelo menos, a sua função pedagógica, de esclarecimento, de instrumento de interpretação das realidades, sob as aparências e dissimulações criadas e alimentadas por grupos de interesse e de poder, evidentemente adversos à existência do ecomuseu e à sua eficácia no quadro do desenvolvimento comunitário.

Intrínseca àquela dupla vertente – administrativa e temática/científica - a territorialidade do Ecomuseu deve ser avaliada tanto na perspectiva da sua intervenção directa no território, relativamente ao património e à memória colectiva, como do trabalho de museu no cumprimento das funções museais obrigatórias, com incidência na constituição e na gestão do seu acervo museológico.

Também o conceito e a definição da **região** reportada ao museu do Seixal deverão ser vistos na perspectiva dos seus campos temáticos de referência, globalmente ou em vertentes específicas do seu trabalho, nomeadamente ao nível das funções de investigação e de preservação, produtoras de conhecimento e de dados sobre os quais se constróem aquela mesma definição ou as diferentes definições, consoante o âmbito epistemológico ou a disciplina de base desse conhecimento.

Apesar de considerarmos do maior interesse a análise e o problema da aplicação destes conceitos (“região” e “território”), a extensão do seu tratamento mostra-se incompatível com os limites da nossa abordagem. Brevemente, acrescentemos que ao referirmo-nos a região temos em vista uma área ou extensão de espaço em função dos patrimónios e dos

elementos em que se constrói um sistema identitário. A noção de região é sem dúvida imprecisa e ambígua, variando consoante a disciplina ou o domínio com que se queira relacionar, o que coloca, como referimos, questões epistemológicas e sociais. Segundo os critérios de definição, será necessária uma adjectivação - *região natural, região histórica, região económica, etc.*- mas em última análise é pressuposta a procura de identidade(s), logo, são os grupos humanos, na sua complexidade, o princípio da organização regional.

Como vimos pelo enquadramento e pela caracterização e enumeração dos campos temáticos dos núcleos museológicos do Seixal, o território do Ecomuseu integra-se, segundo a perspectiva de interpretação, ora na “região” histórico-geográfica da antiga Almada e seu *termo*, ou na *Outra Banda* (enquanto margem esquerda do estuário do Tejo/ banda sul de Lisboa), ora na “região” administrativa-política, e também histórica e socio-económica, da Área Metropolitana de Lisboa.

Vista a questão a montante e a juzante do processo museal, tanto na perspectiva do “museu comunitário”, como da interacção museu-públicos, a delimitação de uma pretensa “região” de inserção ou de alcance da intervenção do Ecomuseu Municipal do Seixal continuará a ser difícil, e tanto mais complexa, quanto o nível de precisão do campo temático e de aprofundamento do estudo e investigação de patrimónios e de acervos. A título de exemplo, lembramos que ao Ecomuseu se reconhece um certo grau de representatividade, no espectro cultural regional, quanto se trata da cultura fluvio-marítima e das técnicas tradicionais de construção naval, um outro quando se aborda o período da romanidade, ou ainda um outro, também diferente, quando se trata da industrialização, nomeadamente (mas não só) a partir da incorporação de um vasto património duma empresa corticeira (que desde logo veio romper o âmbito territorial, nos planos temático e de proveniência, do acervo museológico, como teremos oportunidade de apontar mais adiante). E outros exemplos se poderiam aqui enumerar e analisar em detalhe, desde logo com o caso do moinho de maré recuperado e conservado em funcionamento, ele mesmo significativo no quadro de uma identidade regional bastante alargada. E, em contrapartida, teríamos outros tantos exemplos para diferentes demarcações regionais, consoante o conhecimento e o aprofundamento dos vários espectros temático-culturais.

Ligada tanto à acção da natureza como à acção do homem, na história, no tempo, a região tem tudo a ver com o movimento recíproco e a capacidade de adaptação da

população, de cada comunidade, aos lugares e aos seus recursos. A região é necessariamente o resultado de um sistema de relações, qualquer que seja o quadro social em que se situe.⁵⁶³ O que nos parece tornar pertinente a ideia de uma região funcional, no campo patrimonial e, particularmente, no campo museológico, com uma dinâmica interna própria, à medida das realidades sociais e da consciência dos grupos ou comunidades que a habitam. Se fosse definida uma escala, conceptualmente bem fundamentada, que contextualizasse a intervenção dos museus nessa região, poder-se-ia então avaliar o seu desempenho e o lugar ocupado (ou a ocupar) por cada um⁵⁶⁴. À luz de um tal processo, os museus e entidades paramuseais poderiam evoluir para um sistema de parcerias e de relacionamento em rede, abrangendo campos temáticos, organização e estruturas funcionais e territoriais e modelos de gestão. Mas, como vimos anteriormente, esse quadro não se aplicou à situação vivida, nem na Área Metropolitana de Lisboa, nem no distrito de Setúbal, nem no conjunto ou em parte dos concelhos ribeirinhos a sul do Tejo, em que se conta o do Seixal.

Apesar disso, a experiência patrimonial e museológica do Seixal contribuiu de forma marcante não só para a conservação e a apropriação social de traços e de testemunhos que identificam culturalmente o concelho, mas também para a compreensão e a emergência duma herança comum às comunidades de um espaço territorial mais alargado, de âmbito regional, quer por via do conhecimento disciplinar e científico, quer através dos contributos para o processo de renovação da memória colectiva.

O movimento a partir do qual se constituiu uma “coleção”, dando origem ao museu no Seixal, desenvolveu-se em múltiplas direcções que ganharam projecção simultaneamente ao nível regional: a noção de património foi alargada, as populações tomaram um papel mais activo na sua valorização e os poderes locais, expressando em parte a vontade e as aspirações daquelas, criaram novos meios de gestão desse património, atribuindo-lhe um valor acrescentado, enquanto recursos de

⁵⁶³ RONCAYOLO 1986: 169.

⁵⁶⁴ Recordamos os contributos teóricos e reflexões da APOM sobre importância e o papel a desempenhar pelos (inexistentes) museus de região, potenciais “pólos dinamizadores de acção cultural”, através do Colóquio de 1977, cujas Actas foram publicadas em 1982. Destacamos a pertinência e actualidade do conceito de “museu de região” como “instituição que poderá desempenhar um duplo papel extremamente relevante: por um lado na conservação e estudo do património cultural de uma dada região, cujos limites poderão ser de natureza geográfica ou histórica; e, por outro, na colaboração efectiva que deverá prestar à valorização cultural e mesmo técnica das suas populações, procurando inseri-las numa sociedade em rápida evolução, sem as desvincular das suas tradições, eliminando os possíveis e aparentes antagonismos entre estas e aquela.” (Cf. GIL e ALMAÇA 1982: 35-44).

desenvolvimento, à medida da sua fruição colectiva, incrementando-se as intervenções de cariz museológico.

O Ecomuseu Municipal do Seixal contribuiu para a aquisição de conhecimentos novos sobre a ocupação de um território entendido historicamente, interpretando as relações do homem com o meio para além das fronteiras do seu território administrativo. Da conservação e da valorização duma parte dos seus objectos de estudo, servindo em primeiro lugar para conferir identidade àquele território e à(s) respectiva(s) comunidade(s), advieram outras necessidades culturais, no plano social e individual, através das quais se desenvolveu o património e suscitou uma visão mais sustentada da(s) entidade(s) de âmbito regional.

Assim, ao nível da museologia e no quadro das experiências do Seixal, sublinhamos uma vez mais a importância da investigação, da interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade, incidentes no território e na(s) região/regiões, para o conhecimento dos seus problemas e a necessidade da sua aplicação à interpretação do património, por via de programações adequadas à respectiva valorização. Questão que se colocará com pertinência tanto maior, quanto se reconheçam os efeitos da extensão de competências do EMS no período analisado, proporcionando, em simultâneo com a sua afirmação, disfunções sectoriais cada vez mais acentuadas

4. EMERGÊNCIA DO PROJECTO *MUNDET* NO PROCESSO DE REPERSPECTIVAÇÃO DO ECOMUSEU

Em Dezembro de 1996, a Câmara Municipal do Seixal concretizou uma prévia deliberação de municipalizar os bens da maior fábrica desactivada do concelho, a corticeira *Mundet* do Seixal, aquela que havia sido a maior unidade industrial, no seu ramo, em toda a margem sul do estuário do Tejo, bem como a nível nacional, em termos de um mesmo patamar tecnológico aplicado aos vários sectores de preparação/transformação corticeiros que integrava⁵⁶⁵. Na primeira reunião camarária a seguir à aquisição, era apontada “como possível solução a transformação daquele espaço em Museu e Campo Universitário”.⁵⁶⁶ Naquele mesmo mês, a CMS incumbia a DPHN do inventário do património da fábrica,⁵⁶⁷ o que levou à correspondente atribuição de meios e à fixação de uma equipa de trabalho para esse objectivo.

Recordemos o ponto em que estava a evolução do Ecomuseu, para em seguida contextualizarmos o projecto *Mundet*, situando-o no processo de reperspectivação do museu. A emergência daquele projecto pode ser visto como um problema essencial a resolver, um desafio incontornável para a renovação da instituição museológica, que tomou um lugar central precisamente nos dois últimos anos, de 1998 e 1999.

Quando a CMS comprou a *Mundet*, pouco mais de catorze anos eram passados sobre a criação oficial do museu municipal. O programa que lhe serviu de base não fora nenhuma vez revisto ou reformulado, nem no plano político, nem no plano administrativo, por parte da CMS, respectiva entidade tutelar e sua promotora. O mesmo programa inicial mantivera-se subjacente à adopção da designação de ecomuseu e à correspondente adesão aos respectivos conceitos, no plano museológico. Depois disso, como vimos, nunca se chegara a uma hipótese concreta de reformulação programática, apesar das significativas modificações que, até então, a realidade já impusera às perspectivas de desenvolvimento do Ecomuseu, desde a sua fase de implantação no território, à sua consolidação, num modelo relativamente estabilizado

⁵⁶⁵ Em 27 de Novembro de 1996, por proposta do Presidente da Câmara, Eufázio Filipe G. José, a CMS tomou a deliberação, aprovada por unanimidade e em minuta, de aquisição da fábrica *Mundet*, no quadro do respectivo processo de falência e hasta pública e de contracção de empréstimo para essa mesma aquisição.

⁵⁶⁶ Câmara Municipal do Seixal, Acta nº 26, reunião ordinária de 11/12/1996.

⁵⁶⁷ Deliberação da Câmara Municipal do Seixal de 23 de Dezembro de 1996.

quanto à sua organização territorial, mas revelando sinais persistentes de disfunções sectoriais. Se aos seus responsáveis – tanto no plano científico e museológico, como no plano hierárquico/de gestão – já se colocavam questões importantes quanto à conjugação disciplinar e ao alargamento de campo temático, quanto à estrutura funcional e territorial do Ecomuseu, enfim, quanto às relações com a comunidade e à missão do museu municipal, a emergência do projecto *Mundet* tornou incontornável o caminho que levava a uma reperspectivação. Por esse caminho, como vimos também no capítulo anterior, haviam-se disperso algumas iniciativas, umas que mal passaram de intenções de novos núcleos museológicos, outras que se mostraram insuficientes para a constituição de verdadeiros projectos. Reconhece-se, contudo, a importância e a singularidade do caso do Seixal, no quadro do movimento museológico que em Portugal atravessou as décadas de 80-90. Em primeiro lugar, porque estamos perante uma iniciativa ou processo museológico em construção, com actividade permanente, e porque essa iniciativa se reivindica seguidora de uma filosofia ecomuseológica. E, em segundo lugar, porque a ideia e o reconhecimento da pertinência de uma reprogramação decorrem da evolução do museu e partem da própria entidade de tutela e da sua equipa técnico-científica.

O estabelecimento de uma ligação funcional e orgânica do museu à maior fábrica desactivada do concelho, a partir do final de 1996, conferiu uma maior premência àquela ideia, perante a qual se veio estender um novo espectro de possibilidades e de vontades expressas – pelos políticos, pelos técnicos, pela comunidade – e um conjunto de questões, tão essenciais à renovação do Ecomuseu como as anteriores: que valor atribuía a comunidade ao espólio da *Mundet* e que lugar esta ocupava na memória dos antigos trabalhadores e dos outros elementos da comunidade; qual o modelo orgânico e quais as formas por que se deveria proceder à aplicação de funções museais ao sítio, aos edifícios, aos equipamentos industriais, às memórias presentes da vida na/da fábrica; qual o âmbito e dimensão da intervenção municipal, com que parceiros se iria relacionar e que lugar assumiria o Ecomuseu, quanto ao património industrial corticeiro da *Mundet*, considerado na sua globalidade. Das respostas a formular e do tipo de medidas a tomar, passou também a depender a capacidade renovadora do Ecomuseu Municipal do Seixal, a partir desta fase da sua existência. O funcionamento da instituição neste período e o desenvolvimento ou recessão do processo museal terão sem dúvida um

importante significado no actual contexto político-cultural e na envolvente social, quer a nível territorial, quer, porventura, ao nível regional e nacional.

4.1. Contexto da questão: as experiências de museologia centradas no património industrial do concelho e nos fenómenos industriais

4.1.1. Património industrial e museologia

No final dos anos 90 (e, como vimos, num quadro de situação sócio-política muito diferente dos finais da década de 70/princípio de 80) o museu municipal encarou a análise de públicos e de utilizadores como um instrumento de avaliação do seu trabalho e um dado de programação, até porque, se não o fizesse, não teria elementos de comparação, na orgânica municipal, com outras actividades culturais, com as quais passou a disputar financiamentos e públicos, mesmo sabendo-se que tais actividades são de uma difícil comparação, e nem sempre adequada, dado que provêm de entidades com missões distintas e com intervenções muito diferentes, quer face à população do território, quer face à inserção regional e nacional. A política cultural reflectida na vida do Ecomuseu Municipal do Seixal foi condicionada por factores não exclusivamente endógenos, entre os quais incluímos a inexistência, em Portugal, de um sistema nacional de museus ou de redes de parcerias, sinal mais do que evidente da subestimação política geral das potencialidades e das obrigações dos museus no nosso país; e a própria diferença de estatuto enquanto entidade museal, associada à denominação institucional, cujo efeito um pouco marginalizador (ainda que associado ao processo de inovação) o Ecomuseu de alguma forma se esforçou por superar, tanto no meio museológico, como, sobretudo, junto da comunidade e dos públicos.

Segundo Jean Davallon⁵⁶⁸, entre as três grandes mudanças que afectaram o mundo dos museus e do património no decorrer das duas últimas décadas, ocorreu uma alteração do contexto decisório, em geral, ligada às tutelas administrativas e financeiras e à emergência e racionalização de políticas culturais. Independentemente do grau de aprofundamento ou de definição de tais políticas, a instituição museal esteve cada vez mais sujeita à competição com outras instituições desenvolvendo actividades culturais, assim se sujeitando aos critérios, essencialmente políticos, de validação e de financiamento baseados em dados de acção com os públicos. Outra mudança, talvez a

mais notada, foi de ordem organizacional: os museus desenvolveram-se, os seus fundos e acervos foram acrescentados, intensificaram-se as actividades de difusão e os seus públicos aumentaram. A terceira mudança, que Davallon considerou a mais profunda e porventura a mais importante, situa-se a um nível social e simbólico, consistindo no alargamento e no acrescentamento do que foi considerado como património e, portanto, digno de ser conservado. O seu duplo efeito sobre os museus reverteu, por um lado, no aparecimento de novos tipos de museus, nomeadamente de etnologia e de história. Por outro lado, como seu resultado, a conservação, a gestão e a valorização de algumas formas de património, ainda que permanecendo ligadas à instituição museal, ou não foram sempre resultado de museus, ou ultrapassaram-nos largamente.

~~Tais mudanças repercutiram-se, necessariamente, nos públicos.~~ Entre estes e os diferentes patrimónios criaram-se relações diferentes, evoluindo também de maneiras diferentes. Essa evolução parece mostrar que um património correspondente a um conceito mais tradicional – como o património artístico – se enquadra mais facilmente numa lógica de protecção nacional; enquanto que o património reconhecido segundo conceitos mais recentemente explorados – por exemplo, o património industrial – remetem preferencialmente para uma lógica comunitária, podendo suscitar um envolvimento directo da comunidade na sua conservação e valorização, e um maior interesse e do prazer de fruição por parte dos públicos. Globalmente, a evolução confirma e aprofunda o alargamento do conceito de património, cuja interpretação requer um crescente esforço de interdisciplinaridade, passando -mesmo a exigir a superação transdisciplinar de fronteiras abstractas do ponto de vista da percepção dos públicos.

Mesmo sendo discutível até que ponto os protagonistas da nova política patrimonial e da criação do museu municipal do Seixal, respondendo a necessidades políticas da época, tiveram a intenção ou a consciência de abrir caminhos inovadores, ou até que ponto terão calculado as virtualidades de uma experiência comunitária, de carácter identitário, numa estratégia de desenvolvimento local, a prática seguinte revelou a aplicação de conceitos, fossem eles formulados empiricamente ou apreendidos como parte de um modelo teórico, que dificilmente se aplicariam num museu previamente instituído e com uma estrutura estabilizada.

⁵⁶⁸ V. DAVALLON 1997: 39-47.

No Seixal, foi essencialmente por via da história e da arqueologia que se identificou o “património” como recurso para o desenvolvimento da comunidade, utilizado, através do museu, como suporte de comunicação e como material de acção.⁵⁶⁹

O estudo e a interpretação do património, feitos à medida de um levantamento geral, ou de uma pré-inventariação, que teve a preocupação de abranger todo o território concelhio, segundo os recursos disponíveis e apoiado na participação de elementos da comunidade, evidenciaram a importância dos testemunhos directamente ligados às actividades industriais e às principais formas de subsistência das populações, reportados à ocupação humana e à sua interacção com o meio envolvente. O estudo e a interpretação do património criaram a necessidade de valorizar alguns desses testemunhos, que globalmente designamos por ~~património industrial~~ ~~paisagens~~, edifícios, sítios, máquinas, técnicas e saberes, registos sobre as fábricas e sobre o trabalho, memórias dos trabalhadores e da vida das empresas. A noção de património industrial pressupõe o “polimorfismo” de acervos e/ou de fundos documentais, constituídos não apenas por objectos científicos e técnicos, mas por tudo o que contribua para documentar e interpretar todas as facetas desse fenómeno complexo⁵⁷⁰.

O terreno da memória da indústria foi, em parte devido à sensibilidade de Georges Henri Rivière,⁵⁷¹ incluído no campo das actividades dos primeiros ecomuseus, em França, particularmente no Ecomuseu do Creusot, já referido nos capítulos anteriores do nosso trabalho.

As necessidades de gestão do património da indústria pressupõem diversas actividades que têm vindo progressivamente a ser enquadradas na programação e no funcionamento de museus de sítio, ou de museus com um campo temático reportado a uma indústria, ou ainda de ecomuseus e museus com um terreno de intervenção relativamente definido (ou *território*), pondo cada vez mais o acento na noção de sistema de produção, na história do trabalho industrial, nos produtos da indústria e na sua evolução em função do desenvolvimento tecnológico⁵⁷². Fruto de investigações e de um trabalho interdisciplinar, entre os seus principais objectivos inclui-se a protecção e a conservação de paisagens e de edifícios, de sítios, de maquinaria, de colecções de produtos e de

⁵⁶⁹ V. VARINE 1992: 459-462.

⁵⁷⁰ V. BARBLAN 1985: 40-45.

⁵⁷¹ V. BERGERON 1985: 23-24.

⁵⁷² V. BERGERON 1992: 271-280.

arquivos, bem como a recolha e o registo de memórias, experiências e saberes, junto das últimas gerações das comunidades industriais. Ora, apesar de aquele património, para além de estar habitualmente associado a espaços degradados ou mesmo em abandono e, em contrapartida, potencialmente urbanizáveis, e apesar de apresentar, com frequência, dimensões tais, que remetem para uma escala de grandes intervenções, não se pode ignorar que o êxito destas depende, em grande medida, da reconstituição, não só dos ambientes, mas também do funcionamento de sistemas e de máquinas, através dos quais se interpretem e compreendam as tecnologias e as relações homem-máquina, recursos naturais-indústria, sociedade-meio.

Se a herança industrial é imensa e aparentemente infindável, na actual sociedade pós-industrial, os desafios que se colocam àqueles que lidam com o problema seguem a mesma proporção. Assim, por um lado, nem todo o património industrial poderá ser integrado em museus, devendo-se estudar e programar formas diversas de valorização, explorando coerentemente outras funções sociais, que possam corresponder às necessidades das populações e, enquanto objecto cultural, aos interesses dos públicos.⁵⁷³

Por outro lado, ao intervir no património industrial, os museus podem e devem ajudar a identificar, ou mesmo protagonizar, estratégias de intervenção no meio, contribuindo para o desenvolvimento comunitário, que passam pela reflexão sobre a relação entre a desindustrialização e as políticas de constituição de acervos (recursos endógenos daquele mesmo desenvolvimento), sua incorporação e restante tratamento museológico e museográfico, na perspectiva duma apreensão pelos públicos, capaz de influenciar os seus comportamentos sociais.⁵⁷⁴ Por último, a selecção dos testemunhos materiais a preservar adquire grande importância, sobretudo se tivermos em conta que uma das características da industrialização é precisamente a homogeneização das formas de trabalho e de vida, traduzidas na homogeneização das ferramentas, dos utensílios e dos elementos de construção, na *standardização* dos produtos, fazendo com que se considere o património industrial construído como não excessivamente singular, apesar das naturais excepções, tornando essencial avaliar a sua importância em função da sua implantação e do seu impacto num determinado lugar, e, quanto a uma valorização que passe pela sua musealização, torna indispensável que se perspectivem e interpretem as

⁵⁷³ V. BERGERON e DOREL-FERRÉ (sd).

⁵⁷⁴ V. PEREIRA 1997: 187-190.

particularidades ou matizes locais, que lhe possam conferir singularidade a nível mundial.⁵⁷⁵

Embora permanecendo alvo de controvérsia e de diferentes interpretações, quanto ao seu âmbito temático e cronológico, a arqueologia industrial, tal como já referimos em capítulo anterior, tomou um lugar importante nas investigações interdisciplinares, sobretudo na segunda metade do século XX, tendo por objectivo o património industrial e o conhecimento das sociedades industriais⁵⁷⁶. Aceite, desde os anos 60, como área de estudo dos testemunhos físicos do desenvolvimento social, económico e tecnológico do período histórico da industrialização capitalista, correspondente, em geral, aos últimos 250 anos, consideramo-la distinta, por exemplo, da história industrial, porque assenta num trabalho de campo sistemático e no estudo organizado de evidências físicas, constituindo uma fonte complementar de conhecimento, em relação ao obtido unicamente por via das pesquisas documentais. Quer se concentre na interpretação de sítios, estruturas ou mesmo paisagens, quer em artefactos, a arqueologia industrial tem de definir, como qualquer outra disciplina, os métodos e técnicas, conforme as áreas em que se aplicam, as complementaridades com outros estudos e a interdisciplinaridade das investigações.⁵⁷⁷

Confrontados com a destruição de vestígios físicos – incluindo a própria paisagem – em larga escala e a uma velocidade incompatível com os tempos do trabalho científico, não tem sido raro os arqueólogos do período industrial cederem ao que tomam como prioridade, tendo em vista a preservação do património, nomeadamente os inventários e registos superficiais de campo. Embora algum conhecimento obtido por essa via tenha frequentemente contribuído para o desenvolvimento da museologia dos fenómenos industriais, fica em aberto a questão do âmbito e das técnicas de investigação de campo aplicadas ao património industrial, a par dos problemas colocados pela sua conservação.

À luz das anteriores considerações, as experiências de âmbito patrimonial e museológico centradas no património industrial do concelho do Seixal e nos fenómenos industriais⁵⁷⁸ não podem deixar de ser analisadas e tomadas como referência e base de

⁵⁷⁵ V. RAHOLA 1998: 11-18.

⁵⁷⁶ V. MENDES 1982: 3-11 e 1994: 81-100.

⁵⁷⁷ V. PALMER e NEAVERSON 1998: 1-15.

⁵⁷⁸ V. CUSTÓDIO 1999: 15. À “vertente recente da museologia, a que se tem dado o nome de industrial”, o autor prefere dar o nome de “museologia dos fenómenos industriais”, posição com que actualmente nos identificamos.

reflexão crítica, face à emergência de novos projectos e à necessidade de futuras intervenções, decisivas para a identidade do museu, segundo o carácter que assumirem.

4.1.2. Balanço sumário de experiências anteriores

Para um balanço sumário dessas experiências e/ou dos projectos anteriores, no território do concelho do Seixal, envolvendo património industrial, consideramos que se cruzam duas linhas de análise. Uma linha distingue o património integrado na estrutura territorial e funcional do Ecomuseu Municipal do Seixal e, portanto, incorporado neste, do património conservado sob responsabilidade e iniciativa de outras entidades, ainda que contando com alguma participação do Ecomuseu. A outra linha de análise leva-nos a distinguir o património que foi conservado *in situ*, daqueles testemunhos que foram deslocados, descaracterizados, portanto, enquanto património industrial. Na conservação de património *in situ* ainda consideramos importante confrontar duas situações diferentes: uma, em que os testemunhos foram conservados em estado de funcionamento; outra, em que permaneceram desactivados. O quadro seguinte resume tais situações:

QUADRO 5 - Resumo e tipificação de anteriores experiências e de projectos de conservação de património industrial, no território do concelho do Seixal

RESPONSABILIDADE DA INTERVENÇÃO (E PROPRIEDADE)	FORMA DE INTERVENÇÃO EM PATRIMÓNIO INDUSTRIAL		
	PATRIMÓNIO INDUSTRIAL CONSERVADO <i>IN SITU</i>		PATRIMÓNIO OU ESPÓLIO DESLOCADO DO SÍTIO INDUSTRIAL
	EM FUNCIONAMENTO	DESACTIVADO	
Ecomuseu Municipal do Seixal	Moinho de Maré de Corroios (espaço/núcleo museológico)	Mundet, Seixal	Construção naval, de Arrentela e Seixal Têxtil, Fábrica de lanifícios de Arrentela Vidros, Fábrica de vidros de Amora Cortiça, Fáb. Mundet, Seixal Resinas, Fáb. SOCER, Amora ...
Ecomuseu Municipal do Seixal e entidades privadas		Lagar de azeite do Fogueteiro (com Coop.Agríc.AS, CRL) Lagar de azeite da Quinta do Pinhalzinho (com morador e com proprietário)	Construção naval – Venâncios, Amora
Entidades privadas	Fábrica de pólvora de Vale de Milhaços (produção industrial)		Explosivos, SPEL, Santa Marta de Corroios: museu de empresa

4.1.2.1. Património *in situ*

Começando pelo património integrado na estrutura territorial e funcional do Ecomuseu Municipal do Seixal, o caso de referência é o Moinho de Maré de Corroios, na medida em que constitui a única experiência de conservação de património industrial

in situ e em estado de funcionamento, com a simultânea incorporação do saber-fazer do moleiro.

Henrique Coutinho Gouveia, J. V. de Figueiredo e Margarida Chorão de Carvalho sublinharam o alcance de que se reveste “a salvaguarda e o aproveitamento museológico de sítios, ou seja de testemunhos culturais do âmbito do património edificado ou natural e paisagístico”, onde se incluem os testemunhos respeitantes à tecnologia tradicional, para um melhor conhecimento da realidade patrimonial portuguesa. Em síntese, dizem-nos que “o aproveitamento museológico ou musealização de um sítio corresponde ao reconhecimento do seu valor cultural e consequente preservação, no local, dos testemunhos que o traduzem, procurando interpretá-los de modo que possam ser compreendidos pelo público visitante proporcionando-lhe, desse modo, um melhor conhecimento de aspectos particularmente significativos da vivência da região ou localidade em que se situam.”⁵⁷⁹

Ao analisar as inovações museológicas induzidas a partir do tratamento de acervos e de testemunhos organizados em ligação com um espaço exterior ou aí integrados, H. C. Gouveia apontou “as alterações significativas nas características do acervo, que passa a incluir testemunhos do património edificado, e no espaço de exposição, que, consequentemente, é transferido para o exterior, passando a adquirir as dimensões de um parque”. É assim ressaltada uma importante alteração de carácter restritivo, “pois os testemunhos culturais a conservar e a interpretar constituem parte integrante do local”. Outra das características da renovação museológica contemporânea registada, a propósito da aplicação de tais conceitos e práticas museológicas ao modelo proposto por Georges Henri Rivière, aplicado e desenvolvido pelos ecomuseus, corresponde ao seu carácter laboratorial e interdisciplinar e à preferência dada a temas, realidades e questões com projecção actual, em vez de estarem subordinados aos ramos do conhecimento científico.⁵⁸⁰

No Seixal, no início da década de 80, quando os investigadores e a comunidade local tomaram consciência do interesse histórico e do valor patrimonial do Moinho de Maré de Corroios, desencadeando a sua aquisição pela autarquia e a iniciativa de o proteger e preservar, aquele elemento industrial perdera praticamente a sua função e o significado, tanto no plano social e económico, ao nível da comunidade local, como ao nível dos

⁵⁷⁹ V. GOUVEIA, FIGUEIREDO e CARVALHO 1993: 7-8.

⁵⁸⁰ V. GOUVEIA e CARVALHO 1987: 7-9.

seus proprietários e dos seus operadores. Devido ao seu carácter único e ao estado de conservação em que se encontrava – mais nenhum moinho de maré do Seixal se encontrava em funcionamento e em situação tão favorável para uma recuperação – e simultaneamente à sua representatividade e simbolismo – ilustrando bem o importante conjunto moageiro que desde o século XV se implantou no estuário do Tejo e apontado como exemplo da industrialidade do concelho – o Moinho de Maré de Corroios correspondia, numa dada fase social, cultural e política, a critérios definidores de interesse público, passando a considerar-se musealizável, no próprio local.

Neste processo, que poderíamos enquadrar, por exemplo, numa das situações-tipo analisadas por Hugues de Varine⁵⁸¹ o Ecomuseu lidou e procurou interpretar na sua globalidade, no tempo e no espaço, o testemunho da actividade moageira e do aproveitamento, pela comunidade, dos recursos naturais do estuário. Como “objecto”, interdisciplinarmente, o edifício, com o seu equipamento, e a sua envolvente, ou seja, o sítio industrial, foi tratado museológica e museograficamente. Foi utilizado pela comunidade e apresentado aos visitantes do espaço museal enquanto instrumento didáctico e de valorização cultural, constituindo uma importante iniciativa de qualificação do meio urbano e de preservação do ecossistema do sapal, em que está inserido. Para cumprir tais funções, o programa de conservação e de reutilização previu o funcionamento dos engenhos de moagem e da comporta, o que implicou a manutenção da morfologia exterior, tanto das margens e do leito do rio, como da caldeira.

Longe de constituir um objecto de museu tradicional, o Moinho de Maré de Corroios, como conjunto de objectos – ou objecto complexo *in situ* - entrou fisicamente no museu. Foi por ele estudado, documentado, conservado, interpretado e exibido. Da preservação e da valorização do moinho de maré em estado de funcionamento, resultantes da sua musealização pelo Ecomuseu, e face aos requisitos da acessibilidade de públicos, decorreu a transformação do espaço e, em parte, da paisagem envolventes. Uma eventual intervenção de protecção e de salvaguarda do moinho que ocorresse noutro contexto, fora da instituição museal, não teria as mesmas consequências. Para além do reconhecimento do objecto como património, de acordo com as opiniões e sentimentos expressos pela comunidade, com o conhecimento histórico produzido pelos técnicos e com as medidas tomadas no plano jurídico e político, sabemos, porém, como

⁵⁸¹ V. VARINE 1992: 446-487.

seria improvável que outra instituição tomasse a seu cargo a conservação e a valorização daquele bem patrimonial, com o grau de exigências requeridas, sem passar pela “institucionalização do objecto como objecto de museu”.⁵⁸²

A comunidade local, agente do processo de patrimonialização e sendo ela própria a primeira detentora dos recursos – materiais e imateriais – que se tornaram objecto de valorização, não deteve uma participação directa na intervenção museal, a não ser a partir do momento em que passou a fruir do objecto museológico como núcleo do Ecomuseu, utilizando, inclusivamente, o produto da moagem tradicional, à qual a sua conservação *in situ* e em funcionamento deu uma segunda vida e permitiu prolongar, mesmo sem uma utilização industrial do moinho de maré. Para tal foi indispensável, como vimos, manter activo e transmitir o saber-fazer do moleiro, necessário para conservar e fazer operar todo o sistema de moagem. Esse saber-fazer consiste num conjunto de conhecimentos e de competências técnicas adquiridos na acção e numa experiência prática ligada aos engenhos, aos materiais, aos produtos e às características específicas do lugar, quer naturais, quer alteradas por factores físicos recentes⁵⁸³.

Situação distinta, de **património conservado na sua função de origem**, sob responsabilidade duma entidade não museal e de acordo com princípios de organização e de produção industrial, é a da fábrica de pólvora de Vale de Milhaços.

Aquela fábrica, pertencente à *Sociedade Africana de Pólvora, Lda.*, já se encontrava representada na exposição e no catálogo de 1981, sobre “O Trabalho na História do Concelho do Seixal”, como vimos no segundo capítulo.

⁵⁸² V. DAVALLON 1995: 157-161. Ao conceito de *musealização*, Davallon (199) faz corresponder “uma institucionalização do objecto enquanto objecto de museu (isto é, enquanto objecto das operações práticas efectuadas pelo museu)”. Distingue-o do conceito de *patrimonialização*: “reconhecimento de um objecto (objecto comum) enquanto objecto de património”, “de acordo com os membros de um grupo social”. Para LAMEIRAS-CAMPAGNOLO e CAMPAGNOLO (1998: 175-198), na sua acepção “literal”, o conceito *musealizar*, isto é *tornar museal*, “encarado como um processo abrangendo toda a cadeia de transformação de informação que constitui cada uma das fórmulas de concretização do conceito de museu, partilha uma fracção do seu vasto e heterogéneo campo semântico com o conceito «incorporar» que, situado a montante dessa cadeia, engloba as diferentes figuras de ingresso administrativo-técnico-científico-jurídico, no acervo museológico, das diferentes classes de bens”.

⁵⁸³ MOREL 1989: 1-15, analisou o termo *saber-fazer* sob várias acepções. Designando “l’ensemble des connaissances qu’il faut posséder pour réaliser une production. Dans cette acception, le savoir-faire n’est généralement pas le privilège d’un seul mais celui d’une collectivité. La collectivité peut être celle formée par l’ensemble des membres d’une entreprise, ingénieurs et ouvriers qui associent leurs compétences. Mais ce peut être aussi la collectivité locale qui, de génération en génération, a su reproduire en son sein les compétences et qui s’est donc fait une spécialité de telle ou telle production” (4-5).

Embora a imprensa local destacasse a importância industrial da fábrica, pelo menos desde finais dos anos 50⁵⁸⁴, foi obviamente a partir do levantamento histórico-cultural promovido pela CMS, e do interesse manifestado pela AAIRL relativamente ao património industrial do concelho, incluindo o da pólvora, em Vale de Milhaços, que emergiu o seu reconhecimento como património cultural, apoiado pelos seus proprietários, a quem coube o inegável mérito de garantirem não só a autenticidade do sistema produtivo, como também de proporcionarem a sua divulgação, através do acesso a visitantes de variadas proveniências. Ocorreu assim um processo de patrimonialização, em que a comunidade local, em primeiro lugar os trabalhadores da fábrica, o Ecomuseu e a CMS, detiveram um importante papel. Por parte do Ecomuseu, esse papel foi subordinado a objectivos estratégicos, mais claramente definidos, como vimos, a partir de 1994-1995, em que se incluiu a apresentação de uma proposta de classificação a apresentar ao IPPAR, aprovada pela CMS e Assembleia Municipal.

O caso da fábrica de Vale de Milhaços enquadra-se, por seu lado, nas considerações de Hugues de Varine⁵⁸⁵ sobre os elementos patrimoniais que possuem uma função actual (tratando-se aqui da função de origem) e um significado decorrente do valor que têm na sociedade e no quotidiano de uma comunidade, tornando-se essencial mantê-los *in situ*, enquanto subsistam a função e o significado respectivos. O Ecomuseu Municipal acompanhou e procurou tomar em linha de conta esse património, prevendo a sua utilização em favor do desenvolvimento local e comunitário, considerando a sua inserção ambiental e social. Foi neste contexto que iniciou, com o consentimento dos proprietários e com a participação dos técnicos e dos operários da fábrica, o inventário de património industrial relativo ao circuito da pólvora negra (cujo motor central é uma máquina a vapor), que promoveu e exibiu ao público uma exposição temporária comemorativa dos 100 anos da fábrica – “Fábrica de pólvora de Vale de Milhaços: comemorar o centenário (1898-1998)” – e o respectivo programa de animação, incluindo numerosas visitas ao sítio, e que editou materiais de divulgação destinados a públicos diversificados e a aprofundar a comunicação com a comunidade directamente ligada à fábrica. O desenvolvimento do trabalho centrado no património industrial de Vale de Milhaços tomou em conta a vertente do saber-fazer, procedente da prática e da

⁵⁸⁴ A título de exemplo, recordamos notícias registadas no quinzenário local *Tribuna do Povo*, nomeadamente em 5 de Dezembro de 1957 (Ano V, nº 95), p. 10: “Sociedade Africana de Pólvora, Lda.”, salientando a qualidade dos seus produtos.

⁵⁸⁵ Cf. VARINE 1992: 460.

experiência pessoal, transmitida ao longo de várias gerações de operários do circuito específico da pólvora negra, inerente e necessário à laboração e manutenção da série de máquinas operadoras e do sistema de transmissão de que faz parte a máquina a vapor.⁵⁸⁶

Embora permanecendo no lugar onde desempenhou a função industrial de que decorreu o seu reconhecimento, o **património industrial desactivado e/ou descaracterizado** assume características bastante diferentes, nomeadamente face à perda de envolvente humana. A sua situação condicionou o programa da respectiva valorização e a intervenção do Ecomuseu Municipal.

Os antecedentes do caso *Mundet* serão abrangidos a seguir, onde analisaremos a ligação entre a antiga fábrica e o museu, o qual foi incumbido da selecção, estudo, incorporação e difusão do respectivo **património industrial**.

Outro caso é o dos dois lagares de azeite, cronologicamente complementares e tecnologicamente sequentes – o do Pinhalzinho, tendo operado até ao início dos anos 50 do século XX, o do Fogueteiro operando desde então, até aos anos 80 e correspondendo à tecnologia em vias de uma generalizada substituição em todo o país.

Sob a forma de um protocolo assinado pela CMS e pela Cooperativa Agrícola de Almada e Seixal, CRL, entre esta e o Ecomuseu estabeleceu-se uma cooperação que, para além da preservação do edifício e do equipamento industrial existente, visava a sua recuperação funcional e a revitalização da actividade produtora de azeite no concelho, no âmbito daquela Cooperativa, e passando pelo retomar do trabalho do antigo operador do lagar (o qual, embora desempenhando diferentes tarefas, continuava ali empregado).

O projecto dos dois lagares de azeite - do Fogueteiro e da Quinta do Pinhalzinho, a que já fizemos diversas referências, nos capítulos anteriores - foi articulado com o inventário e a descrição sistemática de testemunhos existentes nesse campo, no concelho, sob as linhas gerais delineadas para um programa museológico comum a elaborar a partir de um trabalho de pesquisas locais sobre as tecnologias tradicionais do azeite.

⁵⁸⁶ Os conhecimentos, eminentemente práticos, que designamos por saber-fazer, dos operários da Sociedade Africana de Pólvora, estão estreitamente ligados às matérias e produtos associados à pólvora negra e à singularidade da cadeia operatória e do sistema instalado há 100 anos em Vale de Milhaços. Aqueles operários identificam-se com a especificidade da fábrica e constituem marcas da sua identidade. Cf. MOREL 1989: 4-5.

O projecto de revitalização de um dos lagares, oportunamente proposto pelo Ecomuseu e consignado no protocolo já referido com os actuais proprietários, indissociável da componente de interpretação/exposição do projecto de musealização, fundamentou-se ainda no interesse ambiental do tratamento e conservação das manchas de olival existentes no concelho e no aproveitamento económico dos frutos, actualmente desperdiçados, nomeadamente de numerosas oliveiras integradas em propriedades municipais, como os espaços exteriores da *Mundet*.

Os principais obstáculos ao plano de salvaguarda e de valorização dos lagares de azeite têm consistido ou reflectem-se, ora no adiamento da atribuição de recursos financeiros para obras de conservação do sítio, obras essas que, mediante o protocolo de cooperação com a CAAS, CPU, se tornaram de responsabilidade da CMS, ora na adiada negociação, apenas encetada, entre a CMS e os proprietários da Quinta do Pinhalzinho, a fim de municipalizar o respectivo lagar. Podemos assim concluir que a questão da propriedade e a parceria das intervenções sobre o património condicionou e restringiu, na prática, o desenvolvimento dos projectos correspondentes.

Aquela mesma questão de propriedade e a falta de mecanismos técnicos para instituir e operacionalizar parcerias entre a CMS e entidades privadas, destinadas à protecção e reutilização de património cultural, perfigura-se mais uma vez como um problema, na experiência e no delinear do projecto sobre a fábrica de pólvora de Vale de Milhaços.

Em contrapartida, realça-se o papel que a comunidade assumiu em ambas as situações – lagares e fábrica de pólvora – eminentemente ligado, por um lado, à vivência nos sítios e à memória social do trabalho, e, por outro lado, ao valor dos equipamentos de produção e à sua função na vida do grupo. Com um peso relativo muito menor no caso do Moinho de Maré de Corroios, o envolvimento da comunidade, sobretudo dos grupos profissionais que lhe estão ou estiveram associados (e/ou seus familiares) corresponde a uma mais-valia de grande importância no processo de documentação e de pesquisa, de conservação e de interpretação⁵⁸⁷, contribuindo decisivamente para uma patrimonialização dos testemunhos industriais com a perspectiva da sua musealização.

⁵⁸⁷ No que toca à interpretação do património industrial, a experiência tem confirmado como é essencial a participação dos operadores das máquinas e equipamentos, ajudando os inventariantes de património ou os investigadores a procederem a um registo sistemático daqueles. Nos casos em que o museu tornou contacto com equipamentos vandalizados ou sítios industriais num avançado estado de desmantelamento, tornou-se muito difícil, mesmo em presença dos seus antigos operadores, a reconstituição e descrição do seu funcionamento e das suas particularidades técnicas.

Constatamos que a incorporação do objecto no Ecomuseu tornou viável uma intensa actividade no que toca à difusão. Quanto à conservação, a resolução dos problemas à dimensão do Moinho de Maré de Corroios, a que nos referimos, parece-nos convergir para uma estratégia integrada, em meio urbano, de qualificação ambiental/valorização patrimonial. Supõe-se ainda que o mesmo tipo de estratégia se terá de aplicar à fábrica de pólvora, nomeadamente devido à sua dimensão, sobretudo se o princípio da conservação *in situ* e em funcionamento também for coerentemente aplicado.

Finalmente, destacamos o aspecto que confere um carácter inovador a esta experiência mais recente, de registo, simultânea interpretação e exposição do circuito industrial da pólvora negra de Vale de Milhaços, que consiste na coexistência do trabalho de museu, com o apoio do corpo técnico e restantes trabalhadores da fábrica e a participação de um número significativo de outros elementos da comunidade, com a própria actividade industrial, contribuindo para um prolongamento e a permanência desta, no tempo e no espaço, no sentido de definir e encontrar soluções para a preservação do património.

4.1.2.2. Património deslocado do sítio industrial

Sob esta caracterização geral, identificamos dois tipos de situação que conhecemos e em que se encontra património industrial no concelho do Seixal: o que foi **incorporado no Ecomuseu como seu acervo móvel** e o que **constitui acervo de museu de empresa (a SPEL)**.

A intensa e diversificada actividade industrial no concelho desde logo cria dificuldades à selecção dos testemunhos a que se reconheça pertinência da incorporação no(s) museu(s), tendo particular importância a informação contextual obtida pela relação daqueles com os edifícios e a paisagem. Lidando com objectos que não foram concebidos isoladamente, as sucessivas mudanças tecnológica, o fluxo de novas técnicas e a dimensão dos equipamentos tornam complexa a tarefa do museu, levando por vezes a ponderar a alternativa de substituição dos objectos reais pelo seu registo, em diferentes suportes.

O tratamento patrimonial dos fenómenos industriais coloca necessidades específicas a que as funções museológicas e a aplicação de metodologias interdisciplinares podem responder de forma privilegiada, nomeadamente através da investigação, assim como da

interpretação e da exposição, exigindo que se associem diversos recursos, que envolvem por vezes os arquivos e as bibliotecas, para além dos próprios museus.⁵⁸⁸

Quer se trate de um museu, quer de uma empresa ou de uma associação, a experiência demonstra a importância de programas bem definidos de intervenção, que consignem os responsáveis pela sua concretização. No concelho do Seixal lamenta-se a perda irremediável do património industrial que cedo fora identificado na *Companhia de Lanifícios de Arrentela*, sobre a qual haviam trabalhado membros da AAIRL ainda nos anos 70 e divulgado a existência e a organização de importante arquivo e de documentação iconográfica e fotográfica, guardados pela própria empresa, e que o Programa do Museu Municipal, de 1982, também referia, no âmbito das participações das entidades locais na salvaguarda de património. Desse arquivo apenas foram recolhidos elementos dispersos, incorporados pelo Arquivo Histórico Municipal, enquanto o Ecomuseu procedia ao registo precário dos edifícios daquela histórica unidade industrial oitocentista, coexistindo, no terreno, com a sua demolição quase total, num quadro de situação aparentemente paradoxal para o município em questão. Quanto aos objectos e documentos recolhidos ainda durante o funcionamento da fábrica ou salvos no limite da sua destruição, podemos dizer que só um grande esforço de pesquisa, com recurso à história oral, *a posteriori* da recolha, é que permitirão a sua plena incorporação no Ecomuseu e, sobretudo, o seu usufruto social.

Recordemos ainda que os primeiros objectos recolhidos em meio industrial quando foi feito o levantamento histórico-cultural em 1979-1981 se destinaram à exposição sobre “O Trabalho na História do Concelho do Seixal” e que parte deles, reconhecido o seu valor patrimonial, e integrados no Museu Municipal, deram corpo à sua exposição permanente, a partir de 1982, no Núcleo Sede da Torre da Marinha, mantendo-se alguns em exibição, muito significativamente, ao longo das remodelações que aquela veio a sofrer.

Quanto aos testemunhos identificados e recolhidos através de pesquisas sobre a fábrica de garrafas de Amora ou encontrados por via da intervenção de campo de 1983, com a AAIRL, foram também parcialmente interpretados e inseridos em exposições do Ecomuseu – permanente (na sede) e temporária (“Dos vidros de Coia à Fábrica de

⁵⁸⁸ V. BERGERON 1992: 271-280.

Garrafas e de Vidros de Amora [1888-1930] – Cinco séculos de indústria do vidro em Portugal”, em 1985).⁵⁸⁹

Não se reunindo as devidas condições para o estudo e a documentação dos objectos, para a sua conservação e para a sua interpretação e exibição, devemos questionar-nos até que ponto esses objectos se poderão considerar património industrial, depois de terem sido deslocados do sítio/do contexto, ou que leitura poderão vir a ter e que formas de valorização poderão ser submetidos, ainda que administrativamente incorporados num museu. Esta avaliação torna-se mais ou menos pertinente consoante a inserção das iniciativas de recolha em projectos de estudo ou em séries com significado no campo temático dos núcleos ou do Ecomuseu no seu todo ou ainda conforme a complementaridade de recursos museais no território, perspectivando fundos documentais acessíveis aos utilizadores, reservas de estudo, exposições temporárias ou outras formas de aproveitamento no quadro de programações futuras.

Finalmente, quanto ao acervo da SPEL e à constituição do respectivo museu, instalado no edifício do antigo laboratório químico da fábrica, tanto o tratamento do espaço como da colecção seguiram princípios museológicos. Permanece porém em aberto o efectivo interesse da empresa pelo seu património industrial, passados onze anos sem qualquer dinamismo daquele projecto, mantido graças à dedicação e competência de um único responsável e zelador da referida colecção, a qual poderia perfeitamente ser reenquadrada museologicamente, se tal fosse útil à sua conservação e a uma mais eficaz valorização e fruição pública.

4.2. A fábrica face à estrutura e à missão do Ecomuseu

O processo de patrimonialização da antiga fábrica de cortiça do Seixal, no sentido do seu reconhecimento pela comunidade local como recurso simbólico e “memória histórica”⁵⁹⁰, iniciou-se muito antes da suspensão da sua actividade industrial, ocorrida em 1989. A população das freguesias mais próximas detinha uma ligação estreita com a indústria corticeira, nomeadamente através das fábricas *Mundet* – a do Seixal

⁵⁸⁹ Apesar de ter sido tomada na altura como uma inovação no plano arqueológico e do património industrial, a intervenção de campo na fábrica da Amora não teve repercussões no aproveitamento museológico dos testemunhos resultantes directamente daquelas pesquisas.

⁵⁹⁰ Noção de Maurice Halbwachs citado por RAUTENBERG 1998: 282. Para o autor citado as noções de memória histórica e de memória social confundiam-se, considerando-as uma memória exterior, oposta às recordações pessoais que designava por memória interior.

(1906/1989) e a de Amora (1917/1964) – onde, geração após geração, milhares de homens e de mulheres trabalharam, onde os seus filhos frequentaram as respectivas creches (e, no Seixal, a Casa da Infância), onde receberam assistência clínica, onde participaram em organizações e colectividades cívicas, culturais e desportivas.⁵⁹¹

A seguir ao 25 de Abril, a fábrica vivera um período socialmente muito conturbado, em que se terão modificado, tanto qualitativa como quantitativamente, as relações entre a comunidade e a fábrica, quer entendendo esta como o espaço de vivência das pessoas, quer como a empresa a que se associou uma cultura própria, projectada em inúmeros aspectos da vida, da sociedade e do meio locais. Mudaram formas de organização dos trabalhadores, relações de produção e relações sociais, alteraram-se as bases materiais de inserção da empresa na economia local, alterou-se o papel da comunidade restrita ligada à fábrica, na comunidade local, com o aprofundar da crise e finalmente com a desactivação da produção e o encerramento definitivo dos portões do lugar onde haviam

⁵⁹¹ A partir de finais do século XIX a Margem Sul do Estuário do Tejo tornou-se um importante pólo de desenvolvimento da indústria corticeira portuguesa. O concelho do Seixal, bem como os de Almada, Barreiro e Montijo, assumiram um papel particularmente relevante nesta industrialização, em virtude de ocuparem uma posição privilegiada, próximo das principais áreas de implantação do sobreiro, beneficiar da existência de mão-de-obra abundante e de grande proximidade das instalações portuárias de Lisboa. Em 1917 as fábricas de cortiça em Portugal, que constavam do inquérito industrial, eram 218, espalhadas por 24 distritos. O Seixal era já importante pela concentração de mão-de-obra. Em 1930, das 432 fábricas de cortiça portuguesa, 111 localizavam-se no distrito de Setúbal, 3 delas no Seixal, mas detendo uma elevada percentagem do total trabalhadores corticeiros. O distrito detinha, por exemplo, em 1938, o primeiro lugar na capacidade das caldeiras de cozer cortiça. Em 1943, acolhia 36% das fábricas de cortiça do país – ou seja 302, num total de 840 -, com 48,8% dos operários do sector – isto é, 9125 de um total de 18704. A firma *L. Mundet & Sons* instalou-se na Quinta dos Franceses, lugar da vila sede do concelho do Seixal, em 1906, sabendo-se que em 1907 já exportava importantes quantidades de rolhas de cortiça, para os principais mercados da época. Em 1917, já como *L. Mundet & Son, Ic.* esta firma abriu uma segunda fábrica no concelho, em Amora (que laboraria até 1964). A firma expandiu-se também, em Portugal, pelas localidades do Montijo – cuja fábrica encerrou praticamente em simultâneo com a do Seixal – e, no Alentejo, por Mora e Ponte do Sor, cujas fábricas encerraram na década de 60. No estrangeiro, a organização *Mundet* teve fábricas e/ou depósitos instalados em San Antonio, Palamós e Sabugo, Brooklyn e Nova Iorque, Hamburgo e Buenos Aires. O maior incremento da indústria corticeira no Seixal deu-se entre a primeira década e os anos 40 do nosso século. Depois disso e embora decrescendo em número de trabalhadores, algumas fábricas, entre as quais se inclui a *Mundet* continuaram a afirmar-se, mundialmente, pela qualidade e pela diversidade dos seus produtos, tanto do sector rolheiro, como dos aglomerados e decorativos. Em fase de crescimento a *Mundet* concentrava elevado número de trabalhadores. Quando a empresa era reconhecida como a maior do mundo no seu ramo – abrangendo fábricas em Portugal e no estrangeiro e exportando para todos os continentes – as suas fábricas no concelho (no Seixal e em Amora) tinham 3000 operários, em 1940 (cerca de 1/3 do total de trabalhadores da indústria da cortiça no distrito de Setúbal e cerca de 15% do total de trabalhadores a nível nacional) e mais de 4000 trabalhadores tinha a fábrica do Seixal, em 1947. O distrito de Setúbal polarizou, por um largo período, praticamente até à década de 70, a grande, a média e a pequena indústria corticeira em Portugal, com a respectiva concentração de mão-de-obra, quer deslocada de outras actividades – ou do próprio concelho, ou do distrito, ou de outras regiões do país -, quer devida à circulação de trabalhadores corticeiros. Mas em nenhum outro sítio ocorreu o tipo de estrutura fabril do Seixal. Apenas o Montijo excedeu o Seixal em concentração de operariado, com a significativa diferença que o Seixal tinha um número restrito de grandes fábricas de indústria transformadora, enquanto no Montijo se verificava uma

coexistido as lutas sociais e a actividade industrial. Esperamos porém que estes e outros aspectos, que não pretendemos aqui enumerar sistematicamente, façam parte de futuros trabalhos de pesquisa local, que teriam a maior pertinência não só na perspectiva da programação museológica que antevemos associada ao projecto *Mundet*, como da compreensão do processo de desindustrialização e do desenvolvimento do concelho em geral.

Recordamos que, durante a última década de vida da empresa, o museu havia recolhido, sem nenhum plano definido de incorporação, algumas máquinas e espólio disperso proveniente das suas instalações. Na exposição permanente do núcleo da Torre da Marinha, inserida no sub-tema da industrialização, tomava lugar a representação da indústria corticeira, com destaque para a referida fábrica. Na reformulação parcial da exposição, em 1992, realçara-se essa representação, tanto museograficamente, como no trabalho subsquente de interpretação desenvolvido pelo Serviço Educativo e na difusão impressa. Depois do encerramento da fábrica e de um levantamento global dos circuitos de produção e dos espaços da fábrica, tinham-se gorado, lamentavelmente, algumas tentativas de recolha tanto de espólio documental como de máquinas, apenas se chegando a incorporar parte de um reduzido espólio da antiga Comissão de Trabalhadores, por iniciativa e vontade expressa da mesma. Acontecera, porém, entre o encerramento, em 1989, e o leilão e aquisição dos bens da firma no Seixal, em 1996, com as frequentes incursões do museu no terreno da fábrica, incluindo a relação com antigos trabalhadores, o estabelecimento de uma progressiva cumplicidade de objectivos, envolvendo o reconhecimento da fábrica como sítio histórico e lugar de memórias, a consciência e a necessidade de valorização da importância tecnológica dos testemunhos da prestigiada indústria corticeira seixalense de outrora e a partilha do desejo de tornar a fábrica um “museu”, capaz de transmitir todos as atitudes controversas face às suas experiências de vida e às suas memórias, que as pessoas quisessem expressar, mas de profundo sentimento de orgulho pela sua ascendência industrial corticeira, particularmente ligada a uma cultura de empresa, a *Mundet*, mesmo que também tivessem trabalhado noutras fábricas do concelho ou da região.

autêntica pulverização de unidades de níveis inferiores, em todos os ramos de fabrico. Cf. FILIPE, 1992a : 63-68.

4.2.1. Do Ecomuseu para a *Mundet*: potencialidades e limitações (o que o museu traz à *Mundet*)

4.2.1.1. Papel do museu na patrimonialização da fábrica

Embora haja indicações de que a força política preponderante na CMS tinha como objectivo de referência a elaboração de uma “carta de património” do concelho⁵⁹², tal instrumento de gestão nunca veio a existir formalmente, podendo assim concluir-se que foi a deliberação de 1995 relativa a propostas de classificação de sítios e de imóveis, em que se incluía a *Mundet*, que contribuiu significativamente, na prática, para que esta fosse assumida como património a salvar.

Definindo-se, enquanto ecomuseu, como instituição cultural que assegura, de forma permanente, num dado território, com a participação da e para a população, as funções de investigação, de conservação, de documentação, de interpretação, de exposição e divulgação de bens culturais e naturais, incorporando-os e/ou valorizando-os a partir e na perspectiva do desenvolvimento do tecido cultural e humano, onde se contextualizam aqueles bens representativos do território e da sua própria população, a missão fundamental do Ecomuseu Municipal do Seixal é a de recolher, interpretar e comunicar informação sobre a realidade territorial e populacional do concelho em que se insere, contribuindo para as memórias colectivas e para reforçar as identidades locais – através do trabalho museal, nas suas diversas vertentes - e para estimular o desenvolvimento cultural, tornando-se ele próprio instrumento activo (com o reconhecimento da população) e resultado dum desenvolvimento sustentado do território/da região.

Desde a emergência de uma política patrimonial no concelho, foi sob uma dinâmica museal e associadamente ao museu municipal/Ecomuseu, que praticamente tomaram corpo todas as iniciativas municipais nessa área – situação que de resto tentámos analisar nos capítulos anteriores da nossa dissertação. Quando, fora do contexto funcional e organizativo do museu, se configuraram outras competências incidindo, abrangentemente, sobre o património, os efeitos práticos chegaram a ser desastrosos, denotando uma dicotomia de aplicação das políticas enunciadas.⁵⁹³

⁵⁹² V. *Programa Eleitoral – Câmara Municipal e Assembleia Municipal – CDU – 1997*: 3. Sob o título de “Desenvolvimento Integrado”, afirmava-se que a gestão CDU iria “ter por base” entre os “instrumentos de planeamento sectorial”, a “Carta do Património”.

⁵⁹³ Tanto as intervenções feitas supostamente ao abrigo do regulamento municipal de gestão dos núcleos urbanos antigos, como outras intervenções assumidas parcelarmente sobre imóveis (caso da antiga sede da Sociedade Filarmónica União Arrentelense), prevaleceu a obra de engenharia e de civil ou então a

Consideramos que o processo de **patrimonialização** da *Mundet* teve projecção no Ecomuseu Municipal a partir de 1990.⁵⁹⁴ Ainda que tal nem sempre fosse explicitado, o nosso pressuposto de partida foi que se tinha de considerar o sítio na sua globalidade, com os limites conferidos pela propriedade industrial. Serão precisamente os momentos ou factos em que o museu participou que seguidamente referiremos, num processo de reconhecimento e de formação, no tempo e no espaço, de uma atitude da comunidade, reflectida ou directamente expressa por diversas pessoas e por entidades que imanam dessa comunidade e que a enquadram política e juridicamente. Ao museu coube fazer emergir e valorizar, simultaneamente com a vertente político-jurídica, quer a vertente afectiva e da ligação das pessoas ao sítio e à fábrica, quer a vertente cognitiva, em parte associada à memória, mas desenvolvida e aprofundada pelas pesquisas de campo e documentais, interconectando tais vertentes e potenciando-as como componentes do processo de protecção daquele património.

Manteremos a sequência cronológica na nossa descrição, uma vez que apenas se pretende dar uma perspectiva de relance sobre esta experiência e, fazendo-o, lançar a hipótese de que perante factos diferentes, sob a acção de outros sujeitos ou encadeados por outra ordem de prioridades, teria necessariamente resultado uma outra realidade, colocando também problemas diferentes no plano museológico em que nos detemos.

No início de 1992, apesar das dificuldades de acondicionamento e da falta de espaços de reservas, o Ecomuseu Municipal procurava desenvolver diligências para a aquisição de espólio diverso da fábrica, nomeadamente algumas máquinas, ora por estarem isoladas, ora por recear que se perdesse parte do respectivo contexto, nas oficinas. O objectivo consistia, simultaneamente, em manter o acesso às instalações, identificar e aprofundar o conhecimento sobre os fundos documentais e o espólio que ali permaneciam. Nesse

arquitectura revelou-se descontextualizada das exigências do meio envolvente, fazendo prevalecer a ideia de um crescimento urbano dissociado das marcas identitárias da ocupação humana no território e ao património ambiental (casos de urbanizações em diversas freguesias).

⁵⁹⁴ Iniciadas no princípio de 1990 as nossas primeiras pesquisas sobre a indústria corticeira e a *Mundet*, e a reflexão proporcionada, ainda que dada a nossa breve experiência no quadro institucional e museológico do Seixal, levaram-nos desde logo a sublinhar a necessidade de uma inventariação sistemática do património industrial, procurando o envolvimento e a participação da comunidade, a par da formulação de algumas propostas concretas para uma musealização ou a criação de um percurso museológico na fábrica, indicando espaços prioritários a preservar e a leitura que deveria estar subjacente à sua interpretação e apresentação. Com base no contacto, ainda que superficial, com o arquivo e documentação temática de excepcional interesse, formulámos também a ideia de criação de um *Centro de Documentação da Cortiça*, a instalar precisamente num dos edifícios em melhor estado e de mais fácil acesso, para trabalho técnico e para futuros utilizadores exteriores – os escritórios da gerência (escritórios “novos”, antiga Casa da Infância), no qual se encontrava grande parte daqueles arquivos e documentação e onde preconizávamos que os mesmos fossem preservados e tratados documentalmente.

ano, num artigo intitulado “Breve abordagem à história da indústria da cortiça no concelho do Seixal” considerávamos que caberia “à comunidade local pronunciar-se sobre o destino de significativos espaços industriais em desactivação, cuja reocupação será decisiva para o desenvolvimento local. O peso da indústria corticeira confere-nos a obrigação de preservar alguns dos seus mais importantes testemunhos materiais que constituirão valiosas fontes de investigação, as quais, com a memória colectiva, poderão ser a base de compreensão das actuais e futuras mudanças e das opções de desenvolvimento”.

A ideia genérica de constituição de um núcleo museológico da cortiça na *Mundet* foi formulada em 1994 e estava implícita na proposta aprovada pela Câmara e pela Assembleia Municipais sobre património do concelho a classificar.⁵⁹⁵

Depois da recolha de espólio doado pela Comissão de Trabalhadores da *Mundet* do Seixal, era a vez da selecção e recolha de espólio da delegação local do Sindicato dos Corticeiros do Distrito de Setúbal, na sequência do seu encerramento, em 1994. Na apreciação de campos temáticos no trabalho do museu e na tentativa de planificação de potenciais incorporações, definia-se progressivamente o projecto da cortiça. A fábrica passara a estar sob administração do Tribunal, por via de um administrador de falência.⁵⁹⁶ Continuavam a gorar-se as propostas de aquisição de espólio, mas o Ecomuseu contou, a partir de então, com um interlocutor importante, nos serviços municipais, o assessor jurídico do Presidente da Câmara, que ajudaria, no plano jurídico e político, a fundamentar e a dar consistência àquelas propostas.⁵⁹⁷ Por um lado, as

⁵⁹⁵ O memorando de Fevereiro de 1994 intitulado “Património construído e património natural do concelho do Seixal. Propostas de próximas classificações e de plano de desenvolvimento a longo prazo do projecto museológico municipal” incluía, no quadro do Ecomuseu Municipal, o Núcleo da cortiça na *Mundet*; as propostas de classificação de património foram objecto de deliberação entre Janeiro e Fevereiro de 1995.

⁵⁹⁶ Antes de tornada pública a administração de falência da fábrica, o conhecido empresário e especulador imobiliário Xavier de Lima pretendia adquiri-la, chegando a instalar pessoal e servindo-se do acesso pleno ao recinto e edifícios industriais. Depois de decretada a falência da *Mundet*, a missão do administrador era alienar os seus bens e pagar as dívidas da firma aos respectivos credores. Sendo comum a muitas empresas de diferentes ramos industriais, este processo ocorreu no Seixal também noutros casos em que o Ecomuseu detectou/identificou espólio com um particular interesse histórico-industrial, mas só no caso da *Mundet* se conseguiu intervir com eficácia.

⁵⁹⁷ Não podemos deixar de nomear o referido assessor, Dr. António Babo, que desde o primeiro contacto com o processo e colaborando com o museu, corroborou a viabilidade de aquisição de peças com valor museológico e patrimonial, apontando soluções à CMS, nomeadamente a aquisição por hasta pública ou por negociação directa e imediata com o administrador da falência. Foi na sequência do seu parecer que a Administração da CMS (por despacho de 31.05.1994) incumbiu diversos serviços, incluindo a DPHN/Ecomuseu, de analisarem “neste contexto a possibilidade de salvaguarda de património móvel”. Lamentamos que o Dr. António Babo, vitimado por um acidente, não tenha presenciado o desfecho do caso e a municipalização da antiga fábrica.

propostas tratadas com a empresa encarregada da venda judicial dos bens continuavam a centrar-se em espólio móvel; por outro, os critérios de venda teriam a ver com o valor de mercado dos objectos – sabendo-se que, como habitualmente em tais situações, as máquinas eram consideradas sucata, pressuposto que o museu não estava evidentemente interessado em contradizer publicamente.⁵⁹⁸

Ainda em 1994, conquanto o conhecimento sobre os espaços da fábrica continuasse a ser limitado pelas dificuldades de acesso às instalações, as propostas da DPHN/Ecomuseu evoluíram “para a musealização do sítio – em moldes e numa extensão a considerar”, defendendo-se “o seu enquadramento arquitectónico e paisagístico, em função do rio e do espaço urbano envolvente”⁵⁹⁹. Na mesma altura, prosseguiram os contactos relativamente à eventual aquisição de máquinas, de que se veio a conhecer o valor global determinado pelo síndico da falência.⁶⁰⁰

Em Fevereiro de 1995, como já vimos, a proposta de classificação patrimonial da *Mundet* integrava-se no conjunto de imóveis aprovado, com esse mesmo propósito, pelas instâncias máximas da administração local. No Seminário sobre Museologia Industrial organizado no Porto pela Associação para o Museu da Ciência e Indústria e Associação para o Museu dos Transportes e Comunicações, a autora apresentou a comunicação intitulada “Antigas fábricas em meios urbanos – como transformar os espaços de trabalho em locais de cultura?”, em que evidenciava a importância do caso *Mundet*, delineando algumas possibilidades do seu aproveitamento museológico.

Tendo em vista a aquisição de espólio da *Mundet*, a CMS deliberou, em Abril daquele mesmo ano (1995) a constituição duma Comissão de acompanhamento de negociação.⁶⁰¹ O passo seguinte consistiu, em conformidade com as regras impostas

⁵⁹⁸ Apesar de consideradas sucata no processo de venda judicial decorrente da declaração de falência, do levantamento feito pelo museu tinha-se conhecimento do interesse industrial (tecnológico) de algumas dessas máquinas, sabendo-se, aliás, que outros exemplares do mesmo tipo já tinham sido adquiridas e transferidas para fábricas em actividade, dando continuidade a um processo histórico de réplicas e de transferência de saber técnico por via de profissionais do mesmo sector.

⁵⁹⁹ Informação/proposta da DPHN/Ecomuseu de 19 de Novembro de 1994, intitulada “Preservação e musealização da Mundet do Seixal”. Nela propunham-se ideias básicas para uma musealização indicando os vários espaços/oficinas a preservar.

⁶⁰⁰ Esse valor global era de 4000 contos.

⁶⁰¹ Essa Comissão de acompanhamento de negociação da CMS, aprovada por unanimidade, a partir de proposta da DPHN, a 19 de Abril de 1995, era constituída por Graça Filipe, pelo assessor jurídico atrás referido (António Babo) e pelo director do departamento financeiro. A dita comissão nunca chegou porém a reunir formalmente, apesar de a deliberação camarária dar o prazo de 10 dias úteis para o efeito e das diversas insistências da DPHN documentadas. O assessor jurídico manteve contudo os contactos com a

pelo processo jurídico, na identificação das “verbas que terão interesse museológico”, para verificar “a possibilidade de constituição de um lote com as peças que interessam”. A par da elaboração da respectiva lista, o Ecomuseu insistia já claramente na necessidade de se inventariar o espólio, de preservar arquivos, assim como na dificuldade de autonomizar máquinas, descontextualizando-as do sítio que lhes conferia leitura e significado; no conhecimento incompleto que se possuía da fábrica.

Depois de um leilão sem quaisquer resultados, em Maio de 1995, a CMS oficiou a empresa leiloeira⁶⁰² informando-a que pretendia “intervir, no caso da Mundet, preservando um conjunto de elementos que serão testemunho da actividade da empresa e fábrica corticeira Mundet, ao longo de gerações, no Seixal. Cumpre-lhe salvaguardar objectos, máquinas e contextos que serão estudados, conservados e transmitidos às gerações vindouras”. Propunha-se, entre outras medidas, a aquisição pela CMS por negociação, de um lote constituído pelos objectos indicados e enumerados.

Foi porém na sequência dos contactos entre a Universidade Aberta e a CMS, e sujeitando-se aos prazos do processo administrativo da falência, que veio a ser formulada, a proposta concreta de “aquisição da fábrica Mundet, no quadro do processo de falência e hasta pública respectivo-contracção de empréstimo para aquisição”⁶⁰³

A 10 Dezembro 1996, no terceiro leilão efectuado, a CMS adquiriu finalmente a *Mundet*.⁶⁰⁴ Ora respondendo a pareceres solicitados, ora antecipando-se-lhes, nesse mesmo mês a DPHN apresentou informações e um memorando com propostas sistemáticas de intervenção museológica na antiga fábrica, elaboradas e subscritas pela signatária. Na véspera do leilão, aliás, era defendido “o princípio de que só se deve retirar o espólio depois de muito bem documentado o seu contexto (na fábrica) e desde que todas as hipóteses de preservação naqueles espaços estejam esgotadas”⁶⁰⁵ (...)” A utilização do enorme perímetro ex-industrial da *Mundet* no Seixal (...)apresenta-se como

empresa leiloeira, pelo que a informação se mantinha actualizada, permitindo manter-nos ao corrente do processo em curso quanto ao leilão dos bens da fábrica.

⁶⁰² O memorando da CMS “Mundet- Seixal – Proposta de salvaguarda de património cultural móvel pela Câmara Municipal do Seixal” foi enviado à empresa a 23 de Maio de 1995.

⁶⁰³ 27 Novembro 1996 - proposta do Presidente à CMS, aprovada por esta por unanimidade. A 9 de Dezembro 1996, em reunião extraordinária da Assembleia Municipal, foi aprovada por unanimidade e aclamação a deliberação da CMS.

⁶⁰⁴ A aquisição consumou-se por 621 mil contos.

⁶⁰⁵ Informação de 9 de Dezembro de 1996 “Mundet-apontamentos sobre utilização dos espaços da antiga fábrica”, pp.1-2.

um verdadeiro projecto de desenvolvimento local baseado numa dinâmica cultural e na rentabilização de recursos endógenos.” A ideia sustentada, quanto à sua utilização e apontando-se a localização estratégica e o valor histórico, patrimonial e urbanístico do conjunto, abarcava a instalação do “pólo museológico central do Ecomuseu”, ao mesmo tempo de um pólo museológico decorrente da interpretação do sítio e da própria fábrica, no Seixal.⁶⁰⁶ Defendia-se que a “musealização” teria sempre de se basear no prévio levantamento e inventário, e deveria ser resultado de um programa interdisciplinar.

Em 11 Dezembro 1996, recordamos, registou-se em acta de Câmara “como possível solução a transformação daquele espaço em Museu e Campo Universitário”⁶⁰⁷.

Imediatamente após o leilão e como primeiro contributo para esse processo de programação, elaborou-se um documento de trabalho bastante completo, dada a fase em que nos encontrávamos, intitulado “Notas de trabalho tendo em vista o interesse numa intervenção museológica na Mundet – Seixal (no âmbito do Ecomuseu Municipal do Seixal)”.⁶⁰⁸ Do seu conteúdo, que tinha sido objecto das reflexões que acompanharam o processo de patrimonialização dos anos imediatamente anteriores, salienta-se: “Face à necessidade de reconversão de tão importante sítio industrial – o da Mundet – emerge a utilidade de reabilitar e valorizar imóveis, a que deve ser reconhecido o valor patrimonial, dada a pertinência da conservação dos testemunhos de uma cultura industrial e da valorização do trabalho. A transmissão dos saberes e das técnicas, das memórias operárias, requer a participação da comunidade, a que o museu deve procurar responder, através de diferentes formas de intervenção e no quadro numa reformulação das práticas museológicas, numa sociedade industrial e de mudança”. (...)“Cremos estar perante a necessidade de adaptação do programa museal do Ecomuseu, estendendo-se este a um lugar que teve uma função industrial predominante no Seixal, seu território de referência, A actividade a que esteve afectado o sítio tem de ser “incorporada” na programação. A programação deste – ou de outro – núcleo do Ecomuseu tem sempre de ser contextualizada no seu todo, interdisciplinarmente e

⁶⁰⁶ No mesmo documento apontavam-se ainda outras potencialidades tais como “os novos Paços do Concelho” e um “centro cívico urbano, na sua pluralidade de valências, que se constitua elo de ligação entre o Núcleo Urbano Histórico da antiga vila do Seixal (prolongado, de certa forma, no Bairro Novo – constituindo este, hoje em dia, também um “núcleo histórico” do Seixal) e as novas zonas urbanizadas da actual cidade, em que o próprio Fórum Cultural se deverá inserir”.

⁶⁰⁷ V. Acta da CMS nº 26, da reunião ordinária de 11/12/1996.

⁶⁰⁸ O documento com data de 10 de Dezembro de 1996, de 22 páginas, procurava lançar o processo de programação que deveria reportar-se à reutilização dos espaços, municipalizados, da antiga fábrica.

reportado ao território de referência, que é o Seixal/região da margem sul do estuário do Tejo/*Outra Banda*.⁶⁰⁹

A Câmara incumbiu então a DPHN/Ecomuseu e a Divisão de Biblioteca e Arquivo Histórico, de proceder aos levantamentos e inventários do variado espólio, incluindo portanto o documental e arquivístico.

Em Janeiro de 1997 a Universidade Aberta apresentava, por seu lado, numa “Memória descritiva para elaboração do programa preliminar do campus da Universidade Aberta” a ideia de um “Museu da Cortiça”, a instalar num edifício que se construiria no recinto da antiga fábrica.⁶¹⁰

Ainda que sem uma linha definida de trabalho para a recuperação dos espaços e sua reutilização, a perspectiva de instalação da universidade fez evoluir um pouco o processo em que participaram diferentes departamentos da CMS. Foram ainda discutidas em Abril de 1997 as “Notas de trabalho: espaços e funções do núcleo sede do Ecomuseu municipal – projecto de reutilização das instalações da Mundet”, que não vieram porém a ter qualquer seguimento prático.

4.2.1.2. Trabalho do museu na fábrica (projecto das áreas funcionais e dos serviços do museu, na *Mundet*)

O trabalho do museu na fábrica iniciou-se praticamente no dia seguinte ao da sua aquisição, assentando, por um lado, na utilização dos recursos existentes, adaptados à nova situação em função da experiência adquirida e, por outro lado, no prévio conhecimento dos espaços, que nos permitiam na ocasião traçar prioridades de intervenção. Estas tinham a dupla preocupação de corresponder aos sentimentos e opiniões expressas localmente em relação aos bens da fábrica, genericamente considerada património cultural e histórico, de cariz industrial, do concelho/da comunidade, e de tomar medidas básicas de preservação física daqueles bens,

⁶⁰⁹ “Notas de trabalho tendo em vista o interesse numa intervenção museológica na *Mundet* – Seixal (no âmbito do Ecomuseu Municipal do Seixal)”, 10.12.1996, p. 4. Este memorando foi complementado por outro, de 16 Dezembro 1996 - “Notas de trabalho II. Sobre a utilização de espaços da fábrica Mundet do Seixal, propriedade da Câmara Municipal com vista à instalação do Núcleo Sede do Ecomuseu Municipal”.

⁶¹⁰ “Memória descritiva para elaboração do programa preliminar do campus da Universidade Aberta” 1997: 81/82. As suas “especificações” são incaracterísticas, não se reportando em nenhum ponto à própria fábrica. Remete-se para a construção de um edifício de três pisos, ignorando-se assim a própria componente arquitectónica e o interesse histórico dos imóveis existentes.

garantindo a possibilidade de recuperação e/ou de reutilização e valorização, assim como de estudo, a curto e a médio prazo.

A primeira necessidade identificada foi, sem dúvida, a do inventário dos bens, que desde logo nos aparecia associado ao propósito de pôr de pé um projecto de investigação sobre a indústria da cortiça no concelho e, particularmente, sobre o caso da *Mundet*.

Para o projecto “Mundet” foram definidos recursos no âmbito mais geral do Inventário de Património Industrial (IPI), que se iniciara em Outubro de 1996, tendo o mesmo de se adaptar a diversas emergências como esta.⁶¹¹

Ao mesmo tempo, foi necessário proporcionar um certo grau reconhecimento, particularmente por parte da Câmara, da importância do inventário, do tempo e dos meios indispensáveis à sua realização, a que se ligava o estudo monográfico da *Mundet*, estudo esse que nos parecia de grande significado para a história industrial corticeira portuguesa do século XX. A necessidade de integrar este estudo numa visão mais alargada, ligada a localizações e áreas industriais e de relacionar a vida da fábrica do Seixal com factores endógenos e exógenos,⁶¹² , levou-nos a procurar estabelecer relações com outras entidades. No que concerne a museus, demos particular atenção ao Museu da Cortiça de Palafrugell, integrado na rede de museus industriais agregados ao Museu da Ciência e da Técnica da Catalunha, onde efectuámos uma primeira visita em Maio de 1997 e estabelecemos contactos para uma cooperação futura, que se veio a revelar de mútua eficácia, como referiremos, muito brevemente, nas considerações finais.

O trabalho de **investigação** do Ecomuseu aplicado à *Mundet* consistiu por um lado na formulação de um método de registo que articulasse a intervenção no terreno e a pesquisa documental, acompanhando-o da formulação de hipóteses de interpretação histórica, para o que se tornava de grande utilidade o facto de se estar a desenvolver o projecto geral de inventário de património industrial do concelho. Para além desta fábrica, e no quadro do IPI, foram feitas pesquisas de campo numa outra importante unidade industrial do sector, igualmente desactivada, o que se revelou de grande

⁶¹¹ Os principais objectivos deste projecto do Ecomuseu Municipal do Seixal, desenvolvido a partir de Outubro de 1996, consistindo num programa de trabalho de inventário e estudo do património industrial do Concelho do Seixal, foram enunciados no ponto 3.4.3.2. do terceiro capítulo.

⁶¹² Cf. CUSTÓDIO 1996: 10.

utilidade do ponto de vista da interpretação de ambas. Quanto à pesquisa histórica, confirmava-se a excepcional importância dos arquivos e da documentação da *Mundet*, que a equipa não podia explorar, nem veio a consegui-lo no período seguinte, pela falta de recursos face à imensidão do espólio existente e à sua dispersão pelas instalações da fábrica. Esta dispersão e a localização precisa de arquivos, documentação e registos diversos reportados, quer à edificação e equipamentos, quer à actividade de produção e à vida social da empresa, foram apontados como elementos a registar rigorosamente, ainda que não passasse despercebida a perda de contextos de informação originais, ora por vandalismo, ora por ignorância e curiosidade de quem circulara nos últimos dez anos pela fábrica.

A relação com a comunidade, numa situação de grande expectativa face ao destino da fábrica, colocava-nos problemas bastante diferentes do que era habitual na vida do Ecomuseu, sendo evidente que teríamos de capitalizar o potencial de informação das pessoas em articulação com outras frentes do nosso trabalho e que não só dispúnhamos de meios insuficientes para tal, como não se perfilavam as condições de um rápido desenvolvimento do processo de recuperação que fosse satisfazer aquelas mesmas expectativas.

O museu pretendia atribuir aos antigos trabalhadores deste sector, sobretudo aos mais ligados à *Mundet*, sujeitos da história do trabalho e da indústria corticeira, um papel interveniente na protecção do património industrial, mas a extensão dos espaços e a complexidade das oficinas requeriam que a própria equipa técnica se documentasse e se preparasse para tal.⁶¹³ Constatava-se que a memória dos operários, mesmo a de alguns responsáveis ou encarregados, se encontrava fragilizada em muitos aspectos, pelo que o suporte prévio da recolha de informação era tanto mais necessário.

Convidadas algumas dezenas de trabalhadores e trabalhadoras, realizou-se um primeiro encontro, num dos núcleos do Ecomuseu, por rearmos as reacções emotivas que se manifestassem e com as quais, colectivamente, teríamos mais dificuldade em lidar.⁶¹³

A partir desse encontro, deu-se preferência às entrevistas pessoais, que foram tendo lugar, à medida dos contactos, ora por iniciativa dos próprios, ora por solicitação do

⁶¹³ Esse primeiro encontro organizado pelo Ecomuseu Municipal com antigos trabalhadores da *Mundet* teve lugar na Quinta da Trindade, no dia 13 de Fevereiro de 1997. Seguindo o mesmo método da entrevistas pessoais, o encontro foi integralmente gravado e as intervenções dos trabalhadores foram transcritas.

museu, tanto em casa das pessoas, quando manifestavam essa vontade, como na fábrica, nomeadamente no espaço com que a experiência do antigo trabalhador o relacionava mais directamente.

Em pouco tempo se conseguiu que os resultados destes contactos fossem extensivos ao plano da conservação, estabelecendo-se cooperações pontuais com vista à recuperação de máquinas, destinadas a incorporação no Ecomuseu Municipal e/ou tendo em vista a futura unidade museológica.

Dos primeiros passos dados desde o dia da aquisição, no plano da conservação, constava a vigilância e guardaria permanente do espaço. Mas se esta, resolvida mediante recrutamento de serviços externos à Câmara, se revelaria uma questão problemática persistente, o pior problema que se enfrentava era o mau estado em que se encontravam a maior parte das coberturas e dos vãos dos edifícios. O problema assumia um peso particular dada a extensa frente urbana da fábrica, emblemática, mas que infelizmente a Câmara não cuidou de preservar atempadamente, preferindo optar, nesse ponto particular e no geral dos bens da *Mundet*, por intervenções de recurso, de pouca eficácia e inadequadas às necessidades globais e às exigências da conservação do património imóvel e ambiental associado à nova propriedade municipal.

Agravadas as dificuldades pela ausência de um programa de fundo, que mobilizasse coordenadamente os serviços municipais, coube ao Ecomuseu, mais precisamente ao Serviço de conservação, ao Serviço de inventário e estudo de património industrial e ao Centro de Documentação e Informação o peso das várias frentes de trabalho na fábrica ou directamente decorrentes daquele. O aumento de registos de entrada e, sobretudo, de objectos registados, a partir de 1996 é significativo não só quanto ao trabalho e aos meios técnicos envolvidos, como também à ocupação e necessidade de espaços e de recursos logísticos inerentes ao seu tratamento e acondicionamento. Em 1997 foram feitos 79 registos (438 objectos); em 1998, foram feitos 102 registos (1466 objectos) e em 1999 o número de registos elevou-se a 200, correspondendo a 19210 objectos. Esse peso foi particularmente acrescido para o Serviço de Conservação que simultaneamente era solicitado para outros trabalhos devidos a um recrudescimento das intenções e propostas de ofertas de objectos/documentos ao Ecomuseu, num processo intimamente ligado à reaproximação com a comunidade, através da equipa do IPI e em grande

medida ligados à projecção do museu no período seguinte à compra da *Mundet* pela Câmara.⁶¹⁴

Sem a intervenção de campo, em muitos aspectos recorrendo-se aos métodos da arqueologia industrial, não seria possível identificar e conservar aspectos precisos dos edifícios, dos sistemas de ligação (associados ao vapor, à energia e à recolha de pó de cortiça), das máquinas e de outros objectos de trabalho, levando a cabo um registo sistemático em que se apoiará a selecção final com vista à incorporação e à programação museológica. Independentemente do sentido em que esta evoluir, o Ecomuseu não poderia perder uma tal oportunidade de enriquecimento do seu acervo, através de um património de grande potencial representativo da comunidade. A interpretação e a exibição futura dos espaços e dos objectos da indústria corticeira poderão conferir à Mundet um papel importantíssimo na compreensão do desenvolvimento industrial do Seixal, para o que não se conhecem outras séries de documentos com uma expressão comparável, nem se supõem possível obter através da valorização de patrimónios (móveis ou imóveis), de valor menor do ponto de vista da sua apropriação e vivência pela comunidade, sob risco de se vir a dar uma visão idealizada desta mesma comunidade.⁶¹⁵

No trabalho do museu sobressai também o levantamento e o registo da memória ligada à *Mundet*, integrado num projecto de história oral que foi acompanhando a evolução do IPI. Esse trabalho permitiu conhecer e valorizar o “património humano” de que nos fala H.Varine⁶¹⁶: composto pelas pessoas nas quais reside a consciência e a memória da comunidade, pelas técnicas e pelos conhecimentos que formam o capital cultural que essa comunidade acumulou. Ao museu cabe reunir e mobilizar esse património, a fim de oportunamente extrair dele o máximo de significados e de o rentabilizar na sociedade presente.

⁶¹⁴ Conquanto receemos alguma subjectividade, dado o nosso envolvimento no processo e faltando um distanciamento de análise que só o tempo poderá proporcionar, pensamos que a grande projecção do Ecomuseu neste caso da *Mundet*, se relaciona com o tipo de estratégia seguida, em que a comunidade – ou muitas pessoas e entidades ligadas à antiga fábrica – identificaram o papel do museu, passo a passo, já que se pretendeu e conseguiu impedir o desmembramento da propriedade e dos bens industriais, ao ponto de, nos leilões, se passar a palavra de que a Câmara destinava a Mundet a fins museológicos. A este processo não foi estranho o facto anterior de o PDM ter salvaguardado parte considerável dos espaços, impedindo à partida alguns intentos de uma especulação imobiliária mais descarada.

⁶¹⁵ Cf., sobre o papel da arqueologia industrial nos museus de sociedade e ecomuseu, BELLAIGUE 1995: 32-33.

⁶¹⁶ Cf. VARINE 1992: 459-462.

Um tal levantamento mostrou-se indispensável no processo de selecção, de incorporação e de conservação dos objectos no museu, no qual as operações e os procedimentos, de carácter aparentemente técnico, se revestem contudo de profundo significado social, que advém, antes do mais, do significado daquele património enquanto testemunho, ele próprio, dum tempo, e reflexo duma mentalidade.⁶¹⁷

Finalmente, ligado ao trabalho de documentação e ao plano de conservação e reutilização das instalações, o propósito de classificar o património industrial da *Mundet*, sujeito a sucessivos atrasos ligados ao adiamento de um plano geral, por parte da Câmara, manteve-se em aberto durante o ano de 1999, devido à insuficiência de dados, sobre a reutilização, fornecidos pela CMS na proposta de classificação entregue ao IPPAR nesse ano.

No plano da **reutilização** dos espaços e do património industrial da *Mundet*, ressaltamos o trabalho de **difusão** desenvolvido pelo Ecomuseu, em vertentes diversas, procurando comunicar simultaneamente com diferentes sectores e grupos de interesse, na comunidade e junto da população, de forma mais geral.

Apesar de ainda não se dispor do conhecimento suficiente para a interpretação sistemática dos espaços da fábrica e dada a ausência de uma exposição como dispositivo mediático organizado para o público, foi com bastante frequência que aqueles espaços acolheram visitantes, dando lugar a uma situação interessante de recepção individual⁶¹⁸, aberta às suas impressões, interesses e gostos, remetendo para a esfera privada e individualizada, comparável ao tipo de recepção experimentada, em espaços inscritos em núcleos do ecomuseu, embora resultantes de um dado tratamento museográfico. Para apoiar esse tipo de visitas foram preparadas fichas informativas, em que se difundiram aspectos históricos e cronológicos da empresa e da fábrica, e ao mesmo tempo aspectos tecnológicos elementares sobre a cortiça.

Num compromisso entre diferentes áreas de intervenção e de trabalho do museu na fábrica, e tendo em vista uma das prioridades de ocupação e de reutilização, o edifício

⁶¹⁷ Cf. DAVALLON 1996: 74/75 e 84/86.

⁶¹⁸ Cf. DAVALLON 1997: 42-43. O autor distingue a *recepção* da *exposição*, sendo esta “um dispositivo mediático fortemente organizado e limitado”, assente num discurso e num conhecimento científico.

das caldeiras de produção de vapor, foi nele que se efectuou, em Junho de 1997, a primeira iniciativa de ampla divulgação pública, após a municipalização.⁶¹⁹

O imóvel a seguir recuperado e aberto ao público foi o dos antigos Refeitórios, depois de sujeito a uma intervenção igualmente programada e coordenada pelo Ecomuseu.⁶²⁰

Apesar duma desorganizada ocupação do espaço por diversos serviços e tendo em vista variadas iniciativas mais ou menos associadas ao âmbito cultural a que se destinada inicialmente a recuperação do espaço, mantendo integralmente as suas características originais, foi ao Ecomuseu que competiu, nos anos seguintes, a sua conservação, ainda que só pontualmente tenha podido servir-se do espaço na sua programação.

Foi em Maio de 1998 e após uma segunda intervenção, mais aprofundada, proposta e coordenada directamente pelo Ecomuseu, consistindo em obras de construção civil, recuperação geral do edifício das caldeiras, que se “inaugurou” o espaço com o estatuto de núcleo museológico, apresentando, no programa comemorativo do Dia Internacional dos Museus (e aniversário do Ecomuseu) a primeira exposição temporária ali realizada. Composta por uma colecção de fotografias da fotógrafa profissional Rosa Reis, a exposição e o respectivo catálogo intitularam-se *Mundet - no pulsar do tempo*, mostrando a fábrica e pessoas ligadas à fábrica, em resultado dum projecto de trabalho desenvolvido estreitamente com o museu e com elementos da comunidade local e associado ao IPI.

A esse seguiu-se outro projecto indissociável do campo temático industrial e resultante de contactos e colaborações com um pintor catalão, Luis Badosa, que durante cerca de um ano trabalhou especificamente um núcleo da exposição sobre “Iconografia Industrial” ligado ao concelho do Seixal, nomeadamente ao património industrial da *Mundet*, da fábrica de pólvora de Vale de Milhaços e da *Siderurgia Nacional*. Também acompanhada de catálogo, a exposição foi exibida entre Outubro de 1998 e Janeiro de 1999, detendo um papel importante, mas em parte controverso, no plano de reutilização

⁶¹⁹ A primeira intervenção de limpeza e tratamento de um espaço (imóvel e equipamentos) da fábrica destinou-se à sessão pública de lançamento da Agenda Cultural, editada desde Junho de 1997 pela CMS, no Edifício das Caldeiras da Mundet. A intervenção foi coordenada pelo Ecomuseu, com recurso a outros serviços municipais e exteriores à Câmara, que permitiam, numa primeira fase, a utilização e abertura ao público do espaço, que já então era proposto se integrar formalmente como núcleo do Ecomuseu Municipal, o que veio a consignar-se a partir de 1998. Passou a usar-se a designação de Núcleo da Mundet/Edifício das Caldeiras *Babçkok*, antevendo a necessidade de o distinguir de outros espaços, futuramente a recuperar, como o das caldeiras de cozer cortiça.

⁶²⁰ A reutilização dos Refeitórios da Mundet, por proposta da DPHN na sequência da calendarização de uma actividade organizada pela Divisão de Acção Cultural, iniciou-se assim, em Abril de 1997, tal como ocorrera com o edifício das caldeiras, para acolher uma iniciativa fora do contexto do museu.

do edifício, dado que não terá sido totalmente compreendida a intenção de reservar o espaço, amplamente reconhecido e valorizado no meio local e não só, mesmo sob uma programação de carácter transitório, para as realizações específicas do Ecomuseu.

Em suma, o trabalho de museu e a intervenção alargada Ecomuseu-comunidade na *Mundet* foram desenvolvidos na perspectiva do seu aproveitamento museológico, a curto, a médio e a longo prazo. De imediato, procurou levar-se à prática um conjunto de objectivos em que o museu podia ter um papel determinante, através da constituição de:

- um banco de dados sobre o Seixal e a indústria corticeira (recursos de investigação e de comunicação);
- um núcleo de serviços públicos, em pleno espaço urbano – culturais, de lazer, outros – articulados com programas de transmissão de saberes e com projectos de formação/inação ligada à ciência e à técnica, em que a museologia possa assumir um importante papel, pela aplicação de funções e metodologias específicas;
- uma unidade museológica, simultaneamente temática e de sítio, inserida no sistema museológico de âmbito municipal e interconectada com outras entidades museais e/ou trabalhando em idênticos campos temáticos e áreas disciplinares;
- um pólo de desenvolvimento local, baseado no património, como recurso endógeno, podendo vir a explorar a vertente turística.

Estes são, por sua vez, os pontos-chave que consideramos servir de referência à planificação da antiga fábrica e à programação museológica, que de alguma forma se foi esboçando sobre a *Mundet*, e que se deveria desenvolver, no quadro de reperspectivação do museu municipal/Ecomuseu.

4.2.2. Da *Mundet* para o Ecomuseu: potencialidades e limitações (o que a *Mundet* traz ao Ecomuseu)

Em primeiro lugar, a *Mundet* trouxe ao Ecomuseu a necessidade irreversível e publicamente reconhecida de enfrentar um problema de salvaguarda e de preservação de património e de dar respostas a esse problema, no espaço e no tempo. A alteração do peso relativo do património industrial no campo temático do Ecomuseu tornou-se uma realidade devido à pertinência de uma grande quantidade de incorporações e ao alargamento do seu acervo. Alterou-se ainda a relação do museu na instituição de tutela

e a comunicação entre diferentes níveis de gestão, assim como a comunicação do museu com grupos locais, e com o exterior.

Em segundo lugar, a *Mundet* trouxe ao Ecomuseu e representou um vasto campo de experimentação técnica e científica e de novos desenvolvimentos das funções museológicas, e até de uma nova configuração de alguns serviços.

A *Mundet* trouxe, enfim, uma mudança não só quantitativa (pela dimensão, logo pelo âmbito e repercussão do problema), mas também qualitativa (pelo carácter do património, necessariamente tomado na sua ligação aos edifícios, à paisagem – sendo todos estes elementos a conferir o valor patrimonial ao sítio) ao trabalho do museu.

4.2.2.1. Planificação da fábrica no contexto da reprogramação do Ecomuseu

Tal como vimos na Introdução, é da programação científica e da própria definição do campo temático do museu, que decorre a programação museológica, vista como base de criação, quer como processo de desenvolvimento e, quando necessário, de reperspectivação da entidade museal.

A planificação que se venha a definir para a antiga fábrica, dados os pressupostos e circunstâncias em que foi municipalizada, determinará em boa parte a situação de partida desta fase de reprogramação do Ecomuseu, que se supõe assumida pela tutela. É precisamente por parte desta que se esperam definições fundamentais, nomeadamente com respeito a: espaço destinado a museu; ao investimento inicial e à média orçamental a destinar ao projecto; enfim, ao modelo de desenvolvimento cultural que se prevê para o futuro. Sem isso, o Ecomuseu não poderá avançar muito mais nas suas intervenções na *Mundet*, continuando apenas a ensaiar áreas de inovação/experimentação, no campo patrimonial, mas sem aprofundar e concretizar uma relação com os públicos, que terá de se reconhecer essencial na afirmação do museu na própria comunidade. A alternativa, em sentido diverso deste, significaria uma subalternização das funções museológicas e da missão do museu a objectivos de carácter mais geral, no quadro cultural e patrimonial.

A partir das experiências anteriores e face à necessidade da elaboração de um programa científico consistente para um futuro programa museológico envolvendo a fábrica, e contextualizando esta, nas mais variadas vertentes da história local do século XX, os resultados do inventário de património industrial mostraram-se por si só insuficientes, exigindo a reperspectivação da função museológica de investigação. Foi neste sentido

que se procedeu ao recrutamento de técnicos e a uma organização de meios de investigação, acompanhada da crescente afirmação do campo temático industrial na investigação interna do museu. Assim, foi o próprio desenvolvimento da função investigação que tornou necessária a reperspectivação da aplicação de outras funções, distinguindo cada vez mais a especificidade do trabalho de museu e a possibilidade de mobilização de outros meios, na autarquia, para apoiar e rentabilizar os recursos mais qualificados de que se dispunha. À medida que se tornava necessário intervir nos espaços da fábrica, deslocar objectos salvar arquivos e documentos, executar obras ou assegurar a manutenção e a segurança das instalações, fazendo ao mesmo tempo progredir o inventário e a interpretação daqueles mesmos espaços, foi necessário mobilizar diferentes serviços municipais, com cujos trabalhadores se constituíram por vezes verdadeiros laços de solidariedade face ao projecto de salvaguarda do património. Contactando frequentemente com antigos trabalhadores da fábrica ou seus familiares, o património em presença e os objectivos do museu tocava-os, ainda que de modos diversos, quase tanto como aos técnicos do EMS. Esta nova realidade veio modificar decisivamente, ao que cremos, a perspectiva dos serviços face ao papel e à missão (à utilidade social) do Ecomuseu, alargando a base de sustentação do projecto da sua reinstalação.

O processo de incorporação de objectos, detendo já o estatuto de bens patrimoniais ou passando a detê-lo por integração no museu, foi também objecto de reapreciação, intervindo-se tanto na vertente física e de tratamento administrativo, como na vertente documental, de registo de informação contextual dos objectos.

A *Mundet* trouxe, como já vimos, colaborações empenhadas, por parte da comunidade e particularmente de antigos e de actuais trabalhadores da indústria, o que, a par da extensão da colecção industrial e do aprofundamento do respectivo campo temático, veio reavivar a fisionomia “ideológica” da programação do museu, visto o seu enquadramento no meio social envolvente.

Fomentado por um estreitamento de contactos com a comunidade e por uma sistemática pesquisa de fontes de informação/documentos – tanto orais, como materiais – o movimento de empréstimos, depósitos a curto prazo, teve bastante importância no trabalho museográfico e requereu meios significativos, dada a necessidade de uma cadeia de operações de registo, conservação, documentação e pesquisa. O envolvimento individual, inteiramente registado no decurso das actividades do museu pelos técnicos

das áreas funcionais da conservação, da documentação e da investigação, teve assim uma expressão muito forte na gestão e na organização dos serviços.

4.2.2.2. Outras ocupações: uma questão determinante

Apesar dos antecedentes do processo que nós descrevemos, a aquisição da fábrica foi fruto, como já vimos, da decisão política de acolher no concelho uma extensão da Universidade Aberta. Por razões que não nos parece pertinente analisar em detalhe, esse propósito tornou-se, em nossa opinião, inconvenientemente limitativo do desenvolvimento do programa de ocupação, da responsabilidade da CMS e, em última instância, da reapropriação da antiga fábrica pela comunidade local. Embora, passadas as primeiras manifestações mais ambiciosas de instalação de um campo universitário que se propunha abranger praticamente toda a *Mundet*, o projecto Universidade Aberta se tenha apresentado sob uma modalidade conciliável com outras ocupações e projectos, é um facto de as diversas propostas em aberto foram tendo uma lenta apreciação ou então se remeteu a avaliação das mesmas ao círculo fechado dos gabinetes. Em função disso, as pessoas perderam a proximidade e o envolvimento que tinham mostrado inicialmente, com uma lamentável perda de dinamismo e mesmo de potencialidade de um verdadeiro projecto de intervenção e de desenvolvimento local, num meio urbano sujeito a simultâneas agressões, relativamente à sua coesão e identidade.

Não mais abandonando a referência a um “Museu da Cortiça” sempre que se tratou de apontar a vertente museológica da futura ocupação de espaços, a CMS parece contudo ter preferido ignorar ou não divulgar as primeiras propostas, com alguma consistência para serem divulgadas, se assim entendesse, que apontavam um direcção muito mais definida: a instalação da sede do Ecomuseu, a criação de uma unidade que lhe estaria associada, assente no património industrial da cortiça/da *Mundet* e na sua interpretação, e, finalmente, o aproveitamento de espaços/património, mesmo que conciliado com outras ocupações, com vista a uma leitura integral do património conservado *in situ*, constituindo um percurso com diferentes tipos de tratamento museográfico, mas abrangidos no programa científico de base e em que se fundamentaria a intervenção global e a selecção de níveis de tratamento a que as diversas áreas e imóveis seriam sujeitos.

Por parte da CMS foi destinado o espaço da primitiva Casa da Infância, correspondente aos escritórios da gerência no período mais recente de actividade da fábrica, a um novo projecto municipal – a Escola de Segunda Oportunidade. O Ecomuseu não teve sequer a

oportunidade de se pronunciar sobre essa opção, a que não reconhecemos qualquer fundamentação, do ponto de vista da adequação de espaço e que porá em causa não só a salvaguarda e a valorização do imóvel, do ponto de vista arquitectónico (edifício, equipamento e envolvente), como a conservação do património documental e arquivístico da empresa. Receia-se, em particular, a intervenção associada ao projecto arquitectónico, condenado-se à partida o total alheamento, da Câmara e dos responsáveis técnicos, relativamente à metodologia de trabalho aparentemente viabilizada com a atribuição de recursos para o IPI e o desenvolvimento do trabalho do museu no terreno.

Outras ocupações foram previstas – nomeadamente pelos futuros Paços do Concelho e pelo Arquivo Histórico⁶²¹, incluídos em propostas do Ecomuseu - mas não se conhece, até à data em que concluímos este capítulo, uma expressão consistente de deliberação da Câmara a este propósito.

Sendo ainda prematuro responder abrangentemente às questões formuladas no início deste capítulo no que concerne à dimensão da intervenção e ao modelo orgânico que tomará a unidade museológica resultante da incorporação do espólio da *Mundet*, no quadro do Ecomuseu ou num outro quadro diferente, e quanto ao aproveitamento que se conseguirá fazer do significativo e excepcional património industrial da antiga fábrica. Mas o que se pode desde já afirmar é que a actual estrutura funcional e territorial do museu não lhe permitiu dar as respostas suficientes ao imenso trabalho, de cariz museal, exigido pela municipalização daquele sítio de relevante valor patrimonial. E que sem esse trabalho não será possível rentabilizar, como a situação o exige, os recursos até agora envolvidos e as expectativas expressas pela comunidade.

Através da avaliação e da comparação com as anteriores experiências e projectos relativos ao património industrial no concelho do Seixal, que sumariamente começámos por enunciar, num contexto museológico local assumidamente renovador, impulsionado à luz duma política cultural de desenvolvimento, concluímos que o projecto *Mundet* se terá de subordinar a princípios essenciais, nomeadamente: a preservação do património

⁶²¹ A transferência do Arquivo Histórico Municipal, apesar deste ter sido reinstalado transferido em 1993 da sede do Ecomuseu (e da estrutura orgânica correspondente) para o novo edifício do Fórum Cultural do Seixal (passando a pertencer à estrutura orgânica da Biblioteca e Arquivo Histórico) estava prevista no *Programa Eleitoral – Câmara Municipal e Assembleia Municipal – CDU – 1997*, P. 10 (capítulo da “Actividade Cultural”, sendo essa transferência referida como a “qualificação do AHM”. Na prática, a CMS nunca chegou a anunciar precisamente a nova localização desse serviço, a não ser sob a forma de intenções, através de documentos de circulação interna.

in situ; a criação de uma unidade museológica tendo por campo temático a indústria corticeira associada à história do município, mas indissociável duma perspectiva nacional e mesmo mundial, inerente à importância histórica, industrial e tecnológica da Mundet; a valorização do património (*in situ*), nas suas várias vertentes, em correlação com uma intervenção urbana de qualificação arquitectónica e ambiental, ligada ao núcleo urbano antigo do Seixal⁶²² e ao rio Judeu/baía do Seixal.

Metodologicamente, consideramos que o faseamento da intervenção deverá incluir os seguintes pontos:

- delimitação formal e classificação da área patrimonial de intervenção, respectiva área envolvente de influência e de protecção, no meio urbano em que se insere e a que pertence, como marca fundamental na construção da sua identidade;
- continuação do levantamento e inventário, com atribuição de um estatuto claro de tutela, seja por incorporação em acervo museológico, seja por outra forma devidamente fundamentada, de todo o património industrial material pertencente à antiga empresa/fábrica, garantindo a sua unidade, com fins de investigação, de documentação e de interpretação, presente e futura;
- elaboração/desenvolvimento de projecto(s) de investigação, associados a um programa de documentação sistemática e a um programa de conservação, tendo em conta as especificidades físicas e culturais de diferentes séries de objectos/documentos, tanto na perspectiva da sua pertença local, como do interesse e projecção a nível nacional e internacional;
- constituição/reconhecimento formal de uma equipa técnica interdisciplinar de acompanhamento do projecto, garantindo a comunicação entre órgãos de tutela política municipal e de representação da comunidade local, organismos de ligação com os órgãos nacionais de tutela de património, de ambiente e de ordenamento do território;
- manutenção dos espaços da antiga fábrica e, em coordenação com a equipa de acompanhamento do projecto, desenvolvimento de um programa de reutilização permanente do sítio, incluindo alguns imóveis (não só no âmbito do Ecomuseu

⁶²² Consideramos (à semelhança de uma proposta da DPHN/ Ecomuseu Municipal, feita em Dezembro de 1997, até à data sem resultados) que se deveriam redefinir os limites actuais do Núcleo Urbano Antigo do Seixal, passando este a englobar a antiga fábrica *Mundet*, perfeitamente coerente com o primeiro, cronológica e arquitectonicamente.



Municipal), garantindo o acesso directo de públicos, relativamente a eventos de cariz social e cultural, e em particular da comunidade local, envolvendo alguns grupos específicos no trabalho de preservação e de valorização patrimonial;

- elaboração de um estudo de viabilidade e identificação de recursos, incluindo possibilidades de financiamento das intervenções em curso e do projecto na sua globalidade, por forma a garantir uma dupla componente daquele: pública e privada;
- constituição de grupo de trabalho, decorrente da equipa de acompanhamento de projecto, a incumbir da programação museológica global para o sítio, depois de definidas algumas linhas gerais do projecto e adquirida uma base de conhecimento sobre o “objecto” patrimonial e os recursos com que se conta à partida, para um projecto de desenvolvimento.

Da análise das potencialidades e das limitações que a fábrica traz ao museu concluímos, necessariamente, que, qualquer que seja a visão e o alcance das decisões a que se subordine o desenvolvimento do projecto *Mundet*, o seu âmbito e as exigências do trabalho de cariz patrimonial e museológico excedem as capacidades e as virtualidades da estrutura funcional e territorial do Ecomuseu, obrigando à sua reperspectivação e a uma reprogramação urgente.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A urgência de reprogramar o Ecomuseu Municipal do Seixal coloca-se não só em consequência da reperspectivação da estrutura territorial e da organização funcional tornadas necessárias pelo projecto *Mundet*, mas também devido a outros níveis e campos de extensão de competências do museu, oportunamente enumerados. Até ao momento de elaborarmos estas considerações finais, não identificámos, no discurso oficial, qualquer inversão política quanto à filosofia ecomuseal, anteriormente abraçada, ao encontro das realizações tuteladas pela CMS, nem quanto ao papel do património a salvaguardar e a valorizar em prol do desenvolvimento local, com base numa noção bastante alargada de elementos ou de conjuntos de elementos, materiais e imateriais, com valor reconhecido, em que a comunidade se pode rever e que podem projectar e ajudar a construir a sua identidade e as formas de relacionamento e de intervenção, no tempo e no espaço, face ao meio físico envolvente. Assim, chegamos à conclusão de que é necessário que sejam delineadas medidas programáticas (abarcando projectos de arquitectura e equipamentos) para adaptar o museu à mudança social e à evolução do território, ou medidas destinadas a encontrar resposta global para os problemas de continuidade da gestão de um acervo (móvel, imóvel e flutuante) que, quantitativa e qualitativamente, se foi tornando mais exigente, do ponto de vista das várias funções museológicas.

Consideramos, a partir das sucessivas análises de situação feitas sobre a experiência do Seixal, que tais medidas programáticas se deverão futuramente situar nos três principais níveis do processo de programação museológica, isto é: das linhas de força da iniciativa museal (ou das iniciativas museais) que a CMS pretenda promover ou desenvolver; do plano geral da operação de reestruturação ou de redefinição territorial e funcional, com as respectivas implicações de ante-projecto de arquitectura e de equipamentos; e de uma (re)definição funcional detalhada, incluindo o modelo de gestão entre as indicações de funcionamento do museu e/ou das unidades museológicas (núcleos ou unidades de um sistema).

Confrontadas as diferentes fases da vida do museu municipal do Seixal, diagnosticámos um défice inicial de programação. Constatámos que não só esse défice não chegou a ser corrigido ao longo das fases de crescimento e de consolidação do museu, como ainda se terá complexificado o problema da sua programação, face à diversidade de campos temáticos em que se trabalhou e à extensão das suas competências museológicas.

Ainda que em tal diagnóstico se deva incluir, em contrapartida àquele défice, uma ampla margem propiciadora de renovação e de experimentação da própria iniciativa museal, parece-nos importante traçar um quadro sumário do processo, comparativamente ao modelo de programação que enunciámos no capítulo de introdução. O modelo sintetizado tem-nos também servido de referência principal nesta matéria, no plano profissional:

QUADRO 6 – Análise retrospectiva sumária das fases de programação do EMS e documentos-programa

Tipo de documento-programa	Fases de programação identificadas no percurso do EMS
Pré-programa Síntese das diferentes pesquisas, permitindo traçar as linhas de força da operação e um esboço de intenções no plano da arquitectura	1979-1981: antevisão do futuro museu levantamento histórico-cultural, exposição/catálogo “O Trabalho na História do Concelho do Seixal” e documento de F.A.B.Pereira “Para um museu do concelho do Seixal” (...”Para um Museu do Trabalho e das Tradições Populares do Concelho do Seixal”)
Programa de base Esquema geral de organização da operação; dá lugar à elaboração do ante-projecto sumário de arquitectura	1982-1986: criação e configuração do museu 1982-1984: fase de criação/instalação – museu pré-polinucleado Proposta de criação e Programa (1982) 1984-1986: definição de espaços; museu polinucleado Documentos sobre o Núcleo Naval Histórico e o Núcleo de Património Industrial/Moinho de Maré de Corroios
Programa definitivo ou Documento-programa	Crescimento e consolidação, até 1997 e processo de reperspectivação, entre 1997-1999 Não existe nenhum documento global que lhe corresponda Documentos/propostas parcelares: programa para a Quinta da Trindade (1988); documento-proposta programática sobre património e núcleos museológicos (1994); documentos sobre programa para o património náutico e sobre a Mundet (1996); documento sobre programa da Olaria Romana da Quinta do Rouxinol (1998)

A necessidade de reprogramação do EMS emerge assim de uma situação em que se conjugam aspectos e problemas que devem ser abordados sequencialmente e nunca analisados dissociadamente:

- o alargamento expressivo do tema do museu municipal do Seixal, relacionado com o alargamento do conceito de património e com a patrimonialização de novos bens, nomeadamente no campo histórico/arqueológico e industrial;
- a utilização e aplicação, indefinida e irregularmente, da noção de património natural, culminando recentemente na ruptura orgânica dos únicos pressupostos funcionais da noção global (noção utilizada desde 1982, de património cultural e natural);

- o acentuado crescimento quantitativo de colecções móveis incorporadas (a par da desigualdade de níveis de aplicação de funções museológicas a essas mesmas colecções, desde logo devido à dispersão e à diversidade de meios de proveniência e de recolha dos objectos que as constituíram);
- a dispersão e o agravamento dos problemas de gestão do património que se pretende conservar *in situ*;
- o redimensionamento dos serviços, em que se operacionalizou a aplicação das funções museológicas e as experiências de gestão, através de órgãos intermédios, os quais, apesar de informais, garantem os níveis de participação interna inerentes à dispersão territorial e ao carácter diferenciado das actividades do Ecomuseu (serviços de museu e serviços de património);
- a diminuição e perda de peso relativos, de utilizadores locais, no conjunto dos utilizadores do EMS, tanto ao nível de públicos escolares como de públicos adultos, o que se associa à reduzida expressividade da exposição permanente na área de difusão do museu, ao mesmo tempo que se regista um crescente reconhecimento social do papel e da utilidade do museu, expresso formal e informalmente, assim como publicamente, através da imprensa de distribuição local e mesmo dos *mass media*.

Embora não detenhamos os dados de análise sociológica que seriam necessários ou até os dados de uma avaliação do grau de consciência de diferentes grupos sociais sobre os problemas do desenvolvimento local, arriscamos considerar que, no território concelhio a que basicamente nos reportamos, e simultaneamente ao percurso do EMS, a iniciativa comunitária não só não se aprofundou, ao ritmo e na proporção do movimento demográfico e das transformações sociais, como, por razões que transcendem o nosso estudo, cada vez se tornou mais difícil a transposição de um empenhamento da comunidade para o plano das acções e uma participação espontânea na discussão pública e na tomada de opções políticas e práticas sobre aqueles problemas. O que significa para nós que a iniciativa museal não perdeu utilidade, antes pelo contrário: apesar de ampliada e desenvolvida, a experiência precisa de ser reavaliada pelo poder político e pela própria comunidade, deverá ser reajustada à situação e às necessidades actuais, enquanto instrumento de desenvolvimento com que aqueles podem contar. As tensões geradas pela actividade do EMS, em lugar de serem tomadas como factor negativo, devem ser vistas como resultado do seu próprio desempenho, tornando-se uma

mais-valia a partir do momento que sejam ultrapassadas sem que o museu se torne um instrumento político.

Passados cerca de 18 anos desde a sua criação (e cerca de 20 desde as primeiras perspectivas da sua existência), o museu continua a servir um propósito inicial, ligado à construção de uma “identidade urbana”, numa sociedade em mudança, actualizando-o, à medida que renova a sua prática. O EMS adaptou-se ao território, mas é ainda hoje expressão de comunidades que procuram definir as suas identidades, para assumirem uma relação com elas mesmas e para se relacionarem com o exterior, se mostrarem e se reverem. Esta terá sido uma mais-valia da aplicação dos princípios e da filosofia da ecomusologia, mesmo se não foi mantida a mesma perspectiva sobre a nova museologia. Estaremos provavelmente perante um museu-experiência social, no duplo sentido de museu “que estuda a sociedade” e de museu “que responde às aspirações da sociedade”. Até agora, parece-nos que, incontornavelmente, funcionou como instrumento ideológico, num sentido amplo e eminentemente cultural, ainda que associado a factores e práticas políticos. E sendo um meio de conhecimento do território e da sociedade, foi também um veículo ao mesmo tempo motivador de causas com uma certa carga afectiva, sentida e expressa tanto pela equipa técnica e pelos colaboradores mais directos, como por grande parte dos utilizadores.

Sabemos que os museus têm de lidar cautelosamente ora com a memória, ora com a história, distinguindo as margens que, por vezes precariamente, as separam. Os técnicos não devem perder de vista, nem a sua responsabilidade científica, nem tão-pouco a sua obrigação social, não podendo, nem ocultar, nem “inventar” a memória que outros não tenham construído, uma memória que advém da experiência e da consciência das pessoas.

“A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou colectiva, cuja busca é uma das actividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje”⁶²³, mas é também um instrumento e um objectivo do poder. Do EMS e do que ele se tornar futuramente espera-se um papel de mediador:

“Les musées et les écomusées sont en réalité devenus le lieu d’un conflit entre mémoire et histoire. Comme chacun sait, la mémoire est sélective. Elle ne donne

⁶²³ V. LE GOFF 1984: 46-47.

qu'une image modifiée et idéalisée du réel alors que l'histoire est une lente et méthodique reconstruction du passé pour comprendre le présent”⁶²⁴.

Dos profissionais do museu espera-se que coloquem a objectividade científica ao serviço da democratização da memória social: “A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória colectiva sirva para a libertação e não para a servidão do homens.”⁶²⁵

A questão global a que a reprogramação do museu do Seixal deverá responder, se possível abarcando outras iniciativas museais no mesmo território, independentemente da fórmula jurídica e da designação futura, é a da operacionalização do processo de lidar com a memória e o território, servindo-se do património, para o desenvolvimento e a mudança. A partir da entidade museal existente e da experiência capitalizada, o que se pretende é uma renovação nesse sentido, com o envolvimento da comunidade, dos técnicos e, evidentemente, do poder político que, em instância intermédia, a regulará de maneira importante. Sem essa perspectiva, correr-se-á o risco de estarmos perante uma instituição de memória que conserva património para com ele construir representações do passado e da história, mas sem a energia de um processo dinâmico para modificar e intervir na realidade.⁶²⁶

5.1. Fisionomia previsional do museu

Mesmo sem pretendermos encerrar a atitude de questionamento colocada na introdução da nossa dissertação, pensamos ter equacionado uma experiência museológica piloto, de carácter inovador, no âmbito da museologia contemporânea em Portugal, sem dúvida a par de outras experiências e num quadro de renovação desenvolvido com as novas políticas culturais com que se democratizou a sociedade portuguesa do pós-25 de Abril. Torna-se assim particularmente exigente o propósito de renovar e aprofundar tais experiências, incluindo a do Seixal, procurando demonstrar que a institucionalização de um projecto museológico de incidência comunitária não é antagónica da sua dinâmica inovadora, antes deverá servir para reforçar a sua dimensão social.

⁶²⁴ V. HUBERT 1997: 28-29.

⁶²⁵ V. LE GOFF 1984: 46-47.

⁶²⁶ Cf. BELLAIGUE 1999.

Apesar de todas as circunstâncias que evidentemente dificultam a nossa tentativa de antever uma futura fisionomia do Ecomuseu Municipal do Seixal, em consonância com a avaliação decorrente das nossas análises, tomaríamos como base e apontamos as seguintes linhas de força essenciais:

- A identificação dos acervos dominantes, cuja importância se vem reflectindo nos principais campos temáticos actualmente representados na iniciativas museais do concelho (tanto de tutela municipal como promovidas por outras entidades, mas por alguma forma relacionadas com a primeira) – os arqueológicos; os industriais e técnicos; os náuticos e flúvio-marítimos – a que se aplicariam multidisciplinarmente as diferentes funções museológicas.
- A adequada reconfiguração e reforço da instalação e equipamento das funções museológicas abarcadas na actividade do Ecomuseu Municipal ao longo do seu percurso e cuja eficaz aplicação, nos diferentes campos temáticos, se consideram indissociáveis: investigação; documentação (enquanto vertente da preservação) e conservação (enquanto outra vertente da preservação). À investigação e à documentação deverá ligar-se a vertente edição da função difusão.
- A (re)classificação do património e do acervo inventariado, a par da inventariação do restante acervo, com vista a uma melhor organização e aplicação das diferentes funções museológicas.
- A estruturação e instalação, com meios adequados a uma aplicação continuada, quer da vertente exposição, quer da vertente de ensino museológico da função difusão (sempre que possível de modos interconectados e articulados com a função preservação), nos diferentes campos temáticos representados no Ecomuseu e no património do concelho.
- A inclusão e promoção de uma expressão plástica e arquitectónica, articulada com a ideia de identidade urbana e com objectivos de qualificação dos espaços públicos, por forma a contribuir para a afirmação e a valorização do papel do museu na construção daquela mesma identidade.
- Um levantamento sistemático e uma criteriosa actualização de dados para a compreensão da dinâmica ecológica das comunidades que constituem a envolvente e o meio físico e humano de intervenção do Ecomuseu.

- Ao nível da tutela e no respeitante ao modelo de gestão, o estabelecimento de um sistema misto, de parcerias (de cariz autárquico, no âmbito municipal, e de cariz privado ou associativo), prevendo o aprofundamento da participação da comunidade aos mais diversos níveis e o envolvimento e responsabilização, no quadro legal respectivo, de entidades públicas (regionais e nacionais).

Como tópicos principais para uma planificação geral, incluindo dados fundamentais no plano arquitectónico e dos equipamentos, apontamos:

- Instalação e funcionamento de serviços correspondentes às funções museológicas primárias, com dois tipos complementares de unidades de interface com os utilizadores e o meio envolvente, constituindo um sistema patrimoniológico e museológico, através de:

- centros científico-técnicos de produção (aquisição, gestão e distribuição) de conhecimento e de recursos – centro de investigação e desenvolvimento; centro de documentação; centro de conservação e restauro – e

- unidades museológicas de âmbito territorial comum (com base no concelho do Seixal), descentralizadas, tanto territorial como organicamente, evoluindo para subsistemas integrados de gestão de unidades mais estreitamente associadas entre si, por motivos específicos ou fases de (re)programação, a que se ligará a categorização dos acervos dominantes;

- Criação de uma (supra)organização mista (abrangendo a componente municipal, outras componentes públicas e componentes privadas) ou entidade global de financiamento e de tutela de todos os equipamentos referidos, no quadro de uma política de desenvolvimento local sustentado e na perspectiva comunitária. Uma tal organização poderia retomar a denominação de ecomuseu, ou eventualmente associar-se a uma outra designação relacionada com os seus objectivos e missão, para o desenvolvimento do concelho do Seixal.
- Constituição de um órgão coordenador, representativo ao nível político e de financiamento, ao nível científico-técnico e ao nível dos utilizadores (comunidade, públicos).
- Distribuição topográfica e definição arquitectónica, nomeadamente quanto à preservação e interpretação de património *in situ*, das diferentes unidades

museológicas e sua organização do ponto de vista dos acervos, podendo vir a constituir sub-sistemas do sistema global.

- Ao eventual sub-sistema de unidades museológicas com dominância dos acervos arqueológicos corresponderiam os actuais núcleos da Quinta da Trindade e da Olaria Romana da Quinta do Rouxinol, assim como os sítios arqueológicos e acervos móveis da Quinta de S. Pedro, da Quinta de S. João e de Vale de Gatos.
- Ao eventual sub-sistema de unidades museológicas com predominância dos acervos industriais e técnicos, corresponderiam os actuais núcleos da Mundet (alargado à medida da sua futura programação sectorial específica) e do Moinho de Maré de Corroios, com os respectivos acervos móveis, assim como os sítios em projecto, independentemente do seu estatuto jurídico: lagares de azeite; lagar de vinho; fábrica de pólvora de Vale de Milhaços; Siderurgia (nomeadamente o alto-forno e equipamentos da mesma cadeia técnica); forno de cal de Azinheira; núcleo museológico da SPEL, assim como outros oportunamente referidos, cuja preservação se viesse a concretizar.
- Ao eventual sub-sistema de unidades museológicas com predominância dos acervos náuticos e flúvio-marítimos corresponderiam os actuais recursos museológicos, nomeadamente as embarcações tradicionais reutilizadas na navegação de recreio, o Núcleo Naval de Arrentela, parte das instalações municipalizadas da antiga seca de baçalhau da Ponta dos Corvos, assim como o acervo móvel directamente subordinado aos contextos flúvio-marítimos.
- À investigação multi e interdisciplinar, seriam atribuídos os equipamentos, recursos logísticos e pessoal adequados, a que corresponderia o funcionamento de um *centro de investigação e desenvolvimento*.
- À documentação, seriam atribuídos os equipamentos, recursos logísticos e pessoal adequados, a que corresponderia o funcionamento de um *centro de documentação*, a que seriam agregados os fundos documentais comuns aos vários campos temáticos e colecções.
- À conservação seriam atribuídos os equipamentos, recursos logísticos e pessoal adequados, a que corresponderia o funcionamento de um *centro de conservação e restauro*.

Sumariamente, o seguinte quadro sintetiza a fisionomia museal (e patrimonial) preconizada:

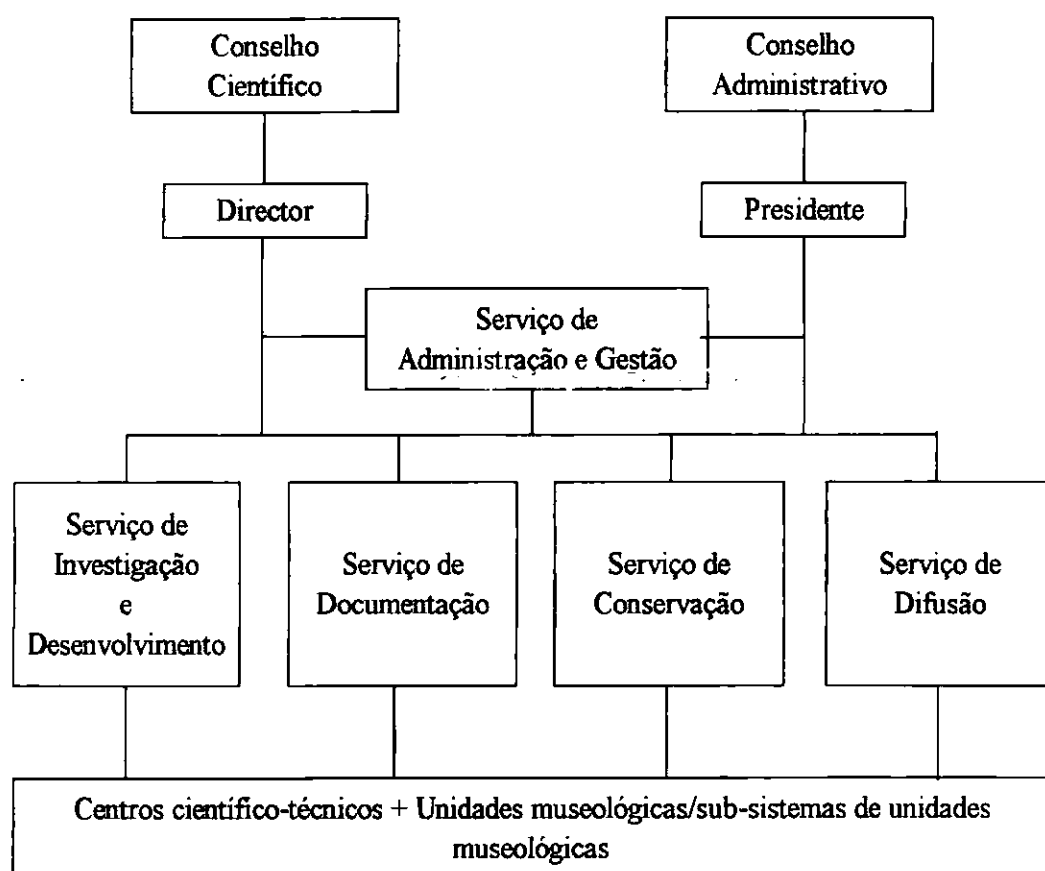
QUADRO 7 - Fisionomia previsional do Ecomuseu do Seixal: funcionamento e organização territorial de base/interface com os utilizadores e o meio envolvente

Ecomuseu do Seixal					
Centros científico-técnicos e de recursos			Unidades museológicas		
Centro de investigação e desenvolvimento	Centro de documentação	Centro de conservação e restauro	<i>Dominante: acervo arqueológico</i>	<i>Dominante: acervo industrial e técnico</i>	<i>Dominante: acervo náutico e fluvio-marítimo</i>
			Núcleos por freguesia, assinalando a unidade central *		
			*Quinta da Trindade (Seixal)	*Mundet Lagar de vinho de Sta. Teresinha (Seixal) Forno de cal da Azinheira	Embarcações (cais principal: Seixal)
			Vale de Gatos (Amora)	Lagar de azeite do Fogueteiro (Amora)	*Antiga seca de bacalhau da Ponta dos Corvos (Amora)
			Qta. S. João (Arrentela)		Núcleo Naval (Arrentela)
			Olaria Romana Qta. Rouxinol Qta. S. Pedro (Corroios)	Moinho de Maré de Corroios Fábrica de pólvora de Vale de Milhaços Núcleo da SPEL (Corroios)	
				Lagar de azeite do Pinhalzinho Siderurgia (Aldeia de Paio Pires)	

Ainda com base na experiência anterior, apontamos a *Mundet* como espaço destinado a unidade central para a indústria e a técnica. Constituiria também o centro do serviço da investigação e desenvolvimento do património e do serviço de documentação;. Apontamos a Quinta da Trindade como unidade central para acolher a disciplina de arqueologia, assim como o serviço da conservação. Na Ponta dos Corvos, as instalações da antiga seca de bacalhau alojariam a unidade central para a cultura flúvio-marítima e constituiriam o espaço central do serviço de conservação do património náutico.

No plano orgânico e de aplicação das funções não especificamente museológicas de intendência e de gestão, a estrutura dessa fisionomia poder-se-á resumir no quadro 8:

QUADRO 8 - Fisionomia previsional do Ecomuseu do Seixal
(entidade museológica de tutela mista):
estrutura orgânica e funcional de base



5.1.1. Património industrial, entre vários projectos

Chegados a um estágio de reconhecimento, patrimonialização e musealização de bens que preenchem um espectro temático bastante representativo da industrialização regional, estamos perante um caso de evidente pertinência de constituição de um sistema de interpretação e de valorização de sítios, complementado por unidades museológicas que abarquem os bens incorporados ou colecções, em que se aprofunde e renove a experiência do EMS. Igualmente importantes e amplamente representativos, tanto à escala concelhia/territorial do Ecomuseu, como à escala regional, do ponto de vista cultural em que nos inserimos, são os sectores da arqueologia e do património náutico e das tradições flúvio-marítimas. Todos merecem programas específicos que, a partir da documentação sistemática, promovam a investigação e a interpretação indispensáveis a futuras exposições e a acções diversas de difusão.

A reorganização de acervos e de fundos documentais preconizada por nós obedeceria a um regulamento normalizador de procedimentos, que se adaptaria e desenvolveria, por meio dos organismos técnico-científicos que regulariam o *in put* e o *out put* no âmbito das funções e programas de investigação e de preservação com as várias unidades e sub-sistemas de unidades museológicas. Por este meio se contribuiria para a construção de um sistema museológico concelhio/regional de gestão de património cultural, de componentes interactivas, implantadas no tecido sócio-cultural e político local, e conectadas com diversas instituições nacionais.

A garantia de equilíbrio entre os vários projectos e áreas de intervenção, bem como de funcionamento participado, levaria à criação de uma estrutura pouco hierarquizada, mas clarificadora das diversas responsabilidades e competências científicas. Caracterizada muito sumariamente, essa estrutura abarcaria os “directores” dos sub-sistemas e das unidades museais (com campos temáticos, pessoal e políticas de formação definidas entre si). Se possível rotativamente, a cada director caberia a direcção, por períodos de tempo médios (de dois a três anos), de cada um dos centros técnico-científicos, os quais, tal como os sub-sistemas museais, teriam simultaneamente um sub-director, nomeado a partir do pessoal técnico permanente respectivo. Aqueles elementos fariam parte de um “conselho científico”, o qual incorporaria elementos ligados a outros organismos e entidades relacionados com o património e o desenvolvimento local. Os directores das unidades e/ou dos sub-sistemas museais (e responsáveis dos centros técnicos), ou as pessoas por eles nomeadas para o efeito, bem como outros membros do conselho

científico, consoante o peso das respectivas entidades, ao nível do funcionamento e gestão do sistema global, integrariam o “conselho de administração” do sistema que se poderia continuar a denominar por Ecomuseu, mas, na nossa hipótese de modelo funcional e de gestão, não seria já Municipal, e sim, tão simplesmente, do Seixal. Desse conselho de administração fariam parte, para além do Presidente da Câmara, representantes de todas as autarquias locais e da Assembleia Municipal. Seria deste órgão de administração e de gestão que dependeria directamente e do qual emanaria o serviço ou departamento administrativo de apoio a todo o sistema.

Um tal sistema deveria apoiar e articular-se com outro sectores culturais, assim como com áreas de planeamento e gestão urbanos, de qualificação e de gestão ambiental e de desenvolvimento turístico.

Quanto ao património natural e ambiental, questão que optamos por deixar superficialmente abarcada e que merecerá ser analisada noutros trabalhos futuros, seria requerida uma coordenação particular relativamente aos órgãos competentes de gestão da REN do Seixal.

5.2. Questões fundamentais para a museologia em Portugal identificadas na experiência do Ecomuseu Municipal do Seixal

A análise da experiência do Seixal, que, nos capítulos anteriores, procurámos estudar e compreender no espaço e no tempo, conduziu-nos a algumas reflexões bastante abrangentes, onde se projectam questões, ora relativamente comuns a outros casos, ora de carácter particular, mas globalmente importantes para a compreensão da evolução e das limitações da museologia portuguesa no último quarto do século XX.

Sem a intenção de traçar um quadro conclusivo, objectivo para o qual não orientámos o nosso trabalho, procuraremos em seguida sumariar algumas daquelas questões e reflexões decorrentes da experiência do Seixal, tornando-as possíveis e eventuais pontos de partida para outras abordagens e futuras análises comparativas.

Em primeiro lugar, a emergência de uma política patrimonial e museológica, passando por um assumido financiamento e pela tutela municipal de um projecto bastante inovador no nosso país, após o 25 de Abril, deverá ser encarada como expressão e ao mesmo tempo como contributo essencial para abrir caminho ao percurso de mudança que se quis imprimir ao concelho, que este viveu desde então e em que a cultura se tornou um verdadeiro processo motor.

A profissionalização de uma equipa a quem coube, na prática, a construção do projecto museológico, assim como a criação de um corpo técnico (passando por um processo interno ao próprio museu), terão sido outro importante factor de avanço e de mudança.

A institucionalização do funcionamento do Ecomuseu e, até certo ponto, dos processos de relacionamento com o meio, caminhando para uma desierarquização política, poderia, se fosse confirmada no futuro, a par de um importante fortalecimento e aprofundamento do perfil museológico e da sua componente científica-disciplinar, vir a constituir uma verdadeira inovação neste tipo de entidade cultural.

Não constituindo um assunto prioritário, sobretudo na perspectiva de um amadurecimento das atitudes críticas por parte dos públicos e da comunidade local, reconhece-se porém o interesse de que se mantenha a designação do EMS em aberto. O debate desta questão e as fundamentações que lhe serão inerentes, aparentemente ligados a um universo restrito de entidades e de experiências museais no nosso país, poderá clarificar aspectos essenciais para o desenvolvimento das relações e das interações entre profissionais, tutelas, públicos e comunidades.

Numa situação nacional de falta de definição e de enquadramento legal de competências, o EMS não teve dificuldade de relacionamento com as diversas entidades, capitalizando um adquirido prestígio enquanto expressão do papel e da capacidade das autarquias locais – na dupla vertente de museu e património. Quanto ao estatuto jurídico do património, é a actividade da Arqueologia que melhor enquadramento recebe, face ao restante vazio ou mesmo à indefinição de competências a que a Lei nº 159/99 de 14 de Setembro – Competências das Autarquias, no Capítulo III (“Património, cultura e ciência”-Artigo 20º) continuar a alimentar. Dum certo ponto de vista e em relação com o conceito alargado de património que foi aplicado, o Seixal foi vanguarda, sob muitos aspectos, ganhando por isso uma projecção nos meios científicos e profissionais que noutro contexto nacional decerto não ocorreria.

O carácter experimental da museologia de projecto, que a dada altura se serviu da via de reflexão da nova museologia (espécie de corpo de acção detonador), foram factores da renovação prática da entidade e do seu funcionamento (funções, pessoal, meios logísticos). O ecomuseu tomou a forma e o papel de um elemento agregador da comunidade, inserindo-se na sua dinâmica de desenvolvimento, enquanto lhe conferia traços/marcas, associados aos processos de patrimonialização (de que é exemplo o

Moinho de Maré de Corroios), que passaram a distingui-la, a particularizá-la e a valorizá-la.

A experiência do Seixal mostrou a importância da participação da população, mas ao mesmo tempo permitiu confirmar que o seu papel só perdura se o museu se organizar para incorporar e continuar a motivar essa participação. Cabe reconhecer a necessidade de mecanismos orgânicos e funcionais, não só visando a motivação, o enquadramento e a visibilidade das iniciativas e acções de participação individual ou de grupos mais ou menos organizados, mas também a inserção do Ecomuseu (com as suas variadas componentes materiais e imateriais) no sistema ecológico dinâmico de que faz parte, permitindo constituir uma comunidade museal alargada, no seu território de referência e projectada ao nível regional.

Nos seus pontos altos e nas suas dificuldades estruturais, o Ecomuseu serve como um exemplo da importância da incidência disciplinar do projecto inicial (na sua origem, a história, logo seguida da arqueologia), assim como da investigação. Talvez sirva, de forma ainda mais particular, para se compreender o papel incontornável da museologia e de uma indispensável formação museológica, completada pelas competências museográficas correspondentes às colecções, aos espaços e aos outros recursos museais.

Com a noção de património cultural e natural mais ou menos implantada no seu processo um pouco difuso de programação, o EMS revelou algumas das possibilidades e do papel dos museus no desenvolvimento local sustentado, mas não de evidenciar as grandes limitações de tal objectivo. Mostrou igualmente a complexidade e as exigências de se pretender conduzir processos de conservação e interpretação *in situ* e de manter activos processos de transmissão de saberes. Mas, no balanço geral, ficou relativamente provado que, mesmo fora da estrutura territorial do Ecomuseu, a aplicação das funções museológicas ao património garantiu um avanço na sua valorização.

Quanto aos objectos recolhidos, ou por iniciativa de elementos da comunidade, ou por acção organizada pelo museu, a experiência confirma como é urgente uma avaliação em que se distingam claramente os bens a inventariar e a tratar efectivamente como colecções museais, daqueles que podem ter um lugar temporário ou passageiro no museu, no quadro de certas actividades que este promove, mas que não se justifica incorporar como seu acervo. Esse acervo carece, por seu lado, de um estatuto de protecção jurídica, que, como no caso do Seixal, a maioria das autarquias ainda hoje não

garantem satisfatoriamente, aos museus que tutelam. Para tal contribuirá a atitude das populações, produtoras, detentoras ou fruidoras dos patrimónios e acervos museais, não dispensando, porém, medidas legislativas inadiáveis que promovam, simultaneamente, a responsabilidade política e administrativa e a integração de sistemas de gestão que garantam um horizonte de fruição desses bens comuns, numa sociedade democrática.

No que toca aos públicos, a experiência de um Serviço Educativo organizado e dispondo de meios logísticos e de pessoal, com uma actividade permanente, articulando as várias vertentes da difusão outras áreas funcionais, contribuiu para lhes conferir um nível quantitativo muito significativo, a par da sua diversidade, quer comparado com o de outros museus locais, quer mesmo, proporcionalmente ao carácter das colecções e a outros factores como a centralidade geográfica, com o de alguns museus nacionais.”

Finalmente, cremos ter perspectivado o papel dos museus ditos locais, que neste caso preferíamos designar como museu de cariz comunitário, no processo de patrimonialização, ou seja, na memória activa dos indivíduos e das comunidades, contribuindo para a formação de um sentido crítico quanto ao meio envolvente e à sua transformação, o que os tornará porventura um novo centro de atenções do poder político.

Um desafio maior se poderá então perspectivar, tendo em conta, nomeadamente, a necessidade de criar e de desenvolver um sistema ou uma rede de âmbito nacional, onde falta ainda uma linguagem conceptual e museológica comum e onde faltará ainda um esforço de profissionalização, para garantir a aplicação, a utilidade e a eficácia de tal linguagem. Sem ignorar a dimensão regional, como normalizar, criar padrões e enquadrar tal ou tais casos de museus, com um sinal de experiência bem sucedida, mas que ao mesmo tempo requerem uma programação inovadora e uma renovada energia, para efectivas mudanças, à medida do desenvolvimento que as comunidades exigem?

BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA

DOCUMENTOS DE ARQUIVO

Arquivo do Ecomuseu Municipal do Seixal

(Divisão de Património Histórico e Natural da Câmara Municipal do Seixal)

Arquivo geral de correspondência: ofício do Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico de 23 de Janeiro de 1978, dirigido ao Presidente da Câmara Municipal do Seixal; ofício da Associação Portuguesa dos Amigos dos Moinhos de Março de 1981, dirigido ao Presidente da Câmara do Seixal; ofício do Presidente da Câmara de 27 de Maio de 1982, à Presidente do Instituto Português do Património Cultural (Dra. Natália Correia Guedes); ofício da Presidente do I.P.P.C. de 7 de Setembro de 1982, ao Presidente da Câmara do Seixal.

As Autarquias e o Património Cultural: uma experiência no Concelho do Seixal. Comunicação do Ecomuseu Municipal do Seixal ao I Encontro Regional do Sul sobre Património. Setúbal, 28-30 Out. 1983.

Campo Arqueológico de Amora. Fase preparatória. Conclusões. Relatório de Jorge Custódio, Luísa Santos, Isabel Ribeiro, Constança Rosa e António Nabais, Set. 1982.

Comissão Museológica Distrital de Setúbal - Actas das reuniões de 1989 e de 1990.

Ecomuseu Municipal do Seixal - Olaria Romana da Quinta do Rouxinol. Memorando e notas para um programa de valorização, 1998 [11p.].

Ecomuseu Municipal do Seixal – um museu sempre em construção. 18 de Maio de 1987: Dia Internacional dos Museus, 5º Aniversário do Ecomuseu Municipal do Seixal. 18.05.87

Ecomuseu Municipal do Seixal/Câmara Municipal do Seixal, Relatório do Projecto “Rede Europeia e Manifestações Culturais sobre o Ciclo Cereal-Pão”, subvencionado em 1995, sob referência 95/412037-K/95-III/P-185, Junho 1996 [5 p e anexos].

Ecomuseu Municipal do Seixal/DPHN — Relatórios anuais de 1996, 1997 e 1998.

Estruturação do Ecomuseu Municipal do Seixal, informação subscrita por [O Técnico Auxiliar de Museografia] Rui Brito, 13.9.85.

Mundet - Seixal – Proposta de salvaguarda de património cultural móvel pela Câmara Municipal do Seixal – memorando da Câmara Municipal do Seixal enviado à empresa leiloeira no processo de falência a 23 de Maio 1995.

Mundet-apontamentos sobre utilização dos espaços da antiga fábrica, Informação do EMS, subscrita por Graça Filipe, 9 de Dezembro de 1996.

Museu Municipal do Seixal: Museu Polinucleado. António Nabais/SPHC da CMS, 8 Fev. 1983.

Notas de trabalho II. Sobre a utilização de espaços da fábrica Mundet do Seixal, propriedade da Câmara Municipal com vista à instalação do Núcleo Sede do Ecomuseu Municipal, subscritas por Graça Filipe, Dezembro de 1996.

Notas de trabalho tendo em vista o interesse duma intervenção museológica na Mundet – Seixal (no âmbito do Ecomuseu Municipal do Seixal), subscritas por Graça Filipe, Dezembro de 1996.

O Património náutico do Tejo na programação do Ecomuseu Municipal do Seixal. Breve balanço da situação actual e propostas fundamentadas de orientação da programação futura, DPHN/Ecomuseu, memorando subscrito por Graça Filipe, Novembro de 1996 [26 p. e anexos]

Organização e funcionamento da Divisão do Património Histórico-Natural/Ecomuseu Municipal do Seixal. Subscrito por António Nabais, Dezembro 1988.

Organização e gestão de museus. A experiência do Museu Municipal do Seixal. Comunicação do Ecomuseu Municipal do Seixal ao Encontro de Museus Locais da Área de Lisboa. Amadora, 20 Mar. 1986.

Plano para 1982 do Sector do Património Histórico-Cultural, de 27 Out. de 1981.

Preservação e musealização da Mundet do Seixal, Informação/proposta da DPHN/Ecomuseu, 19 Nov. 1994.

Programa museológico para o Núcleo Sede do Ecomuseu Municipal do Seixal – Palacete da Quinta da Trindade, 1988.

Programa para o Museu Municipal do Seixal (museu polinucleado). António Nabais, Câmara Municipal do Seixal, Abril 1982.

Proposta de criação do Museu Municipal do Seixal. Câmara Municipal do Seixal, 3 Maio 1982.

Rede Museológica do Distrito de Setúbal, 9 de Outubro de 1995, Setúbal, Cooperação e Desenvolvimento Regional, S.A. [39 p.]

Relatórios do Museu Municipal/Ecomuseu do Seixal, 1982, 1983, 1984, 1985, 1986, 1987, 1988 e 1989.

Relatórios mensais de actividades da DPHN/Ecomuseu Municipal – 1990, 1991, 1992, 1993, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998 e 1999.

Texto de fundamentação para um núcleo dedicado à construção naval - documento do Sector do Património Histórico-Cultural de 8 de Fevereiro de 1983, subscrito por António Nabais.

Texto programático do Museu Municipal do Seixal, Fevereiro de 1983, António Nabais/SPHC da Câmara Municipal do Seixal.

**Fundo geral do Centro de Documentação e Informação do Ecomuseu Municipal do Seixal
(Divisão de Património Histórico e Natural da Câmara Municipal do Seixal)**

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO SEIXAL, *Deliberações de 23 de Fevereiro de 1995*.

CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL, *Acta da Reunião Ordinária de 5 de Janeiro de 1979*.

CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL, *Acta da Reunião Ordinária de 27 Abril de 1979*.

CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL, *Acta da Reunião Ordinária de 31 de Março de 1983*.

CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL, *Acta da Reunião Ordinária de 5 de Janeiro de 1989*.

CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL, *Acta da Reunião Ordinária de 17 de Junho de 1989*, Anexo nº 13.

CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL, *Acta da Reunião Ordinária de 10 de Janeiro de 1995*.

CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL, *Acta da Reunião Ordinária de 11 de Dezembro de 1996*.

CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL, *Acta da Reunião Ordinária de 23 de Dezembro de 1996*.

CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL, *Museu Municipal do Seixal, inauguração – dia 18 Dia Internacional dos Museus: Comunicado à População*, 18 de Maio de 1982.

CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL/PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DO SEIXAL, *Cadernos Temáticos de Caracterização e Análise 6. Património Natural e Construído*, Seixal, Agosto de 1991.

CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL/PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DO SEIXAL, *Cadernos Temáticos de Caracterização e Análise. 1 População*, 1991.

CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL/PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DO SEIXAL, *Memória Descritiva*, Julho de 1992.

CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL/PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DO SEIXAL, *Regulamento*, Junho de 1993.

CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL-ECOMUSEU MUNICIPAL, *Encontro Municipal sobre o Património*. 11 de Setembro de 1994. Programa e Comunicações. [fotocopiados].

CDU, *Programa Eleitoral – Câmara Municipal e Assembleia Municipal*, 1997.

CDU, *Programa Eleitoral – Câmara Municipal e Assembleia Municipal — 1997*.

COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA, *Programa Eleitoral para o Concelho do Seixal— 1989*.

FILIFE, Graça (1990), *Plano de Inventário do Ecomuseu Municipal do Seixal*, trabalho não publicado apresentado na cadeira de Organização do Património Museológico” da pós-graduação de Museologia Social da Universidade Autónoma de Lisboa Luis de Camões [28 p. e anexos].

FILIFE, Graça (1992) — *Relatório de actividades desenvolvidas no período de Estágio na carreira técnica superior (conservadora de museu)*. Maio de 1991-Maio de 1992. Divisão de Património Histórico-Natural/Ecomuseu Municipal - Departamento de Cultura, Desporto e Juventude (Junho 1992) [33 p. organigramas e anexos].

O Trabalho na História do Concelho do Seixal. Catálogo da exposição. Câmara Municipal do Seixal, 1981.

Parecer sobre a Reabilitação do Moinho Novo dos Paulistas (1994) - Relatório 269/94 (Outubro), do Núcleo de Comportamento de Construções do Departamento de Edifícios do LNEC (Maria do Rosário Veiga e João Appleton) [Proc. 083/01/10961].

Parecer sobre Intervenções no Moinho de Maré de Corroios (1993) - Relatório 261/93 (Outubro), do Núcleo de Comportamento de Construções do Departamento de Edifícios do LNEC (Maria do Rosário Veiga e João Appleton) [Proc. 083/01/10961].

Plano de Salvaguarda do Património Urbano e Natural do Concelho do Seixal. (coord. MORAIS, João Sousa). Câmara Municipal do Seixal, s.d..

Programa eleitoral da Aliança Povo Unido para o Concelho do Seixal, 1979.

Regulamento dos serviços municipais. *Diário da República* – II série nº 37, de 13-2-1988.

Relatório e Contas de Gerência da C.M.S., 1980.

SANTOS, Pedro Miguel Estácio dos, DUARTE, Ana Luísa Castanheira — *O Estabelecimento Naval de Azinheira*, Universidade de Lisboa, Faculdade de letras, 1994/95 (Cadeira de História Contemporânea de Portugal) [fotocopiado].

VLACHOU, Maria (1998)) — *Relatório da Pesquisa sobre os Visitantes do Ecomuseu - Um breve plano de marketing para o Ecomuseu Municipal do Seixal*, Julho 1998 [14 p e anexos].

Arquivo Intermédio da Câmara Municipal do Seixal

Processo nº 54 – “Comissão Municipal de Arte e Arqueologia”, 1966-1967.

Pº 28/02 – Instrução-Escolas (Instalação de uma Biblioteca Municipal da Câmara Municipal do Seixal).

PERIÓDICOS

Consultados no Centro de Documentação e informação do Ecomuseu Municipal do Seixal

A VOZ D'AMORA. 30 (1º Ano)

A VOZ DO SEIXAL nºs 1 (Ano I), 24 de Jun. 1928; 176 (Ano IX), 15 Jan. 1936; 270 (Ano XIV), 15 Ago. 1940.

ARCHEÓLOGO PORTUGUÊS. Lisboa, vol. XVII: 293-294.

CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL, *Boletim Municipal* (1ª série), nº 1, Maio 1961.

CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL, *Boletim Municipal* (2ª série), nºs 3, Jul 1975; 33, Jun. 1979; 34, Jul./Ago. 1979; 36, Nov./Dez. 1979; 41, Ago. 1980; 45, Jan. 1981; 46, Fev. 1981; 50, Jul. 1981; 52, Dez. 1981; 53, Jan. 1982; 54, Mar. 1982; 55, Abr. 1982; 56, Maio 1982; 57, Jun. 1982; 59, Ago 1982; 64; 67, Maio 1983.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS nº 16.581 (48º ano), 10 Jan. 1912.

O SEIXALENSE, 2ª série: 10º Ano, 12 Maio 1935, nº 198 ; 11º ano, 29 Jun 1935, nº 200; 11º ano, 25 Ago 1935, nº 201; 11º ano, 1 Jan. 1936, nº 202; 12º ano, 1 Mar 1936, nº 203; 12º ano, 24 Jul 1936.

TRIBUNA DO POVO — nº 40, 20 Jul 1952; nº 95, 5 Dez 1957; nº 132, 6 Maio 1956; nº 145, 18 Nov. 1956; nº 146, 22 Dez. 1956; nº 168, 17 Nov. 1957; nº 246, 19 Fev. 1961; nº 448, 3 Ago. 1969.

BIBLIOGRAFIA GERAL

- ALMEIDA, António Lopes da Costa e (1844) – “Memoria Histórico-Topographica dos Estabelecimentos de Valle de Zebro, Telha e Asinheira”, in *Annaes Maritimo Coloniais*, Lisboa, Imprensa Nacional, nº 10 (4ª série), pp. 359-360.
- ARTHUR, Maria de Lourdes Costa (1950) – *Sepulturas romanas na Quinta de S. João (Arrentela-Seixal)*, XIII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses [Separata do tomo VIII, 7ª Secção, Ciências Históricas e Filológicas] pp. 676-683.
- BAL, María Luisa Fernández; DORADO, Patricia Pérez; HERNÁNDEZ, Tàmmara Bescansa e CRISTOBO, Olga Miguéns (1997) – “Documentación e investigación no museo etnoloxico de Ribadavia: carpinteiros e tecedeiras”, in *IV Coloquio Galego de Museos. Investigación e Museos* (Museo de Pontevedra (14-16 Dez.1994), Consello Galego de Museos, pp. 183-194.
- BARBLAN, Marc A. (1985) – “Quel «musée» pour le patrimoine industriel?”, in *L'étude et la mise en valeur du patrimoine industriel*. 4ème conférence internationale Lyon-Grenoble (sep. 1981), Paris, Editions du CNRS, pp. 40-45.
- BARRETO, António (1996) – “Três décadas de mudança social”, in BARRETO, A. (org), *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 35-60.
- BARROSO, Eliane, VAILLANT, Emilia (cord.) (1993) – *Musées et Sociétés*. Actes du colloque Mulhouse Ungersheim. Répertoire analytique des musées. Bilans et projets 1980-1993.
- BELLAIGUE, Mathilde (1995) – “Des musées pour quelles communautés?”, *ISS (Icofom Study Series)* nº 25, 29-36.
- BELLAIGUE-SCALBERT, Mathilde (1983) – “Editorial”. *Écomusée Informations*, 1, Ecomusée de la communauté le Creusot Montceau les Mines.
- BELLAIGUE, Mathilde (1999) – *Local identity in the process of globalisation. The ecomuseum questioned “Finding the signs of a world rematerialisation*, texto não publicado facultado por Per-Uno Agren.
- BERGERON, Louis (1985) – “Avant-propos”, in *L'étude et la mise en valeur du patrimoine industriel*. 4ème conférence internationale Lyon-Grenoble (sep. 1981), Paris, Editions du CNRS, pp. 23-24.
- BERGERON, Louis (1992) – “Écomusées, musées techniques, musées industriels: une nouvelle génération”, in SCHROEDER-GUDEHUS, Brigitte (dir.), *La Société industrielle et ses musées, Demande sociale et choix politiques 1890-1990*, Paris, Éditions des archives contemporaines, pp.271-280.
- BERGERON, Louis e DOREL-FERRÉ, Gracia (sd) – *Le patrimoine industriel, un nouveau territoire*, Paris, Editions Liris.
- CAMACHO, Clara; FILIPE, Graça e ALMEIDA, Joelma (1998) – *Relatório do Levantamento de Museus Municipais da Área Metropolitana de Lisboa*, texto não publicado, Lisboa, Área Metropolitana de Lisboa [28 p].
- CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL (1980) – *História do Concelho do Seixal 3: Elementos para a História das Colectividades*, Seixal, Câmara Municipal do Seixal.

- CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL (1986) – *Moinhos de Maré do Concelho do Seixal*, Seixal, Câmara Municipal do Seixal, [folheto].
- CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL (1988) – *O Concelho do Seixal: Itinerário*, Seixal, Câmara Municipal do Seixal.
- CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL (1989) – *15 anos de poder local democrático: 1974/1989*, Seixal, Câmara Municipal do Seixal.
- CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL/ECOMUSEU (1995) – “Salvaguarda e valorização do património cultural do Concelho do Seixal”, Seixal, Câmara Municipal do Seixal/Ecomuseu Municipal [folheto].
- CARTIER, Claudine (1991) – “De la connaissance à la protection du patrimoine industriel”, *Musées et Sociétés*, Actes du colloque Mulhouse Ungersheim, juin 1991. Répertoire analytique des musées, Bilans et projets, 1980-1993. Ministère de la Culture-Direction des musées de France, pp.102-104.
- CASAL, A. Yañez (1994) – “Arqueologia, Antropologia e Património”, *Ethnologia*, nº 1-2 (Out. 1994/Jan. 1995), Lisboa, Edições Cosmos e Departamento de Antropologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, pp. 11-22.
- CLAIR, Jean (1992) – “Les origines de la notion d'écomusée (1976)”, in *Vagues, une Anthologie de la nouvelle muséologie*, I, Mâcon, Éditions W.MNES, pp. 433-439.
- CLOAREC, Jacques (1995) – “Le paysage entre nature et culture”, in *Patrimoine culturel, patrimoine naturel*, Paris, La documentation Française, pp. 81-89.
- CRUZ, Maria Alfreda (1973) – *A Margem Sul do Estuário do Tejo. Factores e formas de organização do espaço*, Montijo, ed. autor.
- CUSTÓDIO, Jorge (1981) – “Associações de Defesa do Património”. *ArteOpinião*, Lisboa, Associação de Estudantes de Artes Plásticas-Design da ESBAL, nº 14 (Mar/Abril), pp. 32-35.
- CUSTÓDIO, Jorge (1983) – “Campo arqueológico da Amora. Fase Preparatória”, *Arqueologia*, nº 6, Porto, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, pp. 170-173.
- CUSTÓDIO, Jorge (1989) – “Moinhos de Maré em Portugal: algumas questões do seu estudo e salvaguarda sob o ponto de vista do património industrial”, in *Actas do I Encontro Nacional sobre o Património Industrial*, vol I, Coimbra, Coimbra Editora, pp. 343-389.
- CUSTÓDIO, Jorge (1996) – “O inventário do património industrial da Amadora. O Parque Industrial da Venda Nova”, in XAVIER, Gabriela e SANTOS, Vanda (resp. téc.), *Recenseamento e estudo sumário do Parque Industrial da Venda Nova*, Amadora, Câmara Municipal da Amadora, pp. 7-25.
- CUSTÓDIO, Jorge (1999) – “Introdução ao Museu da Cortiça da Fábrica do Inglês”, in *Museu da Cortiça da Fábrica do Inglês. Exposição Permanente. Estudos. Catálogo*, Silves, Fábrica do Inglês, S.A., pp. 13-21.
- DAVALLON, Jean (1995) – “Nouvelle muséologie vs muséologie?”, ISS (*Icofom Study Series*) 25, ICOM-ICOFOM, pp. 153-166.
- DAVALLON, Jean (1996) – “Réflexions sur l'«objet de musée»”, *Travaux du Centre de Recherches Sémiologiques*, nº 64, Neuchâtel, Centre de Recherches Sémiologiques, pp. 69-90.

- DAVALLON, Jean (1997) – “L'évolution du rôle des musées”, *Pour: la revue du Groupe de recherche pour l'éducation et la prospective*, n° 153 (Nouveaux musées, nouvelles muséologies), Paris, L'Harmattan, pp. 39-47.
- DAVALLON, Jean; MICOUD, André e TARDY, Cécile (1997) – “Vers une évolution de la notion de patrimoine? Réflexions à propos du patrimoine rural” in GRANJE, D.J. e POULOT, D. (dir.). *L'Esprit des Lieux/Le Patrimoine et la Cité*, Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble, pp. 195-205.
- DAVIS, Peter (1999) – *Ecomuseums, a sense of place*, London/New York, Leicester University Press.
- DESVALLEES, André (1993) – “Le droit à l'existence pour des musées différents: et si on reparlait de la nouvelle muséologie? (un entretien avec A. Desvallées), *Publics & Musées*, n° 3 (Jun), pp. 138-145.
- DESVALLEES, André (1994) – “Musée et communauté: des ambiguïtés à éclaircir”, ISS (*Icofom Study Series*), 24, ICOM-ICOFOM, pp. 33-37.
- DESVALLEES, André (1995) – “Emergence et cheminements du mot patrimoine”, *Musées et collections publiques de France*, n° 208 (Set. 1995), pp. 6-29.
- DOMINGUES, Maria Manuela de Abreu Borges (1986) – *O Seixal no Museu: contribuição para o estudo do fenómeno sócio-cultural dos recentes museus locais em Portugal. Estudo de um caso: Museu Municipal do Seixal – Ecomuseu de desenvolvimento*. Estudo monográfico não publicado no âmbito do Seminário de Investigação da Licenciatura em Antropologia Cultural, apresentado na Universidade Nova de Lisboa [Centro de Documentação do Departamento de Antropologia].
- Ecomusées en France. Actes des Premières Rencontres Nationales des Écomusées*, Rhône-Alpes, Agence Régionale d'Ethnologie Rhône-Alpes-Musé Dauphinois, 1987.
- FAHY, Anne (1995) – *Collections Management*, London, Routledge.
- FÉDÉRATION DES PARCS NATURELS DE FRANCE (1979) – *Les Parcs Naturels Régionaux et le Patrimoine Ethnologique*.
- FENTON, Alexander (1995) – “Collections research: local, national and international perspectives” in FAHY, Anne, *Collections Management*, London, Routledge, pp. 224-232.
- FERRÃO, João (1996) – “Três décadas de consolidação do Portugal demográfico «moderno»”, in BARRETO, António (org.), *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, pp. 165-190.
- FILIPE, Graça (1992a) “Breve abordagem à indústria da cortiça no Concelho do Seixal”, *Al-madan*, n° 1 (IIª série), pp. 63-68.
- FILIPE, Graça (coord.) (1992b), *Agricultura e espaços rurais no concelho do Seixal*, Seixal, Câmara Municipal do Seixal.
- FILIPE, Graça (1993) – “Ecomuseu do Seixal: notas sobre experiências acumuladas de um serviço educativo”, *Al-madan* IIª série, n°2 (Julho), p. 157.
- FILIPE, Graça (1994) – “Ecomuseu Municipal do Seixal: espaços e projectos alternativos de educação. Experiências abertas à Área-Escola”, *O Estudo da História - Boletim da APH*, n°s 12-13-14-15 (II série) (1990-1993), pp. 795-799.
- FILIPE, Graça (1996) – “Olaria Romana da Quinta do Rouxinol – Um Museu de Sítio num Parque Histórico-Natural”, in FILIPE, G. e RAPOSO, Jorge (coord.), *Ocupação Romana dos Estuários do Tejo e do Sado*. Actas das Primeiras

Jornadas sobre Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado, Seixal-Lisboa, Câmara Municipal do Seixal/ Publicações Dom Quixote, pp. 397-400.

FILIPPE, Graça (1997) - "Antigas fábricas em meios urbanos - como transformar os espaços de trabalho em locais de cultura?" (Comunicação apresentada no Seminário sobre Museologia Industrial - Porto, 17/18 Fev. 1995), *Arqueologia Industrial*, nº 1-2 (3ª série, vol. I), pp. 127-133.

FILIPPE, Graça (1998) - "Ecomuseu Municipal do Seixal: das realizações aos problemas actuais, numa perspectiva de desenvolvimento local", in FILIPPE, G. (coord.), *Actas do VII Encontro Nacional de Museologia e Autarquias. Museologia e Autarquias. Experiências e Perspectivas*, Seixal, Câmara Municipal do Seixal, pp. 73-95.

GASPAR, Jorge (1993) - *As Regiões Portuguesas*, Lisboa, Ministério do Planeamento e da Administração do Território.

GIL, F.B. e ALMAÇA, C. (1982) - "Os Museus de Região e o desenvolvimento científico", in *Actas do Colóquio APOM 77*, Associação Portuguesa de Museologia, pp. 35-44.

GJESTRUM, Jonh Aege (1995) - "Norwegian experiences in the field of ecomuseums and museum decentralisation", *ISS (Icofom Study Series)*, 25, ICOM-ICOFOM, pp. 201-212.

GOUVEIA, Henrique Coutinho (1979) - "Problemas tipológicos dos museus portugueses: os museus de etnologia e o Museu Nacional da Ciência e da Técnica", in *Panorama Museológico Português, carências e potencialidades* (Porto, 1-5 de Dez. 1976), Lisboa, APOM, pp. 91-94.

GOUVEIA, Henrique Coutinho (1985a) - "Acerca do Conceito e Evolução dos Museus Regionais Portugueses desde finais do século XIX ao regime do Estado Novo", *Bibliotecas, Arquivos e Museus*, Vol.1 (1), pp. 147-184.

GOUVEIA, Henrique Coutinho (1985b) - "Museologia local e museologia popular - hipótese de trabalho no caso dos pequenos museus portugueses". *Méridies* nº 2, pp. 319-328.

GOUVEIA, Henrique Coutinho (1991) - "Os museus e a universidade. Investigação e ensino", *Ethnologia*, nº 6 (Jul-Dez. 1991), *Actas do 1º Encontro Universitário Luso-Espanhol sobre a Investigação e o Ensino da Área da Museologia* (Cascais, Maio 1986), Departamento de Antropologia da Faculdades de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, pp. 199-208.

GOUVEIA, Henrique Coutinho e CARVALAHO Margarida Chorão de (1987) - *A musealização de sítios na área da etnologia*, Seminário Musealização de Sítios, Coimbra, 19-24 Outubro 1987, Instituto Português do Património Cultural, Departamento de Etnologia, pp.7-9.

GOUVEIA, Henrique Coutinho; FIGUEIREDO, José Valle (de) e CARVALHO, Margarida Chorão de Carvalho (1993) - "Os fornos de cal de Paço de Arcos. Memória justificativa da sua importância patrimonológica", *Património & museus*, n 3 (II série), Jan/Jun. [separata].

GUIA DE MUSEUS Costa Azul (s.d.) - Setúbal: Região de Turismo de Setúbal.

GUIA DE PORTUGAL. I Generalidades. Lisboa e Arredores (1991). Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian (3ª reimpressão), pp. 456-457, 638-639.

- HENRIQUES, José Manuel (1990) – *Municípios e desenvolvimento. Caminhos possíveis*, Lisboa, Escher.
- HOOPER-GREENHILL, Eilean (ed.) (1995) – *Museum, Media Message*, London, Routledge.
- HUBERT, François (1997) – “Nouveaux musées, nouvelles muséologies”, *Pour: la revue du Groupe de recherche pour l'éducation et la prospective*, n° 153 (Écomusées et musées de société – dire l'histoire et gérer la mémoire au présent). Paris, L'Harmattan, pp. 23-30.
- LA FÉDÉRATION DES ÉCOMUSÉES ET DES MUSÉES DE SOCIÉTÉ (1998) – *En avant la mémoire*.
- La muséologie selon Georges Henri Rivière. Textes et témoignages*, Paris, Dunod, 1989.
- LADKIN, Nicola, “Museums and communities: an ecological approach”, in *ISS (Icofom Study Series)* 25, pp. 57-66.
- LAMEIRAS-CAMPAGNOLO, Maria Olímpia (1980) - Le Musée d'Histoire Naturelle et Humaine d'Alcobaça (Portugal), Museu Manuel Vieira Natividade. Contribution à la réflexion collective sur l'élaboration du projet d'installation d'un musée de province dans une ancienne Abbaye Cisterciense: approche ethnologique. CNRS-C e DRASEMI. Paris. 232 p., 15 ils. [Centre de Documentation UNESCO-ICOM, Paris].
- LAMEIRAS-CAMPAGNOLO, Maria Olimpia – *Museu de História Natural (Coutos Cistercienses)*, IPPC, col. Estudos e Materiais, Departamento de Etnologia [no prelo].
- LAMEIRAS-CAMPAGNOLO, Maria Olímpia (1998) – “Analisar e comparar entidades museológicas e paramuseológicas”. In FILIPE, G. (coord.), *Actas do VII Encontro Museologia e Autarquias*. Seixal, Câmara Municipal do Seixal, 1998, pp. 97-112.
- LAMEIRAS-CAMPAGNOLO, Maria Olímpia e CAMPAGNOLO, Henri (1997) - “A propósito do conceito de «leitura situacional»: algumas considerações e referências bibliográficas”, *Boletim APOM*, 5 (II série), Lisboa, pp. 22-24.
- LAMEIRAS-CAMPAGNOLO, Maria Olimpia e CAMPAGNOLO, Henri (1998) – “Dois modos de pescar na enseada da Nazaré (a “xávega” e o “candil”: devir técnico, devir turístico”, in *I Jornadas sobre Cultura Marítima, Nazaré – 1995*, Nazaré, Câmara Municipal da Nazaré, pp. 175-198.
- LASCAULT, Gilbert (1994) – “Postface”, in *Vagues. Une anthologie de la nouvelle muséologie*, II, Mâcon, W-MNES, pp. 561-564.
- LE GOFF, J.(1984) – “Memória”, in *Enciclopédia Einaudi 1. Memória-História*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 11-50.
- LEHMBRUCK, Manfred (1979) – “La programmation”, *Museum*, n° 2 (vol. XXXI- 1979), Paris, UNESCO, pp. 94-96.
- LIMA, Manuel (1997) – *A Reserva Ecológica Nacional do Concelho do Seixal. Contributos para a sua descrição e divulgação*, Seixal, Câmara Municipal do Seixal.
- LOPES, Célia e CUNHA, Eugénia (1998) – “Necrópole da Quinta de S. Pedro. Análise antropológica de uma série do século XV”, *Al-madan*, n° 7 (IIª série), pp. 37-44.
- LOPES, José da Silva Lopes (1996) – “Panorama geral da evolução económica entre 1960 e o início da década de 90”, in BARRETO, A. (org.), *A Situação Social em*

Portugal, 1960-1995, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, pp. 235-246.

MAROEVIĆ, Ivo (1995) – “The museum message: between the document and information”, in HOOPER-GREENHILL, E. (ed.), *Museum, Media Message*, London. Routledge, pp. 24-36.

MARQUES, Luís (1985) – “Arqueologia Naval: a acção dos Municípios do Distrito de Setúbal”, *Poder Local*, nº 51 (Set.-Out.) [separata].

MAURE, Marc (1995) – “La nouvelle muséologie - qu'est-ce-que c'est?” in *ISS (Icofom Study Series)*, nº 25 (Symposium Museum and Community II, Jul 1995, Stavanger), pp. 127-132.

MENDES, J. Amado (1982) – “Arqueologia Industrial e Património Cultural”, *Munda*, nº 3 (Maio 1982), Coimbra, Grupo de Arqueologia e Arte do Centro, pp. 3-11.

MENDES, J. Amado (1994) – “A Arqueologia Industrial no processo ensino aprendizagem”, *XII Encontro de Professores de História da Zona Centro. Comunicações*, Coimbra, Secretariado do XII Encontro de P.H.L.C., pp. 81-100.

MICOUD, André (1994) – “Le Bien Commun des patrimoines”, in *Patrimoine culturel, patrimoine naturel*, Paris, La Documentation Française, pp. 25-38.

MOREIRA, Isabel M. Martins (1989) – *Museus e Monumentos em Portugal. 1772-1974*. Lisboa, Universidade Aberta.

MOREIRA, Isabel M. Martins (1989) *patrimoine naturel*. Colloque 12 -13 déc. 1994, pp. 25-38.

MOREL, Alain (1989) – “Introduction”, in *Cultures du Travail. Identités et savoirs industriels dans la France contemporaine* (Séminaire du Royaumont, janvier de 1987), Paris, Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, pp. 1-15.

Musées et sociétés. Actes du premier colloque national des musées de société en France, Mulhouse Ungersheim, 1991 (juin).

Museologia e Património Monumental. Conclusões do Colóquio APOM 82 (Évora, 29 Out./ 1 Nov.), Associação Portuguesa de Museologia.

Museu de Região, pólo dinamizador de acção cultural, Actas do Colóquio APOM 1977, Lisboa, Associação Portuguesa de Museologia, 1982

MUSEU SPEL. *APOREM* (1999) – Lisboa, Associação Portuguesa de Empresas com Museu.

Museus do Distrito de Setúbal: roteiro. Setúbal, Associação dos Municípios do Distrito de Setúbal, s.d..

NABAIS, António (1981a) – “A Câmara e o património cultural no Seixal”, in *Actas da Conferência do Partido Comunista Português sobre o Poder Local*, Lisboa, PCP, pp. 100-102.

NABAIS, António (1981b) – *História do Concelho do Seixal-1. Cronologia*, 1ª edição. Seixal, Câmara Municipal do Seixal.

NABAIS, António (1982a) – “Museu Municipal do Seixal”, *Boletim APOM* nº 26 (1981-1982), Lisboa, Associação Portuguesa de Museologia, pp. 11-15.

NABAIS, António (1982b) – *História do Concelho do Seixal 2. Barcos*, Seixal, Câmara Municipal do Seixal, 1982.

- NABAIS, António (1983) – “Museu Municipal do Seixal”, *Al-madan*, nº 1 (I Série), pp. 37-38.
- NABAIS, António (1984) – “Le Musée municipal de Seixal: un écomusée de développement”, *Museum*, Paris, ICOM-Unesco, nº142, pp. 71-74.
- NABAIS, António (1985) – “Le développement des écomusées au Portugal”, *Museum*, Paris, ICOM-Unesco, nº148, pp. 211-216.
- NABAIS, António (1987) - Introdução ao *Catálogo-guia do Ecomuseu - O Território, o Homem, a História*, Seixal. Câmara Municipal do Seixal, p. 4.
- NABAIS, António (1989a) – “Curso de Técnicos Auxiliares de Museografia”, in *Actas do Colóquio APOM 89 – Arquitectura de Museus. Museus e Formação Profissional* (Museu de Aveiro, 4/7 Fevereiro de 1989), pp. 101-106.
- NABAIS, António (1989b) – “Musealização de espaços urbanos”, in *Actas do Colóquio APOM 89 – Arquitectura de Museus. Museus e Formação Profissional* (Museu de Aveiro, 4/7 Fevereiro de 1989), pp. 47-49.
- NABAIS, António (1990) – “Moinhos de Maré: salvaguarda e reutilização”. *Actas do I Encontro Nacional sobre o Património Industrial*, vol. II, Coimbra, Coimbra Editora, pp. 321-324.
- NABAIS, António (1991) – “Ecomuseu do Seixal. Museologia participativa”, in *Textos de Museologia. Jornadas sobre a Função Social do Museu* (3ªs Jornadas, 29-31 Out. 1990). Cadernos do MINOM (1), Lisboa, MINOM Portugal, pp. 84-91.
- O'BYRNE, Patrick e PECQUET, Claude (1979) – “La programmation: un outil au service du conservateur, du maître d'ouvrage et du maître d'oeuvre”, *Museum*, nº 2 (vol. XXXI), Paris, UNESCO, pp. 72-93.
- PALMER, Marilyn e NEAVERSON, Peter (1998) – *Industrial Archeology. Principles and Practice*, London/New York, Routledge, pp. 1-15.
- Patrimoine culturel, patrimoine naturel*. (1994) Actes du colloque 12-13- déc., Paris, La Documentation Française.
- Património Cultural III* (Manual de Apoio Técnico para os Eleitos das Autarquias –Pelouros Cultura), Setúbal, Associação dos Municípios do Distrito de Setúbal, 1983.
- PEARCE, Susan (1995) – “Collecting as medium and message”, in HOOPER-GREENHILL, E. (ed.), *Museum, Media Message*, London, Routledge, pp. 15-23.
- PEREIRA, Fernando António Baptista (1984) – “Museologia. Obras de Arte em perigo no Museu de Jesus”, *Património*, nº2 (Jul./Dez. 1984), Setúbal, SALPA, pp.28-30.
- PEREIRA, Fernando António Baptista (1996a) – “Lisboa Subterrânea vista por um museólogo”, *Al-madan* nº 3, II série, Almada, Centro de Arqueologia de Almada, pp. 100-103.
- PEREIRA, Fernando António Baptista (1996b) – “Museus e novos espaços de exposição”, *Architecti* nº 32(ano VII), Oeiras, Editora Trifório, pp. 24-29.
- PEREIRA, Fernando António Baptista (1997) – “A museologia industrial na era da desindustrialização. Algumas reflexões à laia de conclusão”, *Arqueologia Industrial*, 3ª série, I (1-2), pp.187-190.
- POULOT, Dominique (ed.) (1998) – *Patrimoine et Modernité*, Paris, L'Harmattan.

- QUERRIEN, Max (1982) – *Pour une nouvelle politique du patrimoine. Rapport au ministre de la culture*, Paris, La Documentation Française, pp. 62-67.
- RAHOLA, Eusebi Casanelles (1998) – “Recuperación y uso del patrimonio industrial”, *Abaco* nº19 (Arqueologia industrial. Testimonios de la memoria), 2ª epoca, pp. 11-18.
- RAPOSO, Jorge (1986) – “Intervenção Arqueológica na Igreja Paroquial de Corroios”. *I Encontro de Arqueologia Urbana (Setúbal/1985). Trabalhos de Arqueologia* 03. Lisboa, IPPC, pp. 81-85.
- RAPOSO, Jorge M.C. e DUARTE, Ana Luísa C. (1985) – “Intervenção arqueológica na Quinta de S. Pedro (Corroios, Seixal)”, *Al-madan*, nº 4 (IIª série), pp. 26-33.
- RAPOSO, Jorge M.C. e DUARTE, Ana Luísa C. (1998) – “Quinta de S. Pedro: notas breves sobre a segunda campanha de trabalhos arqueológicos”, *Al-madan*, nº 7 (IIª série), p. 38.
- RAUTENBERG, M. (1998) – “L’émergence patrimoniale de l’ethnologie: entre mémoire et politiques publiques”, in POULOT, Dominique (éd.) *Patrimoine et Modernité*, Paris-Montréal (Qc), L’Harmattan, pp. 279-289.
- REGUERA, Albert Sierra i (1997) – “La gestión de museos”, *Revista de Museología*, nº 11 (Junho), 1997, pp. 102-104.
- RODRÍGUEZ, Xosé C. Sierra (1998) – “Espacios, Función, Organización e Formación. Catro patas para o asentamento do edificio museístico”, in *V Coloquio Galego de Museos. Do marco normativo à organización*, Consello Galego de Museos, pp. 369-394.
- RONCAYOLO, Marcel (1986) – “Região”, in ROMANO, Ruggiero, (dir.) *Enciclopédia Einaudi*, vol. 8, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 161-189.
- SOARES, Joaquina (1993) – “O Museu de Arqueologia do distrito de Setúbal e o desafio dos anos 90”, *Al-madan*, nº 2 (II série), pp. 81-83.
- SOARES, Joaquina (1996) – “Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal: intervenções arqueológicas/1996”, *Al-madan*, nº 5 (IIª série), p. 196.
- SOUSA, J.M. Cordeiro de (1936) – *Inscrições Portuguesas do Museu do Carmo*, 2ª ed., Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, pp. 115-116.
- TENGARRINHA, José (1996) – “Historiografia dos Estudos Históricos Locais em Portugal”, in AGIRREAZKUENAGA, Joseba e URQUIJO, Mikel (ed.), *Perspectivas de historia local: Galicia y Portugal*, Bilbao, Universidad del País Vasco, pp. 29-48.
- VAN MENSCH, Peter (1995) - “Magpies on Mount Helicon?” in *ISS (Icofom Study Series)* 25, pp. 133-138.
- VARINE, Hugues de (1985) — “L’écomusée: au-delà du mot”. *Museum*. ICOM-UNESCO, tomo IV, nº 148, p. 185..
- VARINE, Hugues de (1988) – “New museology and the renewal of the museum institution”, in GJESTRUM, Jonh Aage e MAURE, Marc (red.), *Okomuseumsboka-identitet, okologi, deltakelse*, Tromsø, Utgeitt /Norsk Icom, pp. 62-66.
- VARINE, Hugues de (1991) – *L’initiative communautaire, recherche et expérimentation*, Mâcon, éditions W.MNES.

- VARINE, Hugues de (1992) – “L’écomusée (1978)”, in *Vagues. Une anthologie de la nouvelle muséologie* - vol. 1 (coord. André Desvallées), Mâcon, Éditions W. M.N.E.S., 446-487
- VARINE, Hugues de (1995) – “A respeito da Mesa-Redonda de Santiago”, in *A Memória do pensamento Museológico Contemporâneo*. Documentos e Depoimentos, Rio de Janeiro, Comité Brasileiro do ICOM .
- VARINE Hugues de (1998) – “Ecomusées, musées communautaires, développement local”, in *Ecomuseologia como forma de desenvolvimento integrado. Actas das Jornadas sobre a Função Social do Museu* (Set. 1997), Póvoa do Lanhoso, Câmara Municipal da Póvoa do Lanhoso, pp. 29-31.
- VARINE-BOHAN, Hugues de (1976) – “Le musée moderne: conditions et problèmes d’une rénovation”, *Museum*, n° 3 (vol. XXVIII), 1976, Paris, Unesco, pp. 127-139.
- VIEL, Annette (1994) – “La situation canadienne”, in *Patrimoine culturel, patrimoine naturel*. Colloque 12 -13 déc., Paris, La Documentation Française, pp. 219-229.
- WASSERMAN, Françoise (1984) – “Les Ecomusées ou comment une population reconnaît, protège, met en valeur les richesses naturelles et culturelles de son territoire”, *Musées et Collections Publiques de France*, n°182-183, 53-55.

ANEXOS

(Para os reproduzirmos como anexos, os documentos originais referenciados foram digitalizados e o seu texto foi reformatado electronicamente)

Anexo 1

POR UM MUSEU DO CONCELHO DO SEIXAL

1. Da. exposição ao Museu

A ideia de um Museu do Seixal não é recente: andou no ar, ao que parece, por volta de 1940, na altura das Comemorações dos Centenários (1140 — 1640 — 1940) e destinava-se certamente a fazer parte do complexo de realizações com que a ditadura salazarista procurava legitimar-se historicamente e reforçar-se no poder. Morreu, por razões que desconhecemos, mas que estarão, por certo, ligadas ao próprio facto de as comemorações serem pura obra de fachada, exclusivamente propangandística, sem um verdadeiro sentimento de promoção cultural das populações, ausente que estava toda e qualquer ideia de poder local.

Voltou a nascer a ideia, na sequência do 25 de Abril, com a afirmação do poder local e das suas realizações económicas, sociais e culturais.

É assim que surge a presente exposição, idealizada fundamentalmente como sensibilização da população do concelho para a salvaguarda do seu património histórico-cultural, tendo em vista, ainda longinquamente, a criação do futuro museu. Todavia, durante o processo de concretização da exposição, foram tantas as ofertas e cedências a título de empréstimo, tão grande o entusiasmo das entidades e da população contactada, que, de exposição documental de mapas, fotografias e textos explicativos, se teve de pensar num espaço muito maior e, sobretudo, num outro tipo de exposição. Apesar de tudo, ficaram ainda de fora algumas das peças doadas ou cedidas que ficarão a constituir, com as expostas, o embrião do espólio do futuro museu municipal: a exposição aparece, assim, como uma autevisão do futuro museu, em que se inclui, desde já, um razoável número de peças, quer em exposição, quer em reserva.

2. Que tipo de Museu?

Várias opções se nos põem: museu de arte, de etnografia, de arqueologia, de história, de arqueologia industrial, museu misto (um pouco de cada coisa)... É em face da realidade histórico-cultural do concelho e de uma acção cultural futura que se tem de optar por um determinado tipo de museu.

Começemos pelas ideias mais tradicionais: um museu de arte. Não é que não haja um importante património artístico (arte sacra., arquitectura religiosa e palaciana dos séculos XVIII e XIX, azulejaria barroca e dos séculos XIX e XX) a conservar e recolher. Mas o Seixal não é Sintra, nem Sesimbra., no que respeita à densidade de património construído de interesse artístico e/ou de recheio valioso. O que existe é importante e não pode continuar a

ser votado ao abandono (como é o caso da Quinta da Trindade), mas, por si só, não define a terra e as gentes no seu viver colectivo. E o que é um museu se não o melhor repositório - que se quer vivo e actuante - da memória colectiva de uma comunidade?

Um museu de arqueologia fãra ainda menos sentido, atendendo à magreza das pesquisas no território do concelho, pelo que ainda temos uma imagem muito nebulosa do Seixal antigo ou dos primeiros tempos da nacionalidade. Uma das possibilidades da acção cultural do Museu seria o incremento das pesquisas arqueológicas de colaboração com os núcleos de arqueologia de concelhos limítrofes.

Um museu de etnografia - desde que não entendida no sentido restritivo e deturpador de "folclore" - teria a inegável vantagem de evitar a rápida desapareição dos vestígios de costumes e tradições populares ainda existentes. Com efeito, a rápida industrialização e urbanização do concelho têm levado atrás de si, os últimos vestígios das actividades e modos de vida tradicionais da população concelhia ligada à faina da pesca, a construção naval semi-artesanal, aos transportes fluviais com as suas embarcações centenárias, para não falar dos trajes e pratos típicos que as exigências da vida actual fizeram esquecer quase completamente. Contudo, temos de pensar que a vida da população do concelho, desde muito cedo na sua história, esteve ligada a actividades de tipo industrial, desde a moagem artesanal à recente siderurgia, passando pelos lanifícios e pelos vidros no século XIX, constituindo assim um dos poucos casos, a nível nacional, em que as técnicas industriais e, por conseguinte, a componente operária da população têm profundas raízes históricas. Daí que, num momento em que a grande metrópole que é Lisboa transforma os concelhos vizinhos, como é o presente caso, em satélites/dormitórios da sua população trabalhadora dos sectores secundário e terciário (este em aumento crescente), se estejam a perder as profundas raízes que deveriam prender à sua terra natal ou de adopção todos os que nela vivem e ganham o seu pão. É procurando preservar essas raízes que deverá formar-se a ideia de um Museu como polo de desenvolvimento e animação cultural das populações do concelho. Ora as raízes comuns da população que vive e que viveu em épocas recuadas no Concelho é o trabalho nas suas diferentes formas. Um museu do trabalho, pois! E também das tradições do povo do concelho. Um museu que nos dê um sentido de vivência colectiva que é o contraponto cultural da exigência política de uma maior autonomia regional e local, a vários níveis.

3. Para um Museu do trabalho e das Tradições Populares do Concelho do Seixal

Qual seria, pois, a vocação deste Museu?

Um museu das técnicas e dos costumes, das peças e dos homens e mulheres que trabalharam ao longo dos séculos na área do concelho. Em suma, um museu das actividades económicas e da vida social do concelho, desde os mais antigos vestígios encontrados na sua área à actualidade. Mas também um museu da autarquia local - sua origem e história. Não poderia ser

esquecido o rico património artístico das quintas ligadas à vida económica e social da região. Em qualquer uma das suas secções ou sectores estaria sempre presente a ligação/integração nas grandes etapas da vida da nação portuguesa, ao longo dos seus séculos de história.

Que local escolher para o Museu?

Não poderemos pensar em edifícios ideais construídos de novo para instalação do Museu, pelo menos a curto e médio prazo. Nem tão pouco se nos afigura necessária ou imperiosa a existência de um local único de exposição; bem pelo contrário o museu que se idealiza e programa vai viver de uma pluralidade de lugares de grande interesse histórico-cultural disseminados pela área do concelho. Assim, do Moinho de Maré ainda em funcionamento à fábrica de explosivos de 1900, notavelmente conservada, das quintas agrícolas aos barcos fluviais, do forno de cal ao lagar de azeite, passando, inevitavelmente, pelo edifício sede central, toda um conjunto de percursos e lugares podem e devem ser entendidos e arrançados como secções/sectores do futuro museu. Na sede recolher-se-iam as espécies que já não podem integrar-se nos locais de origem, que aconselham cuidados especiais de conservação ou que se afiguram indispensáveis à perspectiva histórica global que deverá ser apresentada didacticamente.

Quanto à dependência administrativa, o museu seria municipal, isto é, dependente da Câmara Municipal, embora se possa prever o apoio de técnicos do Instituto Português do Património Cultural no processo de instalação e montagem e na organização dos serviços de conservação das peças.

O conteúdo do Museu seria constituído por variado e diversificado tipo de colecções: desde a arqueologia à etnografia, da arqueologia pré-industrial às colecções de barcos e miniaturas das embarcações fluviais, da arqueologia industrial às colecções de charretes, carroças e trens, da arte das quintas agrícolas dos séculos XVI a XX às colecções de instrumentos musicais e de fardamentos de bandas, sem esquecer as tradições e a história da autarquia local. Ter-se-ia de pensar em solicitar, a título de depósito, a cedência de materiais etnográficos ou artísticos a Museus Nacionais ou Regionais, sobretudo quando muitas dessas peças que poderiam enriquecer o espólio do futuro museu se encontram em reserva nesses museus.

A acção cultural deste tipo de museu seria enorme e fundamental para a vida concelhia. Não será difícil imaginar a acção educativa, para qualquer nível de ensino, que um tal repositório de cultura local constituiria para a formação humana integral das novas gerações. As oficinas que se criariam em complemento e apoio do Museu visariam não deixar perder certas técnicas artesanais, como a do calafate. Através de exposições temporárias vindas do exterior ou organizadas pelo Museu, com a colaboração de entidades variadas, e de um plano de publicações sobre a história e a vida locais, a dinamização cultural enraizar-se-ia nos hábitos quotidianos da população, consolidando e abrindo novos horizontes à acção cultural que, desde o século passado, as colectividades vêm desenvolvendo.

Será que estivemos a sonhar? Talvez, mas, como diz o poeta António Gedeão, em poesia largamente conhecida pelo povo, “o sonho comanda a vida, e sempre que o homem sonha o mundo pula e avança como bola colorida entre as mãos de uma criança”.

Mas nem tudo já são sonhos: muito do aqui dito é realidade, embora tenha começado pelo sonho. Realidade tornada possível pelo trabalho e pela vontade política do colectivo camarário. Se assim continuarmos, em breve novos sonhos teremos de sonhar, porque estes já serão realidade. Ao trabalho, pois!

Novembro de 1981

Fernando António Baptista Pereira

(colaborador do Sector do Património
Histórico-Cultural da
Câmara Municipal do Seixal)

Anexo 2

PROGRAMA PARA O MUSEU MUNICIPAL DO SEIXAL

(MUSEU POLINUCLEADO)

1. INTRODUÇÃO.
2. COMO NASCEU UM MUSEU MUNICIPAL.
3. FINALIDADE DO MUSEU MUNICIPAL DO SEIXAL.
4. FUNDAMENTOS DO MUSEU MUNICIPAL DO SEIXAL.
5. ORGANIZAÇÃO, LOCALIZAÇÃO DE ESPAÇO E FUNÇÕES.
6. CONCLUSÃO.
7. BIBLIOGRAFIA.

António José Castanheira Maia Nabais

(Licenciado em História. Responsável pelo Sector do Património Histórico-Cultural da Câmara Municipal do Seixal. Elemento da Associação de Arqueologia Industrial da Região de Lisboa e da Associação Portuguesa dos Amigos dos Moinhos. Professor na Universidade Internacional da Terceira Idade).

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende tornar público um programa para o Museu Municipal do Seixal, e ao mesmo tempo mostrar como é possível organizar um museu municipal.

Sabemos que existem muitos museus locais e/ou municipais que exibem colecções que nada tem a ver com a realidade geográfica, histórica, sócio-económica e cultural onde foram instalados. Não é esse tipo de museus que poderemos designar de municipais, porque não apresentam valores culturais que concretizem e fundamentem as povoações de um município (município entende-se pela área que circunscreve um concelho).

O concelho, a cidade, a vila ou a povoação deve ter um museu que garanta a sua identidade colectiva.

O Museu Municipal do Seixal procurará representar o concelho na multiplicidade dos seus aspectos. Será um museu essencialmente misto. " As espécies a expôr num museu deste tipo nunca poderão ser mais do que simples 'chamadas', a propósito das quais se dará uma explicação " (Irisalva Moita, Fundamentos Dum Museu de Lisboa, in Separata da Revista Municipal, nºs 130 a 133, Lisboa, 1973).

Será a partir dos elementos que resultaram da investigação histórica sobre a região que será possível fazer um programa de Museu. Nesse sentido, como afirma a museóloga já citada, a propósito do museu da cidade de Lisboa, também se pode dizer o mesmo no que se concerne aos museus regionais, e neste caso ao Museu Municipal do Seixal:

" Torna-se mais do que em outro caso necessário um completo domínio da realidade a representar para que haja uma separação consciente e conscienciosa entre o essencial e o accidental, entre o determinante e o consequente".

Para definir o âmbito de um Museu Municipal podem-se usar as palavras que Mário Tavares Chicó empregou a propósito do Museu da Cidade de Lisboa: " museus municipais são museus destinados a documentar, no domínio da geografia humana, da história e da arqueologia, a formação e desenvolvimento do concelho".

2. COMO NASCEU UM MUSEU MUNICIPAL

2.1. UMA AUTARQUIA RESPONSÁVEL

É usual entre nós, e com certa razão, dizer-se que, para garantir a defesa dos valores culturais de um município, é necessário, primeiramente, sensibilizar os Presidentes e os Vereadores das Câmaras. No Seixal, apesar das limitações financeiras da autarquia, a Câmara Municipal, em colaboração estreita com as Juntas de Freguesia, colectividades, paróquias, comissões de moradores e escolas, tem desenvolvido várias iniciativas, no sentido de defender e valorizar o património histórico-

cultural do concelho. Assim:

- em 1979, admitiu quatro historiadores para efectuarem o levantamento histórico-cultural do concelho;
- criou o Sector do Património Histórico-Cultural dos Serviços Culturais da Câmara Municipal;
- adquiriu dois moinhos de maré (Moinho de Corroios, que ainda trabalha, e o Moinho Novo dos Paulistas) com o objectivo de garantir o seu funcionamento, transformando-os em espaços museológicos (núcleos do Museu Municipal);
- adquiriu três barcos típicos do rio Tejo (falua, fragata e varino), que estavam destinados a apodrecer nas praias da margem esquerda do Tejo. Estes belos exemplares da arquitectura naval portuguesa serão restaurados, mantendo as características tradicionais: pinturas, velame, mastros ... constituindo peças do Núcleo Naval Histórico.
- usou espaços para exposições na Torre da Marinha, Amora, Alto do Moinho e Seixal.

2. 2. ACTIVIDADES DO SECTOR DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO-CULTURAL.

- Para além de trabalhos de investigação científica, tem reunido uma colecção importante de utensílios usados nas principais actividades económicas do concelho (pesca, construção naval, moagem, transporte fluvial e terrestre, agricultura e indústria). As peças recolhidas vão desde os utensílios do carpinteiro de machado e do calafate até máquinas da indústria corticeira e máquinas de impressão; desde alfaías agrícolas e instrumentos de pesca aos instrumentos musicais, fotografias antigas, azulejos...

- Recolha de testemunhos orais entre a população da 3ª Idade.
- Apresentação de propostas para a recuperação de edifícios antigos com valor histórico, tais como capelas que têm estado a servir de habitação e de palheiros.
- Apresentação de proposta (relatório) para a classificação dos moinhos de maré existentes no concelho, como Edifícios de Interesse Público.
- Dinamização de reuniões nas Juntas de Freguesia, nas Colectividades e nas Escolas.
- Publicação de textos.
- Participação em actividades culturais no concelho e fora deste.
- Organização de publicações para a divulgação da História do Concelho:
 - " HISTÓRIA DO CONCELHO DO SEIXAL. 1 - CRONOLOGIA" .
 - " HISTÓRIA DO CONCELHO DO SEIXAL. 2 - BARCOS" .
 - " HISTÓRIA DO CONCELHO DO SEIXAL. 3 - ELEMENTOS PARA A HISTÓRIA DAS COLECTIVIDADES" .
 - " FORAIS DO TERMO DE ALMADA. " (trabalho feito em colaboração com a Câmara Municipal de ALMADA, a publicar brevemente).
 - "MOINHOS DE MARÉ DO CONCELHO DO SEIXAL" (a publicar brevemente).

- " DOCUMENTOS DO SÉCULO XVIII" (em preparação).
- Organização de documentação e de dados bibliográficos para professores e alunos.
- Organização da visita guiada aos Moinhos de Maré para o Centro Nacional de Cultura.
- Organização de visitas guiadas para professores do ensino secundário e preparatório.
- Organização da exposição subordinada ao tema "O TRABALHO NA HISTÓRIA DO CONCELHO DO SEIXAL". Foi como que uma antevisão do Museu Municipal. Com esta exposição foi possível expôr grande parte do material já recolhido (ver catálogo).

2.3. PARTICIPAÇÃO DAS COLECTIVIDADES, PARÓQUIAS, FÁBRICAS E ESTALEIROS NAVAIS.

- As colectividades têm participado activamente nas iniciativas da Câmara:
 - oferta de instrumentos musicais, fardamentos...
 - cedência de salas para exposições e conferências.
- As paróquias têm posto à disposição os arquivos paroquiais e colaborado na investigação.
- As fábricas têm oferecido máquinas antigas, fotografias, plantas e têm participado nas exposições.
 - A Fábrica de Lanifícios da Arrentela arranhou um espaço só para o Arquivo Histórico da Fábrica.
- Estaleiros Navais:
 - oferta de desenhos e fotografias de barcos...
 - oferta de barcos.
 - oferta de objectos da actividade naval.

2.4. PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO.

De um modo geral, a população tem participado activamente, ou com ofertas de peças, ou com informações referentes ao passado histórico do concelho.

Todas estas iniciativas lançaram raízes para um Museu, de tal modo que se tornou imperiosa a sua criação. Porque existem colecções e a população quer um Museu. A exposição de Novembro de 1981 mostrou, de uma forma clara, o interesse que a população local tem por este tipo de actividade cultural: não só pela oferta de peças, mas também pelo número de visitantes.

Por outro lado, a partir de então para cá, os professores têm pedido para que se façam exposições temporárias nas escolas. Em resposta a este interesse, já foram programadas duas exposições temporárias: uma, em Março, na Escola Secundária do Seixal e a outra, para o mês de

Abril, na Escola Secundária da Amora.

A ideia de um Museu no Seixal não é nova. Já em 1912 se falava na criação de um museu de arqueologia. Não se concretizou, porque faltava um suporte fundamental: a investigação científica. Mais tarde, na década de 30, também se pensou em criar um Museu Regional. Também não passou do papel. E o património cultural do concelho foi-se perdendo. Há uns vinte anos um grupo de seixalenses pretendeu criar um Museu. Também não foi possível a sua concretização.

3. FINALIDADE DO MUSEU DO SEIXAL.

O concelho do Seixal, nas últimas décadas sofreu profundas alterações pelos seguintes motivos:

- 1 - A proximidade e fácil ligação com Lisboa, através da via fluvial e da auto-estrada, facilitou a instalação de grandes estabelecimentos fabris, como a Siderurgia Nacional, em 1961. Como resultado deste acelerado processo de industrialização nesta zona, os espaços antes ocupados pelas quintas e campos foram substituídos pelas unidades fabris e pelos bairros residenciais.
- 2 - A poluição das águas do rio Tejo provocou a destruição de grande variedade de peixes existentes no rio, e o fim dos viveiros de ostras.
- 3 - Rápido crescimento populacional, que se deve aos numerosos postos de trabalho oferecidos, quer pela indústria local, quer pela indústria e sector terciário da área metropolitana de Lisboa. É de salientar ainda que este concelho (sobretudo Miratejo, Corroios e Amora), como os concelhos limítrofes, foi transformado em dormitório, servindo a elementos de sectores de rendimento médio que trabalham, na sua maioria, em actividades do sector terciário da capital.

POPULAÇÃO DO CONCELHO DO SEIXAL

1970:	35.769 habitantes
1981:	85.178 habitantes

VARIAÇÃO

Absoluta:	+ 49.409
% :	+ 138,1 %

Estes números são altamente significativos, para explicarem a grande mudança no concelho a nível de crescimento demográfico e das consequências que daí resultaram. É uma população, que na sua maioria, está desenraizada.

Por outro lado, o número de escolas aumentou, embora não tanto como as necessidades reais da população escolar o exigia.

<u>ESCOLAS DO CONCELHO</u>	<u>POPULAÇÃO ESCOLAR</u>
Escolas Preparatórias	
Vale da Romeira	510 alunos
Paulo da Gama	2.269 alunos
Escolas Secundárias	
Seixal	1.396 alunos
Amora	2.256 alunos
Ensino Primário	
Alunos matriculados em 1980/81	8.229 alunos

Outro aspecto importante a ter em conta é que a maioria dos professores das escolas preparatórias e secundárias não são do concelho, e por isso não conhecem o meio onde os alunos estão inseridos.

Perante esta situação só o museu poderá vir a dar uma resposta adequada à comunidade do concelho do Seixal (presentemente, os professores e alunos das escolas recorrem com frequência ao Sector do Património Histórico-Cultural), na medida em que procurará atingir os seguintes objectivos:

Colocar à disposição da população local instrumentos críticos que facilitem a tomada de consciência dos seus valores culturais, em ordem à defesa, conservação e valorização dos mesmos.

Levar a população local a analisar o seu passado histórico-cultural, a fim de permitir a descoberta e reencontro da sua identidade cultural, entendida como reforço da unidade nacional, na diversidade.

Recolher testemunhos de cultura material e espiritual do Homem, no contexto da localidade, não esquecendo o material humano da 3ª Idade.

Conservar o património cultural e natural do concelho do Seixal.

Inventariar o património cultural a tratar.

Investigar o património cultural do concelho.

Inserir o material cultural a tratar no todo nacional como revigoração da consciência nacional.

Expôr os valores culturais concelhios para fim de educação, estudo, divulgação e

recreio.

Proteger o meio ambiente da região, de modo a humanizar as condições de vida da população.

Favorecer a investigação em matéria de história local.

Traduzir-se num local de convívio para os habitantes do concelho.

Promover o turismo nacional e estrangeiro no sentido dum turismo social, entendido como espaço privilegiado para conhecimento mútuo do Homem.

Suscitar uma política de acolhimento a nível de concelho: melhoramentos das habitações e dos espaços públicos e embelezamento das povoações do concelho.

Pôr ao serviço do Homem do hoje os testemunhas culturais do Homem de ontem, animando-os e tornando- no potenciais factores de enriquecimento do Homem de amanhã.

4. FUNDAMENTOS DO MUSEU.

(Para a programação teve-se em conta a publicação de António J. Nabais, HISTÓRIA DO CONCELHO DO SEIXAL. I — CRONOLOGIA, C.M.S., 1981).

Como um museu regional, assim também o Museu Municipal do Seixal é essencialmente misto, devendo-se fundamentar nas várias manifestações que rodeiam as duas grandes realidades: "meio e homem".

O âmbito deste museu circunscreve-se a todo o concelho do Seixal, que procurará representá-lo na multiplicidade dos seus aspectos, assentando na sua realidade geográfica, histórica, sócio-económica e cultural.

O factor geográfico teve um papel fundamental na origem e desenvolvimento das povoações ribeirinhas do concelho do Seixal.

Assim, os esteiros do rio Tejo formam ali vários braços, que entram pela terra dentro, o que permitiu a formação de povoados no fundo desses esteiros, como Corroios e Torre da Marinha, ou nas suas margens, como Amora, Arrentela, Seixal e Paio Pires. Por outro lado, estes braços do rio Tejo facilitaram a comunicação entre as povoações da região e sobretudo com a capital do Reino, situada em frente, na outra margem do rio. Também, nesta área, o Tejo permitiu a construção de moinhos de maré, porque facilmente se represavam as águas, e oferecia um abrigo natural para as embarcações. Desde a Idade Média, que há referências de aproveitamento do "Saco do Seixal" (parte do rio que fica em frente da vila) para abrigo dos barcos, sobretudo no Inverno (Fernão Lopes, Crónica Del Rei Dom Joham I, Parte Primeira, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1973, p. 188; Gaspar Frutuoso, Saudades da Terra, Livro IV, Ilha de S.Miguel, Vol. 1, Ponta Delgada, 1924, pp. 243, 244).

A importância desta parte do rio Tejo é destacada nos mapas do século XVI.

O solo era coberto de extensos pinhais e de grande quantidade de sobreiros. Esta madeira foi utilizada, na época dos Descobrimentos, para a construção naval (Frei Nicolau de Oliveira, Livro das Grandezas de Lisboa, Lisboa, 1620). Também aqui desde muito cedo se instalaram estaleiros navais nos famosos “espalmadeiros” do Seixal.

A construção naval e a pesca foram duas actividades, que desde longa data, ofereceram postos de trabalho aos habitantes do Seixal e Arrentela.

Os pescadores utilizaram os barcos da Muleta e a rede tartarenha, instrumentos típicos do Seixal e Barreiro.

Também desde a Idade Média se desenvolveu na região a actividade moageira, devido à instalação de moinhos de maré que produziam farinha para a capital (A.N.T.T., Chancelaria de D.João I, Livro 2, fl. 192 V.). Estes edifícios ou eram de ordens religiosas ou de fidalgos que possuíam quintas na área do actual concelho. Assim, os frades Jerónimos de Belém, os Trincos, os Paulistas, os Carmelitas e os Jesuítas tiveram quintas no Seixal, bem como Nuno Álvares Pereira, Pedro Anes Lobato e a família de Vasco da Gama.

A faixa ribeirinha foi aproveitada desde a Idade Média para a exploração agrícola. Cultivava-se, sobretudo, a vinha. No século XVI, como nos revela Garcia de Resende, exportava-se vinho do Seixal para as terras com quem os portugueses mantinham relações comerciais, como a Índia (Garcia de Resende, Miscelânea, Imprensa Nacional —Casa da Moeda, Lisboa, 1973, p. 347).

Destas terras também se exportava para Lisboa, para além da farinha já referida, a lenha e o pico que ia diariamente para os fornos da capital.

A partir do século XIX começou-se a sentir os efeitos da máquina a vapor com o estabelecimento de várias fábricas: Fábrica de Lanifícios da Arrentela, Fábrica de Vidros da Amora, Fábrica de Pólvora em Vale de Milhaços ... Desenvolvendo-se ainda mais no início deste século com a instalação de outras fábricas, desde as corticeiras até à Siderurgia Nacional.

Nas últimas décadas, a paisagem tradicional destas terras foi bastante alterada: os barcos de pesca e de transporte fluvial (fragata, varino, falua, barcos de água acima...) desapareceram definitivamente da circulação; os campos deixaram de ser cultivados, e, em sua substituição, foram edificados estabelecimentos fabris e bairros residenciais.

Em resumo, as povoações do território do actual concelho do Seixal conheceram as actividades dos três sectores:

- | | |
|-----------|--|
| SECTOR I | - Agricultura e pesca desde a Idade Média até meados do século X |
| SECTOR II | - Indústria de construção naval, desde a época dos Descobrimentos até ao presente. |
| | - Indústria moageira, desde 1402, com Nuno Álvares Pereira que construiu o 1º Moinho de Maré em Corroios, até meados deste século. |
| | - Outras indústrias a partir do século XIX. |

A 1ª máquina a vapor feita em Portugal, foi instalada no Seixal

(Arrentela).

SECTOR III

- Comércio: produtos agrícolas e lenha para Lisboa desde a Idade Média.
- Transportes fluviais.
- Transportes terrestres.

5. ORGANIZAÇÃO, LOCALIZAÇÃO DE ESPAÇOS E FUNÇÕES.

Este programa conta à partida com as limitações que a Câmara tem quanto à disponibilidade de verbas ou de edifícios para a instalação do Museu. Os problemas financeiros não permitem a construção de um edifício apropriado. Só há uma saída. Recorrer à adaptação de edifícios disponíveis.

Após a existência de colecções para expor, a Câmara Municipal do Seixal pôs imediatamente à disposição uma parte de um edifício para a exposição das peças já referidas.

De qualquer forma a Câmara está a desenvolver todos os esforços para que seja adquirido um edifício (Palácio da Quinta da Trindade, edifício de Interesse Público) para colocar definitivamente o Museu. Como todos estes processos são morosos, avança-se, com a organização do Museu num espaço que a Câmara possui na Torre da Marinha, onde é possível expor as colecções com a dignidade que merecem.

Fica numa povoação que se situa no centro do Concelho e de fáceis acessos para toda a população do Concelho (mapa e planta em anexo).

Por outro lado o Museu estender-se-á por vários núcleos, situados em vários pontos do concelho, que permitirão a apresentação mais completa dos testemunhos culturais do concelho.

A - EDIFÍCIO SEDE - TORRE DA MARINHA

(planta anexo)

Neste edifício ficam os:

- ESPAÇOS PÚBLICOS:

Recepção - acolhimento específico

crianças
e
deficientes

Telefone

Lavabos

Exposição Permanente

- ESPAÇOS SEMI-PÚBLICOS:

Direcção

Sala de Reuniões

Biblioteca e Sala de Leitura

Sala Polivalente (audio-visuais, conferências)

Serviços Administrativos

Investigação

Lavabos

- ESPAÇO PRIVADO:

Reservas

Conservação

Arquivo

Apoio Técnico

Oficina / Armazém

Arquivo Histórico Municipal

B - EXPOSIÇÃO PERMANENTE:

A exposição permanente será organizada, tendo em conta as colecções recolhidas o a investigação já efectuada sobre as espécies a expor.

Como já foi dito na introdução, as espécies a expor nunca poderão ser mais do simples "chamadas", a propósito das quais se dará uma explicação.

A exposição permanente será organizada de acordo com as seguintes secções:

1. HISTÓRIA E GEOGRAFIA LOCAIS

1.1. Mapa do concelho com as divisões administrativas

1.2. Quadro do tempo geológico (amostras de rochas, fósseis e de terrenos e a sua distribuição na região)

1.3. Zoologia (principais mamíferos, aves, peixes e insectos da região). Fotografias ampliadas e desenhos

1.4. Botânica (revestimento florestal e vegetação espontânea). Mapas, fotografias e desenhos

1.5. Arqueologia e História

- Quadro Cronológico.

- Pré-História: mapas assinalando os vestígios encontrados.

- Instrumentos encontrados da pré-história e da época romana (fragmentos cerâmicos).

- Vestígios da presença árabe. Fotografias, desenhos e mapas.

- Colecção de monumentos históricos (religiosos e civis): marco com inscrição do século XVI; Igreja de Arrentela (fotografias do interior); palácios das quintas antigas (fotografias, azulejos, plantas dos edifícios); fotografias e plantas dos Moinhos de Maré.
- Colecção de objectos de natureza histórica (documental) e "fac-similes" de documentos existentes noutros arquivos e museus, originários do concelho. Fotografias e desenhos.
- Documentos referentes a acontecimentos significativos da história do concelho: forais, fundação do concelho, posturas, descrição do braço... . Fotografias da 1ª Festa da Árvore do País, celebrada no Seixal em 1907.
- Literatura e Imprensa. Fotocópias das 1ªs páginas dos jornais publicados na região (1ºs números).
- Fotografias antigas e recentes que exemplifiquem a evolução das povoações do Concelho.

2. ETNOLOGIA

- Tipos de habitação e objectos de uso doméstico (reconstituição; maquetes, fotografias e desenhos).
- Pesca. Instrumentos usados, vestuário do pescador (espécies, fotografias e desenhos).
- Agricultura. Utensílios usados (espécies, fotografias e desenhos).
- Transportes terrestres. Evolução. Carroça, trem. Fotografias.
- Crenças e costumes.
- Jogos tradicionais.
- Canções e música regional. Documentos escritos e gravações. Filarmónicas. Instrumentos, fardamentos, pautas...
- Festas religiosas e populares.
- Arte popular. Miniaturas, artes plásticas, trabalhos em cortiça.
- Linguística. Documentos escritos e gravações.

3. ARQUEOLOGIA NAVAL

- Carpinteiro de machado a fazer miniaturas de barcos.
- Modelos de barcos do Tejo.
- Fotografias de barcos mais utilizados no Seixal.
- Fotografias do estaleiros.
- Mapa com a localização dos estaleiros e dos portos.

- Desenhos de barcos.
- Instrumentos dos construtores navais: calafates e carpinteiros de machado.

4. ARQUEOLOGIA INDUSTRIAL

- Mapa com a localização dos Moinhos de Maré (fase pré-industrial).
- Fotografias e instrumentos dos Moinhos de Maré.
- Plantas dos Moinhos de Maré.
- Documentos referentes aos Moinhos de Maré.
- Mapa com a localização das fábricas do concelho.
- Quadro cronológico das fábricas.
- Máquinas da indústria corticeira, têxtil. Peças, fotografias.
- Vestuário do operário.

5. ASPECTOS DA VIDA ACTUAL DO CONCELHO

- Melhoramentos de espaços públicos.

EXPOSIÇÕES TEMPORÁRIAS

Como o edifício sede se torna limitado para outros serviços, poder-se-ão aproveitar para as exposições temporárias três espaços, em pontos diferentes do concelho, que a Câmara pôs à disposição do Sector do Património Histórico-Cultural.

Deste modo será possível ir ao encontro das populações que se servem do Seixal só para dormir.

Serão garantidas exposições temporárias na vila do Seixal (antigo mercado), na Amora, junto ao Centro Comercial, e no Alto do Moinho e Vale de Milhaços.

Além disso, também se efectuarão exposições temporárias nas escolas, como já vai sendo hábito.

NÚCLEOS DO MUSEU

1. NÚCLEO NAVAL

Local: Vila do Seixal. Junto de um antigo cais.

Colecção: - 1 falua,
 - 1 varino,

Os barcos ficarão na água ¹, junto ao cais, onde poderão ser facilmente visitados.

A história desta vila está intimamente ligada à construção naval e à actividade piscatória. O Braço da Vila documenta-nos essa actividade, com a muleta e ferramentas dos construtores navais. Neste momento os barcos irão ser reparados em estaleiros semi-artesanais.

2. MOINHOS DE MARÉ

I. MOINHO NOVO DOS PAULISTAS (Seixal)

- Espaço para moagem e celeiros.
- Espaço para exposição de colecções referentes à actividade moageira: documentos escritos e iconográficos, utensílios...
- Lavabos.
- Espaço para habitação do moleiro que garantirá o funcionamento do Moinho.

II. MOINHO DE CORROIOS (Correios)

- Espaço para moagem e celeiros.
- Espaço para exposição. Esta exposição para além de documentos e utensílios referentes à actividade moageira, dará um relevo especial à História do Moinho, desde a sua edificação por Nuno Álvares Pereira, em 1403, até às várias transformações e utilizações que foi sofrendo pelos vários proprietários, como os Carmelitas, até aos nossos dias.
- Lavabos.
- Espaço de habitação do moleiro que garantirá o seu funcionamento.

3. NÚCLEO DE ARTE SACRA

Ficará na Igreja de Arrentela, que é edifício classificado, onde será instalado um espaço para a exposição das peças de arte sacra do concelho.

Este núcleo será criado em colaboração com os párocos. Este núcleo para além de garantir a exposição das peças, permitirá uma maior segurança do património paroquial do concelho, que tem sido bastante despojado.

Será montado o sistema de segurança com ligação à Polícia. Já está em estudo.

¹ Segundo informações obtidas junto de antigos marítimos e fragateiros, as embarcações conservam-se melhor na água.

A localização dos barcos está em estudo.

4. NÚCLEO ANTIGO DA POVOAÇÃO DA ARRENTELA

Aqui serão percorridas as ruas típicas com as casas do século XIX.

5. NÚCLEO ANTIGO DA VILA DO SEIXAL

Faz parte deste núcleo toda a vila antiga.

Continuar-se-ão a tomar medidas para evitar a ruína dos edifícios, procurando manter as características arquitectónicas tradicionais.

6. NÚCLEO ANTIGO DA POVOAÇÃO DA AMORA

Zona ribeirinha:

- Bairro operário do final do século XIX (Fábrica de Vidros da Amora);
- Coreto e largo com as casas típicas que o rodeiam.

Zona da Igreja:

- Pequenas casas típicas.

7. FORNO DE CAL

O forno de cal, que já não é utilizado há mais de oitenta anos (uma pessoa com essa idade diz que nunca o viu funcionar), será um ponto de percurso museológico.

8. LAGAR DE AZEITE - PAIO PIRES

Como o espaço é reduzido, só é possível garantir o local onde se pode observar as várias fases do fabrico do azeite.

CONCLUSÃO

O programa deste museu, que apresenta vários núcleos com características próprias, prevê problemas de várias ordens, que só poderam ser resolvidos se houver uma verdadeira colaboração de conservador e de arquitecto, e se houver o cuidado de apresentar as colecções de forma metódica que leve o visitante a percorrer todo o percurso museológico, com o máximo aproveitamento.

Há que saber ultrapassar dificuldades existentes a nível de espaços, porque as colecções terão de ser aproveitadas com dignidade e estética.

Quanto aos sistemas de segurança, serão tomadas as medidas necessárias, quer quanto a

roubos (ligação à Polícia; vigilância nocturna), quer quanto a incêndios com detectores ligados aos Bombeiros.

Quanto à climatização serão tidos os cuidados necessários, com estudos adequados, atendendo que é uma zona muito húmida.

BIBLIOGRAFIA

- Musée et Architecture, Museum.
- Chicó, Mário Tavares - Estudo acerca da Organização do Museu da Cidade de Lisboa, in "Revista Municipal", nº 15, 1º trimestre, 1943, pp. 37-64.
- Couto, João - Museus das Cidades.
- Dias, Jaime Lopes - O Museu da Cidade de Lisboa, in "Revista Municipal", ano III, nºs 11 e 12, 1º e 2º trimestre de 1942, pp. 35-40.
- Giraudy, Danièle e Bonilhet, Henri - Le Musée et la vie, La Documentation Française - Paris, 1977.
- L'Organisation des Musées - Conseils Pratiques - UNESCO, 1958.
- Leon, Aurora - El Museo, Madrid, Ediciones Cátedra, 1978.

Jean - Claude Duclos

MUSÉE CAMARGUAIS

Mas du Pont - de - Rou-sty

Aries France

Moita, Irisalva

FUNDAMENTOS DUM MUSEU

In "Separata da Revista Municipal", nºs 130 a 133

Lisboa, 1972

MUSÉES, IMAGINATION ET EDUCATION

Paris

UNESCO

1973

MUSÉES ET RECHERCHES SUR LE TERRAIN

UNESCO, 1970

Nabais, António J.

HISTÓRIA DO CONCELHO DO SEIXAL 1. CRONOLOGIA

Câmara Municipal do Seixal

1981

Rivière, Georges Henri

ESSAI SUR LE MUSÉE DE SITE

Paris, 30 Mai, 1978

Rivière. Georges Henri

MUSEOLOGIE CONTEMPORAINE; MUSÉE ET SOCIÉTÉ, AUJOURD'HUI

Paris, 14 Janvier, 1978

ABRIL DE 1982

Anexo 3

SECTOR.DO PATRIMÓNIO HISTORICO-CULTURAL

3.5.82

Proposta de criação do MUSEU MUNICIPAL DO SEIXAL

O território do concelho do Seixal, por razões que as características físicas locais e os fenómenos político-sociais da época explicam, foi preferido, já na Idade Média, para a instalação de estabelecimentos com características pré-industriais - os moinhos de maré - na altura complexos, que são hoje objecto de estudo da arqueologia industrial, alguns únicos na Europa e no Mundo. Nesta área desenvolveram-se igualmente variadíssimas actividades económicas, tais como a pesca, a agricultura, a exploração do sal e de ostras, a recolha e transporte de lenha para Lisboa, a construção naval...

Foi, porém, a partir do século XIX, com a introdução da máquina a vapor, que, o concelho do Seixal sofreu uma maior caracterização, que se foi acentuando e que marca hoje, decisivamente, o seu meio ambiente. Com a industrialização desenvolveu-se, simultaneamente, o movimento associativo, dando grande relevo às filarmónicas e às actividades culturais.

Embora a área do concelho, ao longo do tempo, tenha exibido uma população (sempre decrescente) ligada à faina do rio e ao trabalho da terra, o operário, por outro lado, foi-se tornando prevacente na paisagem humana do município. De facto, à medida que desenvolve um trabalho anónimo, como é característico da grande indústria, e cria riqueza, o operário vai, por ironia, ser ele proprio o mais directo executor da degradação do meio ambiente da terra que é sua, o que vai reforçar a diminuição da qualidade de vida.

Estes factores poderão explicar fenómenos de ordem politico-sociais advindos da insatisfação e carências acentuadas que acabam por atingir de uma forma ou outra a quase totalidade da população e que já no século XIX são patentes no concelho.

Para além da preservação do património cultural e sua animação, para além do apoio à população estudantil, objectivos obviamente prioritários, os operários e suas actividades merecem uma urgente atenção, que se deve traduzir na valorização das suas tarefas, com vista a uma posterior real humanização do trabalho. E ao mesmo tempo evitar o desaparecimento de profissões tradicionais, tais como moleiros, carpinteiros de machado e calafates.

O Seixal, sendo um concelho em que, na última década verificou uma enorme explosão demográfica, de +138,1%. tem urgente necessidade de consciencialização e defesa dos valores culturais concelhios. Por outro lado, o Sector do Património Histórico-Cultural da Câmara Municipal do Seixal, nos últimos anos, para além de trabalhos de investigação científica, tem reunido, com a participação da população, uma colecção importante de utensílios usados nas principais actividades económicas do concelho (pesca, construção naval, moagem; transporte fluvial e terrestre, agricultura e indústria).

O Seixal, concelho de muito labor e ricas tradições, e albergando património cultural valioso e em risco de se perder, merece com legitimidade, vir a ter o seu Museu Municipal.

Por todas as razões referidas, nos termos da competência autárquica, a Câmara Municipal do Seixal delibera propôr à Assembleia Municipal a criação do Museu Municipal. nos seguintes termos:

ARTº 1º

1. É criado na dependência dos serviços da Câmara Municipal do Seixal, o Museu Municipal do Seixal, defenido como museu de localidade.
2. O Museu Municipal é orientado tecnicamente pelo Instituto Português do Património Cultural.

ARTº 2º

O Museu Municipal do Seixal é uma instituição permanente ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, sem fins lucrativos e aberto ao público, que tem por objectivo contribuir para a de fesa, conservação e estudo; compreensão e animação do património cultural concelhio, com especial incidência no campo pré-industrial e industrial, utilizando todos os meios legítimos para uma correcta prosecução destes objectivos.

ARTº 3º

1. O Museu Municipal do Seixal ficará instalado provisoriamente, num espaço da escola primária da Torre da Marinha.
2. Fazem parte do percurso museológico os seguintes núcleos:
núcleo antigo da povoação de Arrentela; núcleo antigo da vila do Seixal; núcleo naval, a estabelecer no Seixal, onde ficarão os três, barcos adquiridos pela Câmara Municipal do Seixal: falua, fragata e varino; forno de cal do século XIX (próximo da Azinheira) ; Moinho Novo dos Paulistas; lagar de azeite, na Quinta do Pinhalzinho, em Paio Pires; núcleos antigos da Amora; Moinho de Corroios; e ainda os espaços para exposições temporárias, no Seixal, antigo mercado; em Amora, espaço junto do Centro Comercial; no Alto do Moinho e Vale de Milhaços, na cave de Escola Primária, em construção.

ARTº 4º

1. O acervo do museu é constituído por colecções de materiais referentes à História do

Concelho, peças de etnografia, de arqueologia naval e de arqueologia industrial.

2. O acervo do museu poderá ser permanentemente aumentado por objectos que a população continue a oferecer ou por aquisição feita pela Câmara Municipal do Seixal desde que sejam espécies importantes para a definição de entidade da população do concelho.
3. Qualquer espécie do acervo do museu não poderá sair do Concelho sem a devida autorização da Câmara Municipal do Seixal.

ARTº 5º

1. O Museu Municipal do Seixal compreende as seguintes áreas de actuação:
 - a) Museografia
 - b) Investigação
 - c) Documental
 - d) Extensão Cultural
 - e) Conservação e Restauro
 - f) Oficinas
 - g) Administração
2. À área de museografia compete:
 - a) a conservação de todo o conjunto de espécies que formem o património do Museu;
 - b) a aquisição de novas espécies;
 - c) a catalogação e classificação das espécies;
 - d) exposição ao público, de forma sistematizada das espécies do património, através de exposições permanentes, temporárias e itinerantes.
3. À área de investigação compete conduzir acções de estudo e pesquisa, visando a identificação e conhecimento das espécies, tendo em vista a sua conservação e divulgação.
4. À área documental compete a recolha e tratamento de informação relativa à história do concelho e à organização e investigação do Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Seixal.
5. À área da extensão cultural compete:
 - a) dinamizar as relações do museu com o público, por todos os meios ao seu alcance, designadamente por meio de exposições (permanentes, temporárias e itinerantes), conferências, visitas guiadas, concertos...
 - b) organizar actividades culturais em colaboração com os estabelecimentos de ensino. Colectividades, Juntas de freguesia, comissões de moradores e comissões de trabalhadores e paróquias.
 - c) promover a divulgação das espécies por meios gráficos e áudio-visuais, bem como pela publicação de estudos sobre a história local.

6. À área de conservação e restauro compete a preservação e restauro das espécies que constituem o acervo do Museu e apoiar a oficina de preservação e reconversão das técnicas tradicionais.
7. À área de oficinas compete a preservação e reconversão das técnicas tradicionais: carpinteiro de machado [...] e moleiro que informa o público sobre a actividade moageira.
8. À área de administração compete assegurar a execução das tarefas administrativas correntes.

ARTº 6º

1. É criado no Museu Municipal do Seixal uma oficina de carpinteiro de machado e calafates.
2. As actividades da oficina-escola consistem na formação profissional de pessoal especializado que possa conservar, revitalizar e divulgar as técnicas da arte de construção naval tradicionais do concelho.

ARTº 7º

O Quadro de Pessoal do Museu Municipal do Seixal é o constante no mapa anexo.

ARTº 8º

A direcção do Museu Municipal é assegurada pelo responsável do Sector do Património Histórico-Cultural, uma vez que o Museu se enquadra neste serviço.

ARTº 9º

1. O Museu Municipal do Seixal terá de início os lugares de Técnico Auxiliar de Museologia, Técnico Auxiliar de B.A.D., Auxiliar Técnico de Museologia e Guarda.
2. O Quadro de Pessoal será alterado se as actividades desenvolvidas pelo Museu o justificarem.

ARTº 10º

Os provimentos serão feitos pela Câmara Municipal do Seixal.

ARTº 11º

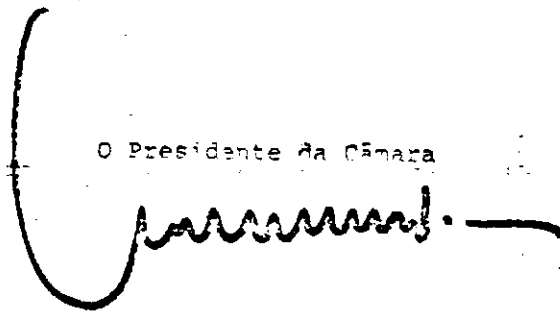
A manutenção das instalações do Museu fica a cargo da Câmara Municipla do Seixal.

ARTº 12º

As dúvidas que se suscitarem na execução do presente regulamento serão esclarecidas por decisões camarárias.

A presente proposta foi aprovada por unanimidade na Sessão Administrativa de 7 de Maio de 1982.

O Presidente da Câmara



ANEXO

MUSEU MUNICIPAL DO SEIXAL

Quadro de Pessoal

Nº de lugares	Categorias	
1	Técnico Auxiliar de Biblioteca, Arquivos e Documentação e Museus	J, L ou M
1	Técnico Auxiliar de B.A.D. principal, de 1ª classe ou de 2ª classe	J, L ou M
1	Auxiliar Técnico de Biblioteca, Arquivos e Documentação	N, Q ou S
1	Guardas	S ou T



AUTARQUIAS AO SERVIÇO DO POVO

COMUNICADO À POPULAÇÃO

MUSEU MUNICIPAL DO SEIXAL INAUGURAÇÃO - DIA 18 (DIA INTERNACIONAL DOS MUSEUS)

A CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL inaugura no próximo dia 18 de Maio, Dia Internacional dos Museus, na Torre da Marinha, o Museu Municipal.

A criação do Museu Municipal do Seixal deve-se à recolha de peças, que representam valores culturais das povoações do concelho, que o Sector do Património Histórico-Cultural da Câmara Municipal do Seixal iniciou em 1979, e à vontade dos munícipes, expressa na oferta de variadíssimas peças.

Antes da criação deste Museu realizou-se, no Seixal, em Novembro de 1981, uma exposição subordinada ao tema "O TRABALHO NA HISTÓRIA DO CONCELHO", onde foi possível antever a criação do Museu Municipal.

O edifício, onde fica instalado provisoriamente o Museu, teve de ser adaptado, uma vez que não foi construído de raiz para ser um espaço museológico.

A selecção das espécies presidiu o critério de apresentar aquelas que, embora simples "chamadas" com as devidas explicações, representam a história do município, na multiplicidade dos seus aspectos, de tal modo que garantam a identidade colectiva do concelho.

Os materiais foram distribuídos tendo em consideração factores de ordem cronológica e temática. Na sua apresentação teve-se por fundamental uma valorização estética e a capacidade de transmitirem uma mensagem cultural.

informação
CÂMARA MUNICIPAL DO SEIXAL

Definiram-se no Museu quatro secções: a primeira compreende a História e Geografia do concelho do Seixal; a segunda é dedicada à Etnologia, onde se destaca a agricultura, a pesca e as filarmónicas; a terceira é destinada à Arqueologia Naval; e a quarta à Arqueologia Industrial. Seguiu-se esta divisão temática, porque havia necessidade de à partida, destacar as actividades económicas que foram essenciais na formação e desenvolvimento das povoações do concelho. Futuramente, quando se instalar o Museu num edifício definitivo e se estabelecerem os vários núcleos, seguir-se-á um critério de apresentação segundo a evolução histórica do concelho, de forma mais desenvolvida.

O Museu Municipal do Seixal será polinucleado, conforme está previsto no regulamento da sua criação. Ficará constituído pelos seguintes núcleos: Núcleo Antigo da Vila do Seixal; Núcleo Naval, a estabelecer no Seixal, com os três barcos adquiridos pela Câmara Municipal do Seixal: fálua, fragata e varino; Forno de Cal do século XIX (próximo da Azinheira); Moinho Novo dos Paulistas, no Seixal; Lagar de Azeite na Qta do Pinhalzinho, em Paio Pires; Núcleo Antigo da Amora; Núcleo Antigo da Arrentela; Moinho de Maré de Corroios; e os espaços para exposições temporárias, no antigo mercado do Seixal; no Centro Comercial, na Amora; na Nova Escola Primária, no Alto do Moinho e Vale de Milhaços.

O Museu tem um espaço reservado ao serviço educativo, onde as crianças, estudantes, e, em geral todos os visitantes poderão realizar actividades culturais. Pois o Museu terá um papel fundamentalmente didáctico.

Um Carpinteiro Naval, que no local, faz modelos de barcos típicos do Seixal, ensinará a arte da construção naval.

O Museu Municipal do Seixal é uma Escola; o público é convidado a participar nas suas actividades.

Serão organizadas, permanentemente, actividades culturais em colaboração com os estabelecimentos de ensino, colectividades, juntas de freguesia, comissões de moradores, comissões de trabalhadores e paróquias.

Anexo 5

Transcrição de correio electrónico de Hugues de Varine a Graça Filipe , de 13 de Agosto de 1999

Chère amie Graça Filipe,

Quel plaisir de recevoir votre lettre ! Excusez seulement cette réponse par e-mail, plus commode, plus informelle et plus rapide, et en français, comme vous l'autorisez.

Je suis très heureux, vraiment très heureux que vous ayez décidé de faire ce travail de recherche et de réflexion universitaire sur l'histoire de votre musée, comme contribution à l'histoire de la muséologie nouvelle en général. Seixal y a un rôle considérable, tant au plan national qu'international.

J'ai été, très modestement et surtout brièvement, un témoin d'une petite partie de cette histoire et je serai heureux de vous apporter mes souvenirs, qui, j'en ai peur, seront assez peu précis, car je n'ai rien noté à l'époque.

Ma mémoire, qui est à vérifier avec beaucoup de soin et à recouper avec les souvenirs d'autres témoins de la même époque, remonte à un jour de 1983, où j'avais été invité par Natalia Correia Guedes, alors présidente de l'IPPC, à animer une journée dans un séminaire de muséologie qu'elle avait organisée à Lumiar (Museu do Traje). J'y ai parlé des nouvelles tendances de la muséologie, et notamment du concept d'écomusée (une des conservatrices de la Fondation Gulbenkian avait traité mes idées de métamuséologie !).

Lors d'un intervalle, un des participants (Antonio Nabais) est venu me parler de son travail à Seixal et j'ai découvert qu'il était en train de faire exactement la même chose que ce que nous avons essayé de faire dans la Communauté Urbaine du Creusot-Montceau dix ans avant. Mais je crois (c'est ce qui est à vérifier) qu'à ce moment-là Antonio n'avait pas encore entendu parler d'écomusées, ou du Creusot. Mon hypothèse est que des circonstances politiques et culturelles analogues, une analyse similaire des objectifs poursuivis, une même volonté de démocratie culturelle et une même absence de compétence scientifique et technique en muséologie peuvent produire des actions quasi-identiques, à des milliers de kilomètres de distance.

Cette hypothèse a déjà été vérifiée plusieurs fois, y compris dans le sud du Brésil. Les débuts du musée local de Monte Redondo, à la même époque, allaient dans le même sens.

A partir de là, j'ai effectivement tenté d'aider Antonio, puis le petit groupe de jeunes apprentis-muséologues plus ou moins révolutionnaires (?) qui se réunissait régulièrement à Lisbonne dans un café de Praça Principe Real, à entrer en contact avec le réseau de la nouvelle muséologie en train de se mettre en place autour de ce qui allait devenir le MINOM. Et en 1985, le premier (ou le second, je ne sais plus) "atelier international" du MINOM s'est tenu à Lisbonne, dans l'Institut franco-portugais que je venais de quitter.

Mon rôle a donc été minime, et dû au hasard. Je ne suis pas et n'ai jamais été muséologue, même si mon passage à la direction de l'Icom m'a mis en contact avec le monde et la problématique des musées.

Actuellement je ne veux plus parler d'écomusée, mais de musée communautaire. Ce qui m'amène à commenter votre phrase sur la nécessité de redéfinir le projet du musée de Seixal: ce type de musée, fortement ancré dans le présent et dans une communauté humaine vivante, doit suivre le rythme des générations. La génération qui l'a créé et fait vivre pendant une quinzaine ou une vingtaine d'années finit par quitter la scène politique, sociale, culturelle et même économique. Elle est remplacée par une autre qui a d'autres idées, d'autres besoins et pour qui le musée doit s'adapter en écoutant ce qu'elle veut, toujours à partir du patrimoine et de la culture vivante, mais selon des points de vue nouveaux, car le temps a passé et l'avenir n'apparaît plus sous les mêmes couleurs. Pensez seulement à l'état du Portugal en 1983 et à cet état aujourd'hui !

[...]

Hugues de Varine

